UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

Vamberto Fernandes Spinelli Júnior

Configurações do "movimento vicinal" na cidade de El Alto, Bolívia: práticas articulatórias, contextos de conflitividade e sociabilidades políticas emergentes

Recife
2014

Vamberto Fernandes Spinelli Júnior

Configurações do “movimento vicinal” na cidade de El alto, Bolívia: práticas articulatórias, contextos de conflitividade e sociabilidades políticas emergentes

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg

Recife
2014

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S757c Spinelli Júnior, Vamberto Fernandes.
Configurações do “movimento vicinal” na cidade de El alto, Bolívia : práticas articulatórias, contexto de conflitividade e sociabilidades políticas emergentes / Vamberto Fernandes Spinelli Júnior. – Recife: O autor, 2014.
393 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais. 3. Movimentos sociais – Juntas vicinais - Bolívia. 4. Democracia. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2014-30)

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DE **VAMBERTO FERNANDES SPINELLI JÚNIOR,** DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2014, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **VAMBERTO FERNANDES SPINELLI JÚNIOR** sob o título **Configurações do "movimento vicinal" na cidade de El Alto, Bolívia: práticas articulatórias, contextos de conflitividade e sociabilidades políticas emergentes.** A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Eliane Veras Soares – Presidenta; Prof. Dr. Breno Bringel – Titular Externo (UERJ); Prof. Dr. Marcos Costa Lima – Titular Externo (PPGCP/UFPE); Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity – Titular Interno; Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque - Titular Interno.** Dando início aos trabalhos, a **Profª. Drª. Eliane Veras** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profª. Drª. Eliane Veras,** presidenta da mesa, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade.** E nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 7 de fevereiro de 2014.

_____
Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

_____
Profª. Drª. Eliane Veras Soares

_____
Prof. Dr. Breno Bringel

_____
Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima

_____
Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity

_____
Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque

_____
Vamberto Fernandes Spinelli Júnior

para Pedro

para Charlene

em memória dos *vizinhos* altenhos que perderam
suas vidas na *guerra do gás*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Remo Mutzenberg, meu orientador, pela disponibilidade, amizade, incentivo e confiança.

À professora Silke Weber e ao professor Paulo Henrique Martins, que foram, nos momentos de convívio ao longo da jornada do doutorado, presenças marcadamente estimulantes.

Aos amigos Bruno Marinoni e Flávio Lyra por compartilharem comigo o projeto do Círculo de Leitura José Carlos Mariátegui e pela amizade.

Ao professor Luis Vicente Vieira por estimular o debate sobre as novas conformações do político na América Latina e me acolher no NEDAL.

Ao CNPQ pela bolsa de doutorado concedida.

Aos docentes bolivianos com os quais estive em contato em minha estadia na Bolívia e que contribuíram no processo de investigação, viabilizando contatos, materiais bibliográficos, além de boas conversas, especialmente o querido professor Eduardo Paz Rada (da Universidade Mayor de San Andrés), Máximo Quipert (da Universidad Pública de El Alto) e Ivonne Farah (do Programa de Postgrado en Ciéncias del Desarrollo).

Aos *vizinhos* altenhos, especialmente aos de Villa Ingenio, Santiago II e Villa Atipiris. Entre eles, não poderia me furtar a citar nominalmente, Jaime Mamani, Dom José Montesinos, Dom Tomás Mamani e Dom José Nacho, porque se tornaram tão relevantes na investigação quanto queridos, além de serem exemplos de uma dignidade rara, transcendente, forjada nas lutas populares.

À Charlene, absolutamente companheira ao longo de toda jornada doutorado. Sem ela dificilmente haveria a tranquilidade necessária para enfrentar os desafios colocados pela tese.

À "equipe" formada por Dona Elza, Seu Fernando, Fellipe, Nice, Nildinho, "Tio Leo", Teresa, Eliana, Laiana, Eráclio... e todos que sempre que possível ajudaram, de forma muito solícita e extremamente amorosa, nos cuidados com Pedro, especialmente, nos largos finais de semana em que o afastamento foi necessário para o desenvolvimento da tese.

Ao meu pequeno Pedro, por sua presença encantada desde abril de 2012. Pelo sorriso do tamanho do sol. Por ensinar tanta coisa.

E, por fim, aos amigos bolivianos que fortaleceram meu ânimo para levar a cabo o longo trabalho de campo em El Alto, e que me apontaram caminhos para conhecer algo da literatura, da música e do cinema bolivianos, especialmente, Alejandro Canedo, Israel Badani, Jorge Campero, Cláudia Barrionuevo, Jan Sofia, Verónica Sánchez, Rocío Mandieta, Fernando Figueroa, Darío Luna e Roberto Cáceres.

De una manera u otra, los hombres
siguen la suerte del lugar en que viven, y es inútil huir.

René Zavaleta Mercado

Ese mundo nuevo existe, ya no es un proyecto ni un programa
sino múltiples realidades, incipientes y frágiles.

Raúl Zibechi

RESUMO

SPINELLI JR, Vamberto F. **Configurações do "movimento vicinal" na cidade de El Alto, Bolívia**: práticas articulatórias, contextos de conflitividade e sociabilidades políticas emergentes. 2014. Tese (doutorado em sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Nos últimos anos vem ocorrendo uma revitalização do interesse pelo tema das ações coletivas de movimentos sociais, com um aumento do número de publicações e de eventos que tratam do assunto. Na América Latina, não obstante suas diferenças, esse processo é sentido especialmente a partir de 2000, quando se abre o chamado ciclo de conflitividade social. A literatura passa a dar destaque a novas tendências. Pluralização de atores e contingência, revalorização da questão da autonomia, do poder e da política, revalorização das práticas democráticas, e uma ênfase na dimensão da territorialidade, são aspectos, entre outros, que vem sendo enfatizados, ao mesmo tempo em que colocam desafios à análise. Exemplar como *lócus* de realização de algumas dessas tendências foi o "movimento vicinal" na cidade de El Alto, na Bolívia. Considerando esses aspectos e uma exposição das principais vertentes teóricas dos movimentos sociais, esta investigação buscou elaborar uma proposta teórico-metodológica e analítica para a abordagem de movimentos sociais. Esse arranjo se sustentou em dois conceitos principais e relacionais, cuja elaboração não prescindiu de uma apropriação seletiva de alguns aportes das vertentes antes referidas, isto é, os conceitos de prática articulatória e de contexto de conflitividade, além de outros conceitos associados. Na sequência, com base nesse instrumento analítico, buscou-se apreender, em dois momentos distintos, as configurações e significações da prática articulatória vicinal altenha e a conformação do contexto de conflitividade correspondente. Primeiro se deteve no período de hegemonia neoliberal, e depois, no período do chamado ciclo rebelde. Buscou-se observar as mudanças ocorridas no trânsito de um momento para o outro, considerando, ademais, os temas da autonomia, democracia e do território, em consonância com as preocupações que despontaram na literatura recente. No sentido de evitar uma ênfase excessiva nas dimensões de inovação dos movimentos, que termina embotando dimensões de continuidade, delimitou-se a *forma vicinal urbano-popular* altenha, onde estão dispostos recursos vicinais mais persistentes na trajetória do "movimento vicinal". Enfim, se evidenciou que, no primeiro período, as práticas vicinais se conformaram como debilmente articuladas, num contexto de conflitividade de baixa intensidade, e depois, no período do ciclo rebelde, passaram a se configurar, prevalentemente, como densamente articuladas e envolvidas num contexto de conflitividade intensificado. Realçou-se, em cada um desses momentos, como se configuraram as questões da autonomia, das práticas democráticas internas e do território, assinalando, no segundo período, uma sociabilidade política emergente. O arranjo analítico proposto se revelou produtivo para uma abordagem dinâmica de aspectos decisivos de movimentos sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Juntas vicinais. Democracia. Ciclo rebelde. Bolívia.

RESUMEN

En los últimos años ha habido un resurgimiento del interés por el tema de las acciones colectivas de los movimientos sociales, con un número creciente de publicaciones y eventos relacionados con el asunto. En América Latina, a pesar de sus diferencias, este proceso se hace sentir sobre todo a partir del año 2000, cuando se abre el llamado ciclo de conflitividad social. La literatura pasa a poner de relieve nuevas tendencias. Pluralización de los actores y contingencia, revalorización de la cuestión de la autonomía, el poder y la política, la revalorización de las prácticas democráticas, y un énfasis en la dimensión da la territorialidad, son aspectos, entre otros, que han sido subrayados, al tiempo que plantean desafíos para el análisis. Ejemplar como *locus* de realización de algunas de estas tendencias fue el "movimiento vecinal" en la ciudad de El Alto, Bolivia.Teniendo en cuenta estos aspectos y una presentación de las principales vertientes teóricas de los movimientos sociales, esta investigación buscó desarrollar un enfoque teórico-metodológico y analítico para el abordaje de los movimientos sociales. Este esquema se sustentó en dos conceptos principales y relacionales, cuya elaboración no ha prescindido de una apropiación selectiva de algunas contribuciones de las vertientes antes mencionadas, es decir, los conceptos de la práctica articulatoria y el contexto de conflictividad, y además de otros conceptos asociados. En la secuencia, sobre la base de esta herramienta de análisis, hemos tratado de entender, en dos diferentes momentos, la configuración y la significación de la práctica articulatoria vecinal alteña y la conformación del contexto de conflictividad correspondiente. Primero se detuvo en el período de hegemonía neoliberal, y luego, en el período del llamado ciclo rebelde. Se ha buscado observar los cambios en el tránsito de un momento a otro, mientras que, por otra parte, las cuestiones de la autonomía, la democracia y el territorio de acuerdo con las preocupaciones que han surgido en la literatura reciente. Con el fin de evitar un excesivo énfasis en las dimensiones de innovación de los movimientos, que lleva a un embotamiento de dimensiones de continuidad, se ha delimitado la forma vecinal urbano-popular alteña, donde están dispuestos recursos vecinales más persistentes en la trayectoria del "movimiento vecinal". En fin, se evidenció que, en el primer período, las prácticas vecinales se conformaron como débilmente articuladas, en un contexto de conflictividade de baja intensidad, y más tarde, durante el ciclo rebelde, comenzaron a configurarse, predominantemente, como densamente articuladas y involucradas en un contexto de conflictividad intensificado. Se destacó en cada uno de estos momentos, como si configuraron las cuestiones de la autonomía, las prácticas democráticas internas y el territorio, señalando, en el segundo período, una sociabilidad política emergente. El esquema analítico propuesto resultó productivo para un enfoque dinámico de los aspectos decisivos de los movimientos sociales contemporáneos.

Palabras clave: Movimientos sociales. Juntas Vecinales. Democracía. Ciclo Rebelde. Bolivia.

ABSTRACT

In the past few years has been occurring a revival of interest in the subject of social movements' collective actions, with an increase in the number of publications and events that deal with the matter. In Latin America, despite their differences, this process is felt especially from the year 2000, when it opens the so-called cycle of social conflicts. The literature goes on to highlight the new trends. Pluralization of actors and contingency, revaluation of the issue of autonomy, power and politics, revaluation of democratic practices, and an emphasis on dimension of territoriality, are aspects, among others, which has been emphasized, at the same time that present challenges to the analysis. Such example, as *locus* of some of these trends was the "vicinal movement" in the city of El Alto, Bolivia. Considering these aspects and a presentation of the main theoretical sources of social movements, this research aimed to develop a theoretical-methodological and analytical proposal for the approach of social movements. This arrangement is maintained in two main and relational concepts, whose production does not waived a selective appropriation of some contributions before mentioned, that is, the concepts of articulatory practice and conflictive contexts, as well as other concepts associated with. To continue, based on this analytical instrument, it tried to grasp, at two different times, the settings and meanings of El Alto vicinal articulatory practice and the conformation of the corresponding conflictive context. First, it was studied the period of neoliberal hegemony, and later, the period of the so-called rebel cycle. It tried to observe the changes that have taken place on the road for a moment to the other, considering, moreover, the themes of autonomy, democracy and the territory, in line with the concerns that have emerged in recent literature. In order to avoid an excessive emphasis on the dimensions of innovation of the movements, which ends disturbing the dimensions of continuity, it was delimited the *El Alto urban-popular vicinal way*, where are willing the most proeminent resources of the history of the "vicinal movement". Lastly, it was showed, that in the first period, the vicinal practices conformed as weakly articulated in the conflictive context of low intensity, and later, during the rebel cycle began to set, mostly, as heavily articulated and involved in a conflictive context of high intensity. It was enhanced, in each of these moments, how is set the issues of autonomy, internal democratic practices and the territory, indicating, in the second moment, an emerging sociability policy. The proposed analytical arrangement proved to be productive for a dynamic approach to defining aspects of contemporary social movements.

Keywords : Social Movements. Juntas vicinales. Democracy. Rebel Cycle. Bolivia.

RÉSUMÉ

Dans les derniers années on voit une revitalisation dans l'intérêt par le thème des actions collectives de mouvements sociaux, grâce à l'augmentation des numéros des écrits et des évènements qui traitent le sujet. En Amérique Latine, malgré ses différences, ce processus est perçu spécialement a partir de 2000, quand s'ouvre le dénommé cycle de conflitivité sociale. La littérature commence à mettre en évidence les nouvelles tendances. Pluralisation d'acteurs et contingence, revalorisation de la question de l'autonomie, du pouvoir et de la politique, revalorisation des pratiques démocratiques, et une intensité dans le domaine de la territorialité, des aspects parmi d'autres qui sont soulignés, au même temps qui donne des défis à l'analise. Un exemple comme *locus* de réalisation de quelques unes de ces tendances fut le mouvement vicinal dans La ville de El Alto, en Bolivie. En considérant ces indices et un exposé des principales tendances théoriques des mouvements sociaux, cette investigation chercha élaborer une proposition théorico-méthodologique et analytique pour l'approche de mouvements sociaux. Ce schéma se tiensen deux concepts principaux et relationnels, dont l'élaboration n' est pas éludé d'une appropriation sélective de quelques apports des courants avant mentionné, à savoir, les concepts des pratiques articulatoire et du contexte de conflitivité, et aussi d'autres concepts associés. Par la suite, basé sur cet instrument analytique, Nous avons cherchésaisir, en deux moments opposés, les configurations et significations de la pratique articulatoire vicinal *alteña* et la conformation du contexte de conflitivité correspondant. Premièrement, demeuré dans lapériode d'hégémonie néoliberale, ensuite, dans la période dénommé cycle rebelle. Nous avons observé les changements arrivés dans le passage d'un moment à l'autre en considérant de surcroîtles sujets de l'autonomie, de la démocratie et du territoire, conformément aux préoccupations parues dans la littérature récente. Dans le sens d'éviter l'excès dans les dimensions d' innovation des mouvements, qui finissent pour abrutir les dimensions de continuité, nous avons délimité la *forme vicinal urbano-populaire alteña*, où sont disposés ressources vicinales plus persistantes dans le parcours du « mouvement vicinal » Enfin, s'est mis en évidence qui pendant la première période, les pratiques vicinales se sont conformés de façon fragile dans l'engagement, dans un contexte moins intense, ensuite, dans la période du cycle rebelle, évoluent dans une configuration de l'essencevivementorganisé et engagé dans un contexte de conflitivité intense. Nous avons mis en valeur, dans chaqu'un de ces moments, comme se compose les questions d'autonomie, des pratiques démocratiques internes et du territoire, signalant, au second période, une sociabilité politique en voie de développement. La disposition analytique proposé est révélé productive pour un approche dynamique de aspects décisifs de mouvements sociaux contemporains.

Mots-clés: Mouvements sociaux. Juntes vicinales. Démocratie. Cycle Rebelle. Bolivie.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADN	Acción Democrática Nacionalista
ALCA	Área de Libre Comercio de las Américas
CNPV	Censo Nacional de Población e Vivienda
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
COB	Central Obrera Boliviana
COD	Central Obrera Departamental
COMIBOL	Corporación Minera de Bolivia
CONAJUVE	Confederación Nacional de Juntas Vecinales
CONDEPA	Conciencia de Patria
COR	Central Obrera Regional
CUTAL	Central Única de los Trabajadores de El Alto
FEJUVE	Federación de Juntas Vecinales
FURIA	Frente de Unidad y Reivindicación Independente
FEDEPAF	Federación de Padres de Família
INE	Instituto Nacional de Estadística
LPP	Ley de Participación Popular
MAS	Movimiento al Socialismo
MIP	Movimento Indígena Pachakuti
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MNR	Movimiento Nacionalista Revolucionario
NFR	Nueva Fuerza Republicana
OSAL	Observatorio de América Latina
OTB	Organización Territorial de Base
PP	Participação Popular
PLANE	Plan Nacional de Empleo
POA	Planos Operativos Anuais
STPEA	Sindicato de Trabajadores de la Prensa
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
TGN	Tesoro General de la Nación
UCS	Unidad Cívica Solidariedad
UDP	Unidad Democrática y Popular
UPEA	Universidad Pública de El Alto
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

PARTE 1.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, TENDÊNCIAS EMERGENTES E DESAFIOS ANALÍTICOS..... 20

1.1. Tendências assinaladas recentemente na dinâmica movimentalista latino-americana e desafios analíticos..... 31
1.1.1. Pluralização dos movimentos sociais e contingência 31
1.1.2. Movimentos sociais, territorialidade e outras espacialidades 45
1.1.3. Autonomia, poder e política 49
1.1.4. Democracia e movimentos sociais 54
1.1.5. Movimentos Sociais, repertórios de ação e dimensão de contexto 59
1.2. El Alto e o "movimento vicinal": a delimitação do objeto de estudo 63

2. UM PANORAMA DAS ABORDAGENS TEÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS..... 68

2.1. Dinâmicas e configurações do campo de estudos sobre movimentos sociais 68
2.2. Teoria da mobilização de recursos..... 75
2.3. Teoria do processo político..... 81
2.3.1. Estrutura de oportunidade política 87
2.3.2. Enquadramento interpretativo 89
2.3.3. Estruturas de mobilização 93
2.3.4. Ciclo de confronto 97
2.4. Teorias dos novos movimentos sociais..... 99
2.4.1. A perspectiva de Alberto Melucci 102

3. UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DE AÇÕES COLETIVAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS..... 113

3.1. Ações coletivas de movimentos sociais como práticas articulatórias..... 116
3.2. Recursos contenciosos e matrizes configurativas de ações coletivas..... 117
3.2.1. Recursos contenciosos de caráter simbólico-interpretativo 121
3.2.2. Recursos prático-organizativos, de mobilização e ação 124
3.3. Prática articulatória e dinâmica interna..... 125
3.4. Marcos estratégicos de ação e a definição de contextos de conflitividade.. 129
3.5.Especificação conceitual de movimento social..... 137
3.6.Confluência e dispersão nas práticas movimentalistas..... 140

4. A CONCEPÇÃO DA PESQUISA..... 143

4.1. Delimitação operacional do objeto..... 145
4.2. Estratégias da investigação..... 147
4.2.1. Delimitação da matriz configurativa básica do "movimento vicinal" altenho 148
4.2.2. Reconstrução da prática articulatória vicinal nos dois momentos em destaque 149

4.3. Considerações sobre dados de pesquisa e trabalho de campo..... 153

PARTE 2.

5. EL ALTO E A FORMA VICINAL URBANO-POPULAR..... 155

5.1. El Alto: desenvolvimento urbano e contenciosidade urbano-popular..... 157
5.1.1. Registros sobre o processo de urbanização altenha 158
5.1.2. Presença dos componentes migratórios em El Alto 167
5.2. Forma vicinal urbano-popular altenha..... 178
5.2.1. Uma conceituação básica em torno do caráter territorial urbano-popular das juntas vicinais altenhas 181
5.2.2. Demandas urbano-populares e alcance prioritário das ações vicinais 185
5.2.3. Campo de ação, sua forma de relação dominante e a hegemonia do nacionalismo revolucionário no ciclo da Revolução Nacional 186
5.2.4. Pragmatismo estrutural e contingência política 190
5.2.5. Inflexões na prática vicinal, na forma de relação e nos repertórios de ação: o interregno militar (1964-1978) 192
5.2.6. Inflexões na prática vicinal, na forma de relação e nos repertórios de ação, no período de lutas democráticas (1978-1982) 193
5.2.7. Estruturas organizativas e de mobilização das juntas vicinais 196
5.2.8. Pragmatismo estrutural e o caráter cívico das organizações vicinais 196
5.2.9. Composição orgânica de cargos na estrutura funcional das juntas vicinais 198
5.2.10. Comissões e organização por ruas e "manzanos" 201
5.2.11. Assembleia como instância de deliberação coletiva e de participação democrática 203
5.2.12. Estruturas organizativas e de mobilização da Federação de Juntas de Vicinais de El Alto 208
5.2.12.1. Composição orgânica de cargos na estrutura funcional da Federação de Juntas Vicinais de El Alto 208
5.2.12.2. Instâncias deliberativas da FEJUVE 210
5.2.12.3. Aspectos articulatórios e conectivos internos entre juntas vicinais e FEJUVE 211

6. CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DA PRÁTICA ARTICULATÓRIA VICINAL ALTENHA NO PERÍODO DE HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO (1985-1999)..... 216

6.1. Hegemonia neoliberal e cenários sociopolíticos nacional e altenho 217
6.1.1. Democracia e implementação do programa de ajuste estrutural neoliberal na Bolívia 217
6.1.2. Aspectos do cenário sociopolítico altenho no período de hegemonia neoliberal 237
6.1.2.1. Pluralização do tecido associativo e movimentalistaaltenho 237
6.1.2.2. Intensificação da mobilização em torno da autonomia administrativa de El Alto 239
6.1.2.3. FEJUVE El Alto e outras organizações altenhas: entre o desafio da autonomia e a captura clientelista 241
6.2. Predomínio de práticas movimentalistas vicinais locais debilmente articuladas, e tendencialmente sob domínio de uma lógica político-pragmática, e contexto de conflitividade atenuado..... 250

6.2.1. Sob o signo da apatia e subordinação 253
6.2.2. O civismo vicinal comunitário relegado 257
6.2.3. Recursos e estruturas de organização e mobilização vicinais 260
6.3. Em busca de uma síntese interpretativa..... 262
6.3.1. Significações sobre fins e conformação do campo relacional de ação 262
6.3.2. Marcos estratégicos de ação e contexto de conflitividade atenuado 263
6.3.3. Dominância da lógica político-pragmática nas articulações da prática vicinal .. 265
6.3.4. O quadro de relacionamentos qualificados internos e as práticas vicinais debilmente articuladas 266

7. CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DA PRÁTICA ARTICULATÓRIA VICINAL ALTENHA NO CICLO REBELDE (2000-2003) 270

7.1. Dinâmica vicinal local e tendências emergentes: recrudescimento da conflitividade interna e a rearticulação de práticas movimentalistas vicinais..... 271
7.2. O colapso do projeto de modernização neoliberal e a abertura do ciclo rebelde..... 281
7.2.1. Aguçamento da conflitividade 281
7.2.2. Emergência de "instrumentos políticos" 287
7.2.3. O ato inaugural do ciclo rebelde: a Guerra da Água 288
7.2.4. Levantamentos indígenas campesinos de 2000 e 2001 291
7.2.5. O ano de 2002 e o crescimento eleitoral do MAS 293
7.2.6. O segundo governo Sánchez de Lozada(2002-2003) 295
7.2.7. O tema do gás 296
7.3. Antecedentes mais imediatos da guerra do gás..... 298
7.3.1. Febrero negro 298
7.3.2. A luta contra os formulários Maya e Paya 300
7.3.3. Manifestação contra a violenta investida das forças militares em Warisata e Sorata 302
7.4. Octubre negro: os acontecimentos da guerra do gás como culminação de uma prática articulatória vicinal densamente articulada num contexto de conflitividade agudo..... 306
7.4.1. Convocatória para a paralisação indefinida, pautas, atores e condições de oportunidade 306
7.4.2. Práticas articulatórias vicinais locais para assegurar o paro cívico 312
7.4.3. A condução da situação por parte governo, repressão violenta, estigmatização, e a resposta movimentalista vicinal intensificada 322
7.4.4. As jornadas mais violentas e o ponto sem retorno, agenda movimentalista indeclinável 332
7.5. Em busca de uma síntese interpretativa..... 344
7.5.1. Significação sobre fins e a conformação do campo relacional de ação 344
7.5.2. Marcos estratégicos de ação no contexto de conflitividade aguda 350
7.5.3. Emergência e desdobramento de lógicas político-culturais nas articulações das práticas vicinais 352
7.5.4. Quadro de relacionamentos qualificados internos e sociabilidade política emergente 355

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 358

BIBLIOGRAFIA..... 379

ANEXO I 390
ANEXO II 392

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1990, no Brasil, muitos militantes sociais, impregnados por uma cultura movimentalista de base muito referenciada nos movimentos populares, vinham bastante descontentes com os caminhos dos movimentos sociais. Muito se falou em crise, refluxo e institucionalização dos movimentos. Por outro lado, em países vizinhos, especialmente a partir do início da década de 2000, o cenário era outro, estava em curso um processo de revitalização dos movimentos sociais num contexto marcado pelo rechaço às políticas neoliberais. A Bolívia foi um caso exemplar, chamando a atenção de muitos militantes e cientistas sociais estrangeiros que se voltaram para os processos que ocorriam no país andino. Certo sentimento de unidade latino-americana e de solidariedade das lutas ganhava fôlego. De uma maneira ou outra, havia uma percepção difundida entre alguns militantes de que as lutas travadas nos países vizinhos poderiam produzir um "efeito pedagógico" no campo dos movimentos populares brasileiros, mesmo reconhecendo as diferenças significativas de cada realidade. Havia ainda a certeza de que muitos desses atores sociais estavam aportando inovações às práticas dos movimentos na região, exigindo novas formatações político-institucionais, dando novas rotas ao processo de democratização das sociedades latino-americanas, exigindo também uma reorientação das lentes teóricas e analíticas. O tema dos movimentos sociais ganhava, então, nova projeção, e é neste contexto que as preocupações desta tese se inserem. Sua motivação primeira foi conhecer um processo de organização popular vigoroso ocorrido na cidade boliviana de El Alto, que teve por base especialmente as juntas vicinais espalhadas por todos os bairros e vilas da cidade. Um cenário de mobilização popular que nos parecia muito contrastante com a situação que vivíamos no Brasil, que também enfrentava consequências das políticas neoliberais.

Depois de uma primeira visita à Bolívia, ainda em abril de 2008, momento agudo na conflitividade vivida na história recente daquele país, esboçamos um projeto de investigação que no correr de um par de anos foi se delimitando com o seguinte objeto: *o estudo das configurações e significações de práticas vicinais referenciadas em bairros/vilas da cidade de El Alto, numa trajetória que inclui tanto o momento de maior conflitividade, o chamado ciclo rebelde, aberto em 2000, como o período imediatamente anterior, que identificamos, abrangentemente, como período de hegemonia neoliberal.* Objetivamos compreender aspectos que estavam envolvidos no vigoroso processo de organização e mobilização vicinal que culminou com um evento do porte da chamada *guerra do gás*, em outubro de 2003. Nesse

intento, evitamos, no entanto, realizar uma análise muito focada na descrição de eventos de maior conflitividade e visibilidade pública do movimento, o que, a nosso ver, restringiria demasiadamente a abordagem, e buscamos compreender também como se caracterizavam as práticas vicinais no período imediatamente anterior a esse momento de maior mobilização, e que aspectos de continuidade, ruptura e inovação poderiam ser identificados num curso de um momento para o outro.

A *guerra do gás* foi um marco no processo político boliviano recente, expondo uma conflitividade aguda em torno do rechaço popular às políticas neoliberais. Ficou marcada tanto pelas violentas investidas militares na cidade de El Alto, que terminaram resultando num elevado número de mortes e de feridos, como pelo debilitamento progressivo do governo de então, resultando na renúncia do presidente da república, e pela sedimentação de condições favoráveis a uma nova projeção de forças políticas identificadas com os atores sociais em mobilização, como é o caso de Evo Morales e do Movimiento al Socialismo (MAS). Por outro lado, a *guerra do gás* pôs em tela, também, de maneira bastante evidente e como um momento de culminância, um processo de organização política popular *desde abajo*, que aponta, a despeito de diferenças significativas, tendências que estão para além do caso particular de El Alto, encontrando formas de realização específica em outros contextos movimentalistas latino-americanos. Tendências identificadas como inovadoras e que vem desafiando analistas e cientistas sociais latino-americanos. Neste prisma, esta tese objetiva também adentrar nos debates produzidos sobre os desafios analíticos para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos, lançando mão da construção de um esquema analítico que é "testado" na abordagem empírica das práticas do "movimento vicinal" altenho. Neste intento, partimos do pressuposto basilar de que os processos sociais e políticos contemporâneos são marcadamente contingentes, exigindo uma abordagem mais analítica e relacional dos movimentos. Descreveremos, na sequência, o conteúdo de cada capítulo da tese, explicitando melhor o percurso trilhado em sua elaboração.

A tese está dividida em duas partes. Na primeira, visamos demarcar as questões que tem tido bastante projeção nas práticas dos movimentos sociais latino-americanos e na literatura recente sobre eles. Além disso, expomos vertentes mais consolidadas no campo das teorias dos movimentos sociais e propomos o arranjo analítico acima referido, e, culminando esse percurso, delimitamos nosso objeto empírico de investigação. Na segunda parte, em três capítulos, nos detemos, especificamente, sobre as configurações e significações das práticas do "movimento vicinal" postas em análise.

No primeiro capítulo, buscamos oferecer um quadro geral dos debates atuais sobre movimentos sociais latino-americanos, destacando as tendências que tem sido assinaladas recentemente por analistas e ativistas dentro de um quadro de revitalização do campo de estudos sobre o tema. Algumas dessas tendências são: a pluralização dos atores sociais, a territorialização das práticas dos movimentos, uma renovada projeção da questão da autonomia e da democracia em suas dinâmicas internas e em suas reivindicações, além de um despontar de ações mais disruptivas dentro de uma política de confrontação, contrastando com as conformações identificadas em movimentos que tinham se revelado prevalentes no período anterior. Transformações profundas nas sociedades latino-americanas propiciaram condições para a emergência dessas novas tendências, especialmente vinculadas à transição e consolidação dos processos de redemocratização política assistidos, e a concomitante inserção dos países latino-americanos na ordem da "globalização neoliberal". Ao mesmo tempo em que assinalamos essas tendências, buscamos, a partir delas, demarcar desafios analíticos na abordagem dos movimentos contemporâneos. Ademais, ainda no primeiro capítulo, delimitamos nosso objeto empírico de pesquisa, o "movimento vicinal" na cidade de El Alto, como exemplar na expressão de algumas das referidas tendências, especialmente nos seus momentos mais conflitivos, vividos entre 2000 e 2003. As novas tendências foram referidas principalmente como ocorrendo nos movimentos que tiveram maior visibilidade no chamado ciclo de conflitividade social, quando uma série de movimentos sociais enfrentou as políticas neoliberais em curso nos países latino-americanos.

No segundo capítulo, nossa preocupação básica foi delimitar as principais vertentes teóricas dos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos, a teoria do processo político, ambas de origem estadunidense, e a perspectiva da teoria dos novos movimentos sociais, de origem europeia, e nesse caso, especialmente, as contribuições de Alberto Melucci. Com isso, acreditamos que nos foi possível explicitar alguns subsídios importantes para enfrentar os desafios analíticos da abordagem dos movimentos latino-americanos, considerando as novas tendências destacadas.

Já no terceiro capítulo, buscamos, com base numa apropriação seletiva de aportes das vertentes antes referidas, especialmente de alguns conceitos vinculados à perspectiva do processo político (como estruturas de mobilização, enquadramento interpretativo e estrutura de oportunidade política), e de concepções teóricas e metodológicas propostas por Melucci, propor um arranjo teórico-metodológico e analítico para a abordagem de movimentos sociais contemporâneos. Partindo do pressuposto de que um movimento é antes um "campo

problemático do que um objeto claramente definido" (FALERO, 2008, p.8), e sem desconsiderar a importância de aspectos contextuais e estruturais na conformação de ações coletivas de movimentos sociais, dirigimos nosso foco para uma análise que centra atenção na ação coletiva *per se*, reconhecendo, ainda, e na esteira de Melucci, que só uma leitura mais analítica dos movimentos sociais permite apreender as configurações e significações das ações coletivas, os conflitos e confrontos que expressam, as alternativas que produzem, sua propensão para mudanças significativas etc. Dentro de nossa construção, o arranjo proposto se estruturou com base em dois conceitos básicos, *ações coletivas de movimentos sociais como práticas articulatórias de recursos contenciosos*, e *contexto de conflitividade*, que implica sempre uma dimensão de contenciosidade, explícita ou latente, mais ou menos intensificada, a depender da configuração das relações de força em questão. As *práticas* e os*contextos* são definidos em relação. Além disso, discutimos o que chamamos de matrizes configurativas de ações coletivas, recursos contenciosos, marcos estratégicos de ação, e propomos uma especificação conceitual sobre o que entendemos, em suma, como movimento social.

No quarto capítulo, intitulado "A concepção da pesquisa", com base no arranjo analítico proposto, realizamos uma delimitação mais operacional do objeto de estudo, e explicitamos nossas "estratégias de investigação", as decisões e procedimentos utilizados para levar a cabo a pesquisa, considerando momentos e contextos diferentes na trajetória do "movimento vicinal" e a preocupação de, em cada um deles, apreender as configurações e significações das práticas vicinais. Esse capítulo fecha a primeira parte da tese.

No quinto capítulo, abrindo a segunda parte da tese, com base no arranjo analítico proposto, buscamos delimitar o que definimos como matriz configurativa básica do "movimento vicinal" altenho, isto é, a *forma vicinal urbano-popular* altenha. Considerando um movimento social como constituído por práticas articulatórias de *atores em movimento*; e que essas práticas desdobram suas significações e configurações com base em recursos contenciosos disponíveis e emergentes, sempre dentro de um contexto de conflitividade específico (com alcance e intensidade variável), quando delimitamos a *forma vicinal*, perseguimos, mais prontamente, definir recursos estruturais mais persistentes, relativos às formas organizativas e de mobilização que constituem o "movimento vicinal" ao longo de sua trajetória mais estendida (isto, especialmente, pelo caráter fortemente institucionalizados dos seus principais aspectos organizativos). Esses recursos são destacados como encarnando uma conflitividade básica de caráter urbano-popular, relativa ao processo truncado de urbanização

altenha. Com isso, buscamos assegurar condições propícias para a apreensão das práticas vicinais, com suas particularidades, nos dois momentos que pusemos em tela na definição do nosso objeto de estudo, comportando tanto elementos de continuidade como elementos de inovação e de especificação relativos a cada contexto de conflitividade envolvido.

No sexto capítulo, investimos na reconstrução de práticas articulatórias vicinais locais, e do contexto de conflitividade correspondente, no período marcado pela hegemonia no projeto de modernização neoliberal (1985-1999). Bem como, buscamos apreender mudanças que foram paulatinamente se processando na *dinâmica vicinallocal* e que logo produziriam novas conformações das práticas articulatórias vicinais. Para dar conta de nossos objetivos, montamos um abrangente panorama do neoliberalismo na Bolívia, e da dinâmica sociopolítica altenha mais geral. Enfim, para esse período marcado pela hegemonia neoliberal, a investigação apresenta evidências de que as práticas articulatórias vicinais se encontravam debilmente articuladas, e tendencialmente sob domínio de uma lógica político-pragmática consoante com as reformas de caráter neoliberal, projetando-se na conformação de um contexto de conflitividade de intensidade atenuada.

Já no sétimo capítulo, observamos as mudanças ocorridas na dinâmica vicinal altenha no despontar e desenvolvimento da conflitividade sustentada do chamado *ciclo rebelde*, expressão boliviana do ciclo de conflitividade antineoliberal que alguns analistas discutiram extensamente. Nesse período, em El Alto, ocorre uma mudança substantiva nas práticas articulatórias vicinais locais: configuram-se práticas movimentalistas densamente articuladas, envolvendo significações correspondentes à reafirmação e revitalização de espaços de autonomia decisória, de práticas democráticas locais que passaram a se configurar como mais participativas e horizontalizadas, em contraste com as formas como vinham se conformando anteriormente, além de um processo de reapropriação do território e de projeção de novas espacialidades políticas, aspectos que, combinados, dão os contornos de uma *sociabilidade política emergente* desdobrada *desde abajo*. Essas configurações e significações encontram suas condições de possibilidade, exatamente, na conformação e desenvolvimento do contexto de conflitividade intensificada característico do *ciclo rebelde*.

Por último, nas considerações finais, buscamos uma articulação das principais argumentações que propomos na tese. A preocupação fundamental foi demonstrar como o nosso arranjo analítico, centrado nos conceitos relacionais de *prática articulatória* e *contexto de conflitividade*, favoreceu uma abordagem das configurações e significações das práticas vicinais altenhas, das mudanças que apresentaram ao longo do período posto em tela, bem

como a abordagem, no nível da dinâmica vicinal local, de algumas das tendências mais significativas a que nos referimos acima, tais como, a questão da autonomia, a revalorização das práticas democráticas e um processo de reapropriação do território por parte dos movimentos. Asseveramos que as configurações e significações das práticas vicinais devem ser abordadas em relação com o contexto de conflitividade correspondente. De tal maneira, as características de autonomia, as formas democráticas, as formas de apropriação do território, os tipos de repertório de ação, além de outros aspectos específicos presentes nas práticas vicinais, devem ser buscadas sempre nessa relação.

Tentamos sustentar ainda, com base no arranjo analítico proposto, como, o que denominamos *recursos contenciosos* e *matrizes configurativas* (repositório desses recursos), se revelou produtivo para o discernimento analítico da particularidade da prática vicinal, envolvendo elementos de inovação e continuidade dentro do contexto de conflitividade correspondente.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, TENDÊNCIAS EMERGENTES E DESAFIOS ANALÍTICOS

Desde a década de 1990 vem se assistindo a um processo dinâmico de revitalização do interesse por ações coletivas e movimentos sociais e de mudanças no campo de estudos sobre esses fenômenos em diferentes regiões do mundo. Na América Latina é a partir do início da primeira década do século XXI que esse processo começa a ser sentido com maior projeção. Em grande medida, essa retomada é resultante das transformações nas configurações assumidas por ações coletivas de movimentos sociais nas sociedades contemporâneas, interpelando pesquisadores e ativistas a um esforço de construção de eixos e instrumentos teóricos e analíticos mais consonantes com essas transformações.

O aumento do número de publicações e de eventos (seminários, congressos etc.) e debates com participação ativa de cientistas sociais, investigadores e também ativistas de toda América Latina é o principal indicador desse processo, que, como não poderia ser diferente, é experimentado de maneira variada, e com particularidades importantes a depender do país ou dos países onde essa produção tem sido colocada em relevo. Assim, a despeito do fluxo de intercâmbio entre investigadores de distintos países, é possível, por exemplo, verificar algumas diferenças importantes entre a literatura recente sobre o processo políticos, ações coletivas, movimentos sociais e temas correlatos, em países como Brasil, Bolívia ou Argentina. Essas diferenças resultam, em boa medida, do fato de que as abordagens teóricas, os recortes analíticos e as ênfases temáticas que estão associadas à revitalização da reflexão sobre o tema, não são produto exclusivo de dinâmicas endógenas ao campo das teorias sobre ações coletivas e movimentos sociais, mas resultam, antes, de práticas concretas de *atores em movimento* na configuração de *contextos de conflitividade* específicos que foram despontando em diferentes países latino-americanos no período relativamente curto de alguns anos. De tal maneira, as ênfases e pautas temáticas que podemos observar na literatura recente dizem respeito à forma como esses atores ganham visibilidades em determinados contextos de conflitividade.

No plano nacional, a recente enxurrada de edições especiais de revistas científicas no campo das ciências sociais que dedicaram atenção às ações coletivas, processos de mobilização e movimentos sociais, atesta uma nova projeção do tema. Edições temáticas recentes de revistas como *Sociedade e Estado* (2006), *Estudos Históricos* (2008), *Caderno CRH* (2008), *Lua Nova* (2009) e *Ciências Sociais Unisinos* (2010) revelam um incremento

das publicações voltadas a questões relativas aos movimentos sociais. Embora bastante diversas, uma tendência que se desponta nessas publicações, quando tomadas em conjunto, e explicitada em algumas das apresentações realizadas pelos organizadores dos números temáticos, é problematizar uma abordagem mais institucionalista que se tornou prevalecente na literatura brasileira e também de outros países com o processo de consolidação das transições democráticas na região.

Nesse sentido, na apresentação da edição especial da *Revista Ciências Sociais Unisinos*, o dossiê "Ações coletivas, movimentos sociais e redes sociais na contemporaneidade", Carlos Gedea explicita as questão que animam os textos reunidos:

> De fato, no final daquela década [de 1980], as teorias e temas relacionados às discussões sobre as ações coletivas e os movimentos sociais foram fatalmente abandonados, assumindo o seu lugar perspectivas e preocupações muito mais relacionadas com uma "institucionalização" das suas práticas. Em pauta apareceriam reflexões em torno das políticas públicas que contemplariam "novos" atores de movimentos sociais agora incorporados à lógica política institucionalizada, bem como temáticas seduzidas pelas novas formas de gestão social e às formas de participação política no âmbito de diferentes instâncias estatais ou para-estatais. Assim, os atores sociais apareceram desligados de uma dimensão associativa que os enquadrava em cenários de conflituosidade política e social; criadores de instâncias coletivas de ação em constante ressignificação e em eventual situação de antagonismo perante o cenário político institucional[1] (GEDEA, 2010, p. 1).

Especialmente no Brasil, pelo menos desde o início da década de 1990, num contexto de redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, marcado por um processo de expansão de espaços institucionais abertos à participação, se assiste a um dinâmico associativismo no âmbito da sociedade civil com participação de atores sociais diversos, incluindo organizações não governamentais (ONGs), entidades do terceiro setor e organizações de movimentos sociais, que vão, nesse contexto, conformar articulações, "redes sociais", "redes de movimento" (no sentido de SCHERER-WARREN, 1996; 2003) estruturadas em torno a demandas e temas também bastantes diversos como gênero, geração/idade, opção/orientação sexual, saúde, habitação, questões ecológicas e socioambientais, etc. Nesse contexto, por um processo significativo de "institucionalização" de demandas e de uma linguagem assentada na luta pelos direitos, envolvendo decisivamente

[1] Na mesma direção, lê-se num dos textos do dossiê temático "Movimentos sociais e política", publicado pelo Caderno CRH, da Universidade Federal da Bahia: "Há uma tendência, nos estudos contemporâneos sobre movimentos sociais e democracia, a priorizar o âmbito instituído, as inovações institucionais e a participação de atores sociais em novos espaços deliberativos. Isso é especialmente válido no caso brasileiro, frente à emergência de novos atores sociais nos espaços institucionais, como o orçamento participativo e os conselhos gestores de políticas públicas, os quais, muitas vezes, nublam a dimensão mais autônoma dos movimentos sociais e (ou) seu caráter instituinte" (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 465).

a “sociedade civil organizada”, “as políticas públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais”, e na organização de fóruns, conselhos, câmara, etc. temáticos, espaços de confluência desses atores (GOHN, 2010, p. 12), o que expressou uma reconfiguração das formas e repertórios da luta que se assistia no período anterior. Esse quadro está associado diretamente à forma como, considerando os percursos do conjunto dos atores sociais no Brasil na última década, se configurou dominantemente a conflitividade social no campo dos movimentos sociais brasileiros. A literatura produzida no período está em consonância com as configurações assumidas por essas ações coletivas. A ênfase recaiu na abordagem dos atores sociais da sociedade civil atuantes num processo de consolidação da democracia e efetivação da cidadania.

Já no plano latino-americano mais abrangente, uma vastíssima e bastante influente literatura tem sido aquela reunida em torno das iniciativas do Conselho Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (CLACSO), e especialmente do programa do Observatório Social da América Latina (OSAL). Esse programa foi criado em 2000, pelo CLACSO, com o objetivo de promover o acompanhamento da conflitividade social regional, especialmente relacionada aos efeitos das políticas neoliberais, bem como os estudos e análises sobre movimentos sociais que encarnaram essa conflitividade, assim como assegurar um espaço de intercâmbio e o debate regional sobre as temáticas associadas (SOEANE; ALGRANATI; TADDEI, 2006). No número 30 da *Revista OSAL*, edição comemorativa dos 10 anos de sua atividade, Mónica Vázquez (2011) assinala a importância da Revista nesse contexto de revitalização do interesse pelos movimentos sociais e destaca temas que vem animando investigadores.

> A revista *OSAL* se inscreve no ciclo de mobilizações e conflitos sociais e políticos que atravessou a região desde os inícios da primeira década do século XXI. De certo modo, foi um projeto visionário, pois assumiu a tarefa de acompanhar no terreno da reflexão teórica os processos de mudança que começavam a se insinuar, e contribuiu com seu pensamento potencializando esse labor de transformações e luta contra o neoliberalismo. Seu caráter latino-americano proporcionou materiais de iniludível relevância para marcar as inflexões ou as tendências em escala regional. Não é exagerado dizer que nela se plasmaram os grandes debates que recorreram os centros de estudo e os grupos intelectuais e militantes da região e inclusive do mundo e que são expressão das tensões que atravessam as ciências sociais no início do século XXI. Nesse sentido, não podemos menos que reconhecer sua enorme contribuição ao enriquecimento e estímulo do pensamento crítico latino-americano, apostando na construção de um pensamento emanado da própria realidade latino-americana.

Em suma, o CLACSO tem animado e promovido a produção de análises sistemáticas do desenvolvimento das lutas sociais e dos movimentos sociais na região ao longo de toda

década, reunindo uma vasta literatura sobre as lutas antineoliberais na América Latina, suas tendências e uma série de debates estimulantes que foram sendo suscitados[2].

Considerando aspectos como a existência de abordagens teóricas, de ênfases temáticas e de perspectivas normativas diversas desenvolvidas por investigadores e/ou ativistas, com apropriações seletivas de abordagem teóricas e conceituais produzidas em outros contextos (como abordagens vinculadas, por exemplo, as teorias dos novos movimentos sociais); considerando ainda a existência de trajetórias específicas de movimentos sociais em contextos nacionais, dentre outros aspectos, a despeito de um esforço como o do CLACSO, conforma-se um panorama abrangente e complexo que atesta a dificuldade de qualquer intento de um mapeamento da produção sobre movimentos sociais latino-americanos que se pretenda definitivo ou completo. Há mesmo itinerários de investigadores e de grupos específicos de investigadores, com forte interlocução em torno de pautas de pesquisa compartilhadas, que embora possam gerar, em determinados momentos, um amplo e acalorado debate com difusão ativa em circuitos específicos, podem também, por outro lado, ser quase completamente desconhecidos ou desconsiderados por outros pesquisadores e grupos.

Nesse sentido, embora sem ter aqui como esmiuçar as particularidades e diferenças internas da literatura que emerge recentemente no Brasil, e daquela associada ao CLACSO, podemos dizer que são registros que revelam um panorama da complexidade da produção sobre ou associada a movimentos sociais latino-americanos na última década. Assumido riscos de simplificação, a nosso ver, de uma maneira geral, parte significativa da literatura recente tende a interpelar e se colocar em contraste com uma abordagem de caráter mais institucionalista que se tornou dominante em países como Brasil, dando projeção a aspectos como a tensão entre dimensões mais instituídas e dimensões mais instituintes do cenário sociopolítico e a dimensões mais disruptivas da ação, em consonância com as próprias práticas dos movimentos sociais.

Na literatura gravitada em torno do OSAL/CLACSO, ou desdobrada a partir de temas que ocuparam centralidade nessa literatura, vários autores têm ressaltado que, especialmente a partir do ano 2000, se assiste a um incremento da "conflitividade social" na América Latina (SOEANE; ALGRANATI; TADDEI, 2006; PARRA, 2011) associada ao que Svampa (2007) identificou como "quebra do consenso neoliberal", e expressa numa série de vigorosas mobilizações e protestos sociais que se projetaram no cenário sociopolítico regional junto a

[2] Exatamente por isso, por ser uma literatura vastíssima, bastante influente e abarcadora de problemas que extrapolam fronteiras nacionais, estaremos organizando nossa discussão sobre tendência e desafios analíticos com o foco bastante dirigido nessa literatura.

um processo de emergência, de rearticulação, de renovação, de pluralização e de maior visibilidade de atores sociais em distintos países latino-americanos. Esses atores sociais foram identificados quase sempre como movimentos sociais ou populares, e teriam convergido em diferentes processos de confrontação social interpelando com graus variados de intensidade, alcance e visibilidade, as reformas estruturais promovidas por políticas neoliberais, e os governos, setores e instituições nacionais e internacionais operadores dessas políticas, e no limite as próprias institucionalidades democráticas liberais que vinham sendo forjadas desde os processos de redemocratização e que foram sendo profundamente reorganizadas desde o prisma do projeto de modernização neoliberal, enquanto paradigma político, econômico e cultural, especialmente a partir da década de 1990. Em alguns casos esse processo de confrontação resultou "na queda de governos, na abertura de profundas crises políticas e no fracasso de iniciativas de caráter neoliberal" (SOEANE; ALGRANATI; TADDEI, 2006, p. 230). O foco dessa literatura, então, se dirigiu às *dimensões mais disruptivas* dos movimentos sociais, em consonância com os próprios marcos estratégicos de ação que *atores em movimento* desdobraram, conformando contextos de conflitividade agudos e abrangentes (com projeção nacional), e contribuindo decisivamente com as mudanças substantivas que se assistiu no cenário sociopolítico da região nos últimos anos.

Nesse contexto, novas formas de ação coletiva, de resistência e de luta, de repertórios de protestos e mobilização, e de construções identitárias despontariam, expressando novas tendências que demarcariam continuidades e rupturas em relação às formas anteriores de ação coletiva de movimentos sociais, especialmente de caráter popular, nas décadas de 1980 e 1990 (SOEANE; ALGRANATI; TADDEI, 2006; PARRA, 2011).

Entre as novas tendências na configuração de movimentos sociais nesse período, destaca-se o deslocamento de certa centralidade que o movimento sindical assumia em vários países latino-americanos, enquanto protagonista e referência das lutas sociais, concomitantemente a uma maior pluralização dos movimentos sociais, expondo novos eixos de conflito social que passam a desempenhar "um papel central na delimitação de campos de controvérsia, na distribuição do poder, dos recursos e dos rumos da história da democracia" na região (MIRZA, 2006, p. 21). Por outro lado, foram identificadas determinadas características comuns a vários movimentos, como: apropriação do espaço territorial pela prática movimentalista (o território ganha novo relevo na articulação de ações coletivas de movimentos sociais); pronunciada busca por autonomia em relação a partidos políticos e ao Estado; "revalorização e reinvenção da questão democrática" (SOEANE; TADDEI;

ALGRANATI, 2003, 2005; ZIBECHI, 2005; SVAMPA, 2008), dentre outras que desenvolveremos mais a frente, com maior detalhamento, quando tentaremos assinalar que essas particularidades presentes nas configurações dessas ações coletivas representam desafios à análise dos movimentos sociais contemporâneos.

Para muitos analistas, essas tendências vinham sendo projetadas de forma latente desde o período anterior, associadas às transformações profundas que ocorriam nas sociedades latino-americanas, e teriam, a despeito da particularidade dos contextos nacionais específicos, estado disseminadas no conjunto dos movimentos sociais latino-americanos, ou pelo menos entre os mais significativos no contexto de conflitividade social antineoliberal. Elas atravessariam, por exemplo, as práticas dos

> novos movimentos sociais por cima de suas diferenças nacionais e setoriais, abarcando movimentos como o zapatismo; movimentos territoriais urbanos como as organizações piqueteras na Argentina; a Fejuve [de El Alto] na Bolívia, os Sem Teto no Brasil, movimentos rurais como o MST no Brasil; movimentos socioambientais como os atingidos por barragens no Brasil; os movimentos de resistência campesino-indígena no Peru e Equador, as novas assembleias cidadãs contra a mineração a céu aberto na Argentina e Chile, etc. (PARRA, 2011, p. 47).

O caráter concentrado das mobilizações e protesto em poucos anos (especialmente entre 2000 e 2005), apresentando características similares, com presença e disseminação entre diferentes *atores em movimento* de repertórios de ação disruptivos, ocorrendo em diferentes países e projetando uma conflitividade aguda em relação às políticas neoliberais, levou alguns autores a falarem de um "ciclo de mobilizações", "ciclo de protestos sociais", ou "ciclo de conflitividade social" (SOEANE; ALGRANATI; TADDEI, 2006; PARRA, 2011). Este, de acordo com Parra (2011, p. 45), embora não tenha sido "homogêneo nem linear", foi suficientemente estendido para se falar em sua "magnitude regional" e para "produzir interrogantes sobre a configuração específica destes protestos, sobre a natureza das forças que se constituem no enfrentamento e sobre os sujeitos coletivos que as encarnam".

Essa ideia de *ciclo de conflitividade* traz subjacente uma dimensão de *contexto* iniludível para pensar as trajetórias de movimentos sociais no plano regional da América Latina, e também no plano nacional de cada país. A literatura recente - com suas diferenças internas -, a despeito das intenções de generalização embutida numa ideia como "magnitude regional", reflete a necessidade desse duplo registro (regional-nacional). De maneira mais ou menos explícita, ela teve que lidar com a configuração de contextos de conflitividade mais ou menos agudos, ou mais ou menos atenuados, e ainda mais ou menos abrangentes do que

outros (alguns com projeção nacional, e outros com ressonância mais localizada e/ou menos visibilizada).

Indicativo disso é a produção de uma vasta terminologia para designar as ações e os atores sociais ativos nesses cenários que, se por um lado, cobra sentido em determinados contextos, por outro, carecem de similar significação noutros. Glória Gohn (2010), por exemplo, vem destacando em seus trabalhos que o conceito de "mobilização social" e "redes de movimentos", ou "redes de mobilização", vêm ocupando centralidade na produção recente, especialmente brasileira. Esses termos denotam e demarcam determinados horizontes das práticas sociais e políticas em contextos específicos de conflitividade, onde, por exemplo, ganha relevo especial a ideia de "protagonismo da sociedade civil". Por outro lado, sem que os sentidos analíticos subjacentes a uma noção de *redes* sejam necessariamente identificados como inapropriados, numa vasta parcela do território latino-americano, a atuação de atores sociais identificados de uma forma ou outra como movimentos sociais, e os processos políticos e culturais onde eles assumem protagonismo, tem revelado outras expressões para designar os processos em questão, nos quais uma noção ou conceito de redes quando ocorre tem significação específica. As expressões as quais nos referimos são, por exemplo: "rebelião", "revolta", "sublevação", "insurreição", "insurgência", "levantamento", "*puebladas*", entre outros, todos indicando pontos agudos de conflitividade que certamente destoam do cenário brasileiro e de outros países no mesmo período caracterizado como "ciclo de conflitividade social" e projetado regionalmente.

De uma maneira geral, no entanto, não nos parece equivocado dizer que se assistiu, atravessando fronteiras nacionais, com similaridades mais evidentes entre determinados contextos nacionais e contrastes inexoráveis em relação a outros, uma conflitividade disseminada e crescente, com participação não apenas de *atores em movimento*, mas de múltiplos atores sociais e políticos, que pôs em cheque a *ofensiva neoliberal* que vinha se assistindo na América Latina de maneira mais estendida e com maior intensidade a partir da década de 1990, e terminaram criando as condições para uma mudança no cenário sociopolítico latino-americano. De tal modo, o que ocorreu foi uma expressão variável dessa conflitividade em diferentes países a depender de fatores diversos. Nesse sentido, eventos de significativo confronto social, e muitos outros com impactos importantes, mas mais localizados, interpelaram a viabilidade dos formatos político-institucionais vigentes, criando, em alguns casos, um cenário de profunda instabilidade, onde o sistema político foi a dimensão mais enfrentada e vulnerável, entrando em colapso, por exemplo, na Venezuela, no Equador e

na Bolívia, e enfrentando uma fúria popular sem precedentes na Argentina, quando se disseminou nas mobilizações e protestos de rua em Buenos Aires e em outras cidades do país a insígnia: "*que se vayan todos*" [3]. Nesse sentido, em alguns países as mobilizações culminaram com a derrubada de governos que haviam desatado políticas de reforma neoliberal, privatizações, aumentos de preço, cortes salariais etc., e foram pavimentando condições favoráveis para a eleição à presidência da república de lideranças políticas que estiveram, algumas vezes, na linha de frente das mobilizações, que se constituíram como referências recentes nas lutas sociais, ou que já eram referências históricas no campo da esquerda, capitalizando, de uma maneira ou outra, a insatisfação popular para ganhar eleições contra partidos e políticos tradicionais e/ou cujas linhas programáticas se assentavam em premissas claramente neoliberais. Uma característica comum, que parece ter atravessado todas as situações em tela, foi, de uma forma ou outra, o fato das lideranças políticas emergentes terem construído suas condições para o triunfo eleitoral, isto é, sua legitimidade política eleitoral, com base no argumento de se constituírem como alternativas aos governos anteriores, identificados diretamente como neoliberais ou privatistas. Abriu-se, assim, um novo cenário sociopolítico na América Latina, sendo a eleição de Hugo Chávez para presidente da Venezuela, em dezembro de 1998, um marco nesse sentido[4].

Coordenadas dos contextos sociopolíticos nacionais particulares refletiram nas condições e nos processos que resultaram na conformação do novo cenário regional com a emergência de governos identificados como progressistas, de esquerda e de centro-esquerda.

[3] São muitos os eventos agudos de protesto e de mobilizações massivas e contundentes disseminadas por diferentes países latino-americanos que interpelaram de maneira mais ou menos direta as políticas neoliberais. Podemos citar, por exemplo: o *caracazo*, na Venezuela, ainda em 1989; mobilizações massivas no Equador em fevereiro de 1997; o chamado *marzo paraguayo*, em Assunção, em março de 1999; outra vez o Equador, em janeiro de 2000; manifestações em Lima, no Peru, e a denominada *guerra da água*, em Cochabamba, Bolívia, em abril de 2000. Em dezembro de 2001, o chamado *argentinazo*, em Buenos Aires; manifestações em junho de 2002, em Arequipa, Peru; o chamado *febrero negro*, em fevereiro de 2003, em La Paz, e a chamada *guerra do gás*, em El Alto e também La Paz, na Bolívia, em outubro do mesmo ano; as jornadas de luta de maio e junho cujo epicentro foi uma vez mais a cidade de El Alto; Oaxaca em 2006, no México, entre outros.

[4] Depois da eleição do presidente venezuelano, o triunfo eleitoral de coalizões políticas que surgiram e/ou foram ganhando legitimidade no curso dos acontecimentos conflitivos, passou a ocorrer em vários outros países. Em janeiro de 2003, foi eleito Lúcio Gutierrez no Equador numa coalizão que envolvia setores populares mobilizados, para logo ter que renunciar em 2005 sob fortes protestos populares em virtude da frustração das expectativas que o seu governo tinha projetado. Em 2002, ganha as eleições presidenciais brasileiras Lula da Silva. E em 2003 assume a presidência na Argentina Néstor Kirchner depois de um período de forte instabilidade política no país e sob apoio de setores populares. Em 2005, assume Tabaré Vázquez a presidência do Uruguai; em dezembro do mesmo ano, ganha as eleições presidência na Bolívia, Evo Morales. Em 2006, depois da frustração do governo de Lúcio Gutierrez, ganha as eleições presidenciais do Equador Rafael Correa. Em 2007, com o fim do mandato constitucional de Néstor Kirchner, assume a presidência Cristina Fernandes Kirchner continuando com a mesma linha do seu antecessor. Em agosto de 2008, assume a presidência do Paraguai Fernando Lugo (destituído do cargo em 22 de junho de 2012 depois de um controverso e fulminante julgamento político amplamente questionado internacionalmente). Em 1 de março de 2010, assume a presidência do Uruguai Pepe Mujica. E em 2011, sucedendo a Lula da Silva, assume a presidência do Brasil Dilma Rousseff.

Aspectos obviamente associados à presença, às configurações e às trajetórias de *atores em movimento* nacionais (com ou sem projeção regional ou internacional).

A organização institucional desses governos, que teriam bloqueado linhas de força da ofensiva neoliberal, traz certamente novos desafios à análise, desenham um novo cenário para os movimentos sociais. Uma caracterização desses governos vai mostrar diferenças importantes entre eles no que tange, por exemplo, aos programas e às políticas que desenvolveram (e que vem sendo desenvolvidas), bem como na sua relação com as mobilizações populares e movimentos sociais.

Raúl Zibechi dá pistas sobre configurações distintas relativas aos contextos de conflitividade vividos no continente nos últimos anos. Segundo este autor é necessário distinguir pelo menos duas genealogias na conformação do novo cenário sociopolítico latino-americano, no que concerne a organização institucional de governos identificados como "progressistas":

> [1.) a primeira corresponde a genealogia] daqueles países onde as forças de 'mudança' chegaram ao governo como conseqüência de uma acumulação eleitoral e institucional, em um clima de estabilidade política e com base em equipes de governo com experiência prévia em gestões municipais e provinciais. É o caso do Brasil, Chile e Uruguai e parcialmente da Argentina.
>
> [2.) a segunda genealogia] está marcada por crises políticas mais ou menos profundas, provocadas pela mobilização social que chegou a pôr em questão não só aos governos neoliberais, mas também – ainda de modo fugaz e incipiente – o modo de dominação e todo o entretecido institucional no qual se apóia. É o caso da Bolívia, Equador, Venezuela e parcialmente da Argentina (ZIBECHI, 2008, p. 103).

No que corresponde à "segunda genealogia" definida por Zibechi (2008), o processo que resultou nesse novo cenário sociopolítico, e que se desdobra com feição particular nos dias correntes, reconhecendo inflexões no percurso, se alimentou (e ainda se alimenta) de uma discursividade *refundacional* que, não obstante a maneira difusa como se disseminou (e se dissemina) nos discursos e nas práticas de alguns movimentos sociais, setores sociais e outros atores aos quais estão vinculados, logrou assegurar um suporte para a retomada, na linguagem comum, de termos como *revolução* e *socialismo*. Em países como Bolívia, Venezuela e Equador esse discurso *refundacional* foi elaborado de maneira mais sistemática e disseminado obtendo maior alcance. Na Bolívia se falou e se fala em *revolução democrática cultural* e em

socialismo comunitário; na Venezuela em *revolução bolivariana* e em *socialismo do século XXI*; e no Equador em *revolução cidadã*[5].

Com as mudanças no cenário sociopolítico regional, associadas à conformação dos novos governos de esquerda e centro-esquerda, e das relações desses com os movimentos sociais, a literatura vai passar por algumas inflexões. Nesse sentido, perguntas-chaves podem ser colocadas em relevo e problematizar a manutenção das características que foram saudadas como novas tendências no ciclo de conflitividade antineoliberal. Podemos perguntar, por exemplo: como as tendências assinaladas no contexto de conflitividade mais agudo, passam a se configurar no momento em que governos progressistas são instituídos? Quais as possíveis significações e configurações da presença da ação movimentalista latino-americana de maneira mais duradoura atravessando diferentes contextos? Como estas se modificam ou se mantêm no curso dos acontecimentos?

Para lidar com essas questões nos parece importante reconhecer que a literatura que enfatizou *dimensões mais disruptiva* dos *atores em movimento* em contextos de conflitividade agudo (o contexto regional das lutas antineoliberais), ao discutir novas tendências, recolocou, de uma forma ou outra, uma série de temas e questões já divisados no campo de estudos sobre movimentos sociais na América Latina, além outros certamente renovados, bem como, reproduziu, por isso mesmo, parte dos problemas persistentes nesse campo.

O destaque das tendências ou de novas dimensões dos movimentos sociais latino-americanos, ganha muito de seu sentido a partir da afirmação de suas *dimensões mais disruptiva e instituintes* num contexto agudo de mobilizações e protestos com grande visibilidade pública e capacidade interpelativa da "ordem neoliberal". Com a emergência dos governos progressistas de esquerda e centro-esquerda, e as mudanças nas relações com os movimentos sociais, muitos analistas tiveram que mudar o tom de certo "entusiasmo movimentalista", muito afinado com as expectativas que foram alimentadas entre estudiosos e militantes em relação a potencialidades dos movimentos sociais nas lutas pela redemocratização (das décadas de 1970 e 1980) e no curso do processo de transição democrática. Nesse sentido, bastante lamentado, por exemplo, é o "alinhamento" de parte do "movimento piquetero" com o kirchnerismo, ou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Brasil com os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

De tal maneira, estudos que têm indicado a presença das novas tendências, embora consistam em contribuições de imprescindível importância, apresentam também algumas

[5] Para ilustrar esse clima *refundacional* basta reter as palavras de Rafael Correa no ato de posse como presidente do Equador. Dizia ele que vivemos um "câmbio de época" e não uma "época de câmbios".

fragilidades já bastante conhecidas no campo dos estudos sobre movimentos sociais na América Latina, trazendo dificuldades para uma compreensão mais analítica da dinâmica dos movimentos sociais e sobre suas potencialidades em seus contextos de ação. São algumas dessas fragilidades: predomínio de um enfoque marcadamente empírico-descritivo produzindo generalizações a partir de casos localizados; idealização dos atores populares mobilizados, superdimensionando, muitas vezes, suas dimensões positivas para mudanças sociais e negligenciando aspectos contraditórios e paradoxais nas práticas de movimentos sociais; negligência de uma interlocução com os estudos já realizados (gerando, para alguns casos, um efeito de reiteração da novidade), etc. Repõe-se, para muitos desses estudos, o problema de abordagens que, ao enfatizarem o *novo*, embotaram elementos de continuidade presentes nas práticas dos movimentos, bem como, o caráter contingente das articulações políticas e culturais que constituem suas ações coletivas.

Com esta tese buscamos, em parte, levantar problemas e tendências que surgem nas últimas duas décadas na *dinâmica movimentalista* latino-americana, tentando projetá-las de forma abrangente como desafios analíticos para o campo de estudo sobre movimentos sociais contemporâneos. Estamos convictos de que se torna uma exigência imperativa à interpretação sociológica, responder que configurações assumem os movimentos sociais, qual o significado de suas práticas, que papel eles jogam nos contextos sociopolíticos e culturais latino-americanos, e qual a melhor forma de analisá-los. A proposta de investigação assume a preocupação de enfrentar, de alguma maneira, esses desafios analíticos. De tal forma, buscamos elaborar um arranjo analítico (desenvolvido no capítulo 3) que estivesse em consonância com as *dinâmicas movimentalistas*, especialmente, latino-americana.

Nossa preocupação, no entanto, não é estritamente construir ou esboçar um modelo analítico, mas também - e talvez, sobretudo - buscar uma interpretação das formas concretas assumidas por um movimento que vem sendo bastante citado como exemplar no desenvolvimento das novas tendências identificadas para os movimentos sociais latino-americanos, o "movimento vicinal" na cidade boliviana de El Alto, como veremos em momento oportuno. Cabe agora avançar mais detidamente em algumas das tendências já assinaladas, buscando observar como elas se projetam demarcando o que entendemos como desafios analíticos.

1.1. Tendências assinaladas recentemente na dinâmica movimentalista latino-americana e desafios analíticos

1.1.1. Pluralização dos movimentos sociais e contingência

Uma primeira questão diz respeito à constatação de um processo de pluralização de movimentos sociais na América Latina nas últimas décadas, e que foi bastante realçado na literatura recente, especialmente a partir do início da década de 2000, no contexto de retomada do interesse pelo tema. Essa tendência, no entanto, tem nexos de continuidade com a trajetória mais estendida dos próprios movimentos sociais latino-americanos e com o campo de estudos que se dedicou a eles e/ou a fenômenos associados. Ainda na década de 1970, se constatava uma pluralização de movimentos sociais. Dessa forma, o que ocorre é uma recolocação do tema em um novo contexto de conflitividade, que pauta atores sociais e políticos que insurgiram na cena pública interpelando a "ordem neoliberal". Essa é a tendência da literatura reunida em torno do OSAL/CLACSO. Com efeito, tornou-se mais persuasiva a dimensão de contingência das significações e configurações assumidas pelas ações coletivas.

A pluralização, assim, não é um fenômeno conjuntural referido, exclusivamente, à conflitividade expressa nos enfrentamentos de atores sociais contra as políticas neoliberais em curso. É sim um fenômeno mais estrutural, existindo dimensões globais e locais envolvidas. Alguns aspectos profundos relativos às transformações ocorridas nas sociedades latino-americanas favoreceram, destacadamente, esse quadro de pluralização de movimentos, podemos citar o processo de redemocratização política e os efeitos da incorporação dos países latino-americanos na "globalização neoliberal" e suas articulações.

O processo de reconstrução e "consolidação" de instituições democráticas nas sociedades latino-americanas pós-regimes autoritários, criando um "novo ambiente democrático" regional, estruturado, por exemplo, com base num "papel preponderante dos partidos políticos" e "em instituições de caráter liberal", com ênfase no "respeito às regras do jogo", como "sufrágio universal", "livre expressão de ideias" (MIRZA, 2006, p. 39), etc. paradoxalmente, vai se conformando no momento de implantação de programas de ajuste estrutural e de estabilidade econômica de caráter neoliberal em vários países latino-americanos. Abrem-se novas possibilidades institucionais de participação, mas que se conjugaram "a um estado enfraquecido pela política neoliberal" (DOMINGUES, 2007).

De tal maneira, se por um lado há um inegável processo de consolidação formal da democracia política sucedendo os regimes autoritários, por outro, estas apresentam debilidades importantes. De um lado, o processo de democratização política permitiu uma nova projeção de demandas, de pautas, agendas, campos de ação, áreas de conflito, e assim de atores sociais, bem como incentivou possibilidades e formas de participação diversas, de tal modo que fortaleceu uma tendência de pluralização que já estava em curso nas dinâmicas do tecido associativo e movimentalista; por outro lado, restringiu essa dinâmica a formas mais institucionais e reguladas nos marcos de uma redefinição da relação entre Estado e sociedade civil requerida no projeto de inserção dos países latino-americanos nos circuitos da "globalização neoliberal". Nesse cenário de possibilidades e limites, de acordo com Garretón (2002), o aprofundamento e a qualidade do regime democrático convertem-se em questões fundamentais em torno das quais se produzirá a configuração de uma pluralidade de atores sociais, "com uma tensão entre os mais orientados ao político-estatal, preocupados com as reformas institucionais e a democratização do Estado, e aqueles que ligam demandas sociais e cidadãs". Esse aspecto adiciona um sentido maior de contingência pela falta de um princípio convergente articulador e unificador dos atores, princípio que de alguma maneira existia nas conjunturas anteriores como a de luta pela redemocratização. A nosso ver, boa parte dos atores sociais, movimentos sociais, temas/questões conflitivas, formas de ação desenvolvidas nesse período vão explorar em direções variadas os limites desses processos de democratização, da consolidação institucional da democracia nas sociedades latino-americanas. Aqui se projeta de maneira mais estendida uma pluralização de posição associada ao debate sobre direitos, democracia, participação e cidadania, o que passa a ganhar mais relevo exatamente na década de 1980 com os processos de democratização, no bojo de uma "nova cultura política". Para alguns autores como Glória Gohn (2002, p. 226), a cultura política nas sociedades latino-americanas teria se transformado no período ou fase de democratização, que vai do final da década de 1970 até a década de 1980, "ganhando aspectos novos, baseado numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados". No entanto, convivendo com tendências contraditórias no processo de democratização política.

Com base na argumentação de Garretón (2002, p. 13) podemos destacar *tendências* presentes no processo de democratização política que vão despontar nos cenários latino-americanos posteriores à dissolução dos regimes autoritários, envolvendo distintos atores sociais e políticos, e pondo em tela uma relação entre possibilidades e limites. Estas se

encontram “às vezes sobrepostas, outras entremescladas, outras em tensão e com lutas por hegemonias parciais entre elas”. Cabe destacar a *tendência neoliberal*, entendida como

> intento de negar a política a partir de uma visão distorcida e unilateral de modernização expressa em uma política instrumental que substitui a ação coletiva pela razão tecnocrática e onde a lógica de mercado parece suplantar qualquer outra dimensão da sociedade. Esta tendência se acompanha nos últimos tempos com uma visão da política que contribui para despolitizar ainda mais a sociedade ao propor como seu único conteúdo ‘resolver os problemas concretos das pessoas’ (GARRETÓN, 2002, p. 13).

Outra tendência, a que vamos chamar de *tendência democratizante movimentalista* surge como reação à perspectiva do neoliberalismo e aos fenômenos de globalização econômica, e também como uma visão crítica do Estado e da política, mas é uma crítica projetada desde a sociedade civil, apelando ao seu fortalecimento (GARRETÓN, 2002). Nessa mesma direção, Burity (1999, p. 26-27) observa a tendência de “crítica ao modelo tecnocrático de gestão dos regimes autoritários enfatizando o direito da sociedade civil de impor limites e criar seus próprios espaços de autonomia (relativa) face ao Estado”. Vários atores da sociedade civil pautariam suas ações, diante das novas condições de participação, através dos princípios de cidadania, participação ou invocando princípios identitários e comunitáriosque, figurando num campo político institucional marcado por recursos sempre escassos, envolvem também posições particularistas de reivindicação de tipo identitária e corporativa.

Uma caracterização dos “processos de democratização” regional, especialmente em virtude do quadro de “globalização neoliberal”, aponta, então, ao mesmo tempo para a participação de uma pluralidade de atores sociais desde os novos marcos democráticos, como para limites dessa experiência democrática. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 15) constatavam, no final da década de 1990, a existência de níveis “sem precedentes de violência, pobreza, discriminação e exclusão” que indicavam “que o ‘desempenho’ e o próprio projeto das ‘novas’ democracias da América Latina estão longe de satisfatórios”, situação em muito devida ao fato de que os programas de ajuste estrutural de caráter neoliberal entraram na disputa pelos “projetos de democracia” como “poderosos e ubíquos competidores”.

O programa do neoliberalismo surge em resposta à crise econômica iniciada na década de 1970 e que teve duração até a década de 1990, atravessando boa parte do período ditatorial e de transição democrática. Ele passa a ser desenvolvido na América Latina como um paradigma de ordenamento econômico, político e cultural. Numa síntese, pode ser definido

como um conjunto de medidas econômicas e programas políticos que se colocaram contra a intervenção do Estado na economia e a favor da criação de condições adequadas para a total mobilidade do capital, sendo favorecido pelas mudanças e surgimento de novos aparatos e possibilidades informacionais, comunicacionais e tecnológicas, que possibilitaram os processos relativos à chamada "globalização".

O processo de "globalização" é multidimensional e produz efeitos contraditórios. Envolve aspectos, como: intensificação da difusão de informações em escala global, em tempo real; amplificação do papel dos meios de comunicação de massa, e a "'massificação da cultura' na produção de uma 'opinião pública' sobre as mais variadas questões"; intensificação dos fluxos de capital financeiro e de produtos dentro do mercado internacional, o que favoreceu condições de liberalização dos mercados em consonância com o projeto neoliberal, tornando as economias nacionais mais vulneráveis, dentro de um processo abrangente de "internacionalização de questões econômicas, sociais e políticas, bem como da produção, dos mercados, do trabalho e da gestão, transcendendo ou fissurando crescentemente os estados nacionais, em diferentes proporções", envolvendo o processo de reestruturação de empresas, flexibilização trabalhista, descentralização geográfica da produção e controle centralizado da informação e gerenciamento.Processos que incidem conectando sociedades e segmentos delas, atravessando decisões autônomas dos Estados nacionais, com conseqüências importantes (BURITY, 1999, p. 22). É diante dessas condições que o neoliberalismo vai se despontando como "modelo hegemônico da atual globalização capitalista", o que, por sua vez, "não quer dizer que se materialize em todos os países da mesma forma" (HARNECKER, 2000, p. 191-195).

O Chile governado por Pinochet foi a primeira experiência de aplicação sistemática do neoliberalismo no mundo, depois essa experiência se espalha pela Europa, especialmente a partir da década de 1990. Na América Latina, o modelo neoliberal e as políticas de ajustamento estrutural que propõe, impuseram-se por meio da pressão de agências internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aproveitando-se da crítica situação financeira desses países, produto do enorme endividamento exterior contraído[6] (HARNECHER, 2000).

[6] Os países latino-americanos para desenvolverem suas economias captaram capitais estrangeiros. Na década de 1960, o excesso de liquidez do dólar no mercado internacional e seu baixo custo favoreceram que os países latino-americanos contraíssem vultosos empréstimos, a taxas de juros flutuantes. Parte significativa desse dinheiro foi utilizada em obras de infraestrutura, como hidroelétricas e estradas. Outra parte, voltadas para construção de obras sem relevo e em alguns casos nunca concluídas, além dos montantes utilizados em atos de corrupção. A não existência de controle da sociedade civil sobre os governos devido à ausência de instituições democráticas levou a uma degradação do Estado. Gastou-se muito com a "modernização das Forças Armadas" e

Diante da recessão e estagnação econômica dos países da América Latina na década de 1980, estes se viram impossibilitados de pagar os juros da dívida. Os bancos particulares credores, principalmente os estadunidenses, exigiram que o FMI negociasse com os países devedores os programas de ajuste econômico para que pudessem saldar os serviços da dívida. Esses programas de caráter neoliberal visavam, em linhas gerais, "modernizar" as economias latino-americanas promovendo sua integração no livre comércio internacional, favorecendo a livre circulação de capital. Para isso, os governos nacionais deveriam: combater a inflação com redução dos gastos do Estado e diminuição da oferta de moedas; diminuir o protecionismo para incentivar o comércio internacional e os investimentos de capitais estrangeiros, isto é, abertura dos mercados, desregulamentação ou eliminação de qualquer regra constrangedora da circulação/fluxo de capital estrangeiro; obter superávits comerciais para pagar serviços da dívida; reduzir a participação do Estado na economia, através da privatização das empresas públicas, isto é, privatização de empresas estatais de serviços como: educação, saúde, fundos de pensão, construção de habitações, etc. tendo como conseqüência redução do papel do Estado; realização da flexibilização no plano laboral, entre outra exigências.

Na medida em que a "globalização" vai assumindo um crescente e acentuado caráter econômico, projetado mundialmente como a abertura dos mercados, ela se configura como um conjunto de transformações e como um processo no qual as sociedades latino-americanas "se inserem dificultosamente de uma maneira dependente, e como objetos de estratégias externas de dominação" (GARRETÓN, 2002, p. 13), favorecendo uma "renovação da posição subdesenvolvida e subordinada como exportadora de *commodities* - que marca sua posição no padrão global de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, hoje como antes" (DOMINGUES, 2007).

---

se diminuiu os gastos com saúde e educação. Esse processo de endividamento dos países latino-americanos, ocorrido no período em que muitos países viviam regimes autoritários, vai pavimentar a debilidade desses países frente à crise do petróleo desencadeada entre 1973-1974. Nesse período, ocorre um aumento dos preços internacionais do petróleo, aumentando também os juros das dívidas e consequentemente o montante das dívidas externas dos países endividados. A situação agravou-se ainda mais em países que não eram autossuficientes em petróleo. O aumento excessivo nos preços do petróleo e a crise que produz na economia mundial, levam ao surgimento do chamado projeto neoliberal, que passa a operar na América Latina ainda dentro do contexto autoritário, em 1973, no governo de Pinochet, no Chile. Embora tenha tido uma disseminação mais sistemática a partir da década de 1980, e especialmente de 1990. Todos esses aspectos vão levar a um recrudescimento da precarização das condições de vida de expressivos contingentes populacionais dos países latino-americanos. A crise social gerada nesse período foi um dos fatores que contribuíram para a queda dos regimes ditatoriais. Todos esses aspectos reforçam a dependência econômica e a lógica de desenvolvimento desigual e combinado, e pelo menos em parte, foram possibilitados pelas transformações substanciais que vinham ocorrendo nas sociedades avançadas no hemisfério norte (CÁCERES, 1992, p.220).

Em linhas gerais, seus efeitos na América Latina podem ser colocados em perspectiva a partir duas noções: a da existência de um "quadro globalizado de desenvolvimento desigual e combinado"; e a "noção de interrelações intensificadas entre agentes sociais através das barreiras nacionais" (BURITY, 1999, p. 22). Embora estejam correlacionadas, a primeira noção pode ser melhor definida de um ponto de vista político e econômico, pondo em relevo especialmente às políticas de ajuste neoliberal e seus efeitos sociais. Já a segunda, não desconsiderando sua importância no plano político e econômico, pode ser projetada também como realçando as possibilidades comunicacionais e informacionais e seus efeitos culturais contraditórios.

Como um processo que envolve complexos e extensos processos de relações sociais, a "globalização" vai favorecer a configuração de atores e de ações coletivas, especialmente a partir dos anos de 1980, em consonância com a complexidade dos arranjos sociais que atravessa toda modernidade contemporânea. Nesse registro, as sociedades latino-americanas vão se tornando mais complexas e plurais, como resultado de "processos de diferenciação social cujos desdobramentos atravessam toda modernidade", além de estarem mais expostas a padrões globais (DOMINGUES, 2007).

De tal maneira, cumpre destacar que os efeitos da "globalização econômica ou neoliberal" atravessam a América Latina e são sentidos tanto do ponto de vista material, social e econômico, como do ponto de vista cultural, político-cultural e ideológico. Registros que, combinados, produzem temas relevantes para ações coletivas de movimentos sociais *na* (e *desde* a) região. Reverberam tanto na emergência de novos atores, ou de atores que tinham antes uma presença menos significativa, como também na emergência de novos temas, novas formas de pautá-los, novos ou renovados repertórios de ação etc. Assim, um *processo de pluralização* de movimentos está associado, também, aos aspectos relacionados mais diretamente às possibilidades de intensificação de interrelação no que tange à ação coletiva em todo mundo, tanto entre atores de distintos contextos nacionais, como entre atores atuantes dentro do mesmo contexto nacional, regional, local. E nesse sentido, torna-se bastante relevante, por exemplo, a discussão sobre dinâmicas de difusão e imitação possibilitadas pelos novos recursos informacionais e comunicacionais, e a formação de "redes de movimentos".

Dentro desse prisma, Manuel Garretón vai destacar um conjunto de conseqüências da "globalização" na configuração das ações coletivas em todo mundo, isto é: (a) um processo de "desarticulação dos atores clássicos ligados ao modelo de sociedade industrial de Estado nacional", o movimento sindical e operário tradicional. (b) Com "suas próprias dinâmicas

para além da globalização" ocorre o que chama de "explosão de identidades" do tipo comunitaristas ou particularistas baseadas no sexo, na idade, na religião, na "nação não estatal", na etnia, na região, etc. (c) Emergência de "novas formas de exclusão que expulsam massas de pessoas estabelecendo um vínculo puramente passivo e midiático entre elas e a globalização". (d) Conformação de atores sociais que enfrentam poderes globais, os "movimentos antiglobalização" (GARRETÓN, 2002) ou altermundistas, dentro da "tendência crescente à emergência de movimentos e organizações cujo raio de intervenção se focaliza numa problemática global" (BURITY, 1999).

As mudanças que foram ocorrendo nas sociedades latino-americanas, acentuando efeitos das inovações tecnológicas, comunicacionais e gerenciais que incidiram no plano da produção e de distribuição, produzindo mudanças substantivas em termos de uma reconfiguração da estrutura de trabalho, com acentuação da precarização de suas relações, terceirização e expansão do setor de serviços, flexibilização laboral, aumento do desemprego e do subemprego, favoreceram que ocorresse um deslocamento da preeminência do movimento sindical e operário, que jogava, no período anterior, um papel mais destacado nas lutas sociais em vários países da região. Como bem notam Soeane, Taddei e Algranati (2006, p. 332) se até o final da década de 1980 o conflito assalariado (especialmente industrial) constituiu num dos principais eixos de conflitividade social na região, sendo ademais a forma de organização sindical o modelo que marcou – de uma maneira ou outra – as formas organizativas da maioria dos movimentos sociais urbanos e rurais, além de ter cumprido, ao mesmo tempo, "um destacado papel na articulação político societal das demandas particulares dos sujeitos coletivos", com as "transformações estruturais que o neoliberalismo impôs sobre todas as ordens da vida social (e em particular na economia e mercado de trabalho sob forma de desindustrialização e financeirização econômica)" essa "matriz da ação coletiva" entra em crise e se debilita, diminuindo o "peso dos sindicatos de assalariados como sujeitos privilegiados do conflito".

Em contrapartida, como resultado dos efeitos do processo de implantação das políticas neoliberais, de suas reformas estruturais, se estrutura uma conflitividade social associada à emergência ou rearticulação de uma pluralidade de *atores em movimento*, tanto no mundo rural como no mundo urbano, que passa a desenvolver uma posição bastante destacada no cenário sociopolítico latino-americano. Ante o modelo de reprimarização da economia, e a importância das medidas de reestruturação agrária, assiste-se à emergência de destacados movimentos sociais de origem rural e campesina, muitos deles cobrando presença nacional e

regional. Na mesma direção, a privatização e a exploração intensiva dos recursos naturais transtorna a vida de numerosas comunidades rurais, muitas delas com um pronunciado corte étnico, detonando uma conflitividade encarnada pelo protagonismo de um renovado "movimento indígena" (especialmente em países como Bolívia, Equador e México) (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006).

No espaço urbano, efeitos estruturais do desemprego acarretados pelas políticas neoliberais geraram, em países do cone sul, o aparecimento e consolidação de movimentos de desocupados ou desempregados. Profundos processos de reconfiguração espacial e social das cidades, com fragmentação do espaço urbano, abandono de espaços públicos e de investimentos em serviços básicos e em obras de infra-estrutura, deterioração de serviços e aumento da violência, uma multiplicidade de problemáticas, são consequências mais visíveis de efeitos das políticas neoliberais. Conflitos urbanos recentes parecem dar conta dessa multiplicidade, envolvendo lutas por acesso a habitação (sem teto), pela melhoria de serviços públicos, e contra a alta das tarifas dos mesmos, pela defesa da escola pública etc. Não desaparece, no entanto, o conflito de trabalhadores assalariados urbanos. Seoane, Taddei e Algranati (2006, p. 235-236), ao acompanharem os conflitos sociais ocorridos na América Latina, registrados pela equipe do OSAL, constatam que as organizações sindicais "particularmente no espaço urbano, longe de ser um sujeito secundário da prática reivindicativa, ocupa um lugar destacado no mapa do protesto social". No entanto, com profundas dificuldades para "transcender seu caráter setorial e alcançar uma dimensão nacional". Os trabalhadores assalariados do setor público tornam-se mais destacados entre os trabalhadores assalariados, e suas lutas se desdobram "frente às reiteradas políticas de reforma e privatização alentadas pelo neoliberalismo, em particular como resultado dos pacotes de ajuste fiscal exigidos e negociados pelos governos com organismos internacionais".

É diante desse quadro que, de acordo com Vázquez (2011), aparece como um consenso bastante generalizado nas publicações da *Revista OSAL*, a constatação da "perda da centralidade política que coube à classe operária na luta social, no passado". A afirmação de Claus Offe, amplamente compartilhada no contexto europeu de emergência das teorias dos novos movimentos sociais de que "uma crescente diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores assalariados", com a "emergência da 'sociedade de serviços pós-industriais'", teria ocasionando "a erosão dos alicerces culturais e políticos da identidade coletivas centrada no trabalho" (OFFE apud DOIMO, 1995, p. 61), se reatualiza, em termos, na contemporânea América Latina, na constatação de Anibal Quijano (2004, p. 24) de que "é difícil, (...)

identificar um setor de trabalhadores como o hegemônico no heterogêneo, disperso, fragmentado e cambiante universo do trabalho".

A constatação, nesses estudos, de que o mundo do trabalho se fragmentou e se diversificou, e que os conflitos se estenderam para além da esfera laboral, ganha relevo novo se situarmos com mais precisão uma preocupação de base que anima o projeto do OSAL, isto é, contribuir para a revitalização do chamado pensamento crítico latino-americano, cuja matriz dominante (mas não exclusiva) é o marxismo. Nessa direção, Vázquez (2011, p. 30) assinala que a "perda da centralidade do movimento operário se traduz numa menor importância do mesmo no pensamento crítico da região".

O tema da pluralização volta à tona especialmente no ciclo de conflitividade, porque nele, como vimos, atores sociais diversos e emergentes deram a demonstração empírica de sua capacidade de enfrentamento, muitas vezes radical e contundente, às medidas neoliberais que vinham sendo desdobradas por vários governos de países latino-americanos, elaborando, para alguns casos, uma discursividade crítica que projetou disposições emancipatórias e algumas vezes refundacionais, ainda que não tenha sido possível, pelo menos para boa parte dos atores envolvidos, uma exposição mais sistemática sobre como essas perspectivas se convertem em projetos políticos alternativos. Nesse sentido, cabe o registro de que perspectivas radicalizadas emergentes no "movimento indígena" (e parcialmente desdobradas em espaços urbanos com presença de indígena migrantes) resultantes de um significativo processo de politização da etnicidade, apontam no sentido de horizontes emancipatórios não redutíveis ao horizonte de uma esquerda clássica, tradicional, apresentando em alguns países uma grande capacidade de convocatória e de interpelação[7]. Como bem nota Domingues (2007, p. 25), um dos fenômenos mais surpreendente que ganha relevo na região, especialmente a partir de meados da década de 1990, é um processo de "re-etnização da América Latina" vivido especialmente na região andina e da América Central.

De qualquer maneira, o que realmente parece consistir numa novidade que não pode ser subestimada, é o fato de que movimentos sociais que já existiam, mas que passaram por um processo de rearticulação ou revitalização mais ou menos significativo recentemente, e novos *atores em movimentos* surgidos no contexto de lutas antineoliberais, assumiram maior "preeminência, situação de igualdade ou inclusive mais importância, em relação ao movimento sindical e operário, ou camponês" (DOMINGUES, 2007, p. 31).

[7]Cf. GUTIÉRREZ, Raquel; ESCÁRZAGA, Fabiola (Coord.). **Movimiento Indígena en América Latina**: resistencia y proyecto alternativo.La Paz: Textos rebeldes y otros, 2006.

Uma das derivações mais importantes dessa constatação da "perda de centralidade política e sociológica do movimento operário", abrindo uma nova angular para a abordagem dos processos sociopolíticos na região, pode ser apreciada na revisão realizada por Mónica Vázquez (2011), dos trabalhos publicados na *Revista OSAL* nos últimos 10 anos. Isto é:

> foi a *certeza* de que não há um *único* nem *privilegiado* ator social, vanguarda da revolução ou sujeito estratégico para a emancipação. Nenhum ator pode se arrogar a centralidade da luta contra o neoliberalismo. Pelo contrário, emergiram movimentos com grande força em torno a conflitos posicionados nos limites entre produção e reprodução da vida.

De tal maneira, disseminou-se entre investigadores e ativistas aquilo que Mutzenberg (2011, p. 2) identificou, numa abordagem não restrita ao cenário regional, como um "entendimento da imprevisibilidade e incerteza em relação aos desdobramentos dos movimentos sociais e da mudança social", o que "se deve à concordância, em grande parte dessas abordagens, sobre a inexistência de uma direção predeterminada dos cursos sociais".

Essa percepção da contingência dos arranjos político e dos horizontes das *práticas movimentalistas* é notada inclusive numa importante coletânea de textos, com participação de investigadores de vários países da região e convidados estrangeiros, que visa explicitamente um "debate com os que protagonizam lutas em favor do socialismo, da autonomia e da liberdade":

> Novas sociabilidades, novas ideias e novas alianças estão transformando as sociedades, afortunadamente não na forma de um único projeto, nem de modo totalmente inteligível ou previsível. Há, na América Latina, um vasto espaço para a criação e para a experimentação de caminhos alternativos. (...) Isso não pressupõe, em absoluto, a recusa de toda tradição de esquerda ou, o que seria tão ruim quanto, abraçar a tradição como um dogma a ser cultuado e reverenciado sem questionamento, sem debates e sem possibilidades de abertura para o novo a reinventar (LEHER, 2005, p.7-8).

No mesmo sentido, Domingues afirma que na América Latina contemporânea "a contribuição dos movimentos sociais é ela mesma descentrada, e seu vetor, altamente contingente, em função de sua pluralidade, metas variáveis e alianças que não são necessariamente dadas desde sempre" (DOMINGUES, 2007, p. 33).

A pluralização, diversidade, heterogeneidade dos atores sociais e o caráter contingente de suas práticas, no entanto, têm sido consideradas nos debates que puseram foco nas configurações assumidas pelos movimentos sociais no ciclo de conflitividade social, a partir de duas perspectivas valorativas e normativas divergentes. Por um lado, desenvolveu-se uma

vertente que entende as configurações atuais, plurais e contingentes, como positivas; por outro, uma vertente contrastante se assentou numa leitura que enfatiza a fragilidade associada ao caráter fragmentado e disperso dos atores sociais, isto é, que entende as configurações atuais das suas práticas movimentalistas como negativas, sempre dentro de uma perspectiva na qual se está levando em consideração o potencial dos movimentos sociais em produzir transformações no ordenamento social, político e cultural das sociedades latino-americanas. Nesse caso, o pessimismo incide sobre o potencial das formas assumidas pelos movimentos sociais de cumprirem por si mesmas um papel de relevo nas transformações. Cabe ressaltar que, em termos, esse debate que põem em pauta limites e potencialidades relacionados ao caráter plural e heterogêneo dos atores sociais contemporâneos, também não é tão recente, já tinha sido travado com anterioridade na América Latina no campo de estudos sobre movimentos sociais, bem como no cenário internacional mais abrangente.

Versões dessas distintas vertentes foram explicitadas num acalorado debate[8], ainda aberto, embora com menos intensidade do que antes, envolvendo um grupo de investigadores, acadêmicos e ativistas, e suas apreciações sobre as dinâmicas dos movimentos sociais e os processos de protestos e mobilização. Mónica Vázquez assinala os termos desse debate, que, embora possa parecer demasiadamente entrincheirado e localizado, lança luz também sobre como as questões em tela se projetam em outros espaços e circuitos acadêmicos e ativistas.

> Os autores referidos [no debate em questão] dão conta da proliferação e diversidade de atores sociais e políticos (...); de uma variação conjuntural das reivindicações; da extensão das formas de ação e da diversificação nos níveis de ação. Para alguns (...) essa característica assume uma conotação negativa, devido ao seu caráter dispersivo e fragmentário, e à dificuldade de se articular entre si e dar forma a um horizonte de libertação compartido. Outros (...), em contraste, destacam o caráter positivo da diversidade de atores, da multiplicidade de reivindicações e da ausência de 'projetos hegemônicos' (...). A ausência de certezas, neste caso, é vista como vantagem e não como um *handicap*. Desde esta perspectiva, a certeza e a inevitalidade do caminho que hegemonizou a luta do movimento operário, não conduziu em geral a sociedades mais justas e igualitárias. Por isso estes autores reivindicam o valor da experimentação e a inspiração zapatista expressa na fórmula 'caminhando perguntando' (VÁZQUEZ, 2011, p. 34).

Embora as visões distintas acima referidas não levem à mesma derivação, algumas das versões desdobradas, seja entendendo a proliferação dos atores sociais como positiva ou como negativa, reintroduziram no debate recente, o que Souza Santos (2006) chamou de "novo extremismo dentro do pensamento crítico", com referência à América Latina. Esse "extremismo" tem como uma das expressões, segundo o autor, a busca da definição de um

[8] Denominado por alguns analistas como "debate estratégico". Cf. Sader (2004).

sujeito histórico específico. Num extremo, há a defesa da *classe operária*; no outro, o sujeito histórico se conforma algo próximo ao conceito de *multidão* cunhado por Antonio Negri e Michel Hardt (NEGRI, 2003), que ganhou parte de sua fama na região com o trabalho de John Holloway, a experiência dos zapatistas no México e de formas organizativas que foram sendo desenvolvidas na Argentina, especialmente, nos momentos mais agudos de crise.

O conceito de multidão de Negri e Hardt foi proposto para expressar o atual estado das resistências no quadro da "globalização neoliberal". A multidão consiste num conjunto diverso de agentes que convergem na formação um sujeito social ativo a partir das "singularidades comuns", capazes de se comunicar e atuar como um todo, ou como uma totalidade autodefinida e mantendo suas diferenças internas. Corresponderia a uma organização policêntrica fundada sobre a pluralidade contínua de seus elementos e de suas linhas de comunicação. Além disso, a multidão é constituída por agentes que compartilham a situação de rechaçar, resistir, lutar contra a dominação do capital, na medida em que são vítimas da ordem global conformada pelo Império, que é uma referência central no seu esquema. O Império resulta das transformações das formas de produção e reprodução econômica e social, que permitem estabelecer uma nova soberania imperial e produzir novas subjetividades. Assim lutas diversas convergem na constituição do sujeito emancipatório que é a *multidão* (NEGRI, 2003). O conceito tanto inspirou propostas como também recebeu volumosas críticas, sendo objeto bastante destacado em debates travados na região na esteira das novas tendências dos movimentos sociais latino-americanos.

Para François Houtart (2010, p. 4) pode-se criticar esta concepção, mas "não por sua análise da diversidade dos atores", e "sim pelo fato de que a multidão aparece mais como um conceito do que um sujeito em ação". O conceito de multidão foi tido por vários autores como vago e pouco mobilizador, embora se sustente na percepção, bastante compartilhada, de que vivemos condições e experiências significativas de "convergência das resistências", isto é, convergência entre uma pluralidade de atores em processo de luta e resistência contra os efeitos da "globalização capitalista".

De acordo com Ernesto Laclau (2009, p. 298), os autores desdobram um "imanentismo radical" que afirma a existência de uma "universalidade espontânea e subjacente", que "alcança seu ponto culminante de visibilidade com a constituição do Império, uma entidade sem limites e – em oposição ao antigo imperialismo – sem um centro". As características dessa "totalidade sem forma" são transmitidas à *multidão* como sujeito capaz de destronar o Império. A pergunta que fica é: "como funciona esse mecanismo

unificador?". Laclau assevera que o conceito de multidão conduz a uma simplificação excessiva do processo político; ele não implicaria

> nenhum tipo de mediação política particular: como é natural – segundo os autores – que os oprimidos se sublevem, sua unidade seria simplesmente a expressão de uma tendência espontânea à convergência. (...) O único princípio que assegura a união da multidão ao redor de um objetivo comum é o que nossos autores denominam 'estar contrário': se trata em estar contra tudo, em todas partes (LACLAU, 2009, p. 298).

Continua Laclau (2009, p. 300) argumentando que os autores desconsideram que as "pessoas nunca estão apenas 'contra', senão que estão contra algumas coisas determinadas e a favor de outras, e a construção de um 'contra' mais amplo – uma identidade popular mais global – só pode ser o resultado de uma extensa guerra política de posições (que, claro, pode fracassar)". Isto é, o conceito ao pressupor uma convergência imanente e dada, desenfatiza o trabalho político necessário e sempre passível de reversão desenvolvido pelos próprios agentes na construção de suas convergências ou articulações.

É possível identificar uma série de outros conceitos que foram sendo desdobrados, seja incorporando mais diretamente os pressupostos de Negri e Hardt, seja por meio de uma apropriação seletiva desses pressupostos em confronto com as realidades específicas em análise e com outras contribuições disponíveis [9]. Ilustram esses desdobramentos e apropriações seletivas de *multidão*, conceitos como: *forma multidão*, cunhado por Álvaro Garcia Linera (2008a); *sociedade em movimento*, cunhado por Raul Zibechi (2008) e *movimento societal*, cunhado por Luis Tapia (2008).

Noutro registro, a busca por recuperar a "centralidade revolucionária" da classe trabalhadora, socialmente esgarçada pelas transformações no mundo do trabalho, tem tido implicações na manutenção de uma concepção clássica de Estado, poder e política, e na reintrodução do problema da direção política coordenada pelo partido político. No outro extremo, o aparente elogio à dispersão, à ausência de centros hegemônicos, e o investimento estratégico-tático no desenvolvimento de formas pré-figurativas de sociabilidades contra-hegemônicas [10], em termos aproximativos, se coloca em linha de continuidade com as investigações e o ativismo da década de 1970, ao enfatizar atributos de espontaneidade dos sujeitos subalternos na construção de posições anticapitalistas. De qualquer maneira, nos dois

[9]Ver, por exemplo, como participantes do Grupo Comuna, da Bolívia, desenvolveram um conceito de multidão na interpretação do processo político contemporâneo no país andino, com base em contribuições do eminente intelectual boliviano, René Zavaleta Mercado. Cf. **Pensando el mundo desde Bolivia** [I Ciclo de Seminarios Internacionales]. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2011.

[10] Aspectos que podem ser identificados como constitutivos do autonomismo latino-americano.

casos, o imperativo normativo presente na análise, parece produzir uma retenção da contingência das práticas movimentalistas, o que tende mais a embotar do que favorecer uma interpretação analítica mais rigorosa dos movimentos sociais contemporâneos.

Adicionando complexidade à análise, a pluralização e contingência das práticas dos movimentos sociais não devem ser entendidas apenas em termos de emergência e proliferação de novos ou renovados *atores em movimentos*, mas também como emergência de múltiplas formas de organização, de repertórios de ação, de utilização de recursos variados etc., inclusive dentro de um mesmo movimento. E nesse sentido, Vázquez (2011) faz notar que nos trabalhos reunidos nas edições da *Revista do OSAL*, os movimentos deixam de ser vistos como atores uniformes, "admitindo conflitos internos, ambigüidades, limitações, etc.".

Em suma, as dimensões de pluralização e contingência se projetam tanto no que concerne à expressão de uma pluralidade/diversidade de atores sociais que são tomados, muitas vezes, vagamente, como "unidades" discerníveis que constituem movimentos sociais; como no que se refere à expressão de uma pluralização interna do próprio movimento, resultante, em grande medida, da própria pluralização dos atores sociais em contexto interativos e de fluxos de comunicação e informacionais mais vigorosos entre eles, com difusão e intercâmbio de códigos culturais e políticos diversos.

O primeiro aspecto (proliferação dos movimentos) tende a ser mais ressaltado do que o segundo (pluralização interna do movimento), sem que, no entanto, no mais das vezes, a identificação de uma ação coletiva como movimento social passe por uma exposição dos pressupostos teórico-conceituais e analíticos. A falta de definição conceitual e analítica mais clara do que se entende por movimento social, tema pendente na maioria das análises, faz com que essa designação se refira a objetos aparentemente diferentes.

Diante de um cenário marcado por pluralização, heterogeneidade, fragmentação, um esforço de apreensão dos movimentos sociais não deveria deixar pendente o discernimento conceitual e analítico de que estamos lidando com uma *unidade articulada*, o que nos remete a própria definição do que consiste um movimento social, no que ele se diferencia de outras ações coletivas e em como abordá-lo partindo do pressuposto básico de ele se constitui como um *coletivo em movimento* que - em meio à pluralização - comporta elementos heterogêneos internos, mas que não se desfaz facilmente num pulverizado de práticas atomizadas.

Nesse sentido, consiste num desafio analítico na abordagem de movimentos sociais latino-americanos, a criação de instrumentos teóricos e conceituais que possibilitem tratar as *práticas articulatórias* dos diferentes *atores em movimento* considerando que as

configurações de ações coletivas, seus horizontes, demandas, reivindicações, etc. não estão dados de uma vez para sempre, *a priori*, no sentido da demarcação sempre dos mesmos interesses para determinados atores sociais, como motivos da ação; mas sejam entendidos como conformados em processos articulatórios desdobrados pelos próprios *atores em movimento* e cujos cursos sejam sempre tomados como contingentes. Processo referido não apenas às conexões, relações, interações entre diferentes atores sociais, mas também à articulação de recursos, elementos, dimensões diversas referentes à dinâmica interna do próprio movimento. Isto implica, a nosso ver, na necessidade de se desdobrar esses instrumentos conceituais e analíticos dentro de um paradigma teórico da ação, de uma perspectiva da ação, o que, no entanto, não é o mesmo que desconsiderar os contextos estruturados nos quais as ações coletivas tomam seu curso.

1.1.2. Movimentos sociais, territorialidade e outras espacialidades

A *apropriação do território* na dinâmica das ações coletivas é uma das características mais ressaltadas ultimamente em análises de movimentos sociais na região, principalmente na análise daqueles que estiveram bastante ativos no ciclo de conflitividade social. Para Maristella Svampa (2008b, p. 33), a *territorialidade* teria se tornado uma das "principais dimensões dos movimentos sociais na América Latina", e o território se revelaria como "o principal *lócus* dos conflitos sociais atuais e de construção do poder".

O território apareceria, tanto para movimentos sociais urbanos, como para movimentos sociais rurais ou campesinos, como "espaço de resistência", como "lugar de ressignificação e criação de novas relações", compreendido muitas vezes como espaço de "*auto-organização comunitária"* (SVAMPA, 2008, p. 77). Podendo aparecer também como apropriação ou reapropriação de determinados espaços nos quais se desenvolvem formas de lutas e de protesto como as ocupações de terra, de prédios públicos, de estradas, de vilarejos, etc. Ou como espaços nos quais se desenvolvem "experiências de auto-gestão produtiva, de resolução coletiva de necessidades sociais (por exemplo, no terreno da educação e saúde) e de formas coletivas não estatais de gestão dos assuntos públicos" (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006, p. 240).

Muitas experiências movimentalistas recentes são ilustrativas desse processo de apropriação do território, indo desde a proposta dos zapatistas dos chamados *Caracole* e dos municípios autônomos em Chiapas, no México, às experiências dos chamados *piqueteros* na

Argentina, passando pela experiência auto-organizativa de juntas vicinais em bairros e vilas da cidade de El Alto, na Bolívia; além das experiências levadas a cabo em áreas de acampamento e de assentamento de reforma agrária organizadas pelo MST, no Brasil, entre outras.

Raul Zibechi (2005; 2009) é um dos autores latino-americanos que mais tem se empenhado na discussão sobre a questão da "territorialização dos movimentos" como um processo que consiste na

> resposta estratégica dos pobres à crise da velha territorialidade da fábrica e da fazenda, e à reformulação dos velhos modos de dominação executada pelo capital. A desterritorialização produtiva (trazida pelas ditaduras e pelas contra-reformas neoliberais) fez com que os velhos movimentos entrassem em crise, fragilizando sujeitos que viram as territorialidades nas quais tinham ganhado poder e sentido evaporar-se diante de seus olhos. Após a derrota, iniciou-se um período, ainda não concluído, de reacomodação que resultou, entre outras coisas, na reconfiguração do espaço físico. Como resultado, em todos os países ocorreu uma relocalização ativa dos setores populares em novos territórios localizados frequentemente na periferia das cidades e das zonas de produção rural intensiva; com diferentes intensidades, características e ritmos. Esta estratégia, originada no meio rural, começou a impor-se entre as camadas de desempregados urbanos: os excluídos criaram assentamentos nas periferias das grandes cidades, mediante a tomada e ocupação de prédios (ZIBECHI, 2005, p. 200).

A dimensão do território adquiriu preeminência na configuração de muitos movimentos sociais, como resposta a importância estratégica que alguns territórios, antes não valorizados, passaram a ter dentro das novas modalidades de expansão do capital adotadas no capitalismo contemporâneo na América Latina, das novas formas de ocupação desses territórios, associadas à ofensiva de empresas transacionais (do agronegócio, por exemplo) sobre os recursos naturais, com base num modelo extrativo-exportador desses recursos. De tal modo, forja-se o que Wahren (2011, p. 45) chama de uma nova territorialidade de caráter "neoliberal/transnacional" que reterritorializa esses territórios numa ofensiva que "não só questiona a territorialidade do Estado Nação", mas também põe em cheque "outras formas de habitar e praticar o território que se encontram soterradas". É nesse sentido que o modelo de reprimarização da economia, as medidas de reestruturação agrária de corte neoliberal, a privatização e exploração intensiva dos recursos naturais, são aspectos que trazem como contrapartida, a organização de movimentos sociais de base territorial.

O espaço do território passa assim a ser entendido como constituído por práticas espaciais dos movimentos sociais, como um "espaço político, como manifestação de experiência e sentido, como marcos formais e informais dentro dos quais se formam as interações sociais quotidianas". Essa maior visibilidade do lugar está associada ao processo de

globalização que com "seus movimentos contraditórios deixou mais a vista lugares antes ocultos". Há uma nova interpretação da "política do lugar, que é visto não como um cenário estático", mas como "campo político e ideológico, aberto e híbrido, sempre provisório, onde se expressam relações sociais e de poder, mais também se reage a elas" (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 458-459).

Processos de organização e luta de movimentos sociais se conformariam, assim, atravessados por distintas territorialidades que podem se encontrar invisibilizadas, mas não desterradas de um espaço geográfico determinado. Ante a ofensiva neoliberal na América Latina se desencadearam processos de reterritorialização em disputa

> habilitando a ressignificação de velhas identidades e a conformação de outras novas se conformando assim como um 'território heterogêneo' que contêm, em conflitividade permanente, diferentes atores sociais que praticam e habitam de modo diferenciado – e em muitos casos de maneira mutuamente excludente – esses territórios heterogêneos, atravessados por conflitos, negociações, onde existem modos hegemônicos e modos subalternos de habitar e praticar os mesmos (WAHREN, 2011, p. 45).

De tal modo, nesses espaços ocorrem processos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de atores diversos com "suas próprias formas de significar e utilizar esses territórios, conformando um entretecido complexo de territorialidades justapostas que expressam diferentes formas de habitá-lo". Os territórios se encontrariam atravessados por formas de regulação capitalista e, ao mesmo tempo, por "outras formas de habitá-lo e praticá-lo" que se encontram "de maneira subalterna ao esquema hegemônico da territorialização", e que podem ser entendidas como uma territorialização campesina, indígena ou desdobrada por trabalhadores desempregados. Nesse sentido, os diferentes modos de habitar não seriam fixos para os movimentos sociais, mas estariam em "permanente mudança e adaptação a partir de diferentes estratégias de negociação e conflito com a territorialidade hegemônica". De tal modo, em alguns casos, "os movimentos conseguem desdobrar processos de reterritorialização onde se plasmam as práticas e significações subalternas para reconfigurar o território de forma preponderante por parte dos movimentos sociais" (WAHREN, 2011, p. 46).

Sendo *território* uma dimensão espacial referida ao lugar, de um ponto de vista mais analítico, uma pergunta básica pode ser: qual a importância do espaço e do lugar no estudo da ação coletiva de movimentos sociais? O que a dimensão do lugar e do território aporta ao entendimento das dinâmicas dos movimentos sociais? Na América Latina (e em particular no Brasil), estudos vêm sendo realizados desde a década de 1990 abordando tanto "a dimensão

espacial das lutas como os processos de territorialização dos movimentos sociais". Para todo caso, o espaço é entendido não como "mero contexto de ação coletiva, mas como campo de disputa e luta. A alteração dos lugares e a criação de novas territorialidades podem mudar as relações de poder, então a luta dos movimentos sociais é também (...) por novas formas de apropriar-se e representar o espaço" (BRINGEL, 2011, p. 196).

Configurações assumidas recentemente por movimentos sociais latino-americanos, ao revelar como uma de suas dimensões centrais o processo de territorialização de suas práticas, adicionam elementos importantes ao debate sobre *espacialização das práticas dos movimentos sociais*, de maneira aproximada a forma como essa questão vem sendo discutida no plano global para a interpretação, especialmente, das articulações dos "movimentos antiglobalização" ou altermundistas. É nesse sentido que se torna imprescindível, do ponto de vista analítico, a preocupação de Bringel (2011, p. 197) em destacar "a importância de pensar as complexas espacialidades contemporâneas, múltiplas e imbricadas, que não podem ser entendidas somente com uma visão territorial do lugar". Nesse sentido, o autor propõe uma leitura na qual possamos analiticamente discernir, de um lado, uma concepção de espaço na qual a ênfase recai na "coesão estrutural das relações sociais em lugares particulares"; de outro, uma concepção dirigida ao entendimento das "interações contingentes de diferentes atores sociais".

Essa última concepção nos remete ao item anterior, à questão das práticas convergentes de *atores em movimento* diversos e plurais, e à sua dimensão espacial que transcende o nível do lugar e se projeta, através de demandas e formas organizativas mais ou menos duradouras, no cenário nacional, regional e global. Processos de convergência regional e internacional, envolvendo uma pluralidade de atores, se constituíram, "por sua amplitude e inserção geográfica e seu nível de convocatória em termos de movimentos e coletivos sociais, numa experiência sem precedentes no continente", dentro do ciclo de conflitividade social. Com a "irrupção nos cenários políticos nacionais de processos de magnitude continental (entre outros, por exemplo, os chamados acordos de livre comércio)", surge o aparecimento e afirmação de experiências de coordenação hemisférica, em que confluem movimentos sindicais, organizações de mulheres, juvenis, ONGs, partidos políticos, agrupações de defesa do meio ambiente e, com bastante destaque, organizações campesinas. A Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas constitui certamente o exemplo mais destacado. Faz parte também desse processo de convergência, a organização dos Fóruns Sociais Mundiais (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006, p. 337).

1.1.3. Autonomia, poder e política

Outra tendência muito ressaltada no que tange às orientações dos movimentos mais ativos durante o ciclo de conflitividade social, e que traz certo sentimento de *déjà vu*,quando se revisa a trajetória de movimentos sociais latino-americanos, corresponde à busca por autonomia dos *atores em movimento* em relação aos partidos políticos e ao Estado. No entanto, mais do que isto, as práticas dos movimentos sociais latino-americanos, especialmente as experiências de "movimentos indígenas", teriam, na última década e meia, produzido uma "renovação profunda da noção de autonomia" (SEOANE, TADDEI, ALGRANATI, 2006). A autonomia apareceria não apenas como "eixo organizativo", mas teria se convertido também em "proposta estratégica, que remete tanto a 'auto-determinação' (dotar-se de sua própria lei), como a um horizonte mais utópico, a saber, a criação de 'mundos alternativos'" (SVAMPA, 2008, p. 78-79).

Nesse sentido, a forma como a questão da autonomia foi pautada no interior de algumas experiências, especialmente experiências como as das *Juntas do Bom Governo* e dos *Caracoles* promovidas pelos zapatistas no México, e dos *piqueteros* em Buenos Aires e outros centros urbanos argentinos, propiciou um terreno fértil para uma *guinada autonomista* que encontrou acolhida entre um número significativo de investigadores/ativistas, e que em suas "versões mais extremas" desafiou o pensamento latino-americano de esquerda, mais ancorado nas visões clássicas a cerca do poder, do papel do Estado, dos caminhos para a transformação, e dos modos de construção contra-hegemônica (SVAMPA, 2008), fornecendo elementos, por exemplo, para a conceitualização de *contrapoder*[11]por parte de Michael Hardt e Antonio

[11]A proposta de *contrapoder* de Negri inclui três dimensões associadas: resistência, insurreição e potência constituinte de um novo poder. (a) A resistência: pode ser reconhecida com certa precisão na vida cotidiana na medida em que grande maioria dos sujeitos sociais a exercem em vários âmbitos, contra o patrão, contra as autoridades que regulam e controlam a vida, contra valores e sistemas que encerram a linguagem na repetição e a empurram ao sem-sentido. A resistência interatua duramente, mas também criativamente, com o mando, em quase todos os níveis de existência social vivida. (b) A insurreição: é uma complexa experimentação, consiste na forma de um movimento de massa que resiste, quando torna-se ativo em pouco tempo, ou seja, se concentra sobre alguns objetivos determinados e determinantes: o que representa a inovação das massas de um discurso político comum. A insurreição faz confluir as distintas formas de resistência a um único nó, as homologa, as dispõe como uma flecha que atravessa de forma original o limite da organização social estabelecida, do poder constituído. É um acontecimento. (c) Já o poder constituinte é a potência que dar forma à inovação que a resistência e a insurreição produziram. Se a insurreição empurra a resistência no sentido da inovação, o poder constituinte dá forma a esta expressão. E se a insurreição é uma arma que destrói as formas de vida do inimigo, o poder constituinte é a força que organiza positivamente novas formas de vida, e de felicidade das massas (NEGRI, 2003; NEGRI, 2008).

Negri, e de *antipoder*[12] por John Holloway, em sua obra *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*, bem como de propostas de *poder popular* (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006).

A ênfase na *estratégia autonomista* terminou redundando, muitas vezes, em um otimismo desmesurado por parte de alguns investigadores/ativistas sobre as potencialidades das *experiências movimentalistas* latino-americanas, especialmente aquelas circunscritas a determinados territórios nos quais os *atores em movimento* buscaram desenvolver práticas de auto-gestão. Raul Zibechi é um exemplo disso, segundo este autor, a autonomia pode ser apreciada no

> fato de serem [os movimentos] independentes tanto dos estados quanto dos partidos políticos, buscando uma autonomia que se fundamenta numa crescente capacidade em garantir a subsistência de seus seguidores. (...) Atualmente, os trabalhadores de cooperativas, das plantações de coca, os camponeses Sem Terra e cada vez mais os *piqueteros* argentinos e os desempregados urbanos, estão trabalhando de forma consciente para construir sua autonomia material e simbólica (ZIBECHI, 2005, p. 201).

Zibechi se mostra entusiasta da capacidade dos movimentos sociais manterem uma posição de autonomia frente aos partidos e governos progressistas que vinham se organizando regionalmente:

> O longo período em que os movimentos foram correia de transmissão dos partidos e se subordinaram aos estados nacionais, parece chegar a seu fim. Em seu lugar, parece ir ganhando força, como já sucedeu no Brasil, Bolívia e Equador, a ideia de separar os campos entre as forças sociais e políticas. Ainda que as primeiras tendam a apoiar as segundas, conscientes de que governos progressistas podem favorecer a ação social, não parece haver qualquer possibilidade de voltarem a estabelecer relações de subordinação (ZIBECHI, 2005, p. 205).

Certamente o curso dos acontecimentos mostrou, contrastando com previsões de Zibechi, o quão intricada permanece, pelo menos para a grande maioria dos movimentos, suas relações com os partidos políticos e com governos. De qualquer maneira, se por um lado, o

[12] A título de ilustração, Jonh Holloway (2006, p. 163-171) baseia sua proposta de construção do *antipoder* em 12 teses: 1ª. O ponto de partida é a negatividade; 2ª. Um mundo digno não pode ser criado por meio do estado; 3ª. A única forma de conceber uma mudança radical hoje não é com a conquista do poder, mas com a dissolução do poder; 4ª. A luta pela dissolução do poder é a luta pela emancipação do poder-fazer do poder-sobre; 5ª. O poder-fazer se transforma em poder-sobre quando se rompe o fazer; 6ª. A ruptura do fazer é a ruptura de cada aspecto da sociedade, cada aspecto de nós; 7ª. Participamos na ruptura de nosso próprio fazer, na construção de nossa própria subordinação; 8ª. Não há nenhuma simetria entre poder-fazer e poder-sobre; 9ª. Parece que o poder-sobre nos penetra tão profundamente que a única solução possível é através da intervenção de uma força externa; 10ª. A única forma de romper o círculo aparentemente fechado do poder é vendo que a transformação do pode-fazer em poder-sobre é um processo que implica necessariamente a existência de seu contrário; 11ª. A possibilidade de mudar a sociedade radicalmente depende da força material do que existe no modo de ser negado; e 12ª. A revolução é urgente, mas incerta, um pergunta e não uma resposta.

debate em questão possa parecer, algumas vezes, pouco frutífero numa interpretação mais analítica dos movimentos sociais, por sua forte carga normativa, que termina subordinando demasiadamente suas coordenadas mais analíticas; por outro, reafirma a importância de se lidar com temas preeminentes numa abordagem mais analítica e abrangente de um conjunto mais amplo de ações coletivas de movimentos sociais latino-americanos. A questão da concepção de poder e de política, apropriada à interpretação dos movimentos sociais contemporâneos, e como derivação desses temas, as relações entre movimento social e política institucional, movimento social e partidos políticos, reassume uma posição de destacado interesse.

E nesse aspecto, tanto investigadores/ativistas autonomistas como aqueles mais vinculados a uma visão político-estratégica revolucionária mais clássica de esquerda marxista ("assalto ao Estado"), estiveram, de uma forma ou outra, buscando se desvencilhar dos limites que as institucionalidades democráticas pós-ditaduras militares, e que foram se moldando desde marcos do paradigma neoliberal, impuseram às possibilidades da política, ao deslocar qualquer dimensão instituinte das práticas de *atores em movimento* e outros atores, a um lugar residual. E ao saldarem as práticas de movimentos sociais que ganharam maior visibilidade no contexto das lutas antineoliberais, combatendo o esforço ideológico que buscou confinar a política ao horizonte das práticas de gestão do capitalismo contemporâneo, esses investigadores/ativistas se encontraram com debates produzidos, em grande medida, paralelamente, por outros investigadores latino-americanos que, ao questionarem, por exemplo, a atenção concedida aos processos de institucionalização dos movimentos sociais, realizaram um trabalho de reconceitualização do político nos estudos sobre movimentos latino-americanos, em parte, buscando superar ou contornar a polêmica autonomia *versus* institucionalização (DOIMO, 1995) que vigorou em parte da literatura latino-americanas entre os investigadores que mantiveram ou desenvolveram suas pesquisas sobre o tema entre o final da década de 1980 e aproximadamente meados da década de 1990.

Numa importante coletânea de artigos intitulada *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*, publicada nos EUA, em 1998, e no Brasil, em 2000, entre os pontos convergentes que atravessam o conjunto dos trabalhos reunidos, está uma concepção mais descentrada de poder e de política, que, se não equaciona ou cria pontes entre as posições aparentemente inconciliáveis da estratégia autonomista e da aposta em racionalidades políticas clássicas, abre o horizonte tanto para incluir analiticamente as práticas dos movimentos sociais que foram objeto destacado do debate (especialmente aqueles que

revelaram *dimensões mais disruptivas* ao longo do ciclo de conflitividade), como àqueles *atores em movimento* cuja ação amiúde é menos visível em seus enfretamentos com o poder e com a política dominante, ou que projetam uma prática de autonomia em relação a partidos e ao Estado de forma mais contextual e complexa, mas não menos importante e empiricamente evidente, sendo talvez a tendência dominante quanto ao conjunto dos movimentos sociais latino-americanos.

Parte-se, desse modo, do reconhecimento de que movimentos sociais contemporâneos vêm desafiando as "fronteiras do político". Ao mesmo tempo em que se relacionam com "os poderes sedimentados de partidos, instituições e o Estado", essas relações não são suficientes para o exame do "impacto político ou da significação dos movimentos sociais" (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 30). Estes "podem subverter os dados tradicionais do sistema político – poder estatal, partidos políticos, instituições formais – ao questionar a legitimidade e o funcionamento aparentemente normal e natural de seus efeitos na sociedade". Mas, por outro lado, alguns deles estariam desempenhando um papel também "de revelar os significados ocultos do político encerrados no social" (SLATER, 2000, p. 504).

Esse tipo de abordagem vai encontrar ancoragem na filosofia política da década de 1970, desdobrada num leque bastante amplo de variações que incluía conceitos como o de "revolução molecular" de Felix Guattari; "sociedade autônoma" de Cornelius Castoriadis; "invenção democrática" de Claude Lefort, ou "microfísica do poder" de Michel Foucault (DOIMO, 1995).

Uma forma de incursionar nessa seara é partir de uma distinção conceitual que vem se consolidando, com diferentes matizes, como uma referência iniludível para boa parte pensamento político contemporâneo (RETAMOZO, 2009; BRINGEL; ESPIÑEIRA, 2008). Isto é, a distinção entre a *política* e o *político.* A primeira estando mais relacionada ao âmbito estatal e institucional, e o segundo como indo além desse âmbito "sem necessariamente estar confinada a um determinado lugar". Essa seria uma distinção útil para pensar "o espaço de atuação política dos movimentos sociais contemporâneos". Em termos analíticos essa divisão nos permite pensar, por exemplo, dois momentos fundamentais, "o da criação e o da reprodução do sentido" (BRINGEL; ESPIÑEIRA, 2008, p. 420).

Desde o registro do pensamento político posfundacional de autores chaves como Claude Lefort e Ernesto Laclau, a implicação teórica central seria admitir a primazia do político sobre o social. "Precisamente uma das tarefas desconstrutivas desse pensamento será mostrar o caráter indelevelmente contingente de qualquer fundamento e dos processos

políticos de fundação precária e falida de qualquer ordem". A diferença entre o *político* e a *política*, dentro de um quadro onde se estabelece um debate entre perspectivas *pós*, pós-marxismo, pós-estruturalismo, pós-modernimo, pós-metáfisica, seria exatamente o sintoma da ausência de um fundamento último da sociedade e, ao mesmo tempo, a necessidade de um "fechamento precário" do social (RETAMOZO, 2009, p. 166).

Claude Lefort consiste numa das referências mais significativas nesse pensamento. A distinção entre o político e a política adquire, com Lefort, importância central na distinção entre o "momento do instituinte e o momento de diferenciação de um sistema (a política) de administração". Nesse quadro, o político subverte a política ao mesmo tempo em que consiste em sua condição de possibilidade. "A sociedade requer um dispositivo simbólico para fundar-se contingentemente; onde o real luta por mostrar a ausência de fundamento e o imaginário, por oculta-lo". Esse aspecto é central para compreender as reflexões de Lefort sobre o totalitarismo e a democracia. Se por um lado, "a ordem totalitária busca borrar as marcas de contingência e preencher perpetuamente o vazio constitutivo, o dispositivo democrático se caracteriza por conservar o poder como lugar vazio, como recordação indelével da contingência" (RETAMOZO, 2009, p. 168).

Ernesto Laclau produz também contribuições muito significativas no desdobramento de uma posição pós-fundacional com a ideia da "impossibilidade da sociedade". Isto é, a ausência de um fundamento pleno da ordem social corresponde ao caráter aberto e contingente dos processos de "sutura". Vincula, ainda, o político ao antagonismo, recuperando

> o lugar instituinte de uma ordem social que naturaliza ou sedimenta (e desse modo olvida) suas origens políticas. No entanto, mediante processos de reativação, é possível devolver certas relações sociais sedimentadas seu caráter originariamente político. Nesse sentido, o político é o momento em que se busca produzir uma sutura, um fechamento ou uma articulação para constituir a objetividade social, algo que só pode ser realizado discursivamente (RETAMOZO, 2009, p. 168).

O desafio analítico, nesse sentido, é descobrir os significados políticos inscritos e desdobrados nas práticas dos movimentos sociais, e como eles se convertem em fator de poder tanto do tipo mais confrontacional, interpelativo de estruturas de poder enfrentadas, com grande visibilidade pública, como do tipo menos visível, mas atuante em algum nível em relações sociais de referência. O que corresponde a descobrir seus significados políticos nas articulações interna, estruturantes da ação coletiva do movimento, e nas articulações externa que os *atores em movimento* estabelecem com outros atores (incluindo, os atores político-

institucionais e político-partidários), e, conseqüentemente, como isso se projeta em sua capacidade de produzir mudanças, transformações em estruturas de poder, etc. Esses aspectos implicam numa abordagem mais descentrada e difusa de poder e de política, considerando, ao mesmo tempo, que o poder, de diversas formas, se sedimenta e se concentra em instituições e agentes sociais.

Em suma, as práticas dos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos tem interpelado investigadores a construírem recursos conceituais e analíticos, que sejam suficientes para a apreensão das formas como essas práticas expandem a política e o político, projetando concepções mais descentradas de poder e política - e desafiando, assim, concepções convencionais -; e sobre as implicações disso tanto na configuração interna das práticas movimentalistas, das diversas articulações que potencialmente podem estabelecer, dos sentidos de autonomia que expressam, como na sua capacidade de produzir mudanças.

1.1.4. Democracia e movimentos sociais

Outra tendência bastante assinalada na literatura recente latino-americana, e não apenas na que trata de movimentos sociais que estiveram mais ativos no período do chamado ciclo de conflitividade social, é o que Seoane, Taddei e Algranati (2006, p. 240) identificaram como "revalorização e reinvenção da questão democrática"; "a prática e a discursividade da maioria dos movimentos aparece atravessada pela revalorização de mecanismos democráticos de participação e decisão inspirados nas referências da democracia direta ou semidireta". Esses movimentos sociais ao transgredirem concepções reducionistas e restritas de política e de poder, transgrediriam também as perspectivas de democracia, cidadania e cultura política que predominam tanto na ciência política como nos processos transição democrática e nos modelos de reforma político-institucional de caráter neoliberal. Os movimentos sociais latino-americanos estariam desempenhando um papel crítico na luta por "projetos alternativos para a democracia", onde o que se projeta em disputa no cenário político "são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação". Eles não atuam apenas no sentido de "traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional", mas também, de maneira significativa, atuam "para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em conseqüência, da própria democracia" (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 15-16).

Isto é, os movimentos sociais estariam reinventando e ressignificando continuamente a política e a democracia (BRINGEL; ECHART, 2008).

Nesse sentido, as configurações e significações dos movimentos sociais em relação à democracia têm interpelado investigadores e ativistas a pensar a democracia, teórica e conceitualmente, para além do registro clássico e liberal, tornando bastante persuasiva, por exemplo, a perspectiva de Claude Lefort para quem a democracia consiste numa reinvenção contínua da política (BRINGEL; ECHART, 2008; POLTIER, 2005).

Como argumentam Bringel e Echart, historicamente os enfrentamentos pelos sentidos da política democrática correspondem a uma

> luta por determinar se a democracia significa, por um lado, algum tipo de poder popular – uma forma de vida em que os cidadãos participam no *auto*governo e na *auto*rregulação – ou se, por outro lado, trata-se simplesmente de uma contribuição à tomada de decisões – um meio de legitimar a decisão dos eleitos, de vez em quando por votação, para exercer o poder (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 457-458).

Essas formas de pensa a democracia deságuam numa disputa incessante entre uma *definição substancial* e uma *definição procedimental*, numa "pugna entre um plano descritivo (o que é democracia) e um plano prescritivo (o que deve ser democracia)", e nessa arena conflitiva

> os movimentos sociais respondem a uma dinâmica complementar, de dupla direção: a dialética entre o âmbito do *instituído*, e o âmbito do *instituinte*. No âmbito do instituído, o eixo analítico central é o impacto da atuação dos movimentos sociais nas 'democracias realmente existentes' (... a ampliação do pluralismo informativo, a ampliação dos espaços de participação institucional, a inserção de novos temas nas agendas políticas, a incidência nas políticas públicas, etc.). Por outro lado, no âmbito instituinte, o eixo fundamental constitui-se no potencial de criação de novas experiências democráticas, que vão além do âmbito instituído, tensionando com eles (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 458).

A tendência de valorização de mecanismos democráticos diretos e semi-diretos de participação e decisão na dinâmica de movimentos sociais latino-americanos que estiveram mais ativos no ciclo de conflitividade social orienta, de acordo com Seoane, Taddei e Algranati (2006), tanto seus modelos organizativos como as demandas em relação ao Estado. A partir das configurações assumidas pelos movimentos e suas relações com a democracia, é possível esboçar alguns planos onde essas experiências democráticas têm lugar: a) plano organizativo das relações internas dos próprios movimentos sociais; b) plano das relações entre movimento social e Estado; c) plano das práticas convergentes entre diferentes *atores em movimento* e outros atores.

Um *lócus* onde o tema da democracia ganhou bastante relevo na literatura recente foi o plano "da construção organizativa dos próprios movimentos", dos processos democráticos internos à dinâmica dos movimentos sociais. Ressaltam-se, nesse caso, aspectos como a promoção de formas participativas mais horizontais e diretas "frente ao perigo de 'desconexão' entre os diferentes níveis organizativos, burocratização e manipulação" (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006, p. 340). O desenvolvimento ou revitalização de práticas da democracia direta, a emergência e/ou revitalização de estruturas de participação com

> forte caráter assembleista se refletem em uma tendência de se criar estruturas flexíveis, não hierárquicas, predispostas ao horizontalismo e ao aprofundamento da democracia. Neste marco, cobra relevo a forma *assembleia*, em seus diferentes níveis e expressões, que recria e potencializa antigas e novas formas de sociabilidade e de resistência, ao mesmo tempo em que vão desenhando um novo paradigma da política concebida 'desde abajo' (SVAMPA, 2008, p. 78).

Nessas configurações, ou em boa parte delas, as estruturas de participação locais vinculadas a processos decisórios coletivos desencadeados por *atores em movimento*, são atravessadas, alimentadas e, em parte, sustentadas por dimensões da sociabilidade cotidiana articuladas a determinados espaços territoriais onde a relação entre os participantes é mais estreita, do tipo face a face, e onde, por este mesmo motivo, se repõe a relação entre dirigentes e/ou lideranças com bases sociais. Nesses casos, ao contrário de um modelo de organização mais hierarquizado, onde dirigentes e bases estão separados pelas próprias estruturas organizativas, "as formas atuais de movimentos tendem a reproduzir a vida cotidiana, familiar e comunitária, assumindo com frequência a forma de redes de auto-organização territorial" (ZIBECHI, 2005, p. 203). As formas de participação política locais e o exercício da autoridade ganham sua inspiração na "máxima de 'mandar obedecendo', na crítica das vanguardas e das lideranças, no questionamento da representação e na valorização da democracia participativa ou comunitária, [e] na defesa da horizontalidade" (VÁZQUEZ, 2011). Isto é, nas situações onde o movimento tem uma forte base territorial cultiva-se práticas democráticas assentadas em sociabilidades locais. Na leitura de Bringel e Echart (2008, p. 467), esses seriam "espaços de democracia radical, que desafiam através do conflito, poderes instituídos, demonstrando que um poder democrático não se inventa somente a partir de poderes instituídos, mas também contra e em tensão permanentes com eles".

Cabe salientar que, a despeito da estruturação de práticas mais horizontais de participação e decisão no âmbito da dinâmica interna de muitos movimentos sociais ao longo

do *ciclo de conflitividade*, bem como no âmbito de outras experiências movimentalistas amiúde menos expressivas (e/ou conflitivas) e não cogitadas nesse registro, outros movimentos continuaram ou se forjaram nesse mesmo período como "altamente organizados e inclusive hierárquicos" (DOMINGUES, 2007, p. 23).

Já no plano das relações entre movimentos sociais e Estado, no que concerne aos movimentos que estiveram mais ativos no ciclo de conflitividade social, se estabeleceu um campo de confrontação dos *atores em movimento* com "a hegemonia neoliberal no nível das políticas públicas" se traduzindo "num crescente questionamento ao regime político, ao modelo de democracia representativa" e inclusive "à forma que adotou a constituição do estado-nação na América Latina, promovendo frente a este uma diversidade de demandas que vão desde a exigência de consultas e referendos até a reivindicações de autonomia e auto-governos, impulsionadas particularmente pelos movimentos indígenas". Alguns movimentos de caráter indígena, especialmente na Bolívia e Equador, interpelaram radicalmente as estruturas políticas liberais no sentido da "transformação da lógica liberal-estatal" e do "reconhecimento institucional das formas de autoridade e de justiça próprias dos povos indígenas", aspectos que ganharam corpo na demanda de constituição de um Estado Plurinacional e de assembleias constituintes (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006, p. 344).

Todavia, outros registros assinalam a conformação de outros cenários que se tornaram dominantes em alguns países, onde outros atores sociais parecem prevalecer em relação aos movimentos sociais (tais como: organizações do terceiro setor, ONGs, redes associativas, etc.). Isto parece ocorrer de maneira mais destacada especialmente em contextos mais institucionalizados, ou melhor, nos quais as demandas dos movimentos sociais foram, de forma abrangente ou seletiva, incorporadas às dinâmicas institucionais do Estado. Em relação a esses casos, tem crescido a insatisfação tanto de investigadores como de militantes/ativistas em relação a limitações dessas práticas em assegurar avanços mais significativos no que tange a democratização (entendida abrangentemente), especialmente pelo caráter desmobilizador que se verificou no processo de formalização dos espaços de participação institucional. É nesse sentido que Glória Gohn (2010, p. 12-13) indaga-se sobre qual o papel das "redes associativistas no desenrolar dos processos democráticos, e qual a concepção de democracia que fundamenta suas práticas (como elas se veem e que horizontes projetam para a sociedade)?".

O cenário sociopolítico latino-americano é heterogêneo, diverso e articula tempos distintos. De forma que uma concepção ampliada de democracia que resulte das práticas de movimentos sociais na região, não pode desconsiderar que "o processo de construção de democracia não é homogêneo, mas internamente descontínuo e desigual: esferas e dimensões diferentes têm ritmos distintos de transformação, levando alguns analistas a afirmar que esse processo é inerentemente 'disjuntivo'" (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 15). Ademais, deve-se reter que nem todo movimento social é democrático ou contribui para processos de democratização significativos, o que desabilita procedimentos de generalização indiscriminada de tendências democratizante a partir de casos empíricos específicos, ainda que com grande visibilidade e significação política. No entanto, o que se quer assinalar, com toda relevância, é que novas configurações de movimentos sociais revelam "uma tendência contemporânea para que muitos deles incorporem uma dimensão renovada de luta democrática, que se expressa em diferentes paisagens materiais e simbólicas, contribuindo para a reinvenção das práticas e teorias democráticas" (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 458).

Um último plano que queremos destacar é o plano das práticas convergentes entre diferentes *atores em movimento*. As práticas contemporâneas dos movimentos sociais latino-americanos tem projetado esse plano identificado por Seoane, Taddei e Algranati (2006) como "da construção das convergências multisetorias". Nele se estruturam "formas amplas e flexíveis de articulação" onde se definem acordos para ações comuns e se desenvolve um cenário para disputas hegemônicas. O que está em questão é o plano das práticas articulatórias construídas por *atores em movimento*; e práticas articulatórias cuja constituição envolve a participação não apenas de *atores em movimento*, mas também, muitas vezes, de atores político-partidários, atores político-institucionais e outros atores sociais e políticos. Essas práticas tanto constituem como expressam estruturas específicas (coordenações, fóruns, redes etc.), que podem ser mais ou menos duradouras ou efêmeras, e projetar temas variados com alcance igualmente diversos, etc.

Estamos de acordo com Bringel e Echart (2008, p. 465) quando afirmam que ainda que em muitos casos "seja difícil traçar uma divisão rígida entre o instituído e o instituinte" na abordagem das relações entre movimentos sociais e processos democráticos, torna-se fundamental "considerar a democracia para além da esfera vinculada a instituições, a um regime político liberal, baseado na realização de eleições livres, na concorrência entre partidos, etc. A democracia significa também a possibilidade de criar novas determinações, através de um imaginário criador, instituinte". Faz-se necessário atentar para em que medida

> os movimentos sociais adotam referências, geram discursos e criam práticas espaciais de resistência, nas quais a democracia aparece *como uma criação coletiva*, como a instituição de um novo imaginário, de tensão permanente entre projetos e territorialidades. Trata-se de captar como as práticas contestatórias dos movimentos sociais (ligadas ao espaço que configuram os âmbitos de atividade dos sujeitos sociais, os quais estão intimamente vinculados com as experiências das vidas quotidianas) consistem em espaços de democracia radical, analisando as temporalidades e dinâmicas internas da mobilização social, em vez de sua interação com o sistema político (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 467).

Diante das configurações assumidas por movimentos sociais nas sociedades latino-americanas contemporâneas, e da necessidade de pensar a democracia como "criação coletiva", uma proposta analítica para a abordagem das relações entre movimentos sociais e democracia deve abarcar as *práticas democráticas e democratizantes de atores em movimento* nos três planos a que nos referimos antes: a) plano das relações que se desenvolvem na dinâmica interna do movimento, considerando a expressão de processos que possam ser identificados como mais ou menos democráticos a partir de suas estruturas de organização e mobilização internas; b) plano das relações entre *atores em movimento* e a política institucional, o poder estatal, os governos etc., onde se repõe a questão da *autonomia*; c) plano das práticas de convergência ou articulatórias entre *atores em movimento* diversos e entre estes e outros atores sociais e políticos.

1.1.5. Movimentos Sociais, repertórios de ação e dimensão de contexto

Outra dimensão fundamental que tem sido observada nos movimentos sociais que estiveram mais ativos no período do ciclo de conflitividade social foi a adoção, por parte desses movimentos, de um repertório de ação freqüentemente marcado pela radicalidade em sua forma, caracterizando um tendência de confrontação aberta. Dentre os tipos de ação de caráter mais confrontacional e disruptivo teríamos, por exemplo, "levantamentos urbanos", prolongadas obstruções de vias como bloqueios de estradas, ruas e avenidas, ocupações de instalações de empresas privadas e públicas, etc. (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006). O fato da "ação direta não convencional e disruptiva" ter se convertido em "ferramenta de luta generalizada", estaria diretamente ligado, de acordo com Svampa (2007, p. 3), "ao contexto das lutas, marcado por uma grande assimetria de forças", pondo em relevo "a crise e esgotamento das mediações institucionais (partidos, sindicatos), no marco da nova relação de forças". Argumenta a mesma autora que esse tipo de ação "possui uma grande força

interpelante, a qual se revela na sua poderosa capacidade destituinte", que não "desemboca necessariamente numa ação instituinte".

Como sugere Svampa (2007), a generalização de repertórios de ação não convencionais ou disruptivos, implica uma dimensão de *contexto*, o que corresponde, a nosso ver, a referência a um conjunto de aspectos relacionais que, ao mesmo tempo em que, por um lado, se colocam como circunstâncias conjunturais combinadas (espaço temporalmente delimitadas) favoráveis a articulação desse tipo de repertório por parte de atores sociais, por outro, funciona com uma medida de contenção à pretensão de generalização de uma mesma *conflitividade social* (especialmente em termos de intensidade) para o conjunto dos movimentos sociais latino-americanos. Isto é, características apresentadas como tendências dos movimentos sociais, embora possam estar presentes em muitos deles, num período concentrado e, em algum nível, de forma convergente, devem ser identificadas a partir das formas assumidas por estes dentro de determinados *contextos de conflitividade*.

O desafio à análise colocada por uma *dimensão de contexto* é apreender as conformações assumidas por *práticas movimentalistas*, levando em consideração *coordenadas contextuais relacionais* que correspondem ao ambiente ou campo de ação onde o movimento se desenvolve, incluindo os agentes ao quais dirigem demandas e protestos, questões específicas que enfrentam etc.

Nesse sentido, cabe problematizar abordagens recentes que põe excessiva centralidade nos fatores econômicos estruturais para explicar a emergência, as configurações e significações de movimentos sociais latino-americanos. Dados do OSAL, relativos aos cinco primeiros anos da década de 2000, revelam uma tendência regional de incremento sustentado da conflitividade do início da década até meados da década, no entanto, relevaram também diferenças no "nível de conflitividade" para o conjunto da América Latina. Algumas características acentuadas foram: uma concentração do incremento da conflitividade na região andina, enquanto que se observava uma redução da conflitividade nos países do Cone Sul, com exceção da Argentina e Paraguai. Observa-se, assim, "conjunturas de agudização dos níveis de conflitividade social por períodos e países", como ocorreu nos casos da Argentina, Bolívia, Equador, Honduras e Nicarágua. Nesses casos, movimentos sociais, como base em grupos diversos como cocaleiros, indígenas, desempregados, ou movimentos urbano-populares, se alçaram à cena pública através de repertórios de ação disruptiva, dando os contornos da conjuntura de conflitividade aguda (BLANCO, 2005, p. 36).

Esse aumento da conflitividade e das mobilizações e protestos, com repertórios de ação disruptivos resultaria das implicações das políticas de reforma neoliberal na América Latina, e especialmente - numa explicação mais conjuntural - do aprofundamento da crise econômica. De acordo com Blanco (2005, p. 38): "A explicação supõe que se existem mais grupos que se mobilizam, se há maior presença de 'protestos políticos' é porque a crise econômica supôs um agravamento das condições de vida de múltiplos setores sociais". No entanto, por um lado, se é certo que as reformas de ajuste estrutural geraram impactos sociais e econômicos profundos e que, especialmente no início da década de 2000, se assistiu a uma agudização da crise econômica que afetou amplo contingente da população latino-americana, esses aspectos, embora representem um marco importante que se refletem nas mobilizações e protestos, não são suficientes para explicar as configurações e significações particulares assumidas pelos movimentos nos distintos contextos de conflitividade que se projetaram recentemente na América Latina e que foram enquadrados mais amplamente no chamado ciclo de conflitividade. Nem se pode supor uma mesma intensidade dos conflitos, nem que os movimentos assumam as mesmas configurações.

No Brasil, como mencionamos antes, a conflitividade não alcançou a mesma intensidade de confronto social agudo e generalizado que se observou em outros países da região. Para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros a tendência foi de uma conflitividade atenuada, com repertórios de ação mais convencionais prevalecendo, não obstante, as formas disruptiva de "movimentos" bastante significativos, como MST. De todo modo, mais do que apostar no desdobramento de repertórios de ação mais disruptivos (conformando conflitividades intensificadas, e por isso com maior visibilidade pública) como um indicador da presença dos movimentos ou de movimentos significativos, outros aspectos analíticos deverão ser buscados para se apreender a ação de *atores em movimento* em contextos de conflitividade mais atenuados, ou menos intensos; e como as outras tendências elencadas ao longo do texto se mantêm, modificam-se ou perdem vigência nesses outros cenários, especialmente onde se organizaram os governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda na América Latina, bastante alinhados, pelo menos inicialmente, aos *atores em movimento* mais conflitivos que despontaram na região.

O desafio analítico, a nosso ver, é buscar, a partir de uma abordagem relacional, entender as relações entre as configurações e significações assumidas pelos movimentos sociais - e expressas na forma de repertórios de ação (que incluem repertórios de ação mais ou menos disruptivos ou convencionais) -, e a dinâmica constitutiva do contexto de

conflitividade caracterizado nessa relação por uma intensidade específica. Nesse sentido, abrem-se condições para que se possa pautar como as tendências antes assinaladas se realizam (ou não) na prática de "movimentos sociais" específicos tomados em análise.

Numa síntese do que identificamos (na esteira da literatura recente) como tendências dos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos e desafios analíticos para sua abordagem, temos que, no que tange à *pluralização e contingência*, observamos a necessidade de construção de instrumentos conceituais e analíticos que considerem um movimento como um *coletivo em movimento* que comporta elementos heterogêneos internos, mas que não se desfaz num pulverizado de práticas atomizadas, se constituindo a partir de *práticas articulatórias* desenvolvidas por *atores em movimento*. A noção de *articulação* e *prática articulatória* nos parece adequada na medida em que retém o sentido de dinamismo e contingência das configurações e significações que comporta um movimento social, ao mesmo tempo em que confere, aos *atores em movimento* (suas práticas/ações), uma posição destacada consoante a um paradigma da ação. Analiticamente um movimento corresponderia a uma *unidade articulada*, cujas dinâmicas articulatórias (internas e externas, como veremos ver adiante) têm o potencial de redefinir continuamente os limites dessa unidade.

Já em relação à *territorialidade e outra espacialidades*, vimos a importância de abordar as práticas dos movimentos sociais em termos espaciais, reconhecendo que essas práticas comportam múltiplas espacialidades expressas nas configurações e significações assumidas pelos movimentos sociais, indo desde uma dimensão espacial de lugar que pode conferir, por exemplo, condições de coesão social aos *atores em movimento* no nível territorial, até práticas articulatórias convergentes que podem conectar diferentes *atores em movimento* (de diferentes movimentos) em torno de determinada reivindicação, demanda, projeto, etc. Sendo essa convergência mais ou menos duradoura e estruturada, e projetada em níveis distintos de espacialidade (local, nacional, regional ou global).

No que concerne à questão da *autonomia, política e poder*, reconhecendo, desde um enfoque mais descentrado de política e do poder, que os movimentos sociais estão permanentemente desafiando as fronteiras do político, produzindo importantes efeitos de poder, o desafio analítico é entender como as configurações e significações das práticas dos movimentos expandem ou contraem a *política* (nas suas manifestações mais institucionalizadas) e o *político* (enquanto criação de sentidos contenciosos que enfrentam estruturas de poder sedimentadas). Nesse sentido, com relação à questão da "*revalorização e*

reinvenção" da democracia nas práticas dos movimentos sociais, o que parece mais importante é buscar entender como as *práticas articulatórias* dos *atores em movimento* tanto criam e estruturam experiências democráticas em suas próprias dinâmicas internas organizativas e de mobilização, como demandam e reivindicam democracia ou um processo de democratização que interpela, o que Bringel e Echart (2008), chamaram de "democracia realmente existente".

Por fim, no que corresponde às relações entre *repertório de ação e contexto*, deve-se ressaltar a importância da especificidade do *contexto de conflitividade* nas configurações e significações expressas por um movimento social. A dimensão de *contexto* (entendida dentro de uma temporalidade específica) coloca em tela um quadro relacional constituído pelas relações estabelecidas entre *atores em movimento* e agentes/setores externos identificados como oponentes ou não, bem como o conjunto de questões interpeladas ou enfrentadas e encarnadas de alguma maneira por esses agentes. Esse *contexto de conflitividade*, a depender das questões que são interpeladas/enfrentadas e da forma como são, pode se configurar de acordo com um espectro que vai de formas mais atenuadas a formas mais agudas de conflitividade. No capítulo 3 retomamos essas questões na construção de uma proposta analítica para a abordagem de movimentos sociais latino-americanos.

Como dissemos antes nossa preocupação, neste estudo, não foi apenas discutir novas tendências, desafios analíticos e propor um modelo teórico-metodológico para abordagem de movimentos sociais, mas foi também, e fundamentalmente, perseguir uma apreensão das configurações e significações de um movimento social concreto, o "movimento vicinal" na cidade de El Alto, Bolívia. Passamos, então, a delimitar nosso objeto empírico de investigação.

1.2. El Alto e o "movimento vicinal": a delimitação do objeto de estudo

A cidade de El Alto, também conhecida como "cidade indígena-popular" e como "cidade insurgente", é marcada pela presença de um extenso, diverso e imbricado tecido associativo e movimentalista constituído por estruturas organizativas e de mobilização que asseguram aos seus atores sociais, em determinados momentos, uma capacidade de mobilização massiva, e de unificação em torno de determinadas reivindicações, talvez sem

paralelo em outras cidades latino-americanas do mesmo porte, isto é, hoje com aproximadamente 1 milhão de habitantes.

No entanto, essa significativa capacidade organizativa e de mobilização da população altenha, embora encontre nexos de larga trajetória, vai revelar uma nova projeção aproximadamente partir do ano 2000, quando se abre, na Bolívia, o chamado ciclo rebelde[13], ou ciclo de mobilização, isto é, uma série de protestos espalhados pelo país, em alguns casos, vigorosas e contundentes mobilizações, verdadeiros levantamentos populares, que representaram formas de contenção da ofensiva neoliberal, debilitando e deslegitimando o projeto de modernização neoliberal que estava em curso no país andino desde meados da década de 1980; produzindo crise de credibilidade do sistema político, de suas instituições e procedimentos, revertendo decisões governamentais de caráter privatistas, chegando ao momento culminante de destituição de um presidente da república, em outubro 2003, e finalmente fixando uma agenda comum que projetou mudanças profundas na perspectiva de desenvolvimento nacional e na organização do Estado. O ciclo rebelde se realiza dentro do que identificamos antes como ciclo de conflitividade latino-americano, sendo uma de suas expressões mais ilustrativas.

El Alto foi um dos epicentros do referido ciclo rebelde ocorrido entre 2000-2005. Suas organizações e atores sociais, e especialmente vicinais, jogaram um papel fundamental numa conflitividade sustentada que se assistiu ao longo de todo período e que teve seu momento mais agudo nas vigorosas jornadas de luta de outubro de 2003, denominadas *guerra do gás*, evento através do qual a "cidade insurgente" tornou-se mundialmente conhecida como um dos bastiões das lutas contra as políticas neoliberais na América Latina. Especialmente a partir desse momento os atores sociais altenhos se tornaram objeto de interesse de investigadores e ativistas, tanto bolivianos, como de muitas outras partes do mundo, interessados em compreender e colaborar com suas formas organizativas e as lutas empreendidas. Nesse sentido, o "movimento vicinal" altenho, isto é, os atores vicinais e seus recursos e estruturas organizativas e de mobilização principais, tem sido exemplificado como um movimento ilustrativo das novas tendências dos movimentos sociais latino-americanos.

Ante esse quadro estimulante, nosso objeto consiste em investigar - a partir do arranjo analítico que propomos - como as práticas articulatórias vicinais altenhas foram se configurando desde o período de hegemonia do projeto neoliberal na Bolívia, até as formas e significações assumidas no período mais agudo de conflitividade do ciclo rebelde. Veremos

[13] A primeira a falar em ciclo rebelde foi, provavelmente, Marta Cabezas (2006).

como essas práticas resultam e, ao mesmo tempo, projetam determinados contextos de conflitividade, associados a esses períodos, trazendo tanto elementos de inovação, como elementos de continuidade iniludíveis. Intentamos, assim, apreender configurações e significações das práticas vicinais em cada um dos períodos, bem como elementos de transição, de continuidade e inovação. E nesse registro analítico, buscamos também uma apreensão sobre como tendências que vimos anteriormente, se fazem sentir e se conformam nas práticas articulatórias dos atores vicinais. Nossa atenção estará também dirigida, assim, para a questão do território, da autonomia, da experiência democrática implicada em práticas vicinais locais, bem como para os repertórios de ação disruptivos e seu acionar de conflitividades mais intensificadas. Em suma, para como essas questões são articuladas na prática vicinal, como se modificam refletindo elementos inovados ou reproduzem dimensões já antigas na conformação dos diferentes contextos de conflitividade.

Especialmente os acontecimentos da chamada *guerra do gás*, em outubro de 2003, mas também outros que vinham ocorrendo desde o início do despontar do ciclo rebelde, chamaram a atenção de muitos analistas que colocaram em pauta inflexões percebidas no campo dos movimentos sociais bolivianos. Para o caso específico de El Alto, convergindo com os estudos latino-americanos que pautaram as tendências referidas acima, se assinalou que dentro do novo contexto de conflitividade, desde as práticas vicinais locais, foram constituídos verdadeiros "microgovernos de bairro", realçando uma transcendente dimensão de autonomia associada à revitalização, no espaço urbano altenho, de identidades urbano-aimarás resultante da marcante presença de migrantes de origem aimará (MAMANI, 2005a; 2005b). Na mesma esteira, mas com um enfoque mais autonomista, revigorado recentemente, alguns intelectuais viram nos processos organizativos e de mobilização altenhos, nos períodos mais agudos de conflitividade, "um exemplo unívoco a ser seguido na luta anticapitalista e antiestatal". A situação de precariedade social, de abandono e postergação de medidas resolutivas para os problemas urbanos por parte do Estado, teria favorecido uma "posição privilegiada para a posição antiestatal" (PUENTE; LONGA, 2007, p.118); El Alto teria sido lócus privilegiado para o desenvolvimento de "poderes não estatais" (ZIBECHI; 2006) ou "contrapoderes desde *abajo*" (ZIBECHI, 2008; LEÓN, 2008). Assinalou-se também que teria havido a conformação de "espaços políticos contestadores", associados a "formas populares de organização que respondem a situações concretas e imediatas", onde se podia praticar a democracia direta (ARBONA, 2006, p. 48). Outra dimensão realçada e que teria sido central foi a ausência, nas vigorosas mobilizações e protestos, de uma direção dada por dirigentes das

principais organizações, e, por outro lado, o protagonismo de redes cotidianas formadas no nível territorial dos bairros (LINERA et al., 2008). Em suma, a ênfase de várias análises recai na capacidade de organização e mobilização *desde abajo.* Isto, no entanto, se dá sem um aprofundamento sobre como se criou ou se recriou essa capacidade (FLORES el al., 2007), em parte, porque em vez de encarar características mais estruturais e duradouras das práticas movimentalistas altenhas, entre elas, as práticas vicinais, preferiu-se ressaltar aspectos de inovação. Por outro lado, outros autores, não desconsiderando a organização *desdeabajo* e as inovações, trabalham com a ideia de que processo de mobilização altenho em outubro não foi espontâneo, mas seria o resultado de vários anos de mobilização acumulados em diferentes etapas históricas cada vez mais duras (VILLA; GARCÍA, 2004). Outros argumentam que ao enfatizar as características de auto-organização e "a qualidade antiestatal dos altenhos", se omitiu, exatamente, aspectos de continuidade na prática dos movimentos sociais, e a presença, ao largo do tempo, tanto de discursos que pretendem uma ruptura com o Estado, como de discursos que demandam do Estado direitos de cidadania (PUENTE; LONGA, 2007, p. 118). A nosso ver, muito imersos em seus enfoques político-normativos (como indianismo e autonomismo), e no afã de realçar as características inovadoras e rupturistas das práticas movimentalistas no período de conflitividade aguda, os analistas não atentaram, ou mesmo se esquivaram, dos elementos de continuidade, mais persistente ao longo da trajetória estendida no "movimento vicinal". Na tese, sem desconsiderar elementos de inovação que surgem no período do ciclo rebelde, buscamos, ao analisar as configurações e significações das práticas vicinais, evidenciar também elementos de continuidade, inclusive sem os quais não haveria inovação.

São numerosos os aspectos que poderíamos levantar para justificar nossa decisão de estudo, elencamos alguns:

(a) "O movimento vicinal" altenho é um dos mais importantes movimentos sociais bolivianos, cada um dos cerca de 800 bairros/vilas possui uma junta de vizinhos, por sua vez, cada uma delas está afiliada à instância de coordenação e articulação que corresponde à Federação de Juntas de Vizinhos. As organizações vicinais se constituem como estruturas de mobilização que articulam um caráter reivindicativo, de mediação e de auto-gestão territorial urbano-popular (SPINELLI JR, 2011).

(b) A alta capacidade de mobilização e convocatória do "movimento vicinal" em El Alto é explicada em parte pelo particular e vertiginoso processo de expansão urbana da cidade, pela carência de acesso a serviços e equipamentos urbanos básicos e pela precariedade

socioeconômica de sua população (SANDOVAL; SOSTRES, 1989), acirrada com as políticas neoliberais; aspectos combinados à presença de componentes migratórios, especialmente, o constituído por camponeses andinos de origem aimará, e o componente constituídos por ex-trabalhadores mineiros demitidos massivamente como conseqüência de medidas de reforma neoliberal. Ambos componentes migratórios trouxeram para a cidade suas enraizadas tradições organizativas que, atualizada num esforço de inserção urbana, se fizeram sentir na dinâmica do "movimento vicinal".

(c) como dissemos antes, o "movimento vicinal" jogou um papel fundamental no chamado ciclo rebelde (2000-2005), quando conseguiu criar uma diversidade de espaços autônomos, de estruturas políticas paralelas e alternativas à ordem estatal e ao sistema partidário, e apresentar capacidade de bloquear ou modificar políticas governamentais. Projetou espaços de deliberação marcados por um exercício de diálogo horizontal que deu novo sentido a capacidade de tomar decisões (GIRARDI, 2009). Com efeito, o "movimento vicinal" se configurou como "um modo diferente de fazer política, com possibilidades reais de enfrentar e questionar as maneiras partidário-eleitorais que até esse momento haviam sido impostas como as únicas possíveis" (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007, p. 63).

Enfim, acreditamos que a pesquisa proposta se justifica pela necessidade de se contribuir num esforço coletivo de cientistas sociais da região, de construção de marcos de análise sociopolítica a fim de descrever e comparar, de explicar e interpretar os fenômenos e processos sociais latino-americanos contemporâneos; de identificar suas clivagens e fatores diversos que incidem direta ou indiretamente no curso histórico das nações do continente e, de maneira específica, na construção de novos cenários democráticos (MIRZA, 2006).

Pela rarefeita circulação de estudos específicos sobre movimentos sociais bolivianos no Brasil, a presente proposta se justifica também por contribuir no sentido de contornar essa situação, e trazer elementos que possam enriquecer o debate e o estudo, através da construção de condições comparativas para pesquisas futuras.

2. UM PANORAMA DAS ABORDAGENS TEÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1. Dinâmicas e configurações do campo de estudos sobre movimentos sociais

A produção teórica sobre movimentos sociais tem uma trajetória e não há univocidade nela. O volume de abordagens teóricas e conceituais é consideravelmente amplo e está associado a um esforço reflexivo de interpretação de ações coletivas em realidades sócio-históricas contextuais, a partir de um diálogo com tradições teóricas e políticas diversas.

Embora a categoria movimentos sociais tenha sido criada por volta de 1840 para designar o surgimento do movimento operário europeu (SCHERER-WARREN, 1987), foi no século XX que ela ganhou maior envergadura diante de processos que impactaram profundamente as estruturas e trajetórias das ações coletivas. Urbanização, industrialização, formação e disseminação do modelo de Estado nação, expansão do capitalismo (BRANDÃO, 2011), são aspectos associados às trajetórias e as dinâmicas de mudança nas formas e significações das ações coletivas de movimentos sociais.

Até a década de 1960 duas vertentes dominaram o campo de estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais, o funcionalismo e o marxismo. Foi só a partir dessa década, e em confronto com essas duas vertentes, que a noção de movimento social passou a ganhar "espaço, densidade e *status* de objeto científico de análise", merecendo várias teorias (GOHN, 2002, p. 10). Ocorre um esforço de delimitação de um campo de produção teórica próprio para a análise de ações coletivas de movimentos sociais, campo este que vai ocupar, em diferentes momentos, posição de destaque nas ciências sociais, chegando a ser considerado por alguns autores como o mais importante nessa área.

Isso ocorre, por um lado, devido à visibilidade alcançada por movimentos sociais como fenômenos concretos (contrastante com os postulados tanto do paradigma do comportamento coletivo quanto do paradigma marxista). Por outro, dado ao desenvolvimento da teoria social no sentido de se destacar as novas possibilidades para as ações coletivas no âmbito de uma renovada abordagem da sociedade civil (GOHN, 2002, p. 10).

Para Melucci, a delimitação de um setor autônomo de formação e pesquisa em movimentos sociais dentro das ciências sociais, desenvolveu-se paralelamente "ao aumento da autonomia de formas não-institucionais de ações coletivas em sistemas complexos". É nesse contexto, que o Estado, que ocupava centralidade nas investigações de grande parte dos cientistas sociais, passa a um segundo plano e ocorre um deslocamento de interesse para a

sociedade civil, onde "os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência" (GOHN, 2002, p. 11).

A institucionalização do campo de estudos sobre ações coletivas de movimentos sociais revelou características que perdurariam ao longo das duas décadas seguintes, isto é, uma delimitação bastante específica em termos disciplinares, geográficos e, inclusive, epistêmicos. Três perspectivas teóricas reconhecidas como "clássicas" na abordagem de movimentos sociais surgiram no contexto estadunidense e europeu das décadas de 1960 e 1970, cada uma com contornos bastante peculiares, são elas: a teoria da mobilização de recursos (TMR), de origem estadunidense e que "focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva" e negligenciou a dimensão simbólica e cultural na explicação; a teoria do processo político (TPP), também de origem estadunidense e que "privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra", e a perspectiva das teorias dos novos movimentos sociais (TNMS), surgidas no contexto europeu, e que, "inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos - e mesmo emoções coletivas -, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve" (ALONSO, 2009, p. 69).

Ao longo da trajetória da produção sobre movimentos sociais, criaram-se momentos de maior vitalidade nos estudos sobre o tema, associada, quase sempre, a uma maior visibilidade desse tipo de ação coletiva em contextos de enfrentamento onde as práticas movimentalistas se insurgiram com o potencial de gerarem mudanças sociais significativas. No entanto, até a entrada dos anos de 1980, estudiosos europeus e estadunidenses trabalhavam de forma relativamente independente "ignorando o trabalho realizado por seus colegas" (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999, p. 13). Por sua vez, esse quadro muda ainda na década de 1980 quando destacados representantes dessas três vertentes teóricas clássicas, explorando pressupostos e limites de cada uma delas, "brigaram bem" no que se convencional chamar polêmica identidade *versus* estratégia, um debate que num primeiro momento se revelou bastante entrincheirado, mas que logo se desdobraria no sentido do estabelecimento de pontes, convergência e aproximações. Depois das polêmicas vieram as reconciliações.

Com isso, a partir da década de 1990 o campo de estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais (com referência global) experimenta um novo dinamismo. Segundo Bringel (2010, p.186-187), a partir de então, "o mapa das teorias das ações coletivas e dos

movimentos sociais transformou-se rapidamente". O campo de estudos se tornou um "campo mais dinâmico - aberto a novas disciplinas, áreas de estudo, tipos de contestação e visões de mundo -, porém, também mais fragmentado".

Obviamente esse dinamismo não se explica apenas por aspectos endógenos ao campo teórico. Tem a ver com as transformações globais, com a expansão das políticas neoliberais, com as configurações assumidas pelos movimentos e protestos, com a emergência de novas formas de mobilização. Aspectos que vão suscitar novas interpretações. Cabe reter como um dos aspectos chaves para as inflexões nos estudos sobre movimentos sociais o fato de que na década de 1990, e especialmente no final da década, se intensificaram "dinâmicas transnacionais do ativismo contemporâneo" e surgiram muitas redes e eventos (BRINGEL, 2011). Ocorre uma mudança na escala do ativismo, de nacional para global. De forma que se constata que "protestos contemporâneos envolvem ativistas e temas que atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional" (ALONSO, 2009, p. 74). O Estado nacional deixa de ser o adversário exclusivo dos movimentos, desafiando as teorias dos movimentos sociais que demarcaram o fenômeno como existindo dentro do espaço nacional.

Outro aspecto de relevo foi um acentuado processo de burocratização associado à profissionalização do ativismo. "Em vários países do Ocidente, movimentos sociais se burocratizaram, se converteram em partido, se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais". O que teria esmaecido "a auréola de inovação política que traziam desde os anos 1970" (ALONSO, 2009, p. 74).

Além disso, os ataques do dia 11 de setembro de 2001 trouxeram elementos novos para cenário mundial das mobilizações, fechando "a era do protesto pacífico, abrindo a temporada das mobilizações policêntricas e violentas, com o terrorismo se candidatando à forma rotineira de mobilização coletiva do novo século" (ALONSO, 2009, p. 74).

É nesse quadro que ocorre uma renovação internacional do debate, e este se dá numa perspectiva que Breno Bringel chamou de bidirecional, isto é,

> que olha tanto para trás como para frente. Para trás, por que se as 'teorias clássicas' que apareceram a partir da década de 1960 com a institucionalização acadêmica do debate enfrentavam diretamente contra o marxismo e o funcionalismo, no caso das teorizações emergentes na atualidade observa-se que também há um profundo diálogo crítico com as teorias antes hegemônicas (desde a teoria da mobilização de recursos passando pelo paradigma do processo político e pelo paradigma cultural-identitário, habitualmente identificado com as teorias dos novos movimentos sociais). E para frente, pois se busca problematizar novos fenômenos como o ativismo transnacional contemporâneo (...), o papel multidimensional das

> tecnologias de comunicação, os novos tipos de mobilização étnicas, culturais e novas redes de contestação (BRINGEL, 2011, p. 58-59).

As demarcações anteriores de correntes e paradigmas passam a ser "substituídas por abordagens mais plurais e inclusivas", sem que "os enfoques clássicos" percam totalmente sua influência (BRINGEL, 2010). A presença de um maior pluralismo é uma das características mais significativas na "reconfiguração do campo de estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais", que se manifesta num "incremento de interações" de diferente tipo: disciplinares, espaciais e teóricas. A sociologia, que teve hegemonia inicialmente, combinada com outras disciplinas como a história, a ciência política ou a psicologia, passa a conviver com "uma crescente influência de categorias e ferramentas conceituais críticas de disciplinas como a geografia, outrora marginada". Por outro lado, incrementa-se a "internacionalização e transnacionalização (ainda muito desigual) da comunidade acadêmica e uma ampliação das lentes analíticas a experiências de lugares do Sul Global, dentro de uma reconfiguração mais ampla da geopolítica do conhecimento". E, finalmente, se constata uma tendência de maior interação teórica "que se manifesta em propostas marcadas pelo sincretismo conceitual onde é difícil falar de 'escolas' (norteamericana, européia, etc.) mais ou menos delimitadas, ou pelo menos diretamente enfrentadas, como antes". Vários "giros teóricos" realizados nas últimas décadas afetaram as vertentes teóricas clássicas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais levantando questões teóricas, metodológicas, ontológicas e epistemológicas (BRINGEL, 2011, p. 59).

Nos EUA, o chamado projeto *contentious politics*, que busca demarcar uma nova agenda de pesquisa no cenário internacional, e se organiza em torno do esforço de figuras seminais como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, tem alcançado grande projeção. Sua proposta resulta do diálogo com produção prévia, especialmente estadunidense, buscando desvincular-se de certo viés estruturalista que marca abordagens que tiveram origem naquele país, apostando em abordagens mais relacionais e incluindo não apenas movimentos sociais entre suas preocupações, mas também outras diversas formas de contestação política e social (BRINGEL, 2010). No projeto em questão se propõe uma ampliação do enfoque analítico para incluir além dos movimentos sociais, novas formas de expressão da contestação ou do confronto político, incluindo temas como nacionalismo, a democratização, a violência política e inclusive o terrorismo. Demarcando "um marco suficientemente amplo que permita busca *processos* e *mecanismos* causais similares que se repetem dentro de uma grande variedade de lutas, mas que produzem diferentes resultados agregados de acordo com as

condições iniciais, as combinações e as seqüências em que ocorrem" (BRINGEL, 2011, p. 59-60).

Já no contexto europeu, marcado pela emergência de uma abordagem mais culturalista dos movimentos sociais, o debate a partir da década de 1990 passa a incluir também preocupações inscritas no projeto *contentious politics*, no entanto, mantém, em termos gerais, uma maior preocupação com a cultural e a dimensão subjetiva. Ao mesmo tempo, em que sofre forte influência dos emergentes movimentos sociais que passam a atuar no cenário europeu, especialmente o "movimento antiglobalização" e o movimento de migrantes. Ademais marca também o cenário de produção europeu a "influência teórica dos giros lingüísticos, culturais e espaciais" (BRINGEL, 2010, p. 187).

Na América Latina e, em especial, no Brasil, o momento de maior produção coincide com o período em que os atores sociais alcançaram uma significativa visibilidade na cena pública, sendo chamados de "novos personagens". Esse período compreende os meados da década de 1970 e a década de 1980, num contexto marcado pelas lutas contra as ditaduras e pela democratização. Já na década de 1990, ao tempo em que se experimentava, no plano internacional, um forte dinamismo no campo dos estudos em questão com a articulação da proposta de uma nova agenda de pesquisa, a produção teórica e os estudos no nível regional e nacional passa por um momento de arrefecimento que coincide com a diminuição da visibilidade desses movimentos, pelo menos em produzir as mudanças antes esperadas que eles fossem capazes. Nesse sentido, Marcelo Silva identifica um paradoxo na produção brasileira:

> de um lado, em função da intensa mobilização de atores sociais e da significativa expansão de espaços institucionais abertos à participação destes atores, identifica-se uma valorização da atuação da sociedade civil não só para a consolidação da democracia e a efetivação da cidadania, mas também para o desenvolvimento, o combate à violência, o enfrentamento da pobreza, entre outros aspectos; de outro lado, no mesmo período, as ciências sociais brasileiras apresentam uma diminuição dos esforços analíticos orientados ao estudo dos processos de construção e atuação dos atores constitutivos desta sociedade civil, que, assim, tende a aparecer como um dado naturalizado, homogêneo, imutável e, em geral, positivo da realidade social. Esta diminuição é claramente observável quando se compara o espaço dedicado às investigações sobre movimentos sociais na literatura e nos eventos acadêmicos do período com o espaço ocupado por este tema na década de 1980 e nos eventos acadêmicos do período. [...] Em virtude dessa trajetória, que enfatizou mais a função (positiva) da sociedade civil do que a constituição dos atores que a conformam, as ciências sociais brasileiras, em grande medida, se descolaram dos debates internacionais, os quais buscavam desenvolver instrumentos analíticos mais consistentes para o estudo dos processos de associação, mobilização e, em certos casos, contestação política presentes em âmbito societário (SILVA, 2010, p. 3).

Mas já no final da mesma década de 1990 e no início da década dos 2000, há um processo de revitalização do interesse pelos movimentos sociais e processos correlatos tanto no Brasil como no plano latino-americano mais geral, como argumentamos no capítulo anterior.

O campo de estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais na América Latina e Brasil tem suas próprias características, sendo marcado pelo diálogo com teorias produzidas desde o contexto europeu e estadunidense, e de maneira mais estendida com a perspectiva européia, e só mais recentemente, e ainda timidamente, com o programa do *contentious politics* (ALONSO, 2009; BRINGEL, 2011; SILVA, 2010).

Versões da perspectiva das TNMS tiveram bastante presença no campo de estudos sobre movimentos sociais na América Latina. "Foram de longe a perspectiva mais aplicada para a explicação de casos nacionais, durante as décadas de 1980 e 1990" e "orientaram a agenda para a produção de estudos de casos, concentrados no processo de construção de identidades coletivas", nos "significados e discursos" dos atores (ALONSO, 2009, p. 68-69).

Uma aproximação da literatura regional com o programa do *contentious politics* é constatada só mais recentemente. A publicação de textos e entrevistas de atores seminais no mercado editorial brasileiro e em revistas científicas, além de estudos realizados em vários países latino-americanos que se apropriam seletivamente de conceitos inscritos nessa proposta, sem perder, no entanto, um enfoque mais crítico e alinhado a tradição latino-americana de uma literatura sobre movimentos sociais mais engajada, vem demonstrando um processo de penetração paulatina desse enfoque na região. No entanto, ainda há bastante rejeição para um alinhamento mais amplo do campo de estudos latino-americano sobre movimentos sociais com a "agenda global", o que tem a ver, em muito, com o que discutirmos no capítulo anterior como um novo ciclo de conflitividade social, com as características dos movimentos que lhe animaram e, associado a isso, com um novo ânimo em parte da intelectualidade latino-americana no sentido de uma revitalização do pensamento crítico. Aspectos que são perspicazmente captados por Breno Bringel (2011) ao discutir as dificuldades de recepção do enfoque do *processo político* e do *confronto político* na região. Segundo este autor, a:

> influência da linha de pesquisa sobre o confronto político se vê parcialmente limitada tanto o Brasil, como na América Latina de forma geral, pela renovação de duas tendências: por um lado, a insistência em interpretações que tenham como foco os movimentos sociais e os sujeitos sociais (e não a ação coletiva de forma mais ampla ou outros atores) e, por outro lado, a busca de novas teorizações que tenham como eixo a busca de análises, pensadas especificamente para a realidade latino-

> americana, que renovem a tradição crítica da teoria social regional. No primeiro caso, podemos destacar todos aqueles estudos orientados à discussão renovada sobre a autonomia e a criação de contrapoderes (ou antipoderes), muito influenciados pela experiência do zapatismo e de outras experiências como as do MST brasileiro, dos piqueteros argentinos ou a guerra da água e do gás na Bolívia (...). Estes eixos teóricos influenciados pelas intensas lutas sociais recentes na região estão acompanhados por uma segunda tendência mais ampla de renovação do pensamento regional que assume um caráter epistemológico. Para além do legado da desigualdade e as injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo (algo que já havia sido assinalado pelos teóricos da dependência), projetos latino-americanos 'descoloniais' como o impulsionado pelo grupo 'modernidade/colonialidade' denunciam um legado epistemológico do eurocentrismo que impede compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e os saberes que lhe são próprios.

Estamos de acordo com Breno Bringel que, sem que se deva abandonar pressupostos críticos presentes na literatura regional, "a construção de um marco teórico renovado sobre as ações coletivas e os movimentos sociais na América Latina, que considere as lutas atuais, as especificidades regionais e incorpore o debate epistemológico" proposto, por exemplo, pelo projeto descolonial (BRINGEL, 2011, p. 62), deve-se atentar para a ação *per se*, de maneira que um diálogo crítico com as abordagens teóricas pode resultar em produtivas apropriação seletivas de alguns aportes. Isto no sentido de evitar situações que se tornaram bastante habituais onde embora se fale de movimento social,

> o estudo dos movimentos sociais a da ação coletiva *per se* é deixado de lado (...), o que acaba resultando em leituras muitas vezes superficiais dos movimentos sociais e suas práticas, ou seja, interpretações que supõem uma 'aterrissagem' forçada sobre umas realidades sociais que não foram estudadas a fundo, mas que são apropriadas para justificações teóricas mais amplas (BRINGEL, 2010, p. 192).

Diante dos desafios analíticos que tentamos demarcar para análise de movimentos sociais latino-americanos no capitulo anterior, e do dinamismo emergente no campo das abordagens teóricas sobre ações coletivas e movimentos sociais a partir da década de 1990, conformando um terreno bastante gelatinoso e por isso difícil de ser captado com toda sua inteireza, a despeito das intenções e esforços em estabelecer um programa amplo de pesquisa com projeção global, incorporando temas abrangentes, optamos em desenvolver, na sequência deste capítulo, uma abordagem daquelas que nos parecem às principais características de três enfoques específicos e tomados como clássicos: a TMR, a TPP (considerando as apropriações mais recentes, feitas a partir da década de 1990, o que lhe aproxima da perspectiva do *confronto político*) e a versão melucciana da TNMS. Isto porque, a nosso ver, especialmente a duas últimas vertentes aportam elementos interessantes para a elaboração de uma proposta

analítica para o estudo das configurações e significações desdobradas pelo "movimento vicinal" altenho. Essa proposta analítica, como ficará evidente, resulta em grande medida, de apropriações seletivas de elementos das teorias que serão discutidas.

2.2. Teoria da mobilização de recursos

A perspectiva da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) surgiu na década de 1970 num contexto marcado por transformações que vinham ocorrendo na sociedade estadunidense desde a década de 1960, e pela emergência de "movimentos sociais" em torno às lutas pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, o movimento feminista, etc. Desde então a TMR se expandiu rapidamente, como uma abordagem neoutilitarista, assentada nos postulados da teoria da escolha racional. Representou "uma rebelião consciente e deliberada contra os estudos do comportamento coletivo" que dominavam o campo de estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais nas décadas anteriores (FERREE, 2001, p. 151). Seus principais expoentes, Olson, McCarthy, Zald, Oberschall e Gusfield, partem de uma crítica ao modelo clássico do comportamento coletivo e desenvolvem o pressuposto básico de que os movimentos sociais se desenvolvem na esteira de uma atividade organizacional consciente, racional.

O enfoque da TMR se baseia em duas afirmações centrais: os movimentos sociais não correspondem a ações espontâneas nem desorganizadas; e seus participantes não são pessoas irracionais (FERREE, 2001). O enfoque rejeita, assim, as versões do modelo estrutural-funcional (teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos, etc.), especialmente aspectos como: (a) a ênfase nos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos; (b) o *approach* eminentemente psicossocial de versões da teoria do comportamento coletivo, centradas nas condições de privação material e cultural dos indivíduos; (c) o papel das crenças generalizadas analisado sob o prisma do comportamento irracional das massas, etc. (RENON, 1996).

Ao incorporar postulados da teoria da escolha racional e seu individualismo metodológico, em contraposição às explicações tradicionais da psicologia social sobre razões da participação de indivíduos em mobilizações coletivas em termos de emoções coletivas, os teóricos da TMR passaram a exacerbar seu "extremo oposto: sua racionalidade".

> Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de ser expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por

> direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização. Contra as versões economicistas do marxismo, argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o *processo* de mobilização (ALONSO, 2009, p. 51-52).

O aspecto característico sobressalente da teoria da escolha racional é a produção de uma explicação sobre a vida social por meio de "modelos de ação individual racional", entendida "em termos utilitários, como uma questão de maximizar a satisfação das preferências do indivíduo" (HINDESS, 1996, p. 253). Diante do postulado básico de que "os indivíduos sempre atuarão com a finalidade de maximizar seus benefícios pessoais e reduzir seus custos" (FERREE, 2001, p. 153), o problema colocado para a ação coletiva foi: "como a ação coletiva é *até possível* entre indivíduos guiados por interesses próprios". O economista estadunidense Mancur Olson foi o estudioso mais influente desse dilema. O problema da ação coletiva para esse autor era de agregação: "como envolver a maior parte de um grupo em seu próprio benefício". Somente assim o grupo poderia convencer seus opositores de sua força. Para Olson, em grupos grandes,

> apenas os seus membros mais importantes têm interesse suficiente em alcançar o seu bem coletivo para assumir a sua liderança. (...) Quanto maior o grupo, mas as pessoas irão preferir 'pegar carona' nos esforços de indivíduos cujo interesse no bem coletivo é forte o bastante para buscá-lo. Para superar esse problema, Olson propôs que os supostos líderes precisam ou impor restrição aos seus membros ou fornece-lhe 'incentivos seletivos' para convencê-los que a participação vale à pena (TARROW, 2009, p. 33).

O trabalho de Olson converge com o clima de insatisfação em relação à abordagem do comportamento coletivo, e com a convicção crescente entre investigadores de "movimentos sociais" que apenas descontentamentos não podem explicar a mobilização. No entanto, sua proposta "parecia limitar as motivações para as ações coletivas aos incentivos materiais e pessoais" e "tinha pouco a dizer além do que se relacionava ao nível individual da motivação e agregação" (TARROW, 2009, p. 34).

Os sociólogos John McCarthy e Mayer Zald ajudaram a consolidar a TMR ao formular, com base no trabalho de Olson, uma resposta para o problema da ação coletiva, tal como formulado pela teoria da escolha racional. Segundo eles as sociedades industriais avançadas apresentavam recursos crescentemente disponíveis. E o aumento dos recursos pessoais, da profissionalização e do apoio financeiro externo aos movimentos conferia uma solução: as organizações formais e profissionalizadas de movimento sociais. De tal maneira,

enquanto os primeiros estudiosos se detiveram no *porquê* da ação coletiva, a TMR de McCarthy e Zald, tratou dos *meios* disponíveis para os atores coletivo, detendo-se no *como* (TARROW, 2009).

Entre as décadas de 1970 e 1990, a TMR predominou na maioria dos estudos sobre movimentos sociais nos EUA, mas também foi objeto de muitas críticas, o que ao longo do tempo foi lhe trazendo algumas alterações, sem, no entanto, modificar "sua base explicativa principal: os movimentos sociais são abordados como grupos de interesse. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. As ferramentas básicas utilizadas na abordagem advêm de categorias econômicas" (GOHN, 2002, p. 51).

A decisão de agir seria um ato de deliberação individual, com emprego de um raciocínio estratégico-instrumental, de cálculos de custo-benefício, visando seus objetivos e interesses racionalmente. No entanto, como nota Glória Gohn (2002, p. 51) a variável mais importante da TMR, como o próprio nome indica, é a dos recursos. Movimentos sociais surgiriam quando recursos se tornassem viáveis. Então, embora a decisão de agir resultasse de uma deliberação individual racional,

> a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativista e apoiadores) e de organização, isto é, coordenação entre indivíduos doutra forma avulsos. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52).

Em suma, na explicação do *processo de mobilização* a ênfase recai "em recursos materiais disponíveis para ativistas individuais" (ALONSO, 2009, p. 55).

Como dissemos, a base da TMR é a perspectiva utilitarista de Olson, e os sociólogos McCarthy e Zald foram os autores mais importantes nessa abordagem, na medida em que aplicaram uma sociologia das organizações ao estudo dos movimentos sociais, definindo-os por analogia com uma empresa. Esses autores utilizaram

> conceitos correntes nas análises das corporações econômicas, no mundo das organizações empresariais, desenvolvidos particularmente por Olson, avaliaram os membros de um movimento como um grupo de interesses, que, como tais, eram consumidores de um mercado de bens. O modelo de compra e venda e competição por produtos também foi aplicado. Os líderes de um movimento eram considerados gerentes ou administradores de um grupo de interesse. Enquanto tais, os diferentes grupos sociais competiriam entre si para obter recursos para suas ações, assim como a adesão de suas clientelas e as atenções das agências governamentais. Eles competiriam também na luta pela manipulação de imagens pela mídia, assim como por sua atenção (GONH, 2002, p. 52).

De suas capacidades organizativas dependeria o êxito dos movimentos, de modo que seu processo institucionalização, formalização, burocratização estaria associado a uma "racionalização plena da atividade política". Gradualmente os movimentos "criariam normas, hierarquias internas e dividiriam o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando ações". E se tornariam mais burocratizados na medida em que se tornassem mais longevos. Para tornarem-se longevos precisam, no entanto, desenvolver a capacidade de vence a concorrência, como uma empresa. "Isto é, vários movimentos podem se formar em torno de um mesmo tema, compondo uma 'indústria de movimento social', na qual haverá cooperação, mas também competição, em torno de recursos materiais e de aderentes a serem garimpados num mercado de consumidores de bens políticos"; eles disputariam "seu público consumidor, de adeptos e financiadores, num mesmo campo", e competiriam ainda entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades (GOHN, 2002, p. 51). A emergência de conflitos internos geraria faccionalismo, com dissolução de movimentos grandes e formação de subunidade em torno de uma mesma causa (ALONSO, 2009, p. 52).

Dentro desse esquema analítico, que associa o êxito de um movimento ao desenvolvimento de uma estrutura de organização formal burocratizada e hierárquica, McCarthy e Zald desenvolveram a categoria de Organização de Movimentos Sociais (OMS), que vai ocupar posição destacada. Esse foco na dimensão organizativa racional levou os teóricos da TMR, no entanto, a não produzirem uma diferenciação entre movimentos sociais, *lobbys*, partidos políticos e grupos de interesse. Os movimentos seriam dotados das mesmas características de outras organizações. Para essa perspectiva, como já mencionamos antes, mais importante do que explicar as razões para a emergência de mobilizações coletivas era explicar o *processo* de mobilização (ALONSO, 2009, p. 52) em si, partindo, por exemplo, do pressuposto de que a tensão ou o descontentamento não explicam o surgimento de movimentos sociais; "ao contrário, são os movimentos sociais que colocam em evidência a tensão e o descontentamento" (RENON, 1996, p. 502).

As críticas ao enfoque da TMR foram volumosas. A ênfase na dimensão racional e estratégica da ação coletiva terminou reservando um lugar residual à dimensão da cultura, aos valores e à ideologia na conformação da mobilização coletiva. Embora suponha "a presença de crenças e processos cognitivos na formação da ação coletiva - termos como 'lealdade' e 'consciência' o denotam", "não se sabe nada sobre seu *modus operandi*" (ALONSO, 2009, p. 53).

De acordo com Gohn (2002, p. 54) o desprezo da TMR à dimensão ideológica se assentou no argumento de que "mobilizações por descontentamento eram constantes e não específicas de certos períodos ou condições estruturais". A mesma autora traz uma interessante argumentação sobre essa questão apoiando-se no trabalho de Margit Mayer que sustenta que as ideologias ou motivações ideológicas não teriam jogado um papel de destaque nas mobilizações da década de 1960, nos EUA, porque "a maioria das ações tinha um discurso que nada mais fazia do que reivindicar a extensão dos valores liberais básicos que dominava o discurso público americano há mais de um século". Isto é, as mobilizações se desencadeavam num contexto dominado pelo mesmo marco ideológico. "Os novos grupos e movimentos, por serem dotados de racionalidade instrumental, eram compatíveis com o jogo democrático e o reforçavam", o "sistema de crenças dos movimentos estudados era extensão de conceitos básicos do liberalismo na filosofia americana" (GOHN, 2002, p. 55-57).

A principal crítica, no entanto, é provavelmente uma crítica menos dirigida à TMR em si, do que à teoria que lhe deu origem e sustentação: a teoria da escolha racional (GOHN, 2002), que teria conduzido a uma "explicação sociológica empobrecida do comportamento em geral", e se baseado em pressupostos particularmente problemáticos para o estudo dos movimentos sociais, por negligenciar as diferenças e os conflitos de valores, e por dar por natural "a existência de um ator humano pseudouniversal carente de história pessoal, gênero, raça ou posição de classe na história da sociedade" (FERREE, 2001, p. 153). Assim, crítica à teoria da escolha racional se dirige à sua fundamentação no modelo das ciências naturais "que considera às pessoas como indivíduos abstratos, conduzindo a universalizar as experiências e pontos de vista dos homens brancos, ocidentais e de classe média". Ademais, a crítica dirige-se "ao individualismo radical" que torna "muito problemáticos os aspectos relacionados à busca de uma comunidade e do valor motivador dos bens coletivos. Ao ser um modelo unidimensional da conduta 'racional' (estrategicamente instrumental), as formas de conduta não instrumentais (...), não só não podem ser tratadas", como são sistematicamente excluídos de consideração. Ao assentar-se num modelo baseado no adulto pseudo-independente como "unidade social básica", que "prescinde das relações comunitárias e de dominação, da experiência subjetiva das paixões que estão associadas a elas", "converte as pessoas em recursos intercambiáveis que podem ser manipuladas como mercadoria" (FERREE, 2001, p. 175-176). Nesse sentido desconsidera no seu esquema, "grupos sociais subordinados, suas lutas, seus princípios, cultura, valores, normas, objetivos, projetos, etc.". Desde esse prisma, a sociedade é vista como "um arranjo estático das elites e não elites, relativamente homogêneo,

em que há grupos incluídos e grupos excluídos. O objetivo dos excluídos seria lutar para ser incluídos. Pressupõe-se uma sociedade aberta, em que os diferentes grupos terão sucesso conforme o grau de sua organização" (GOHN, 2002, p. 57).

Ao comparar "movimentos" com empresas e usar uma linguagem típica da economia, geraram antipatia entre muitos investigadores e ativistas de "movimentos sociais", o que ajuda a explicar "a pequena ressonância da TMR na Europa e sua inexpressiva entrada na América Latina" (ALONSO, 2009, p. 53). No entanto, como vimos antes, seu impacto no ambiente doméstico foi significativo[14].

Mais recentemente, McCarthy e Zald, juntamente com McAdam, num contexto marcado por reformulação de algumas de suas posições mais originais, argumentaram que

> a teoria da mobilização de recursos intentava romper com concepções de corte pessimista sobre os movimentos sociais para se centrar nos *processos de mobilização* e nas manifestações organizativas formais desses processos. Na opinião de McCarthy e Zald, ainda que os movimentos sociais não devam se cristalizar, necessariamente, em uma organização formal, [eles] extraem sua força, como motor de mudança social, precisamente das organizações que gera. Em ocasiões, parecia que estes autores não centravam seu interesse tanto no surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais em geral, como na descrição de um novo tipo de movimento - movimentos sociais conformados por profissionais - ao que consideravam um grupo cada vez mais influente na América contemporânea (McCARTHY; ZALD; McADAM, 1999, p. 24-25).

Ainda na década de 1970, a partir de críticas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da TMR, foi se delineando uma "nova etapa" nos estudos sobre ações coletivas e "movimentos sociais" a partir das perspectivas teóricas que vinham sendo desenvolvidas nos EUA. Resumidamente, Glória Gohn identifica as mudanças que foram se desenhando:

> enquanto a MR [teoria da mobilização de recursos] destacou os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica que presidia às ações dos movimentos - tratados como uma organização formal -, a segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada nesse processo. Passou-se a

[14] Sobre este aspecto cabe ressaltar que os tipos de "movimentos" que foram analisados nos primeiros estudos de McCarthy e Zald, os "movimentos de direitos civis", como a NAACP, sigla de Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras e a União Americana de Liberdades Civis; ou os "movimentos de mulheres", como NOW, sigla de Organização Nacional de Mulheres, por exemplo, eram organizações que vinham se tornando bastantes influentes nos EUA, apresentando um significativo processo de profissionalização de recursos humanos, lançando campanhas nacionais utilizando técnicas avançadas disponíveis, equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, conseguindo obtenção de recursos financeiros, etc. e tendo a frente setores de classe média, revelando uma configuração da ação coletiva com características que, de alguma maneira, favoreceram decisões teóricas relacionadas à elaboração da TMR e sua ênfase na dinâmica organizacional da ação coletiva. Não obstante, como indica Glória Gohn (2002), os recortes e a seleção de dados, num universo certamente maior de mobilizações coletivas, favoreceu a confirmação de hipóteses e pressupostos dos investigadores e teóricos alinhados a perspectiva da TMR.

> enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultura na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos. Ou seja, a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos (GOHN, 2002, p. 69-70).

Passamos então a caracterizar a chamada Teoria do Processo Políticos (TPP).

2.3. Teoria do processo político

Charles Tilly e Sidney Tarrow são provavelmente os principais expoentes da Teoria do Processo Político (TPP), além de Dough McAdam e William Gamson. De uma forma geral, pode-se dizer que a TPP resulta de um processo de reformulação da TMR e da busca por novos caminhos. A ênfase dessa perspectiva recaiu no chamado *processo político*, numa redescoberta da cultura e da psicologia social. Como já mencionamos seu ponto de partida foram críticas ao utilitarismo e individualismo metodológico da TMR. No entanto, a TPP também desenvolveu uma posição de rejeição às explicações deterministas e economicista e à ideia de um sujeito histórico universal tal como formulado dentro do marxismo, construindo uma explicação macro-histórica que, ao mesmo tempo em que repele a economia como chave explicativa, combina a política e a cultura na explicação dos movimentos sociais, não obstante seu investimento maior esteja centrado numa teoria da mobilização política (ALONSO, 2009).

Charles Tilly forneceu um aporte decisivo na conformação da TPP. Com sua sociologia política histórica elaborou uma argumentação básica para aquilo que Tarrow (2009, p. 36) chamou de "uma abordagem mais política dos movimentos". Em sua abordagem original e inovadora combinou diferentes tradições com a ambição de identificar "os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio da comparação entre casos". Em seu clássico *From mobilization to revolution* (1978) estabelece bases para discussões de fenômenos de mobilização coletiva e revoluções. Lançou uma crítica à "tradição sociológica" que segregou a análise das disputas entre elites da análise de movimentos populares (TARROW, 2009), argumentando, alternativamente, que ambas as formas de ação são "perfeitamente racionais e dotadas da mesma lógica, pertencendo a uma única classe de fenômenos". A distinção entre elas seria "de grau de organização e de uso da violência, não de natureza. A prevalência de uma dessas formas depende de dois gêneros de parâmetros: um, político; outro, histórico-cultural" (ALONSO, 2009, p. 54).

A tese desenvolvida por Tilly é a de que mudanças em larga escala afetam as formas de ação coletiva, o que estaria associado ao conceito de oportunidade de interesse, que dá o parâmetro político. No já citado *From mobilization to revolution*, Tilly "formulou um 'modelo do sistema político' para análise da ação coletiva, a partir do qual elaborou um conjunto de condições para a mobilização, estando entre as principais às oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação-repressão das autoridades. Essas duas dimensões ligavam a ação coletiva ao Estado" (TARROW, p. 36-37).

O desenvolvimento do que chamou de "movimento social nacional" foi concomitante e interdependente ao da ascensão dos estados nacionais, de tal maneira os "movimentos sociais" devem ser estudados "em conexão com a política, e sua estratégia, estrutura e sucesso iriam variar em tipos diferentes de Estado" (TARROW, p. 37), concepção que afetou a compreensão das instituições políticas (ALONSO, 2009). Tilly elaborou uma concepção de que a

> mobilização baseia-se num conflito entre *partes*, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Essas posições são variáveis, os atores migram entre elas. Por isso a análise tem de suplantar as barreiras convencionais que definem 'Estado' e 'sociedade' como duas entidades coesas e monolíticas. Assim, em vez de definir a equação como movimentos sociais versus Estado, a TPP opõe 'detentores do poder' (os membros da *polity*), que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e 'desafiantes', que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity* (ALONSO, 2009, p. 56).

O Estado nacional e os movimentos sociais não são atores e sim "formas de ação coletiva". Um movimento social é especificado como "uma 'interação contenciosa', que 'envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder', em nome de uma população sob litígio" (ALONSO, 2009, p. 56).

Para a definição dessas formas de ação coletiva, Tilly provê uma "explicação histórico-estrutural, vinculando-as a teoria da formação do Estado nacional". A partir de seu trabalho comparativo entre diferentes períodos históricos, Tilly foi demarcando o que chamou de repertórios de ação coletiva, distinguindo um "velho" ou "tradicional" repertório, prevalente antes do século XVIII, de um "novo" repertório, prevalente a partir do século XVIII. O movimento social moderno corresponderia a um repertório de ação coletiva surgido, concomitantemente, ao processo de conformação do Estado moderno. De tal maneira, consiste numa "forma histórica de expressão de reivindicações, que não existiu sempre, nem em toda parte". Mudanças estruturais que resultaram no processo de "centralização do poder

político na Inglaterra do século XVIII" com o "fortalecimento do parlamento, *vis-à-vis* poder local e coroa", nacionalização das decisões políticas, aumentando "a competição eleitoral pelos postos nacionais" e "fomentando a congregação de facções locais em um sistema partidário", ao mesmo tempo em que "enfraqueceu as formas locais de expressar demandas", "abriu oportunidade para o surgimento de ações 'para-parlamentares', como petições e comícios, visando influenciar a tomada de decisões no parlamento", isto é, criou oportunidades para a emergência de novo repertório de confronto, de ação coletiva (ALONSO, 2009, p. 56-57).

Tilly diferencia repertório de ações coletivas dominante até século XVIII, daquele novo repertório que começa a ganhar relevo a partir do final do referido século. O "antigo repertório" é identificado como estreito, bifurcado e particular:

> Era *estreito* porque quase sempre os interesses e a interação envolvidos estavam concentrados numa única comunidade. Era *bifurcado* porque, quando as pessoas comuns tratavam de questões locais e objetivos próximos, elas adotavam, de forma marcante, a ação direta para atingir seus objetivos, mas quando se tratava de questões e objetos nacionais elas sempre apresentavam suas reivindicações a um patrono ou autoridade local... [e] era *particular* porque as rotinas de ação detalhadas variavam enormemente de um grupo para outro, de questão pra questão, de uma localidade para outra (TILLY apud TARROW, 2009, p. 52).

O novo repertório de ação coletiva não surge já pronto e não substitui completamente, de uma vez, o antigo repertório. Ele vai se consolidar quando "as demonstrações, as greves, os comícios, as reuniões públicas e as formas similares de interação passaram a prevalecer" (TARROW, 2009, p. 52). Em comparação com o antigo repertório, o novo, surgido a partir do final do século XVIII, é caracterizado como possuindo um caráter cosmopolita, modular e autônomo:

> Elas eram *cosmopolitas* ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações atingiam muitas outras. Eram *modulares* por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros... Eram *autônomos* ao começarem por iniciativa dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre esses e os centros de poder nacionalmente significativos (TILLY apud TARROW, 2009, p. 52).

Temos então dois tipos de repertórios de ações coletivas no Ocidente, um antecede e o outro sucede a centralização do poder político. Os repertórios mudam lentamente ao longo do tempo, e suas "mudanças dependem de flutuações maiores nos interesses, oportunidade e organização", o que se correlaciona, por seu turno, "grosso modo, a mudanças nos estados e no capitalismo" (TARROW, 2009, p. 51). A partir da década de 1830 seria possível falar em

“movimentos nacionais e autônomos” como um repertório de ação coletiva. Esses movimentos “prescindem de mediação entre demandantes e autoridades. Baseados em novas solidariedades, compondo associações e sindicatos, eles seriam menos violentos, mas mais ofensivos, clamando pela expansão de direitos e por maior acesso a recursos” (ALONSO, 2009, p. 57-58).

Tilly definiu repertório como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolhas” (TILLY apud TARROW, 2009, p. 51). Esse aprendizado encontra limites nas “opções disponíveis para interação coletiva e estabelecem as bases para futuras escolhas. As pessoas tentam novas formas na busca de vantagens táticas, mas o fazem aos poucos, na margem de rotinas bem estabelecidas”. Repertório consiste, ainda, num conceito que traz ao mesmo tempo uma dimensão estrutural e uma dimensão conjuntural, “envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mais o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51).

Consiste num conceito referido a um “conjunto relativamente amplo de atores em litígio”. De acordo com Ângela Alonso:

> Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório àquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos. Isto é, os agentes atribuiriam o sentido às formas, que pode ser tanto de contestação quanto de reiteração da ordem. É o caráter vazado, sem semântica, do repertório que permite sua partilha entre atores opostos. Isto é, o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo mais a uma estrutura de conflito (ALONSO, 2009, p. 58).

Do mesmo modo que os teóricos da TMR, Tilly desenvolveu uma concepção na qual os “agentes coletivos não são preexistentes”. Propôs que para a constituição de um ator coletivo é crucial a “coordenação entre os potenciais ativistas” e “eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso”. A coordenação “depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação de pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*)”. Ou seja, se adiciona um componente cultural importante à análise (ALONSO, 2009, p. 55).

A solidariedade, contudo, “não gera ação, se não puder contar com ‘estruturas de mobilização’: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquiri controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”. O que se projeta mais decisivamente como algo distintivo dessa perspectiva em relação à TMR, é

que a coordenação ocorre diante de oportunidades políticas favoráveis. É a ênfase na "estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação" (ALONSO, 2009, p. 55).

Até aqui destacamos, basicamente, aportes do trabalho de Charles Tilly, o que se justifica por sua contribuição decisiva para a formulação da TPP. Como assinala Tarrow (2009, p. 36), Tilly teria lançado a "pedra fundamental" numa tradição na qual "uma abordagem mais política dos movimentos" ocupou centralidade. No entanto, seu modelo foi apontado como "resolutivamente estrutural, isto é, focado em condições que não podem ser moldadas pelos propósitos dos atores", o que correspondia a um limite, superado dentro da perspectiva teórica que estava se consolidando por "modelos [políticos] de viés norte-americano", "mais permeáveis à dinâmica do processo político". Ao longo da década de 1980 teóricos do processo político tenderam a estreitar o campo de atenção dos termos oportunidade-ameaça e facilitação-repressão que faziam parte da síntese original de Tilly. Nesse sentido, destaque deve ser dado ao trabalho do sociólogo Doug McAdam, "que sintetizou essas abordagens de mobilização dos movimentos sociais em um 'modelo de processo político' bem acabado". No entanto, será certamente o conceito de "estrutura de oportunidade política" - que exigiu muita atenção de Sidney Tarrow -, o conceito mais conforme ao que este mesmo autor se referiu como "uma abordagem mais política dos movimentos".

Por outro lado, contribuições provindas do enfoque da sociologia histórica de Tilly, certamente resultaram num maior espaço para a dimensão da cultura na explicação da ação coletiva do que aquele residual atribuído pela perspectiva da TMR. O conceito de repertório, no entanto, foi acusado de ser insensível aos significados da ação coletiva para aqueles que a empregam (TARROW, 2009). Num sentido próximo, Alonso (2009, p. 58), argumenta que mesmo sendo um conceito que "descreve bem características culturais de longa duração", serviria "pouco para lidar com variações no interior de uma mesma conjuntura". Já o conceito de "solidariedade" e de *catnet*, que pressupõe a presença de elementos de cultura, "têm peso explicativo bem reduzido e não competem na armação da teoria com outros dois conceitos carros-chefes".

À medida que os trabalhos progrediam fomentando importantes debates e consolidando um enfoque centrado na *mobilização política*, e na especificação conceitual de "oportunidade política", foram surgindo lacunas, ambiguidades, determinadas dificuldades, que levaram seus formuladores a uma síntese conceitual que ganhou bastante espaço e relevo

a partir da década de 1990, envolvendo investigadores tanto estadunidenses como europeus, abrindo um novo momento para as abordagens dos movimentos sociais desde o enfoque do processo político, projetando o que viria ser chamado de projeto *contentiuos politics* (confronto político). Esse novo momento é marcado por um deslocamento e ampliação do foco de uma teoria mais propriamente dos movimentos sociais para uma abordagem centrada com confronto político. Brevemente Sidney Tarrow assinala as diferenças entre confronto político e movimentos sociais nos seguintes termos:

> O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e apenas em tais casos – estamos diante de um movimento social (TARROW, 2009, p. 27).

Esses debates incluíram tanto autores que vinham produzindo desde a perspectiva da TMR e que reformularam ou ampliaram suas abordagens, até autores que vinham produzindo desde o a perspectiva das teorias dos novos movimentos sociais, articuladas tendo como ambiente primário a Europa (GOHN, 2002).

Na nova perspectiva teórica ocorre manutenção de um enfoque no processo de mobilização de recursos como um importante eixo articulador da análise, mas diferentemente da teoria anterior, "a nova etapa não considera apenas os recursos econômicos, e a lógica instrumental-racionalista deixou de ser o eixo central condutor das análises". Ações não convencionais são consideradas como contendo uma dimensão positiva para o entendimento da mudança social. Ocorre um "retorno da análise cultural na produção teórica sobre a ação coletiva", e a reintrodução da "psicologia social como instrumento para compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais" (GOHN, 2002, p. 73), aspectos todos que podem ser reunidos numa "síntese emergente" que vem caracterizando o enfoque em questão e que inclui três conceitos básicos: (1) *oportunidades políticas*; (2) *enquadramento interpretativo*, como processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social de significados que mediam oportunidade e ação; e, finalmente, (3) *estruturas de mobilização* como "formas de organização (tanto formais como informais) a disposição dos contestatários" (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999, p. 22-23).

Sidney Tarrow em seu livro *Power in Movement* (originalmente publicado em 1994, e no Brasil apenas em 2009), que se tornou um clássico da perspectiva do processo político, tratou igualmente desses três conceitos em direção a uma síntese. A preocupação de Tarrow foi oferecer "um amplo quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e das revoluções na categoria mais geral de confronto político", para, com isto, "poder relacionar os movimentos sociais ao confronto político e à política em geral" (TARROW, 2009, p. 19). Na sequência trataremos de cada um desses conceitos.

2.3.1. Estrutura de oportunidade política

Tarrow (2009, p. 72) argumenta que existem duas formas de estudar a relação entre estrutura de oportunidade política e ação coletiva: um enfoque estático das estruturas de oportunidade, quando investigadores centram sua atenção nas macroestruturas; e um enfoque dinâmico, quando o foco dirige-se a aspectos mais próximos à ação dos atores concretos. Opta pelo segundo. As "oportunidades *dinâmicas*" teriam "um impacto muito maior sobre a tomada de decisão no seio dos movimentos sociais, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, criar e modelar suas próprias oportunidades".

Oportunidades políticas são entendidas "como dimensões consistentes - mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais - da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político". Já restrições políticas são fatores tais como "a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes - que desencorajam o confronto". No entanto, a especificação das variáveis que oferecem oportunidades ou produzem restrições não é algo simples, porque o cenário político é bastante dinâmico. Com efeito,

> o termo 'estrutura de oportunidade políticas' não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, necessariamente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38-39).

A ênfase do conceito de oportunidade política refere-se a "recursos *externos* ao grupo", ou seja, não são recursos que pertencem ao grupo desafiante, mas nesse caso, mesmo "desafiantes fracos" podem tirar proveito deles (TARROW, 2009, p. 39). Os partidários do "*modelo de processo político*" entendem que "o surgimento e o êxito dos movimentos sociais dependia, em grande medida, das oportunidades ao alcance dos contestatários, geradas por

mudanças na estrutura institucional e disposição ideológica dos grupos no poder". (McADAM, 1999, p. 50). O argumento básico que sustenta o conceito é o de que com mudanças nas *estruturas de oportunidade políticas*, "isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam canais para a expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *politiy*" (ALONSO, 2009, p. 55).

De acordo com Sidney Tarrow os desafiantes encontram oportunidades políticas quando ocorre a abertura do acesso institucional à participação para novos atores; se evidencia a existência de divisões emergentes no interior da elite; surge a disponibilidade de aliados influentes e quando se verifica um declínio na capacidade ou vontade de repressão do Estado. "Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político". Nesse sentido, "o confronto é muito mais relacionado a oportunidades de ação coletiva - e limitado por restrições a ela - do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas" (TARROW, 2009, p. 99).

No entanto, a existência de oportunidades externas não produz necessariamente movimentos sociais sustentados, outros aspectos que nos remetem aos conceitos que compõem a síntese associada aos trabalhos vinculados à TPP devem ser considerados para que se reúnam as condições para que tenhamos um movimento social. Para que eles surjam é necessário "que os desafiantes empreguem repertórios de confronto conhecidos, enquadrem suas mensagens de forma dinâmica e tenham acesso ou construam estruturas de mobilização unificadas" (TARROW, 2009, p. 99), isto é, o confronto não resulta necessariamente em "movimentos sociais", eles dependem "de como as pessoas agem coletivamente, de como o consenso é mobilizado em torno de reivindicações comuns e da força e posição das estruturas de mobilização" (TARROW, 2009, p. 39).

Uma vez que estejam formados num contexto de oportunidades políticas favoráveis, os movimentos sociais, eles mesmos,

> *criam* oportunidades - para seus próprios apoiadores, para os outros, para os partidos e para as elites. Isso é feito através da difusão da ação coletiva, da indicação de possibilidades de coalizão, da criação de espaços políticos para movimentos e contramovimentos e da produção de incentivos para provocar a reação das elites e de outros partidos. Os desafiantes que aproveitam as oportunidades políticas em resposta a aberturas do sistema político são os catalisadores para os movimentos sociais e ciclos de confronto - e, ocasionalmente, para revoluções e aberturas democráticas (TARROW, 2009, p. 100).

Voltaremos ao conceito de *ciclo de confronto* mais adiante.

2.3.2. Enquadramento interpretativo

O conceito de *enquadramento interpretativo*, no esquema conceitual da TPP, resulta de uma reintrodução da dimensão da cultura, das ideias e dos fatores culturais na compreensão da mobilização dos participantes de movimentos sociais e na estruturação de oportunidades políticas, representando, como atenta Tarrow (2009, p.36), uma "reação contra a mobilização de recursos" e a formulação de um "paradigma substancialmente novo".

Descontentamentos, valores e ideologia são reintroduzidos na análise da ação coletiva no sentido de entender a identidade coletiva de grupos e a interação com sua cultura. Nesse sentido, a TPP se aproximou das teorias europeias dos "novos movimentos sociais", mas o fez a partir do trabalho interacionista de Irving Goffman recuperado como produtivo para "o entendimento das escolhas e opções dos grupos sociais, dentro de uma trama de relações sociais e contextos de oportunidades políticas" (GOHN, 2002, p. 73-74). Autores como David Snow, Robert Benford e seus colaboradores retrabalharam vários postulados do interacionismo tentando readequá-los à "análise estrutural-política", trazendo para um primeiro plano a força de argumentos psicossociais. Buscando elucidar os aspectos cognitivos da ação coletiva adaptaram a análise de *marcos de referência* de Goffman para ilustrar a forma como membros de movimentos sociais conferem sentido aos seus "mundos sociais" (HUNT; BENFORD; SNOW, 2001).

O problema é colocado, então, de tal maneira que introduz elementos de continuidade de certa tradição estadunidense. A dimensão da cultura é reintroduzida através do conceito de *enquadramento interpretativo* com um enfoque estratégico. Esse conceito seria "mais adequado à natureza interativa dos movimentos sociais", na medida em que permite "relacionar o texto ao contexto, a gramática da cultura à semântica da luta". As mudanças "no simbolismo de um movimento nem são derivadas diretamente da cultura nem totalmente construídas só de ideologia, mas são [o] resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança" (TARROW, 2009, p. 143).

Snow e Benford adotam o conceito de *marco de referência* de Goffman em relação à ação coletiva, como "uma categoria especial de entendimento cognitivo - os quadros interpretativos das ações coletivas - que se refere a como os movimentos sociais constroem significados para a ação" (TARROW, 2009, p. 143). De acordo com Snow e Benford, um *marco de referência* seria um "esquema interpretativo que simplifica e condensa o 'mundo exterior', salientando e codificando seletivamente objetos, situações, acontecimentos,

experiências e sequências de ações num ambiente presente e passado de cada indivíduo" (SNOW; BENFORD apud HUNT; BENFORD; SNOW, 2001, p. 228). Consistem em dispositivos que enfatizam e "adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefine como injusto ou imoral o que era visto anteriormente" como tolerável. Envolvem "profundamente um trabalho de 'nomear' descontentamentos" "que farão sentido para as predisposições culturais de uma população e enviarão uma mensagem uniforme para os detentores de poder e outros" (TARROW, 2009, p. 143).

Os marcos de referência da ação coletiva não apenas destacam certos aspectos da realidade, mas também atuam como base para a atribuição e articulação de significados. Eles "concentram a atenção em uma situação particular considerada como problemática, produzem uma atribuição de sua responsabilidade a determinadas pessoas ou fatos e articulam propostas alternativas, entre as quais se inclui aquilo que os atores do movimento devem fazer para conseguir as mudanças desejadas". Nesse sentido, Snow e Benford sugeriram que existem três dimensões fundamentais no processo de construção de marcos de referências, assinalando seu caráter estratégico:

- Criação de marcos diagnósticos: estes identificam alguns acontecimentos ou situações como problemáticas e ao mesmo tempo a necessidade de mudanças, bem como assinalam certos agentes sociais como responsáveis pela situação (seja como "causadores" ou como exacerbadores da situação), ao quais são atribuídas determinadas características e motivos. Esse tipo de marco, então, imputa características a um conjunto destacado de atores no âmbito de atuação de um movimento social. Características que permitem situar esses atores como oponentes, culpáveis pela situação enfrentada, como adversários, etc.

- Criação de marcos prognósticos: nesses marcos se estabelecem planos para "corrigir essa situação problemática, especificando para isso o que se deveria fazer e quem teria que fazê-lo, ou seja: os objetivos específicos, as táticas e estratégias a seguir".

- Criação de marcos de motivação: consiste num marco gerador de motivação, isto é, num "conjunto de razões prementes e irresistíveis" que atua no sentido vincular, efetivamente, as pessoas à ação. Estabelece "um vocabulário de motivos adequados ou as razões que justificam a ação em favor de uma causa", implicando "um processo de construção social e o reconhecimento dos motivos e identidades dos protagonistas" do movimento (HUNT; BENFORD; SNOW, 2001, p. 228-229).

Essa concepção, segundo Mayer Zald (1999, p. 371) rompe de maneira definitiva com concepções anteriores relativas ao "papel desempenhado pelas ideias no seio dos movimentos

sociais", muito vinculadas "à formulação comunitária de valores e, além disso, como algo que ia tomando forma lentamente". No processo de construção de marcos interpretativos, como bem nota Alonso (2009, p. 78), o conflito social passa para "o plano da definição da realidade, isto é, disputas políticas são apresentadas como eminentemente simbólicas". Na mesma direção, Zald (1999, p. 377) argumenta que a "estruturação real da injustiça e dos objetivos políticos descansa, quase sempre, sobre definições sociais de relações, dos direitos e das responsabilidades, que são as que permitem assinalar os defeitos da ordenação social atual e sugerir a direção que deve adotar a mudança". De tal maneira,

> A cultura é vista como terreno de litígio, perpassada por relações de poder. A ênfase está na intencionalidade dos agentes e em sua capacidade de recorrer seletivamente a repositórios passados de significados para moldar estratégias de ação (...). A cultura seria uma caixa de ferramentas, composta por símbolos, rituais, visões de mundo que só adquirem sentido pelo uso, isto é, quando mobilizados para orientar ações. A cultura [assim] se relaciona com a política em chave pragmática: como estruturadora de processos de seleção, interpretação, reinvenção e uso intencional de significados por uns agentes contra os outros (ALONSO, 2009, p. 79).

Os organizadores de movimentos sociais recorrem então a "stocks culturais" de onde extraem "imagens que lhes permitem definir o que é uma injustiça" (ZALD, 1999, p. 377), num processo através do qual "orientam os quadros interpretativos para a ação em contextos particulares e os amoldam à intersecção entre um alvo da cultura da população e seus próprios valores e objetivos", o que Snow e seus colaboradores chamaram de alinhamento de marcos interpretativos (*frame alignment*), processo através do qual os movimentos "formulam suas mensagens em relação à cultura existente". Isto é, "os movimentos conectam quadros culturais existentes a uma questão ou problema particular, esclarecem e revigoram um quadro interpretativo que se relaciona a uma questão específica e expandem os limites do quadro primário do movimento para incluir interesses ou pontos de vista mais amplos" (TARROW, 2009, p. 144). Dessa forma, o conceito de alinhamento de marco interpretativo teria sido criado para

> descrever os esforços através quais os organizadores de um movimento tratam de vincular as orientações cognitivas dos indivíduos com as das organizações dos movimentos sociais. O objetivo é criar uma visão do mundo que legitime e motive o protesto, e parte de seu êxito depende da ressonância cultural dos *marcos de referência* promovidos pelos organizadores. Seus esforços, nesse sentido, para criar um marco adequado podem ser considerados como atos de apropriação cultural, nos quais os lideres dos movimentos tratam de associar suas reivindicações a controvérsias públicas de grande ressonância na sociedade em geral (ou em uma subcultura particular) para ativar o protesto (McADAM, 2001, p. 45).

Cabe destacar o papel dos organizadores de movimentos nos processo de alinhamento do quadro interpretativo. Tarrow (2009) esclarece aspectos decisivos desse processo: “líderes dos movimentos competem com líderes de outros movimentos, com os agentes da mídia e com o Estado pela supremacia cultural - competidores que têm recursos culturais imensamente poderosos a sua disposição”, no sentido de assegurar o “poder de oposição” de “seus apoiadores mais militantes”. Partindo do pressuposto de que “pessoas comuns” frequentemente fazem “leituras” dos acontecimentos, “que diferem daquelas feitas por seus líderes e frequentemente assimilam a interpretação que as elites dão a seus fracassos”, é muitas vezes necessário “um esforço considerável de mobilização cognitiva para acabar com esse modo de pensar das pessoas comuns”. E nesse sentido, dois tipos de apelos são comumente utilizados para assegurar a mobilização: injustiça e emotividade.

Segundo Tarrow (2009, p. 114-115), um tipo recorrente de discurso no confronto político é elaborado em torno do chamado “quadro interpretativo de injustiça”, conceito formulado por Gamson. O argumento central é o de que as pessoas precisam, de forma coletiva, definir suas situações como injustas antes de se lançarem numa ação coletiva, como defende Doug McAdam. Isto é, os “organizadores de movimentos” trabalham no sentido de inserir os descontentamentos em quadros interpretativos que identificam uma injustiça, responsabilizar outros por ela e propor soluções. O esforço de mobilizar pessoas contra injustiças que experimentam nas suas vidas diárias, persuadi-las de que a responsabilidade por seus problemas pode ser atribuída a “algum agente e de que as ações empreendidas coletivamente podem mudar aquela condição” não é, por sua vez, tarefa simples. E é nesse sentido que entra em jogo o papel das emoções associadas aos alinhamentos de quadros interpretativos.

A emotividade pode se mobilizada em sentidos diversos, produzindo efeitos inclusive contrastantes na ativação de ações coletivas e confrontos políticos. “Emoções diferentes podem ser estimuladas através da percepção de desigualdades - cinismo, ironia confusa, resignação” (GAMSON apud TARROW, 2009, p. 145). E para que se desenvolva a ação coletiva dos desafiantes potenciais é necessário que haja a adoção coletiva de um mesmo quadro interpretativo de injustiça, de maneira que seja publicamente compartilhado por estes (TARROW, 2009).

Se a maior parte do trabalho de construção de quadros interpretativos é cognitiva, “isto é, ele identifica descontentamentos e os traduz em reivindicações mais amplas dirigidas a outros que sejam significativos”. Ele não se reduz “a cogitações estéreis de ideólogos”,

necessita de um investimento emocional, uma vez que "nenhuma transformação significativa de reivindicações em ações pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional" (TARROW, 2009, p. 145).

De tal maneira, Tarrow propõe que algumas emoções são o que chama de "vitalizadoras", como, por exemplo, a raiva. Será mais provável que estas "estejam presentes na deflagração de atos de resistência, enquanto que outras, como a resignação e a repressão, são 'desvitalizadoras' e existem, mais provavelmente, nas fases de desmobilização". Diz ainda que os

> pontos altos do confronto geram eixos emocionais em torno dos quais gira a futura direção do movimento. Com o passar do tempo, os empreendedores do movimento se esforçarão para evocar esses eixos emocionais através da retórica, rituais e reuniões nos lugares em que ocorreram a injustiça ou vitórias passadas (TARROW, 2009, p. 145-146).

Religião e nacionalismo seriam duas fontes geradoras de emoções recorrentes para o enquadramento interpretativo de movimentos sociais. "A religião fornece símbolos, rituais e solidariedades já prontos e que podem ser acessados e apropriados pelos líderes dos movimentos" (Tarrow, 2009, p. 146).

Diante disso, conclui Tarrow que a

> cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas da submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos. Os símbolos são extraídos seletivamente de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinados a crenças orientadas para a ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um paralelogramo de atores, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e população-alvo. O mais importante é que a eles é dada uma valência emocional que visa converter a passividade em ação (TARROW, 2009, p. 146-147).

2.3.3. Estruturas de mobilização

O conceito de *estrutura de mobilização* é absorvido da TMR, com alguma modificação. Tanto a TMR como a TPP (reorganizada) atribui relevância ao estudo das dinâmicas organizativas da ação coletiva, à análise do papel de organizações e instituições junto aos "movimentos", mas, diferentemente da primeira, a segunda desloca o foco exclusivo nas organizações mais formais e profissionalizadas de movimentos sociais, para incorporar outras formas organizativas, redes sociais e estruturas conectivas das ações coletivas de atores desafiantes. Isto é, os investigadores e teóricos vinculados à TPP "compartilham o rechaço à

equiparação entre movimentos sociais e organizações formais, própria dos estudos baseados na mobilização de recursos" (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999, p. 25).

O trabalho de Charles Tilly trouxe importante contribuição na consideração do "papel crítico desempenhado por alguns entornos básicos - em especial a vizinhança e o lugar do trabalho - na hora de facilitar e estruturar a ação coletiva". Desde a perspectiva da TPP estruturas de mobilização podem ser entendidas como canais coletivos, tanto formais como informais, através dos quais as pessoas podem se implicar e se mobilizar em ações coletivas (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999, p. 24-25). A preocupação desses estudos é "compreender por que e como surgem determinadas formas estruturais de mobilização e como se desenvolvem"; por que são escolhidas, como são combinadas e adaptadas por ativistas de movimentos sociais, e como essas escolhas imprimem efeitos específicos na sua trajetória (McCARTHY, 1999, p. 205).

John McCarthy (1999, p. 208-209) propõe uma tipologia de estruturas de mobilização que inclui uma diversidade de estruturas classificadas de acordo com sua maior ou menor grau de organização formal. Num extremo formalmente menos organizado se situam as famílias, as redes de parentesco e as redes de amizade, isto é, *estruturas básicas da vida cotidiana.* Estas tem revelado um papel bastante destacado no recrutamento realizado por movimentos e na formação e surgimento de grupos de caráter local. Muitos termos tem sido utilizados em estudos que apontam a associação entre estruturas de vida cotidiana e a mobilização canalizada através de movimentos sociais, como: *comunidade de memória*, *subcultura de protesto* e *contextos de micromobilização*. Especialmente este último, desenvolvido por Doug McAdam, tem tido grande difusão, agrupando "toda uma série de alvéolos sociais nos quais as pessoas se movem cotidianamente e no seio dos quais os vínculos, tanto formais como informais, podem funcionar como estruturas que facilitam a solidariedade e a comunicação quando (e se) decidem realizar juntos algum tipo de protestos".

Entre os menos organizados se encontram ainda as *rede informais* pensadas, prioritariamente, como estruturas de mobilização. Põem-se em foco formas de organização que se baseiam em vínculos mais difusos, flexíveis e provisórios entre indivíduos e organizações que compõem o movimento. McCarthy (1999) fala ainda em "estruturas de mobilização compostas por híbridos", referindo-se a estruturas com um grau de organização maior, mas que "existem no seio de organizações mais amplas ou instituições", como grupos religiosos, equipes desportistas, etc. Outra figura importante e bastante comum é a dos "comitês organizadores de campanhas que representam grupos de protestos independentes" e

que terminam convergindo com redes e organizações na coordenação de esforços no sentido de obter sucesso em suas demandas. Nesse sentido, pode-se falar também de “estruturas de coalizão mais duradouras” que conseguem colocar diferentes organizações de movimentos sociais em contato entre si, bem como com organizações de caráter comunitário e redes difusas de simpatizantes. Por fim, McCarthy destaca grupos organizados mais formalmente - “movimentos sociais organizados (MSOs)” - “que funcionam como estruturas dedicadas a canalizar a mobilização”. Estes mostram uma grande diversidade em sua “estrutura institucional”. Existem tanto “grupos base”, localizado e realizando um trabalho voluntário, como organizações de movimentos sociais estruturadas nacionalmente e bastante profissionalizadas. E entre essas duas possibilidades de estruturas organizativas frequentemente existem pontes, “muitos grupos locais estão igualmente vinculados a estruturas de âmbito nacional, alguns estão federados e formam coalizões, muitos outros não são senão ramos de estruturas nacionais fortes e muito centralizadas” (McCARTHY, 1999, p. 209-210).

As configurações estruturais de mobilização sofrem variações, podem ser modificadas ao longo do tempo. Ao criar novos movimentos ou buscar dirigir e melhorar os já existentes os ativistas partem sempre de um conjunto de “elementos estruturais de mobilização” que estão disponíveis. As formas estruturais de mobilização ao alcance dos ativistas são geralmente formas muito arraigada socialmente,

> mas se pode inventar novas, metamorfosear ou combinar de modo criativo as estruturas disponíveis para alcançar o propósito coletivo que se persegue. Os pacotes de estruturas de mobilização coerentes surgem ao longo de épocas históricas diversas, em diferentes zonas culturais ou, inclusive, durante ciclos mais curtos. Porém os ativistas devem eleger entre os diversos elementos de que dispõem, e essa escolha tem conseqüências tanto no referente à intensidade como em relação à forma que adota a ação coletiva, influindo, além disso, na ampliação ou declínio dos resultados potenciais que se pode produzir (McCARTHY, 1999, p. 215).

No curso da ação se desdobra um processo de adoção, adaptação e invenção de estruturas de mobilização. “Os esforços mais criativos no âmbito dos repertórios estruturais de mobilização surgem quando esses devem receber um uso diferente, ou quando se dever criar,a partir deles novas estruturas”. De qualquer maneira, na maioria das ocasiões, a probabilidade maior é a de que os ativistas recorram às formas estruturais de mobilizações que lhes resultam conhecidas através de sua experiência direta (McCARTHY, 1999, p. 215).

Não há um abandono completo de pressupostos instrumentais da TMR na discussão sobre estrutura de mobilização, pelo menos é o que fica patente no trabalho referencial de

John McCarthy, autor que propõe uma reformulação de sua teoria em função de uma mirada mais conforme com a preocupação com o processo de mobilização política. De acordo com esse autor,

> [as] decisões que tomem os ativistas em relação à forma que, finalmente, revestirá seu grupo terão importantes consequências em relação a sua capacidade de obter recursos e mobilizar dissidentes, assim como em relação ao grau de legitimidade que adquirirá aos olhos da sociedade; aspectos todos eles que podem determinar se seus esforços serão coroados de êxito ou não (McCARTHY, 1999, p. 205).

Parece apontar para uma relação positiva entre grau de organização formal de uma estrutura de mobilização e a "dedicação, também formal, à implementação de objetivos relacionado à mudança". De qualquer maneira, o aspecto que mais relevante certamente é compreender a configuração estrutural de mobilização, isto é, a "coordenação entre as distintas estruturas de mobilização que tornam o movimento viável" relacionando essa configuração com variáveis "referentes a estruturas de oportunidade política e padrões de criação de marcos interpretativos estratégicos" (McCARTHY, 1999, p. 211-212). Nas articulações conceituais que vão dando corpo à TPP, pressupõe-se que a combinação de oportunidades políticas favoráveis com o processo de enquadramento interpretativo não resulta suficiente para que se desate um "movimento social" enquanto interação contenciosa sustentada por *desafiantes* com os *opositores*, "eles precisam reunir pessoas, formas coalizões, confrontar opositores e assegurar seu próprio futuro" depois do "pico de mobilização" (TARROW, 2009, p. 159), e seria nos "grupos face a face, nas redes sociais e nas estruturas conectivas existentes entre eles" que a mobilização "é mais frequentemente ativada e mantida". O confronto só se cristalizaria em "movimentos sociais" se se apresentam "redes sociais e estruturas conectivas embutidas e [se] produz quadros interpretativos da ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com opositores poderosos" (TARROW, 2009, p. 42-43).

As configurações assumidas pelas estruturas de mobilização existem numa variedade de formas, guardando relação com estrutura de oportunidade política e com os marcos interpretativos estratégicos. A opção por uma estrutura de mobilização por parte dos ativistas deve resultar útil para a realização das mudanças sociais que pretendem que aconteçam. Essa definição passa pela criação de marcos interpretativos estratégicos num processo que envolve tanto os membros do próprio movimento, como simpatizantes, oponente e autoridades e no qual se realiza uma "espécie de 'concurso' de estruturas para comprovar as vantagens que cada possível opção oferece com vista a conseguir mudanças sociais". Em determinadas

ocasiões, oponentes podem “dedicar grande esforço buscando evitar seu uso, seja de forma direta, seja recorrendo a métodos indiretos, por exemplo, deslegitimando as estruturas de mobilização dos movimentos” (McCARTHY, 1999, p. 217).

A relação entre oportunidades políticas e as opções dos ativistas por uma estrutura de mobilização ou outra assume implicações variadas. De uma maneira geral, John McCarthy (1999) argumenta que dimensões mais estáveis inerentes à oportunidade política resultam fundamentais para determinar o alcance das estruturas de mobilização, no entanto, para a compreensão das decisões dos ativistas sobre as estruturas de mobilização que estão ao seu alcance as dimensões mais voláteis relativa à oportunidade política teriam maior relevância do que as dimensões mais duradouras do ambiente político. A configuração das estruturas de mobilização são mais ou menos úteis para explorar certas vantagens oferecidas pela estrutura de oportunidade política, ao mesmo tempo em que as oportunidades políticas permitem uma compreensão da configuração de diversas estruturas de mobilização decididas pelos ativistas.

2.3.4. Ciclo de confronto

Ciclo de confronto é um importante conceito introduzido por Sidney Tarrow para a abordagem de situações nas quais confrontos políticos se ampliam. Como vimos, desde o enfoque do processo político, são oportunidades e restrições políticas que transformam reivindicações em confrontos.

> Elas produzem movimentos sociais disponibilizando conhecimento de repertórios flexíveis de confronto; desenvolvendo quadros interpretativos da ação coletiva e identidades coletivas, e construindo estruturas de mobilização em torno de redes sociais e de organizações. Embora as oportunidades e restrições em seus ambientes deem aos desafiantes incentivos para a mobilização, são os seus recursos culturais, organizacionais e práticos que constituem a base dos movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 181).

Essa argumentação apresenta, no entanto, algumas lacunas que seriam superadas com um enfoque mais relacional ao qual Tarrow está vinculado. É uma argumentação que “lida como movimentos sociais como se eles surgissem, fizessem reivindicações e evoluíssem totalmente por si mesmos”, ignorando “o fato de que a mudança das oportunidades e restrições não é interrompida com a deflagração da ação coletiva”. Deixa de fora, assim, as autoridades “que não ficam passivas enquanto os desafiantes contestam seu governo: elas reagem fraca ou fortemente, de modo seletivo ou geral, de forma inteligente ou estúpida

diante da emergência do confronto, estabelecendo um padrão de interação que afeta também outros desafiantes" (TARROW, 2009, p. 181).

Com isso, Tarrow propõe uma abordagem mais dinâmica e abrangente do *processo político* a partir da ideia de "ondas de confronto", que extrapolam "movimentos individuais". Estes, quando combinados, podem ampliar o confronto, gerando uma "explosão de confrontos", o que pode dar em nada ou gerar o que identifica como ciclos de confrontos ou, no limite extremo, uma revolução. Os ciclos de confronto são definidos por Tarrow como:

> uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovações nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com a combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequência de fluxos intensificados de informações e de interação entre os desafiantes e as autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza de sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados (TARROW, 2009, p. 182).

Os processos de difusão implicados não ocorrem meramente por "contágio", resulta também de "decisões racionais para tirar vantagens de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos tem ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares". Com a ampliação do ciclo,

> os movimentos criam oportunidades também para as elites e grupos de oposição. Formam-se alianças entre participantes e desafiantes; as elites da oposição exigem mudanças que antes pareceriam temerárias; as forças governamentais reagem através de reformas, repressão ou uma combinação das duas. A ampliação da lógica da ação coletiva conduz a resultados na esfera da política institucional, onde os desafiantes que começaram o ciclo tem cada vez menos controle sobre seus resultados (TARROW, 2009, p. 44).

Mais a frente, estaremos voltando a algumas questões-chaves presentes no enfoque do processo político, num intento de apropriação seletiva de algumas contribuições que incorporamos na elaboração de um arranjo teórico e analítico para a abordagem de movimentos sociais na América Latina. Partimos agora para uma incursão no campo das chamadas teorias dos novos movimentos sociais, com o foco voltado mais especificamente para o trabalho de Alberto Melucci.

2.4. Teorias dos novos movimentos sociais

Buscaremos neste momento realizar uma caracterização geral da perspectiva aberta pelas teorias dos novos movimentos sociais (TNMS), perspectiva que não apresenta o mesmo nível de coesão interna dos enfoques da TMR e da TPP, embora existam vários pontos importantes de confluência e consenso entre os principais teóricos vinculados a perspectiva, como Alain Touraine e Alberto Melucci. Elencamos a seguir algumas características gerais.

Em boa medida as TNMS se consolidam em confronto com o marxismo. O ponto de partida foi a percepção compartilhada da inadequação do paradigma tradicional marxista (clássico, ortodoxo) para a análise tanto das transformações estruturais nas sociedades ocidentais européias, experimentadas a partir da década de 1960, como das mobilizações e movimentos sociais que passaram a ocorre nesse momento. O marxismo não parecia uma ferramenta apropriada para entender a emergência e pluralização das mobilizações e movimentos, a dimensão de contingência que elas evidenciaram e os sentidos de suas práticas. Cabe ressaltar que até o início da década de 1960, tanto na Europa como na América Latina, predominou nos estudos sobre ação coletiva o paradigma tradicional marxista.

A negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação coletiva na sociedade contemporânea resultou da ênfase do paradigma marxista "no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade". Os teóricos da TNMS negaram o enfoque estrutural marxista e com ele a afirmação da existência de umsujeito histórico, "predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela 'consciência autêntica' de uma vanguarda partidária" (GOHN, 2002, p. 122). Cabe salientar que não apenas o marxismo foi objeto de crítica, mas também o estrutural-funcionalismo, os esquemas utilitaristas e as teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (GOHN, 2002).

Seus principais teóricos elaboraram um "enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflito", delineando "teorias da modernidade" próprias, que, embora apresentem particularidades conforme cada autor, "compartilham mais ou menos o mesmo argumento central": "Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para mobilizações coletivas" (ALONSO, 2009, p.59).

Transformações relacionadas às alterações sofridas na estrutura produtiva, com conseqüente complexificação do mundo do trabalho; a acentuada institucionalização dos conflitos de classe nos países de capitalismo avançado, e a desmistificação crescente dos regimes socialistas do leste europeu, entre outros aspectos, teriam produzido novos contornos para a cena contemporânea, em ruptura, tanto empírica como teórica, com os paradigmas que informavam a sociedade industrial. Estes já não eram suficientes para a explicação da sociedade contemporânea, denominada como pós-industrial, complexa, programada, etc. Diferentemente do prognóstico de Marx, de que haveria uma simplificação dos antagonismos de classe, com a sociedade se dividindo cada vez mais "em dois campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado" (MARX; ENGELS, 2002, p. 46), o que se verificou foi, conforme Claus Offe (OFFE apud DOIMO, 1995, p. 61), "uma crescente diferenciação interna da coletividade dos trabalhadores assalariados", e a "emergência da 'sociedade de serviços pós-industrial'", ocasionando a "erosão dos alicerces culturais e políticos da identidade coletiva centrada no trabalho".

Na caracterização das mudanças que a sociedade vinha experimentando, vários autores apelam para aspectos característicos, como: *complexidade, deslocamento e historicidade* (BURITY, 1999). Autores como Melucci, Touraine, Laclau e Mouffe estão todos, e cada um ao seu modo, apostando nessas dimensões para a abordagem da dinâmica de movimentos sociais nas sociedades atuais. Argumentando sobre a configuração de um novo patamar de complexidade social, trazendo à tona uma pluralidade de pontos de luta e assimetria, de novas áreas de conflito e novas identidades coletivas resultantes delas. Aspectos que estão na base da produção teórica sobre os "novos movimentos sociais" e terminam por salientar o caráter contingente das formações sociais, exigindo um novo enfoque para questões relativas à identidade, ao poder e à política.

As teorias dos NMS se assentaram num enfoque mais construtivista das ações coletivas de movimentos sociais, e puseram em foco movimentos distintos dos que eram abordados pelo paradigma clássico marxista. Detiveram-se nos movimentos estudantis, de mulheres, de gays, lésbicas e em todo universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc. (GOHN, 2002).

Nesse prisma, produziu-se uma "interpretação efetivamente cultural para os movimentos sociais" (ALONSO, 2009, p. 59), foram criados esquemas interpretativos dando ênfase à cultura, à ideologia, às lutas sociais cotidianas, à solidariedade e ao processo de construção de identidade (GOHN, 2002). Com o deslocamento do foco da estrutura produtiva,

da ação e consciência de classe, para o horizonte da cultura, dos sentidos e significados, abriu-se lugar para uma abordagem mais descentrada da conflitividade social.

Ao construir uma interpretação cultural dos movimentos sociais, os teóricos dos NMS rejeitaram a visão funcionalista de cultura "como conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado"; e apesar de verem a "cultura com ideologia", rejeitam também o entendimento da ideologia como falsa representação do real, e do mesmo modo a categoria consciência de classe, também perde relevância. A dimensão da cultura foi, no entanto, apropriada e transformada, sob diversos ângulos, no decorrer de sua utilização pelas vertentes das TNMS, por exemplo, por influência de vertentes pós-estruturalistas, centrando suas atenções nos discursos como expressões de práticas culturais (GOHN, 2002, p. 121-122).

Como mencionamos acima, a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, o sujeito histórico revolucionário (classe operária organizada em partidos e sindicatos), é rejeitada, e essa rejeição se dá em nome de um novo sujeito que se configuraria como "um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade" (GOHN, 2002, p. 123).

Em relação à organização dos movimentos sociais, a

> mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos Novos Movimentos Sociais fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mas participativos, abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos NMS. Mas elas são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opinião. Não há lugar nessa estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, carisma e poder junto aos seus liderados. Disto resulta que os movimentos passam a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas. Mas há também conflitos entre eles, internos e externos, e este aspecto (...) é visto como parte do processo de construção da identidade (GOHN, 2002, p. 126).

O foco da análise passa a recair sobre atores sociais projetados a partir, prioritariamente, de dois aspectos, de suas ações e da identidade coletiva criada pelo próprio grupo, o que não é o mesmo que "a identidade social criada por estruturas sociais que pré-configuram certas características dos indivíduos". Ganhará destaque "a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo. Ela é mais importante do que a racionalidade instrumental ou estratégica defendida pelos americanos. A identidade coletiva tem centralidade nas explicações dos NMS". A identidade seria "parte constitutiva na formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo" (GOHN, 2002, p. 123-124).

Outro aspecto de relevo é que "a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida". Na perspectiva de autores como Laclau e Mouffe, e mais ou menos disseminada entre os teóricos vinculados a TNMS, a política deixa de "ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais". Entendimento que projetou a questão do poder na esfera pública da sociedade civil, para além da esfera estatal, introduzindo novas possibilidades para pensar a democratização, em termos de radicalização da democracia. Cabe notar que a redefinição e o destaque dado à política e ao poder se assentam principalmente nas relações microssociais e culturais, o que está em claro contraste com "o paradigma norte-americano em suas várias teorias - que trata a política mais no nível macro das instituições de poder na sociedade, principalmente aquelas relacionadas aos aparelhos estatais" (GOHN, 2002, p. 123).

Nesse sentido a dimensão do poder não é visualizada apenas nas relações entre o "movimento" e seus adversários externos. No seio do próprio "movimento" há uma disputa permanente, mais ou menos acentuada pelas orientações da ação. Isso, por sua vez, problematiza a representatividade de um ator privilegiado internamente, e abre um cenário onde diversos atores estabelecem múltiplas conexões na definição das finalidades para a ação coletiva, sem que os consensos e os entendimentos se realizem sem conflitos.

Por fim, reconhecendo que a perspectiva das TNMS não encerra uma teoria homogênea, e sim possui várias vertentes que podem ser agrupadas em torno de alguns aspectos-chaves mais ou menos comuns, na sequência incursionaremos no trabalho seminal de Alberto Melucci, um dos principais expoentes do enfoque das TNMS e uma importante referência na construção da nossa proposta teórica e analítica para abordagem de movimentos sociais.

2.4.1. A perspectiva de Alberto Melucci

Diferentemente de Alain Touraine, que enfatiza sistemas macrossociais, a produção de Melucci está focada no plano mais microssocial, na ação coletiva de indivíduos, projetando um enfoque de caráter mais psicossocial. Seu esforço teria resultado na combinação de uma "análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico" (GOHN, 2002, p. 153). Ateve-se "aos mecanismos micro e mesossociológicos que vinculariam o novo padrão de sociedade, as experiências individuais

da complexificação e as novas formas de ação política". Nessa direção, Melucci é responsável por uma "nova teoria psicossocial da ação coletiva" (ALONSO, 2009, p. 64-65).

Para Melucci (1989; 2001) as transformações que vinha ocorrendo nas sociedades ocidentais resultaram na formação de uma nova esfera de conflitos, própria dessas sociedades transformadas, que passaram a ser identificadas como sociedades capitalistas pós-industriais, complexas ou avançadas. Nessas sociedades o desenvolvimento capitalista já não podia ser assegurado através do controle exercido sobre a força de trabalho e a transformação dos recursos naturais em produtos dirigidos ao mercado. Crescentemente ele requereria intervenções no âmbito nas relações sociais, sistemas simbólicos, identidade individual e necessidades. Com isso as sociedades complexas revelariam um processo de integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais. A produção e consumo de bens materiais ocorreria sob mediação de sistemas informacionais e simbólicos abrangentes. De tal maneira, os conflitos se deslocam da base produtiva, do sistema econômico-industrial, para a esfera da cultura propriamente se remetendo a questões relativas à identidade pessoal, às dimensões de espaço e tempo na vida cotidiana, à motivação da ação individual, aos padrões culturais, e expressariam as mudanças de largo alcance na estrutura dos sistemas complexos e as novas contradições que surgem dessas novas conformações societais. Esses conflitos emergentes afetariam, para Melucci, a "lógica fundamental" dos "sistemas complexos". Argumenta:

> Por um lado, sistemas altamente diferenciados produzem cada vez mais e distribuem recursos pela individualização, pela auto-realização, por uma construção autônoma das identidades pessoais e coletivas. E isso é porque os sistemas complexos são sistemas informacionais e não podem sobreviver sem assumir uma certa capacidade autônoma nos elementos individuais, que têm de ser capazes de produzir e receber informação. Consequentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas.
>
> Por outro lado, estes sistemas precisam cada vez mais de integração. Eles têm de estender seu controle sobre os mesmos recursos fundamentais que permitem seu funcionamento, se quiserem sobreviver. O poder deve afetar a vida cotidiana, a motivação profunda da ação individual deve ser manipulada, o processo pelo qual as pessoas dão significado às coisas e as suas ações deve estar sob controle (MELUCCI, 1989, p. 58).

Nesses termos os novos conflitos revelariam "novas contradições", com implicação na configuração das formas de ação coletiva de "movimentos sociais". Os "novos movimentos" envolveriam grupos afetados mais diretamente pelas contradições das sociedades complexas.

> Eles surgem naquelas áreas do sistema que estão ligadas aos investimentos informacionais e simbólicos mais intensivos e expostos às pressões maiores pela conformidade. Os atores nestes conflitos não são mais distintos pela classe social, como grupos estáveis definidos por uma condição social e uma cultura específica (como a classe trabalhadora o era durante a industrialização capitalista) (MELUCCI, 1989, p. 58).

Sob tais condições os atores envolvidos nos novos conflitos seriam cada vez mais efêmeros, e desenvolveriam uma função de "revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área", isto é, apresentariam uma crescente função simbólica. Não estão envolvidos em lutas que se dirigem meramente a alcançar bens materiais ou ao aumento de sua participação no sistema. "Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social". Buscam "mudar as vidas das pessoas", acreditam que podemos "mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade" (MELUCCI, 1989, p. 58-59).

Diante do novo cenário de conflitividade, de emergência de novos movimentos sociais, novas formas de ação coletiva, Melucci rejeita a abordagem marxista da ação coletiva, seu enfoque na existência de determinações e contradições estruturais que geram solidariedade e antagonismos, definindo movimentos sociais como expressões de interesses compartilhados dentro de uma condição estrutural comum, especialmente uma condição de classe, e das contradições que surge daí, numa perspectiva na qual ação coletiva é vista como "um produto da lógica do sistema". Por outro lado, rejeita também a perspectiva funcionalista, representada por teorias do comportamento coletivo e da sociedade de massa, que "negligenciaram a dimensão do conflito dentro da ação coletiva e a reduziram à reação patológica e à marginalidade". A ação coletiva, nesse caso, era vista como resultado de crenças pessoais, sendo enfatizado o papel da ideologia e dos valores. No caso da perspectiva marxista, entende que haveria "ação sem atores". O marxismo teria sido incapaz de explicar a passagem das condições sociais para a ação coletiva. "O problema marxista clássico (como passar da condição de classe para a consciência de classe) ainda existe e não pode ser resolvido sem levar em consideração como um ator coletivo é formado e mantido". Já no caso da perspectiva funcionalista da ação coletiva, haveria "atores sem ação" (MELUCCI, 1989, p. 51). Faltaria em ambos a "mediação entre comportamentos individuais e o fenômeno coletivo 'movimento'". O problema principal da ação coletiva seria responder: "como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem *coletivamente* numa ação política" (ALONSO, 2009, p. 65).

Alberto Melucci dirige sua crítica às abordagens que tomam os fenômenos empíricos de ações coletivas como "um objeto de análise que é unificado e significativo em si próprio e pode dar, quase diretamente, explicações satisfatórias sobre as origens e a orientação de um movimento" (MELUCCI, 1989, p. 56), isto é, o entendimento que considera movimentos sociais como "unificados atores empíricos, dando por certo seus valores, intenções e fins", de tal modo que "a ideologia dos líderes ou os atributos que lhes conferem o observador se convertem na verdadeira 'realidade' do movimento" (MELUCCI, 1991, p. 357). Nesse caso, o movimento seria visto como um "*personagem* que atua na cena histórica como uma unidade de consciência e ação", desconsiderando a fragmentação e a pluralidade de um "movimento social" empírico. Em contraste com esta imagem do personagem, Melucci argumenta que os "movimentos dispendem uma grande parte dos seus recursos tentando manter sua unidade e conseguir uma certa homogeneidade como campo social composto de vários elementos". Análises que consideram um "movimento" como *personagem* ignoram "que a unidade é mais um resultado do que um ponto de partida"; Considerar a unidade como ponto de partida equivaleria a "assumir que há uma espécie de 'espírito' oculto do movimento, ao invés de considerá-lo como um sistema de relações sociais" (MELUCCI, 1989, p. 56). Com efeito, a tarefa da análise sociológica deveria ser "por em questão este dado, de maneira a indagar a unidade empírica para descobrir a pluralidade de elementos analíticos - orientações, significados e relações - que convergem no mesmo fenômeno" (MELUCCI, 1991, p. 357).

Os movimentos se constituem combinando "formas de ação que dizem respeito aos diversos níveis da estrutura social, implicam diversas orientações, que pertencem a fases históricas diversas" (MELUCCI, 2001, p. 25), sendo assim, metodologicamente, qualquer "investigação sobre a formação de um ator coletivo deveria ter em conta sua natureza diversa e complexa como critério fundamental". O que empiricamente é chamado "movimento social" e tratado por conveniência de observação e descrição como uma unidade, consiste num sistema de ação que "contem uma ampla gama de processos sociais, atores e formas de ação" (MELUCCI, 1991, p. 357). A análise deve, dessa forma, romper a aparente unidade da ação coletiva "e descobrir os vários elementos nela convergentes e possivelmente tendo diferentes consequências" (MELUCCI, 1989, p. 56). Por tanto, trata-se, de compreender esta "multiplicidade de elementos, sincrônicos e diacrônicos, e de explicar" como e porque "eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo" (MELUCCI, 2001, p. 25). O problema deve ser, então, "tanto para a política como para a teoria", responder à questão sobre "o sentido da ação e decompor a unidade empírica do fenômeno para compreender os seus

efeitos e questionar-se, eventualmente, se e quanto os movimentos contribuem para a mudança social" (MELUCCI, 2001, p. 8). Em suma, "saber o que há por trás do 'movimento' empírico significa identificar no seu interior a gama de componentes e significados e indagar as mudanças, com suas diversas posições e orientações" (MELUCCI, 1991, p. 357).

Em *Challenging Codes: collective action in the information age*, publicado em 1996, provavelmente sua obra mais importante, Melucci retoma a tradição dos clássicos das ciências sociais e "reelabora a teoria da ação coletiva". De acordo com o autor só uma teoria da ação coletiva "pode prover uma base analítica significativa para o estudo dos movimentos sociais". Nesse sentido, propõe uma distinção analítica entre solidariedade e agregação, conflito e consenso, quebra do limite de compatibilidade, competição e aceitação das regras do jogo, para definir diferentes tipos de comportamento. E define "movimento social" como "um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e capacidades das pessoas de incluir sentido ao que estão fazendo" (MELUCCI apud GOHN, 2002, p. 153).

Por esse prisma, Melucci (1989; 2001) propõe que as ações coletivas dos movimentos sociais sejam consideradas como um *sistema de ação,* buscando descobri o sistema de relações internas e externas que constitui a ação. Cabe registrar que a ideia de sistema é utilizada no sentido de se livrar de qualquer referência essencialista ou metafísica da realidade social, de superar tanto uma interpretação marxista estruturalista, quanto uma interpretação sistêmica funcionalista, ao mesmo tempo em que consiste num esforço de delimitação analítica da dinâmica do movimento. Nessa direção, um sistema de maneira geral é tão somente "um complexo de relacionamentos entre elementos" (GOHN, 2002, p. 154). O campo empírico da ação coletiva se pareceria mais com "uma série de 'sistemas de ação' do que com a expressão de um 'sujeito'", com atores jogando diferentes jogos ao mesmo tempo, sendo a tarefa da analise apreender essa pluralidade (MELUCCI, 1991, p. 363).

De tal modo, a ação coletiva não deve ser entendida nem como "simples efeito de precondições estruturais", nem como "expressões de valores e crenças" (MELUCCI, 1991, p. 358). Dentro do seu enfoque, a ação coletiva é definida como um resultado de intenções, objetivos, recursos e obstáculos, com uma orientação intencional construída por meio de relações sociais dentro de um sistema de oportunidades e restrições (MELUCCI, 1989; 1991; 1999; 2001). Nesse sentido, os indivíduos atuam conjuntamente mediante investimentos "organizados", isto é, "definem em temos cognoscitivos, afetivos e relacionais o campo de

possibilidades e limites que percebem" e, ao mesmo tempo, ativam suas relações de modo a imprimir sentido ao "estar juntos" e aos fins que perseguem (MELUCCI, 1991, p. 358). Por essa via, diferentemente de outros autores ligados a TNMS, Melucci propõe uma atenção maior aos processos organizativos dos movimentos sociais, à análise do *como*, sem, no entanto, negligenciar o *porquê*. Segundo o próprio Melucci "a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas" (MELUCCI, 1989, p. 52).

Os atores coletivos produzem a ação coletiva, "porque são capazes de se definirem a si mesmos e o campo de sua ação (relações com outros atores, disponibilidade de recursos, oportunidades, limitações)". Essas definições cognitivas são construídas pelo ator num processo que envolve interações, comunicação, trocas afetivas e negociações muitas vezes com base em orientações divergentes, e concernem a "pelo menos três classes de orientação: aquelas relacionadas com os fins da ação (por exemplo, o sentido que tem a ação para o ator), aquelas relacionadas aos meios (por exemplo, as possibilidades e limites da ação), e finalmente aquelas referidas às relações com o ambiente (por exemplo, o campo no qual tem lugar a ação)". Os atores negociam e renegociam esses diferentes aspectos de sua ação permanentemente e é nesse processo que os indivíduos criam um "nós" coletivo, mais ou menos estável e integrado. O "sistema multipolar de ação" se organiza, então, a partir de três eixos em torno dos quais se estabelecem definições e orientações para ação, fins, meios e ambiente, que podem ser visto como um "conjunto de vetores interdependentes em estado de mútua tensão". Já o que assegura uma "unidade aceitável e duradoura a esse sistema, que está continuamente sujeito a tensões", ou "uma ordem mais duradoura e previsível a essas definições" é a "função de liderança e as formas organizativas" desenvolvidas pelo movimento (MELUCCI, 1991, p. 358).

De acordo com Melucci (1991, p. 359) a tendência ao se observar fenômenos coletivos é dirigir a atenção aos aspectos mais visíveis da ação (como um protesto ou atos de violência), no entanto, esses aspectos são manifestações de um processo que opera naquilo que o autor define, analiticamente, como sistema de ação multipolar e que é frequentemente ignorado. Num claro diálogo com o enfoque do processo político argumenta que fatores de tipo conjuntural como oportunidades políticas, a presença de agentes animadores, o grau de integração, ou a crise do ambiente, etc., tem sua importância para a emergência de fenômenos coletivos, no entanto, esses "fatores não poderiam operar sem a capacidade do ator de

percebê-los e integrá-los num sistema de interação e negociação das orientações em relação aos fins, meios e ambiente" (MELUCCI, 1991, p. 359).

Melucci vai estabelecer uma íntima associação entre ação coletiva e identidade coletiva, por meio da qual encontra uma forma de responde ao problema da relação entre ação individual e "movimentos sociais", ao problema relativo às relações e processos que levam indivíduos a se envolverem em ações coletivas. Sua argumentação é construcionista e processual. "Supondo que não é possível estabelecer uma relação linear entre ator (voluntário) e sistema (determinista)", como já ressaltado acima, Melucci define "interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos e diferentes orientações". E é nesse processo relacional que se cria a identidade coletiva do grupo, realçando a dimensão de reflexividade da ação social (GOHN, 2002, p. 158).

A identidade coletiva é elaborada e reelaborada no curso da ação coletiva, ao mesmo tempo em que sinaliza os limites desta mesma ação. Ela não deve ser entendida como dado ou essência, mas como "produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores". A definição da identidade coletiva é, assim, uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidade e constrangimentos onde estas ações têm lugar (MELUCCI, 2001, p. 23). Pressupõe, dessa forma, a ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento, por meio dos quais eles se comunicam, produzem e negociam significados, bem como avaliam e reconhecem o que têm em comum e tomam decisões.

Considerando o que vimos acima, a construção da identidade coletiva "implica a presença de marcos referenciais cognitivos, de densa interação, de trocas emocionais e afetivas" (GOHN, 2002, p. 158-159). Ponto no qual encontramos diferenças e aproximação de Melucci em relação à abordagem da TPP. Um ponto de divergência que Melucci tenta demarcar diz respeito ao entendimento de que: o "'nós' se constrói por uma lógica que nunca pode ser transcrita em uma lógica racional de meios e fins, ou por racionalidade políticas" (MELUCCI apud GOHN, 2002, p. 159), isto é, ao mesmo tempo em que implica uma operação cognitiva, a decisão do engajamento não se limita a um cálculo custo/benefício, sendo também produto de emoções e sentimentos, de um "reconhecimento emocional" (ALONSO, 2009).

Melucci especifica, então, os seguintes aspectos envolvidos na construção da identidade coletiva: (1.) Definição cognitiva concernente a fins, meios e campo de ação. "A

identidade coletiva seria produzida a partir da definição de um '*framework* cognitivo' acerca dos fins, meios, e campo de ação" (ALONSO, 2009, p. 66). O senso de "nós" depende da permanente negociação e redefinição de orientações comuns quanto a estes três elementos. (2.) A existência de uma rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões. A identidade coletiva seria produzida a partir da ativação prática de relações entre atores. (3) E, finalmente, a identidade coletiva requer certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se e se reconheçam como parte de uma unidade em comum (GOHN, 2002).

Partindo do pressuposto de que a ação coletiva é um produto resultante de processos de interação, comunicação e negociação, e de que um mesmo fenômeno empírico consiste numa pluralidade de dimensões analíticas, Melucci (1991) propõe a introdução de três dimensões analíticas na abordagem de ação coletivas:

1) *Solidariedade*: alguns fenômenos coletivos implicam solidariedade, isto é, a capacidade dos atores coletivos de se reconhecerem a si mesmo e de serem reconhecidos como parte de uma unidade social. Outros fenômenos apresentam um caráter de simples agregação, isto é, o fenômeno coletivo pode ser reduzido ao nível do indivíduo sem que se percam suas características morfológicas, "e estão orientados exclusivamente para o exterior".

2) *Conflito*: alguns fenômenos coletivos implicam a presença de um conflito, isto é, uma relação entre atores opostos, uma oposição entre dois (os mais) atores, que competem pelos mesmos recursos aos quais atribuem valor. Em contraste, outros fenômenos emergem através do consenso dos atores sobre as regras e procedimentos para controlar e usar os recursos que valoram.

3) *Ruptura dos limites de compatibilidade do sistema*: alguns fenômenos transgridem os limites de compatibilidade do sistema de relações sociais no qual tem lugar a ação. Limite de compatibilidade é a variação que pode tolerar um sistema sem que se modifique sua própria estrutura. Fenômenos que rompem esses limites empurram um sistema para além do espectro aceitável de variações que pode comportar. Outros fenômenos são formas de adaptação à ordem, dentro do limite de variação sistêmica do sistema de relações no qual se situa.

Essas distinções analíticas vão permitir discernir diferentes orientações da ação coletiva, que se encontram numa variedade de combinações no fenômeno empírico. E nesse sentido, finalmente discute uma definição analítica de movimento social, abarcando as três dimensões referidas. Um movimento social seria uma forma de ação coletiva (a) que deve

conter solidariedade; (b) deve desenvolver um conflito, (c) e implicar a ruptura dos limites compatibilidade do sistema em que ocorre a ação. Aspectos que permitem que os "movimentos sociais" sejam distinguidos de "outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com 'movimentos' e 'protesto'" (MELUCCI, 1989, p. 60).

Uma questão para a análise é descobrir onde estão os limites do sistema e que sistema de relações sociais está sendo enfrentado, qual o sistema de referência da ação. Um mesmo comportamento empírico pode ser visto de maneiras distintas, dependendo do sistema de referência ao qual ele se refere, isto é, se a um "sistema organizacional", a um "sistema político" ou a um "modo de produção". Ao combinar sistema de referência com as dimensões analíticas básicas que propõe (conflito, solidariedade e rompimento dos limites do sistema) Melucci produziu uma diferenciação entre vários tipos de ação coletiva (MELUCCI, 1989; 1991; 1999; 2001).

Ao dirigir seu foco para as ações coletivas de movimentos sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas (os novos movimentos sociais), e se interrogar sobre como os atores coletivos "administram seus recursos a fim de manter e desenvolver sua ação", e como eles "interagem com seu ambiente, particularmente com os sistemas políticos", Melucci discute a emergência de um novo padrão organizativo na ação coletiva que tornaria mais adequado, em vez de falar em "movimento", falar em "*redes de movimento* ou de *áreas de movimento,* isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva". Sua definição inclui "não apenas as organizações 'formais', mas também a rede de relações 'informais' que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla" (MELUCCI, 1989, p. 60).

As formas organizativas dos "movimentos" teriam se tornando "completamente diferentes das organizações políticas tradicionais"; elas teriam adquirido "autonomia crescente em relação aos sistemas políticos", o que faz Melucci pensar nas ações coletivas como "um subsistema específico", com espaço próprio nas sociedades complexas. Esse espaço "se torna o ponto de convergência de formas de comportamento diferentes que o sistema não pode integrar (incluindo não só orientações conflitantes, mas também comportamento desviante, inovação cultural etc.)" (MELUCCI, 1989, p. 60).

O que chama de "situação normal do 'movimento'" seria a sua configuração como

> uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural. Eles surgem apenas para fins específicos, como, por exemplo, as grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra a política nuclear etc. A rede submersa, embora composta de pequenos grupos separados, é um sistema de troca (pessoas e informações circulando ao longo da rede, algumas agências, como rádios livres locais, livrarias, revistas que fornecem uma determinada unidade) (MELUCCI, 1989, p. 61).

Essas redes se caracterizariam por: a) permitirem associações múltiplas; b) apresentarem uma militância apenas parcial e de curta duração; c) requererem envolvimento pessoal e solidariedade afetiva como uma condição para a participação em muitos dos grupos. E esse novo padrão da ação coletiva de movimentos sociais não seria temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva (MELUCCI, 1989).

O sentido relacional, contingente, provisório e afetivo-emotivo da ação, leva Melucci a propor a existência de um "modelo bipolar", de latência e visibilidade, cada qual cumprindo funções específicas na dinâmica do "movimento". A latência

> permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais - uma mudança no sistema de significados - que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes: o significado de diferenças sexuais, de tempo e espaço, de relação com a natureza, com o corpo, e assim por diante. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem.

Por outro lado, quando

> pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição à lógica que leva à tomada de decisão com relação à política pública. Ao mesmo tempo, a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico está ligado à lógica geral do sistema e também que modelos culturais alternativos são possíveis.

Latência e visibilidade são pólos reciprocamente correlacionados.

> A latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para a mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa (MELUCCI, 1989, p. 62).

Essa nova forma organizacional desenvolvida pelos movimentos sociais contemporâneos não seria "exatamente 'instrumental' para seus objetivos", mas consistiria num objetivo em si mesmo. Isto porque como

> a ação está focalizada nos códigos culturais, a *forma* do movimento é uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes. Compromisso de curta duração e reversível, liderança múltipla aberta ao desafio, estruturas organizacionais temporárias e *ad hoc* são as bases para a identidade coletiva interna, mas também para um confronto simbólico com o sistema. Às pessoas é oferecida a possibilidade de outra experiência de tempo, espaço, relações interpessoais, que se opõe à racionalidade operacional dos aparatos. Uma maneira diferente de nomear o mundo repentinamente reveste os códigos dominantes (MELUCCI, 1989, p. 62).

O movimento, ele mesmo, converte-se num "novo meio, é a mensagem". Melucci os identifica como "profetas sem encantamento", que "praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade" (MELUCCI, 1989, p. 62).

Neste momento, antes de passar a construção de nossa proposta teórico-analítica para abordagem das configurações e significações de movimentos sociais, queremos assinalar alguns pontos significativos de convergência resultantes do acúmulo de debates entre alguns dos mais representativos autores vinculados às diferentes correntes teóricas que abordamos, isto é, aquilo que Ângela Alonso chamou "convergência mínima". Nesse prisma, sustenta-se o pressuposto de que os movimentos sociais nem resultam da "simples presença de desigualdades sociais", nem, diretamente, de "cálculos de interesse ou de valores". Os processos de mobilização tanto envolvem "ação estratégica, crucial para o controle dos bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto à formação de solidariedade e identidades coletivas". Ademais, as "teorias dos movimentos sociais desviaram a atenção dos processos e estruturas macro, causadores de mobilização, para o nível mesossociológico, de constituição de teias de interdependência que lhe dão forma" - em vez de um enfoque centrado numa forma institucional do movimento social -, assim "o ativismo passou a ser visto como fluxo contínuo de interação social". Um movimento social consistiria numa "estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulam recursos, valores, informações, poder". Numa mesma abordagem guarda-se a preocupação em apreender as "dimensões estratégicas e simbólicas da ação, formação de identidade coletiva e os incentivos e constrangimentos sociopolíticos à mobilização, sua estruturação e caráter fluído" (ALONSO, 2009, p. 72-73).

3. UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DE AÇÕES COLETIVAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

As transformações assistidas nas sociedades latino-americanas ao longo das últimas décadas, transformações estruturais, institucionais e culturais, com a conformação de novas dimensões de conflitos, emergência de formas de ação coletiva variadas, de lutas e resistências, de demandas e reivindicações diversas, de novos atores, bem como reativação/rearticulação de outros que tiveram maior relevo em período anterior; novos temas ou novas ênfases sobre temas já existentes etc., tem cada vez mais tornado evidente a premência de se reconhecer aspectos como pluralismo de atores e movimentos, contingência dos processos sociopolíticos; importância da dimensão simbólica, cultural e da construção da identidade no âmbito da ação coletiva; as dimensões de espacialidade das práticas dos movimentos; um enfoque mais descentrado da política e do poder, entre outros. Aspectos que projetam um quadro renovador do desafio teórico-metodológico e analítico sobre como identificar e interpretar os sentidos e as configurações assumidas por ações coletivas de movimentos sociais.

De uma maneira ou outra, desde um ponto de vista bastante abrangente, as mudanças no quadro das ações coletivas e na teoria social, tem tornado cada vez mais persuasiva a opção por um posicionamento pluriparadigmático e o desenvolvimento de uma linguagem teórica mais eclética que aparece em diferentes abordagens contemporâneas de movimentos sociais, trazendo à tona a dissolução de aporias que foram estabelecidas a partir do enfoque dualista da relação objetivismo-subjetivismo; da antinomia entre enfoques baseados na estrutura e enfoques centrados nos sujeitos; projetando um posicionamento que se coloca para além da discussão sobre o micro e o macro como níveis de análise inconciliáveis (SCRIBANO, 2003; SCRIBANO, 2008). São posicionamentos que colocam, num plano saliente, diversas influências associadas à crescente importância da semiótica, ao desenvolvimento da hermenêutica e da análise do discurso, às versões mais culturalistas do marxismo, às teorias feministas etc.

A conformação do tecido associativo e movimentalista nas sociedades contemporâneas tem tornado cada vez mais evidente que as formas de ação coletiva e seus significados resultam menos de uma posição estrutural que forneça orientações *a priori* para a ação de indivíduos e grupos, do que de outros aspectos mais relacionais, rejeitando o

pressuposto mais estruturalista da correspondência entre estrutura e agente/ator, com prevalência da estrutura. De modo que uma preocupação comum entre muitos autores tem sido desenvolver perspectivas teórico-metodológicas sobre ações coletivas que possam ir além "de um determinismo estrutural de tipo universal" e busque superar uma visão assentada em correlações essencialistas e abstratas (GARRETÓN, 2002, p. 8).

As posições dos atores se revelam mais autônomas, não podendo ser pensadas como constituídas num único nível social, e as diferentes posições desdobradas por atores sociais são articuladas de maneira cada vez mais contingente, "elas não podem ser automaticamente derivadas da unidade do grupo como referente". Torna-se cada vez mais difícil "identificar o grupo, concebido como referente, como um sistema ordenado e coerente de 'posições de sujeito'" (LACLAU, 1989).

Esse reconhecimento nos conduz a centrar nossa atenção na delimitação de uma proposta teórico-metodológica que, ao mesmo tempo em que dê vazão à *perspectiva do ator*, não superestime suas faculdades voluntaristas; e que, por outro lado, não desconsidere que ações coletivas de movimentos sociais emergem e se desenvolvem dentro de condições históricas, culturais e sociopolíticas, que, embora não determinem as ações em sentido estrito, produzem condicionamentos seletivos às práticas dos atores. Rejeitamos, assim, interpretações centradas na afirmação do caráter determinante de estruturas (seja de interpretações que afirmam a primazia da estrutura produtiva, seja de interpretações calcadas numa leitura rígida do conceito de "estrutura de oportunidades políticas" etc.).

Nesse sentido, se avança na percepção da impossibilidade de sustentação do agente social como uma entidade plenamente unificada e homogênea. A formação do sujeito passa a depender das múltiplas interações e interpelações nas que está envolvido, e o seu caráter relacional deve ser explicitado.

Nesse quadro, a ênfase em dimensões culturais e, especialmente, nos processos identitários (individuais e coletivos) envolvidos nas ações coletivas se coloca como uma das mudanças mais significativas, "acentuando-se um deslocamento da teoria sociológica em direção às interconexões entre o subjetivo e as condições 'estruturais' redefinidas fora de marcos aporéticos de análise" (SCRIBANO, 2003, p. 69). A identidade coletiva dos atores é construída no contexto de seus relacionamentos qualificados, e não dada por condições estruturais determinantes previamente definidas. Ela é propriamente construída socialmente e em meio à cultura e às dimensões do contexto estrutural que os atores experimentam, num

sentido afirmativo de que contextos estruturais podem condicionar, mas não determinar a identidade e outras dimensões constitutivas da ação coletiva como algo inflexível, definitivo.

Como vimos, foi Alberto Melucci um dos autores que mais investiram na discussão sobre identidade coletiva no âmbito da ação coletiva. Seu aporte é bastante considerável na medida em que incidiu no sentido de superar as dificuldades aporéticas de articulação entre dimensão do indivíduo e do coletivo. A identidade coletiva funcionaria com um fator de mediação, que permite a observação de que "as estruturas podem condicionar, mas não determinar a ação coletiva, que pode acontecer ou não dependendo dos recursos (materiais e simbólicos), da capacidade de mobilização e, em concreto, da existência de redes de confiança" (BRINGEL, 2010, p. 189).

Na investigação que propomos, tomamos como ponto de partida para a elaboração de um marco teórico-metodológico, a afirmação de que o que torna o ator social visível na cena pública, com suas configurações e significações particulares, desempenhando um processo de mobilização específico, projetando demandas, interpelando adversários, como uma unidade empírica aparentemente homogênea, não é exclusivamente a existência de desigualdades sociais, de contradições, desequilíbrios ou oportunidades políticas estruturais, as quais a ação certamente se refere em algum nível e são pontos importantes de análise, mas sim o processo particular de construção da própria ação, com toda sua significação, num quadro relacional no qual está situada, o que envolve a disponibilidade de recursos (materiais e simbólicos), trajetórias específicas, capacidades de mobilização, construção de solidariedade e identidade coletiva etc. Aspectos que nos levam a dirigir o foco de análise para a ação *per se.* Nesse sentido, como afirma Falero (2008, p. 2), o desafio "é não sucumbir à tentação de amputação de mediações possíveis ante a necessidade de concreção do objeto", e sim partir do reconhecimento de que um movimento é sempre antes um "campo problemático do que um objeto claramente definido".

Nesse prisma, se põe em foco a necessidade de se "passar de uma visão unicamente histórico-empírica dos fenômenos coletivos para uma leitura mais analítica, consciente do fato de que cada definição constrói seu objeto e seleciona dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador" (MELUCCI, 2001, p. 8). Só com uma leitura mais analítica dos movimentos sociais acreditamos que seja possível reconhecer seu caráter complexo, heterogêneo, plural, contingente e as suas articulações internas, que ganham suas significações e formas particulares no processo concreto de construção da ação coletiva, com os conflitos e confrontos que expressa, as estruturas e forma de poder que interpela, as

alternativas que produz e sua propensão ou não a produzir mudanças significativas, as espacialidades que projeta etc.

Estamos então de acordo com Melucci (1989, 1991, 2001) sobre a necessidade de refutar a ideia de um movimento social como uma unidade homogênea presumível resultante de dimensões estruturais determinantes. Os movimentos se projetam como *unidades parciais articuladas*, comportando grande complexidade interna e vários níveis analíticos. Nesse prisma, o trabalho de decomposição analítica de um movimento obriga a reconhecer que os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação e orientações diversas. Para responder a questão sobre o sentido da ação coletiva, deve-se, então, decompor a unidade empírica dos fenômenos para compreender seus efeitos e questionar-se, eventualmente, se e quanto os movimentos contribuem para a mudança social. Esse expediente nos parece pertinente para que o investigador não se perca no emaranhado de registros empíricos e conceituais que tem emergido na profusão de investigações sobre movimentos sociais atualmente.

3.1. Ações coletivas de movimentos sociais como práticas articulatórias

Esses reconhecimentos nos levam a apostar numa perspectiva analítica que reconheça ao mesmo tempo a contingência das configurações e significações assumidas por ações coletivas de movimentos sociais, e uma dimensão de unidade indelével presente na dinâmica dos movimentos, sem a qual eles resultariam em algo como um pulverizado de práticas atomizadas. Nesse sentido, propomos o entendimento das ações coletivas de movimentos sociais como *práticas articulatórias* que são constitutivas *de* e se constituem *emcontextos de conflitividade*.

Ao falarmos em *práticas articulatórias* estamos realçando um conjunto de questões envolvidas na construção da ação coletiva, entre elas:

(1) Uma disponibilidade sempre excedente de recursos simbólicos, cognitivos, prático-organizativos, de repertórios de ação etc. aos atores sociais, e que podem ser desdobrados em várias direções a partir de suas ações;
(2) Crescente importância da dimensão da reflexividade da ação coletiva, colocando ênfase nas formas e motivações para o envolvimento de atores individuais e coletivos em movimentos sociais, como um processo resultante de escolhas e decisões dos

próprios atores, envolvendo também uma dimensão emotiva bastante decisiva no desenvolvimento das ações;

(3) Multiplicidade de esferas de conflito e contingência dos processos de definição de oponentes (inimigos ou adversários) e aliados, bem como nas definições sobre orientações estratégicas dos movimentos.

Práticas articulatórias consistem em práticas sociais através das quais atores individuais e coletivos estruturam a ação coletiva tanto no plano mais propriamente simbólico-discursivo, quanto no plano mais propriamente prático-organizativo e interativo. Envolvem, assim, tanto componentes identitários e relacionais internos, quanto componentes contenciosos e confrontacionais da ação, dirigidos a um ambiente externo.

Analiticamente quando falamos em práticas articulatórias estamos pressupondo a existência de elementos articuláveis (que podem ser discernidos na análise) e de um sentido para a forma como esses elementos são articulados na ação coletiva. De tal maneira, um movimento social seria um campo constituído e atravessado por práticas articulatórias. Os elementos articuláveis ganham sua significação exatamente na medida em que são articulados nos processos relacionais desencadeados pelos atores em movimento, processos relacionais que envolvem uma dinâmica propriamente interna ao movimento e uma dinâmica externa.

Na medida em que essa prática articulatória é constitutiva da ação movimentalista, podemos chamá-la de *prática movimentalista*, e na medida em que atores sociais (individuais e coletivos) desenvolvem práticas movimentalistas, os denominaremos de *atores em movimento*.

3.2. Recursos contenciosos e matrizes configurativas de ações coletivas

Entendemos a ação coletiva de movimentos sociais, em proximidade com Melucci, como composta por recursos diversos, oportunidades e limites. No nosso esquema analítico, recursos são quaisquer elementos, de tipo simbólico-interpretativo (discursivo), prático-organizativo e de ação-mobilização, disponíveis aos atores sociais implicados em determinada ação coletiva, como *insumo*, a partir dos quais eles a moldam; mas também que se revelam como *produto* desse processo. As práticas articulatórias incidem sobre eles e os projetam em direções específicas de acordo com as dinâmicas internas e externas nas quais a ação se desenvolve.

Quando nos referimos a ações coletivas de movimentos sociais, entendemos que esses recursos implicam sempre algum nível de contenciosidade expresso na própria ação. De tal maneira, os recursos que entram naspráticas articulatórias movimentalistas são recursos contenciosos, que podem favorecer a expressão de conflitos/confrontos com diferentes níveis de intensidade. Esse raciocínio nos aproxima, uma vez mais, de Alberto Melucci, para quem um movimento social é a expressão de um conflito que ganha sua significação em relação a determinados sistemas de referência aos quais a ação se refere.

A ideia de recursos contenciosos nos parece analiticamente produtiva para discutirmos as práticas articulatórias tanto em relação à conflitividade que elas podem projetar em estruturas sociais sedimentadas (entendidas como expressando padrões de relações de desigualdade, iniquidade, dominação, hierarquia etc., considerando as formas como essas relações se apresentam dinamicamente em conjunturas específicas, expressando elementos de continuidade e variabilidade), como também numa abordagem em relação à emergência de outras dimensões de conflitos não previstas, novas ou inovadas, ou que são expressas pelos *atores em movimento* sob novos ângulos.

Nesse sentido, acreditamos que a ideia de recursos contenciosos favorece uma abordagem que evita, por um lado, a referência a uma determinação estrutural inflexível e definida *a priori* das formas, sentidos e orientações de ações coletivas concretas, ao mesmo tempo em que reconhece que "contextos estruturais" podem produzir condicionamentos específicos, sendo colocados, no entanto, sempre de maneira contingente pela própria prática articulatória.

É a prática articulatória concreta, reconstruída no esforço de análise e interpretação, compreendida em sua dinâmica constitutiva interna e em meios a seus relacionamentos externos (dinâmica externa), que projeta níveis, esferas, dimensões sociais que estão em foco na ação coletiva concreta. Sendo assim, recursos contenciosos disponíveis e emergentes nos processos articulatórios da ação coletiva podem dizer respeito à contenciosidade e conflitividade que se estabelecem em diferentes níveis sociais (macro, meso, micro) e em diferentes esferas como a esfera econômica, cultural, política ou societária.

Considerando que as práticas articulatórias movimentalistas nunca partem ou surgem do zero; que na sua constituição estão implicados recursos contenciosos - discursivos e práticos -, que estavam disponíveis em algum nível, podemos observar que esses recursos, além de se atualizarem e ganharem significação particular numa prática articulatória concreta, encontram-se difundidos potencialmente para além dela. É nesse sentido que falamos em

matrizes configurativas de ações coletivas, que queremos definir, antes que qualquer coisa, como um conceito com função analítica que contribui para que sejam colocadas em tela, nas práticas articulatórias, as interconexões entre diferentes níveis sociais (micro, meso, macro), bem como as potenciais articulações entre práticas articulatórias de diferentes *atores em movimento* vinculados a distintos movimentos.

Essas matrizes consistem em repositório de recursos contenciosos que se tornam mais ou menos disponíveis aos *atores em movimento* no desenvolvimento de suas práticas articulatórias. Uma matriz configurativa, embora possa estar muito relacionada às práticas de um movimento social específico, ou a determinadas práticas articulatórias deste, é sempre prolífera e fornece de maneira bastante abrangente, flexível e aberta, em torno a determinados núcleos de conteciosidade mais ou menos consolidados, recursos contenciosos que podem ser desdobrados em diferentes direções e por diferentes atores (cabe não desconsiderar que a existência dos referidos núcleos de conflitividade produz limites a uma "polissemia infinita").

Como esses núcleos fornecem recursos contenciosos para ações coletivas mais conflitivas, eles correspondem em grande medida a certos padrões de relações conflitivas que incidem sobre determinadas estruturas normativas e de desigualdade social, de maneira que podemos relacionar esses núcleos de contenciosidade a estruturas de conflito. O que queremos reter é que, em nosso enfoque, os recursos que compõem as matrizes realçam posições sociais desiguais, subalternas, denunciam relações de dominação, exploração, subordinação etc., projetando a contenciosidade do social. Eles expressam divisões e antagonismos sociais. Nesse sentido, matrizes configurativas encerram aspectos como culturas contestatórias, ideologias conflitivas e "projetos emancipatórios".

Uma matriz, como um repositório de recursos contenciosos, resulta de uma trajetória e de um acúmulo de processos de luta e interpelação relativa a determinado núcleo de conflitividade, ou núcleos de estruturas de conflito. Envolvendo a memória de resistências e lutas travadas em diferentes momento e espaços, por diferentes atores e não exclusivamente *atores em movimento*, envolvendo inclusive a fixação de conceitos bastante sistemáticos para alguns casos. De uma maneira ou de outra, podem estar envolvidos na produção, reprodução e desdobramentos de recursos contenciosos referidos a uma matriz configurativa, desde intelectuais acadêmicos, passando por influentes comunicadores de massa, a mídia em geral, lideranças político-partidárias, setores da Igreja, ativistas em geral, entre outros.

Desse modo, recursos contenciosos entram em dinâmicas de difusão que implicam fluxos, processos de intercâmbios, comunicações, apropriações, imitações, entre diferentes

atores, e não apenas movimentalistas, o que gera um quadro complexo e tendente a geração de formas inovadas, e de múltiplas significações para os movimentos sociais. Do mesmo modo, a prática articulatória movimentalista de determinados *atores em movimento* age de maneira seletiva sobre recursos contenciosos vinculados a diferentes matrizes configurativas. É nesse sentido que vemos ampliadas, contemporaneamente, possibilidades de reconhecimento, de convergência e de compartilhamentos mútuos entre *atores em movimento* de diferentes movimentos sociais, resultando em conformações espaciais específicas e plurais de ações coletivas.

A título de ilustração, poderíamos esboçar, analiticamente, distintas matrizes configurativas que jogaram e continuam jogando, com maior ou menor visibilidade, um papel muito significativo nas práticas movimentalistas de movimentos sociais latino-americanos, como o "nacionalismo", o "socialismo", o "sindicalismo", o "feminismo", o "indianismo", o "autonomismo", determinadas perspectivas da religiosidade popular como a teologia da libertação, entre outras. Pondo em tela o "feminismo" (que alcançou um nível de sistematicidade bastante significativo) como uma *matriz configurativa*, poderíamos tomar a definição dada por Giddens ao feminismo como "um imenso corpo teórico que tenta explicar as desigualdades dos gêneros e apresentar planos para superar aquelas desigualdades" (GIDDENS, 2005, p. 108). Isto é, o feminismo projeta um conflito referente à interpretação crítica de um quadro característico de desigualdade de gênero. No entanto, se esse aspecto da crítica à desigualdade gênero é um núcleo fundamental constitutivo da *matriz configurativa feminista*, não existe uma única teoria feminista e muito menos uma única forma de ativismo feminista, existem várias e elas contrastam visivelmente uma com as outras. A matriz configurativa comporta toda essa variação na medida em que ela se desdobra a partir do seu núcleo fundamental[15].

Podemos dizer que por representarem recursos contenciosos disponíveis - interconectados de maneira mais ou menos coerentes, sistemática - num espaço sociopolítico e cultural mais ou menos difuso, sempre mais abrangente do que o espaço de um movimento social específico, e da experiência particular da condição/posição social de atores mobilizados e mobilizáveis, o conceito de matriz configurativas ao ser relacionado ao de práticas articulatórias movimentalistas, nos permite pensar, produtivamente, conexões que essas

[15] De acordo com Giddens (2005, p. 108): "Embora escritores feministas estejam preocupados com a posição desigual da mulher na sociedade, as explicações que apresentam para esse fenômeno variam substancialmente. Escolas feministas que disputam entre si buscaram explicar a desigualdade de gênero através de uma variedade de processos sociais profundamente arraigados, tais como o sexismo, o patriarcalismo, o capitalismo e o racismo".

práticas produzem entre diferentes níveis sociais, por exemplo, entre macroestruturas de desigualdade social como o "patriarcado" e microestruturas da vida cotidiana, bem como as relações entre as posições assumidas pelo ator e as dimensões mais estruturais, que produzem alguns condicionamentos e limites às possibilidades da ação.

Numa síntese, temos que as práticas movimentalistas se constituem incidindo seletivamente sobre recursos contenciosos disponíveis, que podem ser associados a determinadas matrizes configurativas de ações coletivas, adotando-os, apropriando-se deles, desdobrando-os em direções aparentemente inovadoras, ou revelando elementos de continuidade em relação às formas como eles vinham sendo utilizados. Processo que ocorre nos limites da dinâmica interna do movimento e em meio a um conjunto de relacionamentos que os *atores em movimento* estabelecem com atores externos. Articular significa, nesse sentido, apropriar-se, incorporar, adaptar, recriar, atualizar recursos disponíveis e emergentes no curso da ação e das experiências de conflito, por meio da prática articulatória que lhe confere sentido.

Nessa perspectiva, rejeita-se completamente a ideia de um ator/agente como uma entidade unificada e homogênea. O *ator em movimento* é o "portador" da prática articulatória movimentalista ao mesmo tempo em que se constitui nela. A identidade coletiva não está dada previamente, mas se constitui na prática articulatória, que ao incidir seletivamente sobre recursos disponíveis e emergentes dentro de um determinado contexto, implica uma realçada dimensão de reflexividade dos atores.

Cabe agora o registro de que, de uma maneira geral, definimos dois tipos de recursos mais ou menos imbricados, articuláveis e sempre nutrindo um potencial de contenciosidade social: recursos simbólico-interpretativos e prático-organizativos.

3.2.1. Recursos contenciosos de caráter simbólico-interpretativo

O conceito de *recurso contencioso* de caráter simbólico-interpretativo expressa dimensões cognitivas, culturais e emocionais que se referem a *como* os *atores em movimento* constroem significados para a ação. Essas dimensões vêm sendo tratadas sob diferentes ângulos no campo de estudos sobre movimentos sociais contemporâneos. Desde a perspectiva que temos tentado elaborar, esse tipo de recurso entra na constituição de *quadros interpretativos* que, como vimos previamente, consiste numa redefinição do conceito de *frames* de Erving Goffmam. Nesse sentido, queremos argumentar que as práticas

articulatórias movimentalistas, em grande medida, consistem em práticas de enquadramento interpretativo, as quais, a partir de recursos contenciosos simbólico-interpretativos disponíveis no curso da ação, simplificam e condensam o "'mundo lá fora', salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente e passado" (SNOW, BENFORD apud HUNT, BENFORD, SNOW, 2001, p. 228). Produz-se, assim, uma redução da "complexidade social a níveis manejados pelo indivíduo comum" (ALONSO, 2009, p. 78), e ao fazê-lo, fixam-se e desdobram-se recursos contenciosos mais consoantes com o contexto de ação em foco. Isto é, recursos simbólico-interpretativos contenciosos compõem o quadro interpretativo do movimento (como insumos), num processo de articulação desses recursos, com sua significação particular no contexto de ação, o que implica a emergência de novos recursos (produtos). Os *atores em movimento*, ao se apropriarem e desdobrarem recursos disponíveis, constróem e organizam os quadros ou esquemas interpretativos que trazem significações para suas ações em contextos específicos. Enquadrar torna-se sinônimo de articular, conferindo significação à ação.

Scribano propõe em seu arranjo analítico para abordagem de ações coletivas, o conceito de "recursos expressivos", que se aproxima de nossa proposta de recursos contenciosos simbólico-interpretativos. Da mesma maneira que os recursos contensiosos, os "recursos expressivos" são utilizados e construídos como

> produtos de sentido e são ao mesmo tempo sentido em produção. São recursos como resultados e também como insumos. Desde a perspectiva dos insumos, os recursos são selecionados e usados ressignificando sua posição original em uma trama de significados determinada; desde a perspectiva dos resultados, os recursos se veem depurados por um processo de produção significativa que torna a utilização 'inovadora' (SCRIBANO, 2003, p. 86).

As práticas articulatórias, ao produzirem enquadramentos interpretativos com base em recursos contenciosos disponíveis e emergentes, estão produzindo significações compartilhadas que incidem sobre algumas questões-chaves: a definição de uma situação vivida e que deve ser enfrentada (projetando algum significado de injustiça, de negligência de direito, de condução insatisfatória de ações por autoridades competentes etc.); a delimitação de agentes e instâncias que possam ser responsabilizados em alguma medida por ela (identificando-os, por exemplo, como oponentes, inimigos ou adversários); a definição de objetivos, demandas e reivindicações, em suma, de fins para a ação; a definição de formas e medidas adequadas para o enfrentamento/superação da situação, tomando em conta os meios disponíveis e emergentes, os limites e oportunidades que o contexto expõe. Os recursos

contenciosos, associados aos quadros interpretativos, produzem uma "mensagem" dirigida tanto ao interior do movimento, como a agentes externos, criando um espaço interno de compartilhamento de sentidos e condições para gerar audiências.

Esses recursos simbólico-interpretativos favorecem a projeção da conflitividade social com diferentes níveis de intensidade, na medida em que potencialmente fornecem uma interpretação diferente, alternativa e conflitiva para uma situação vivida, e possibilitam a individuação de agentes externos que serão de alguma maneira interpelados. Os quadros interpretativos enfatizam e "adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefine como injusto ou imoral o que era visto anteriormente" como tolerável (TARROW, 2009, p. 143), isto é, deslocam uma significação da situação dando vazão a energias conflitivas.

Eles entram em jogo na prática articulatória moldando determinados marcos estratégicos de ação, que vão projetar espaços relacionais e conflitivos onde se revelam diferentes significações da ação coletiva. Esses espaços, que discutiremos na sequência, chamaremos de *contextos de conflitividade*.

Na medida em que todo sistema de significação é discursivo, as práticas articulatórias movimentalistas, suas vinculações seletivas com determinadas matrizes configurativas, os quadros e esquema interpretativos, as formas de apropriação e de desdobramento de determinados recursos simbólico-interpretativos na ação coletiva, se revelam em discursos dos *atores em movimento*, e ao mesmo tempo, estes mesmos discursos possibilitam a constituição e desenvolvimento da ação. A construção de quadros/esquemas interpretativos envolve um trabalho de "nomear" fundamental para todo o processo envolvido na ação coletiva, operando tanto dentro de significações estruturadas, instituídas e/ou disponíveis, como suscitando novos significados. É nesse sentido que a definição de uma situação vivida e de descontentamentos em relação a ela por parte dos *atores em movimento*, bem como a identificação de oponentes, de agentes aos quais devem ser dirigidas demandas, e ainda a própria delimitação de objetivos etc. se realizam através de um processo de nomeação e "objetificação" particular que se processa através dos discursos dos atores. O discurso é aqui entendido com uma fala ou um objeto textual através do qual os *atores em movimento* se comunicam e estruturam sua ação coletiva (numa dinâmica interativa interna) e, ao mesmo tempo, se dirigem a diferentes interlocutores e audiências possíveis no quadro de seus relacionamentos qualificados externos. A prática articulatória movimentalista, implicando processos de enquadramento interpretativo, expressa um discurso estruturado com capacidade

de ordenar enunciados, organizar aspirações difusas num sentido específico, possibilitando que os *atores em movimento* (e aqueles mobilizáveis, convocáveis) possam se reconhecer a partir de novas ou renovadas significações, por meio do compartilhamento de referências identitárias comuns. Nesse sentido, é através da prática articulatória movimentalista, de apropriação, produção e reprodução de recursos contenciosos, que se conforma, processualmente, a identidade coletiva de determinado movimento.

3.2.2. Recursos prático-organizativos, de mobilização e ação

Na prática articulatória movimentalista distinguimos outro tipo de recurso, que embora esteja intimamente associado ao tipo de recurso contencioso simbólico-interpretativo, pode ser discernido de maneira separada favorecendo uma análise mais adequada da complexidade dos movimentos sociais. Esse tipo de recurso se refere mais diretamente às dimensões práticas, organizativas e de mobilização, envolvendo as várias formas e estruturas de organização implicadas na ação, tanto as mais formais e institucionalizadas, como as mais informais e efêmeras, bem como recursos de mobilização variados, meios de comunicação próprios, repertórios de ação convencionais e disruptivos. Aparecem articulados na prática movimentalista na forma *como* se configuram como práticas sociais concretas, como processos interativos concretos.

Em síntese, esse tipo de recurso aparece sob dois registros: 1) como formas organizativas e de mobilização mais ou menos formais ou informais através das quais os *atores em movimento* se implicam na ação coletiva; 2) como repertórios de ações voltados ao ambiente externo, isto é, ações que apresentam um caráter de externalidade da prática movimentalista. Entendemos esses repertórios no mesmo sentido empregado por García Linera, isto é, como "métodos de luta" ou "repertórios de protestos", meios empregados pelo movimento para "fazer conhecer suas demandas e influir nos setores adversários", meios através dos quais se "*desenvolve publicamente a encenação/representação* da ação coletiva para se fazer ouvir, lograr aderentes e lograr suas metas" (LINERA, 2008, p. 22-23, grifo nosso). A definição dos repertórios de mobilização, dos tipos de protesto ou das práticas de mobilização está associada a vários aspectos que conformam o contexto de conflitividade, como veremos adiante.

Tal como no caso dos recursos simbólico-interpretativos, os recursos prático-organizativos, de mobilização e ação, também podem ser relacionados a matrizes

configurativas de ação coletiva. Nesse sentido, alguns deles estão disponíveis com anterioridade à mobilização da ação coletiva concreta posta em tela, sendo a forma como se configuram e são significados definida no curso mesmo da ação. Como recursos, eles consistem em meios para ação e, ao mesmo tempo, definem algumas possibilidades e limites à ação. Diferentemente dos recursos simbólico-interpretativos, os prático-organizativos não apresentam, necessariamente, antes da prática articulatória, um caráter contencioso. Eles podem dizer respeito a formas voluntárias de organização de caráter informal e territorial, cuja razão de existir carece de sentido contencioso, mas que em determinado contexto podem participar e facilitar processos organizativos e de mobilização altamente conflitivos[16]. Por outro lado, outros possuem uma natureza claramente contenciosa, como, por exemplo, a ação de bloqueio de estradas como forma de protesto. Parte-se então do pressuposto de que esses recursos são articuláveis, encontrando sua significação na prática articulatória concreta desdobrada em determinado contexto.

Considerando que o conceito de matriz configurativa pretende cumprir uma função analítica, podemos relacioná-lo tanto a um conjunto de recursos contenciosos bastante difusos, como também ao que chamaremos de *matrizes configurativas básicas* que podem ser identificadas em relação a alguns movimentos sociais, quando ocorre a fixação de determinados recursos contenciosos próprios, especialmente quando o movimento apresenta um nível mais elevado de institucionalização, ou recursos de tipo prático-organizativo que aparecem invariavelmente na prática articulatória dos atores que compõem o movimento numa trajetória estendida de tempo, isto é, quando alguns movimentos, ao longo de sua trajetória, vão fixando determinados recursos e repertórios específicos de ação que entram de maneira duradoura no cômputo de suas práticas articulatórias, podendo inclusive servir de modelo para outros movimentos.

3.3. Prática articulatória e dinâmica interna

Dentro do enfoque que temos tentado construir, Melucci traz uma contribuição decisiva ao definir a ação coletiva como um processo. Para este autor, como vimos, a ação coletiva consiste num processo interativo, comunicativo e negociado, no qual se define a identidade coletiva dos atores, em meio a recursos disponíveis, oportunidades e obstáculos.

[16] Um grupo de amigos, por exemplo, não se organiza necessariamente com base em um conteúdo contencioso convergente às preocupações de um movimento social específico, mas pode ser mobilizado com uma estrutura informal em processo de mobilização em determinado contexto

Como sabemos, Melucci propõe que três ordens de orientações que estariam implicadas nesse processo, orientações cognitivas em relação aos fins, aos meios e ao campo relacional de ação.

Em diálogo com Melucci, podemos dizer que as práticas articulatórias movimentalistas, ao se constituírem num processo de apropriação, incorporação, adaptação, recriação e atualização de recursos simbólico-interpretativos disponíveis e emergentes no curso da ação, estão desdobrando definições sobre fins, meios e o campo de ação do movimento.

Em relação aos fins consideramos aspectos que já mencionamos acima: a elaboração coletiva de uma interpretação da situação vivida e que deve ser enfrentada, envolvendo assim insatisfação/descontentamento e algum significado de injustiça, de negligência de um direito, etc. Com essas definições, os atores legitimam e motivam a ação, conferindo marcos para a delimitação de demandas e reivindicações específicas (materiais e/ou simbólicas), de metas e objetivos para a ação, incluindo aí, para alguns casos, a delimitação de "projetos emancipatórios", a construção de contra-hegemonias sistêmicas, etc.

No registro dos fins, encontramos uma via de acesso aos sentidos das práticas articulatórias de movimentos sociais, que, no entanto, só podem ser apreendidos considerando as dinâmicas dos contextos de conflitividade onde a prática articulatória é parte constitutiva, isto é, na relação entre dinâmica interna e dinâmica externa constitutiva da prática articulatória.

No que tange às definições referentes aos meios, o que está em questão é a incidência da prática articulatória sobre os recursos prático-organizativos, de mobilização e ação, disponíveis e emergentes no curso da ação, que corresponde ao fato de que os *atores em movimento*, diante dos recursos disponíveis, elaboram, coletivamente, definições e justificativas sobre *como* adotá-los no curso da ação visando alcançar os fins pretendidos. Isto é, os *atores em movimento* elaboram uma definição sobre *como* utilizar suas capacidades organizativas e de mobilização visando fins. Como já assinalamos, a presença desses recursos imprime tanto possibilidades como limites à ação. No registro das formas como os *atores em movimentos* desdobram os meios disponíveis e emergentes, temos uma exposição das configurações assumidas pela prática articulatória.

Em relação ao campo de ação, consideramos basicamente as definições coletivas em relação ao quadro de relacionamentos qualificados que os *atores em movimento* estabelecem com atores/agentes externos, os âmbitos *nos quais* e as formas *como* essas relações se

estruturam, considerando os fins da ação e os meios empregados pela prática articulatória. Os *atores em movimento* localizam e significam os diferentes atores externos com os quais se relacionam, bem como elaboram interpretações sobre suas potencialidades e debilidades, e definem formas de relacionamento (mobilizando os meios disponíveis) distintas de acordo com os agentes, processo passível de mudanças ao longo do desenvolvimento da ação no tempo.

Ao criarem um quadro interpretativo da situação vivida, uma forma de interpretação de si mesmos, e definirem os fins da ação, projetando recursos identitários que conformam um "nós", os *atores em movimento* projetam, concomitantemente, o ambiente externo com atores/agentes e instâncias que podem, por exemplo, ser individuados, de alguma forma, como responsáveis pela situação vivida, e, de tal maneira, como destinatários das demandas e/ou dos protestos, como oponentes, inimigos ou adversários. As possibilidades são múltiplas e quando a ação é desatada não serão necessariamente as mesmas definições que perduraram ao longo de seu desenvolvimento. Em cenários que podemos divisar como plausíveis, aparecem situações como: a identificação de oponentes como responsáveis pela situação vivida e enfrentada, ou como controladores ou mantenedores de recursos requeridos para modificar a situação, ou como bloqueadores ou mitigadores das condições para superá-l, etc. Para todos os casos está estabelecida uma relação de poder. Entre os agentes interpelados/enfrentados podemos incluir: setores do poder econômico, como o empresariado, o setor latifundiário; valores e comportamentos encarnados por agentes e instituições, como "machismo", homofobia, preconceito e discriminação racial; valores e comportamentos políticos conservadores encarnados por atores políticos tradicionais, como práticas clientelistas; autoridades públicas municipais ou nacionais, e mesmo a autoridade política do Estado; organismos internacionais, entre outros.

Já a definição de formas e medidas adequadas para o enfrentamento ou superação da situação, tomando em conta os meios disponíveis e emergentes, os limites e oportunidades que o contexto expõe, pode gerar repertórios de ações mais ou menos convencionais (previstas, legais, em suma, consoantes com as "regras do jogo") ou disruptivas (que rompem as "regras do jogo") dirigidas aos agentes e instâncias interpeladas. As possibilidades expressivas do campo relacional de ação são muito variadas e, em suma, são definidas de acordo com as escolhas e investimentos dos *atores em movimento* ao desenvolverem suas práticas articulatórias movimentalistas.

Por outro lado, os *atores em movimento* podem individuar também um conjunto de outros atores definidos como parceiros, aliados, apoiadores. Atores que são definidos/identificados como propensos e legítimos para se estabelecer práticas convergentes, articulatórias, para além do movimento específico, na conformação de "unidades" mais amplas, e mais ou menos duradouras, em torno de questões comuns.

Ao afirmarmos que a construção de práticas articulatórias se sustenta num processo interativo, de comunicação, negociação e conflitivo entre *atores em movimentos*, em meio a recursos, possibilidades e obstáculos, no sentido de Melucci, estamos colocando em tela que esses atores desenvolvem uma atitude reflexiva e emocional que incide sobre recursos disponíveis e emergentes no curso da ação, dando-lhes sua significação e configuração particular no âmbito da prática articulatória.

Nesse sentido, as definições sobre fins, meios e campos de ação, envolvem também uma conflitividade interna indelével, que pode ser mais ou menos significativa, podendo ou não criar obstáculos à geração de um consenso ampliado, ou favorecer ou não a geração de posições internas refratárias, cuja convivência pode assumir um caráter meramente instrumental entre os atores. Os processos interativos, de comunicação e negociação ocorrem mediados por determinados recursos e estruturas organizativas e de mobilização, mais ou menos formais ou informais, e elas mesmas podem ser colocadas em questão por parte dos *atores em movimento*, através, por exemplo, de denúncias sobre sua ineficiência como meio para alcançar determinados fins; de questionamentos em relação à distribuição hierárquica de cargos de uma determinada organização etc. Nesse sentido, se evidencia que as variáveis do campo de ação são objetos permanentes de debate e negociação.

Até aqui esperamos ter sinalizado que a prática articulatória de movimentos sociais se estrutura num fluxo contencioso duplamente referenciado entre o quadro de relacionamentos qualificados internamente, que tentamos caracterizar, e um quadro de relacionamentos qualificados externamente. A relação entre dinâmica interna e externa é intimamente imbricada, e é nela que se definem as significações e configurações da ação coletiva. A prática articulatória não deve ser pensada, dessa forma, fora desse fluxo contencioso que será melhor qualificado e aclarado quando discutirmos, no próximo item, o que chamamos de contextos de conflitividade, conceito mais propriamente abarcador da relação interno-externo.

3.4. Marcos estratégicos de ação e a definição de contextos de conflitividade

As definições sobre fins, meios e campos relacionais de ação estão envolvidas na construção de marcos estratégicos de ação. Esses marcos resultam da articulação dos meios, recursos disponíveis e emergentes para alcançar determinados fins, dentro de determinado campo relacional de ação que apresenta oportunidades e limites. A definição desses marcos resulta da seguinte questão interpeladora que se coloca para os *atores em movimento*: como atingir finsdecididos e legitimados coletivamente pelos *atores em movimento* (objetivos, demandas, reivindicações, projetos políticos, ideais revolucionários ou emancipatórios etc.) mobilizando meiosdisponíveis e emergentes dentro do campo relacional de ação, com suas coordenadas de oportunidade e restrição. Nesse sentido, o marco estratégico consiste nas definições dos *atores em movimento* relativas ao *como* e *em que direção* agir, em torno das quais se concentram as capacidades organizativas e de mobilização do movimento, considerando meios disponíveis e *condições contextuais* determinadas para lograr o êxito no alcance de seus fins.

Nesse sentido, o que chamamos de marcos estratégicos de ação, expressa um componente bastante sensível do fluxo contencioso duplamente referenciado a que nos referimos acima, isto é, das relações entre o quadro de relacionamentos qualificados internamente ao movimento, marcado pelas capacidades reflexivas dos atores e pela premência de construção de consensos sobre definições para a ação coletiva, e um quadro de relacionamentos qualificados externamente, onde os *atores em movimento* dirigem-se a diferentes audiências, a agentes e setores sociais interpelados numa relação na qual as movimentações desses agentes e forças externas colocam novas questões e situações para os *atores em movimento*, exigindo uma permanente postura de avaliação sobre esses mesmos marcos estratégicos.

É importante considerar que ao falarmos em marcos estratégicos não estamos definindo-os como basicamente instrumentais como foi a tendência de investigadores e teóricos vinculado à perspectiva da TMR (isto é, baseados em lógicas de custo-benéfico). As formas como vem se configurando ações coletivas de movimentos sociais na América Latina tem revelado que muitos desses movimentos, como é o caso de alguns com forte enraizamento territorial, vem desenvolvendo fins que não são dirigidos exclusivamente para o "ambiente externo", embora não prescindam deste. Nas suas orientações eles canalizam parte importante de suas energias em ações cuja finalidade é a manutenção dos recursos e estruturas

de organização e mobilização do próprio movimento, a defesa da identidade coletiva e de uma sociabilidade expandida territorialmente (no nível de vilas, bairros, acampamentos, assentamentos, territórios indígenas etc.) com características próprias, em contraste com formas dominantes de organização social. Isto é, os movimentos produzem estratégias de ação que incidem na sua própria dinâmica interna, na manutenção e no fortalecimento de determinadas orientações relativas a como construir o movimento de forma autônoma.

Podemos passar agora ao conceito *contexto de conflitividade*, conceito que assume grande relevância analítica na perspectiva teórico-metodológica que estamos buscando estruturar. Ao discutir, acima, a importância da produção de quadros interpretativos e das definições dos *atores em movimento* sobre o campo de ação, e agora ao discutirmos marcos estratégicos de ação, mesmo buscando evitar um enfoque unilateral nas dinâmicas internas de movimentos sociais, ainda não tínhamos observado, mais detidamente, como, de maneira mais dinâmica e relacional, o quadro de relacionamentos externos incide na conformação das práticas articulatórias e como estas incidem nesses relacionamentos num jogo de forças cujo resultado pode ou não consistir em mudanças esperadas pelos *atores em movimento*.

O conceito de contexto de conflitividade exige que busquemos observar a ativação e configuração dos relacionamentos externos tendo por foco determinados núcleos de conflito em torno dos quais os *atores em movimento* estruturam seus marcos estratégicos de ação. De tal maneira, uma prática articulatória movimentalista, ao mesmo tempo em que é parte constitutiva e ativa de um contexto de conflitividade (este não existe, do ponto de vista analítico, sem aquela), tem sua significação e as formas que assume, como resultantes da dinâmica do conjunto de relacionamentos qualificados externos que conforma esse mesmo contexto, num jogo de forças dinâmico. Isto é, a conformação da prática articulatória movimentalista resulta de sua participação em contextos de conflitividade. As *práticas* e o *contexto* são conformados em relação. Nesse sentido, o contexto não é externo às práticas articulatórias movimentalistas, que não devem ser pensadas sem referência à conflitividade social. A conflitividade se instaura exatamente no que chamamos acima de fluxo contencioso duplamente referenciado entre um quadro de relacionamentos qualificados internamente ao movimento e um quadro de relacionamentos qualificados externamente.

Diante do que foi visto até aqui, e com alguma derivação do trabalho teórico de Alberto Melucci, temos que práticas articulatórias movimentalistas e o processo de construção de identidade coletiva são produtos de um processo interativo, de intercâmbios, de negociação, de tomada de decisões e de conflitos entre atores, envolvendo uma dimensão

central de reflexividade. Os quadros interpretativos elaborados, suas vinculações com matrizes configurativas, as formas organizativas internas desencadeadas, as formas de comunicação, os processos de mobilização, os marcos estratégicos e os repertórios de ação são níveis importantes de análise para se reconstruir internamente as práticas articulatórias desdobradas pelos *atores em movimento*. Estas, no entanto, como já assinalamos, só revelam suas significações quando tomadas no quadro de relacionamentos externos qualificados, isto é, no âmbito das "relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, [ante] as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, [que] definem o campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo" (MELUCCI, 2001, p. 23). Aspectos dinâmicos que recobrimos com o conceito de contexto de conflitividade.

Um contexto de conflitividade pode ser mais ou menos atenuado ou agudo, e sua intensidade varia exatamente de acordo com esse fluxo contencioso projetado na análise, isto é, com o jogo de forças entre *atores em movimentos* e agentes e instâncias interpeladas/enfrentadas, o que implica a capacidade apresentada pelos dois pólos de mobilizar capacidades de organização, mobilização, de persuasão em torno de seus "argumentos".

Num quadro de análise de práticas articulatórias de um movimento social específico, a intensidade do contexto de conflitividade varia tendencialmente de um nível de baixa intensidade para um nível de maior intensidade, nos momentos em que os *atores em movimento* (já existentes ou emergentes no curso do conflito) conseguem mobilizar suas capacidades organizativas e de mobilização produzindo uma interpelação mais direta a agentes e instância de poder, alcançando, por este motivo, maior visibilidade pública. Em contraste, a intensidade do contexto de conflitividade varia no sentido da conformação de formas mais atenuadas, nos momentos em que *atores em movimento* (já existentes ou emergentes no curso do conflito) não encontram, nem conseguem criar condições mais favoráveis para mobilizar capacidades organizativas e de mobilização que projetem uma interpelação mais direta a determinados agentes e instância de poder. Nesse caso, as práticas articulatórias existem com menor visibilidade pública.

Da parte do movimento, a intensidade do conflito se revela a partir de dois registros principais produzidos pelos *atores em movimento*: os marcos estratégicos (definição do *como* e *em que direção* agir) e o repertório de ação desenvolvido. Esses dois aspectos vão se revelar na prática articulatória movimentalista de forma bastante variada, podendo oscilar da

predominância de uma *política de negociação* (quando os marcos expressam conteúdos/demandas negociáveis entre movimento e agentes externos, aceitação de "regras do jogo", e o repertório de ação é mais convencional), a predominância de uma *política de confrontação* (quando os marcos revelam conteúdos/demandas tendencialmente não negociáveis entre os atores contendentes, e/ou o repertório de ação contempla ações disruptivas que interpelam direta e, não raras vezes, fisicamente e de maneira mais veemente os agentes e/ou instância enfrentados, bloqueando em alguma medida suas rotinas, criando-lhes deliberadamente constrangimentos ou prejuízos a suas imagens etc.). Outro cenário possível é uma combinação específica, mais ou menos "equilibrada", das duas "políticas".

Um cenário mais ou menos duradouro marcado pela predominância de práticas articulatórias movimentalistas orientadas por uma *política de negociação* revela um contexto de conflitividade de baixa intensidade ou atenuado. Em contraste, um cenário marcado pela predominância de uma *política de confrontação* revela um contexto de conflitividade intensificado, podendo levar a uma situação aguda limite, com a presença de pretensões e disposições de aniquilamento compartilhada entre as partes contendentes.

Na análise, um contexto de conflitividade intensificado não deve ser identificado exclusivamente pela evidência empírica de confrontos políticos ou de ações mais disruptivas, como bloqueios de estrada, protestos massivos, ocupação de prédios públicos etc. que são momentos nos quais se desata uma mobilização mais vigorosa, projetando-se na cena pública com maiores significações para os contendores. A descrição de um contexto de conflitividade intensificado deve contemplar a combinação de episódios com presença de ações disruptivas (quando os *atores em movimento* investem em mobilizações públicas contra determinados agentes e/ou instâncias de poder) com momentos em que, sem que haja o mesmo investimento nesse tipo de ação, os marcos estratégicos definidos projetam um estado de predisposição dos *atores em movimento* a se lançarem em ação mais disruptivas (mesmo que este exista apenas em tom de ameaça) reconhecido pelos contendores. Nenhum movimento existe em permanente estado de mobilização confrontativa mais vigorosa, e esta, quando desencadeada, não se apresenta em todo seu curso com a mesma forma e intensidade, varia dentro da relação com os agentes interpelados. Em suma, pode existir um contexto de conflitividade intensificado mesmo que não haja a evidência de mobilizações interpeladoras vigorosas, com tanto que estas estejam colocadas como uma possibilidade na evolução da relação dos *atores em movimento* e seus contendores.

Um momento de maior atividade de um movimento, de intensificação de sua prática articulatória, ou mesmo de emergência de novos *atores em movimento*, com concomitante intensificação do contexto de conflitividade do qual é parte constitutiva, e com maior projeção pública desses atores, de suas reivindicações e demandas, depende de fatores predisponentes que se conjugam de forma particular na articulação de práticas movimentalistas, entre eles, a despeito do caráter contingente do seu aparecimento e das formas como se combinam em práticas articulatórias concretas, citamos alguns que, a nosso ver, estariam entre os mais significativos:

a) A presença de recursos contenciosos simbólico-interpretativos (associados a determinadas matrizes configurativas) que possam favorecer aos atores, mediante uma atitude reflexiva destes, quadros interpretativos de suas situações/condições vividas, que passam então a ser entendidas como problemáticas passíveis de serem enfrentadas; esses quadros consistem em marcos para a elaboração de demandas, reivindicações, "projetos emancipatórios" etc.;

b) A presença de recursos prático-organizativos e de mobilização, referidos às estruturas de organização mais ou menos formais ou informais (incluindo estruturas socioculturais cotidianas que comumente são organizadas no nível do território sem função primeira de mobilização política) e aos repertórios de ação disponíveis, através dos quais os atores podem se implicar na ação coletiva;

c) A elaboração de marcos interpretativos relativos ao campo relacional de ação, assinalando condições de oportunidade e incentivos para que os *atores em movimento* optem pela e se lancem na ação movimentalista mais intensificada, tornado-a mais crível e promissora. A interpretação de condições de oportunidade e de incentivos passa, como vimos antes, por aspectos como: individuação de oponentes como adversários ou inimigos, com suas potencialidades e fragilidades estruturais ou conjunturais (como propensão de desgaste político, de perda de apoio institucional e de opinião pública favorável etc.); a identificação de possibilidades favoráveis de estabelecimento de práticas convergentes (entendidas aqui como parcerias, apoios, alianças) com outros atores (não apenas movimentalistas, mas também partidários e político-institucionais) visando o estabelecimento de "unidades" mais ou menos duradouras ou efêmeras; a percepção de possibilidades favoráveis de mobilização de parte da opinião pública em seu favor e, inclusive, algumas vezes, contando com a possibilidade de recrutamento de novos ativistas eventuais e/ou de uma rede de apoio mais sistemático; a percepção de que *atores em movimento* de outros movimentos obtiveram êxito (relativo ou

total) em seus objetivos quando se lançaram de maneira específica sobre seus contendores, que seriam os mesmos ou que guardariam muitas similaridades com os que os *atores em movimento* em análise enfrentam, acionando um potencial fluxo de difusão de recursos contenciosos, entre outros aspectos possíveis.

d) A presença de situações e/ou eventos que favorecem ou precipitam incentivos à mobilização intensificada, como, por exemplo: medidas governamentais ou desencadeadas por setores sociais poderosos (como o setor empresarial, meios de comunicação massivos e igrejas) e identificadas, de uma maneira ou outra, como afrontadoras da dignidade de determinados grupos, e no limite, ameaçadoras da reprodução social, econômica e cultural desses grupos; recrudescimento acelerado da precarização das condições de vida de setores/grupos populares em virtude de medidas governamentais, dentre outros aspectos. O que há em comum para todos os casos é a capacidade que essas situações e eventos apresentam de produzir ou mobilizar um quadro significativo de comoção social, especialmente entre aqueles com uma maior propensão de serem afetados por viverem mais ou menos diretamente os problemas em questão.

Por outro lado, um momento de menor intensificação da prática articulatória encontra algumas de suas possíveis razões também num cenário de múltiplas variáveis, entre as quais, mesmo sob risco de restringir demasiadamente as possibilidades, podemos elencar: logros do movimento no processo de resolução de demandas específicas (materiais e/ou simbólicas); institucionalização dessas demandas ou de espaços de participação, com suas regras interpretadas como legítimas (ou com necessidades de adequações que não lhe afetam de maneira significativa do ponto de vista jurídico-administrativo); deslocamento de lideranças, dirigentes e "representantes" da *dinâmica movimentalista* para a *dinâmica institucional*, passando a assumir novos papéis, mas nem sempre rompendo o vínculo com o movimento; capacidade de setores e agentes potencialmente opositores, ou que já o foram antes, de gerar e desdobrar mecanismos (tanto formais como informais) que visam à contenção da conflitividade potencial dos *atores em movimento*, como, por exemplo, mecanismos de clientelização da política. Ademais, as transformações sociais nas sociedades latino-americanas contemporâneas, e no mundo de maneira geral, com disputas hegemônicas em relação a "projetos de modernização", tem impactado também matrizes configurativas que estiveram mais ativas em períodos anteriores e que forneciam muitos dos recursos simbólico-interpretativos para movimentos sociais que também estiveram, não por mera coincidência, mais ativos anteriormente. Exemplos disso são a "crise do marxismo" e o esvaziamento da

perspectiva da "teologia da libertação". Estas, no entanto, não perderam, como alguns gostariam de vaticinar, completamente sua vigência. Em verdade, passaram por um processo de redefinição, tiveram menor impacto ao longo de certo tempo, especialmente ao longo da década de 1990, mas logo entraram seletivamente, por meio de processos de difusão variados, nas práticas movimentalistas recentes em muitos lugares da América Latina, de forma reelaborada, e aportando a outras matrizes configurativas.

No limite, as práticas articulatórias de movimentos sociais podem se encontrar tão desenfatizada, que a contenciosidade de base e as expressões de conflitos e confrontos que experimentou em momentos anteriores, parecem se fazer presentes apenas como memória embotada, num estado de invisibilidade ou quase-invisibilidade, o que pode desabilitar que falemos em práticas articulatórias movimentalista e em *atores em movimento*.

Cabe notar que quando discutimos contexto de conflitividade - como um conceito relacional e referencial - não estamos nos referindo exclusivamente ao quadro de relacionamentos externos relacionados às dimensões do "ambiente político institucional", como tenderia a fazer investigadores e teóricos alinhados com uma leitura mais rígida do conceito de estrutura de oportunidade política.

Buscando um enfoque ampliado que possa comportar a complexidade e multiplicidade das práticas movimentalistas latino-americanas, consideramos que parte dessas práticas se estrutura em contextos de conflitividade nos quais a referência às dinâmicas conjunturais do plano político institucional nacional (Estado nacional, aos governos e ao sistema político) não aparece necessariamente como objeto imediato de consideração. Embora, sob nenhum ângulo, as conformações político-institucionais, especialmente as que foram se desdobrando nos processos de democratização política (a organização dos governos em suas diferentes esferas, o sistema de partidos políticos, as diversas prerrogativas dos Estados nacionais latino-americanos etc.), sejam desprezíveis. Muito pelo contrário. Estas tem se revelado com muita centralidade nas dinâmicas movimentalistas regionais. O que buscamos é evitar reduzir a ideia de incentivos e oportunidades para o desenvolvimento de práticas movimentalistas a um conceito, a nosso ver, com excessiva rigidez analítica como o de EOP, que foi pensado, pelo menos num primeiro momento, em termos endógenos à dinâmica político-institucional. Pelo que indicamos acima, no entanto, não haveria nenhum motivo para discordar que aspectos como a abertura de espaços institucionais de participação, e de tramitação resolutiva de demandas (materiais e/ou simbólicas), ou a força ou debilidade institucional do Estado ou de governos, sua capacidade repressiva, a instauração de dispositivos legais que criminalizam as

ações de protesto, entre outros, podem ser interpretados, pelos atores, tanto como oportunidades incentivadoras da ação, quanto como aspectos constrangedores da ação em determinada direção.

Em favor de um enfoque analítico mais relacional e referencial, nos parece importante evitar, por um lado, o enfoque vinculado à perspectiva das teorias dos novos movimentos sociais, por este ter dado pouca atenção às estruturas de poder político institucional no desenvolvimento de ações coletivas de movimentos sociais, bem como aos recursos e demandas materiais, em flagrante desacordo com a realidade empírica dos movimentos sociais latino-americanos. Por outro, nos parece igualmente importante, evitar o enfoque de teóricos do processo políticos em relação à questão das oportunidades e constrangimentos à mobilização entendida através do conceito de estrutura de oportunidade política, que abarca, exclusivamente, dinâmicas contextuais do âmbito do sistema político-institucional como favorecedoras ou limitadoras da ação de movimentos sociais, aspecto que envolve a percepção dos ativistas sobre custos e benefícios de se lançar à mobilização e ao confronto. Esse enfoque nos parece excessivamente esquemático e pouco ajustado ao caráter contingente e múltiplo das práticas movimentalistas. Esquematismo que fica patente no argumento de Sidney Tarrow de que:

> Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (TARROW, 2009, p. 99).

Um ponto importante na discussão sobre a relação entre a prática articulatória movimentalista e o contexto de conflitividade é indagar-se sobre o *alcance* da relação contenciosa projetada pelos *atores em movimento*, isto é, a observação do nível (ou dos níveis) em que se projetam *prática* e *contexto*. De acordo com as definições sobre os fins, meios, e campo relacional de ação, e dos marcos estratégicos, tem-se a projeção das práticas articulatórias em diferentes níveis e espacialidades (local, regional, nacional, global). O alcanceda prática articulatória se evidencia com uma significação bastante acabada através de marcos estratégicos na medida em que eles indicam *como* e *em que direção* agir, pressupondo as definições sobre fins, meios e campo de ação. Os fins podem dizer respeito a demandas bastante específicas e localizadas, como podem também expressar demandas nacionais bastante abrangentes ou mesmo globais, anti-sistêmicas, que visam incidir nas estruturas políticas de um país, ou interpelar estruturas e instituições capitalistas globais. Essas

definições projetam o campo de ação com espacialidades variadas e freqüentemente imbricadas. E nesse sentido, a prática articulatória e o contexto de conflitividade apresentam especialidades múltiplas, que podem tanto estar inscritas, deliberadamente, nas orientações definidas e incluídas nos marcos estratégicos de ação, como também corresponder a uma conseqüência não prevista de ações dirigidas prioritariamente a determinados níveis.

Ainda sobre a questão do alcance, cabe observar, na análise, a construção de espacialidades recobertas pelas práticas articulatórias com os agentes e atores identificados como aliados e parceiros, eventuais ou duradouros, ou a propensão de que esses fluxos articulatórios com especialidades diversas sejam desenvolvidos no curso da ação em razão das orientações inscritas em marcos estratégicos, o que nos permite, por exemplo, observar núcleos macro-estruturados de conflitividade, agentes e estruturas de poder, em direção aos quais convergem ou potencialmente convergem energias movimentalistas interpeladoras, implicando dinâmicas de difusão de recursos contenciosos, práticos, organizativos e de mobilização entre diferentes *atores em movimento*, na constituição de marcos comuns de ação.

3.5. Especificação conceitual de movimento social

Depois de discutir o que chamamos práticas articulatórias movimentalistas e contextos de conflitividade, cabe neste momento buscar uma especificação conceitual do que entendemos como movimento social, tarefa pendente em muitas investigações.

Nosso percurso até aqui nos permite realizar a seguinte síntese conceitual: um movimento social consiste num conjunto de práticas articulatórias movimentalistas, que existem em contiguidade tempo-espacial, e cuja conformação implica um processo prático-reflexivo através do qual atores individuais e coletivos envolvidos se constituem como *atores em movimento*, compartilhando referências identitárias que produzem um senso de unidade. Processo que implica a delimitação de um quadro dinâmico interno de relacionamentos qualificados no qual se realizam definições compartilhadas sobre fins, meios e em relação ao campo de ação, bem como, são elaborados marcos estratégicos de ação. Aspectos que não podem ser pensados, por sua vez, sem a relação com um quadro dinâmico externo de relacionamentos qualificados, que implica individuação de agentes externos com os quais se estabelece uma relação mais ou menos contenciosa, com delimitação de questões que são

objeto de conflito, prováveis aliados etc., e se produzem restrições e oportunidades para o desenvolvimento de determinadas orientações para ação.

Atores em movimento seriam, então, atores individuais ou coletivos que desenvolvem práticas articulatórias, ao mesmo tempo em que se constituem através delas. Como uma prática articulatória tem caráter contingente, atores individuais e coletivos tornam-se *atores em movimento* na medida em que sua prática articulatória consiste numa *prática movimentalista*.

As práticas articulatórias movimentalistas desenvolvidas pelos *atores em movimento* consistem num processo de construção de identidade coletiva, fixando, através da própria ação, limites aos contornos móveis de um movimento social como um *campo referencial*. Esse processo de construção da identidade coletiva assegura um senso de pertencimento ao movimento, um compartilhar dos seus recursos internos constitutivos, sendo um dispositivo dinâmico que mobiliza os atores coletivos e individuais a se engajarem no movimento, a desenvolverem suas práticas articulatórias constitutivas, ao mesmo tempo em que suas práticas atuam produzindo efeitos nessa mesma identidade.

Diante do exposto, podemos delimitar analiticamente como *campos referenciais*, movimentos como: o "movimento feminista" ou o "movimento de mulheres", facultando a delimitação de especificidades de cada um ou tomando-os como uma mesma unidade de análise a depender dos contextos de conflitividade e das práticas movimentalistas que serão consideradas. Como também podemos delimitar os "movimentos articulados em torno da questão da raça/etnia"; os "movimentos do campo" (incluindo, de acordo com a abrangência e outros critérios utilizados na definição do objeto em foco, desde organizações e *atores em movimento* camponeses, *atores em movimento* "sem terra", organizações de pequenos agricultores familiares ou constituídas por pessoas atingidas pela construção de barragens etc.); os "movimentos indígenas"; os "movimentos populares" (com especificações, a depender dos critérios para delimitação do objeto em foco, enfatizando, por exemplo, organizações de luta por moradia, constituídas por pessoas "sem teto", "grupos populares de saúde"); o "movimento estudantil", entre outros. Cada qual sendo tomado analiticamente como um *campo referencial* no qual os *atores em movimento* colocados em análise desempenham suas práticas articulatórias movimentalistas, expressando orientações mais ou menos prevalentes ou hegemônicas internamente.

De tal maneira, um movimento social não pode ser pensado como um coletivo homogêneo e predeterminado. Assim como Alberto Melucci, o definimos antes como uma

categoria analítica do que como um processo empírico acabado. É nesse sentido que um movimento social consiste num campo referencial, relativamente difuso, atravessado e constituído por práticas sociais heterogêneas (interativas, comunicacionais, de negociação) existindo em contiguidade espaço-temporal. Essas práticas, a que chamamos práticas articulatórias, implicam um nível de organização interna, com presença de estruturas organizativas e de mobilização mais ou menos formais, marcos estratégicos e repertórios de ação mais ou menos convencionais ou disruptivo, e uma discursividade contenciosa que instaura relações conflitivas mais ou menos explícitas ou latentes, e de distintas intensidades e alcances.

Essa definição analítica nos possibilita pensar movimentos sociais como um processo dinâmico com múltiplos níveis analíticos, heterogêneo internamente e com uma espacialidade tendente a transcender/transbordar práticas articulatórias específicas, particulares, pressupondo que há sempre um excesso de sentidos e de possibilidades que não se equacionam ou encontram toda sua significação num conjunto particular de práticas articulatórias, mesmo que estas sejam bastante "representativas" do movimento.

Uma prática articulatória específica que constitui, juntamente com outras práticas articulatórias, um movimento social enquanto um campo referencial, não exaure, na sua particularidade, o potencial de expressividade do movimento, porque ele sempre transcende a prática localizada, específica. Nele se incluem tempos e espaços distintos, variados, fazendo com que a ideia de movimento carregue um forte sentido de imprevisibilidade nos seus desdobramentos através das práticas articulatórias.

Nesse sentido, dado que um movimento inclui múltiplas práticas articulatórias, não raras vezes com diferentes orientações, com convergências e dissonâncias, intensidades e alcances variados, estendendo-se espaço-temporalmente em contornos que podem ser dificilmente discernidos, ante a existência de importantes mecanismos de difusão de recursos compartilhados (desdobrados tanto pelos próprios *atores em movimento* como por atores e mecanismos externos), pode-se dizer que, internamente, a dinâmica movimentalista comporta situações diversas, incluindo àquelas nas quais enquanto em determinado momento e contexto, *atores em movimento*, antes bastante ativos e representativos, entram em declínio, noutro ponto, outros atores emergem, se redefinem, ressignificam orientações e projetam, uma vez mais, *o mesmo movimento* em cenários conflitivos. Por isso, declínios significativos da capacidade de mobilização de determinados atores, aparentando inclusive terem desaparecido de uma vez para sempre, não devem ser apressadamente identificado com se tivesse ocorrido

o fim do movimento. Isto porque, enquanto as questões conflitivas de base, ou mais propriamente, os recursos contenciosos básicos que estiveram presentes em suas práticas movimentalistas anteriores, permanecem atuantes de alguma maneira, ainda que de forma bastante embotada, e explodindo aqui e acolá com alguma ressonância, não apenas em práticas articuladas de movimentos sociais, mas como manifestação difusa, inclusive individualizada, o movimento social permanece existindo, ainda que em estado latente, com visibilidade pública bastante reduzida.

3.6. Confluência e dispersão nas práticas movimentalistas

O cenário contemporâneo das ações coletivas de movimentos sociais, como vimos, é marcado por termos como complexidade, pluralidade, heterogeneidade e descentramento. Termos que denotam uma dimensão indelével de contingência dos processos articulatórios de práticas movimentalistas, tornando cada vez mais persuasiva a percepção de que a ação coletiva de um movimento social é antes um processo intricado de construção, envolvendo elementos muito heterogêneos e diversos, do que um dado unitário tal como se expressa, empiricamente, em momentos de maior visibilidade pública de suas mobilizações.

No sentido de captar processos contingentes envolvidos na estruturação de movimentos sociais contemporâneos, argumentamos que na sua dinâmica interna pode-se observar uma dupla tendência com sinais opostos: *confluência* e *dispersão* (SPINELLI JR, 2006). O que se relaciona com o reconhecimento de que os processos internos de interação, de comunicação e de negociação entre *atores em movimento*, que incidem sobre as definições quanto aos fins, meios e campo de ação, e por esse veio, sobre os marcos estratégicos, implicam também dissenso e conflito que, inclusive, não raras vezes, estão relacionados a expedientes e mecanismos utilizados por agentes externos visando que predomine internamente orientações mais alinhadas aos seus interesses, ou mesmo intentando exaurir energias movimentalistas alimentando disputas internas que de outro modo teriam menor ressonância.

As práticas articulatórias existem, dessa forma, na tensão em torno a essas duas tendências, e a dominância de uma delas, entre *atores em movimento* espaço-temporalmente delimitados, tem efeitos na *qualidade* da ação coletiva. Diante desse pressuposto, propomos que seja analiticamente produtiva, para interpretação das significações e configurações assumidas por práticas movimentalistas, sua delimitação de acordo com a *qualidade* de suas

articulações, no que diz respeito à *densidade* e *debilidade*, que correspondem, respectivamente, à dominância da confluência e à dominância da dispersão na dinâmica interna do movimento em determinado contexto de conflitividade.

Temos um quadro tendente de confluênciana prática articulatória, quando atores envolvidos se apresentam mais propensos a fazer parte de um processo de interação "organizada", estruturada, e mais ou menos rotineira; quando se apresentam mais propensos à participação ativa em processos organizativos do movimento e ao acatamento de convocatórias para a mobilização, isto é, quando se encontra aumentada uma predisposição para o desenvolvimento de práticas interativas e mobilizatórias que sustentam a ação coletiva. Termos como proximidade, frequência de interação, envolvimento participativo, entre outros, denotam parcialmente o sentido de confluência em questão, expressando um acionar densamente participativo nas práticas de relacionamento interno.

Essa propensão à interação organizada, relacionada à densidade das práticas movimentalistas, pressupõe, por sua vez, o que podemos chamar de processo de hegemonização de orientações internas, que apresenta como um dos seus indicadores principais, a existência de marcos estratégicos de ação explicitamente conflitivos, isto é, que se projetam no contexto de conflitividademantendo explícito um sentido de contenciosidade na relação com agentes externos, os quais os *atores em movimento* enfrentam como adversários ou inimigos, e aos quais eles dirigem suas demandas e seus protestos.

Assim, podemos argumentar que a tendência de confluência, e correspondente densidade da prática articulatória, estariam acrescidas na medida em que se apresenta uma maior propensão interativa dos atores, combinada a uma maior disposição mobilizatória, ao mesmo tempo em que se evidencia um processo significativo de hegemonização de orientações internas, que mantêm aceso um sentido de contenciosidade no contexto de conflitividade, envolvendo a individuação de oponente(s). O que tem implicações tanto na legitimidade das decisões coletivas, como na força interpeladora que a prática movimentalista e seus repertórios de ação podem reunir dentro de um contexto de conflitividade. O que implica também maior coesão na construção de identidade coletiva do movimento. Noutros termos, a predominância de uma tendência de confluência, resultando em práticas articulatórias mais densas, expressa uma mais significativa articulação das capacidades organizativas e de mobilização disponíveis e emergentes ao longo da ação do movimento em contextos de conflitividade; estes, por sua vez, tendem a ser mais acirrados, na medida em que

energias de confluência movimentalista são desatadas em consonância com conflitos sociais que se tornam mais prementes para os atores envolvidos.

A tendência de confluência reflete, desde o prisma que tentamos projetar aqui, um cenário movimentalista ativo, ou com alguma visibilidade mais significativa, e, nesse sentido, a prática movimentalista se mostra tendencialmente mais habilitada a atuar favorecendo aspectos como: a emergência de energias latentes difusamente disseminadas no tecido social, o "recrutamento" de novos *atores em movimento*, a simpatia e alinhamento de outros atores às suas causas, o desatar de fluxos de difusão de recursos contenciosos mobilizados pelo movimento etc.

A tendência de dispersão tem, por sua vez, o exato sentido inverso. Isto é, dissociação, atomização, fragmentação de atores que compõe o movimento, dissonância de suas orientações internas, são termos que denotam o sentido de dispersão. Reduzida propensão dos atores em participar em processos interativos básicos do movimento, reduzida capacidade de convocatória, falta de coordenação entre os atores representativos ou potencialmente representativos do movimento. Uma tendência sobressalente de ênfase no investimento em estruturas organizativas mais formais; um enfoque mais instrumental nos processos interativos e nas relações estabelecidas com agentes externos, revelando uma posição particularista e inclusive uma maior burocratização (com cisão entre atores de "base" e dirigentes, por exemplo); maior ingerência interna de agentes identificados como externos; projeção de marcos estratégicos mais convencionais, menos conflitos etc., são alguns aspectos que podem ser arrolados aqui, e que, no limite, desabilitam que uma prática articulatória seja identificada como prática movimentalista, isto é, participante e constitutiva de um movimento, mesmo que os "atores dispersivos" continuem fazendo referência a este. Com isso queremos argumentar que nem toda prática articulatória que mobiliza, de uma maneira ou outra, recursos vinculados também a movimentos sociais, consiste numa prática movimentalista.

4. A CONCEPÇÃO DA PESQUISA

Nosso esquema analítico se estrutura a partir do pressuposto teórico-metodológico de que as ações coletivas de movimentos sociais resultam antes num sistema de significações e de relações sociais do que de estruturas determinantes e necessárias. No entanto, isto não é o mesmo que desconhecer que dimensões estruturais produzem condicionamentos à ação coletiva. Nesse prisma, o esquema analítico proposto se abre a diferentes estratégias metodológicas em função dos desafios de apreensão das significações e configurações das práticas articulatórias do "movimento vicinal" altenho num quadro relacional dinâmico. Se por um lado, a apreensão de discursos dos atores e a observação e descrição de suas práticas são atividades que se colocam num plano bastante saliente para a reconstrução das *práticas movimentalistas vicinais*, por outro, a identificação e descrição de matrizes configurativas com seus recursos contenciosos apropriados e desdobrados nas práticas articulatórias dos atores vicinais, bem como a identificação e descrição de dimensões contextuais da conflitividade envolvida, são igualmente importantes, porque só a partir delas se pode atingir um quadro relacional mais abrangente da ação coletiva, que é objeto de preocupação do esquema analítico proposto.

A delimitação de um objeto de investigação é sempre definida pelo pesquisador com base em seu olhar para realidade e em coordenadas conferidas por suas opções teóricas e metodológicas. Ao fazê-lo projeta a relação entre investigador-observador e sujeitos-observados. Partindo do pressuposto do caráter relacional e processual do conhecimento, de que tudo "que é observado na realidade social é observado por alguém, que se encontra, por sua vez, inserido nas relações sociais e em relação ao campo que observa" (MELUCCI, 2005 p. 33), o processo de construção do conhecimento demanda o reconhecimento da necessidade de uma capacidade reflexiva sobre o papel do investigador e sobre a relação do observador com seu objeto de investigação (MELUCCI, 2005; DAYRELL, 2005), isto é, o "reconhecimento de que o observador é sempre 'situado' e a produção de conhecimento depende do lugar que ocupa no campo da pesquisa". Nesse sentido, a dimensão reflexiva do conhecimento implica a rejeição às "pretensões de objetividade e neutralidade do saber" (DAYRELL, 2005, p. 10). Uma investigação sociológica consiste, assim, numa prática reflexiva de produção de conhecimento,

> constituída de um sistema particular e específico de ação e conhecimento que inclui o pesquisador, sendo necessário levar em conta na análise esse sistema e as relações

> sociais existentes entre os atores. Neste sentido, amplia o campo de observação e monitoramento reflexivo incluindo desde elementos micro – as características subjetivas do observador, as práticas banais do cotidiano, etc. – a elementos macro – o sistema mais geral no interior do qual a situação observada se coloca, as interconexões entre as diversas partes do sistema, etc. (DAYRELL, 2005, p.10-11).

Essa relação construída, dialógica e complexa entre observador e observado encontra um ponto central de ordenação através do arranjo teórico-conceitual proposto pelo investigador. Ordenar não é, deve-se ter claro, o mesmo que aprisionar. O esquema deve ser suficientemente "flexível" para, sem abrir mão de uma linguagem própria, assentada desde o campo profissional acadêmico, dar vazão ao caráter contingente dos processos e à reflexividade na produção do conhecimento.

Nesse quadro, uma investigação sociológica não objetiva explicar a "realidade em si", mas traduzir sentidos produzidos no "interior de um certo sistema de relações sobre outro sistema de relações que é aquele da comunidade científica ou do público. O pesquisador é alguém que traduz de uma linguagem para outra", mantendo sempre a "consciência da distância que separa a interpretação da 'realidade'" (MELUCCI, 2005, p. 34).

Um problema saliente que surge desse tipo de argumentação é o problema do relativismo. Como nota Melucci (2005, p. 35): "Se se entra em uma pluralidade de interpretações, de paradigmas, de pontos de vista, o risco do relativismo está bem presente e o relativismo obriga ao silêncio porque, como na clássica contradição do cético, se se diz que tudo é relativo ou que nada é verdadeiro, não se tem mais o direito de falar, por definição". No entanto, a afirmação do caráter relacional e reflexivo da construção do conhecimento não redunda necessariamente nos "riscos da indeterminação ou da redução ao silêncio".

Estamos cientes de que ao reconhecermos o caráter situado do pesquisador social, "movido por interesses, paixões, capacidades, papéis institucionais que não podem ser esquecidos nem vistos como impedimento ao conhecimento", estamos afirmando sua posição reflexiva, com todos os aspectos envolvidos (subjetivos, políticos, institucionais etc.), como condição para a pesquisa e para a legitimação do seu "produto como saber social" (DAYRELL, 2005, p. 11)

Nesse sentido, a nosso ver, ao produzirmos uma definição conceitual de movimentos sociais associada a posições conflitivas resultantes de formas de significação divergentes; ao localizarmos essas conflitividades sociais de base como recobertas por significações produzidas desde diferentes lugares, mas que confluem como conhecimentos plausíveis sobre a "realidade social" desigual, e que circulam, por difusão, em diferentes direções e são incorporados significativamente em *práticas movimentalistas*; e ainda, ao definirmos os

movimentos sociais como expressivos de uma conflitividade social que se instaura a partir de um pólo em desvantagem nas redes de poder que expressam desigualdades e subalternidades sociais, e, adicionalmente, ao esboçarmos um estatuto social e político para os movimentos sociais, que define suas práticas como irredutíveis às práticas político-institucionais (por mais que se revelem ambiguidade nessa relação), convertendo-os assim numa presença que se torna condição para pensarmos, por exemplo, uma política democrática em sentido amplo; estamos fornecendo critérios reflexivos, certamente com algum grau de normatividade, que limitam os riscos de indeterminação do conhecimento e da inclinação ao silêncio do conhecimento acadêmico. Estamos assim em sintonia com a afirmação de Alberto Melucci (2005, p. 36) de que "é impossível ocupar-se do conhecimento sem ocupar-se das relações sociais e, em particular, do poder no interior delas".

É a dimensão reflexiva da prática investigativa sociológica que, ao trazer para um primeiro plano a consciência de que a observação é também intervenção nas relações e no campo de pesquisa, produzindo efeitos e modificações, deve assegurar alguma forma de controle, ainda que reconhecidamente limitada, das interferências do investigador no campo, certos de que a intervenção por meio da prática da pesquisa não deve converter-se em manipulação de situações (MELUCCI, 2005).

4.1. Delimitação operacional do objeto

Buscamos neste momento delimitar nosso objeto de investigação de maneira um pouco mais detida e operacional do que a forma como o esboçamos no primeiro capítulo da tese, tendo como base o esquema analítico que propomos no capítulo anterior.

Nosso objeto de pesquisa consistiu em apreender as significações e configurações assumidas por *práticas articulatórias vicinais locais* desenvolvidas na cidade de El Alto, e seus correspondentes *contextos de conflitividade*, no curso de uma trajetória que contempla dois momentos com características sociopolíticas sobressalentes e específicas: (a) o período de hegemonia do projeto de modernização neoliberal (entre 1985 e 1999, experimentando inflexões ao longo do seu desenvolvimento), e (b) o período do *ciclo rebelde* (especialmente o período compreendido entre 2000 e outubro de 2003).

Visamos compreender as significações e configurações das práticas articulatórias vicinais locais e o contexto de conflitividade correspondente, em cada um desses períodos,

bem como as mudanças que elas comportaram no trânsito sequencial do primeiro para o segundo.

Ademais, diante de um quadro prolífero e desafiador de estudos sobre os movimentos sociais latino-americanos, no calor dos embates antineoliberais que alcançaram quase todas as latitudes do subcontinente, e que puseram em debate, como vimos no primeiro capítulo, tendências novas ou inovadas para estes movimentos, buscamos também, nas práticas articulatórias vicinais locais, apreender a forma como algumas dessas tendências apareceram, mas não apenas no período em que o "movimento vicinal" obteve maior visibilidade, irrompendo na cena pública bastante interpelativo de agentes e estruturas de poder, mas num curso mais estendido de sua trajetória, compreendendo os dois momentos supracitados, o que nos possibilitou observar aspectos mais estruturais, de continuidade, presentes, de uma forma ou outra, em toda trajetória do "movimento vicinal", e elementos e características particulares que foram sendo projetados nas práticas articulatórias vicinais nos diferentes contextos de conflitividade que colocamos em tela. Assim, buscamos confrontar certas inclinações, nenhum pouco recentes no campo de estudos sobre movimentos sociais, de enfatizar seu caráter de novidade, desconsiderando trajetórias mais estendidas e elementos de continuidade; de dirigir-se com maior interesse a momentos de *fluxos movimentalistas* mais vigorosos e interpelativos; de produzir generalizações para um conjunto ampliado de movimentos desde análises de casos pinçados e válidos para a confirmação de pressupostos teóricos e inclinações normativas dos investigadores, etc.

Mais especificamente, a partir do esquema analítico proposto, buscamos apreender as seguintes tendências assinaladas em estudos recentes sobre movimentos sociais: a dimensão da territorialidade das práticas vicinais; a questão da autonomia no que diz respeito às prerrogativas e capacidades decisórias dos atores vicinais nos processos articulatórios internos, e a questão da democracia interna, isto é, da democracia como dimensão presente no quadro de relacionamentos qualificados internos. Como veremos, esses três componentes dizem respeito a dimensões referenciais imbricadas num mesmo processo constitutivos das práticas articulatórias vicinais locais, podendo, a depender da forma como elas se referenciam nesse processo, resultar em práticas articulatórias com direções bastante distintas. Ao projetá-las no quadro de relacionamentos internos, a resultante dinâmica das articulações específicas presentes na prática vicinal local, chamamos de *sociabilidade política emergente*. Em consonância com o esquema analítico proposto, esses aspectos são tratados em termos de dinâmicas internas resultantes do fluxo contencioso duplamente referenciado entre o quadro

de relacionamentos internos e quadro de relacionamentos externos. De tal maneira, as configurações internas dos componentes territorialidade, autonomia e democracia interna, implicam em certas orientações que ressoam nos marcos estratégicos, nos repertórios de ação decididos e, por isso, na conformação de um contexto de conflitividade específico.

4.2. Estratégias da investigação

Na investigação consideramos como *ator em movimento* do "movimento vicinal", isto é, como *ator vicinal*, àqueles que desenvolvem *práticas articulatórias vicinais* que constituem ações coletivas do "movimento vicinal" como um campo referencial. Estes *atores* podem ser individuais ou coletivos. O "movimento vicinal" comporta diversas formas organizativas (as mais significativas são bastante institucionalizadas) e a formação de grupos/coletivos, nos quais atores vicinais podem se implicar. Em nossa investigação consideramos *atores vicinais* que podem ser distinguidos da seguinte forma: dirigentes de juntas vicinais e da Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE - El Alto), lideranças de base (enquanto fora das estruturas organizativas formais, não assumindo uma posição dirigente formal) e vizinhos de base. Articulações entre diferentes atores vicinais individuais resultam na expressão de um ator vicinal coletivo. Como nossa preocupação se orientou mais às organizações vicinais de base, isto é, às juntas vicinais, nossa abordagem contemplou mais dirigidamente atores vicinais envolvidos em práticas desenvolvidas e emanadas desde o território de algumas vilas/bairros altenhos. Embora tenhamos abarcado também a FEJUVE em nossa investigação.

Num primeiro momento do trabalho de campo, quando tentávamos ainda estabelecer condições de confiança com atores vicinais e, com bases nisso, critérios para a definição de vilas/bairros onde poderíamos aprofundar a investigação, realizamos diversas "visitas de campo", entrando em contato com atores de vilas/bairros os mais distintos, nos diferentes setores da cidade (norte, sul e central), o que permitiu a realização de entrevistas e conversas mais informais de caráter mais exploratório, que depois se revelaram extremamente importantes para elucidar alguns aspectos da investigação. Num segundo momento, depois de avançarmos na construção de uma relação de confiança com atores vicinais, definimos dois critérios associados para a eleição das vilas/bairros nas quais investimos mais esforços ao longo da investigação: (1) A evidência da presença, na dinâmica cotidiana da vila/bairro, de componentes socioculturais associados aos dois grupos migrantes mais significativos da cidade de El Alto, os indígenas campesinos de origem aimarás, e os ex-trabalhadores mineiros

demitidos massivamente em razão de medidas de ajuste estrutural realizadas em meados da década de 1980, e (2) a forma ativa e protagonista como atores vicinais da vila/bairro em questão se apresentaram nos momentos mais agudos e decisivos do *ciclo rebelde*, sendo por isso localidades reconhecidas amplamente como territórios ilustrativos da capacidade organizativa e de mobilização dos atores altenhos. A definição desses critérios, juntamente com a realização de entrevistas com atores vicinais de outros bairros/vilas diversos, conferiu uma maior representatividade das possibilidades de expressão de práticas articulatórias vicinais nos dois momentos que abordamos na trajetória do "movimento vicinal".

Dito isto, elencamos abaixo procedimentos gerais que foram seguidos no desenvolvimento da investigação.

4.2.1. Delimitação da matriz configurativa básica do "movimento vicinal" altenho

Essa estratégia contemplou dois momentos: (1) uma breve descrição do processo tortuoso e conflitivo de desenvolvimento e urbanização de El Alto, salientando aspectos característicos da cidade, como presença de componentes socioculturais trazidos para o espaço urbano (e semi-urbano) altenho por grupos migrantes, especialmente o indígena-campesino e o constituído por ex-trabalhadores mineiros. E (2) a delimitação propriamente dita da matriz configurativa básica do "movimento vicinal" altenho, que chamamos de *forma vicinal urbano-popular* altenha.

A preocupação mais específica nesse momento foi observar aspectos mais estruturais, duradouros, das formas organizativas e de mobilização que constituem o "movimento vicinal" ao longo de sua trajetória, através da delimitação de recursos simbólicos interpretativos, práticos, organizativos e de mobilização específicos. Com isso, acreditamos ter contornado a armadilha de restringir os movimentos aos seus episódios de maior conflitividade e mobilização, e de ver, nesses momentos, a emergência de "novidades" (não raras vezes, "requentadas"), isto, na medida em que, ao demarcar a *forma vicinal*, favorecemos uma apreensão da prática movimentalista vicinal comportando tanto elementos de continuidade como elementos de inovação ou de especificação que elas comportam em diferentes contextos de conflitividade.

Para a delimitação da forma vicinal realizamos uma descrição das origens, desenvolvimentos e procedimentos que constituem as formas organizativas vicinais altenhas.

E embora nosso foco estivesse voltado para dimensões mais estruturais, para os recursos contenciosos discursivos e práticos organizativos mais duradouros presentes na trajetória do "movimento vicinal", para destacá-los foi importante tentar captar, descritivamente, a variabilidade das práticas vicinais e especialmente de seus repertórios de ação numa perspectiva longitudinal bastante abrangente, abarcando um período de 30 anos que vai da Revolução Nacional de 1952 às lutas democráticas do final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Nesse sentido, nos deparamos com uma condição incontornável que envolveu certo nível de arbitrariedade na definição do que é mais estrutural, presumindo o caráter dinâmico e as mudanças que se operaram no movimento ao longo de sua trajetória. No entanto, como nossa preocupação, mais do que qualquer outra, foi metodologicamente elaborar uma descrição dos recursos passíveis de serem incorporados nas práticas articulatórias vicinais locais, analisadas nos dois momentos que colocamos em tela, a nosso ver, o mais importante foi alcançado.

Para tratar da *forma vicinal* utilizamos múltiplas fontes de informação e uma combinação de dados secundários e primários. Consultamos uma pequeníssima bibliografia disponível sobre o "movimento vicinal" altenho e sobre temas correlatos, que, no entanto, se mostrou suficiente para uma definição que nos pareceu persuasiva dos marcos referenciais mais estruturais presentes estendidamente na trajetória do "movimento vicinal". Materiais documentais produzidos pelo próprio "movimento", como Estatutos e Regulamentos de Juntas Vicinais e da FEJUVE, também forneceram informações decisivas para a delimitação da *forma vicinal*. Por outro lado, relatos de atores de várias juntas, dirigentes e ex-dirigentes da FEJUVE logrados mediante as entrevistas realizadas, bem como o registro de determinados eventos e processos, como reuniões com participação de dirigentes de junta vicinal, assembleias vicinais, eventos de protestos, o acompanhamento da dinâmica de vilas/bairros, eventos comemorativos, a participação na convocatória para uma assembléia, etc., foram utilizadas no sentido de corroborar outras fontes de informação disponíveis. Demos destaque especial, nesse momento, a informações fornecidas por atores vicinais com larga trajetória de envolvimento com o "movimento vicinal".

4.2.2. Reconstrução da prática articulatória vicinal nos dois momentos em destaque

Uma segunda estratégia visou mais propriamente o desenvolvimento do nosso objeto de estudo, a reconstrução da prática articulatória vicinal e do contexto de conflitividade

envolvido nos dois momentos em destaque, considerando as dimensões da territorialidade, de autonomia, e da democracia como componentes presentes na prática vicinal, com significações e configurações próprias em cada período.

No sentido de apreender essas significações e configurações em cada momento - seus aspectos específicos e as dinâmicas de mudança e transição que apresentaram ao longo do seu desenvolvimento - lançamos mão de procedimentos variados para cada período.

(a) Estratégia para reconstruir a prática articulatória vicinal e o contexto de conflitividade envolvido no período de hegemonia do neoliberalismo (1985-1999):

Partimos de uma descrição e discussão do cenário sociopolítico boliviano macro-estruturado no período compreendido da reabertura política em 1982, com a gestão governamental da coalizão chamada Unidad Democrática Popular (UDP), envolta em uma profunda crise que resultou em sua abreviação, passando pelo governo de Paz Estenssoro iniciado em 1985, quando começa a se desenvolver na Bolívia um programa de ajuste estrutural de caráter neoliberal, chegando até o governo de Hugo Banzer, no qual se desata os primeiros ritos do *ciclo rebelde*. A preocupação foi demarcar, brevemente, uma contextualidade macro-estruturada para os movimentos sociais bolivianos mais significativos e para os atores vicinais altenhos. Nesse sentido, observamos, em sequência, o cenário sociopolítico altenho nesse período. Buscamos responder que relações significativas poderiam ser estabelecidas entre as mudanças que vinham ocorrendo no plano nacional a partir da crise do governo da UDP, as medidas visando estabilidade política, reformas estruturais, etc. e as dinâmicas sociopolíticas altenhas no mesmo período, e como as mudanças ocorridas no plano nacional e local aportam condições e elementos que entram na conformação das práticas articulatórias vicinais e do contexto de conflitividade correspondente. Partimos então de um enfoque macro-estruturado visando o espaço micro das dinâmicas vicinais altenhas e suas implicações em termos de conformação de um contexto de conflitividade específico.

O enfoque macro-estruturado do cenário sociopolítico boliviano foi possibilitado através de consulta de bibliografia disponível. Trabalhamos especialmente com uma bibliografia que privilegiou a relação das mudanças ocorridas nesse cenário contemplado a participação dos movimentos sociais. Arrolamos também uma bibliografia que possibilitou uma caracterização da dinâmica sociopolítica altenha, incluindo a participação de distintos atores sociais altenhos, e entre eles, os atores vicinais. As referências encontradas para esse

período em El Alto, no entanto, foram bastante reduzidas. De qualquer maneira foi possível compor um quadro abrangente que possibilitou alguns elementos de caracterização das práticas articulatórias vicinais na cidade de El Alto, que, por sua vez, foram melhor acercadas, com as informações provindas de relatos colhidos em entrevistas realizadas com atores vicinais quando tematizaram as dinâmicas vicinais de suas vilas/bairros.

Foi possível observar pontos de inflexão nas práticas articulatórias vicinais e no contexto de conflitividade a partir mudanças de orientações que passaram a se firmar desde dinâmicas vicinais locais, e que logo projetariam as significações e configurações que seriam assistidas ao longo do *ciclo rebelde*.

(b) Estratégia para reconstruir a prática articulatória vicinal e o contexto de conflitividade envolvido no período do *ciclo rebelde* (compreendido entre 2000 e outubro de 2003).

Partimos de uma descrição e discussão das questões, acontecimentos e eventos que conformaram o *ciclo rebelde*, como a chamada *guerra da água* e os bloqueios de estradas protagonizados por indígenas campesinos no altiplano do departamento de La Paz. Esses eventos representam pontos de inflexão para toda uma conflitividade que já vinha se desatando em quase toda Bolívia, com maior ou menor intensidade. El Alto foi um exemplo muito ilustrativo. Buscamos verificar as conexões entre os eventos conflitivos mais significativos desatados no país e uma conflitividade que se recrudescia na cidade de El Alto, no sentido de observar a difusão de recursos contenciosos entre diferentes *atores em movimento* que irrompiam na cena pública com bastante vigor naquele momento, e buscar estabelecer conexões desses recursos contenciosos com matrizes configurativas comuns.

A descrição dos eventos do *ciclo rebelde* foi possível com uma vasta bibliografia sobre o tema. A conflitividade altenha no período foi observada também através de bibliografia específica. Uma aproximação sobre a difusão/irradiação de recursos contenciosos nos momentos iniciais do ciclo rebelde foi possível tanto através de bibliografia disponível, como através de relatos de alguns atores vicinais.

Discutidos esses aspectos mais gerais, passamos a desenvolver um enfoque mais sistemático sobre os acontecimentos da *guerra do gás*, notadamente a partir das dinâmicas movimentalistas vicinais nos bairros de Villa Santiago II e Villa Ingenio, mas não exclusivamente nesses locais. Intentamos, nesse momento, reconstruir as *práticas movimentalistas vicinais* e o correspondente contexto de conflitividade que se estruturou no

período, observando como essas práticas incorporam e desdobram, num processo de atualização, recursos simbólicos interpretativos e práticos, organizativos e de mobilização, associados à própria matriz básica do "movimento vicinal", a que chamamos de *forma urbano-popular altenha*, e a outras matrizes. Para tanto, recorremos fartamente aos relatos e informações fornecidos pelos atores vicinais entrevistados. Outros relatos disponíveis em materiais bibliográficos foram também eventualmente arrolados para corroborar certas afirmações, especialmente o trabalho do sociólogo aimará Pablo Mamani, testemunha ocular e cronista agudo dos acontecimentos mais conflitivos.

As entrevistas, a princípio exploratórias e depois semi-estruturadas, foram organizadas em torno de questões chaves que se harmonizaram, de uma maneira ou outra, com o esquema analítico proposto. Elas visaram uma apreensão de quadros interpretativos, elaborados com base em recursos contenciosos disponíveis e emergentes, sobre *como* e *por que* os atores vicinais definem fins para suas ações (o que inclui uma definição da situação vivida, de objetivos, metas, projetos, demandas e reivindicações, etc.), sobre *quais* os meios disponíveis (estruturas e recursos de organização e mobilização) são arrolados na prática articulatória vicinal, *como* e *por que* o são, e quais são os meios emergentes. Quais as definições relativas ao campo relacional de ação, como a definição de *quem* são agentes externos contendores, aos quais são dirigidas as demandas, as interpelações e os protestos, e *por que* o são. Esses três aspectos (no que tange as dimensões mais básicas e gerais) são em muito definidos quando descrevemos a *forma vicinal urbano-popular altenha*. O que buscamos compreender foi fundamentalmente (já que ao discutirmos a *forma vicinal* já temos esboçado uma definição básica sobre por que os vizinhos se mobilizam), *como* se particularizaram ou se modularam, nos dois momentos colocados em tela, as formas de articulação dos fins e dos meios, em relação a mudanças e redefinições relativas ao campo de ação, às definições demarcos estratégicos, de repertórios de açãoe docontexto de conflitividade, com seu quadro específico de relacionamentos externos qualificados.

Por outro lado, buscamos, nos relatos fornecidos através das entrevistas, a descrição dos processos relativos ao quadro de relacionamentos qualificados internos (com as interações, comunicações, trocas, negociações etc.), especialmente nos momentos mais conflitivos do *ciclo rebelde*, mas não apenas. Com isso, observamos como nesses momentos se configuraram as tendências de dispersão e confluência, e em que circunstâncias uma ou

outra se colocou de maneira mais sobressalente, sempre em relação com o quadro de relacionamentos externos qualificados que caracteriza o contexto de conflitividade.

Para uma descrição do quadro de relacionamentos externos e do contexto dinâmico de conflitividade, com suas mudanças ao longo do período, recorremos a materiais bibliográficos disponíveis. Todos esses meios forneceram informações que foram cotejadas na análise, numa estratégia de triangulação de dados.

Salientamos, mediante os procedimentos acima destacados, a importância da dimensão do território na dinâmica vicinal local cotidiana de vilas/bairros nas significações e configurações que puderam ser apreendidas nas práticas movimentalistas vicinais. Ademais buscamos uma apreensão sobre como se comportou a questão da autonomia, como ela se projetou nas práticas vicinais e qual sua importância nas configurações assumidas. Por ultimo, buscamos também apreender sentidos das práticas democráticas observadas numa sociabilidade política emergente no nível territorial.

4.3. Considerações sobre dados de pesquisa e trabalho de campo

Foram realizadas 50 entrevistas gravadas (ver ANEXO 1) entre os meses de outubro de 2010 e fevereiro de 2012, com duração entre aproximadamente dezesseis minutos e uma hora e meia. O maior número de entrevistas foi realizado com *vizinhos* de Villa Santiago II (9), seguido de Villa Atipiris (8), locais onde, juntamente com Villa Ingenio, o trabalho de campo foi mais intenso. Entre dirigentes vicinais, ex-dirigentes e atores vicinais de base foram entrevistados vinte oito *vizinhos*. Entre aqueles que foram identificados prioritariamente como dirigentes e ex-dirigentes da FEJUVE foram dez entrevistados. Cabe assinalar que todo dirigente que faz parte do comitê executivo da FEJUVE foi dirigente em sua junta vicinal de origem. Entre os atores vicinais, propriamente ditos, temos então trinta e oito entrevistas. As doze restantes foram realizadas com dirigentes da Central Obrera Regional de El Alto (COR El Alto), em virtude de uma avaliação que fizemos ao longo do trabalho de campo de que poderíamos incorporar a COR em nosso estudo, algo que refutamos no curso das atividades de pesquisa. De qualquer maneira, as entrevistas com dirigentes da COR, senão toda, mas boa parte delas aportam elementos importantes para nossa investigação, e, ademais, por serem residentes nos diversos bairros/vilas altenhos são também reconhecidos como vizinhos. Além de informações contidas nas entrevistas gravadas, os altenhos aportaram também informações relevantes com as conversas mais informais e cotidianas.

O trabalho de campo, diretamente em El Alto, foi iniciado "oficialmente" na primeira semana de outubro de 2010. Numa primeira etapa durou até 10 de abril de 2011, com duas paradas ao longo desse período, a primeira entre os dias 15 e 30 de novembro, quando estive de volta ao Brasil, e ao longo do período que vai de 25 de dezembro a 1 de fevereiro, período em que estive na Bolívia, mas sem desenvolver sistematicamente o trabalho de campo. De maneira geral, a primeira etapa de campo durou aproximadamente quatro meses de trabalho. A segunda etapa foi de 25 de janeiro de 2012 até 25 de fevereiro de 2012, compreendendo um mês de trabalho. No total o período de campo foi de aproximadamente cinco meses[17]. Além das entrevistas, esse período nos possibilitou uma experiência intensa da cotidianidade altenha, especialmente em alguns bairros/vilas, com envolvimento ativo (embora limitado pela condição de pesquisador) em vários eventos promovidos pelos atores vicinais, alguns mais formais ou completamente informais. De maneira mais sistemática observamos uma série de eventos significativos e elucidativos (ver ANEXO 2).

[17] Considerando a seguinte contabilidade não exaustiva: aproximadamente 22 dias em outubro de 2010; 14 dias em novembro de 2010; 20 dias em dezembro de 2010; 28 dias em fevereiro de 2011; 30 dias em março de 2011, e 10 dias em abril de 2011.

5. EL ALTO E A FORMA VICINAL URBANO-POPULAR

> El Alto es una ciudad problema. Tiene casi todos los puntos en contra. El clima es frío y seco nueve meses del año. Es frío y húmedo los otros tres. Un viento constante lo castiga día y noche. Cuando llueve, se convierte en un inmenso lodazal. Cuando está seco es una enorme polvareda.
>
> Sus calles, anchas y rectas, son todo lo contrario de lo que deberían ser, ya que en vez de actuar de barrera, se convierten en túneles de viento (…).
>
> El Alto es plano, pero las distancias son tremendas, y el transporte público, deficiente. (…) La falta de agua es dramática y por supuesto, no hay agua para regar parques y jardines.
>
> Godofredo Sandoval e Fernanda Sostres, *La ciudad prometida* (1989)

Também conhecida como "cidade aimará", "cidade insurgente" e ainda como "cidade problema", a cidade de El Alto, situada no altiplano boliviano a 4.000-4.100[18] metros acima do nível do mar, em alguns pontos sem limites claramente discerníveis com a cidade de La Paz, sede do governo nacional, é marcada pela presença de distintas estruturas organizativas e de mobilização que lhe tem assegurado, em determinados momentos, especialmente a partir do início da década de 2000, uma capacidade de mobilização massiva e de unificação em torno de determinadas reivindicações talvez sem paralelo em outras cidades latino-americanas do mesmo porte, isto é, hoje com aproximadamente 1 milhão de habitantes.

A presença dessas estruturas organizativas diversas no cotidiano da cidade é profundamente disseminada como um traço sociopolítico e cultural iniludível. Como nota Cecilia Aliaga, andar pelas ruas e avenidas de El Alto,

> feiras e mercados, festas e assembleias, é inconcebível sem se chocar com dirigentes de algumas das mil e uma associações altenhas. Organizar-se tem sido a maneira por meio da qual se enfrenta as dificuldades de uma urbe em permanente ebulição, com sérias carências, mas também com ilimitada esperança de presente e futuro (ALIAGA, 2010, p. 5).

As questões que conferem esse perfil organizativo e de mobilização particular à população altenha são muitas e têm a ver com aspectos próprios do desenvolvimento e urbanização de El Alto e com características mais gerais do processo de modernização da sociedade boliviana, resultando numa conflitividade urbano-popular não raras vezes explosiva.

[18] El Alto é a segunda cidade mais alta do mundo.

No entanto, há de se destacar que se a presença de importantes recursos organizativos e de mobilização entre moradores de El Alto tem larga trajetória, ela vai encontrar um momento de inflexão e uma nova projeção a partir do ano 2000, quando se abre na Bolívia o chamado ciclo rebelde[19]. El Alto foi um dos epicentros do referido ciclo de conflitividade ocorrido entre 2000-2005. Vários de seus atores sociais (vicinais, sindicais, gremiais, estudantis, etc.) atuaram no sentido de conformar um quadro sustentado de conflitividade ao longo de todo esse período, que teve seu momento mais agudo nas vigorosas jornadas de luta de outubro de 2003, denominadas *guerra do gás*, evento através do qual a "cidade insurgente" tornou-se mundialmente conhecida como um dos bastiões das lutas contra as políticas neoliberais na América Latina.

Como já assinalamos, nosso objeto é investigar como as práticas articulatórias vicinais locais foram se configurando ao longo do período que abarca dois momentos distintos na trajetória recente do "movimento vicinal" altenho: o período de hegemonia do projeto neoliberal na Bolívia (de 1985 até o final da década de 1990) e o período que compreende o ciclo rebelde (mais especificamente de 2000 a outubro de 2003). Veremos como essas práticas vicinais se relacionam com os contextos de conflitividade característicos de cada um desses momentos, apresentando particularidades significativas, a despeito de elementos de continuidade iniludíveis. Nosso foco estará dirigido ademais à apreensão de algumas das tendências amplamente assinaladas e identificadas em movimentos sociais que cumpriram um papel destacado ao longo do ciclo de conflitividade recentemente assistido na América Latina. Isto é, como essas tendências se fazem sentir nas práticas articulatórias dos atores vicinais, como se conformam e se modificam ao longo do período em tela na investigação. Nossa atenção estará dirigida especialmente para a dimensão da territorialidade das práticas articulatórias vicinais locais; para as formas que essas práticas assumem no que diz respeito à questão da autonomia e para as formas de democracia interna que comportam. Veremos brevemente como essas questões são articuladas na prática vicinal e como se modificam ao longo dos dois momentos que destacamos, expressando elementos de inovação ou reproduzindo dimensões de continuidade.

[19] Já assinalamos anteriormente que o ciclo rebelde foi um ciclo de mobilizações que consistiu numa série de protestos espalhados pelo país, em alguns casos, vigorosas e contundentes mobilizações, verdadeiros levantamentos populares, que representaram formas de contenção da ofensiva neoliberal em curso na Bolívia; produzindo crise de credibilidade do sistema político, de suas instituições e procedimentos, revertendo decisões governamentais de caráter privatista, chegando ao momento culminante de destituição de um presidente da república, em outubro de 2003, e finalmente fixando uma agenda comum que projetou mudanças profundas na perspectiva de desenvolvimento nacional e na organização do Estado.

Neste capítulo estaremos buscando, num primeiro momento, salientar uma conflitividade de caráter urbano-popular básica envolvida nas práticas de atores vicinais e que, em El Alto, está,fundamentalmente associada, ao precário processo de urbanização e às débeis condições socioeconômicas da população local, o que inclui a limitada capacidade das ações governamentais de reverter essas situações, de dar resolutividade aos problemas enfrentados pela população altenha.

Num segundo momento, o foco se dirige à apreensão de dimensões mais estruturais do "movimento vicinal", isto é, da matriz configurativa básica do "movimento vicinal", que chamaremos de *forma urbano-popular vicinal altenha.* Essas dimensões consistem em recursos e estruturas, formas de ação e procedimentos mais ou menos cristalizadas e disponíveis, que atravessam de maneira mais persistente as distintas configurações assumidas ao longo do tempo pelas práticas articulatórias de atores vicinais altenhos. Consistem, assim, em recursos simbólicos interpretativos e prático-organizativos e de mobilização que são apropriados, moldados, desdobrados pelos atores vicinais em diferentes contextos de conflitividade. Nesse sentido, estaremos abordando aspectos como: finalidades básicas do "movimento vicinal"; recursos e estruturas organizativas e de mobilização mais formais e informais; campo relacional de ação destacando formas de relação mais persistentes no que tange ao quadro de relacionamentos externos qualificados; marco estratégico básico de ação, e, por fim, repertórios de ação mais usuais.

Discutir neste momento esses elementos mais estruturais nos propicia, do ponto de vista analítico, marcos de referência para a apreensão de diferentes configurações assumidas pelas práticas vicinais em contextos de conflitividade específicos, refletindo ao mesmo tempo elementos de continuidade presentes na longa trajetória do "movimento vicinal" e eventuais elementos de inovação desdobrados em novos contextos de conflitividade.

5.1. El Alto: desenvolvimento urbano e contenciosidade urbano-popular

El Alto foi o epicentro de alguns dos momentos mais agudos e certamente dos mais decisivos vividos ao longo do ciclo rebelde. Há muitos aspectos estruturais relativos ao próprio desenvolvimento urbano de El Alto que nos ajudam a entender o papel que a população altenha e suas organizações jogaram nesse momento, alguns se sobressaem em importância.

A cidade acolheu fluxos migratórios vigorosos resultando num processo de expansão urbana abrupta e desordenada sem que apresentasse condições infraestruturais mínimas e uma estrutura econômica dinâmica acolhedora e capaz de favorecer trabalho e emprego em condições mais satisfatórias para migrantes que chegavam, de forma que demandas de serviços básicos e que visavam o atendimento de necessidades as mais elementares foram se acumulando, ao mesmo tempo em que o espaço urbano altenho tornou-se crescentemente um dos mais populosos de toda Bolívia. Desenha-se, com isso, um quadro básico de contenciosidade urbano-popular que se estrutura em torno da luta por garantia de condições mais dignas de vida individual, familiar, comunitária e coletiva no espaço urbano e semi-urbano de El Alto. Desde a perspectiva das ações coletivas, envolvendo setores populares altenhos, essa contenciosidade urbano-popular básica pode oscilar em suas formas de expressão entre latência de práticas de resistência e sobrevivência localizadas no interior dos bairros/vilas e conformações explosivas de ações coletivas movimentalistas.

Ganha também saliência na interpretação do estendido e denso tecido associativo e movimentalista altenho, bem como do seu papel ao longo do ciclo rebelde, a presença inconteste de dois componentes migrantes específicos que, ao chegarem a El Alto, trouxeram na bagagem arraigadas tradições organizativas de seus lugares de origem, e se viram na premência de refuncionalizá-las nas dinâmicas vicinais locais e em relação às organizações dos movimentos sociais da cidade. Premidos por necessidades de todo tipo e munidos de uma cultura organizativa enraizada, os altenhos desenvolveram ao longo do tempo um rico tecido associativo, sendo as organizações vicinais as mais estendidas no território altenho.

Na sequência buscamos desenvolver com mais detalhe esses dois aspectos: o desenvolvimento de uma contenciosidade urbano-popular e a presença de componentes migratórios decisivos.

5.1.1. Registros sobre o processo de urbanização altenha

El Alto vai construindo sua história “abrindo passagem em relação à cidade de La Paz, primeiro como zona rural, depois como zona marginal” (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p.18), e só mais tarde como cidade. Hoje El Alto faz parte da área metropolitana de La Paz. Sua localização, na chamada meseta altiplânica, lhe confere características ambientais que desafiam permanentemente seus moradores. Seu clima é frio ao longo de todo ano, no entanto, os índices de irradiação e insolação são altos, em virtude do ar rarefeito com escassa

umidade, o que impede a difusão do calor. Cotidianamente o território altenho é também confrontado por ventos intensos que serpenteiam pelas ruas e avenidas da cidade favorecendo o acúmulo de areia e processos de erosão eólica; ademais secas também são frequentes (GUZMÁN, 2005, p.8). As dificuldades para se estabelecer em El Alto, ante condições ambientais tão desfavoráveis, encontrou sua contra face nas expectativas de "fazer a vida" na "cidade prometida" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989), designada assim por sua posição estratégica em relação à La Paz. A foto abaixo, certamente antiga, registra parcialmente a forma de ocupação da planície altenha, bem como a expansão da mancha urbana de La Paz por sobre suas ladeiras em direção a El Alto com uma clara delimitação entre esses dois espaços sendo fornecida pelo abruto declive do vale profundo no qual se situa à cidade de La Paz.

Figura 1. Vista panorâmica da mancha urbana de El Alto e seus limites com as ladeiras de La Paz

Fonte: Galeria de Mario Duran Chuquímia.
Disponível em https://picasaweb.google.com/mduranch

Além dos aspectos ambientais, desde as primeiras ocupações mais estendidas do território altenho, seus habitantes enfrentam um processo de urbanização marcada pelo abandono e pela postergação de medidas resolutivas. Os primeiros a se assentar

> em terras abandonadas e com um Estado quase ausente aprenderam a enfrentar sua situação e a sobreviver nela. Construíram suas moradias, seus bairros e agora sua cidade a partir de suas possibilidades, experiências e conhecimentos. Desenvolveram formas de atividade econômica com suas próprias regras, aparentemente arcaicas, tanto na organização da produção, comercialização e

> serviços, como nos seus procedimentos técnicos (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 73).

Essa condição urbana precária é um dos aspectos mais importantes, disseminados e estruturais de El Alto, e, não obstante ao longo de seu desenvolvimento tenha ocorrido um processo importante de diferenciação e complexificação do espaço urbano, incluindo áreas melhor assistidas convivendo com outras desprovidas de condições mínimas de infraestrutura e acesso a serviços básicos, a urbanização truncada permanece ainda hoje como um dos traços mais evidentes de El Alto. De uma forma ou outra, no entanto, a população de El Alto tem expressado e alimentado, desde suas origens, "um sentimento de unidade para enfrentar a precariedade de suas condições de vida, sua pobreza e marginalidade, organizando-se em torno de necessidades comuns e específicas para demandar atenção a todo tipo de organismo" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 73).

Até 1930 o território altenho estava escassamente povoado, sendo a maioria das terras de propriedade de um punhado de latifundiários pacenhos[20]. Extensas propriedades rurais dividiam o cenário de ocupação rarefeita com alguns *ayllus*[21] e ainda com algumas instituições estatais e privadas que já vinham se instalando no local. A partir de 1940, inicia-se um processo de loteamento das propriedades de grandes latifundiários, dando lugar às primeiras vilas, sem, no entanto, mudar a fisionomia básica de um território predominantemente rural. O início do povoamento da zona de El Alto está relacionado com o crescimento populacional da cidade de La Paz entre as décadas de 1940 e 1950, logo depois da Guerra do Chaco[22], em virtude do aumento do fluxo migratório do campo para La Paz. O incremento populacional vai levar a população a se distribuir pelas ladeiras da cidade de La Paz e logo impulsionará a expansão da mancha urbana no sentido da região conhecida como La Ceja (sobrancelha, em espanhol), favorecendo um processo de urbanização incipiente da

[20]Relativo a quem é natural do departamento de La Paz ou da cidade de La Paz (capital departamental).
[21] Comunidades tradicionais andinas.
[22]Conflito armado envolvendo Bolívia e Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935, motivado por umadisputa territorial pela região do Chaco, onde se supunha haver grandes reservas petrolíferas. Produzindo um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, além de um grande número de mutilados e desaparecidos. Seu resultado foi a derrota dos bolivianos e a perda de parte de seu território para os paraguaios. O desempenho do exército boliviano, as dificuldades de transporte e abastecimento das tropas foram o estopim para intensas discussões sobre problemas sociais do país. Expôs contradições sociais e provocou crise de legitimidade da elite política, a oligarquia mineradora (centrada na exploração do estanho) e os grandes latifundiários rurais do altiplano (ROCHA, 2007). Nesse contexto, ganha muita força ideias nacionalistas e tem início um vigoroso movimento em torno delas. Para Carlos Mesa, nesse episódio "todo o país teve que enfrentar ao seu fracasso e, sobretudo, pode reconhecer no próprio campo de batalha sua realidade social e suas limitações estruturais" (MESA, 2008, p. 511). Nesse sentido, a derrota na guerra do Chaco "agudizou uma crise ideológica que se expressou no debilitamento dos partidos políticos tradicionais de caráter liberal, na emergência de setores anti-oligárquicos no exército e na conformação de novas organizações políticas de signo marxista e nacionalista na pequena burguesia urbana" (MAYORCA, 2003, p. 239).

área, um primeiro impulso mais significativo de expansão urbana em direção à extensa área da planície altenha. Os migrantes residentes em El Alto passaram a engrossar o "mercado laboral da cidade [de La Paz], principalmente no setor de construção, jogando El Alto um papel de 'cidade dormitório' de caráter passivo e mentalidade rural" (GUZMÁN, 2005).

O impulso migratório e a incipiente expansão da urbanização são intensificados na medida em que com o despontar de forças antioligárquicas, que logo conduziriam a Revolução Nacional de 1952[23], se produziu um quadro de ameaça de expropriação das terras altenhas concentradas entre alguns poucos latifundiários, o que os levou a uma expansão dos loteamentos na região. Antes de 1952, El Alto já possuía 6 vilas/bairros, Villa Dolores, 12 de Octubre e Bolívar A, no setor sul, e 16 de Julio, Ballivián e Alto Lima, no setor norte. Nesse momento não havia diferenciação mais evidente entre zona urbana e comunidades campesinas.

Logo após o triunfo das forças revolucionárias em abril de 1952, El Alto passou a ser vista, definitivamente, e dentro dos planejamentos do governo revolucionário, como área de expansão da cidade de La Paz, sempre premida por suas limitações geográficas. O Movimento do Nacionalismo Revolucionário (MNR), partido que assumiu a condução política do processo revolucionário[24], desenvolveu uma política de loteamento oficial organizado pelos

[23]A Revolução Nacional de 1952 consiste num processo transcende na história da Bolívia, que produzirá efeitos profundos em todo país, tendo seu momento mais significativo entre os anos de 1952 e 1964 (o chamado ciclo da Revolução Nacional). Por sua magnitude, alguns autores dirão que a "história contemporânea da Bolívia começa com a Revolução Nacional de 1952" (GUIMARÃES et al., 2009), ou, na mesma direção argumentarão "ser impossível compreender a Bolívia de hoje sem entender a significação da Revolução" (MESA, 2008, p. 513). Ela teria sido "mais avançada que a maioria dos processos de mudança ocorridos na América Latina" (GUIMARÃES et al., 2009, p. 13), sendo comparável apenas à Revolução Mexicana e à Revolução Cubana. Dentre as muitas medidas impactantes do governo revolucionário temos a realização de uma ampla reforma agrária, que acabou com a *pongueaje* (forma serviu de trabalho indígena baseada na prestação de serviços gratuito aos proprietários de terra); estabelecimento do sufrágio universal; uma reforma educativa e uma participação destacada do Estado na economia, com nacionalização das minas e o desenvolvimento de uma política econômica com base em empresas estatais na área de mineração e energia. Estruturou, assim, o chamado Estado de 1952 que seria vigente até 1985.

[24] Em 1941, funda-se o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), tendo a frente nomes que terão influência marcante na história política do país ao longo de décadas, Paz Estenssoro, Hernán Siles Suazo e o líder sindical, Juan Lechín. O MNR chega ao poder, através de uma insurreição armada em abril de 1952 (depois de ter vencido as eleições de 1951), liderando uma coalizão que encerrou um período de seis anos de governos conservadores, abrindo o chamado ciclo da Revolução Nacional (1952-1964). O MNR foi o grande articulador do sentimento de inconformidade de amplos setores sociais bolivianos com a condução política oligárquica. Constituído com base em nacionalistas do exército e jovens intelectuais das classes médias urbanas, ele pode disseminar entre a população urbana de diferentes regiões do país as bases de um nacionalismo revigorado e atuante. O governo revolucionário do MNR contou, de maneira muito enfática, com a participação de sindicatos operários (agora reunidos na Central Obrera Boliviana, formalizada poucos dias após a tomada do poder), instituindo um co-governo entre MNR e COB, e adotou políticas nacionalistas de fomento do desenvolvimento nacional, como nacionalização das minas, que representaram uma ruptura radical com o passado. Ao obter a liderança da Revolução de 1952, o "MNR fará que seu projeto partidário desdobre-se em toda uma concepção de mundo emitida desde o Estado, dando lugar a uma reforma moral e intelectual que criará uma hegemonia político cultural de trinta e cinco anos de duração em toda sociedade boliviana, independentemente de se os

chamados *comandos zonais*, um tipo de organização com forte inserção nas vilas e vinculado diretamente à estrutura organizativa do MNR (CALDERÓN; SZMUKLER, 2000).

Embora se tenha assistido a uma expansão inicial e a algumas conquistas localizadas, o período do ciclo da Revolução Nacional, que vai da insurreição de 1952 ao golpe militar de 1964, não trouxe a consolidação de uma política melhor estruturada em favor do desenvolvimento urbano de El Alto, mas apenas ações governamentais isoladas. Nesse período, El Alto se consolida como um bairro marginal da cidade de La Paz, e será apenas na década de 1960, que a imagem de um território parcamente urbanizado ou despovoado começa a se modificar com a intensificação de fluxos migratórios e a acelerada ocupação da planície altenha.

O início do processo de urbanização da zona de El Alto revela aspectos que permanecerão presentes, de uma forma ou outra, ao longo de todo desenvolvimento urbano da área, sendo desdobrados com suas particularidades ainda nos dias que correm, instaurando uma contenciosidade urbano-popular que está na base de um número muito significativo de processos organizativos e de mobilização envolvendo os atores altenhos. Um primeiro problema que os migrantes tiveram que enfrentar esteve relacionado à especulação imobiliária e à falta de planejamento em relação aos lotes. O processo de urbanização vai se caracterizar pela existência de uma forte especulação imobiliária conjugada a uma prática de loteamento que, embora parecesse, em alguns casos, muito atrativo para investimentos, carecia de planejamento, não contavam com a disponibilidade de infraestrutura necessária e de serviços básicos instalados, como, por exemplo, serviço de água potável (GUZMÁN, 2005, p. 16), o que está associado à debilidade crônica dos governos e instituições estatais, de assegurar medidas e recursos no sentido de garantir condições mais satisfatórias de vida no ambiente urbano que se projetava. Nem os governos nacionais nem os governos locais conseguiram gerir o processo de urbanização de El Alto de maneira planificada. Combinado a este aspecto, tem-se a debilidade do desenvolvimento econômico mais formal e sustentado como um traço estrutural desse processo de urbanização.

O primeiro fluxo migratório mais vigoroso se estendeu de 1956 a 1976, e foi causado, em parte, pela reforma agrária de 1953. Por motivos variados a Revolução Nacional produziu como um dos seus efeitos uma intensificação do crescimento urbano em virtude do aumento das migrações do campo para a cidade. A forma como se realizou a reforma agrária na

---

sucessivos golpes foram civis ou militares" (LINERA, 2008b, p. 374). Nessa mesma direção, Luis Antezana argumenta que a partir de 1952, o "nacionalismo revolucionário", enquanto matriz ideológica e discursiva, "ocupa o centro do poder estatal boliviano" e se torna uma das "condições orgânicas do exercício do poder" (ANTEZANA, 1983, p. 61).

Bolívia, com a opção por um sistema de minifúndios (o parcelamento da terra em pequenas unidades) resultou, com o crescimento das famílias e seu impacto nas condições de trabalho e na produção para subsistência, num processo de "auto-expulsão" dos agricultores de suas terras, em busca de melhores condições de vida nas cidades (PEREIRA, 2004; DO ALTO, 2007; ROJA, 2007).

Além da chegada de migrantes indígenas campesinos[25], também se assiste, na década de 1970, à acomodação em El Alto de um componente tipicamente urbano, produto do transbordamento populacional de setores urbanos de estratos sociais mais baixos da cidade de La Paz como operários, professores, etc. Com o objetivo de expandir a cidade de La Paz no sentido de El Alto, reduzindo a pressão populacional na qual se encontrava a cidade, se criou um plano emergencial de moradia, que construiu habitações populares a baixo custo, através das quais foram criadas zonas como Ciudad Satélite e Río Seco. Nesse período há um crescimento vigoroso de El Alto, sua população se multiplicou em mais de 15 vezes, alcançando os 95.000 habitantes. No final da década de 1970, El Alto já contava com cerca de 140 bairros e vilas (SANDOVAL; SOSTRES, 1989).

Mas foi na década de 1980 que se assistiu o maior crescimento urbano de El Alto, quando se incrementa o fluxo migratório desde províncias do próprio departamento de La Paz e de centros mineiros. Desata-se, nesse momento, uma segunda grande onda de migração para El Alto como resultado do desenvolvimento das políticas de reforma neoliberal, que começam a ser implementadas a partir de 1985. Os principais protagonistas desse fluxo migratório foram os ex-trabalhadores mineiros demitidos massivamente em 1985, depois do fechamento das minas sob o controle da empresa estatal de mineração, a Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL). Ao chegaram à cidade esse setor se orientou principalmente para os setores de comércio e transporte.

A taxa de crescimento de El Alto é uma das mais altas do mundo o que provavelmente já a converteu em segunda maior cidade da Bolívia (atrás apenas de Santa Cruz de la Sierra). Tomando como referência dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) e do Censo Nacional de Población e Vivienda (CNPV) de 2001, verificamos que para esse ano El Alto possuía uma população total de 649.958,0 habitantes. Com base nesses dados e utilizando

[25] Na Bolívia é bastante comum a distinção entre indígenas e indígenas campesinos. Usualmente com a categoria *indígena* se designa os "povos originários" habitantes nas terras baixas (incluindo a região amazônica). Já com a categoria *indígenas campesinos* se designa a população indígena, aimará e quéchua, que vive nas terras altas ou região andina. É nesse sentido que, para os objetivos deste trabalho, utilizaremos a categoria *indígena campesino*. Para uma discussão bastante consistente sobre esse tema ver, por exemplo, o clássico **"Oprimidos pero no vencidos"**, de Silvia Rivera Cusicanqui ([1984] 2010).

como parâmetro para a projeção da população atual a taxa de crescimento que El Alto apresentou entre os Censos de 1992 e 2001, de 5,1%, a maior do país (INE, 2001), El Alto deve contar hoje com mais de 1 milhão de habitantes, algo projetado por vários estudiosos (GUZMÁN; PRADO, 2005).

Ante o crescimento vertiginoso de El Alto e a manutenção de problemas estruturais como ausência ou debilidade de infraestrutura e serviços básicos, combinados à falta de capacidade dos governos nacional e local em responder à situação, vai se configurando um acúmulo de demandas não resolvidas, gerando um quadro permanente de insatisfações na população altenha, expresso em demandas e reivindicações de numerosas organizações.

Para apreensão da situação socioeconômica da população altenha, podemos nos referir ao nível de pobreza que apresenta. Seguindo parâmetros definidos pelo INE, órgão oficial do governo boliviano, para verificação da incidência da pobreza na população altenha através dos critérios de satisfação ou não satisfação de necessidades básicas, chega-se a números bastante expressivos. O conceito de "necessidades básicas satisfeitas" compreende o acesso a moradias construídas com materiais de boa qualidade, o acesso a maior parte dos serviços básicos, níveis de educação adequados e acesso a serviços de saúde. Segundo dados apresentados em relatório do INE em 2004, difundidos em Guzmán e Prado (2005), apenas 7,29% da população altenha tinha suas necessidades básicas plenamente satisfeitas; 25,3% se encontravam acima da linha da pobreza; 48,13% apresentavam um quadro de pobreza moderada, isto é, apresentam uma condição de vida ligeiramente abaixo da linha de pobreza; e 16,68% eram indigentes, viviam muito abaixo da linha de pobreza.

Ainda de acordo com Guzmán e Prado (2005, p. 169), para o início da década de 2000, vários estudos têm revelado que as principais carências da população altenha estão referidas ao saneamento básico, atingindo 78,2% da população; deficiências nas condições de moradia, problema enfrentado por 73,7% dos altenhos; além de carência de acesso aos serviços de saúde e ao sistema educativo atingindo, respectivamente, a 68,2% e a 64,1% dos altenhos. Números que apontam a magnitude e permanência de problemas estruturais que foram se desenhando ainda nos primeiros impulsos mais significativos de povoamento e urbanização de El Alto.

Ademais, como consequência do vigoroso crescimento populacional altenho se recrudesce ainda mais a precarização e debilidade da estrutura de trabalho local. Apesar de El Alto apresentar algumas importantes indústrias assentadas em seu território, incentivadas por de sua peculiar localização geográfica que abarca as principais vias de comunicação entre a

cidade de La Paz e o resto do país e com países vizinhos, esses empreendimentos industriais, mesmo absorvendo mão de obra local, não tem conseguido gerar, como observa Guzmán (2005, p. 17), melhoras significativas do ponto de vista econômico e social no entorno imediato. Historicamente não conseguiram reverter a situação característica de um desenvolvimento industrial extremamente débil, que, associado à escassa capacidade dos governos em estimular a geração empregos formais e de maneira sustentada, terminou por conduzir a maioria da população altenha ao que García Linera chamou de "auto emprego" ou emprego por conta própria. Especialmente com a implementação das políticas de reforma neoliberais a partir de 1985, o "auto emprego" se converteu na principal característica laboral: no início da década de 2000, entre os ocupados, 69% se encontravam na informalidade, absorvidos no setor comércio, em atividades artesanais e nos setor de serviços. Evidencia-se também, além da informalidade do trabalho, uma presença significativa de pequenos empreendimentos familiares e microempresariais, aspectos que levaram García Linera a identificar uma condição que "sintetiza um componente hibrido e fragmentado que caracteriza a nova condição operária" na Bolívia (LINERA apud PUENTE; LONGA, 2007, p. 100).

Destaque deve ser dado para o setor de transporte coletivo realizado através de taxis, vans e velhos veículos *dogdes* da década de 1950-1960, e para o setor de comércio varejista realizado em ruas, avenidas, praças e mercados com produtos variados, desde gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal até eletroeletrônicos contrabandeados. Esses dois grupos além de absorverem contingente muito expressivo da população, criaram importantes organizações para defender seus interesses.

Cabe salientar que, em virtude da forte presença migrante indígena campesina, e especialmente quando se instaura um quadro de crescimento acelerado e desordenado com acúmulo de demandas e necessidades insatisfeitas, El Alto passa a ser crescentemente estigmatizada por setores urbanos ocidentalizados, particularmente pacenhos, e invariavelmente constituídos por brancos e mestiços letrados, como "cidade problema", lançando toda sorte de preconceitos e discriminações sobre sua população[26].

Com o passar das décadas, o processo de urbanização vai fazendo de El Alto um espaço urbano e semi-urbano plural, heterogêneo e diverso, o que resulta, em grande medida, da convivência de diferentes componentes migratórios que foram acolhidos por El Alto, como os indígenas campesinos, especialmente de origem aimará e originários de províncias do

[26] Não foram raras as vezes que, em relatos colhidos em entrevistas com atores vicinais, e mesmo em conversas mais banais ao longo do período do trabalho de campo, e ainda em registros eloquentes realizados através do cinema boliviano, como no filme Chuquiago (1977), de Antonio Eguino, esse tema veio à tona.

próprio departamento de La Paz, setores urbanos de estratos mais baixos da cidade de La Paz que encontram incentivos para estabelecer residência no território altenho; setores constituídos por ex-trabalhadores mineiros, e outros grupos minoritários que também confluem para El Alto. Essa convivência gera uma multiplicidade de costumes, práticas e saberes, que resultam também num nível de contenciosidade que cobra relevo na dinâmica cotidiana da urbe altenha.

No seu processo de urbanização, na medida em que se ampliava a população e a ocupação espacial do território, foram se conformando diversas divisões interna, não apenas referidas a cada bairro/vila (chamadas comumente de urbanizações e zonas), mas também contemplando unidades territoriais e administrativas maiores como distritos (que reúnem um conjunto de bairros/vilas) e setores (norte, sul e central). Essas divisões em setores, distritos e urbanizações/zonas refletem, em grande medida, a presença nesses territórios de determinados componentes migratórios que ali se assentaram. De modo que no setor norte predomina a presença de uma população indígena campesina oriunda de províncias que se encontram exatamente mais próximas ao norte do território altenho, o que facilita a manutenção de um fluxo sustentado entre campo e cidade; enquanto o setor sul abriga de maneira mais destacada um contingente significativo de trabalhadores fabris, além de componentes migratórios constituídos por ex-trabalhadores mineiros e, massivamente, uma população indígena campesina oriunda de províncias mais ao sul de El Alto. O setor central tem fisionomia mais comercial e abriga instalações de órgãos da administração pública. Diferenças significativas podem ser apreciadas também na composição populacional, sociocultural e identitária de cada vila/bairro, de tal maneira que El Alto não se conforma como território com composição social homogênea. Todavia, a despeito dessas diferenciações e de toda complexidade envolvida, um argumento comum e bastante generalizado é o de que a origem aimará da maioria de suas habitantes (expressa em vestimentas, utilização do idioma aimará de maneira bastante disseminada, sotaque, sobrenomes, etc.) funciona como uma matriz identitária que confere certa unidade a população altenha.

A distribuição espacial de El Alto entre os setores norte, sul e central, se explica em parte por ser um território que abarca duas rodovias fundamentais: uma que conduz ao vizinho departamento de Oruro; e outra que conduz à região de Copacabana (ao Lago Titicaca), e daí até o Peru. Nesse sentido, "o povoamento e a urbanização de El Alto se beneficiaram de um intenso tráfego e fluxos de movimentos comerciais, o que terminou incidindo no seu acelerado crescimento demográfico" (PRADA, 2005, p. 31).

Atualmente El Alto possui 14 distritos municipais distribuídos nos três setores da cidade, sendo três deles distritos rurais. Como unidades administrativas, cada distrito possui uma subprefeitura. Uma configuração territorial administrativa que resulta de uma longa trajetória do processo tortuoso de urbanização, no qual ainda nas primeiras décadas de povoamento, moradores organizados produziram as primeiras interpelações à subordinação e marginalidade do território altenho em relação à estrutura administrativa da cidade de La Paz, bem como às visões estigmatizadas e estereotipadas projetadas sobre El Alto e amplamente disseminadas. Como resultado dessa percepção de marginalidade, vários atores sociais altenhos demandaram autonomia administrativa em relação à La Paz, condição entendida pelos próprios moradores como necessária no sentido de assegurar melhores condições de enfrentamento aos problemas urbanos e sociais. Ao final de um longo processo de luta e negociação, El Alto deixa de ser uma zona distante e marginal da cidade de La Paz para se tornar cidade autônoma. O primeiro passo nesse sentido veio em 1970, quando começa a funcionar a subprefeitura de El Alto como distrito municipal da cidade de La Paz. E, finalmente, em 1988, El Alto obtém o tão alentado título de cidade. A luta pela autonomia administrativa em relação a La Paz é crucial na construção de uma "identidade altenha".

Todos esses aspectos, relacionados a uma urbanização truncada e à busca de apropriação do espaço urbano por parte de diferentes atores, demarcam sentidos de contenciosidade urbano-popular que estarão na base dos processos organizativos e de mobilização da população altenha. Passamos agora a outro aspecto chave: a presença de determinados componentes migratórios que contribuíram, decisivamente, na construção do destacado perfil organizativo e de mobilização que caracteriza a população altenha.

5.1.2. Presença dos componentes migratórios em El Alto

> Yo creo que acá en el sector [sur, distrito] 8 ¿no? especialmente Atipiris… Atipiris estamos a diferentes lugares, diferentes provincias, pero mayormente de sector sur [del departamento de La Paz], Aroma, Pacajes, Loayza…, también los de Oruro ¿no? muchos de provincias de Oruro… esa gente radican en ese sector, también por ese paso a sus provincias porque difícilmente uno de provincia Aroma va a vivir al lado de Río Seco [sector norte de la ciudad de El Alto], no puede porque es doble pasaje todo aquello, está más cerca y puede ir y alcanzar un presupuesto más […] la mayoría de nosotros son provincianos, he venido a vivir hace 15 años aquí en [El Alto de] La Paz… La grande parte de los vecinos que radican acá están con sus provincias, sembradío más que todo, porque mucha gentes tiene actividades informales, trabajos laborales informales, entonces necesitan de esa ayuda […] entonces son una función doble más o menos, asistir a tu zona, a las asambleas, a las reuniones… en el campo es más exigente todavía, entonces, yo creo que en ese sentido, trabajamos en cuanto tema dirigencial siempre… [Macário Tola, Junta Vicinal de Villa Atpiris].

Recursos socioculturais, políticos, organizativos e de mobilização dos componentes migratórios indígenas campesinos, especialmente de origem aimará, e do componente migratório constituído por ex-trabalhadores mineiros, trazidos à cidade e desdobrados nas estratégias de sobrevivência e inserção desses grupos migrantes no espaço urbano altenho, favoreceram trajetórias particulares de bairro/vilas, de suas juntas vicinais e de outras estruturas de organização e mobilização.

Os grupos migrantes foram se distribuindo pelo espaço urbano (e rural periférico) altenho, em muito, conduzidos por uma tendência de agregação territorial por atração sociocultural, premidos pela necessidade de assegurar a criação de formas compartilhadas facilitadoras de inserção coletiva e individual no espaço urbano, a partir da manutenção seletiva de referências organizativas de seus lugares de origem.

Em suma, o aspecto importante a ser retido aqui é que a procedência do migrante se converte em fator de coesão sociocultural em bairros/vilas, uma vez que os "identifica com uma origem e história comuns", constituindo-se como uma "base para se desenvolver práticas de solidariedade e cooperação, e para identificação coletiva" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p.88). Em zonas constituídas por migrantes de 1ª ou 2ª geração, a constituição não só das juntas vicinais, mas também de outras organizações, é marcada, em geral, por um tipo de experiência organizativa trazida pelos componentes migrantes "que se desenvolve e se recria em um ambiente urbano" (LINERA et al., 2008, p. 601). Essa tradição/experiência é recriada num processo por meio do qual se lança mão de estratégias de inserção coletiva e individual no espaço urbano.

Então, no desenvolvimento de estruturas organizativas vicinais e outras organizações altenhas, os componentes migratórios em questão exerceram e continuam exercendo uma importante influência. Esta, por sua vez, é sentida com alcances e intensidade variados a depender de fatores diversos, sendo alguns bastante evidentes, como: (a) prevalência ou significativa presença demográfica de um grupo migrante de referência, indígena-campesino ou constituído por ex-mineiros, no espaço territorial de um bairro/vila altenha; e uma (b) maior ou menor capacidade do grupo migrante de referência de influir através de recursos socioculturais e políticos que lhes identificam como grupo na dinâmica vicinal local e de inscrever em estruturas organizativas e de mobilização, mais ou menos formais e duradouras, ou informais, aspectos ativos que lhes identificam cultural e politicamente enquanto tal. De qualquer maneira, argumentaremos adiante que a presença dos recursos socioculturais e

políticos vinculados aos componentes migrantes fornecem dimensões decisivas para a especificação do "movimento vicinal" altenho, de sua *forma vicinal urbano popular*.

Esse processo de desterritorialização em relação aos seus lugares de origem, e reterritorialização dos componentes migratórios em El Alto, ao mesmo tempo em que confere recursos socioculturais e sentidos de coesão no nível de bairros/vilas altenhas, potencializam também a imbricação de espacialidades locais com espacialidades mais abrangentes, o que explica, em parte, a importância de El Alto como epicentro de alguns dos momentos mais agudos de conflitividade vividos ao longo do ciclo rebelde. Nesse sentido, podemos falar em *matrizes configurativas* associadas aos componentes migratórios, e assim nos referir a matrizes que extrapolam o espaço territorial de El Alto e que, potencialmente, conectam esses atores altenhos a um espaço de articulação política e cultural com espacialidade mais abrangente, regional e nacional, tendo implicações numa virtual disponibilidade de estabelecer práticas articulatórias com espacialidades múltiplas que transcendem o espaço circunscrito do território do bairro/vila e citadino.

Em brevíssimas palavras podemos fixar que a presença de migrantes indígenas campesinos aimarás em El Alto (a maior parte deles com laços mantidos com suas províncias de origem) corresponde à presença de elementos das experiências organizativas dos *ayllus* (comunidades indígenas campesinas tradicionais) e dos sindicatos campesino, da memória das lutas de resistência contra as políticas e estruturas de dominação coloniais e neocoloniais desdobradas no processo de modernização boliviana, bem como da memória de suas rebeliões e de seus repertórios de luta. Por sua vez, a presença do componente formado por ex-trabalhadores mineiros corresponde à presença de elementos das experiências organizativas dos centros e sindicatos mineiros e de recursos discursivos e ideológicos preservados da matriz nacional popular boliviana, do denominado nacionalismo revolucionário[27] que vigorou

[27] O "nacionalismo revolucionário" é entendido como uma matriz discursivo-ideológica (ANTEZANA, 1983); uma "concepção de mundo de caráter contestatório e emancipatório"; uma "narrativa de emancipação social" (LINERA, 2008b, p. 373) que emerge com vigor, depois da Guerra do Chaco, em setores das classes médias letradas, como uma proposta de modernização econômica e construção do Estado nacional, que define como adversário a ser enfrentado, o velho regime oligárquico e patronal (LINERA, 2008b). Surgido "na periferia do discurso liberal", que era "a ideologia hegemônica das oligarquias latifundiária e mineira, que determinaram a vida boliviana" do início do século XX até Guerra do Chaco (ANTEZANA, 1983, p. 64), o nacionalismo revolucionário colocou "em jogo novos elementos ideológicos (soberania, democracia, revolução) no campo de disputa discursiva" o "que testemunha a irrupção de novos sujeitos políticos: a classe operária e os campesinos, que eram convocado nas duas consignas que passaram a ocupar um lugar central nos discursos contestatórios: 'minas para o Estado e terra para os índios'" (MAYORCA, 2002, p. 240). Essas características permitiram desarticular o discurso liberal e ao mesmo tempo substituíram os discursos classistas dos partidos de esquerda. De acordo com Mayorca o discurso do MNR se articulou em torno a três elementos: (a) A interpretação do processo histórico boliviano como um conflito entre duas tendências: uma tendência antinacional e uma tendência nacional que representava a independência e a soberania; (b) A caracterização da sociedade da época como uma estrutura semicolonial que é cindida em dois polos: a oligarquia mineiro-terratenente como expressão

hegemonicamente na sociedade boliviana por mais de 30 anos. Certamente cada um desses grupos migrantes não é homogêneo internamente, há diferenças importantes no que concerne a cada província, área rural, formas mais ou menos tradicionais de organização, e muitos migrantes também se dispersaram individualmente ou em pequenos grupos por diferentes bairros e tendentemente diluíram uma influência mais significativa que poderiam ter enquanto grupo em determinado bairro/vila. Bem como há de se considerar que atualmente parte expressiva da população altenha já não é composta de migrantes de 1ª ou 2ª geração (PRADA, 2005), e sim indivíduos que nasceram na própria cidade, são altenhos de nascimento, embora de qualquer maneira continuem desdobrando e alimentando costumes e tradições vinculadas aos dois componentes migratórios aos quais estamos nos referindo. Buscamos a seguir alguma especificação de recursos prático-organizativos e simbólicos interpretativos vinculados aos componentes migratórios em tela.

O sindicalismo campesino surgiu na década de 1930, como resposta de setores médios progressistas mestiços e crioulos[28] frente ao quadro de dominação oligárquica, e à emergência de grupos indígenas aimarás, quéchuas e urus liderados pelos chamados *caciques apoderados*, que visavam a restituição de terras comunitárias usurpadas por latifundiários e também a direitos de cidadania. No início da década de 1950, esses mesmos setores médios, organizados em torno do MNR, conduziram o processo da Revolução Nacional de 1952, que alentou a proposta de incorporar o índio à "civilização", o que incluiu dotá-lo, massivamente e por via institucional, de um instrumento consoante com projeto de modernização da Revolução, o sindicato, para que pudessem expressar suas reivindicações. Assumir o formato sindical foi requisito para que setores indígenas campesinos fossem reconhecidos como interlocutores legítimos na relação com o governo revolucionário (CUSICANQUI, 2010; ALEJO, 2010; DO ALTO, 2007).

Logo se verificou que o afã de projetar e massificar uma forma organizativa para os setores indígenas campesinos pretendia, além de incluir esses setores no processo de cidadanização e modernização da sociedade boliviana, assegurar a incorporação desses setores de forma a controlar e neutralizar os seus processos organizativos e de mobilização

---

da tendência antinacional, e o povo, constituído pelas classes populares, que eram objeto de exploração e de domínio oligárquico e que representava a tendência nacional; (c) A definição da "revolução boliviana como revolução nacional, quer dizer, antioligárquica e anticolonialista, cujo objetivo era a emancipação do país, como resultado da ação política de operários, campesinos e classes médias, partes indiferenciadas do povo, interpelado como sujeito da revolução em uma progressão imaginária: a massa se subleva como povo em nome da nação que se cristaliza em um Estado soberano" (MAYORCA, 2003, p. 242).

[28] Descendentes de europeus nascidos no continente americano.

próprios que vinha sendo desencadeados com capacidade de desestabilizar a ordem oligárquica através de massivas rebeliões. Segundo Esteban Alejo:

> O MNR fundou nesses sindicatos campesinos a esperança de liquidação do 'problema índio', através de uma dinâmica de cooptação e incorporação que recorria e canalizava uma das demandas latentes que havia animado o então movimento índio e campesino: a luta por uma nova cidadania. Mas isso ao preço de negar outra de suas demandas fundamentais: a luta pela autodeterminação (ALEJO, 2010, p. 70).

O sindicato campesino assumia a forma estrutural hierárquica típica dos sindicatos de trabalhadores assalariados, composta por secretário geral, secretário de relações, etc. por cima das formas tradicionais de organização comunitária indígena campesina, como os *ayllus* e suas autoridades tradicionais, formas enraizada em tradições antigas do mundo andino.

Com a Revolução Nacional de 1952 e a imposição paulatina do sindicalismo campesino se produz uma situação bastante complexa no quadro de organização dos setores indígenas campesinos, especialmente andinos. Esteban Alejo observa duas situações históricas no mundo andino boliviano posterior a Revolução Nacional de 1952:

> [a] Nas regiões com apenas *ayllus*, a presença do sindicalismo foi com frequência apenas superficial. Em alguns casos ficou rapidamente subordinado ao *ayllu* e em outros, gerou conflitos, mas sem chegar a debilitá-lo.
>
> [b] Em regiões que já haviam sido invadidas por fazendas desde a época colonial ou republicana (...) o impacto do sindicalismo campesino teve mais efeito e, depois da Revolução de 1952, se constituiu como um instrumento organizativo que ajudou na expulsão dos patrões e na recuperação de terras usurpadas (ALEJO, 2010, p. 71).

O curso do processo de modernização da sociedade boliviana foi propiciando que essas duas formas passassem a coexistir e muitas vezes se mesclar, notadamente na região do altiplano do departamento de La Paz. Dentro de nossas preocupações nesta pesquisa, independentemente das imbricações e da especificação de diferenças e similaridades existentes entre essas duas formas organizativas, o que é importante destacar é que para ambos os caso, um aspecto decisivo é o principio de auto-organização que terá influência na cidade de El Alto, em seus bairros/vilas.

Tanto nas estruturas organizativas dos aylluscomo dos sindicatos campesinos se assume um conjunto de responsabilidades e comprometimentos que atingem as dimensões organizativas centrais da vida campesina comunitária, configurando-se essas estruturas como

formas de “governos locais”. Essas organizações se constituem tanto como órgãos legítimos de mediação com instituições estatais e outros agentes de interlocução externa, como também representam estruturas nas quais a comunidade local se implica em processos coletivos de caráter consultivo e deliberativos sobre as mais variadas questões que enfrentam na vida cotidiana, conformando um ambiente democrático próprio que ganha muito de sua materialidade mediante as assembleias comunais.

Cabe destacar a importância do princípio de que “a assembleia manda” e o sentido de democracia subjacente. Nos *ayllus*, a assembleia comunal é a

> máxima instância de autoridade e o eixo da vida comunitária (...). Seu poder se estende desde o domínio econômico dos recursos, a administração territorial, passando pela regulação da vida social e política até as celebrações rituais-religiosas. É o centro do poder do *ayllu* e da comunidade. É convocada e presidida pelas principais autoridades comunais [...]
>
> Essas assembleias são fóruns de expressão ampla e um processo coletivo de decisões. Pelo seu grau de participação e pelo seu sentido de respeito mútuo, constituem-se no principal cenário para a prática do *thakki* ou a democracia do *ayllu*. Geralmente os acordos são alcançados depois de largas discussões entre os participantes e estes só se retiram para suas casas havendo conciliado os interesses (ALEJO, 2003, p. 125).

As estratégias de inserção/adaptação ao espaço urbano desenvolvidas pelos migrantes indígenas campesinos passaram, certamente, pelo acionar de muitos princípios organizativos tanto dos *ayllus* como dos sindicatos campesinos, pela apropriação adaptativa e criativa desses princípios nas formas organizativas propriamente urbanas. Os relatos a seguir deixam patente esse aspecto.

> La ciudad de El Alto es una ciudad bien organizada, pero eso de ¿dónde parte? Tú sabes que en la ciudad de El Alto somos migrantes de las provincias, y dentro de las provincias las personas son organizadas, tienen esa sangre de luchar, de organizar, de querer ver su población mejorar, querer ver a sus prójimos ¿no? Ver las necesidades… [Maribel Mita, comitê executivo FEJUVE]
>
> Los principios de la cultura aimara, de la cultura andina, viene, pues, desde los pueblos, porque somos migrantes de los pueblos, de los pueblos originarios ¿no? de ahí viene… como todos somos migrantes, de ahí empieza las necesidades… por eso desde el campo viene un saber sobre cómo organizarse, entonces, para un vecino, para… para organizarse en fácil en la ciudad de El Alto, tomar las riendas para ser dirigente (…) Porque allá en los pueblos cuando uno es dirigente, es elegido por las bases, por los comunarios, tiene que prestar servicio, tiene que prestar servicio sin ninguna ambición, sin ningún mezquindad, uno tiene que servir a las necesidades, cuando hay una necesidad eso tiene que transmitir, tiene que venir de la comunidad hasta la sede de gobierno donde corresponde las autoridades para hacer reclamos… el dirigente viene de las base, viene a cumplir… esa mentalidad tiene el dirigente, porque de otra manera no sería dirigente (…) justamente, a la causa de la migración

> nosotros tenemos ese conocimiento, por eso [es] fácil… aquí en la ciudad de El Alto nos organizamos, y la misma meta, caso lo hacemos ¿no? Por ejemplo, cuando un dirigente y… vecinal de su zona… los vecinos plantean sus necesidades ¿no? alcantarillado, gas a domicilio, todas la necesidades, entonces los dirigentes van a las asambleas zonales, o distritales, plantean sus necesidades y cuando no son escuchados varias zonas nos unimos y luchamos para hacer un reclamo mayor hasta que nos escuchen, entonces las bases también son disciplinados ¿no? Cuando un dirigente lleva, conduce bien su organización… así somos disciplinados… (…) son más respetosos a sus dirigentes, por eso esa unidad existe aquí en la ciudad de El Alto… más que todo la unidad [Vicente Tarqui, ex dirigente FEJUVE].

> ... **para todos los distritos una sola voz, eso es nuestra cultura**… cultura aymará más que todo. 80, 90% que somos de la cultura aymará, entonces nosotros nuestra cultura mantenemos, nuestros costumbres de nuestros ancestros, nuestros festejos, nuestras fiestas, nuestros apellidos… eso legado de nuestros antepasados, entonces yo creo que ese es el nexo para… **para que esta ciudad tenga esa unidad, más que todo, eso es nuestra cultura que dice que si, tenemos que respetar la autoridad, no al divisionismo**… por ejemplo en la ciudad de La Paz, hay FEJUVE del norte, FEJUVE del sur, cuatro, cinco FEJUVEs, ¿te ubicas? Y ninguna tiene ese peso, esa significancia como la FEJUVE El Alto… la FEJUVE El Alto es una sola. Federación de choferes de El Alto, una sola; Federación de gremiales [de El Alto], una sola. Todas instituciones uno. Y **todos respetan las instituciones, pueden criticar [los dirigentes], pueden pisotearnos, pueden insultarnos, pero la institución se respeta.** […] Eso prevalece, prevalece ¿por qué? Porque mucha gente es migrante del interior, da las provincias, de las minas… [y] se acomodan, porque son culturas semejantes, entonces se acomoda a los costumbres… yo **creo que esa es la respuesta de nuestra unidad, el legado que nos ha dejado nuestra cultura, nuestro respeto a la autoridad** [Santiago Márquez, comité executivo FEJUVE].

No entanto, cabe reter que, se por um lado, muitos aspectos organizativos das comunidades campesinas andinas se veem refletidos nos processos organizativos dos atores altenhos, inscrevendo-se inclusive no nível formal-normativo de algumas organizações; por outro lado, o sentido de unidade comunal presente nas comunidades campesinas, o alcance e intensidade das funções desempenhadas nesse contexto, só podem ser atualizados/recriados no espaço urbano, parcialmente. Cobrando maior relevo nos bairros com maior densidade demográfica e sociocultural campesina, quando dominância demográfica se converte em dominância sociocultural territorial com influência na conformação das estruturas organizativas e de mobilização locais.

Noutro registro, o que parece indiscutível em El Alto é a estruturação de redes de parentesco e de compadrio, típicas das comunidades indígenas campesinas, sustentando desde formas de produção de caráter artesanal e de comercialização de produtos provindos do campo, até o desenvolvimento de rituais religiosos e de atividades festivas, com base na afirmação de comprometimentos e responsabilidades compartilhadas, visando assegurar condições de sobrevivência e de manutenção do migrante no espaço urbano.

Através dessas redes de caráter familiar e comunitário se viabiliza o que alguns autoresidentificaram como um prolongamento do mundo rural andino aimará na cidade de El Alto, garantindo a manutenção de um estreito laço que une os migrantes com suas provinciais, seus lugares de origem, como um "modo a mais de assegurar seu trânsito e inserção naurbe. Daí que, seja qual for seu tempo de residência na cidade, os migrantes rurais mantêm laços deparentesco, de interesse econômico - terras, animais, moradia - e um forte apego a sua comunidade" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 39).

Essas redes de interação, que tem um caráter de ajuda mútua, de comprometimentos e responsabilidades compartidos, estruturam-se mediante adaptação e recriação da lógica do sistema de reciprocidade das comunidades andinas, chamado *ayni*, que é fundamental "para a regeneração da vida em estruturas comunitárias andino-camponesas", por se assentar no compartilhamento de "favores que facilitam o intercâmbio de mão-de-obra, produtos e turnos [de trabalho] para apoio coletivo a famílias particulares" que fazem parte da comunidade (IBAÑEZ, 2005, p. 84).

Outro aspecto bastante disseminado em bairros/vilas altenhos é um sistema de advertência local com a utilização de bonecos artesanais pendurados em postes nas ruas e avenidas com inscrição intimidadoras contra furtos, roubos, condutas reprovadas, prática interpretadas como delinquentes etc. Esse sistema consiste numa forma recriada do sistema de justiça comunitária existente em comunidades indígenas campesinas andinas. Nesses espaços a justiça comunitária permite sancionar e punir condutas reprovadas de indivíduos sem a interferência do Estado e seu sistema judiciário, mas diretamente dentro das comunidades e com a condução de suas autoridades locais (MOLLERICONA, 2007).

Um segundo componente migratório que joga um papel importante na dinâmica de organizações sociais na cidade de El Alto, como já salientamos, é aquele constituído pelos ex-trabalhadores mineiros. Em meados da década de 1980 dois fatores se combinaram gerando impactos importantes na estabilidade laboral do setor mineiro em seu conjunto, e detonando um vigoroso fluxo migratório: a crise dos preços do estanho no mercado internacional e o desenvolvimento da chamada Nova Política Econômica (NPE) que trouxe mudanças nas relações trabalhistas e redução dos postos de trabalho em todos os centros mineiros. Com a NEP praticamente todas as empresas estatais de mineração foram fechadas. Mais de 23.000 mineiros foram destituídos de seus postos de trabalho e incluídos no processo que ficou conhecido como "relocalização" (MESA, 2008; PEREIRA, 2007; DE LA VEGA, 2011; 2006), conceito "cunhado pelo governo de então para dar a impressão de que se tratava de

uma população que mudaria de posto de trabalho, o que pretendia esconder a demissão massiva dos trabalhadores mineiros e as escassas condições para se reposicionarem em um novo trabalho urbano" (IBAÑEZ, 2005, p. 86).

Como ex-trabalhadores mineiros "relocalizados", parcela majoritária da população residente nos centros mineiros é convertida em população migrante, peregrinando por diferentes regiões do país, "com todas as conotações que isso implica". Contingentes expressivos de trabalhadores mineiros demitidos, juntamente com suas famílias, partiram dos centros mineiros para as cidades, e entre elas La Paz e El Alto. Ao chegarem tiveram que enfrentar, de imediato, os efeitos da marginalidade urbana (SANDOVAL; SOSTRES, 1989). El Alto acolherá parte significativa desse fluxo migratório, afetando de maneira abrupta sua dinâmica urbana.

O processo de inserção do ex-trabalhador mineiro na cidade de El Alto esteve condicionado pelas características socioeconômicas e culturais da cidade que os acolhia e pelos "valores socioculturais e cargas psicossociais que este transportou de seus lugares de origem". Os ex-mineiros em El Alto mobilizaram estratégias de inserção no espaço urbano a partir da sua própria tradição organizativa bem como de uma identidade cultural e política própria. Os centros mineiros de onde provinham não eram "simplesmente um espaço de produção", consistiam em espaços onde se podia identificar "uma forma de vida e de pensar", com "seus próprios códigos, mitos, heróis e padrões culturais; quer dizer, uma cultura mineira, relativamente distanciada da urbana", o que assegurou recursos de unidade ao conjunto dos trabalhadores mineiros (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 148).

Cobra relevo na construção de uma arraigada identidade política e cultura com base na condição operária e mineira, o fato de as organizações sindicais mineiras terem desempenhado um importante protagonismo nas lutas sociais bolivianas, de forma que os mineiros tornaram-se "portadores de atributos e práticas ideológicas e políticas que os diferenciava do conjunto do movimento operário e popular", e os projetava como "a vanguarda operária" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 153), imagem profundamente enraizada no imaginário político da esquerda boliviana (FAIRTHIG; KHOL, 2007).

Logo que aportaram em El Alto criaram estruturas organizativas próprias centradas na condição específica de mineiros "relocalizados". Por outro lado, surgiram organizações que sob iniciativa de ex-trabalhadores mineiros incorporaram também a outros setores com dificuldades de inserção laboral em El Alto. Num momento posterior, a tendência foi de esvaziamento dessas organizações e de inserção dos ex-mineiros em organizações específicas

já existentes na cidade, onde se fez sentir a influência de seus referentes de luta, de sua tradição organizativa.

As associações de ex-trabalhadores mineiros mobilizaram e coordenaram as lutas dos migrantes de acordo com diferentes reivindicações relativas à inserção no espaço urbano. O direito à moradia foi um dos pontos de partida para muitas dessas organizações, e algumas vezes as ações desenvolvidas colocaram em conflito os migrantes ex-mineiros e os moradores de determinados bairros. Essas organizações se desenvolveram territorialmente, se articularam a partir das necessidades sentidas pelo migrante no nível da inserção nos bairros, e neles se formaram os chamados "núcleos centrais de ex-mineiros" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989).

Um aspecto dos mais importantes é o fato de que mesmo essas organizações estando ligadas à necessidade elementar de proteger a vida dos migrantes ex-mineiros e de suas famílias, também incorporam "outros elementos de solidariedade" e a "vontade de manter sua consciência proletária". Com a criação do Comité Nacional de Trabajadores Mineros Despedidos, instâncias de articulação e coordenação das associações locais, e ainda com a filiação dessas associações à Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), foi atendida à reivindicação dos migrantes ex-mineiros de serem identificados e reconhecidos como "um setor diferente no contexto urbano". As associações de ex-trabalhadores mineiros passaram a participar, como era requerido por seus afiliados, "de formas orgânicas do 'proletariado mineiro'" e, por outro lado, se identificaram "como uma nova categoria social, 'os relocalizados mineiros'" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 159-161).

A criação dessas organizações favoreceu que o setor constituído pelos mineiros "relocalizados" se convertesse num importante referente das lutas sociais em El Alto, algo que vinha sendo buscado, deliberadamente, pelo setor. A convocatória de seu passado e a mobilização permanente de recursos discursivos e ideológicos do nacionalismo revolucionário boliviano, em sua vertente operária e popular, "permite a estas organizações se reconhecerem como portadoras de um projeto nacional libertador; condição que define, além disso, a localização destas no cenário urbano-popular" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 161). A defesa de um projeto nacional popular, que preserva linhas de força do nacionalismo revolucionário, é algo que deve ser pautado à luz de uma disputa hegemônica bastante importante, travada pelos ex-mineiros em El Alto e alhures em posição extremamente desvantajosa. Isto porque, ao mesmo tempo em que chegam à El Alto as levas de migrantes mineiros "relocalizados", o nacionalismo revolucionário boliviano (assim como toda esquerda

do país) entra num processo de debilitamento sem precedente frente à hegemonia que vinha sendo conquistada pelo discurso modernizante neoliberal. Voltaremos a essa questão no capítulo seguinte, cabe nesse momento dizer que não seria demasiado afirmar, que os ex-trabalhadores mineiros em El Alto, consistiram em um dos últimos bastiões do discurso nacional popular, que, combalido pela hegemonia alcançada pelo neoliberalismo a partir da segunda metade da década de 1980, permaneceu em estado de latência ao logo de todo o período de declínio. Nesse sentido, argumentaremos adiante que a tradição mineira recriada na prática cotidiana dos "mineiros relocalizados" nas dinâmicas vicinais locais, jogou um papel importante na articulação das reivindicações de bairro/vila a questões políticas nacionais ao longo das intensas jornadas de lutas ocorridas em El Alto a partir de 2000 e, especialmente, em 2003.

Estudo realizado por Godofredo Sandoval e Fernanda Sostres ainda no final da década de 1980 parece bastante atual quando se constata o ímpeto dos ex-mineiros ao longo das lutas mais recentes inscritas no ciclo rebelde, e de tantos outros altenhos que se inspiram na prática de liderança destacada desse setor. Segundo esses autores:

> O importante para eles é saberem-se parte de uma classe social combativa e esclarecida, e ter um lugar na história nacional. (....) [o setor mineiro relocalizado se considera] como 'chave' capaz de articular as demandas de bairro a um projeto de mudança e transformação da sociedade. Em outras palavras, sua situação como migrantes não impede que se representem a si mesmos como a vanguarda do movimento popular. Freqüentemente, recuperam seu papel protagonista nas lutas sociais do proletário mineiro, para justificar o lugar central que desejam outorgar-se nas lutas de bairro (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 161).

Por fim, é importante destacar que os ex-mineiros foram se distribuindo pela cidade e se concentrando em bairro específicos. Bairros como Santiago II, Oro Negro, Nuevos Horizontes, El Kenko são alguns que devem seu crescimento à migração mineira na década de 1980. Nesses bairros a tradição mineira é recriada e atinge a dinâmica das organizações locais. Aspectos como disciplina sindical, a permanente prática das assembleias, as construções discursivas que mobilizam a memória mineira, a presença de símbolos mineiros em espaços públicos e em sedes de juntas vicinais, tudo isso vai conformando, por sobre o caráter heterogêneo do espaço urbano, uma "personalidade" diferenciada abrangente daquele território.

Cabe agora nos determos no que denominamos *forma vicinal urbano-popular altenha* que não pode ser pensada sem a referência à conflitividade urbano-popular, e tampouco sem a

influência dessa presença de tradições e experiências vinculadas aos componentes migratórios que temos dado destaque.

5.2. Forma vicinal urbano-popular altenha

> las zonas residenciales de la ciudad de La Paz, donde vive la gente que tiene plata, no hay necesidad de junta vecinal, para exigir que lo hagan una acera, para que hagan un adoquinado, sino que el gobierno los pone no más ahí, no es necesario que ellos pidan, que griten, en cambio nosotros tenemos que gritar.
>
> José Montesinos, ex-mineiro e morador de Villa Santiago II

Neste momento buscaremos identificar, descrever e discutir elementos estruturais mais permanentes na trajetória do "movimento vicinal" altenho, isto é, elementos mais persistentes que podem ser identificados, de uma maneira ou outra, atuando em diferentes conjunturas, em diferentes contextos de conflitividade, atravessando de maneira mais estendida a trajetória do "movimento vicinal". Consiste no que definimos como uma *matriz configurativa básica* de um movimento social específico, no caso, o "movimento vicinal". Estamos assim preocupados em definir uma *forma vicinal básica* para El Alto, que, se não for homologável ao conjunto das experiências de organizações vicinais locais, dado a complexidade da urbe altenha, é, certamente, uma *forma* amplamente dominante no espaço urbano da cidade. Essa *forma* deve ser suficientemente dinâmica para reter e expressar a multiplicidade de orientações e configurações produzidas ao longo da trajetória do "movimento vicinal" altenho.

Já salientamos no início deste capítulo que para desenvolver o que chamamos *forma vicinal urbano popular* estaremos nos centrando nos seguintes aspectos: (a) finalidades básicas do "movimento vicinal", com delimitação dos tipos de demandas fundamentais produzidas pelos atores vicinais; (b) recursos e estruturas organizativas e de mobilização mais formais e informais, e, sobretudo, o funcionamento de formas estruturais de organização e de mobilização mais institucionalizadas e duradouras; (c) campo relacional de ação, destacando formas de relação mais persistentes no que tange ao quadro de relacionamentos externos qualificados; (d) marco estratégico básico de ação, que chamaremos de *pragmatismo estrutural*, e, por fim, (e) repertórios de ação mais usuais. Dimensões que, não obstante sejam mais estruturais, permanentes, persistentes, assumem também um caráter flexível e articulável em relação aos contextos de conflitividade.

A definição da *forma vicinal urbano-popular* encontra respaldo no trabalho de dois importantes estudiosos dos movimentos sociais bolivianos, segundo os quais as organizações vicinais locais, isto é, as juntas vicinais altenhas, "combinam permanentemente rasgos de continuidade com elementos dinamizadores"; apresentam "estruturas definidas e consolidadas, que se encontram em permanente câmbio". Em outras palavras: "a funcionalidade destas organizações (...) se expressa de diferentes maneiras, de acordo com a conjuntura e o desenvolvimento das lutas sociais" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 75).

Na sequência descreveremos elementos estruturais constitutivos e o funcionamento básico de juntas de vizinhos, bem como seu surgimento e desenvolvimento ao longo do tempo, e posteriormente os mesmos aspectos em relação à Federação das Juntas de Vizinhos - FEJUVE El Alto. Consideraremos também a FEJUVE porque é indispensável apreendê-la para que possamos produzir uma visão mais abrangente do "movimento vicinal", mas nosso foco está dirigido com maior atenção para as práticas articulatórias vicinais locais. Esse esforço foi realizado a partir da combinação de múltiplas fontes de informação: uma pequena bibliografia disponível sobre o tema; materiais documentais produzidos pelo próprio "movimento vicinal" (especialmente regimentos e estatutos), observação da dinâmica vicinal local em distintos bairros/vilas ao longo do período de trabalho de campo, incluindo a observação de vários processos e eventos significativos, e entrevistas com atores vicinais de diferentes bairros/vilas. As informações colhidas a partir dessas fontes foram cotejadas entre si para que pudéssemos alcançar uma apreensão mais fidedigna dos aspectos que arrolamos na definição da *forma vicinal urbano popular altenha*.

Em relação aos documentos, embora possuam marcações históricas específicas, podemos dizer que eles foram válidos para nossos objetivos. Ao longo do tempo as "estruturas vicinais" foram apresentando modificações em função de variados fatores, o que, no entanto, não impediu que identificássemos elementos mais estruturais e persistentes que entraram nas práticas articulatórias em diferentes contextos de conflitividade. O número reduzido de documentos também não resulta numa limitação para nossa análise. Pela qualidade das informações que aportam, acreditamos que foram suficientes para fornecer um quadro representativo das conformações das juntas e da FEJUVE.

Alguns dos documentos que dispomos são estatutos e regulamentos produzidos entre os anos de 1995 e 2010, não desconsiderando a especificidade de cada caso, de cada vila/bairro, esses materiais nos permitem a apreensão dos elementos estruturais que perseguimos, em grande medida, pelo forte processo de institucionalização das organizações

vicinais ao longo de sua trajetória. Em parte, isto resulta de uma exigência de padronização interna do funcionamento das juntas para que pudessem cumprir o papel de interlocutoras legítimas dos interesses dos vizinhos frente a instâncias estatais. São vários os momentos culminantes de institucionalização dessas organizações, visando assegurar tanto legitimidade perante suas bases ou representados, como diante de interlocutores externos, especialmente o Estado. Um processo de padronização de procedimentos internos das organizações vicinais se viu reforçado ainda nos primeiros momentos nos quais vizinhos se empenharam na construção e consolidação de uma estrutura organizativa de articulação e coordenação intervicinal, processo que se completa com a criação da FEJUVE El Alto em 1979. O Estatuto Orgânico da FEJUVE (2001), atualmente vigente, é um exemplo claro disso. Seu texto, ao mesmo tempo em que mantém inalterado o *grosso* do funcionamento institucional da entidade desde sua fundação (algo assinalado na própria apresentação do documento), modificou-se recentemente em aspectos pontuais diante de novas condições institucionais que foram sendo abertas com a promulgação da Lei de Participação Popular (LPP), em 1994, quando as juntas de vizinhos passaram a ser identificadas pelo Estado como Organizações Territoriais de Base (OTBs), reconhecidas juridicamente dentro de um programa de "participação popular[29]". Nesse momento surgem novos elementos de padronização para as juntas de vizinhos, quando os atores vicinais se viram diante da necessidade de adicionar elementos pontuais em seus documentos estatutários e regulamentares num esforço de adequação formal às novas condições de participação abertas. Um desses elementos é a incorporação de conceitos e dispositivos que assegurem uma maior participação das mulheres nas organizações vicinais, estabelecendo, por exemplo, cotas de gênero. Essas modificações, no entanto, não alteraram aspectos básicos mais fundamentais e persistentes relativos ao funcionamento das juntas vicinais nem da própria FEJUVE. Se, por um lado, as normativas tiveram que incorporar uma "linguagem adequada" ao novo contexto de participação, por outro, foram mantidos nos textos, elementos anteriores à LPP, cuja formalização resulta de outras circunstâncias e condições as quais não teremos como aprofundar.

Em suma, estamos, neste momento, imbuídos do propósito de captar aspectos mais estruturais e duradouros das organizações vicinais; aspectos mais dinâmicos de especificação serão captados quando estivermos rediscutindo estas estruturas vicinais a partir dos diferentes contextos de conflitividade que nos propormos a analisar na tese, isto é, quando estivermos centrados nas configurações assumidas pelas *práticas articulatórias vicinais*. Sendo assim, a

[29] Voltaremos a este tema no próximo capítulo.

descrição de estruturas e do funcionamento das organizações vicinais, neste momento, não deve se perder na particularidade das configurações assumidas pelas práticas movimentalistas em contextos de conflitividade específicos. Vez que, como temos asseverado, a delimitação da *forma vicinal* deve possibilitar, ao mesmo tempo em que fixa elementos mais estruturais e duradouros, uma melhor e mais rigorosa observação das configurações particulares das práticas articulatórias vicinais em diferentes contextos de conflitividade, o que faremos no capítulo seguinte, evitando o excesso de ênfase em possíveis aspectos inovadores do movimento e o embotamento de dimensões de continuidade. Noutras palavras: com a delimitação da *forma vicinal* buscamos uma caracterização que nos permita explorar, oportunamente, as diferenças contextuais das práticas vicinais com maior profundidade.

5.2.1. Uma conceituação básica em torno do caráter territorial urbano-popular das juntas vicinais altenhas

As juntas vicinais são organizações que podem ser encontradas em vários países latino-americanos, como Venezuela[30], Chile e Peru. Outras, similares, apareceram noutros lugares, como as associações comunitárias ou associações de bairros no Brasil[31]. Na Bolívia, as primeiras organizações vicinais surgiram ainda na década de 1920, num contexto de incipiente expansão urbana do país (SALDÍAS, 1985). Já em El Alto, elas vão surgir ainda quando a hoje populosa cidade não passava de uma zona distante sob jurisdição da cidade de La Paz, no final da década de 1940, num cenário marcado por uma situação de abandono e de reduzida presença do Estado. Algumas de suas características estruturais mais duradouras, no entanto, vão sendo consolidadas no período compreendido entre 1952, quando se desata o processo da Revolução Nacional, e 1964, quando se assiste a um golpe de estado com repercussões importantes no campo dos movimentos sociais bolivianos. Isto é, muitas das características estruturais surgidas nesse período, se desdobraram em diferentes contextos de conflitividade, ao longo da trajetória do "movimento vicinal", sem que deixassem de ser sentidas marcando um perfil básico das juntas vicinais em El Alto.

As juntas vicinais são entendidas como formas organizativas preponderantes em várias cidades bolivianas e se constituem como "meios privilegiados" para assegurar a sobrevivência

[30] Sobre o "movimento vicinal" na Venezuela, ver o capítulo 3 ("Los vecinos") de **Protesta y cultura en Venezuela**: los marcos de acción colectiva en 1999, coordenado por Margarita López Maya (2002).
[31] Para uma introdução sobre o tema das associações comunitárias no Brasil, ver o texto "As principais formas de organização popular no Brasil" em Gohn (2005).

no espaço urbano, por desenvolver formas de enfrentamento das necessidades básicas sentidas coletivamente no nível dos bairros (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 73). Sua finalidade central é encontrar soluções às demandas de serviços básicos de consumo coletivo em bairros populares (SALDÍAS, 1985).

De acordo com Guevara e Aguilar (2006, p. 87), consistem ainda num "espaço social" preferencial "nos quais homens e mulheres expressam, a partir dos seus bairros, não só suas aspirações e necessidades, mas também - decidem, elaboram estratégias e mobilizam recursos - ações que implicam seus requerimentos", isto é, consistem em "plataformas para estruturar suas demandas". Cottle e Ruiz as identificam como instâncias de "aprendizagem dos espaços públicos, de relação com distintas expressões do Estado e da sociedade civil e, em geral, de interlocução com os outros, do mundo urbano" (COTTLE; RUIZ, 1993, p. 45).

Todas essas definições se coadunam com definições encontradas em relatos de atores vicinais e em documentos regimentais das próprias organizações. Vejamos alguns relatos que põem em relevo razões para a criação de uma junta vicinal, suas finalidades e tipos de demandas:

> … cuando una persona va vivir en la zona, nos hemos comprado un terrenito, luego los servicios básicos no hay, y… tenemos que edificar nuestra casita, y los vecinos… y nos organizamos a luchar por los servicios básicos. Desde ese punto nace la organización en la ciudad de El Alto, **o sea, que no estamos organizando para todo, estamos organizando para reclamar el pan**… **lo primero que se crea en una zona nueva es las juntas vecinales** ¿ya? Y **desde las juntas vecinales empezamos a planificar lo que es que vamos a tener en la zona**, lo primero que tenemos que tener es escuelas para que nuestros hijos no vayan a otra zona que queda muy lejos, entonces lo primero que hacemos es planificar nuestra escuelita. Y quien está haciendo los tramites es el presidente de la zona con el directorio, a veces lo directorio son de 12 o 16 personas, pero el presidente es quien lleva la batuta, lleva la delantera y empieza a trabajar… A veces en la ciudad de El Alto cada vecino da un ladrillo y hacemos dos aulas… siempre estamos luchando por lo que queremos, por que se vamos a quedar de manos cruzadas… por eso El Alto es luchador, como has podido ver [Támara Ibañez, comitê executivo FEJUVE].

> Lo que pasa es que cuando comienza a urbanizarse los espacios territoriales de El Alto, por decirlo, la zona Alto Lima, Alto Lima va concentrando poco a poco la población [que] va llegando de diversos sectores, campesinos mayormente ¿no? O mineros que vienen… **No hay servicios, no hay agua, no hay luz… el Estado nunca atendía con nada, la única manera de poder exigir era través de organización, como es la junta** ¿no? Y de esa forma surgen en 16 de Julio, en Alto Lima, en Villa Dolores, son reivindicativos… **con eso solicitan al gobierno los recursos para que puedan hacer caminos, abrir caminos, extender red de agua, instalar una pileta pública**, entonces tienen ventajas… como decía un rato, semejante a lo que pasa en las comunidades ¿no? [Oscar Osco, ex dirigente da Junta Vecinal de Villa Tunari].

> (…) justamente cuando nace la zona, nace esas reivindicaciones, sueños, de todos los vecinos que van llegando a la zona, **ese es el sueño da cada vecino, tener su colegio, tener su centro de salud, tener una calle con adoquine, una corona de**

> **acera, un empedrado, [por] eso desde que nace una zona, nace un directorio [para la junta vecinal]**… Entonces eso sucede mucho tiempo [Macário Tola, Junta Vicinal de Villa Atipiris].

No Estatuto Orgánico de la FEJUVE El Alto (2001), atualmente vigente, as juntas vicinais são definidas nos seguintes termos:

> Un organismo natural y autoridad comunitaria de carácter territorial, urbano… y cuyo objetivo es promover el desarrollo, defender los intereses, velar por los derechos de los/as vecinos/as.

Já no Estatuto Orgánico de la Junta Vicinal de la Urbanización Atipiris (1995), a junta é definida como

> una entidad de cooperación y de ayuda para el desarrollo de la zona y la instalación de todos los servicios indispensables a las necesidades del vecindario.

Na definição de fins e objetivos da junta vicinal de Villa Atipiris, uma zona com predominância de migrantes indígenas campesinos, registra-se:

> Apoyar a todos los vecinos que habitan en la zona y formar un verdadero Gobierno Comunal en la comunidad y responsabilidad de los dirigentes hacia los vecinos y de éstos hacia los dirigentes, es solidaria y mancomunada, luchar infatigablemente para priorizar e identificar las obras y exigir su ejecución a las Autoridades Municipales y otros para el mejoramiento de la zona, Organizar a los vecinos para jornadas de Acción Comunal, fomentar el aseo y ornato público y etc. (Estatuto Orgánico Junta Vicinal - Urbanización Atipiris, 1995).

De modo geral, as juntas vicinais altenhas foram se consolidando ao longo de sua trajetória como *estruturas organizativas e de mobilização de caráter territorial urbano-popular*, uma vez que estão assentadas no espaço territorial de bairros e vilas onde seus moradores/vizinhos desenvolvem suas experiências cotidianas de vida, e se implicam coletivamente para fazer frente a uma série de problemas tangíveis (concretos, imediatos, básicos) relativos mais diretamente ao característico processo de urbanização truncada experimentado no espaço territorial altenho, à precarização das condições de vidas no espaço urbano, às necessidades de toda ordem enfrentadas pela população no que diz respeito ao acesso à infraestrutura e serviços básicos. Ou seja, problemas vividos coletivamente na dinâmica vicinal local, desenvolvida no espaço territorial de bairros e vilas, são projetados na dinâmica organizativas das juntas vicinais, buscando encontrar nelas legitimidade coletiva e formas acordadas de enfrentamento.

Consistem, assim, em espaços estruturados e preponderantes, no nível da dinâmica vicinal local, para a participação, debate, deliberação coletiva e definição de formas de enfrentamento dos problemas detectados. De tal maneira, são espaços preponderantes e legitimados coletivamente, para a construção de *marcos interpretativos*sobre a situação vivida (prioritariamente no bairro/vila, mas também na cidade e/ou no país, de acordo com articulações possíveis entre esses níveis) e sobre o que deve ser enfrentado, projetando algum significado de injustiça, de negligência de direitos, de condução insatisfatória de ações por autoridades competentes, entre outras possibilidades. Espaços também decisivos para a interpretação do campo relacional de ação, com a definição de agentes e instâncias que possam ser responsabilizados em alguma medida pela situação (identificando-os, por exemplo, como oponentes, inimigos ou adversários). Com efeito, consistem em espaços igualmente decisivos para a definição coletiva de objetivos, demandas e reivindicações, isto é, de fins para a ação coletiva; bem como para a definição de formas adequadas de enfrentamento da situação, ou seja, para a definição de marcos estratégicos e de repertórios de ação, tomando em conta os meios disponíveis e emergentes e os limites e oportunidades que o contexto expõe.

No processo de organização e mobilização vicinal local vão se revelando dimensões de uma contenciosidade premente de caráter urbano-popular, expressa, por exemplo, através da existência de distintas formas de apropriação do solo urbano, do problema da legalização de lotes para edificação de moradias; da forma de apropriação e distribuição dos equipamentos e bens de consumo coletivo, como rede elétrica, rede água e esgoto, telefonia, serviços de saúde, unidades escolares, transporte coletivo, campos de recreação etc. Essas dimensões de contenciosidade podem estar mais ou menos latentes ou explícitas, mas sempre colocando em relevo questões associadas diretamente ao território urbano-popular.

Outros problemas que afligem a vida nos bairros/vilas e que apresentam um caráter mais interno à dinâmica vicinal, como desavenças entre vizinhos por motivos os mais variados, ou entre organizações que atuam no mesmo território de um bairro/vila ou distrito, também podem receber atenção da junta vicinal. Especialmente quando se combina legitimidade institucional da organização vicinal com respaldo do grupo dirigente (ou de parte dele) em desenvolver ações de regulação de dimensões mais abrangentes da vida social e política no nível local, o que inclui mediação de conflitos, promoção e coordenação de jornadas de trabalho comunitário no sentido de melhoramento do bairro, ou em atendimento a uma demanda específica de um grupo de vizinhos ou de uma família determinada (o que, em

muito se relaciona com o sistema de reciprocidade *ayni*), organização de atividade celebrativas como aniversário do bairro, acompanhamento de cerimônias fúnebres etc. Isto ocorre, especialmente, em lugares com maior coesão sociocultural assegurada pela presença e/ou influência do componente migratório indígena campesino e daquele formado pelos ex-trabalhadores mineiros. Para os dois casos, a referência à auto-organização é bastante significativa, e é a junta vicinal que reúne maior legitimidade e prerrogativas institucionais para assumir, de maneira variada, com maior ou menos intensidade e importância, tal função, substituindo o sindicato campesino ou o *ayllus*, no caso dos migrantes indígenas campesinos, e os centros e sindicatos mineiros, no caso dos ex-trabalhadores mineiros.

Diante do que foi dito até aqui, as juntas vicinais altenhas apresentam, enquanto organizações de caráter urbano-territorial, algumas facetas características, articuladas e persistentes, que podem ser encontradas com especificidade em cada caso: 1) consistem em estruturas organizativas e de mobilização, com prerrogativas auto-organizativas, que incidem nas dinâmicas vicinais de bairros e vilas altenhas, conformando formas variadas de autoridade vicinal; 2) consistem em organizações de mediação entre interesses de atores vicinais locais e uma variedade de agentes externos, incluindo, destacadamente, as instituições estatais; e 3) consistem, ainda, em entes reivindicativos que expressam uma conflitividade de caráter urbano-popular.

O caráter territorial urbano-popular dá a marcação de um quadro de contenciosidade associado mais diretamente ao processo de urbanização característico de El Alto e aos tipos de demandas e reivindicações correspondentes, mas também, de uma maneira geral, ao alcance prioritário das ações coletivas vicinais, à definição do seu campo relacional de ação, incluindo oponentes e/ou agentes destinatários de suas demandas e protestos, bem como à definição de marcos estratégicos de ação e repertórios de ação e mobilização básicos. O que não impede, no entanto, que a prática articulatória vicinal projete espacialidades múltiplas em determinados contextos de conflitividade, como veremos.

5.2.2. Demandas urbano-populares e alcance prioritário das ações vicinais

Como vimos, as demandas vicinais dizem respeito a necessidades urbanas básicas tangíveis sentidas coletivamente e enfrentadas pela população altenha no cotidiano de seus bairros e vilas. Nesse sentido, estamos de acordo com Sandoval e Sostres (1989, p. 84) quando afirmam que as juntas vicinais “nascem dentro de uma lógica da sobrevivência onde a

preocupação vital é melhorar o modo de vida dos vizinhos". Este tipo de demanda delimita, por sua vez, o alcance prioritário das organizações vicinais locais, configurando-as como *ações coletivas reivindicativas com espacialidade territorial localizada.* Isto é, o referente das organizações vicinais é "o concreto e imediato das necessidades vitais", que não transcendem, geralmente, as fronteiras do próprio bairro.

5.2.3. Campo de ação, sua forma de relação dominante e a hegemonia do nacionalismo revolucionário no ciclo da Revolução Nacional

Organizadas em torno a necessidades básicas comuns sentidas pela coletividade dos vizinhos de um bairro/vila, as juntas vicinais vão desenvolver, sob determinadas condições de oportunidade e limites, um conjunto de relações com diversos atores sociais e políticos demandando atenção aos seus requerimentos, conformando o que chamamos de quadro externo de relacionamentos qualificados. A construção de demandas e reivindicações por parte dos atores vicinais está inextricavelmente articulada à definição de agentes destinatários dessas demandas, das interpelações e dos protestos vicinais. Esses agentes podem ser, dentre outros, agentes institucionais estatais ou governamentais, partidos políticos diversos, agentes empresariais, sindicatos, igrejas etc. E, a depender de vários fatores intervenientes nas definições dos marcos interpretativos dos atores vicinais, podem ser individuados meramente como agentes destinatários das demandas, como oponentes (adversários ou inimigos), ou como aliados e parceiros, o que joga um papel central na delimitação de cada contexto de conflitividade no qual a prática articulatória vicinal específica está envolvida.

Ao longo da trajetória do "movimento vicinal", e especialmente a partir do período compreendido entre 1952 e 1964, conhecido como Ciclo de Revolução Nacional, foi se estruturando uma *forma de relação* que se tornará dominante no "movimento vicinal", postando, de um lado, os atores vicinais organizados como demandantes, e, de outro, o Estado e os governos de turno (agentes operadores da política institucional, das políticas públicas, das ações governamentais, partidos com poder decisório significativo dentro da estrutura estatal, etc.) como demandados. Estes, ao mesmo tempo em que foram se configurando como os agentes básicos e principais (mas, não os únicos) destinatários das demandas vicinais, foram também, em grande medida, ditando, dentro do processo característico de modernização do Estado boliviano, critérios e formatos regulatórios dessa relação que deveriam ser seguidos pelos atores vicinais para que se garantisse a prerrogativa da interlocução e da mediação dos

interesses dos vizinhos junto às instâncias e agentes institucionais estatais. Assim, o Estado torna-se o referente básico destinatário das demandas vicinais, em virtude, de um lado, do processo de abertura de novos espaços de interlocução a partir do próprio Estado; de outro, de uma percepção bastante consolidada entre atores vicinais, e desdobrada em toda trajetória do "movimento vicinal", de que cabe ao Estado, aos agentes políticos institucionais nas diferentes esferas de governo, produzir respostas aos requerimentos vicinais básicos.

A Revolução Nacional de 1952 produziu impactos importantes no espaço urbano. Foram criados "mecanismos de participação popular na aplicação de políticas urbanas", "medidas como a reforma da propriedade do solo", "políticas de abastecimento e controle de preços de alimentos, e a realização de obras de infra-estrutura". Este conjunto de medidas permitiu que as juntas de vizinhos da cidade de La Paz, que àquela altura abarcava o território hoje da cidade de El Alto, se convertessem "em legítimas representantes da população e dos vizinhos frente ao Estado, e em instâncias de reivindicação de assuntos relacionados com a organização e a legalização do solo urbano e a dotação de serviços básicos" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 76). Em síntese, a Revolução Nacional produziu efeitos importantes como o reconhecimento das juntas como interlocutoras legítimas; fortaleceu a sua dimensão de ente mediador entre vizinhos organizados e as agências do Estado; criou mecanismo de regulação dessa mediação, e, como corolário, produziu uma maior formalização das organizações vicinais como critério para o reconhecimento institucional.

Antes de 1952 existia apenas uma organização vicinal para as nascentes vilas altenhas e não havia um reconhecimento institucional dessa organização. Com a criação das novas condições de oportunidade para as incipientes práticas articulatórias vicinais, os atores vicinais locais, aparentemente com escasso apoio do Estado para solucionar problemas enfrentados, buscam se consolidar, premidas pela exigência de "formalização", como organizações vicinais mediadoras entre vizinhos altenhos e o Estado.

Esse processo é marcado por uma ampla hegemonia do nacionalismo revolucionário em toda sociedade boliviana e pela constituição do chamado Estado de 1952, de maneira que a conflitividade projetada nesse período estava marcada, num nível geral, por divergência em concepções e na condução das reformas esperadas no projeto de modernização que foi desencadeado desde então[32]. Saber dos efeitos concretos das ações vicinais nesse contexto de

[32] Não pretendemos avançar numa especificação sobre a configuração dos contextos de conflitividade locais neste período, porque seria percorre um terreno arriscado, vez que são pouquíssimos os dados disponíveis. De qualquer maneira, talvez possamos afirmar que o contexto de conflitividade local, de maneira geral, dava ressonância ao contexto de conflitividade nacional, constituído, pelo menos em parte, pelas tensões existentes internamente ao processo de modernização impulsionado pelo MNR, entre os próprios atores articulados e

domínio do MNR, e até que ponto pode-se observar, por exemplo, a construção de espaços mais autônomos de decisão na dinâmica das juntas em relação ao "governo revolucionário" e a seus agentes locais, são questões importantes para a delimitação do que chamamos *forma de relação*, mas difíceis de serem perseguidas, pela exiguidade de materiais disponíveis.

No período inicial da Revolução surgiram os comandos zonais, organizações organicamente vinculadas à estrutura partidária do MNR, estes tinham por objetivo, por um lado, impulsionar a criação de organizações que canalizassem demandas produzidas no nível dos bairros/vilas, por outro lado, assegurar que essas organizações e as mobilizações populares estivessem sob controle do MNR (CALDERÓN; SZMUKLER, 2000; QUISBERT, 2003). Pode-se dizer que os comandos zonais atendiam a estratégia de assegurar a hegemonia do MNR nos espaços urbano-populares, e atenuar a conflitividade potencial que poderia ser gerada a partir desses espaços. De tal maneira, criam-se novas oportunidades políticas para o "movimento vicinal", mas se projeta uma condição ambígua, pois os atores vicinais estariam sendo ao mesmo tempo incentivado e controlado pelo MNR. É importante salientar que os comandos zonais tinham a participação de atores vicinais e inclusive de dirigentes de juntas vicinais, não sendo assim uma organização completamente externa à dinâmica vicinal. Atores vicinais desempenharam, nesse caso, um *duplo engajamento*. Segundo Máximo Quisbert (2003, p. 4), o fato dos comandos zonais terem sido controlados por militantes do MNR, fez com que o "movimento vicinal" fosse "subordinado à burocracia patrimonial e paternalista do partido", que, ao mesmo tempo em que abriu o "espaço político à participação das massas", limitou "essa participação às suas formas subordinadas".

A ação fomentadora dos comandos zonais não foi, no entanto, nada desprezível. Eles organizaram os chamados "sindicatos de inquilinos", organização de inquilinos residentes em El Alto que exigia do governo a demarcação de lotes e serviços básicos; coordenaram a distribuição de alimentos à população altenha, e encaminharam as primeiras instalações de serviços básicos: rede elétrica em Vila Dolores em 1955; rede de água potável instalada em Alto Lima em 1957 (GUZMÁN, 2005, p. 16). Dessa maneira, as ações desenvolvidas por comandos zonais parecem se confundir, em termos, com as ações das próprias juntas vicinais.

Sandoval e Sostres (1989, p. 76) identificam um aspecto que teria contribuído para a subordinação das nascentes organizações vicinais em relação ao MNR e seus agentes locais. Os setores urbano-populares de La Paz tinham, nesse momento, "pouca experiência

---

hegemonizados pelo discurso do nacionalismo revolucionário, inclusive atores vicinais, envolvendo divergências entre setores que propunham uma condução mais moderada e outros que defendiam uma condução mais radicalizada das medidas que consistiram na Revolução Nacional.

organizativa, situação que foi aproveitada pelo Estado, necessitado de alcançar uma integração política e ideológica com a população", impondo assim "um estilo de funcionamento às juntas de vizinhos, controladas em sua maioria por militantes do MNR".

Ao buscarem participar nos espaços que foram sendo delimitados pela política institucional do Estado de 52, a partir dos quais requerimentos e demandas puderam ser negociados, tramitados e encontrar possíveis resoluções, foi se convencionando, sendo requerido e admitido, como legítimo, um repertório de ação específico que incluía formas de negociação de interesses vicinais e de participação coordenada, formas que, ao longo do tempo, se tornariam bastante comuns e disseminadas, revelando o que podemos denominar de uma *política reivindicativa de negociação*. Foram sendo projetados critérios de padronização definidos desde a própria política institucional, que incidiram na conformação das práticas articulatórias vicinais, inclusive inscrevendo conceitos e linguagens específicas que logo passaram aos documentos regimentais das organizações.

No entanto, de outra parte, não se pode negar que esse repertório de ação convencional - referido à *forma de relação* entre atores vicinais e o Estado, e que foi se tornando dominante (abarcando participação, negociação, e inclusive pressão e protesto dentro de uma *política de negociação*) -, tenha convivido com outros repertórios, construídos a partir de recursos e estruturas organizativas e de mobilização das próprias juntas vicinais nascentes, além de outros recursos e estruturas disponíveis de maneira mais ou menos difusas no nível dos bairros/vilas, associados, por exemplo, aos componentes migratórios que chegaram à El Alto. Convivência que reflete, desde o início, o caráter articulatório das práticas vicinais que se constituem a partir da apropriação, adoção, desdobramento de recursos disponíveis e emergentes no curso dos conflitos.

Será no final da década de 1970 e inícios da década de 1980, no contexto de lutas nacionais pela recuperação da democracia, que o repertório de ação dos atores vicinais altenhos assume, de maneira mais disseminada, formas mais disruptivas dentro de uma *política de confrontação*. Um acompanhamento das lutas vicinais em El Alto vai revelar uma quantidade imensa de formas disruptivas de ação, indo desde ocupação de prédio público, marchas que bloqueiam fluxos de vias de circulação, greves de fome, etc. A maior ou menor expressividade de um ou outro tipo de repertório articulado aos marcos estratégicos da prática articulatória vicinal projeta contextos de conflitividade específicos, mais ou menos intensificados. Dessa forma, deve-se reter que o "movimento vicinal" comporta tanto

repertórios de ação mais convencionais (ligados a uma *política de negociação*) como repertórios de ação disruptivos (ligados mais propriamente a uma *política de confrontação*).

5.2.4. Pragmatismo estrutural e contingência política

As questões arroladas acima, especialmente pelos tipos de requerimentos e demandas produzidas, vão favorecer a configuração de um *marco estratégico geral de ação* que parece atravessar, como referência prevalente nas orientações políticas dos atores vicinais, toda trajetória do "movimento vicinal" altenho. Chamaremos esse marco estratégico de *pragmatismo estrutural* dos atores vicinais. Isto porque esses atores articulam, dominantemente, *uma política da necessidade projetando uma tendência político-pragmática na ação*. Nesse mesmo sentido, Sandoval e Sostres (1989, p. 85) argumentaram que os atores vicinais se apóiam em "duas ideias-força: a necessidade sentida e o pragmatismo na ação". No entanto, esse pragmatismo assume, como esses mesmos autores observaram, "distintos matizes de acordo com a conjuntura".

A nosso ver, ele tanto pode favorecer, em determinados cenários conflitivos, relações de subordinação dos atores vicinais a agentes dominantes, operadores da política institucional (atores institucionais, como funcionários diversos, parlamentares etc.), como pode, noutros cenários, estar associado a uma disponibilidade latente de produzirem controvérsias mais disruptivas com agentes institucionais e outros agentes enfrentados.

O primeiro caso ocorre quando o fato de os atores vicinais se moverem dominantemente pela premência das necessidades imediatas, produz ou aprofunda uma situação de *vulnerabilidade política e ideológica dos próprios atores vicinais em relação aos mecanismos e espaços referidos à legitimação do processo de modernização do Estado boliviano*. Nesse caso, o que ocorre é que essa disposição pragmática presente na ação dos atores vicinais é, de alguma maneira, *apropriada funcionalmente* por atores institucionais e sociais dominantes para assegurar a relação de dominação. O pragmatismo subordina, dessa forma, uma potencial dimensão política conflitiva da prática movimentalista vicinal, associada aos problemas relativos ao processo de urbanização truncada de El Alto, agindo no sentido de limitá-la a uma expressividade funcional à institucionalidade estatal, ou à manutenção de interesses de atores políticos e sociais dominantes.

Essa vulnerabilidade política e ideológica dos atores vicinais, e os esforços de agentes de poder em se favorecer dela para a reprodução de relações de dominação política, torna-se

evidente ainda nos primeiros momentos nos quais se desatou o processo da Revolução Nacional, quando se desenvolveu "uma particular forma de relação entre juntas de vizinhos e o Estado", que se baseia, "por um lado, no pragmatismo, e por outro, no clientelismo burocrático". A tendência dominante é a de que os atores vicinais busquem aproximações com o Estado e seus "funcionários hierárquicos, no afã de obter serviços e outras reivindicações urbanas". Nessa condição, motivados "por uma lógica pragmática para resolver seus problemas e necessidades", atores vicinais buscaram justificar "seu apoio ou subordinação a instituições, funcionários e autoridades do poder local e nacional". Por outro, internamente, as direções das juntas vicinais, que tem seu funcionamento inspirado em formas de organização democráticas, tenderam a exercer práticas autoritárias e centralizadoras de governo, devido à necessidade de cumprir eficazmente o papel de intermediações e integração política e ideológica entre o Estado e a população, facilitando, dessa forma, as relações clientelísticas com grupos de funcionários, autoridades e instituições (SANDOVAL; SOSTRES, 1989, p. 76-77). Teria sido assim que o Estado absorveu "parcialmente o jovem movimento vicinal, mediante instrumentos de manipulação clientelista que permitem um largo período de lealdade das juntas vicinais altenhas ao MNR" (QUISBERT, 2002, p. 5).

No segundo caso, controvérsias disruptivas em relação a atores institucionais vem à tona ou são aguçadas a partir de condições específicas favorecedoras do desenvolvimento de uma reflexividade conflitiva por parte de atores vicinais. De uma maneira geral, essas condições favorecedoras estão associadas a aspectos variados, como: o recrudescimento da precarização das condições de vida em El Alto, aguçando o sentimento de crise social, com acúmulo de necessidades básicas insatisfeitas; e a percepção de limites da capacidade do sistema político e da política institucional, tal como organizada, em processar resolutivamente as demandas vicinais, gerando um esgotamento da confiança e das expectativas em relação aos arranjos do poder político e seus agentes operadores.

Nesse sentido, estamos de acordo com Sandoval e Sostres (1989, p. 75-77) quando afirmam que na dinâmica das organizações vicinais, "sua atitude submissa ao Estado não nega que possam assumir condutas de oposição frente ao poder institucionalizado, em conjunturas específicas e por determinadas causas". E que mesmo que sejam organizações basicamente reivindicativas, "seu horizonte de luta pode se ampliar, aproximando-se das demandas do movimento popular organizado", especialmente em momento de crise econômica e política de abrangência nacional.

Dessa forma, o *pragmatismo estrutural*, como um marco estratégico geral das ações vicinais, mais do que fechar possibilidades de articulação política da prática vicinal, circunscrevendo-a sempre a uma mesma relação de subordinação e dependência em relação a agentes de poder, representa um decisivo componente de contingência, que assegura que as formas assumidas pelos atores vicinais não ocorram da mesma forma de uma vez para sempre.

Abre-se um leque de possibilidades de construção de práticas articulatórias vicinais com base na capacidade aumentada ou diminuída, dos atores vicinais, em ativar e sustentar espaços próprios de autonomia decisória que desabilitem as relações de subordinação desses atores em relação ao Estado. Configurando-se, assim, na dinâmica interna do "movimento vicinal", um contexto de maior ou menor disponibilidade para que atores vicinais produzam/articulem, a partir de seus próprios recursos organizativos, de mobilização e identitários, disponíveis e emergentes no curso dos conflitos, uma discursividade política conflitiva com características disruptivas e, não raras vezes, bastante radicalizada. Foi o que se assistiu, por exemplo, em vários momentos no período de lutas democráticas (entre 1978 e 1982) e ao longo do ciclo rebelde (2000-2005).

5.2.5. Inflexões na prática vicinal, na forma de relação e nos repertórios de ação: o interregno militar (1964-1978)

Entre 1964 e 1978, período marcado prevalentemente por regimes de exceção na Bolívia, a conformação da prática movimentalista vicinal apresentou importantes inflexões em relação ao período anterior. O regime do general René Barriento, que resultou do golpe de 1964, pôs fim aos comandos zonais e às milícias populares[33], colocou o movimento sindical na clandestinidade e "deixou as juntas vicinais sem acesso direto ao Estado", como isso as relações entre juntas e Estado se debilitam e assumem "formas degradadas" (QUIBERT, 2003, p. 5). Abre-se um período de "etapas críticas" nas "práticas de clientelismo e conciliação entre as juntas e o Estado" (SANDOVAL; SOSTRES, 1989).

Com a desarticulação do governo populista do MNR, tanto juntas vicinais como sindicatos operários foram marginalizados da política, substituídos por uma aliança entre empresários e sindicatos campesinos articulados em torno das Forças Armadas (FF.AA.).Por

[33] Em grande medida, a sustentação do co-governo MNR-COB foi possível pelo estabelecimento das milícias armadas, operárias e camponesas, e pela desmobilização do exército.

outro lado, nesse mesmo contexto de repressão, o "movimento vicinal" altenho permanece no seu processo de organização: os atores vicinais "se recolhem para cobrar maior força, mediante a incorporação de novas juntas que surgem do intenso processo migratório e da extensão espacial da cidade" (QUISBERT, 2003, p. 5-6).

Sandoval e Sostres (1989) trazem outro aspecto de relevo, a afirmação de que, mesmo sob condições de restrição democrática, "a submissão ideológica das juntas ao regime", que pôs em prática uma versão do nacionalismo revolucionário, mantendo intacta a orientação econômica do Estado de 52, tendia a ser alta. O que está em questão é a manutenção da hegemonia do nacionalismo revolucionário enquanto horizonte discursivo articulatório básico de amplos setores da sociedade boliviana. García Linera nos ajuda a entender esse período (que para ele se estendeu do golpe militar de 1964 até 1982, com a reabertura política). Ao longo desse período o campo político boliviano esteve cindido em dois pólos:

> por uma parte, o exército, que fazia o papel de articulador de frações do empresariado, enquanto que a COB desempenhava o centro unificador do nacional-popular de caráter obreiro e urbano. No entanto, esta polaridade era relativa porque se bem entre os sindicatos obreiros e o exército havia uma visão antagônica sobre o sistema político (democracia versus ditadura), em termos econômicos ambas posições compartiam um modelo de economia desenvolvimentista com um Estado produtivo e promotor da modernidade (LINERA, 2008a, p. 12-13).

5.2.6. Inflexões na prática vicinal, na forma de relação e nos repertórios de ação, no período de lutas democráticas (1978-1982)

Mesmo que ao logo do desenvolvimento dos governos militares de turno se tenha assistido a um quadro de submissão ideológica de atores vicinais, o "movimento vicinal" desencadeou importantes enfrentamentos às "instâncias do poder constituído", em virtude "da crise econômica e urbana" que se instaurou especialmente no final da década de 1970, engrossando, assim, a resistência às formas autoritárias de governo no período de lutas pela reabertura democrática: na luta para alcançar um sistema democrático de governo em 1978, quando o governo do general Hugo Bánzer já se mostrava bastante debilitado; durante o golpe de estado do coronel Natuch Bush (1979); e no período curto, mas profundamente sangrento que se abriu com o golpe do general Luís García Meza (1980) (SANDOVAL; SOSTRES, 1989). Por certo, há um nível de articulação entre essas posições conflitivas assumidas no nível local (necessidades básicas crescentes) e as posições nacionais de luta pela redemocratização. Na esfera de influência, e favorecendo um processo de politização dos atores vicinais, esteve a Central Obrera Boliviana (COB), com uma presença muito

significativa não apenas no âmbito sindical propriamente dito, mas também no âmbito mais abrangente da prática movimentalistados setores urbano-populares bolivianos, contribuindo para fomentar momentos críticos na relação do "movimento vicinal" altenho com os governos autoritários.

A conflitividade mais imediata, relativa aos eventos nos quais o "movimento vicinal" fez parte, combina dois aspectos chaves: por um lado, o fechamento dos canais de mediação entre juntas vicinais e Estado, e o debilitamento de redes clientelistas que estavam estruturadas, fazendo com que as reivindicações vicinais ficassem irresolutas; por outro, a intensificação do processo de migração que gerou uma multiplicação de demandas e necessidades insatisfeitas. Nesse sentido, para Máximo Quisbert, foram"as carências materiais" acumuladas "e a perda de espaço político", o que permitiu que "El Alto encubasse um fermento social conflitivo", que não tardaria muito para se projetar fortemente na cena pública no final do regime do general Hugo Banzer, dentro de um processo de "reorganização da sociedade civil" boliviana (QUISBERT, 2003, p. 43). Nesse contexto, desde El Alto, por vários momentos, os atores vicinais emitiram sinais de solidariedade e de disponibilidade de convocatória em relação aos chamamentos da COB.

Nesse período, um aspecto decisivo para o "movimento vicinal" foi a culminação do processo de constituição da FEJUVE El Alto. Cabe aqui um breve registro desse processo. Ainda no período de incipiente expansão numérica das juntas vicinais altenhas, entre 1952 e 1964, também se assistiu ao esforço de criação da primeira estrutura de coordenação intervicinal, isto é, de uma estrutura organizativa e de mobilização de caráter mais orgânico visando propiciar um nível de articulação e coordenação mais efetivo de ações realizadas pelas juntas vicinais já criadas. A primeira estrutura surgiu em 3 de julho de 1957 e correspondeu ao Conselho Central de Vizinhos, que agrupava seis zonas já existentes em El Alto: Vila Dolores, 12 de Octubre, 16 de Julio, Vila Ballivián, Alto Lima e Mariscal Sucre. Favorecendo que o "movimento vicinal" altenho conseguisse, com as primeiras mobilizações vicinais, que algumas zonas obtivessem "apoio estatal para a instalação de água potável, luz elétrica e serviços de transporte, ainda que de maneira ineficiente e parcial e sempre com o apoio complementar do trabalho gratuito dos vizinhos" (LINERA et. al, 2008, p. 592). Foi, no entanto, só no final da década de 1950 e início da década de 1960, quando as juntas de vizinhos passaram a ser criadas em várias zonas, e com uma existência mais organizada, que os "novos atores vicinais superaram a diáspora orgânica, fusionando sua estrutura interna - até então flexível e dispersa - em torno de um eixo central" (QUISBERT, 2003, p. 4).

Ainda no final do ciclo de Revolução Nacional (1952-1964), em 1963, foi então criada a Sub-Federaçãointerina de juntas vicinais de El Alto. O que denota também a conflitividade existente entre organizações de El Alto e La Paz, as primeiras buscando independência em relação às organizações matrizes sediadas na cidade sede do governo nacional.

No período ditatorial, não obstante as dificuldades de mobilização, o processo de construção de estruturas articulatórias e de coordenação de juntas vicinais altenhas continuará em curso. Precisamente em 1966, a Sub-Federação interina de juntas vicinais deixa de ser interina, conformando-se a primeira Sub-Federação de Juntas Vicinais *ad hoc*, agrupando 30 zonas. Esse processo só será concluído em 1979 com a criação da Federação de Juntas de Vizinhos de El Alto, exatamente no período de lutas pela reabertura democrática.

As estruturas de articulação e coordenação possibilitaram uma mais acentuada padronização das organizações vicinais locais, na medida em que foram se estabelecendo critérios comuns para a afiliação à instância organizativa superior. Isto é, na medida em que ocorre a construção dessas instâncias organizativas, há um processo de articulação padronizada das organizações vicinais locais, um nível de padronização requerido para a filiação à estrutura matriz de coordenação. Assim, é provável que formas de organização vicinal com um caráter mais voluntarista tenham sido substituídas em favor de formas organizativas locais mais padronizadas, em virtude do vínculo orgânico intervicinal que começava a se constituir. De qualquer maneira, por outro lado, não se pode negar que para além de elementos padronizados na rotina organizativa local, há uma flexibilidade associada às dinâmicas específicas de bairros/vilas que particularizam determinados perfis de juntas vicinais.

Discutimos brevemente nos últimos itens acima, três diferentes momentos na trajetória do "movimento vicinal" altenho: o período do ciclo da Revolução Nacional (1952-1964), o interregno de regimes de exceção (1964-1978) e o período de lutas democráticas (1978-1982), que são períodos que revelam tanto a consolidação de determinadas dimensões variáveis do campo relacional de ação das juntas vicinais, como inflexões importantes em termos de marcos estratégicos e repertórios de ação, que as orientações dos atores vicinais podem comportar de acordo com diferentes contextos de conflitividade. Um expediente que nos pareceu importante para uma caracterização do que chamamos de *forma vicinal urbano popular* e para a discussão das significações e configurações assumidas pela prática movimentalista vicinal em momentos posteriores na trajetória do "movimento vicinal"

altenho, momentos que colocaremos em tela no próximo capítulo. Na sequência nos deteremos numa descrição da estrutura organizativa e do funcionamento das juntas vicinais e de alguns aspectos da FEJUVE El Alto.

5.2.7. Estruturas organizativas e de mobilização das juntas vicinais

Na medida em que o Estado vai se conformando como o referente básico destinatário das demandas vicinais, especialmente com a abertura de novos espaços institucionais de participação e de interlocução, como já assinalamos, desponta-se também um processo de institucionalização de concepções, finalidades, funcionamentos, estruturas de organização e mobilização que constituem as juntas vicinais e a Federação de Juntas Vicinais; abarcando estatutos, regulamentos, inscrições legais, critérios e procedimentos formais de participação dos vizinhos etc. Desde muito cedo uma tendência à formalização esteve presente, que terminou sendo requerida pela própria modernização política boliviana que, nos períodos democráticos, conferiu às organizações vicinais o *status* de mediadoras legítimas dos interesses vicinais.

5.2.8. Pragmatismo estrutural e o caráter cívico das organizações vicinais

> La FEJUVE es una institución cívica, corporativa, democrática, participativa, apartidista, entonces con eso quiero decir que las demandas más grandes, lo objetivo que más tiene, digamos, es las obras dentro de los distritos [Maribel Mita, comité executivo FEJUVE].

Consta no Artigo 1º. do Estatuto Orgánico de la FEJUVE El Alto de 2001 que: "La Federación de Juntas Vecinales de la ciudad de El Alto es una institución cívica, corporativa, democrática, participativa, apartidista". Já no Artigo 6º., lê-se que entre as finalidades e objetivos da FEJUVE inscrevem-se: "Incentivar, motivar y fortalecer el amor a la patria, sus tradiciones, cultura, costumbres y el sentimiento cívico de la comunidad". Ademais o Artigo 5º. versa que

> La FEJUVE en su calidad de Organización Cívico Vecinal, no admite bajo ninguna circunstancia patrocinio político partidista en su condución, sus lineamentos y acciones; empero respeta el pluralismo ideológico y democrático de sus filiados.

O *pragmatismo estrutural* tem expressão evidente na afirmação do "movimento vicinal" como um movimento cívico, o que se coaduna com um discurso bastante disseminado entre atores vicinais de resguardar suas organizações das práticas de subordinação a partidos políticos e a governos de turno, e manter o foco na necessidade de lutar para assegurar a concretização de direitos, e a resolução de demandas básicas de melhores condições de vida no bairro/vila e na cidade.

O texto de apresentação do Estatuto Orgánico de la FEJUVE El Alto (2001) atualmente vigente, escrito por Victor Hugo Galarreta, então secretario de atas da FEJUVE, traz uma discussão mais recente e detida sobre o significado do caráter cívico vicinal da FEJUVE, e por essa via, do "movimento vicinal" altenho como um todo, avançando numa concepção de civismo vicinal. Apesar de esse texto ter uma marcação histórica específica e trazer elementos de inovação conceitual para o Estatuto de 2001, ele favorece uma aproximação do caráter cívico vicinal como uma dimensão estrutural bastante persistente na trajetória do "movimento vicinal", isto é, um conceito fortemente enraizado e disseminado entre os atores vicinais, que transcende sua pertinência conjuntural. Aspecto que fica evidente ainda na abertura do texto de Galarreta, quando se pode ler que:

> Los movimientos cívicos emergen a finales de los años 60, como instrumentos de intervención entre la sociedad civil y el Estado, para canalizar demandas locales y regionales que mejoren la calidad de vida de sus comunidades, las cuales no siempre son atendidas con la presteza necesaria, siendo frenado por los partidos políticos, las dictaduras del pasado y el centralismo secante del poder.

Buscaremos, então, uma exposição da concepção de *civismo vicinal comunitário* presente nesse documento. A proposta se assenta em quatro pilares que especificam princípios que devem orientar a prática vicinal, isto é, que funcionam como recursos disponíveis na articulação da *prática movimentalista vicinal* altenha. Os pilares são os seguintes: (1) a "força da cidadania"; (2) o "comunitarismo"; (3) o "construcionismo" e, finalmente (4) a "qualidade moral - valores" dos atores vicinais. Em relação ao primeiro pilar, são colocados em consideração os seguintes princípios norteadores: a ação vicinal deve se contestadora da atividade política; a ação vicinal deve ser "Palanque promotor da atividade cidadã" e "Escola da cidadania". Em relação ao segundo pilar, os princípios são os seguintes: ao atores vicinais organizados devem sempre prezar pela *comunidade* vicinal, prioritariamente, em relação ao partido político, ao "grupo de amigos ou conhecidos", aos "interesses pessoais". No que tange ao terceiro pilar, temos os seguintes princípios: os atores vicinais devem empenhar-se na construção de uma "junta vicinal sólida"; na construção de "planos, programas e projetos"; na

construção de uma “nova forma de vida”, uma “sociedade de acordo com nossa realidade”. Já em relação ao último pilar, os princípios são: desenvolver a ação vicinal organizada com base na “ética e moral pessoal”, em comportamentos e condutas honestas e respeitáveis, prezando pela “solidariedade vicinal” e com “capacidade crítica e autocrítica”.

5.2.9. Composição orgânica de cargos na estrutura funcional das juntas vicinais

O processo de institucionalização das organizações vicinais locais levou a que elas adquirissem, apesar de não serem articuladas a partir de uma prática laboral específica, características formais similaridades a de uma organização sindical (SANDOVAL; SOSTRES, 1989; LINERA et al., 2008). As juntas vicinais são compostas por uma série de cargos com atribuições específicas que conformam um comitê ou diretório executivo, cuja gestão tem duração de dois anos. Sendo compostas ainda por instâncias deliberativas, com destaque para as assembleias de vizinhos, ordinárias e extraordinárias, que consistem na máxima instância de *autoridade vicinal*.

A título de ilustração segue abaixo a composição estatutária dos cargos que constituem o diretório executivo da junta vicinal de Villa Atipiris (1995). Entre parênteses está o número de membros para cada cargo:

- Presidência (1);
- Vicepresidência (1);
- Secretaria Geral (1);
- Secretaria de Conflitos (1);
- Secretaria de Atas (1);
- Secretaria de Fazenda (1);
- Secretaria de Vinculação Feminina (1);
- Fiscal Geral (1);
- Secretaria de Obras Públicas (2);
- Secretaria de Participação Popular (1);
- Secretaria de Transporte (1);
- Secretaria de Desporte (1);
- Secretaria de Cultura e Educação (1);
- Secretaria de Imprensa e propaganda (1);
- Secretaria de Assistência Social (1);
- Delegado para FEJUVE (1);
- Porta Estandarte (1);
- Porta voz (2)[34].

[34] Há algumas diferenças na definição estatutária de outras juntas de vizinhos. Surgem outras figuras como a do secretário de organização, e se verifica também a ausência de outros cargos que estão presentes na estrutura organizativa da junta de Atipiris. Verificamos, por exemplo, a ausência, em outros estatutos, de cargos, como: secretário de obras públicas, secretário de participação popular, secretário de transporte, secretário de cultura e educação, secretário de imprensa e propaganda e secretário de assistência social. Provavelmente outros mudam a denominação, mas permanece o conteúdo básico das funções, como é o caso da secretaria de vinculação

Embora haja um número significativo de cargo, conformando um extenso comitê executivo, nossas observações de campo corroboram a afirmação de outros investigadores de que, geralmente, são apenas os membros de algumas secretarias, como a secretaria geral e a secretaria de fazenda/finanças, juntamente com os que cumprem a função de presidente e vice-presidente, que desenvolvem suas funções de maneira mais permanente e concentram as atividades organizativas ordinárias (SANDOVAL; SOSTRES, 1989; LINERA et al., 2008). Nada impede, no entanto, que outros membros desenvolvam uma participação mais ativa nas atividades ordinárias, rotineiras e de caráter mais administrativo das juntas vicinais.

Destaco, nesse momento, tão somente as atribuições do presidente da junta vicinal, para ilustrar que essas atribuições[35], pelo papel que os dirigentes assumem como atores vicinais decisivos, indicam parte importante das possibilidades colocadas para a configuração das práticas articulatórias vicinais (bem como seu nível de institucionalização). De acordo com o Estatuto de la Urbanización de Villa Santa Fé (2010), cabe ao presidente:

> - (…) efectuar la representación legal de los vecinos de la zona o urbanización en todos los actos oficiales, cívicos, sociales, nacionales o extranjeros, seminarios o congresos u otras actividades.
> - Velar la unidad monolítica de la familia vecinal y hacer cumplir los estatutos y reglamentos internos.
> - Hacer cumplir estrictamente las resoluciones emanadas de las asambleas generales como de los congresos ordinarios o extraordinarios de FEJUVE de la ciudad de El Alto.
> - Debe dirigir toda la asamblea general ordinaria o extraordinaria de los vecinos, como las sesiones del directorio.
> - Autoriza los desembolsos económicos al strio. de hacienda para gastos operativos u otros rubros.
> - Debe precautelar las áreas verdes de equipamientos de la zona o urbanización.
> - Supervisar las acciones y funciones de cada miembro de la junta de vecinos.

O comitê executivo tem gestão de dois anos, ao término da qual pode haver renovação através de processo eleitoral mediante voto ou por aclamação pública em assembleia geral destinada para isso, bem como, por esses mesmos meios, pode ocorrer mudança de todos os dirigentes com o início de uma nova gestão. Os membros do comitê executivo não são remunerados para desenvolver suas funções, atuam *ad honorem*.

A eleição de um novo comitê executivo consiste na delegação da representação vicinal, isto é, da prerrogativa de defender interesses coletivos do conjunto de moradores/vizinhos de determinado bairro/vila, a um conjunto mandatário de atores vicinais,

---

feminina, para o caso de Atipiris, e secretaria de gênero e geracional, para o caso do comitê executivo da junta vicinal de Villa Santa Fé.

[35] Inscritas estatutariamente e que consistem, assim, em recursos prático-organizativos.

que passa a cumprir um papel destacado tanto na dinâmica interna de funcionamento rotineiro da junta vicinal, como na dinâmica da vida cotidiana mais ampliada do próprio bairro/vila, especialmente, quando o grupo dirigente assume funções variadas como mediação de conflitos entre vizinhos, entre grupos e/ou organizações atuantes no bairro/vila; condução de festividades locais; administração de sistemas de justiça comunitária (para alguns casos raros); organização dos vizinhos para trabalhos comunitários etc. O comitê executivo também é responsável pela representação vicinal na relação com atores vicinais de outras zonas do mesmo distrito municipal e outras organizações diversas, bem como nas ações relativas à negociação e processamento dos requerimentos e demandas coletivas vicinais frente a agentes diversos destinatários dessas demandas, como funcionários de gestão municipal ou políticos de partidos influentes. Cabe ressaltar que a conformação da estrutura organizativa das juntas vicinais, com seu sistema hierárquico de distribuição de funções entre cargos específicos, implica também uma clara delimitação entre dois atores vicinais fundamentais: atores vicinais dirigentes (representantes formais) e atores vicinais de base.

Cabe ainda o registro de que dirigentes são sempre lideranças (ainda que possam ser querstionadas), mas nem toda liderança é dirigente, isto é, faz parte do comitê executivo da junta vicinal. Observamos casos nos quais o dirigente não desempenhava um papel prévio, destacado, como liderança vicinal reconhecida entre os vizinhos, e sua participação no comitê executivo se deu por uma eventualidade como a falta de nomes para preencher uma "chapa" e concorrer às eleições. Por outro lado, muitos atores vicinais reconhecidos como importantes lideranças no bairro/vila não estão desempenhando ações como dirigentes vicinais, embora quase sempre esse tipo de liderança já o tenha feito. São lideranças que estão atuando, na dinâmica vicinal, como atores vicinais de base.

Existe uma série de requisitos que devem ser observados para que um vizinho pleiteie um lugar no comitê executivo de uma junta vicinal. Esses requisitos podem variar em alguns aspectos, mas não substancialmente (o que aponta, uma vez mais, para uma forte padronização regimental das juntas vicinais). Para o caso da junta de vizinhos de Villa Atipiris, temos a definição dos seguintes requisitos para que o pleiteante possa compor a executiva da junta:

> A) Ser boliviano de nacimiento.
> B) Haber cumplido con el servicio militar obligatorio.
> C) Tener 25 años cumplidos como mínimo.
> D) No haber sido condenado a pena corporal con sentencia ejecutoria por los tribunales ordinarios, ni tener cargos pendientes con la institución u otro.
> E) Tener honorabilidad, buena reputación y conducta intachable.

> F) Ser vecino activo con 3 años de antigüedad como mínimo para ser elegido como miembro.
> G) No tener compromiso de carácter político partidista, etc.
> H) En caso que fuera de un partido, garantizará y dará explicaciones directas.
> I) No ser loteador, ni negociante, ni apoderado, ni empleado de venta de bienes inmuebles.
> J) No podrán participar ex propietarios de la Urbanización hasta 3ª. persona, ni inquilino y otros (Estatuto Orgánico de la Urbanización Atipiris, 1995).

Parte significativa dos requisitos busca evitar choque de interesses entre os atores vicinais e setores enfrentados ou potencialmente enfrentados, e são indicativos de uma contenciosidade significativa que se assenta nas relações, inclusive, entre diferentes setores populares no interior dos bairros/vilas e no espaço urbano mais abrangente da cidade.

Ademais, outras formas e critérios de legitimação para que um ator vicinal possa vir a compor o comitê executivo de uma junta de vizinhos são construídos na dinâmica vicinal mesma, e às vezes "relativizam" os requisitos regimentais, indicados por alguns entrevistados como excessivamente rígidos. Nessa direção, José Montesino, respeitado ex-dirigente mineiro e ex-dirigente da junta de vizinhos de Santiago II, faz o seguinte comentário:

> Del punto de vista social es mucho importante la participación en la junta de gente que conoce la agitación por la idiosincrasia misma del pueblo de la zona; **tiene que ser gente que esté ligada al pueblo mismo para poder colaborar con los vecinos y ver las necesidades que tiene la zona**… que consta en la pauta, se tiene los servicios básicos como son alcantarillado, luz eléctrica, agua y transporte… es lo más importante para que una zona vaya adelante.

5.2.10. Comissões e organização por ruas e "manzanos"

> … la zona Los Andes, aparte de nosotros [comité ejecutivo de la junta vecinal], está conformada por jefes de manzanos y sub-jefes y tiene sus jefes de calle, nosotros tenemos que relacionarnos automáticamente con jefes de manzanos inmediatos porque nosotros no podemos convocar a toda la vecindad de golpe, ellos son los que se comunican… nosotros cada dos meses o cada tres meses reunimos así toda la zona, pero así se trabaja con los jefes de manzanos y jefes de calles, más directo para nosotros [Raúl Choque, Junta Vicinal de Villa Los Andes].

> … en cada calles tenemos un jefe de manzano y ese jefe de manzano tiene que ver todas las calles… ese jefe tiene los nombres de los vecinos que viven en esa calle, pero lamentablemente, esas calles no están empedradas, son de tierra, cuando lloví el agua ataca y ellos dan parte al presidente, vienen avisarle ¿no? entonces le comunicamos con los vecinos, entonces tenemos que salir a ayudarlos por desvío de aguas, alguna cosa tenemos que hacer… no tenemos maquinarias para meternos, para sacar… Para esas cosas mediante un oficio al sub-alcalde les pedimos las maquinarias ¿no? para mejorar las calles, pero lo que falta es recurso económico, nos falta mucho, pero mucha gente no tenemos recurso también, ¿no? [Santiago Mamani, presidente Junta Vicinal de Villa Atipiris].

> Yo ahorita ocupo como jefe de calle, hay jefes de manzanos y también estamos organizados en jefes de calles, en tanto de las calles hay otros vecinos que están metiendo piedras y tierras… nosotros denunciamos ante nuestros directorios, pero ahorita el presidente no está manifestando, entonces están como lagunas. Es tiempo de aguacero, entonces, como es tiempo de la escuela, entonces, los niños están polveándose, y nuestros dirigentes parecen que tienen miedo, pero está muy malísimo, feo está en la zona de Atipiris… [Humberto Apaza, *chefe de calle* Villa Atipiris].

Além do comitê executivo, tem sido bastante comum, no "movimento vicinal", a promoção, por parte do grupo dirigente da junta vicinal, de comissões específicas para tratar de temas determinados. A criação de comissões consiste num importante recurso prático-organizativo, podendo ter vigência mais ou menos duradouras a depender dos motivos pelos quais são criadas. Há comissões que são organizadas para observar, por exemplo, a mobilização em relação a um evento específico, como a celebração do aniversário do bairro/vila; ou ser criada com a responsabilidade de conduzir a mediação de conflitos específicos surgidos na dinâmica vicinal; outras, podem ter por objetivo convocar os vizinhos para a participação em uma manifestação específica, como uma marcha; outras, podem ser definidas para acompanhar problemas surgidos no posto de saúde local ou na escola, entre outros casos que observamos ao longo do trabalho de campo. Por outro lado, há comissões mais permanentes, inclusive com existência inscrita nos documentos oficiais de juntas vicinais, como é o caso do documento Reglamento Interno (1995) da junta vicinal de Villa Atipiris, que prevê a criação de comitês de obras "conforme a requerimentos para la ejecución y entrega de obras". Em comum, temos que a criação de comissões atende a questões de caráter mais temático e com grande relevância para a dinâmica vicinal, envolvendo, prioritariamente, membros do comitê executivo, mas não apenas. A depender da disponibilidade, do tema, das relações conflitivas no interior da dinâmica vicinal, atores vicinais de base podem também compor essas comissões.

Outro tipo de recurso de prático-organizativo é a definição de *delegados* ou *chefes* de ruas ou de "manzanos[36]". Através dessas formas organizativas bastante localizadas, e que podem ser propostas tanto pela própria gestão da junta de vizinhos (o que é mais comum) como à revelia desta (envolvendo, por exemplo, vizinhos de base descontentes com a condução da gestão da junta), se favorece uma dinâmica de base mais ativa e organizada, e também uma conexão mais estruturada entre atores vicinais dirigentes e atores vicinais de base, no sentido do encaminhamento e resolução de problemas experimentados de maneira mais localizada, em cada rua ou quadra, além de favorecer, em muitos casos, maior

[36] Manzanos consistem num conjunto de quadras ou quarteirões.

legitimidade às convocatórias e ações do comitê executivo da junta. Os *delegados* ou *chefes* não compõem o comitê executivo. Algumas vezes eles são indicados pela gestão, outras, pelos próprios vizinhos da rua ou do "manzano", sendo, por isso, atores vicinais muito significativos na prática articulatória local.

5.2.11. Assembleia como instância de deliberação coletiva e de participação democrática

> En las asambleas [ordinarias], exclusivamente llevamos a cabo nosotros [a] cada seis meses, estamos llevándolos y exclusivamente tratamos de los problemas que tenemos, las quejas de nosotros, especialmente la seguridad ciudadana, después las obras como le reitero ¿no? Las obras son las que más también preocupan los vecinos y eso generalmente tratamos, pero, como le digo, se hay algunas demandas sociales, todo aquello, nosotros… tenemos que bajas hasta las bases. Asamblea también para poder definir que… que acciones tomar en diferentes hechos… Nosotros tenemos que gestionar ante la Alcaldía, todo lo que concierne a las obras, a los proyectos, de ahí nosotros también fiscalizamos a nuestras autoridades porque en cierta forma hemos tenido una serie de inconvenientes ¿no? Pero primordialmente nosotros nos limitamos aquí en nuestra zona a satisfacer las demandas de nuestros vecinos, [y] hay una serie de reclamos ¿no? Aspectos inclusive de linderos, desde ahí hasta cuestiones sociales, todo aquello, tenemos que, de alguna forma, satisfacer por medio de instancias gubernamentales, alcaldía, o otras instituciones.
>
> Si, como le digo, el descontento se manifiesta en nosotros en las asambleas que llevamos acá, como le digo a mí me… que yo no he hecho nada, ninguna piedra, como se yo tendría que poner dinero para… no, no es así, es el municipio que está fallando, nosotros estamos insistiendo, hicimos una serie de amenazas, hemos ido de marcha inclusive a la alcaldía, recén nos da una desposta tibia, ni siquiera concreta, entonces el descontento se manifiesta y está ahí, nomás [Francisco Paco, então presidente da Junta Vicinal de Villa Santiago II].

O "sistema de governo" das juntas vicinais pretende ser democrático e participativo. A instância deliberativa principal, máxima autoridade, e lócus onde se consolida uma relação mais orgânica entre atores vicinais de base e atores vicinais dirigentes, é a assembleia vicinal geral, ordinária e extraordinária. A despeito da institucionalidade fortemente hierarquizada de cargos e de distribuição de funções e tarefas que caracteriza a organização vicinal, e da presença de procedimentosbastante formais, inclusive na dinâmica das próprias assembleias, são estes espaços de deliberação coletiva que conferem, mais prontamente, um conteúdo democrático e participativo às juntas vicinais.

A assembleia vicinal é o espaço apropriado para discussão/apreciação/debate coletivo sobre um leque bastante ampliado de temas pertinentes à vida coletiva no bairro/vila, bem como sobre as ações do próprio comitê executivo, de outras organizações vicinais como a FEJUVE, e ainda de comissões encarregadas de determinada tarefas deliberadas. Consiste num espaço privilegiado para produção de consensos e exposição de divergências, para a

fixação de marcos interpretativos e deliberações coletivas sobre requerimentos e demandas, e para a definição de marcos estratégicos e de repertórios de ação. Tudo isso com a possibilidade de ampla participação, com voz e voto, por parte dos vizinhos de base, o que confere critério de legitimidade em relação às decisões/resoluções aprovadas[37].

Essa conformação da assembléia assegura às bases vicinais, além de uma participação direta e decisória em relação a temas centrais na dinâmica vicinal local, a possibilidade de interpelação pública aos dirigentes, exigindo-lhes rendição de contas em relação à condução de seus mandatos, suas atribuições e às atividades deliberadas em assembleias anteriores.

As assembleias ordinárias são convocadas em períodos regulares previamente definidos, podendo ocorrer uma vez por mês, a cada dois meses ou mesmo a cada seis meses. Já as extraordinárias ocorrem quando surge uma questão de relevo, que merece ser apreciada a qualquer tempo pelos vizinhos de maneira coletiva. A periodicidade das assembleias ordinárias varia de bairro para bairro e estão implicados vários fatores nessa definição, como a premência de demandas. De qualquer maneira, uma periodicidade mais curta implica maior atividade vicinal. Em alguns casos, por motivos variados, a convocatória das assembléias ordinárias perde esse caráter regular, confundindo-se com o seu caráter extraordinário, isto é, são convocadas a qualquer momento ante a necessidade de se tratar de um tema específico.

Figura 2. Assembleia vicinal - Villa Atipiris

Fonte: Vamberto Spinelli Jr, fevereiro de 2012

[37] A participação de não vizinhos da vila/bairro se dá por convite de dirigentes, e em algumas ocasiões, deve haver, para que não haja qualquer desconforto, uma apreciação pública dos vizinhos antes do início das atividades propriamente da assembleia. O que ocorreu comigo, ao longo do trabalho de campo, em duas oportunidades.

A participação nas assembleias é prevista como obrigatória por unidade domiciliar. Todo *vizinho* residente é considerado parte da junta vicinal local, atuando como base ou dirigente, e cada unidade domiciliar deve ser representada na assembleia por um residente no domicílio, sob pena de multa em caso de ausência. Quando as assembleias estão ocorrendo regularmente, a participação dos vizinhos é a oportunidade da cobrança de uma taxa com fins de manutenção das atividades da junta, o que consiste numa das principais formas de autofinanciamento da organização. Para tanto, se utiliza, frequentemente, um sistema de carnê, sendo cada mensalidade paga, identificada com um carimbo da junta, assinatura de dirigente ou qualquer outro registro oficial.

As convocatórias para as assembleias são difundidas de formas variadas, a principal forma e que tem um caráter ordinário em muitas zonas, é a chamada *citación*. Dirigentes vicinais, dividindo-se por turnos e por áreas/ruas, vão de casa em casa distribuindo a convocatória para a participação. Quando é possível entregam pessoalmente, quando não, encontram uma maneira de deixá-la na casa. A convocatória é reforçada nos encontros da vizinhança, por meio de rádios difusoras, algumas vezes com a colocação de cartazes etc. A preocupação em garantir sua difusão ampliada é assegura legitimidade às deliberações coletivas e ao próprio espaço da assembleia.

Em nossa investigação, observamos, na dinâmica de três assembleias ordinárias realizadas em diferentes bairros/vilas[38], bastante demoradas e cansativas, um conjunto de procedimentos comuns que atestam o nível de formalização a que chegaram as organizações vicinais.

> 1. A verificação de *quórum*. Para que as resoluções/acordos tenham validez faz-se necessário um quórum de pelo menos 50% mais um das unidades domiciliares registradas, ou uma quantidade fixa definida e registrada previamente em documentos regulamentares, livros de atas etc. Há também um livro de registro que recebe a assinatura de cada vizinho presente para a certificação do quórum. Quando visivelmente a participação é significativa, e com intuito de abreviar etapas, se realiza uma contagem até alcançar o número mínimo para o quórum, depois disso, se declara aberta a assembleia. Observa-se também a representatividade da assembleia fazendo uma chamada dos vizinhos oriundos dos diferentes setores do bairro/vila, sem que, uma reduzida presença de vizinhos de determinados setores seja impeditiva do início dos trabalhos da assembleia se o quórum já estiver garantido.
>
> 2. Abertura da assembleia é realizada pelo secretário geral e ocorre posteriormente à verificação do quórum. Nesse momento, já estão acomodados à "mesa" alguns dos membros do comitê executivo (presidente, secretário geral, secretário de atas e outros). Pela estrutura física destinada a estas atividades, a mesa fica em elevação em relação aos outros participantes da assembleia. Logo depois de aberta a

[38] Duas em Villa Atipiris e uma em Villa Santiago II.

> assembleia, define-se um coordenador dos debates, ou "diretor de debates". Para tanto, são lançados nomes submetidos à apreciação da assembleia. Bastante comum é que essa função seja assumida pelo secretário geral.
>
> 3. O passo seguinte é a leitura da ata da assembleia passada, registrada no livro de ata, onde constam os aspectos mais importantes e de interesse ocorridos na assembleia anterior, como encaminhamentos, resoluções e acordos (considerando um registro breve, mas bastante detido, que inclui hora, data, lugar e observações da assembleia anterior). A leitura da ata não impede que ocorram intervenções, observações e solicitações de esclarecimento. Depois de lida, a ata deve ser aprovada pela assembleia, e logo assinada pelos três primeiros dirigentes (presidente, vice-presidente e secretario geral).
>
> 4. Tem-se então a leitura da "agenda" ou "ordem do dia", que consiste nas pautas a serem tratadas na assembleia. As pautas são propostas pelo comitê executivo, mas não raras vezes são também definidas por solicitação de vizinhos de determinadas áreas, outros grupos e organizações situados na zona, como desdobramento de pautas de outras assembleias, por requisição de atores institucionais etc. Ou seja, há sempre um nível de articulação e de consulta que impede que o comitê executivo defina pautas de forma mais arbitrária. Depois de lidas as pautas propostas, há a abertura para considerações, para sugestões de inclusão ou supressão de itens na pauta. Esgotado esse ponto, ocorre a aprovação da pauta.
>
> 5. Na sequência, avança-se no momento destinado à leitura dos "despachos", isto é, leitura de uma série de documentos enviados a diferentes instituições com solicitações específicas e outros temas prementes. São ofícios, cartas, convites etc. Consiste também num momento de rendição de contas, na medida em que se expõe o resultado dessas comunicações mais institucionais, a forma como os dirigentes conduziram essas comunicações e as respostas dadas a elas. Igualmente, expõe-se a "correspondência" (documentos de todo tipo) recebida pela junta de vizinhos no período compreendido entre uma assembleias e outra, e se aprecia seus conteúdos. Depois da leitura, segue-se a apreciação dos assembleistas com observações e comentários.
>
> 6. Esgotado o momento de leitura dos "despachos", passa-se a "sessão de informes", momento que, em certa medida, é complementar ao momento anterior e tem caráter de rendição de contas. As comissões constituídas e ativas, e os dirigentes vicinais informam sobre as atividades desenvolvidas no período; há informes também sobre aspectos gerais que podem ser trazidos pelos assembleistas.
>
> 7. Concluídos os informes, tem-se o debate coletivo, momento de análise pública de cada um dos temas que são pauta da assembleia. Esgotados todos os pontos, ocorre, finalmente, o fechamento da mesma.

Sendo um espaço de debates sobre temas pertinentes na vida cotidiana dos bairros/vilas, de deliberação coletiva sobre esses temas, e de rendição de contas das ações desenvolvidas pelos dirigentes (e também por parte de comissões), as assembleias se convertem em espaços privilegiados de uma reflexividade conflitiva que projeta diferentes planos de conflitividade, tanto no que tange às relações com agentes externos (identificados como oponentes), e às relações com outros *atores em movimento*, como no que tange às relações internas ao próprio "movimento vicinal", configurando-se, dessa forma, como um espaço também expressivo da conflitividade interna do movimento. Indicativo disso é o fato

das assembleias serem, como já mencionamos, um espaço privilegiado de interpelação e controle dos dirigentes (representantes) por parte das bases vicinais.

As resoluções (os chamados votos resolutivos) e outras determinações emanadas das assembleias tem caráter inapelável e obrigatório, tanto para os dirigentes, como para vizinhos de base, de acordo com responsabilidades específicas, sob pena de punição pelo seu não cumprimento.

Os dirigentes devem organizar e conduzir as atividades inerentes à junta vicinal de acordo com as resoluções emanadas em assembleia, que, juntamente com os conteúdos dos documentos normativos (estatutos e regulamentos), cumprem um papel destacado fornecendo marcos interpretativos e recursos prático-organizativos para a articulação das práticas movimentalistas dos atores vicinais. Nessa direção, no Artigo 1º. do documento Reglamento Interno (1995) da junta vicinal de Villa Atipiris, registra-se:

> el presente reglamento interno (...) [tiene] su cumplimiento obligatorio en toda la organización y otra que pudiera funcionar bajo su administración.
>
> El directorio desde el momento que está posesionado [está obligado] a cumplir y hacer cumplir sus disposiciones, así como sus afiliados a observarlos como obligatorias por cuanto desde su aprobación tiene fuerza de ley en sus relaciones con la institución y nadie está permitido argüir con excusa la ignorancia de las disposiciones y normas del presente reglamento interno.

Cabe salientar, a despeito de certa rigidez que possa transparecer no trecho acima, que uma das inscrições mais importantes nos documentos estatutários de juntas vicinais diz respeito ao que podemos chamar de *autoridade instituinte das assembleias vicinais*. Um Estatuto ou qualquer parte de seus conteúdos, para entrar em vigência, deve ser aprovado em assembleia geral, e pode, virtualmente, ser parcial ou totalmente modificado, de acordo com decisões coletivas também de uma assembleia geral de vizinhos, requerendo-se para isso uma maioria simples de 50% mais um do conjunto dos vizinhos. Esse aspecto indica que os participantes podem alterar as "regras do jogo" de acordo com disposições deliberativas coletivas, possibilidade prevista na própria "política institucional" das juntas vicinais. O que se tem visto na trajetória do "movimento vicinal", no entanto, é mesmo uma tendência, mais forte, de reforço dos procedimentos já instituídos na prática de "funcionamento normal" das juntas vicinais. Um quadro de experimentação mais intensa, de criação de práticas articulatórias inovadoras ou mais criativas, a partir dos recursos disponíveis associados às organizações vicinais locais, tem ocorrido, de forma mais evidente, em períodos mais intensificados de atividade, que tem sido, invariavelmente, períodos mais conflitivos. Quando,

por exemplo, tornam-se mais frequentes as assembleias extraordinárias, reduzindo o excesso de procedimentos que descrevemos acima, em prol de uma participação intensificada dos vizinhos em questões premente.

5.2.12. Estruturas organizativas e de mobilização da Federação de Juntas de Vicinais de El Alto

Observaremos, na sequência, recursos organizativos e de mobilização que consistem na estrutura funcional básica da FEJUVE El Alto, e suas estruturas conectivas com as juntas vicinais. Para tanto, estaremos nos baseando no Estatuto Orgánico de la FEJUVE, publicado em 2001, e em vigência nos dias que correm, além de entrevistas realizadas como dirigentes da FEJUVE (gestão 2010-2011) e ex-dirigentes, bem como a observação de alguns eventos.

5.2.12.1. Composição orgânica de cargos na estrutura funcional da Federação de Juntas Vicinais de El Alto

Assim como as juntas vicinais, as FEJUVE também estão presentes em toda Bolívia e igualmente apresentam uma estrutura organizacional bastante institucionalizada, com uma série de cargos que conformam um comitê executivo.

A FEJUVE El Alto é constituída por representantes de juntas vicinais de todos os distritos municipais da cidade. Cada junta tem em sua estrutura um delegado que acompanha as reuniões convocadas pelo comitê executivo da FEJUVE. Para assegurar uma maior representatividade das juntas vicinais de todos os distritos municipais na estrutura organizativa da entidade, se definiu como critério para a composição do comitê executivo, o estabelecimento de uma cota distrital de dirigentes, proporcional ao número de habitantes de cada distrito. Esse critério é válido para todos os cargos, exceto para os de presidente, vice-presidente e para a secretaria geral. Para a ocupação desses cargos específicos, o critério seguido é o de alternância, a cada gestão, entre dirigentes representantes dos setores norte e sul da cidade.

O comitê executivo consiste na instância de direção e sua composição é definida através de processo eleitoral que tem lugar na instância decisória máxima da instituição, o Congresso Ordinário. Assim com no caso das juntas vicinais sua gestão tem duração de dois anos, mas nesse caso sem que haja a possibilidade de ratificação do comitê executivo, a cada eleição, necessariamente, todo corpo dirigente é modificado. Atualmente existem os cargos de

presidente, vice-presidente e mais 28 secretarias, algumas sendo ocupadas por mais de um integrante, como podemos verificar na lista abaixo:

- Presidencia (1);
- Vicepresidencia (2);
- Secretaría General (1);
- Secretaría de Relaciones (1);
- Secretaría de Asuntos Internacionales (1);
- Secretaría de Organización (3);
- Secretaría de Conflictos (3);
- Secretaría de Actas (1);
- Secretaría de Hacienda (1);
- Secretaría de Desarrollo Económico y Productivo (1);
- Secretaría de Deporte (2);
- Secretaría de Juventudes (2);
- Secretaría de Participación Popular (2);
- Secretaría de Educación y Cultura (2);
- Secretaría de Transporte y Comunicación (2);
- Secretaría de Cooperativas y Microempresas (1);
- Secretaría de Defensa del Consumidor (1);
- Secretaría de Vivienda (1);
- Secretaría de Género (2);
- Secretaría Generacional (1);
- Secretaría de Derechos Humanos (1);
- Secretaría de Defensa Cívico Vecinal (1);
- Secretaría de Seguridad Ciudadana (2);
- Secretaría de Salud (1);
- Secretaría de Estadística (1);
- Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales (1);
- Secretaría de Prensa y Propaganda (1);
- Fiscal General (1);
- Secretaría de Organización Provincial (1);
- Vocal (4) (Estatuto Orgánico FEJUVE El Alto, 2001).

Embora o Estatuto da FEJUVE preconize essa distribuição vasta de cargos, inclusive com descrição específica de cada um deles, tal como no caso da dinâmica rotineira de juntas vicinais, observamos que, basicamente, são *las cabezas*, incluindo presidente, vice-presidentes e secretário geral, entre outros poucos, os que assumem suas atribuições de forma mais destacada e ativa, concentrando atividades de representação e organizativas ordinárias. Embora, em contraste com comitês executivos de juntas vicinais, seja comum um maior envolvimento da maioria dos dirigentes no desempenho de suas atribuições e uma maior assiduidade na participação em reuniões ordinárias da FEJUVE e em eventos convocados pela entidade. O que se explica, em grande medida, pelo maior monitoramento das ações desses dirigentes (representantes distritais) por parte dos vizinhos de base a partir das reuniões distritais de juntas vicinais.

5.2.12.2. Instâncias deliberativas da FEJUVE

As instâncias deliberativas da FEJUVE estão estruturadas hierarquicamente contemplando os seguintes organismos: Congresso Ordinário, Congresso Extraordinário, ampliados e reuniões do comitê executivo.

1. Congresso Ordinário: é a máxima autoridade, a instância superior de decisões no âmbito da FEJUVE (e assim, formalmente, também do "movimento vicinal" como um todo). Ocorre ordinariamente a cada dois anos e é a oportunidade na qual se renova o comitê executivo. Suas finalidades compreendem: apreciar o relatório de gestão do comitê executivo que cumpre seus dois anos à frente da entidade; elaborar um "plano de trabalho" e fixar "novas tarefas e objetivos" para a nova gestão; resolver "casos de apelação"; conhecer possíveis sanções aos dirigentes definidas pelo chamado Tribunal de Honra (instância interna da FEJUVE com finalidade de julgar irregularidades dos dirigentes ao longo de sua gestão), e executar tais sanções; avaliar parlamentares tanto municipais como departamentais, além dos representantes (deputados) de El Alto no Congresso Nacional (hoje Assembleia Plurinacional); avaliar o desempenho dos subprefeitos distritais; eleger os novos membros do comitê executivos, entre outros pontos (Estatuto Orgánico FEJUVE El Alto, 2001).

O Congresso deve ser presidido por uma diretiva integrada por representantes de cada distrito municipal, eleitos de maneira democrática. As resoluções do Congresso "tem força de preceito legal, só revisado por outro Congresso de igual hierarquia". Cada junta deve acreditar quatro delegados, dois atores vicinais que compõem o comitê executivo da junta vicinal, e dois atores vicinais de base, eleitos em assembleia vicinal local. O estatuto vigente orienta que pelo menos um representante dos delegados de cada bairro/vila seja do sexo feminino.

2. Congresso Extraordinário: se realiza de acordo com convocatória do comitê executivo ou em solicitação da metade mais um de seus filiados, fixando agenda específica, data e sede sob sua própria diretiva. Tanto para a instalação do congresso extraordinário como do ordinário, deve-se contar com um *quórum* de 50% mais um das juntas legalmente afiliadas, de outra maneira o Congresso é postergado por trinta dias.

3. Ampliados: consistem em amplas assembleias que se realizam a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário. São convocados pelo comitê executivo da FEJUVE. Neles participam os presidentes das juntas vicinais e/ou outros representantes de bairros/vilas devidamente acreditados pela FEJUVE. As resoluções dos ampliados tem força de obrigatoriedade para o comitê executivo da FEJUVE.

4. Reuniões do diretório: são realizadas a cada 15 dias, ou quando necessário, frequentemente ocorrem com mais brevidade. Sua finalidade é analisar o desenvolvimento das ações das distintas secretarias, das comissões temáticas constituídas, da própria FEJUVE de maneira geral e dar encaminhamentos.

5.2.12.3. Aspectos articulatórios e conectivos internos entre juntas vicinais e FEJUVE

São muitos os mecanismos conectivos existentes entre juntas vicinais e FEJUVE. Atualmente, para que uma nova junta vicinal seja legalmente reconhecida e se afilie, devem-se observar os seguintes procedimentos: apresentar um documento denominado Resolução Municipal ou Planimetria[39] legalmente aprovada pelo governo municipal, ou um documento que assegure a iniciação do trâmite, e contar com o assentamento de pelo menos duzentas "unidades familiares" e quatrocentos lotes. Cumpridos esses requisitos, a criação de uma nova junta dependerá do aval da FEJUVE, que avaliará sua necessidade, considerando, ainda, a recomendação inscrita, estatutariamente, de que juntas de vizinhos menores devem ser anexadas à junta vicinal mais próxima.

As juntas vicinais afiliadas à FEJUVE possuem direitos e obrigações que dizem respeito a importantes elementos de articulação interna e de constituição da vida orgânica do "movimento vicinal" altenho. Estatutariamente, está assegurado às juntas o direito de:

> - Participar individual y corporativamente en la elaboración y ejecución de los planes, programas y cronogramas de actividades de FEJUVE EL ALTO.

Por outro lado, consistem em obrigações:

> - Cumplir y hacer cumplir los preceptos contenidos en el presente estatuto, así como los acuerdos y resoluciones de Congreso, además de las obligaciones que la institución exponga por acuerdo de sus componentes. (…)
> - Asistir a las convocatorias emanadas por los distritos de Juntas Vecinales y por la FEJUVE EL ALTO [Estatuto Orgánico FEJUVE El Alto, 2001].

Essas definições implicam um fluxo de decisões entre os diferentes níveis organizativos do "movimento vicinal", isto é: instâncias decisórias da FEJUVE «-» instância decisória do ampliado distritalde juntas vicinais «-» instâncias decisórias da junta vicinal

[39] Que regulamenta a situação urbana do bairro/vila junto à autoridade municipal.

local. Para ilustra esse fluxo, ademais de outros aspectos associados, segue abaixo alguns relatos de atores vicinais:

> Nosotros como juntas vecinales tenemos el ente matriz, la FEJUVE, [que] periódicamente nos convocan a los ampliados, a los ampliados de la FEJUVE donde consideramos ¿no? situaciones políticas, sociales, todo aquello ¿no? Y nosotros, eso tenemos que replicarlo a las bases, a los vecinos por medio de asambleas zonales, las asambleas zonales son las que de cierta formas las bases deciden que camino tenemos que seguir nosotros con las sugerencias que nosotros podemos darlos y que tenemos que hacer una actividad ¿no? Entonces, ellos finalmente nos dan esa facultad para poder realizar algunos reclamos o quien sabe alguna actividad… [Francisco Paco, então presidente Junta Vicinal de Villa Santiago II]

> Entonces aquí a nivel de El Alto también se organizan a nivel de distritos, distrito uno, dos, tres… y en cada distrito estamos también organizados, por ejemplo, en el distrito 3 somos 108 juntas vecinales (…). Entonces para que haya una grande organización tiene que comenzar desde abajo, desde las bases, para un buen producto hacía arriba ¿no? Entonces… vamos a reuniones en cada [zona e distrito]… que tienen necesidades y nosotros como dirigentes tenemos que ver los que tienen las necesidades (…) Cada distrito viene aquí dentro, aquí en la FEJUVE somos 60 ejecutivos, de los 60 ejecutivos representamos a los distritos y tenemos diferentes carteras (…) donde cada ejecutivo tiene sus funciones, no solamente el presidente acapara todo (…). Hay un ejemplo latente que es el transporte ¿no?... Tenemos dos ejecutivos, del [sector] norte y del [sector] sur, esas dos personas tienen, digamos, que sacar votos resolutivos juntamente con el presidente, juntamente con el cuerpo ejecutivo… [y] tienen que trabajar desde abajo y compartir, y hacerles caso a las voces de la población (…) La relación tiene que ser buena con las bases, se la relación no es buena no está cumpliendo con las demandas que ellos te mandan realizar aquí [en la FEJUVE], entonces… en mi distrito hay una buena relación de dialogo, ese es el punto principal, el dialogo entre dos personas… tienes que tener un buen conversación con el presidente para poder ayudar a él [Maribel Mita, comitê executivo FEJUVE].

Numa tentativa de síntese temos que: as instâncias decisórias vicinais (assembléias, ampliados, reuniões de executivas) emitem deliberações coletivas que devem circular entre os diferentes níveis de organização vicinal, num fluxo de mão dupla, para que, finalmente, estas alcancem amplo consenso e legitimidade. É assim que, uma posição acordada em uma junta vicinal, em sua assembléia geral, sobre um tema que afeta parte da população do distrito municipal no qual se encontra (como, por exemplo, uma posição em relação a um problema muito comum, relativo ao insatisfatório serviço de transporte coletivo que atente a muitos bairros/vilas que compõem um mesmo distrito), é levada, através do representante do comitê executivo da junta, prioritariamente seu presidente, à instância decisória do ampliado distrital, onde devem se reunir presidentes de todas as juntas vicinais existentes no distrito municipal. Nessa instância, as posições são apreciadas, discutidas, e a partir daí, são emitidas também deliberações e resoluções. Estas, por sua vez, serão emitidas à instância superior da FEJUVE. Podendo chegar até ela através dos atores vicinais representantes distritais que compõem o

comitê executivo e/ou através, a depender do caso, de um ampliado convocado pela FEJUVE. Nessa instância, com participação de representantes de juntas vicinais de todos os distritos municipais, os temas são apreciados e decisões são tomadas. Seguindo todo esse processo, as deliberações e resoluções vão encontrar, a depender do envolvimento e da premência dos temas em questão, bastante legitimidade, condição para que se cumpram, por exemplo, convocatórias que a FEJUVE lança ao atores vicinais para a realização de manifestações de vários tipos. No sentido descrito, o fluxo partiu da instância mais descentralizada, mais local, para a instância superior da FEJUVE. O sentido, no entanto, pode ser inverso. Isto é, partir, por exemplo, de uma reunião do comitê executivo da Federação, e daí seguir o fluxo de apreciações até chegar às juntas vicinais, num percurso que deve ser cumprido até que haja condições suficientes de mobilização, para que, num ampliado de presidentes convocado pela FEJUVE, decisões surgidas no âmbito de uma reunião de dirigentes da Federação, ganhem, finalmente, o respaldo necessário e assim seja assegurado o envolvimento ampliado dos atores vicinais nos temas postos em pautas e nas ações definidas como necessárias.

Não resta dúvida que esse fluxo é marcado por tensões e conflitos, envolvendo interesses e posições, às vezes, muito diversos e divergentes. Podendo, inclusive, se encontrar burocratizado ou obstaculizado por interesses contrários. Mas tudo depende das questões postas em tela. Alguns temas são fortemente mobilizadores, apresentam uma grande capacidade de produzir comoção social, e quando vem à tona, podem desencadear fluxos profundamente intensificados e abreviados (isto é, que ocorrendo sem que se cumpram todos os procedimentos formais estabelecidos). Nessas situações, é muito comum, em El Alto, se falar em *autoconvocação dos vizinhos*, muitas vezes associada a um envolvimento massivo e "voluntário" de atores vicinais em ações de mobilização mais vigorosas e interpelativas, sem que, pelo menos num primeiro momento, haja uma maior coordenação e respeito aos fluxos de decisão formais do "movimento vicinal".

Os relatos a seguir dão conta dessa intensificação e abreviação do fluxo mais formal de decisões, associados a momentos de *autoconvocação dos vizinhos*, em contraste ao "trânsito normal" de decisões internas do "movimento vicinal" altenho, no que tange ao lançamento de convocatórias para mobilizações.

> **Son dos tipos de organización ¿no? O sea... una es la espontánea ¿no? cuando el ciudadano siente que está siendo perjudicado por algún gobierno, por algún decreto, una ley, automáticamente [la población] se auto convoca y se nos exige a nosotros una convocatoria inmediata… la otra es… la capacidad de organizar ¿no? es donde trabajamos orgánicamente alguna demanda, lo socializamos aquí entre los 60 ejecutivos que representan los distritos urbanos y ellos**

> **socializan a las bases ¿no? Finalmente se centraliza en un grande ampliado de presidentes con más de 800 juntas vecinales, a nivel de El Alto** ¿no? distritos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 y 10, 12 y 14 ¿no? esos son los distritos que son de área urbana donde hay mayor concentración de población [Cláudio Luna, comitê executivo FEJUVE].
>
> **Primeramente tomamos decisiones dentro del cuerpo ejecutivo que es la FEJUVE, con 60 ejecutivos, tomamos una decisión, sacamos un voto resolutivo lo cual se baja a cada distrito, en cada distrito se lleva una asamblea donde se expone el voto resolutivo, donde se dice: 'eso se determinó por diferentes causas'. Entonces, se baja al distrito y cada distrito baja a sus zonas llevando esa fotocopia del voto resolutivo… Cuando hay marchas viene muchos vecinos y cada presidente tiene la obligación de comunicar a su base lo que está pasando, porque nosotros como dirigentes no podemos tomar decisiones por nosotros mismos, tiene que gobernar desde las bases, entonces lo hacemos de esa manera: ejecutivos, distritales y luego baja a las bases. Así se convoca con mayor fuerza, digamos, a los presidentes y vecinos** [Maribel Mita, comitê executivo FEJUVE].

As descrições realizadas até aqui buscaram uma caracterização de recursos e estruturas prático-organizativas e de mobilização que compõem o que chamamos de *forma vicinal urbano-popular altenha*, isto é, recursos mais persistentes na trajetória do "movimento vicinal" na cidade de El Alto, que estão disponíveis aos atores vicinais e que são articulados, de maneira particular, nas práticas movimentalistas vicinais em relação com a conformação de diferentes contextos de conflitividade. Assim, ao buscar delimitar a *forma vicinal*, tentamos evitar maiores detalhamentos sobre práticas articulatórias em contextos de conflitividade específicos. Quando discutimos mudanças surgidas no campo relacional da ação, nas estratégias e no repertório de ação vicinal, nos períodos do ciclo da Revolução Nacional (1952-1964), no período marcado pelos regimes de exceção (1964-1978) e no período de lutas democráticas (1978-1982), buscamos menos uma especificação da prática vicinal em cada um desses períodos, do que revelar com neles vão se produzindo recursos variados que vão se tornando mais persistentes. Foi por meio desse expediente que buscamos evidenciar que a *forma vicinal* comporta tanto uma *política reivindicativa de negociação* como uma *política de confrontação*, tanto repertórios de ação mais convencionais como repertórios de ação mais disruptivos.

Outro aspecto decisivo que buscamos assinalar na caracterização da *forma vicinal* foi a presença, no território altenho, do componente migratório indígena campesino e daquele constituído por ex-trabalhadores mineiros. A presença de recursos socioculturais e políticos desses componentes, na dinâmica vicinal altenha, pode ser apreciada de forma variada, e destacadamente em relação às organizações vicinais, não apenas nas práticas vicinais cotidianas, em determinadas ênfases verificadas nas práticas organizativas e de mobilização,

mas também numa linguagem inscrita nos próprios documentos regulamentares e estatutários. De modo que essa presença é decisiva para que possamos entender as configurações do "movimento vicinal" em El Alto, e o papel bastante destacado que tem desenvolvido nas lutas sociais bolivianas pelo menos desde o ano 2000. Em suma, não seria demasiado dizer que a forma combativa e disciplinada, e a capacidade de mobilização e unificação de pautas que os atores vicinais altenhos vem apresentando, e que destacam as organizações vicinais altenhas em relação às de outras cidades bolivianos, em muito tem a ver com o fato de o espaço urbano altenho ter acolhido fluxos migratórios abruptos e vigorosos que marcam a presença significativa de componentes migratórios através de formas ressignificadas e atualizadas de suas tradições organizativas de origem.

Em fim, esperamos neste capítulo ter assegurado uma caracterização da *forma vicinal urbano popular altenha*, cujo motivo fundamental foi produzir um quadro de referência para o desenvolvimento da análise e interpretação das práticas articulatórias vicinais locais, e de seus correspondentes contextos de conflitividade, em dois momentos centrais: o período de hegemonia do neoliberalismo (1985-1999) e o período que ficou conhecido por ciclo rebelde, observando significados e configurações de práticas vicinais, com continuidades e inovações produzidas na sua trajetória ao longo desses dois períodos.

6. CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DA PRÁTICA ARTICULATÓRIA VICINAL ALTENHA NO PERÍODO DE HEGEMONIA DO NEOLIBERALISMO (1985-1999)

Neste capítulo nossa preocupação foi reconstruir a prática articulatória vicinal e seu correspondente contexto de conflitividade estabelecido no período de hegemonia do neoliberalismo (1985-1999), buscando apreender seus aspectos específicos e as dinâmicas de mudança e transição que apresentou no seu curso. Para esse período nossa investigação produziu algumas evidências de que, dominantemente, a prática movimentalista vicinal altenha se encontrava debilmente articulada, e tendencialmente sob domínio de uma lógica político-pragmática, consoante com as reformas inscritas no projeto de modernização política neoliberal projetando-se na conformação de um contexto de conflitividade atenuado.

Para chegar a tal interpretação, lançamos mão das seguintes estratégias: buscamos demarcar uma contextualidade sociopolítica macro-estruturada na qual se inserem atores sociais bolivianos mais destacados e os atores vicinais altenhos, no sentido de colocar em evidência algumas relações significativas entre as mudanças que vinham ocorrendo no plano nacional, com a crise do governo da UDP e com as medidas visando estabilidade política, as reformas estruturais de caráter neoliberal etc., e as dinâmicas sociopolíticas altenhas no mesmo período, e como as mudanças ocorridas no plano nacional e local aportam condições e elementos que entram na conformação das práticas articulatórias vicinais e do contexto de conflitividade nesse momento. Partimos, então, de um enfoque macro-estruturado visando o espaço mais propriamente das dinâmicas vicinais altenhas e suas implicações em termos de conformação de um contexto de conflitividade específico.

A partir das referências encontradas para esse período em El Alto foi possível compor um quadro abrangente da dinâmica sociopolítica altenha possibilitando alguns elementos de caracterização das práticas articulatórias vicinais na cidade. Por sua vez, essas práticas foram melhor acercadas com as informações provindas de relatos colhidos em entrevistas realizadas com atores vicinaischaves.

Em síntese, buscamos delimitar um quadro nacional abrangente e outro relativo à dinâmica sociopolítica em El Alto, isto é, um quadro macro-estruturado das mudanças e consequências relativas às reformas de ajuste estrutural, suas implicações nas forças populares, na cidade de El Alto e em suas organizações. Para tanto, cotejamos literatura

disponível e entrevistas realizadas buscando recuperar aspectos decisivos da trajetória do "movimento vicinal" para ilustrar as dinâmicas vicinais nesse período.

Foi possível ainda observar pontos de inflexão nas práticas articulatórias vicinais e no contexto de conflitividade a partir de mudanças de orientações que passaram a se firmar desde dinâmicas vicinais locais, e que logo projetariam as significações e configurações que seriam assistidas ao longo do *ciclo rebelde*.

6.1. Hegemonia neoliberal e cenários sociopolíticos nacional e altenho

6.1.1. Democracia e implementação do programa de ajuste estrutural neoliberal na Bolívia

A reabertura de instituições democráticas no início da década de 1980 apresentou duas características centrais: a recuperação das liberdades cidadãs e a imposição de um modelo de economia aberta. A primeira, no conturbado governo de Siles Suazo, entre 1982 e 1985; a segunda, no governo de Paz Estenssoro, período de implementação e desdobramento dos ajustes estruturais neoliberais e de seus efeitos no debilitamento do chamado Estado de 52[40] (CALDERÓN; SZMUKLER, 2000).

Com o governo da Unidad Democrática Popular (UDP), uma coligação constituída por setores da esquerda boliviana, iniciado em 1982, e tendo à frente Siles Suazo, ocorreu um processo de estruturação de um sistema político democrático, com consolidação relativa do sistema de partidos, assegurando uma composição parlamentar pluripartidarista e o respeito às liberdades cidadãs. O principal desafio do governo da UDP foi, exatamente, a institucionalização de um sistema democrático representativo, e assegurar que ele pudesse perdurar às mudanças essenciais que eram projetadas. Nesse sentido, foi se pavimentando uma renovação do "protagonismo dos partidos políticos" (LINERA, 2008, p. 13).

O programa da UDP estava enquadrado no horizonte do nacionalismo revolucionário boliviano. Objetivava "reiniciar o projeto econômico e político nacionalista que havia começado em 1952" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 102-103), isto é, consolidar o "modelo nacional-revolucionário de 52", baseado numa economia mista com forte preeminência estatal e sobre a base da planificação dirigida pelo Estado. Nesse sentido, ensaiou seis pacotes econômicos para frear a crise econômica que atravessava a Bolívia. As ações governamentais, no entanto, não obtiveram êxito, chegando-se a um momento de perda total de controle sobre

[40] Referência à Revolução Nacional de 1952.

qualquer indicador econômico. A Bolívia, assim como outros países latino-americanos, via-se premida pelo peso de uma dívida externa que limitou severamente sua capacidade de crescimento. Este panorama conduziu a um processo hiper-inflacionário que foi o maior de sua história (MESA, 2008).

Vivia-se um cenário no qual a reabertura da democracia, com recuperação de direitos civis e políticos, coincidiu com um período de restritas opções no plano econômico para o governo da UDP (KOHL; FARTHING, 2007), que, ademais, conviveu com um quadro de profunda instabilidade política associada às ações da oposição parlamentar, às pressões sindicais e as próprias tensões e incapacidades internas ao governo (MESA, 2008; CALDERÓN; SZMUKLER, 2000; CALDERÓN, 1995).

A Central Obrera Boliviana (COB), que tinha desempenhado um papel decisivo nas lutas democráticas (entre 1978-1982), convertendo-se numa referência para o conjunto das organizações populares bolivianas, com a organização do governo da UDP, passou a desenvolver ações de caráter corporativo e fortemente interpelativas, que contribuíram para a debilitação do governo. Conforme Kohl e Farthing:

> o governo de Siles Suazo se viu negociando com uma COB pouco acostumada a funcionar sob condições democráticas e profundamente entrincheirada na política de confrontação que havia empregado durante a ditadura. Seu papel como defensora da democracia deu a COB uma tremenda legitimidade, mas a estrutura institucional que havia herdado a tornou incapaz de negociar com o governo e de realizar propostas alternativas viáveis (KOHL; FARTHING, 2007, 2007, p. 105).

A COB centrou sua luta na reivindicação do salário mínimo com escala móvel e desenvolveu uma oposição radical à política oficial[41]. A pressão da COB sobre o já debilitado presidente Siles Suazo contribuiu para a abreviação do governo, e também para a criação de um sentimento de descrédito e esgotamento em relação às bases do Estado de 52, e à perspectiva do nacionalismo revolucionário que encarnava. Processo que custou à COB grande parte do seu capital político como articulador do nacional popular de caráter classista e urbano e, ao final, também a confiança de boa parte da população (KOHL; FARTHING,

[41] O governo foi identificado como "pro-imperialista e fundomonetarista". Nos anos que compreendem o governo da UDP foram realizadas mais de mil greves, quatro delas gerais, de 4, 7, 9 e 16 dias (a mais duradoura greve geral da história boliviana). A COB não aceitou participar do governo e exigia a aplicação de seu plano de emergência: controle estatal do comércio exterior, nacionalização dos bancos e da economia geral, e negação do pagamento da dívida externa (MESA, 2008, p. 578). O ponto culminante foram as chamadas "Jornadas de Março" de 1985. 12.000 mineiros tomaram literalmente a sede do governo, paralisando por completo suas atividades por mais de uma semana e pressionando sem êxito pela renúncia de Siles Suazo (SANDOVAL, 1986).

2007), pavimentando condições favoráveis para uma nova política econômica aplicada com ortodoxia e sem gradualismo (MESA, 2008).

O governo da UDP representou uma grande frustração entre os setores populares que o apoiaram, o que contribuiu para que ocorresse um giro no comportamento eleitoral da população boliviana nas eleições presidenciais antecipadas para julho de 1985. Em contraste com a adesão hegemônica às várias vertentes do nacionalismo revolucionário por trinta anos, o eleitorado passava a se mover em direção a novas tendências ideológicas, passando de posições de esquerda e centro-esquerda a posições de centro e centro-direita, e suas promessas de "estabilidade, emprego e ordem" (QUISBERT, 2003, p. 63). A partir desse momento, o que Carlos Mesa chamou de "centrismo", tornou-se "a posição majoritária dos votantes", posição a qual se aproximaram também os principais partidos políticos do país (MESA, 2008, p. 580). Com cada vez mais claridade, vai se revelando que os partidos mais influentes passaram a compartilhar "um conjunto similar de crenças e propostas de transformação estatal e política (o chamado 'modelo neoliberal'), que voltou a fechar o espaço de concorrência entre programas de sociedade no interior do campo político" (LINERA, 2008, p. 13).

A Bolívia passava por uma das maiores crises de sua história. Com a economia completamente fora de controle e em processo de decrescimento, a hiperinflação ameaçando chegar a 25.000% ao final do ano, o aparato produtivo desmoronando e o poder aquisitivos dos salários em seu ponto mais baixo, foi se consolidando - em substituição aos marcos do nacionalismo revolucionário - uma perspectiva pragmática rapidamente difundida entre amplos setores da população em relação à condução política, o que parecia mais consoante com supostos imperativos do processo de globalização econômica, e com a necessidade de produzir respostas imediatas e efetivas que combatessem a crise.

Em julho de 1985 ocorrem eleições presidenciais com a participação de 18 candidatos. O general Hugo Banzer, que esteve à frente de um regime ditatorial entre 1971 e 1978, obteve o triunfo eleitoral com o partido Acción Democrática Nacionalista (ADN). Esse resultado, no entanto, não foi homologado pelo Congresso Nacional. Seguindo um princípio constitucional, o parlamento decide a eleição, elegendo pela primeira vez na história da Bolívia, o segundo colocado no pleito. Paz Estenssoro, do MNR, sagrou-se, assim, presidente da república com 94 votos contra 51 a favor de Banzer. Um forte componente antibanzerista presente entre partidos de esquerda e "as feridas ainda muito frescas da ditadura" contribuíram para o triunfo de Estenssoro (MESA, 2008, p. 580).

Em 29 de agosto de 1985, o presidente Paz Estenssoro pronuncia um célebre discurso, aberto em tom dramático com a lapidar frase: “Bolivia se nos muere”. Nesse discurso faz um diagnóstico da situação nacional e promulga, na mesma data, o Decreto Supremo 21.060, delineando uma nova política econômica que fecha o ciclo do estatismo boliviano aberto em 1952. O decreto estruturou um dos primeiros programas de ajuste de caráter neoliberal na América do Sul (depois do Chile), denominado Nova Política Econômica (NPE). Fundamentalmente, definiu-se um conjunto de medidas que buscavam a estabilização monetária e o controle da inflação (MESA, 2008). A proposta foi reduzir significativamente o tamanho do Estado mediante a diminuição de seu papel na economia, revertendo políticas centrais do Estado de 1952. Modificou radicalmente as relações laborais, estruturou um modelo baseado no livre mercado e nos interesses corporativos privados.

O DS 21.060 pode ser resumido em seis pontos: (1.) Redução do déficit fiscal com congelamento de salários, aumento do preço da gasolina[42] e redução dos gastos do Estado. (2.) Câmbio real e flexível da moeda, criação do “bolsín[43]” controlado pelo banco central. (3.) Livre contratação e racionalização da burocracia o que, na prática, resultou na chamada “relocalização” que consistiu na demissão massiva de trabalhadores vinculados a empresas públicas estatais. (4.) Liberalização total do mercado, liberdade de preços e livre oferta e demanda, tarifa única de importações. (5.) Fomento às exportações. (6.) Reforma tributária (reduziu mais de 400 impostos a apenas sete, com o que se conseguiu aumentar a arrecadação de impostos que de 1% do PIB chegou a quase 10%) (MESA, 2008).

Com estas medidas o governo boliviano conseguiu recuperar o apoio que o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os EUA haviam retirado da Bolívia durante o governo da UDP. A reabertura de crédito ao país, a assinatura de convênios de financiamento e a renegociação de sua dívida externa, foram reduzindo o quadro de instabilidade. No entanto, o efeito mais importante, sentido de maneira mais contundente, foi o controle da hiperinflação em tempo recorde. O impacto produzido pela NPE no controle da hiperinflação foi quase milagroso, a taxa anual de inflação caiu de 12.000% para 9% em questão de meses. A experiência boliviana foi saudada como exitosa e

[42] Com isso a empresa pública Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPFB) cobriu mais de 50 % dos recursos do Tesoro General de la Nación (TGN).

[43] O Bolsín consistiu num mecanismo que “permitiu uma combinação entre o livre jogo de oferta e demanda de dólares no mercado de leilões do Banco Central e o controle exercido por este através de um respaldo permanente em divisas que fixava diariamente o preço do dólar. Este sistema substituiu as traumáticas desvalorizações periódicas e a insuficiência da flutuação” (MESA, 2008, p. 581)

se converteu, para seus defensores, numa propaganda poderosa da capacidade do neoliberalismo para alcançar estabilidade econômica (KOHL; FARTHING, 2007).

A retomada das relações com instituições financeiras internacionais e o controle da hiperinflação, no que ficou chamado de "milagre boliviano", produziram uma destacada projeção dos promotores das medidas de ajuste estrutural no sentido da conformação de um novo horizonte hegemônico em substituição aos princípios do nacionalismo revolucionário e ao Estado de 52. De maneira conjunta, pavimentaram condições para uma nova "hegemonia discursiva de apoio ao neoliberalismo entre certos setores da população" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 125).

O "êxito" das medidas de estabilização, no entanto, se deu à custa de um enorme peso para os trabalhadores assalariados bolivianos: com o fechamento das minas estatais, cerca de 23.000 mineiros, de um universo de 30.000 trabalhadores, perderam seus empregos, ainda no primeiro ano de vigência da NPE, destruindo a base social mais organizada e radicalizada do movimento sindical boliviano. Em um ano, aproximadamente 10.000 funcionários públicos e quase 25.000 professores rurais, também perderam seus postos de trabalho; enquanto que no setor fabril, por volta de 35.000 empregos deixaram de existir, ao longo de 5 anos. Ademais, o alto nível de desemprego foi combinado com o baixo nível salarial, agravando a situação social boliviana. Os salários reais em 1986 haviam diminuído a menos de dois terços dos níveis em 1985 (KOHL; FARTHING, 2007). Diante desse quadro, foi incrementada rápida e muito intensamente a economia informal nas principais cidades do país, que se viram inundadas por vendedores de rua[44] (MESA, 2008; KOHL; FARTHING, 2007). Em 1988, a economia informal se ampliou a tal nível que chegou a incluir 70% da força laboral urbana. Para os críticos do modelo, para além da propaganda de estabilidade, o país teria se convertido num "emblema dos efeitos desastrosos que podem ocasionar os PAE [Programas de Ajuste Estruturais]" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 112).

A medida incluída na NPE que produziu um impacto emotivo mais significativo foi, sem dúvida, o fechamento das grandes minas estatais, símbolo chave da Revolução Nacional de 1952. A conjugação de uma importante circunstância exógena, a queda dos preços internacionais do estanho, culminando com um acúmulo de perdas por parte da COMIBOL, que superaram os 750 milhões de dólares em 10 anos; com os princípios e objetivos programáticos da NPE, de redução do tamanho do Estado, favoreceu a decisão do governo pelo que chamou de "relocalização", que, como já assinalamos, não foi outra coisa senão a

[44] Na Bolívia e em outros países latino-americanos estes são chamados de trabajadores por cuenta propia ou cuentapropistas.

demissão massiva de trabalhadores, especialmente, mineiros [45] (MESA, 2008; KOHL; FARTHING, 2007).

A aplicação da NPE não ocorreu sem resistências. Desde a promulgação do Decreto 21.060, ainda em agosto de 1985, houve resistência especialmente por parte do setor sindical. A medida provocou, de imediato, uma greve geral da COB que durou 15 dias. Diante do quadro de instabilidade política que poderia ser gerado, o presidente Paz Estenssoro toma uma decisão drástica, decreta estado de sítio e confina mais de 150 dirigentes no norte do país[46]. Para Carlos Mesa (2008, p. 581), essa medida por duas razões tem grande significação histórica: por permitir a aplicação do Decreto e por ter marcado uma nova etapa para a COB, "o começo de uma crise e debilidade do sindicalismo que não conseguiu se adaptar aos novos ventos políticos e econômicos[47]".

Para assegurar estabilidade política e governabilidade das medidas do programa de ajuste estrutural, foi criado um "modelo democrático" claramente articulado com os preceitos neoliberais. As políticas neoliberais não se referem apenas ao âmbito econômico, elas se desdobram nos âmbitos econômico, social, cultural, e impactam as relações entre Estado e sociedade civil, introduzindo um novo tipo de relação que se baseia numa concepção minimalista de Estado e de democracia (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Para a realidade boliviana, um objetivo imediato para o desenvolvimento das medidas foi redefinir as "regras do jogo democrático" no sentido de limitar, ou funcionar como "muro de contenção" às demandas participativas do sindicalismo, ante o reconhecimento das consequências sociais das medidas de reforma estrutural previstas, e do histórico da COB como principal aglutinadora das demandas de amplos setores sociais, não exclusivamente sindicais; e como

[45] O governo foi incapaz, no entanto, de fechar ou privatizar a COMIBOL completamente, na medida em que ela havia sido criada por mudanças constitucionais que emergiram da Revolução de 52. Embora houvesse esse empecilho, chegou a um resultado próximo, alcançando seus objetivos, na medida em que se desfez de seus ativos e deixou sem efeito seus subsídios (KOHL; FARTHING, 2007).

[46] Entre os dirigentes sindicais confinados estava Juan Lechín, histórico dirigente mineiro que esteve por várias décadas à frente da COB. Esse evento teria também demarcado o fim da liderança indiscutível de Lechín (MESA, 2008).

[47] Da década de 1950, até meados da década de 1980, é incontestável o papel de um movimento sindical "explicitamente classista e organizado em torno da COB", como principal ente de oposição aos governos desde "o campo popular", apresentando enorme força de um extremo a outro da sociedade boliviana. No entanto, esse mesmo movimento, articulado em torno da COB, foi incapaz de capitalizar oportunidades políticas para criar uma frente eficaz com a socialdemocrata UDP em 1982. A rigidez da estrutura interna da COB a tornaram, também, incapaz de manter minimamente sua capacidade organizativa e de mobilização frente aos efeitos do programa de ajuste estrutural (PAE) de 1985. "Encabeçada tradicionalmente por mineiros, considerados desde sempre a vanguarda da classe operária pela esquerda boliviana, a estrutura institucional da COB impediu sua adaptação à dinâmica distinta a partir do PAE. [...] Como carecia da flexibilidade requerida para promover novas lideranças de setores laborais mais poderosos como a Confederación de Maestros, em grande medida, integrada por mulheres, assim com a [Confederación] de campesinos, sua influência caiu progressivamente" (KHOL; FAIRTHING, 2007).

acionadora de uma política de confrontação que podia ser profundamente desestabilizadora (GUEVARA; AGUILAR, 2006).

Diante da experiência administrativa da UDP, que teria evidenciado sérias dificuldades para governar o país sem uma maioria parlamentar, o governo de Paz Estenssoro estruturou um novo arranjo político para que a governabilidade fosse assegurada, isto é, o estabelecimento de coalizões parlamentares com base em negociações e acordos entre os partidos políticos mais influentes, que seriam consolidadas mediante um processo de alternância do executivo, chamado *cuotéo*, que incluía a distribuição de cotas de cargos importantes na composição dos governos, bem como "benefícios" estatais, conformando o que ficou conhecido como *democracia pactuada*. Com esse tipo de expediente, o governo assegurou uma maioria parlamentar, e conseguiu isolar eficazmente a oposição, consolidando condições de governabilidade (KOHL, FARTHING, 2007), no entanto, ao mesmo tempo, "estabeleceu um circuito fechado de poder" entre três partidos, MNR, ADN e MIR, que passariam a controlar seis governos num período de dezoito anos (MESA, 2008, p. 607).

Esse tido de arranjo político se tornou possível em virtude do princípio constitucional, já referido, que assegurava a prerrogativa de decidir quem seria o presidente da república ao Congresso, caso não houvesse uma maioria absoluta para um dos candidatos nas eleições presidenciais. O governo de Paz Estenssoro introduziu também uma importante reforma institucional no sistema político e eleitoral, desencadeando medidas de descentralização política e administrativa que promoveram o (re)estabelecimento das eleições municipais, que, a partir de 1987, passaram a ocorrer a cada dois anos, ininterruptamente.

Em linhas gerais, com o novo cenário político e institucional, os partidos políticos mais influentes passaram a se manifestar mais como instrumentos pragmáticos do que expressivos de orientações político-ideológicas, o que estava em consonância com o funcionamento de um sistema multipartidário de caráter *pactista* e clientelista (MAYORGA, 1991). Esses partidos se moveriam, dominantemente, sob uma lógica clientelista e patrimonial em relação à organização estatal; lógica que, segundo Mayorga (1995), estaria profundamente enraizada em todos os espaços de poder. É nesse sentido que, especialmente o tema do clientelismo, passa a ser bastante destacado na literatura boliviana a partir de então.

A despeito de uma retórica neoliberal afirmativa de um tipo de organização política institucional mais descentralizada, como um fator de "modernização política", o que se assistiu na Bolívia com a descentralização foi a pavimentação de condições para uma disseminação da prática de clientelismo político talvez como nunca antes vista no país.

Concentrado o poder nos três principais partidos, segundo Carlos Mesa, "a corrupção penetrou nas estruturas administrativas e se deu uma progressiva conversão dos partidos em maquinárias eleitorais, mas do que instrumentos genuínos de representação dos interesses da sociedade" (MESA, 2008, p. 607).

As novas configurações políticas e institucionais produziram efeitos no campo dos movimentos sociais bolivianos, no entender de Máximo Quisbert, impondo limites à "espontaneidade popular, e suas formas próprias de exercício do poder político". Os partidos políticos tradicionais vão se tornar "mediadores monopólicos das demandas sociais", e ainda que sua legitimidade possa ser colocada em dúvida, o poder que dispõem lhes assegura condições para ativar redes de clientelismo político que, não raramente, "ata Estado com os organismos da sociedade civil" (QUISBERT, 2003, p. 6). Os partidos políticos passam, assim, a se projetar em substituição a formas características de mediação política na sociedade boliviana, desempenhadas especialmente pelos sindicatos (LINERA, 2008b; KOHL; FARTHING, 2007).

Todos esses aspectos, isto é, as medidas de ajuste estrutural incluídas na NPE, as mudanças político-institucionais e os mecanismos criados para assegurar governabilidade do projeto modernizante neoliberal, juntamente com os impactos das demissões massivas na base social do setor sindical e da COB, bem como o concomitante debilitamento do nacionalismo revolucionário, e a aceitação crescente dos princípios que constituem o projeto neoliberal, vão produzir impactos importantes no tecido associativo e movimentalista boliviano, de maneira que podemos falar em refluxo, maior fragmentação, diminuição da presença de movimentos sociais e de eventos de protesto etc.

Certamente, um dos aspectos mais significativos nesse período foi o avanço em termos de hegemonização de um projeto de modernização neoliberal em amplos setores da sociedade boliviana, "mediante a exitosa estabilização econômica do país e o enfraquecimento da capacidade da classe trabalhadora de enfrentar o Estado" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 111). Configurou-se um contexto no qual, segundo García Linera, "o pensamento conservador e de direita, discursivamente apresentado como renovador e progressista, monopolizou o cenário das representações legítimas de mundo", onde as visões de mundo dominantes, "aceitas por governantes e governados, estiveram marcadas pela ideologia do livre mercado, pela crença no papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento e pelo *cuoteo* multipartidário como sinônimo de governabilidade" (LINERA, 2008, p. 13).

Ainda na segunda metade da década de 1980, outro fenômeno profundamente relevante na vida política do país, e que teria grande significação na cidade de El Alto, foi a criação de dois partidos políticos: o Unidad Cívica Solidariedad (UCS) e o Consciencia de Pátria (CONDEPA), precisamente no mesmo ano, 1988. A experiência frustrada do governo da UDP, o arrefecimento da capacidade da ação da COB, juntamente com acontecimento mundiais (como o desmoronamento do socialismo na Europa), debilitaram severamente a esquerda boliviana. Esse cenário favoreceu o surgimento de novos partidos de corte populista ou "neopopulista" como preferem Quispert (2003) e Mayorga (1995). O UCS foi liderado pelo empresário cervejeiro Max Fernández, e o CONDEPA, pelo cantor folclórico e depois comunicador social com grande vinculação com o departamento de La Paz, Carlos Palenque. O UCS não chegou a desenvolver um programa ideológico claro e se apoiou basicamente numa política da troca de favores para conseguir respaldo popular. O CONDEPA, por outro lado, projetou uma "ideologia alimentada por ex-militantes da esquerda nacional, [que] recuperava os princípios já conhecidos do Estado de 52". No entanto, foi apoiado no carisma de Palenque, e com base na influência do seu sistema de comunicação de rádio e televisão RTP (Radio Televisión Popular), e especialmente no programa La Tribuna Libre del Pueblo, conduzido pelo próprio Carlos Palenque, que o CONDEPA se converteu num partido invencível nas cidades de La Paz e El Alto (MESA, 2008, p. 585-589).

Máximo Quisbert entende que a emergência desse fenômeno está associada à desestruturação das formas de mediação anteriores entre Estado e sociedade civil, à crise do movimento operário, à crise econômica e social dos anos 1980 e seu agravamento em consequência das medidas da NPE, e à incapacidade dos partidos tradicionais de representar e canalizar as demandas dos setores sociais historicamente excluídos da vida política. Nesse sentido, a virtude dos "neopopulistas" teria residido "em sua capacidade de interpelar politicamente setores majoritariamente marginalizados, excluídos e, sobretudo, discriminados, reconhecendo as ações corporativas e as práticas culturais desses setores" (QUISBERT, 2003, p. 52).

O CONDEPA, então, encarnou setores marginalizados e excluídos pela elite política, reconhecida como "crioula mestiça", que "monopolizava a cultura legítima", isto é, urbana, ocidental, moderna, associada ao "estilo de vida" pacenho ou de estratos altos e médios da cidade de La Paz, denunciando injustiças sociais sofridas cotidianamente por esses setores marginalizados. Fazia isso se apropriando do discurso e das lógicas do universo indígena campesino andino. Nesse sentido, de acordo com Quispert:

> Foi um partido que não só expressou, mas também reivindicou a reciprocidade e a cultura andina, de forma prática, mas também distorcida, desde espaços comunicativos que permitiam uma irradiação instantânea da imagem e do carisma de Palenque e seus colaboradores imediatos (QUISPERT, 2003, p. 53).

Os resultados eleitorais do partido do "compadre Palenque" produziram grande surpresa em seus adversários políticos, já que subitamente tinha alcançado níveis impensáveis de votação. Em 1989, o CONDEPA ganha as eleições municipais em El Alto e La Paz e termina em quarto lugar nas votações nacionais. A lealdade eleitoral de um grande contingente da população do departamento de La Paz permaneceu por quase uma década, até o falecimento inesperado de Palenque em 1997, vitimado por um infarte.

Em 1989 ocorrem novas eleições presidenciais, e estas são vencidas por Sánchez de Lozada, do MNR, com 25,6% dos votos. O inesperado triunfo de Lozada desencadeará, no entanto, um processo de manipulação de resultados na corte eleitoral, sob o argumento de que teria ocorrido um "triplo empate" entre os três primeiros candidatos mais votados. Em agosto de 1989, o Congresso Nacional, finalmente, decide consagrar Paz Zamora, do MIR, presidente da república. Pela primeira vez na história, o Congresso declara e consagra, como presidente, o terceiro colocado nas eleições presidenciais (MESA, 2008). Uma vez mais acordos de cúpulas partidárias decidem a eleição.

O MIR levou a cabo a segunda gestão neoliberal, sob o chamado Acordo Patriótico, aliança entre MIR e ADN. O acordo "ratificava a lógica do pacto pela democracia" que, ao mesmo tempo em que permitiu condições de articulação e diálogo entre as forças políticas tradicionais mais influentes do país, "abriu uma etapa de pragmatismo quase cínico que justificava qualquer coisa em nome da 'governabilidade'" (MESA, 2008, p. 589).

O governo de Paz Zamora manteve as orientações da NPE, seguiu, em linhas gerais, a política monetária e de abertura de mercados do seu antecessor. Deu curso a medidas de privatização. Conseguiu atrair capital privado, com investimentos superiores a 200 milhões de dólares no setor de mineração. As maiores críticas sofridas pelo governo de Zamora foram relativas ao alto nível de corrupção de seus funcionários (MESA, 2008).

Em junho de 1993, Sánchez de Lozada ganha pela segunda vez, no voto popular, as eleições presidenciais, com 35,6% dos votos. Dessa vez, o parlamento decide consagrá-lo como presidente da república. Lozada governou o país entre 1993 e 1997, aplicando o intitulado Plan de Todos, um ambicioso programa de reformas estruturais que transformaria

profundamente o Estado boliviano. Para Fairthing e Kohl, um programa integral que completou em plenitude as políticas neoliberais introduzidas pela NPE de 1985. Lozada conseguiu em seu governo promover uma "democracia de mercado caracterizada por uma economia capitalista com o mínimo de regulação por parte de um Estado apequenado, limitado e formalmente democrático". Buscou de forma agressiva atrair capital estrangeiro para que investisse nos recursos naturais existentes no território nacional (FAIRTHING; KOHL, 2007, p. 145).

O Plan de Todos incluiu uma reforma da Constituição Política de Estado, do sistema judicial e dos sistemas de pensão e educação, e medidas de descentralização administrativa e fiscal; além de uma "nova reforma agrária" e a privatização das maiores empresas públicas estatais do país. Para muitos, com o Plan de Todos, Sánchez de Lozada teria introduzido inovações significativas em termos de medidas dirigidas à reestruturação neoliberal, em sintonia com as expectativas de expansão do capital transnacional, convertendo seu programa em modelo elogiado internacionalmente, e mais tarde tendo algumas de suas medidas aplicadas em outros países. O Plan de todos foi além das políticas corte nos gastos públicos e da abertura de setores limitados da economia nacional ao capital privado, que foi uma tônica do NPE. Ele buscava aprofundar e ampliar a "democracia de mercado, alterando o papel do Estado, sua relação com os cidadãos e mesmo o caráter da cidadania"; "desenhou um novo Estado" em "substituição ao Estado modernizante, centralizador e mestiço de 1952" (FAIRTHING; KOHL, 2007, p. 146-147).

Uma iniciativa com grande simbolismo foi a aproximação de Lozada a Victor Hugo Cárdenas, do Movimiento Revolucionário Tupac Katari - Liberación (MRTK-L), que logo viria a assumir a vice-presidência da república em sua coligação. Cárdenas jogou um papel central na reforma educativa e na ampliação dos direitos dos indígenas. No sentido de anular vozes dissonantes e discordantes, Lozada também se aproximou e recrutou "militantes de partidos socialdemocratas, que haviam conformado previamente um núcleo eloquente da oposição, para que formassem parte das agências de desenvolvimento rural e de política social", o que terminou por imobilizar "boa parte da resistência às novas políticas", ao mesmo tempo em que excluía, "deliberadamente, o movimento laboral de assumir qualquer papel proativo dentro de seu governo", fragmentando ainda mais a esquerda (FAIRTHING; KOHL, 2007, p. 150). Além disso, vários aspectos se conjugaram, no inicio da década de 1990, favorecendo a implementação do Plan de Todos: crescimento econômico relativo, um elevado

nível de cooperação internacional, o crescimento mais lento da dívida, a diminuição do déficit fiscal, são alguns desses aspectos.

Os carros-chefe do seu programa de governo foram sua proposta de "capitalização", que consistiu numa forma de "privatização branda", e um programa institucional de "participação popular" que avançou no processo de descentralização administrativa iniciado por Estenssoro.

A chamada Lei de Capitalização, aprovada em 1994, foi o principal eixo do programa de governo, representando também as medidas em torno das quais a opinião pública mais resistiu. A "capitalização" foi concebida como "privatização com conteúdo social". A Lei resulta, em grade medida, de pressões das instituições financeiras internacionais e dos EUA sobre a Bolívia para que fossem privatizadas as maiores empresas públicas estatais. Diferentemente do que tinha ocorrida antes em matéria de privatização (isto é, a privatização de certo número de pequenas empresas), com as medidas de "capitalização", o governo realizou a venda parcial de cinco das maiores empresas de propriedade estatal, que representavam juntas cerca de 60% dos rendimentos estatais. A inovação trazida pelo governo de Lozada consistiu no fato de que, com a "capitalização", o governo mantinha como propriedade dos bolivianos a metade das ações das empresas "capitalizadas", e os rendimentos gerados por esse pacote acionário deveriam ser revertidos, inicialmente, para cobrir um déficit no fundo de pensões[48], e para a introdução do denominado Bônus Solidariedade, o Bonosol (FAIRTHING; KOHL, 2007).

Entre 1995 e 1996 foram capitalizadas as cinco maiores empresas estatais do país: Yacimiento Petrolíferos Fiscales de Bolivia (YPFB), Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), Lloyd Aéreo Boliviano (LAB), Empresa Nacional de Electricidad e Empresa Nacional Ferrocarriles (ENFE). Das grandes a única que restou por falta de comprador foi a Empresa Nacional de Fundición (ENAF). Para dar seguimento às medidas de "capitalização" o governo criou leis complementares como a de telecomunicações, a de hidrocarbonetos e a de eletricidade.

O Bonosol consistiu num benefício tangível para a população. O montante proveniente da rentabilidade dos 50% das ações que pertenciam aos bolivianos garantiu rendimentos para o pagamento de um bônus anual, vitalício, a todos os bolivianos maiores de 65 anos, sem

[48] Tinha-se a expectativa de que os rendimentos provenientes da "capitalização" pudessem tirar o sistema nacional de pensões, que cobria 300 mil trabalhadores assegurados em uns 35 fundos diferentes, de uma grave crise. A hiperinflação da década de 1980 tinha convertido os investimentos nos fundos em nada e as demissões massivas produziram uma diminuição do número de trabalhadores ativos *versus* passivos (FAIRTHING; KOHL, 2007).

distinção, e assim mais de 350.000 bolivianos receberam, cada um, 248 dólares a partir de 1997, logrando-se, pela primeira vez na história da Bolívia, uma espécie de "sistema universal de aposentadoria" (MESA, 2008, p. 597-598).

As medidas de "capitalização" produziram, por sua vez, uma significativa alta dos preços, em razão do descongelamento tarifário ou simplesmente da eliminação dos subsídios estatais. Noutros termos, pode-se verificar efeitos contraditórios da reestruturação econômica: se, por um lado, o Bonosol ou "pensão por velhice", se expandiu efetivamente produzindo benefícios sociais; por outro, a perda do rendimento com os setores de telecomunicações e de hidrocarbonetos, em virtude da "capitalização", devastou o orçamento nacional produzindo importantes consequências para o conjunto da população boliviana. A perda de rendimentos provenientes da "capitalização", que incidiu sobre a exploração e distribuição do gás e do petróleo, contribuiu para um déficit fiscal de $us 470 milhões em 1997, obrigando a redução dos gastos públicos, com cortes importantes na saúde e na educação. Os chamados fundos de co-participação tributária, que eram a fonte de boa parte dos recursos que os municípios pequenos recolhiam, caíram, em 1999, a aproximadamente 20% em termos reais. A situação foi agravada pelo fato de que o governo tinha perdido grande parte de sua capacidade de controlar os preços de serviços prestados pelas empresas capitalizadas. As altas posteriores nos custos de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) doméstico e do transporte público afetaram desproporcionalmente os bolivianos mais pobres (FAIRTHING; KOHL, 2007).

Um dos aspectos mais contraditórios da "capitalização" consistiu na convivência de um novo patamar de exploração do gás (que apresentou um aumento exponencial) com a não efetivação de uma matriz energética baseada na expansão das redes urbanas de gás natural, que cobrisse os requerimentos domiciliares de consumo de uma população dependente de gás líquido, querosene ou lenha nas áreas rurais. O potencial gasífero dos campos de hidrocarbonetos do país já era divisado desde a década de 1970, mas, como afirma Carlos Mesa, foi só a partir do contrato de venda ao Brasil (em 1994), do processo de "capitalização" da YPFB (a partir de 1996) e com a promulgação da nova Lei de Hidrocarbonetos (1996), que esse potencial se converteu em realidade, fazendo da Bolívia um país com uma das maiores reservas de gás do mundo (MESA, 2008).

Outra linha de força do programa de governo de Lozada, contemplando crescentes pressões regionais, foi uma reforma administrativa que desencadeou um aprofundamento do processo de descentralização municipal, já iniciado com a Lei Eleitoral de 1986, promulgada no governo de Paz Estenssoro. A reforma modificou o sistema de representação de deputados.

Antes os deputados que ocupavam assentos no parlamento eram definidos exclusivamente de acordo com um sistema de listas definidas pelos partidos políticos. Com a reforma, metade dos assentos passou a ser ocupado por deputados eleitos por circunscrições[49] (FAIRTHING; KOHL, 2007).

Essa descentralização, no entanto, se concretizou mantendo a prerrogativa do presidente da república de designar os prefeitos departamentais (similar a governadores, no caso do Brasil), mas estabeleceu um Conselho Departamental presidido pelo prefeito e integrado por conselheiros representantes de todas as províncias do departamento e da capital departamental (MESA, 2008).

Um processo mais integral de descentralização se concretizou com a promulgação, em 1994, da Lei de Participação Popular (LPP), que conferiu um marco jurídico destinado a normatizar a participação ancorada no espaço local. A proposta da LPP estava articulada coerentemente como o conjunto de medidas de reforma neoliberal em curso e incluídas no Plan de Todos, sendo concebida como compensadora do alto custo social do programa de ajuste estrutural. Sua implementação, no entanto, logo revelaria contradições entre avanços e retrocessos no quadro da vida política boliviana.

Embora propusesse ainda em seu artigo primeiro o objetivo de "articular as comunidades indígenas, campesinas e urbanas à vida jurídica e política do país e fortalecer os instrumentos políticos e econômicos necessários para consolidar a democracia representativa facilitando a participação cidadã", a LPP foi

> desenhada 'desde cima', sem a participação das organizações da sociedade civil, negando inclusive formas locais de participação, através do desenho de instrumentos artificiais nos quais o Estado define os procedimentos para a participação: sujeitos, momentos, funções, formas de apresentar demandas e exercer o controle social. (...) [Os instrumentos vinculados a LPP responderiam] a uma ótica modernizante, que nega a tradição coletivista da história da participação social na Bolívia (GUEVARA; AGUILAR, 2006, p. 24-25).

Se, por um lado, a LPP culminou na criação de condições para a delimitação de 311 municípios com jurisdição própria, em todo país, e não apenas no âmbito urbano, representando algo absolutamente novo num país tão concentrado administrativamente como a Bolívia[50]. Por outro, os formatos institucionais criados para a participação local

[49] De acordo com Fairthing e Kohl (2007, p. 155): "O impacto desta mudança no cenário político do país se sentiu imediatamente depois das eleições municipais de 1995, quando cultivadores de coca de Cochabamba obtiveram cinco deputados provenientes de suas próprias filas".

[50] Na Bolívia se divide, territorialmente, em nove departamentos, que comportam várias províncias, cujo número em geral, se define em função do tamanho físico e populacional do departamento. Cada província, por sua vez,

reproduziram uma "intermediação obrigatória dos partidos políticos" a cargo das decisões municipais (GUEVARA; AGUILAR, 2006, p. 24), restringindo as possibilidades de participação direta das organizações da sociedade civil.

Os pilares da LPP são: reordenamento administrativo do país com base em governos municipais autônomos; melhora das condições de vida da população local a partir da descentralização de recursos específicos de co-participação tributária; criação de novos mecanismos de enlace entre Estado e sociedade civil: as Organizações Territoriais de Base (OTB) e os Comitês de Vigilância (CV); e a ampliação de mecanismos de planificação participativa na estruturação das demandas dos habitantes dos municípios. Essa planificação participativa foi apresentada como uma inovada maneira de combinar democracia direta com democracia representativa (GUEVARA; AGUILAR, 2006).

A lógica fundamental da LPP foi transferir um montante de recursos, do orçamento geral nacional, para governos municipais, de acordo com o número de habitantes do município. Os recursos totais provinham de fundos de co-participação, isto é, o montante destinado à LPP era constituído com recursos de um fundo de 20% das arrecadações nacionais e 100% das arrecadações municipais, que cada município deveria administrar e investir diretamente.

Pela primeira vez no país, a área rural, historicamente esquecida pelo Estado, recebia recursos de co-participação em uma conta em nome da cada município. Esse dinheiro deveria ser administrado pela própria "comunidade" através do Conselho Municipal (espécie de Câmara de Vereadores, para o caso brasileiro) e mediante a criação das OTBs, que consistiu na maneira através da qual, organizações já estruturadas e de caráter territorial, como *ayllus*, comunidades originárias e juntas vicinais, foram concebidas pela LPP como organizações mediadoras da participação nas decisões relativas à destinação dos recursos. Outro ente envolvido e criado a partir da LPP foi, como já mencionamos, o Comitê de Vigilância (CV), ente com o poder de propor projetos e fiscalizar a administração dos fundos por parte do município.

Pretendia-se que, com a LPP, o governo municipal estivesse mais próximo das pessoas, "de modo que os cidadãos pudessem assegurar que suas autoridades prestem contas" (FAIRTHING; KOHL, 2007, p. 155) da aplicação de recursos orçamentários. Ademais se

---

se divide em seções (de uma a quatro por província, e excepcionalmente cinco). Administrativamente, os departamentos correspondem a uma instância de governo regional (antes denominada prefectura e hoje governación departamental), cujo titular era nomeado pelo presidente da república. O processo de descentralização administrativa não alterou essa prerrogativa do governo nacional (PÉREZ, 2006).

esperava também que as novas formas de participação, mais diretas, contribuíssem com uma redução da corrupção no nível local.

Não restam dúvidas de que, pelo menos em alguns casos, com a possibilidade de eleições diretas de conselheiros municipais em pequenas seções de províncias (cidades menores, invariavelmente no campo) e ao redistribuir os recursos do orçamento nacional mediante a co-participação tributária, se ampliou significativamente espaços de participação e de exercício da cidadania política e social. Por outro lado, ao desabilitar decisões em relação à eleição de prefeito departamental e concentrar-se na participação estritamente local, o Plan de Todos,

> efetivamente alcançou aquilo que se demonstrou ser um objetivo chave da descentralização neoliberal: reduzir o grau de incidência de governos em esferas mais locais que pudesse interferir no funcionamento do mercado. A LPP pretendeu canalizar a oposição política tradicionalmente ingovernável para a escala local a fim de contê-la dentro de limites estabelecidos (FAIRTHING; KOHL, 2007, p. 160-161).

A LPP encarnava, dessa maneira, uma forma altamente regulada de cidadania participativa como parte de um projeto hegemônico que buscava definir limites sobre o que se podia alcançar.

Com esse novo formato de relação entre Estado e sociedade civil, com a demarcação de atores específicos legítimos de intermediação, e com o protagonismo de partidos políticos afinados com práticas de clientelização política, ocorre um bloqueio de processos de participação e decisão onde se articulava dominantemente a *política popular* boliviana. Nesse sentido, Guevara e Aguilar (2006, p. 25) identificam que as reformas político-institucionais neoliberais levaram a um fechamento "de espaços de participação e decisão das organizações funcionais, mais ligadas ao mundo do trabalho", situação que proscreveu da política institucional as organizações sindicais, "retirando delas, definitivamente, a faculdade de intermediação política". Por outro lado, buscaram, ao mesmo tempo, "desativar as ações comunitaristas (sic.) [tanto no campo como na cidade] através da imposição de uma série de mecanismos que introduzem uma nova racionalidade burocrática estatal", que deveria ser apropriada pelos atores sociais territoriais para participar nos espaços institucionais disponíveis, demarcando não apenas uma forma de participação como também conteúdos a serem objetos de atenção.

Em 1997, o outrora ditador Hugo Banzer (ADN) ganha às eleições presidenciais com 22,3%, a porcentagem de votos mais baixa obtida por um candidato ganhador de eleição presidencial na história eleitoral da Bolívia. No entanto, o parlamento ratificou, pela segunda vez seguida, o ganhador na votação popular. Segundo Kohl e Farthing (2007, p. 241), mais do que "um súbito aumento em popularidade", a vitória banzerista de 1997 refletiu uma maior fragmentação do eleitorado, em virtude da captura de cerca de 33% dos votos pelo CONDEPA e UCS, juntos. Esses partidos teriam atraído muitos eleitores de outros partidos tradicionais, como o MIR e o MNR.

O governo Banzer se converteu no quarto governo sucessivo a abraçar as políticas neoliberais. Para assegurar sua governabilidade, encabeça uma mega coalizão, se aliando a Nueva Fuerza Republicana (NFR), CONDEPA, MIR e UCS, o que lhe deu a maioria de dois terços do parlamento, permitindo-lhe ampla margem de decisão e possibilitando condições para que efetuasse algumas mudanças nas reformas estruturais de Lozada. No entanto, a marca de sua gestão foi a inexistência de um programa de governo claro e a conformação de alianças heterogênea e instáveis.

Ainda em dezembro de 1997, o governo decretou um aumento dos preços de combustíveis em 27%, gerando uma primeira queda de sua popularidade. Um aumento periódico dos preços, em razão da moderada subida dos preços do petróleo no plano internacional, obrigou o governo a congelar os preços de combustíveis num convênio com as produtoras, o que o levou a assumir um gasto adicional comprometendo o Tesoro General de la Nación (TGN) para compensar as defasagens de preços (MESA, 2008).

Sem um programa de governo claro (GISBERT, 2008) e uma estratégia econômica coerente (KOHL; FARTHING, 2007), o Plan Dignidad de Banzer buscou se sustentar em duas políticas prioritárias: (1) o desenvolvimento da microempresa e (2) a erradicação da folha de coca. Políticas que refletiam "não só a perda da soberania estatal, mas também da capacidade de imaginar um papel pró-ativo para um governo neoliberal", em contraste com o ambicioso programa de "capitalização" de Lozada. Com base no argumento de que "os Estados com uma normatividade exagerada sufocava o inato espírito empreendedor das pessoas", Banzer buscou institucionalizar programas de microcrédito, num intento de converter vendedores ambulantes, artesãos e pequenos empreendimentos familiares, setores característicos da economia informal, em "motores principais por trás do desenvolvimento econômico". As críticas a esse programa alertavam que "ainda que as microempresas oferecessem uma estratégia de sobrevivência em uma economia urbana com poucos empregos

disponíveis, nunca poderia ser a base de uma economia produtiva moderna", o que revela "um Estado essencialmente incapaz de imaginar políticas de absorção da força laboral do país" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 241-242).

Por outro lado, pouco depois de iniciado, o governo sucumbiu à pressão que os EUA vinham aplicando constantemente desde meados da década de 1980 para incrementar o nível das campanhas de erradicação do cultivo da folha de coca. Em 1998, Bánzer se compromete em utilizar as forças armadas para atingir a meta de erradicar, ao término de seu mandato, toda produção de folha de coca acima de 12 mil hectares, o que era considerado suficiente e legal para assegurar os usos andinos tradicionais, como o *acullico*[51]. Estruturou-se, então, um programa de erradicação agressivo e frequentemente violento chamado Coca Zero, cuja propaganda foi o enfrentamento frontal ao narcotráfico. As ações do governo foram exitosas em erradicar o cultivo considerado excedente da folha de coca, mas o fez deixando rastros da violência institucional no Chapare, região subtropical ao leste da cidade de Cochabamba na qual se concentra boa parte da produção da folha de coca. Segundo Kohl e Farthing (2007, p. 243): "Essa política provocou um conflito de baixa intensidade com cerca de 45.000 famílias que vivem no Chapare". Os *cocaleros*, cultivadores da folha de coca, haviam resistido anteriormente aos intentos de incursão militar na região do Chapare, e mantiveram-se resistindo e lutando na nova conjuntura, no entanto, apesar dos contínuos enfrentamentos e demonstrações de organização e disposição em não declinar de sua resistência, não conseguiram fazer o governo Bánzer retroceder[52].

Mediante vigorosa repressão militar, que teve como saldo uma infinidade de atos de violação dos direitos humanos, quase uma centena de mortos e vários feridos, entre 1997 e 2001, o governo consegue alcançar o nível mais alto de erradicação do plantio de folha de

[51] Ato costumeiro na região andina de mascar folhas de coca, com vistas a evitar ou diminuir os efeitos da altitude e a sensação de fadiga.

[52]A região do Chapare cochabambino começou a crescer a partir de programas de colonização na década de 1970, e nos anos 1980 apresentou um crescimento exponencial durante o auge da demanda de cocaína por parte do mercado consumidor estadunidense. O cocaleros tem origens variadas: a maioria tem origem quéchua e provem da região dos vales do departamento de Cochabamba, outros tem origem aimará, além de mineiros "relocalizados", outros faziam parte de populações urbanas empobrecidas e que se deram conta que o Chapare consistia numa oportunidade para obter sustento. Na medida em que colonizavam o Chapare, frequentemente sem apoio estatal, os cocaleros construíam fortes organizações locais. Criaram organizações sindicais com base nas mesmas lógicas organizativas dos sindicatos campesinos espalhados pelo país. Isto é, organizações que atuam como governos locais, designando a terra e mediando os conflitos tanto internos às comunidades como entre diferentes comunidades. Ademais de estabelecer contribuições para o funcionamento da organização e para a construção de escolas, de esgotamentos sanitários e projetos comunitários variados, face ao fato de que o governo central tinha pouca presença nas áreas rurais. Os sindicatos se organizaram ainda em Federações e estas alcançaram maior legitimidade na medida em que foram criadas oportunidades institucionais para que obtivessem o controle dos novos governos municipais da região do Chapare depois das eleições municipais de 1995. A partir de então, quase sem exceção, os prefeitos, conselheiros (vereadores, para o caso do Brasil) e deputados do Chapare provem dos sindicatos cocaleros (KHOL; FAIRTHING, 2007; URQUIDI, 2007).

coca na história, mais de 25.000 hectares foram eliminados. Por outro lado, se cessou uma compensação monetária direta, concedida aos produtores por hectare erradicado; compensação de contava com o aporte de recursos provindos de convênio com os EUA. Em virtude dos impactos da erradicação do cultivo de folha de coca na economia popular, esse se torna um dos fatores mais importantes para a definição da crise social que vai se abater sobre a Bolívia. Sem a compensação adequada e prometida pelos EUA, as ações do governo não tiveram como preencher o vazio de rendimentos dos produtores de folha de coca, e contornar o declínio de toda atividade econômica envolvida nesse setor (legal e ilegal), calculada em torno de 300-500 milhões de dólares/ano, com consequências muito significativas na deprimida economia boliviana. Nesse sentido, segundo Khol e Fairthing (2007, p. 243), "o triunfo da erradicação forçosa praticamente destruiu a economia regional de Cochabamba, com repercussões que foram sentidas em todo país". Tão frustrante quando a ausência da contrapartida esperada dos EUA foi a constatação de que a política de erradicação da folha de coca, não logrou erradicar o narcotráfico (MESA, 2008).

O confronto entre os cocaleros organizados e as forças militares do governo Banzer, marcou o desenvolvimento de uma etapa de confrontações mais duras, e que antecipa o ciclo rebelde. No repertório de ação dos produtores de coca, despontaram, com bastante significação, os bloqueios de estradas, reprimidos violentamente pelas forças da ordem (algo que se tornaria comum dali pra frente). Ademais, ao mesmo tempo em que a resistência dos cocaleros recrudesceu o conflito, levando o governo a aplicar ações violentas e antipopulares, foi se despontando e sendo fortalecida a liderança desse setor nos enfrentamentos às políticas neoliberais, com um discurso antiimperialista forte, contrário à ingerência dos EUA nos assuntos nacionais, e que, ao mesmo tempo, revelou um processo de politização da cultura em torno da reivindicação do respeito às práticas ancestrais de cultivo e consumo da folha de coca, entre as populações indígenas campesinas[53]. Por outro lado, com bastante significação ocorreu também uma maior exposição, difusão e fortalecimento, entre os setores populares, da imagem do principal dirigente *cocalero*, Evo Morales.

Entre 1999 e 2001, vários fatores se somaram demarcando um acirramento do quadro de crise econômica e social que viva o país. Além dos impactos na economia, resultantes da

[53] Os *cocaleros* da região do Chapare se tornaram os responsáveis por boa parte da dinâmica movimentalista mais vigorosa no campo dos movimentos sociais bolivianos, ante o recrudescimento dos atos de violação dos direitos humanos e das promessas não cumpridas de desenvolvimento alternativo, configurando um cenário explosivo. Ante o declínio da COB, os *cocaleros* se converteram, assim, na prática e no imaginário nacional, no movimento social mais poderoso do país.

erradicação do cultivo da folha de coca, em 1999 a economia argentina entrou em colapso, fazendo com que os mais de 1,5 milhões de bolivianos que vivem naquele país, não pudessem continuar enviando remessas de dinheiro que contribuíam decisivamente para o sustento de suas famílias e comunidades. Muito voltaram buscando se restabelecer na Bolívia (KOHL; FARTHING, 2007). Foi um período difícil para a economia, com problemas de recessão que baixaram drasticamente o crescimento do país, de 5,03%, em 1998, para pouco mais de 1%, em 2001. Nessa contração da atividade econômica refletiram aspectos diversos, como: queda das exportações, ligada à crise da Ásia, brasileira, argentina, e a permanente depressão dos preços de matérias-primas, afetando dois setores cruciais, mineração e a produção de soja. Nesse cenário, não obstante apresentasse indicadores macroeconômicos controlados, com uma queda da inflação alcançando um recorde histórico de 0,92% em 2001, a economia revelou um nível altamente recessivo, totalmente carente de liquidez (MESA, 2008).

A crise econômica desencadeou, por parte do governo, uma desesperada busca de captação de maior investimento externo como alternativa para contornar seus efeitos, levando o governo Bánzer a privatizar a estatal de hidrocarbonetos (YPFB), passando seu controle a empresas transnacionais. Sua prática privatista no setor incluiu a venda de refinarias de petróleo e de instalações de fundição de estanho, o que, de acordo com Mesa (2008, p. 613), resultou paradoxal, uma vez que o governo Banzer havia criticado duramente a "capitalização" do governo anterior, e agora levava a cabo uma "privatização pura e dura". As privatizações terminaram por recrudescer ainda mais a crise social. A redução do montante de recursos proveniente do manejo estatal da YPFB (gás e petróleo), em relação aos impostos pagos por empresas privatizadas, significou menores montantes de recursos destinados à co-participação tributária. Essa queda diminuiu os investimentos nos municípios, principalmente rurais, o que contribuiu com a criação de um quadro de crescente insatisfação e frustração com o governo central (FAIRTHING; KOHL, 2007).

Estes são aspectos críticos que explicam, em parte, o desdobramento de um processo de crescente interpelação popular e de crise do projeto neoliberal na Bolívia, como veremos mais a frente quando pautarmos o *ciclo rebelde*. Cabe, na sequência, observarmos aspectos importantes na configuração do cenário sociopolítico altenho, e que favorecem uma apreensão das configurações e significações das práticas articulatórias vicinais na urbe altenha nesse período.

6.1.2. Aspectos do cenário sociopolítico altenho no período de hegemonia neoliberal

6.1.2.1. Pluralização do tecido associativo e movimentalista altenho

Como já tínhamos indicado no início deste capítulo, objetivamos, neste momento, apreender relações que podem ser estabelecidas entre as mudanças que vinham ocorrendo no plano nacional, a partir da crise do governo da UDP, da implementação das medidas de estabilização, das reformas estruturais etc. e as dinâmicas sociopolíticas altenhas no mesmo período. E como as mudanças ocorridas no plano nacional e local aportam condições e elementos que entram na conformação das *práticas articulatórias vicinais* e do *contexto de conflitividade* neste momento. Partimos então de um enfoque macro-estruturado visando o espaço das *dinâmicas vicinais* altenhas e suas implicações em termos de conformação de um *contexto de conflitividade* específico.

As consequências sociais das políticas de ajuste estrutural, a nova configuração do sistema político, com suas mudanças político-institucionais no sentido da descentralização, e a nova projeção dos partidos políticos num contexto de pluripartidarismo, com a criação de mecanismos de pactuação parlamentar visando estabilidade política e governabilidade, bem como a revitalização de práticas políticas tradicionais como o clientelismo político; juntamente com aspectos relativos ao debilitamento da matriz do nacionalismo revolucionário, e a perda do vigor que antes tinha o movimento sindical (especialmente de trabalhadores mineiros) e a COB; combinados ainda, ao recrudescimento de aspectos e características do desenvolvimento urbano altenho, vão produzir rebatimentos significativos na dinâmica movimentalista na cidade de El Alto.

A partir do inicio da década de 1980, e especialmente com a NPE, em 1985, fluxos migratórios bastantes intensos foram acolhidos por diversos centros urbanos bolivianos, e especialmente por El Alto, como assinalamos no capítulo anterior. Esses fluxos resultam, em grande medida, das consequências das políticas de ajuste estrutural. Com a liberalização da economia, as fronteiras do país se viram abertas a importação de alimentos, afetando severamente a agricultura campesina, incrementando, assim, o fluxo migratório, campo cidade, em direção a El Alto, um fluxo que já era permanente e sustentado. Ademais, graves efeitos de problemas ambientais, como secas e inundações provocadas pelo fenômeno denominado El Niño, entre 1982 e 1983, aumentaram as dificuldades de manutenção da vida no campo, e contribuíram para a intensificação desse fluxo. Por outro lado, as demissões

massivas em razão das privatizações e do programa de "capitalização", e a exaustão da capacidade de expansão da cidade de La Paz, cujos limites são dados por suas condições geográficas peculiares, são outros aspectos de significativo impacto, intensificando os fluxos migratórios que acentuaram o crescimento desordenado do espaço urbano altenho, ampliando os assentamentos informais e marginais, e, ao mesmo tempo, evidenciaram a baixa capacidade de resolutividade das demandas acumuladas, nesse cenário, por parte da autoridade pública responsável, a administração do governo municipal da cidade de La Paz, a qual o espaço urbano de El Alto estava vinculado como um distrito municipal.

Com o crescimento da migração, especuladores imobiliários atuaram rapidamente criando subdivisões territoriais e "projetos" que traçaram ruas e lotes de terrenos sem maiores considerações por normas de planificação urbana, de forma que a maior parte dos bairros/vilas que estavam se expandindo, carecia de equipamentos e serviços básicos como água potável e saneamento.

Diante da necessidade de inserção no espaço urbano e semi-urbano altenho, de enfrentamento das dificuldades encontradas, migrantes e moradores já estabelecidos, intensificaram, nesse momento, a criação de distintas formas de organização e de mobilização em torno de diversas questões, dando nova projeção a um tecido associativo já bastante diversificado e imbricado. Nesse sentido, merece destaque o fato de que ainda no inicio da década de 1970, além da presença significativa das juntas vicinais espalhadas pelos diferentes bairros/vilas altenhas, estava bastante difundido também um processo associativo em torno de diversos ramos ocupacionais e ofícios, que marcam o complexo quadro da economia informal em El Alto[54]; convivendo ainda com organizações sindicais formais de trabalhadores fabris assalariados.

Esse processo se viu bastante reforçado, com a chegada dos ex-trabalhadores mineiros a partir de 1985, que, como vimos antes, trouxeram suas experiências organizativas e enriqueceram o tecido associativo altenho. Nesse momento ocorre um processo de expansão e pluralização desse tecido, contando com distintos atores e organizações, sendo alguns setores numericamente reforçados, como as juntas de vizinhos e as associações de ocupações setoriais, a exemplo do setor de transporte coletivo, de vários ramos da prática comercial, especialmente os incluídos na categoria *trabajadores por cuenta propia* (comerciantes ambulantes, feirantes etc.). Além de organizações de desempregados, grupos organizados de mulheres (comitês de donas de casa, clubes de mães, grupos de trabalho), organizações

[54] Essas associações são chamadas de *asociaciónes gremiales* na Bolívia.

compostas especificamente por ex-mineiros (associações e comitês de trabalhadores mineiros "relocalizados", grupos de ex-cooperativistas mineiros, comitês de donas de casa formados por mulheres mineiras "relocalizadas") e organizações juvenis e estudantis (centros juvenis, organizações de estudantes por unidades educativas) (GUZMÁN, 2005). Conforme assinalam Sandoval e Sostres (1989), esses processos organizativos têm um caráter flexível, dinâmico e não raramente assumem múltiplas funções, conformando, em conjunto, complexos tecidos sociais estendidos por bairros e zonas.

6.1.2.2. Intensificação da mobilização em torno da autonomia administrativa de El Alto

Diante do quadro de reorganização político-institucional, de uma nova conformação do sistema político, incluindo o processo de descentralização, a cidade de El Alto, por suas características peculiares, vai cobrar lentamente, de acordo com Quisbert (2003, p. 6), "uma enorme importância como espaço de disputa entre partidos", favorecendo a articulação de mecanismos de clientelismo político, que produz efeitos importantes nas práticas articulatórias dos atores sociais altenhos, no sentido da contenção de certa pujança movimentalista vista no período de lutas democráticas e ao longo do governo da UDP.

O crescimento desordenado de El Alto, e a ampliação e acúmulo de demandas não satisfeitas de melhorias nas condições de infraestrutura, de serviços básicos e outras (agravada com os fluxos migratórios intensificados), foram aspectos que contribuíram para que se torna-se cada vez mais premente, entre os moradores de El Alto (novos e antigos), a percepção de que a população estava marginalizada e estigmatizada em relação a outras zonas da cidade de La Paz, melhor assistidas, e, especialmente, em relação à administração do governo municipal de La Paz, a qual El Alto era dependente administrativamente, fortalecendo a pauta de autonomia administrativa, que viria a se converte em uma pauta amplamente convergente de diversos atores sociais altenhos e de partidos políticos atuantes localmente. As mobilizações nessa direção obtiveram uma primeira conquista, ainda em abril de 1970, quando foi criada a subprefeitura de El Alto, como distrito de La Paz. E diante de importantes mobilizações, em 1980 foi dado um passo além com a criação da prefeitura distrital, dentro do processo de descentralização municipal que só se concluiria alguns anos mais tarde.

Um marco nesse processo foi a criação, em 1984, da Frente de Unidad y Reivindicación Independente (FURIA) de El Alto, que manteve a pauta em posição destacada e alimentou, tanto debates como mobilizações, tendo apresentado ainda um projeto de

autonomia administrativa ao Congresso Nacional, com base no qual o parlamento emitiu um parecer favorável à criação da Quarta Seção da Província Murillo do Departamento de La Paz, tendo como sua capital a cidade de El Alto (GUZMÁN, 2005).

Embora já houvesse uma prefeitura distrital em El Alto, um órgão de descentralização administrativa, ante a percepção bastante difundida, na população altenha, de sua insuficiente capacidade decisória, uma vez que quase tudo dependia do governo municipal de La Paz, mobilizações continuavam acontecendo e, frequentemente, se dirigiam à La Paz. Além disso,

> [as] cúpulas partidárias designavam também as autoridades distritais. Tudo isso gerou o rechaço da população altenha, que protagonizou o desdobramento de uma enorme força multitudinária. [E] Uma amostra de sua capacidade de pressão se expressou quando a organização matriz [FEJUVE] impôs seu próprio prefeito distrital em 1984, em meio a grandes negociações e conflitos desatados durante o regime da UDP, já debilitado no exercício do poder (QUISBERT, 2003, p. 46).

A percepção de marginalidade em relação à La Paz, que já estava presente em momentos anteriores, a partir da segunda metade de década de 1980, ante o novo e agravado quadro social altenho, e das novas possibilidades político-institucionais, ganha uma nova projeção, tornando ainda mais persuasivos os argumentos em torno da pauta de autonomia administrativa (como o de que os próprios altenhos deveriam realizar o controle dos recursos orçamentários gerados e investidos em El Alto, e o planejamento de seu desenvolvimento urbano) e, finalmente, em torno à proposta de criação da cidade. Cabe reter que isso ocorreu, em parte, porque encontrou acolhida nas novas condições de oportunidade institucionais, com a descentralização político-administrativa projetada com as reformas de ajuste estrutural de modernização neoliberal; e por ter sido apropriada por partidos políticos novos ou tradicionais, que interpretaram a possibilidade de converter El Alto em cidade, como uma chance de estruturar mais um espaço de poder sob seu controle.

O processo de tramitação que elevou El Alto à condição de cidade percorreu o labirinto jurídico-burocrático boliviano com seus vários ritos. Em 6 de março de 1985, o Congresso Nacional cria a Quarta Seção da Província Murillo, tendo como sua capital El Alto. Três anos mais tarde, em 6 de março de 1988, se aprova, em sessão do Congresso, o reconhecimento da categoria de cidade para El Alto (GUZMÁN, 2005).

Construídas as condições jurídicas, político-institucionais e administrativas, abre-se um novo momento para El Alto e para seus atores sociais. Já estava, plenamente em curso, o período marcado por governos de caráter neoliberal; vivia-se um arrefecimento da presença de recursos discursivos e ideológicos da matriz do nacionalismo revolucionário, e uma

presença crescente, cada vez mais disseminada, de um discurso mais acentuadamente pragmático, associado a princípios e promessas do projeto de modernização neoliberal, como estabilidade, emprego e ordem.

6.1.2.3. FEJUVE El Alto e outras organizações altenhas: entre o desafio da autonomia e a captura clientelista

Embora a FEJUVE tenha surgido como uma organização autônoma em relação ao Estado, ela vai rapidamente se converter, especialmente com o movimento em direção à autonomia administrativa de El Alto, em uma organização extremamente atrativa para vários partidos políticos e governos com vistas nas eleições municipais que passam a ocorrer a partir de 1988, quando El Alto, já como cidade, pode levar adiante suas próprias eleições municipais (LINERA et al., 2008).

Ainda ao longo do governo da UDP, surge um importante quadro de conflitos de interesses no interior da FEJUVE relativos à ingerência de partidos políticos no seu comitê executivo, gerando denúncias de manipulação política. De acordo com Sandoval e Sostres (1989, p.93):

> Essa situação, que repetia práticas supostamente superadas, derivou numa crescente partidarização da orientação e da ação da FEJUVE - El Alto, onde cada vez menos cabiam demandas específicas dos moradores e era cada vez mais evidente a disputa entre partidos (MNR, MNRI, MIR, PCB), pelo controle dessa organização. Desse modo, a FEJUVE se distanciou de suas bases, debilitando o poder de convocatória entre os moradores e a autonomia nas mobilizações.

Esse quadro de conflitos, que não se referia exclusivamente às cúpulas vicinais, mas se estendia também às dinâmicas vicinais locais, com diferentes ressonâncias, foi intensificado no final do período do governo da UDP, de modo que no cenário que vai se compondo com a organização institucional do governo do MNR, em 1985, a FEJUVE já se encontrava imersa e consumida por conflitos entre seus dirigentes, desgastada frente às suas bases, e crescentemente perdendo seu potencial de mobilização, convocatória e interpelação.

Nesse sentido, aspecto dos mais destacados na dinâmica sociopolítica altenha, nesse período, diz respeito centralmente à forte ingerência de partidos políticos no tecido organizativo e movimentalista da cidade. Alguns partidos políticos souberam capitalizar as necessidades básicas dos moradores de El Alto, e as expectativas de reconhecimento e integração social de migrantes, especialmente de origem indígena-campesina, mediante oferta de apoios e serviços, que depois deveriam ser retribuídos na forma de votos e fidelidade

eleitoral. Foi assim que partidos como MIR, UCS e, especialmente o CONDEPA, formaram "um amplo mercado vicinal de receptores de ajudas sociais (alimentos, materiais de construção, apoio legal, aceleração de trâmites etc.)" e capturaram "dirigentes locais que garantissem o apoio das juntas vicinais aos partidos benfeitores" (LINERA et al., 2008, p. 602-603).

Na seqüência faremos um registro de aspectos dessa dinâmica sociopolítica com base na bibliografia disponível, visando montar um quadro de evidências das práticas clientelistas em El Alto e seus efeitos nas organizações altenhas, o que, posteriormente, buscaremos observar, mais detidamente, em relação às práticas articulatórias vicinais locais.

*

Nas eleições municipais de 1987, começam a funcionar algumas reformas político-institucionais e eleitorais do governo de Paz Estenssoro, os governos locais são dotados de certa autonomia, aperfeiçoando formas de disputa multipartidárias. Pela primeira vez, a população tem a possibilidade de eleger diretamente às autoridades municipais. Como marca de um Estado altamente centralizador, anteriormente as autoridades eram nomeadas pelo governo central. O sistema estabelecido em 1987 é a consulta municipal por listas separadas, garantindo condições para eleições competitivas e a possibilidade do chamado "voto cruzado", isto é, o voto em um candidato ao governo municipal de um partido diferente daquele candidato votado para a presidência da república. Em 1987, ainda como prefeitura distrital, ocorre eleições municipais em El Alto, com a vitória do MIR, de Luís Vásquez[55].

Nas eleições municipais de 1989, já com uma institucionalidade de governo municipal organizada, El Alto se transforma no que Quisbert (2003, p. 64) chamou de "mercado político em expansão cujos eleitores são cooptados como clientelas numa praça eleitoral muito atrativa para os partidos políticos. Estes desdobram sua capacidade de intercâmbio político em campanhas com crescentes características mercantis".

Por outro lado, o fenômeno comunicacional que representou Carlos Palenque vinha contribuindo para que fosse fomentada uma identidade cultural com referências andinas e urbanas, em torno à cultura aimará dos migrantes, mas de forma seletiva e manipulada de acordo com os interesses políticos de Palenque e do CONDEPA, o que permitiu uma complexa combinação de voto em rechaço às medidas de ajuste estrutural, vez que o discurso do CONDEPA era crítico, e incorporava elementos do nacionalismo revolucionário; com

[55]Segundo Quisbert (2003, p. 63): "A população altenha se definiu pelo MIR como forma de rechaço à aplicação das políticas de ajuste estrutural de 1985. Em todo território nacional, esse fato permitiu ao MIR recuperar um espaço populista em forma pragmática, apelando a recursos cada vez mais enquadrados na lógica clientelista".

práticas de clientelismo político que passaria a desenvolver. Juntos, esses aspectos funcionaram para dar corpo ao voto condepista a partir de 1989 (QUISBERT, 2003, p. 64).

As eleições de 1989, municipais e nacionais, ficaram conhecidas como *condepazo*, pelo avassalador triunfo eleitoral do CONDEPA em El Alto, alcançado 64,82% dos votos, e pela surpresa com a quantidade de votos que recebeu no cômputo nacional, uma avalanche de votos que catapultou o partido à quarta força eleitoral do país. A votação condepista estava concentrada nas cidades de La Paz e El Alto, que haviam sido desde muitos anos a audiência principal do sistema RTP. A eficiência eleitoral de Palenque e seu manejo dos meios de comunicação desataram reações publicamente preconceituosas por parte de seus adversários políticos, o que foi aproveitado para construir uma imagem de alinhamento com interesses populares e de enfretamento à elite política[56].

Com importante significação para o contexto sociopolítico altenho, 1989 foi também ano de surgimento da Central Obrera Regional (COR) - El Alto, culminação de um processo organizativo e de mobilização que já estava em curso desde 1987, com a criação da Central Única de los Trabajadores de El Alto (CUTAL). A criação da COR - El Alto revelou, ambiguamente, tanto um esforço de criação de um canal próprio de representação dos interesses dos vários segmentos laborais da cidade de El Alto, e de crítica de atores sociais altenhos aos partidos tradicionais e ao neoliberalismo, como investidas sub-reptícias de partidos políticos no sentido de assegurar o controle do seu processo organizativo. Seu surgimento foi favorecido pelo crescimento de setores já organizados em torno de questões associadas a diferentes ocupações e ofícios, como efeito do aumento do fluxo migratório, do desemprego e da expansão exponencial da economia informal na década de 1980; bem como, pelo desejo disseminado entre vários atores sociais altenhos de criação de uma entidade capaz de agrupar e ser representativa desses setores, com independência da COR - La Paz, entidade a qual as organizações altenhas dos vários ramos laborais estavam afiliadas.

A COR, assim como outras importantes organizações altenhas, mesmo comportando internamente o interesse declarado de alguns atores envolvidos na sua criação, em gerar um processo organizativo e de mobilização próprio e independente dos partidos políticos, esteve também sob controle de dirigentes vinculados a partidos políticos e, especialmente, ao CONDEPA, quando esse partido esteve à frente do governo municipal, entre as gestões de 1989 e 1997.

[56] Palenque e seus colaboradores manejaram, astutamente, referências culturais do migrante no espaço urbano altenho, invariavelmente contra uma "elite insensível" branca e mestiça, lançando mão de uma ampla utilização dos meios de comunicação que possuía.

Nas eleições municipais de 1991 ocorre uma retração do voto condepista e um aumento nada desdenhável da votação no candidato do UCS. Essa ascensão parcial é atribuível a uma ofensiva das práticas clientelistas por parte do UCS (QUISBERT, 2003). Já nas eleições municipais de 1993, o CONDEPA recupera seu desempenho eleitoral, mas agora não contando apenas com o uso dos meios de comunicação social, com a manipulação de elementos culturais andinos, e o carisma do caudilho Carlos Palenque, mas também com um maior investimento na montagem de redes de clientelismo político, expediente que já era bastante utilizado por seus adversários políticos, ampliando os mecanismos condepistas para assegurar fidelização eleitoral e partidária. De acordo com Quispert, a recuperação do CONDEPA esteve associada

> ao tradicional eleitorado dos bairros povoados por migrantes aimarás, mas, além disso, revela a influência que o partido tinha conseguido entre atores vicinais e laborais, coisa que não aconteceu nos momentos iniciais de sua atividade política. Em 1989, os grêmios altenhos haviam sido politizados por outros partidos como UCS, ADN, MIR e MNR (QUISPERT, 2003, p. 65).

Ante um quadro competitivo entre os partidos políticos atuantes em El Alto, já em 1992, estavam configuradas extensas redes de clientelismo político pelo CONDEPA, envolvendo dirigentes vicinais, tanto da FEJUVE como de juntas vicinais. O que foi evidenciado, sem rodeios, no fracasso de um congresso ordinário da FEJUVE em 1993, que resultou no estabelecimento de dois comitês executivos, atuando paralelamente, durante meses. Um comitê estava sob controle de dirigentes vinculados ao UCS e o outro, era controlado por dirigentes do CONDEPA.

Segundo Oscar Michel, dirigente vicinal reconhecidamente vinculado ao CONDEPA, na década de 1990 havia um grande apoio das bases vicinais aos dirigentes ligados a este partido, o que repercutiu no interior do congresso ordinário da FEJUVE.

> Nosotros simplemente teníamos el apoyo de toda la base, mientras la comisión de poderes estaba conformada por militantes de otros partidos, estamos hablando de UCS, MIR, MNR y ADN, nosotros en momento de eligir hemos abandonado la sala por clara injerencia política que buscaba la manipulación de las bases. Entonces, ellos se habían autonombrado como dirigentes vecinales, por tanto nosotros llamamos a todos dirigentes vecinales, porque nosotros teníamos un apoyo mucho mayor que ellos, donde nos han elegido como dirigentes de FEJUVE; esta Federación simplemente ha funcionado casi 5 meses más o menos (Entrevista realizada por Máximo Quisbert apud QUISBERT, 2003, p. 66).

Ante essa crise, se convoca um congresso ordinário para setembro de 1993, do qual sai eleito como presidente Oscar Michel, marcando uma presença muito influente do CONDEPA

no “movimento vicinal”, com capacidade de ser convertida em fidelidade eleitoral. Vários dirigentes que compuseram o comitê executivo da FEJUVE estiveram envolvidos diretamente na construção de redes de clientelismo político em um número significativo de juntas vicinais, e também, por essa via, se candidataram a cargos eletivos na cidade de El Alto pelo CONDEPA, ou fizeram parte do governo municipal (LINERA et al., 2008; QUISBERT, 2003). Com isso, a FEJUVE se descaracteriza, perde a capacidade de se manter funcionando como uma estrutura orgânica cívica.

Nesse mesmo período, uma iniciativa importante de articulação das organizações altenhas mais representativas, como a FEJUVE, a COR, a Federación de Gremiales, a Federación de Padres de Família (FEDEPAF) e o Sindicato de Trabajadores de la Prensa (STPEA), no sentido de defender interesses da população, foi a criação da *Asamblea de la Alteñidad*, que surge em 1991, com o lançamento de um manifesto à comunidade altenha e ao país. Nos anos seguintes, no entanto, vários prefeitos buscarão controlá-la. Não ficam claros os motivos específicos que levam a criação da Assembleia. Pelo menos um deles teria sido preservar dirigentes que se opunham à gestão municipal e que estavam sendo perseguido de algum modo. A Assembleia teria sido criada justamente para defender dirigentes intimidados pelo então prefeito do CONDEPA, Mário Aparicio. No entanto, o que ocorreu foi que, na vigência da Assembleia, o então prefeito do CONDEPA, Flávio Clavijo, que substituiu Aparicio, exerceu controle sobre ela. A subordinação se evidenciava, por exemplo, no fato de que os dirigentes Oscar Michel, da FEJUVE, e Jorge Paredes, da COR, convocavam reuniões no escritório do prefeito. Na segunda gestão de Clavijo, as organizações sindicais e vicinais foram controladas a través da participação ativa de funcionários da própria prefeitura em vários eventos das entidades (MAMANI; ARCHONDO, 2010).

Se El Alto e suas organizações se tornaram extremamente atrativa para vários partidos políticos e governos, com vistas às eleições municipais que passam a ocorrer a partir de 1987 a cada dois anos, produzindo efeitos substantivos no comportamento de suas organizações mais representativas; por outro lado, num momento posterior, em função das mudanças institucionais e na gestão dos recursos públicos que significou a promulgação da Lei de Participação Popular, em 1994, esse interesse é renovado e reafirmado. Com as novas condições institucionais de participação local, diferentemente do que se alentava inicialmente, as redes de clientelismo político na cidade de El Alto se intensificaram, se reforçaram e se estenderam, na medida em que, não obstante atores vicinais pudessem participar, através das juntas vicinais, agora convertidas em Organizações Territoriais de Base (OTB), na elaboração

dos Planos Operativos Anuais (POAs), grande parte das demandas incluídas nos projetos não eram concretizadas porque, em última instância, concluídos todos os trâmites de participação local, vicinal, eram os partidos políticos que tinham a capacidade de viabilizar ou obstruir esses projetos vicinais, seja no conselho municipal ou em outras instâncias como comissões de Fazenda e Participação Popular do parlamento (LINERA et al., 2008).

Ainda em 1995, nas eleições municipais, mudanças institucionais relativas ao marco jurídico da LPP começam a ser implantadas, mas tardou alguns anos até que ela fossem melhor apropriadas na cidade de El Alto. Decerto, no início ela foi percebida contraditoriamente, em parte foi saudada em consonância com o discurso institucional, como uma possibilidade de modernização da participação e de combate à corrupção; de outra, foi interpretada com desconfiança como um novo espaço de dominação política por parte do MNR, sustentada na exigência de que as juntas vicinais se adequassem ao formato de OTB, para que fossem reconhecidas juridicamente como legítimas intermediárias da sociedade civil frente ao Estado.

As repercussões nas cidades bolivianas foram muitas. No que tange à melhora da qualidade da participação, tendo em vista as tradições bolivianas de participação direta, de negociação setorial, e da *política de las calles*, com a mobilização de um vasto repertório de protestos e mobilizações, como formas de interpelação e pressão frequentemente dirigidas diretamente ao governo nacional, a reconfiguração do sistema político e as reformas institucionais preconizadas na LPP teriam criado "um sistema de participação altamente restrita, centrado nos espaços locais", que "confinou a demanda social ao âmbito local, fomentando a competição pelo acesso a porções do orçamento municipal para pequenas obras", de forma que "mais do que fomentar a participação, gerou a fragmentação das organizações" (GUEVARA; AGUILAR, 2006, p. 26). De acordo com García Linera, contrariamente ao proposto com a LPP, as reformas institucionais teriam criado um cenário no qual "nunca a capacidade de intervenção da sociedade na gestão do público foi tão restrita". Por outro lado, desatou-se um processo de apropriação da administração pública por "elites locais que criaram pequenas fortalezas de poder legitimadas e articuladas sobre uma densa rede de relações clientelistas e de cooptação política" (LINERA, 2008, p. 14). Nesse sentido, sustentam Guevara e Aguilar (2006, p. 26-27) que "a LPP funciona como um sistema clientelista estruturado desde o Estado para controlar - através de partidos políticos - até o último confim do país".

Nem a criação da *Asamblea de la Alteñidad*, nem a promulgação da LPP e a abertura de novos espaços de participação institucional, detiveram a força da incidência das práticas clientelistas nas organizações sociais altenhas; em contraste, o que se assistiu foi, num momento posterior a criação desses espaços e mecanismos, especialmente no período compreendido entre as eleições municipais de 1995 e de 1997, o que Quisbert (2003) chamou de consolidação hegemônica do CONDEPA.

Diante do que vimos acima, a hegemonia do *condepismo* em El Alto se assenta em duas bases: as práticas de clientelismo político e sua incidência direta nas organizações vicinais, na forma de cooptação de atores vicinais dirigentes; e o aspecto mais decisivo e inovador, a manipulação de uma identidade cultural do setor migrante aimará, uma identidade indígena campesina aimará desdobrada no espaço urbano, que teria se expressado no que Máximo Quisbert e outros autores identificaram como "votações coletivas" no CONDEPA. Segundo esses autores, nos marcos de uma cultura andina aimará, os processos de votação no CONDEPA teriam obedecido "a formas de comportamento coletivo, imbuídas de significado cultural", assegurando lealdade eleitoral e partidária pelo reconhecimento e valorização de hábitos peculiares desse setor. Uma conduta eleitoral estável que, no entender de Quisbert:

> obedece às relações que soube cultivar o líder carismático com os setores excluídos e marginalizados. A população altenha não votou tanto pela organização política nem pelas listas parlamentares, mas pela figura caudilhista de Palenque, matizada com aspectos simbólicos que suscitavam emoções confusas, mas eficazes politicamente (QUISBERT, 2003, p. 68).

O CONDEPA teria rompido com as formas tradicionais de fazer política, ao desatar práticas de reconhecimento de elementos culturais e comunitários ignorados e vilipendiados por setores dominantes. Nesse sentido, o voto condepista se definiu menos por uma racionalidade pragmática de interesses coletivos do que "por um princípio de identificação cultural, que se expressa em votações coletivas". O que teria sido compatível, num primeiro momento, com a "linguagem do compadrio, fortemente arraigada em todos os estratos da sociedade, além disso, foi compatível com o funcionamento de vastas redes clientelistas e de lealdades verticais" (QUISBERT, 2003, p. 69).

Sendo assim, o papel do "compadre Palenque" foi absolutamente central para assegurar os mecanismos de fidelização e a hegemonia eleitoral do CONDEPA por uma década entre os altenhos. Depois de sua morte inesperada em razão de um enfarte agudo do miocárdio, em 1997, esses mecanismos são fraturados. Num primeiro momento, a liderança simbólica foi herdada por Remédios Loza, o que ainda permite que o CONDEPA tenha o

maior número de votos em El Alto nas eleições de 1997, mas já se assistia a um aguçamento das diferenças internas, e a precariedade dos líderes locais em se sustentar dentro das novas condições. Para Quisbert (2003), o eleitorado altenho teria estado indiferente a composições de candidatos ante a falta do líder carismático que assegurava sentidos de unidade e alinhamento partidário a parte significativa do eleitorado altenho. Sem seu chefe, o CONDEPA não resiste por muito tempo e, em 2002, finalmente desaparece[57].

Sem poder manejar os aspectos simbólicos e culturais dos migrantes campesinos aimarás com a mesma apropriação e desenvoltura, o UCS, embora tenha tido algum êxito e montado vastas redes de clientelismo político, não consegue se consolidar eleitoralmente no espaço altenho. Por outro lado, o MIR, a partir de 1997, torna-se o mais sério competidor do CONDEPA, através da figura de Jorge Luís Paredes (Pepe Lucho), em muito em virtude do manejo do Canal 24 sob seu controle.

Em síntese, de tudo que expomos até aqui, cabe reter que a cristalização da autonomia administrativa de El Alto em relação à cidade de La Paz, a institucionalização do governo municipal altenho, e o consequente aumento do interesse de partidos políticos por El Alto, sob novas condições nacionais político-institucionais democráticas, de convivência e concorrência partidária, fez com que o ato eleitoral, de acordo com Quisbert (2003), subsumisse todos os atores sociais da urbe, como um novo espaço de influência e manipulação clientelista por via de transações sociais, tanto individuais como coletivas.

Os partidos políticos, convertidos em estruturas de mediação centrais no novo cenário político boliviano, estabelecem práticas que incidem nas organizações vicinais, como parte desse novo espaço de influência e manipulação. Desdobram-se múltiplas estratégias de cooptação, que visam tanto a possibilidade de êxitos eleitorais, como a criação de mecanismos de contenção de qualquer pressão social de setores organizados, "neutralizando e canalizando as demandas populares no sentido da lógica das alianças e transações interpartidárias" (QUIBERT, 2003, p. 69).

As campanhas eleitorais tornaram-se o cenário desses intercâmbios políticos, especialmente para os partidos que, diferentemente do CONDEPA, não conseguiram estabelecer a mesma relação profunda de identificação cultural com a população altenha, como o MNR, ADN e UCS. Estes se veem

[57] Cabe destacar: a aliança do CONDEPA com Banzer, concebida por Mesa Gisbert (2008, p. 613-614) como uma "fratura histórica irreversível" cobraria caro do partido que mais teve influência no "movimento vicinal" na cidade de El Alto, demarcando efeitos importantes na dinâmica política da cidade, algo já evidenciado nas eleições municipais de 1999, ganhas por José Luís Paredes, do MIR. O CONDEPA teve que lidar com uma estrondosa derrota eleitoral em El Alto e La Paz, seus principais redutos políticos.

> obrigados a desdobrar seu capital econômico com a intenção de modificar as opções de voto da população. As ofertas tenderam a ser focalizadas em diferentes atores sociais, juntas vicinais, as associações de artesãos, os pais de família, os clubes de mães etc. (QUISBERT, 2003, p. 70).

Em todo esse período, a despeito das promessas participativas da LPP, os partidos políticos se posicionaram como mediadores diretos das demandas produzidas pela população altenha frente ao município, secundarizando o papel das organizações sociais, especialmente das juntas de vizinhos. A aproximação dos partidos em relação a estas organizações ocorreu através de vários canais clientelistas em relação aos líderes vicinais, visando obter lealdade vertical dos vizinhos, especialmente pelo fato dos partidos manejarem ou terem acesso a mecanismos de tramitação resolutiva das demandas vicinais junto ao governo municipal, podendo facilitar, viabilizar ou mesmo bloquear concessões municipais aos diferentes bairros/vilas. Com isso, as próprias demandas vicinais foram manipuladas por agentes vinculados aos partidos político com inserção local, vinculando-as muitas vezes como objetos eleitorais. De tal maneira, de acordo com Quisbert (2003, p. 70): "Parece definitivo que em toda essa etapa, a suposta mediação das demandas sociais, se viu, nos fatos, reduzido ao funcionamento de um complexo quadro clientelista".

As mudanças institucionais relativas à LPP, ao deslocarem e fixarem as possibilidades de participação democráticas em espaços institucionais locais, e nos processos eleitorais da democracia representativa formal, produziram um esvaziamento ainda maior da *política popular autônoma* e a consolidação de um modelo democrático essencialmente caracterizado por uma perspectiva formal e procedimental de democracia, no qual as instituições políticas visam o controle da conflitividade social e se concentram em "procedimentos que assegurem a governabilidade e a eficiência administrativa, esvaziando o conteúdo da política". No caso das possibilidades abertas com a LPP, o que se assistiu foi uma formalização da participação a partir de critérios procedimentais excessivamente burocráticos que, sobrepuseram procedimentos formais a serem seguidos, aos temas relativos à qualidade da participação, tanto no processamento das demandas como na resolução dos conflitos, o que terminou por converter "a participação em assunto de especialistas, criando as condições para a proliferação de todo tipo de intermediários conhecedores dessa nova maquinaria procedimental", entre os quais, alguns dirigentes, lideranças partidárias e funcionários de organizações não governamentais (ONGs) (GUEVARA; AGUILAR, 2006, p. 27-28).

Por fim, cabe registrar que na urbe altenha as práticas de clientelização política funcionaram como em qualquer outra cidade boliviana, no entanto, com uma diferença fundamental: elas encontram um limite exatamente no fato de se revelarem muitas vezes incapazes de cumprir promessas ou mesmo de se sustentarem ante o acúmulo e a magnitude das demandas urbano-populares não resolvidas, de tal maneira se revelaram menos efetivas do que em outras regiões do país na resolução de demandas, dando espaço para uma crescente deslegitimação dos partidos dominantes, e das cúpulas de dirigentes sindicais, gremiais, vicinais cooptadas (QUISBERT, 2003).

6.2. Predomínio de práticas movimentalistas vicinais locais debilmente articuladas, e tendencialmente sob domínio de uma lógica político-pragmática, e contexto de conflitividade atenuado

Considerando o cenário sociopolítico altenho no período neoliberal e nossa experiência de campo, especialmente com os relatos de atores vicinais, a investigação que ora apresentamos, aponta que, nesse período, práticas movimentalistas vicinais locais se apresentaram, prevalentemente, como debilmente articuladas e como estando, tendencialmente, sob domínio de uma lógica político-pragmática consoante com os mecanismos de clientelização política desdobrados, e com as reformas político-institucionais inscritas no projeto de modernização neoliberal, projetando-se num contexto de conflitividade atenuado.

Neste momento, discutiremos dados que nos permitem uma caracterização mais abrangente de formas assumidas pelas *práticas vicinais locais*. Cabe a especificação de que quando falamos em práticas vicinais não estamos nos referindo a qualquer prática que ocorra no território de um bairro/vila, mas de uma prática que incorpora, de uma maneira ou outra, de forma mais ou menos deliberada, recursos e estruturas que constituem a *forma vicinal urbano-popular* altenha, imprimindo-lhes significações e configurações específicas dentro de um contexto de conflitividade.

Os relatos que colhemos apontam um antes e um depois no "movimento vicinal" altenho, tendo como marco, para alguns, a luta pela Universidad Pública de El Alto (UPEA), em 2000; para outros, as lutas contra os chamados formulários cadastrais Maya e Paya (setembro de 2003), e para a maioria dos entrevistados, a chamada *guerra do gás*, ou *octubre negro*. A caracterização desse período por parte dos entrevistados foi ainda, via de regra,

abrangente e um tanto vaga, o que em parte se explica por se tratar de um período bastante largo (de 1985 a, aproximadamente, 1999); pelo fato de que parte expressiva do conjunto dos atores vicinais entrevistados ser constituída de pessoas mais jovens, ou que não desempenhavam um envolvimento mais significativo com o "movimento vicinal" no período em questão (inclusive pelas próprias características do período, pelos mecanismos que limitavam essa participação); e, por outro lado, há outro aspecto talvez mais decisivo, uma imagem de passado pouco glorioso marcado pela submissão das juntas e da FEJUVE a interesses de partidos políticos que "manejaban politicamente los vecinos".

Efetivamente, o aspecto mais sobressalente nesse momento, tanto presente na literatura disponível, como nos relatos dos atores vicinais entrevistados, é a presença significativa de práticas de clientelismo político envolvendo dirigentes vicinais, além da cisão acentuada entre esses dirigentes e os vizinhos de bases, com todas suas implicações na dinâmica vicinal. De tal modo, esse será nosso ponto de partida na busca por recuperar aspectos centrais na conformação das *práticas articulatórias vicinais* altenhas no período em tela.

Cabe considerar que, ante minha presença como investigador em campo (brasileiro, branco, com formação acadêmica etc.) e pela minha opção, inclusive como estratégia de entrada em campo, de pôr às claras as motivações (que envolvem uma trajetória militante pregressa) que me levaram às juntas vicinais altenhas, a tendência, mesmo daqueles que reconhecidamente eram dirigentes vicinais no período em consideração, foi de negar qualquer tipo de envolvimento com práticas de *duplo engajamento*, isto é, práticas que envolvem, ao mesmo tempo, um engajamento vicinal (geralmente como dirigente) e político-partidário (estando filiado ou não a um partido político, sendo orgânico ou apenas alinhado eventualmente e/ou pragmaticamente a um partido). Em alguns casos, claramente houve omissão dessa informação, noutros, entrevistados reconhecidamente vinculados se esquivaram sempre que interpelados mais diretamente sobre o assunto. Dessa maneira, as informações que colhemos através dos relatos são basicamente críticas à forma como se configurou a prática vicinal nesse período, o que, reiteramos, corrobora e se coaduna com a literatura disponível.

Antes de avançarmos na análise, cabe aqui trazer à lembrança, de forma sintética, marcos fundamentais da *forma vicinal altenha* que discutimos estendidamente no capítulo anterior. Tomamos juntas vicinais como estruturas organizativas e de mobilização de caráter territorial urbano-popular, que consistem em meios através dos quais moradores de bairros/vilas altenhos se implicam, coletivamente, no sentido de fazer frente a uma série de

problemas tangíveis enfrentados cotidianamente e de forma coletiva, associados ao característico processo de urbanização truncando de El Alto. São, assim, espaços preponderantes para estruturar demandas e reivindicações coletivas no nível do bairro/vila, bem como para definição de formas de enfrentamento dos problemas. O que revela sua faceta de espaço de participação, debate, negociação, de construção de consensos e exposição de divergências, de deliberação coletiva etc.; e, por essa via, de construção e reconstrução de marcos de ação vicinal, envolvendo as definições sobre fins, meios e campo relacional de ação, bem como, suas orientações estratégicas e repertórios de ação.

Vimos que o caráter urbano-popular das juntas vicinais expressa um quadro de contenciosidade associada ao processo de urbanização altenho, a partir do qual vão se definindo tipos de demandas e reivindicações, o alcance prioritário das ações vicinais, as coordenadas centrais e básicas do seu campo de ação etc. Nesse quadro, as ações vicinais vão se revelar, prioritariamente, como ações reivindicativas com espacialidade territorial localizada, o que não impede, no entanto, que a prática articulatória vicinal projete, em contextos de conflitividade específicos, espacialidades múltiplas. Já no que tange ao campo relacional de ação, vimos que ao longo de seu desenvolvimento foi se conformando uma *forma de relação* que se tornou dominante, isto é, os atores vicinais figurando como demandantes, e o Estado e os governos de turno, como demandados. O Estado é definido na relação como referente básico destinatário das demandas e também dos protestos, podendo assim incluir, nessa relação, tanto uma *política de negociação* como uma *política de confrontação* por parte dos vizinhos organizados.

Ocupa uma posição destacada na ação vicinal, o que chamamos de *pragmatismo estrutural* como marco estratégico básico do "movimento vicinal". Esse pragmatismo, em muito relacionado à premência das necessidades sentidas nos espaços urbano-populares altenhos, encontra, no entanto, diferentes matizes. E é o que podemos chamar de *civismo vicinal comunitário*, configurado como um princípio orientador básico da ação vicinal, especialmente ao longo dos últimos 30 anos, que direciona esse *pragmatismo estrutural* num sentido próprio, incorporando tanto o imperativo da luta pela satisfação das necessidades básicas tangíveis (a satisfação de melhores condições de vida no nível dos bairros/vilas), como a necessidade de se assegurar espaços de autonomia vicinal em relação ao Estado, governos de turno e partidos políticos. Certamente o desafio de assegurar esse caráter cívico vicinal comunitário às práticas articulatórias vicinais tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo "movimento vicinal", o que ficará patente na sequência.

6.2.1. Sob o signo da apatia e subordinação

> Siempre hubo protestas pero no es así… hay diferencias ¿no ve? **El pueblo estaba apático, durmiendo**… **no tenía claro sus enemigos**, y **todo estaba manejado políticamente. Los dirigentes estaban vendidos a la derecha, y el pueblo pasaba hambre y se dejaba manejar** [Manuel de Laura, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

No curto trecho acima, sintetiza-se, agudamente, formas dominantes de caracterização da dinâmica vicinal altenha ao longo do período de hegemonia neoliberal, que frequentemente envolvem apatia e subordinação. Apatia e reduzida participação dos vizinhos de base no funcionamento regular de juntas vicinais; ingerência dos partidos políticos nas organizações, com práticas clientelistas acaparando os dirigentes vicinais e produzindo uma cisão acentuada entre estes e as bases vicinais; vulnerabilidade dos vizinhos às práticas de ingerência externa diante da precarização acentuada das condições de vida ("el pueblo pasaba hambre e se dejaba manejar"), e a falta de canais alternativos para o encaminhamento resolutivo das demandas, são aspectos bastante ressaltados entre nossos entrevistados. Seguem abaixo trechos de outros relatos que apontam nessa direção.

> **Los partidos manejaban con mentiras y la gente se dejaba engañar.** Para elecciones prometían empleos... como siempre, hasta hoy ¿no ve? **Eran políticos muy corruptos y estaban por todo lado, estaba muy politizado [El] Alto**. **Como [yo] no era *condepista*, no participaba en el barrio, en la directiva de la junta** […] **he sido completamente relegado… Los dirigentes y también los vecinos eran manejados con se fueran muñecos y no teníamos a quién quejarnos** [Hermógenes Chambi, comitê executivo FEJUVE].

> … la situación ha cambiado bastante, ¿sí? **Antes se quisiera pedir cualquier obra para el barrio, no nos atendían mientras no somos de su partido; si uno es de su partido, rápido nos atienden. […] Dirigentes [vecinales] corruptos se han aprovechado de eso**, ¿no ve?... Primero nos vienen a buscar y después ya se olvidan, ya no hacen participar nada ya. Nosotros servimos como escalera nomás [Sofía Pacheco, Junta Vicinal Atipiris].

> … **querían que nosotros pertenezcamos a un partido político de gobierno, pero nosotros no hemos hecho eso y de eso no lográbamos nada o muy poco en la Alcaldía** [Raúl Choque, Junta Vicinal Villa Los Andes].

> Bueno, los dirigentes deben cumplir con la labor de concientizar lo que se está trabajando, tanto en la Alcaldía, como el gobierno central ¿no ve? Pero en el tiempo que los partidos de derecha estaban más fuertes, incluso CONDEPA del compadre, **los dirigentes no cumplían esa labor. Los partidos estaban metidos en todo lado, financiando, poniendo su cota, dividiendo los vecinos.** Los que estaban detrás de esto son poderosos, **daban puestos,porque querían volver a salir electos en las elecciones** [Richard Tito, Junta Vicinal Santiago II].

> … en realidad **las autoridades de nuestro barrio, muchas veces, yo pienso, nos han olvidado… han olvidado las necesidades de los que son netamente vecinos**

> **del lugar; estaban muy preocupado con el manejo político en las elecciones y en *pegas*[58] para sus familiares** [Petrolina Ponche, Junta Vicinal Villa Los Andes].
>
> … pedíamos ayuda y era difícil ¿no? Y siempre vienen los partidos y prometen, prometen, prometen… ¡era muy difícil! **De hecho no se importaban con la gente pobre, cuando entran en el poder ya se olvidan de los pobres, pero siempre sostienen sus portavoces, sus preferidos [en nuestro barrio]** [María Amaro, Junta Vicinal Villa Atipiris].
>
> … **estábamos muy divididos**, porque hemos entrado a un tema donde cada uno lucha por sí mismo, **donde cada grupo lucha por su grupo** (…) **[los políticos] saben cómo manejar la gente, dan un platito de comida, arrocito con papa, unas platitas y por ahí llegan ya con una pollera de su grupo** [Tomás Mamani, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].
>
> **Está claro ¿no ve?, los dirigentes no convocaban los vecinos en contra da la Alcaldía… la Alcaldía tampoco escuchaba a nuestros representantes [vecinales] que no estaban en la directiva [de la junta vecinal]… todo se concentraba en los dirigentes afines al gobierno… quienes no consultaban las bases… [y] daban su visto bueno al gobierno y su partido…** pero yo creo que los vecinos de base nunca estaban conformes… digamos, todo pasaba desde arriba y no estaban conforme a las necesidades de la población… **sospechosos presidentes de zonas y las autoridades hacían acuerdos, definían las obras e inversiones y los vecinos de bases no participábamos**… los dirigentes mal paridos ¿no ve?... no estaban de acuerdo con los intereses que son de la mayoría. Pero los vecinos ya estaban... digamos, quedando insatisfechos, **sus opiniones no eran tomadas en cuenta** [Juan Ayres, Junta Vicinal Villa Santiago II].
>
> **En verdad, muchos vecinos desanimaron a participar activamente en la junta debido a que muchos requerimientos priorizados en asamblea no eran ejecutados en la Alcaldía… los mismos dirigentes que deberían representar la vecindad, estaban más para defender el gobierno y los caprichos del alcalde, en contra de sus bases. Su compromiso era con los partidos que manejaban en la zona y no con la mejora de la zona… estaba malísimo** [Cruz Alarcon, Junta Vicinal Villa Los Andes].

O papel dos dirigentes vicinais, suas formas de atuação, considerando seu duplo engajamento, vicinal e político-partidário, prevalecendo este último sobre o primeiro, numa relação de subordinação, produz efeitos decisivos na construção dos marcos estratégicos de ação. Muitos dirigentes buscavam conduzir e fazer prevalecer definições internas, que incidem sobre fins, meios e campos de ação, subordinadas aos interesses de partidos políticos específicos, visando tanto construir fidelidade eleitoral no nível local, como amortecer ímpetos de ações mais confrontativas por parte dos atores vicinais, especialmente de base. Ou seja, estavam em curso formas de contenção das capacidades mais autônomas de organização e mobilização vicinal.

Além desse duplo engajamento local, que é uma forma direta de interferência partidária na dinâmica vicinal organizada através de práticas de clientelização política, outra forma de assegurar fidelidade eleitoral partidária, e que se mostrou inclusive mais eficiente,

[58] Designação para empregos temporários na gestão pública, utilizada invariavelmente de forma pejorativa.

foi através do uso de meios de comunicação social, especialmente pelo CONDEPA, e de todos os expedientes astutamente desdobrados por Carlos Palenque, que, de maneira mais indireta, também se fez sentir desenfatizando as práticas vicinais organizadas, relegando as juntas vicinais a um lugar secundarizado como instrumento mediador dos interesses dos vizinhos de base.

Cabe enfatizar que nesse momento as condições para o encaminhamento resolutivo de demandas vicinais encontram-se bastante restringidas em termos de opções, bem como o quadro de relacionamentos externos qualificados. O caminho para o processamento resolutivos das demandas se dava basicamente através da vinculação com os partidos políticos. Desse modo, as organizações se envolviam com uma ou outra agremiação político-partidária, perseguindo objetivos concretos, a obtenção de certas demandas para o bairro/vila. De tal maneira, a montagem de redes de clientelismo político foi também, especialmente por lideranças mais vinculadas às bases vicinais, perfilada, muitas vezes, como uma opção pragmática que permitiria viabilizar demandas de bairros/vilas em direção ao sistema político. Esquivar-se desses mecanismos seria ser colocado numa posição de marginalidade, de impossibilidade ou bloqueio da tramitação de demandas no âmbito do governo municipal, em virtude de obstáculos criados nos processos de decisão correspondentes.

É dentro desse quadro, de opções restringidas, que atores e organizações vicinais foram convertidos em receptores de "doações" realizadas por partidos políticos, apoiando-os, especialmente nas campanhas eleitorais, com o fim pragmático de receber esse apoio material. A participação eleitoral se converteu assim, de acordo com Quisbert (2003), numa estratégia subjacente dos vizinhos em relação a todos os partidos políticos[59].

A posição pragmática de atores vicinais em relação às práticas clientelistas é algo destacado em muitos estudos realizados na cidade de El Alto. Cottle e Ruiz (1993) dão conta da existência desse clientelismo com características pragmáticas entre juntas vicinais e partidos políticos. Sostres (1995), por sua vez, dirá que, muitas vezes, especialmente as bases vicinais não hipotecavam facilmente seus votos. Haveria uma capacidade de negociação que seria maior em bairros/vilas com maior coesão e identidade cultural. Nessa direção, o êxito dos partidos políticos em suas práticas clientelistas, conforme Quisbert (2003, p. 16), dependeria, em grande medida, da satisfação efetiva das demandas de bairro. "Se a relação

[59] Dirigentes vicinais recorreram também a outras formas de canalizar essas demandas, como, por exemplo, reivindicando a situação de estado de emergência em El Alto, o que exigia maiores atenções e alocação de recursos emergenciais para a população altenha. Além disso, atores vicinais também desenvolveram mobilizações e ameaças à autoridade municipal, embora, aparentemente em número reduzido e com pouca força interpelatória e de pressão.

resultasse utilitária, poderia comprometer cada vez mais a participação política" dos vizinhos, se não, eles poderiam recorrer ou se mostrar disponíveis a "negociar" com outros partidos.

No que tange à ação dirigente, ainda de acordo com Máximo Quisbert, estariam envolvidos, na capacidade de resolução de demandas vicinais, aspectos como: pouca influência de dirigentes vicinais no nível do governo municipal ou reduzida força no sentido de fazer prevalecer compromissos assumidos por partidos políticos e seus candidatos em períodos de campanha eleitoral. Assim:

> As ofertas clientelistas podem ser efetivadas muitas vezes, ainda que em reduzidas proporções, e abrir as portas para a satisfação de necessidades vinculadas aos serviços básicos. Está claro [no entanto] que um procedimento baseado em consenso e acordos precários (...), pode também produzir resultados não desejados (QUISBERT, 2003, p. 70).

Essa ênfase num comportamento pragmático dos vizinhos (na negociação da "fidelidade eleitoral"), sinalizando que, mais propriamente, teria se desenvolvido na dinâmica vicinal, diante de opções restringidas para fazer tramitar a resolução de suas demandas, certa complacência generalizada (incluindo dirigentes e bases vicinais) em relação às práticas clientelistas, contradiz, pelo menos em termos, a veemência com que nossos entrevistados muitas vezes se dirigiram aos dirigentes vicinais que desempenharam o duplo engajamento no período em tela.

Se as condições sociopolíticas abertas, juntamente com a premência das demandas vicinais, associadas a necessidades elementares que se avolumaram na década de 1980 e 1990, podem explicar, pelo menos parcialmente, o comportamento complacente de atores vicinais em relação às práticas de clientelismo político; por outro lado, não se pode negar que essa complacência conviveu também, ao longo desse período, com uma posição de recriminação moral por parte de outros atores vicinais em relação à captura partidária de dirigentes e, especialmente, ao usufruto mais pessoal da situação de clientelização da política. O relato abaixo dar conta dessa posição refratária à ingerência dos partidos políticos junto, não apenas às organizações vicinais, mas também a outras organizações atuantes no nível dos bairros/vilas.

> (…) luego empezaron a querer se meter políticamente para poder manejar a los clubes de madres… [He dicho:] ahora es el momento de decidir cada una, se quieren ustedes someterse a política y recibir… muy bien están en su derecho, pero ¡yo no! Yo me retiro porque mi función ha sido social y no política… entonces 89, 90 ya dejamos y en la organización todos dijeron no, no queremos, porque somos mineras y nosotros tenemos una ideología y no podemos traicionarnos nosotros mismos [Norma Solís, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

Certamente há uma tensão instaurada, nada desprezível, que tem a ver com as condições de oportunidade e os limites que estão dados, incluindo a dificuldade de vislumbrar uma alternativa crível ao projeto de modernização neoliberal ante o debilitamento do nacionalismo revolucionário, da esquerda político-partidária, sindicalista e movimentalista.

Assim, como aspecto central na caracterização do campo relacional de ação do "movimento vicinal", temos o desenvolvimento de um processo bastante estendido de negociação de fidelidades partidárias de atores vicinais com partidos políticos atuantes localmente, envolvendo um nível de permissividade dos vizinhos em relação às práticas de clientelismo político, e mesmo, em alguns casos, um processo de legitimação de dirigentes mais audazes na capacidade de converter a fidelidade eleitoral em respostas concretas às necessidades vicinais. A justificativa para isso se assenta na premência das necessidades básicas e no desenvolvimento de uma posição pragmática em relação aos caminhos para alcançar as demandas. Esse pragmatismo, no entanto, como veremos adiante, pôs em questão uma das dimensões mais importantes do "movimento vicinal", seu caráter cívico vicinal comunitário.

6.2.2. O civismo vicinal comunitário relegado

O civismo vicinal comunitário é certamente um dos marcos de ação mais centrais na prática articulatória vicinal altenha. Sua afirmação, como um princípio inalienável, é generalizada entre os atores vicinais, dirigentes e de base. No entanto, em torno dele se estruturou (e continua se estruturando) parte significativa dos debates internos e das energias empenhadas na hegemonização de estratégias de ação (relativas às definições sobre *como* e *em que direção agir*). Mais do que um princípio inconteste internalizado, evidente e atualizado, a cada momento, em cada prática articulatória vicinal, a internalização prática desse princípio corresponde a um processo tortuoso e cheio de desafio para os atores vicinais. Isto porque, como assinalamos antes, um dos seus eixos decisivos e em relação ao qual haveria pouca margem para tergiversar, é a busca por assegurar um espaço de autonomia em relação aos governos de turno e aos partidos políticos. Nessa direção, no período em tela o civismo vicinal passa a ser relegado na prática articulatória vicinal, descaracterizando-a em vários sentidos. A título de ilustração, seguem alguns relatos que demarcam o problema.

> Se puede hablar que había empezado un control político muy fuerte a través del CONDEPA… ¡eso es cierto! **Los dirigentes manejaban las zonas olvidando que nosotros somos cívicos, apartidistas… la junta perdió [la] fuerza que tenía antes, los vecinos [estaban] muy apáticos y solo los dirigentes siguen adelante, con *pegas*, regalías,** ahora si está un poco distinto, ¿no? los vecinos están más conscientes [Luciano Uisa, Junta Vicinal Villa Los Andes].
>
> … ahora ¿cuál es el problema de la FEJUVE de El Alto?… **siempre a la FEJUVE le han manejado quienes estaban en el poder, por lo menos quienes tienen fuerza política en la ciudad de El Alto**, yo te puedo contarlo… **no es tanto como un ente cívico, esto está para discurso, está bien para discurso, no es así**… Cuando Jaime Paz Samora del MIR estaba como presidente, los dirigentes de la FEJUVE eran miristas, después CONDEPA ha sido muy fuerte, CONDEPA de Carlos Palenque, la gente condepista era dirigente, cuando Gonzalo Sánchez de Lozada llega, los dirigentes son mnristas [vinculados al MNR] (…) dicen: ¡no! Aquí tienen que obedecer el gobierno, entonces tú has visto la historia como nos golpean, **no es tanto cívico la FEJUVE de El Alto, es el color del partido que gobierna, el discurso está bien que somos cívico** [Oscar Osco, ex dirigente Junta Vicinal Villa Tunari].
>
> los vecinos no cuestionaban, estaban calladitos, ¿qué hacer?, no había a quienes… Se nuestro dirigente era de CONDEPA, *condepista*, teníamos como llegar al gobierno, de otra manera, no. Entonces… bien, **la historia estaba muy distorsionada**. **Pero no estábamos todos conformes con eso, recuerdo que las personas estaban también molestas… pero, digamos, no tenían fuerza para cambiarla** [Tomás Mamani, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].
>
> Era una relación difícil, porque **de alguna manera dejamos de lado nuestra valerosa junta vecinal... [los] dirigente son los más importantes, deben hacer los trámites… saber cómo manejarlos**, entonces se tenían más influencia en los partidos, como CONDEPA, o mismo la derecha… entonces, es… **algo que los vecinos consideraban… pero eso es muy delicado porque no es así cívico**, ¿no? [Maria Amaro, ex dirigente Junta Vicinal Villa Atipiris].

Sem que se altere substantivamente a dinâmica sociopolítica altenha (de maneira que todo o discorrido até aqui é válido para todo o período de 1985-1999), a partir de meados da década de 1990, com a promulgação da LPP, ocorre, de acordo com parte da literatura disponível, uma desconfiança em relação às mudanças institucionais relativas aos espaços de participação, especialmente no que tange a "conversão" das juntas vicinais em Organizações Territoriais de Base (OTB). Uma interpretação que ganhou projeção teria sido a de que a LPP seria uma forma de assegurar condições de controle e subordinação das juntas ao governo do MNR de então (o primeiro governo de Sánchez de Lozada). No entanto, não parece ter tardado, até que se disseminasse em El Alto, a interpretação da Participação Popular (PP) como favorecedora de espaços e mecanismos mais apropriados e legítimos para o processamento das demandas vicinais, e como uma forma de reter a ingerência de partidos políticos no interior das juntas, num alinhamento parcial do discurso cívico vicinal com o discurso institucional. Isso ocorreu mesmo que se pudesse reconhecer que, pelo caráter técnico-burocrático da linguagem necessária à participação, se inibisse parte dos vizinhos a

participar mais ativamente nos processos. De qualquer forma, o que parece ter ocorrido, pelo menos nos primeiros anos da implantação e experiência da PP, foi a manutenção de um envolvimento reduzido de vizinhos de base, uma posição que se mostrou muitas vezes distanciada e permissiva a concentração de poder entre dirigentes "mais capacitados" tecnicamente na linguagem do novo espaço de participação.

Uma interpretação favorável, entre vizinhos, em relação à PP, é encontrada no seguinte relato:

> En 1995, 94 ¿no? En el gobierno de Sánchez de Lozada… este espacio [de la Participación Popular se] utiliza como unidades mínimas de llegada al gobierno, o de acceso ¿no? De administración territorial o de beneficiar… entonces **con la Ley de Participación Popular se… generaliza esta forma de organización [de base], entonces todo tipo de boliviano se divide en su organización territorial mínima (OTBs) que corresponde en El Alto a juntas vecinales… sus dirigentes tienen derechos y también tienen obligaciones, tienen el derecho de plantear el desarrollo (…), además el Estado entrega una parte de los impuestos por persona, un montón por persona, para hacer actividades de desarrollo ¿no? De infraestructura, mejoramiento de canchas, de caminos etc. (…) La población puede solicitar, puede proponer, puede exigir ¿no? Entonces, tienen… se convierten en actores principales, concretizan las juntas vecinales… [pero] para que funcionen más o menos pasa unos 5, 6 años, porque en el comienzo no entiende la gente, cómo se va materializar, después de 5, 6 años se materializa ¿no? La gente comprende, pelean para ser dirigente, pelean por los alcaldes en los municipios que necesitan, porque los municipios son responsables (…) a partir de 5, 6 años, recién… la dirigencia ya entiende [el] objeto de la participación popular** [Oscar Osco, ex dirigente Junta Vicinal Villa Tunari].

A promessa de participação direta e organizada através das juntas, sem a ingerência dos partidos político, como preconizava a legislação da PP, é o que leva nosso entrevistado a asseverar que "La población puede solicitar, puede proponer, puede exigir ¿no? Entonces, tienen… se convierten en actores principales, concretizan las juntas vecinales…". O significado de "concretização das juntas vicinais" passa assim pela possibilidade de afirmação do seu caráter cívico vicinal comunitário sob condições institucionais mais favoráveis.

Por outro lado, como afirma o mesmo entrevistado, é apenas no final da década de 1990, cinco ou seis anos depois de sua promulgação, que a PP passa a ser "melhor entendida" pelos atores vicinais. O que vai se coadunar já com um outro momento, no qual as redes clientelistas, como veremos adiante, começam a ser desmontadas e ocorre uma rearticulação do civismo vicinal, tentando, num primeiro momento, abrir frinchas de autonomia decisória. Um claro indicativo dessa maior apropriação da PP, nesse momento, é o esforço de reformulação, ainda que pontual, de aspectos do Estatuto Orgânico da FEJUVE El Alto no final da década de 1990 e inícios da década de 2000.

6.2.3. Recursos e estruturas de organização e mobilização vicinais

Na caracterização do cenário sociopolítico e de dimensões decisivas da dinâmica vicinal no período em questão, observamos um quadro de apatia entre os atores vicinais altenhos, com reduzida participação dos vizinhos de base no funcionamento das juntas vicinais, que parecem deixar de ser entendidas como instrumentos prioritários de enfrentamento coletivo de problemas vividos no nível do bairro/vila, sendo desenfatizadas, relegada a um segundo plano; o que está associado, em parte significativa, à ingerência de partidos políticos na dinâmica vicinal, capturando dirigentes e produzindo uma cisão acentuada entre estes e as bases vicinais. São aspectos que sinalizam uma tendência de dispersão das capacidades de organização e de mobilização dos atores vicinais, com base nos recursos disponíveis relativos à *forma vicinal urbano-popular* altenha. Tentaremos a seguir levantar uma caracterização desse caráter dispersivo a partir de relatos sobre a ação de dirigentes vicinais no período em tela. Vejamos:

> En algunos casos, por ejemplo, **los dirigentes estaban un poco descuidados con las asambleas** ¡no se! A veces por eso se pierde… la credibilidad de los mismos dirigentes ¿no ve? […] Antes era un poco más, digamos, porque **se uno hace solo, ninguna lucha saldría favorable hacia los intereses de los vecinos de base** [Luciano Uisa, Junta Vicinal Villa Los Andes].
>
> Puedo recordar… estábamos empezando en la zona, [era] pura tierra… **no teníamos muchas asambleas** […] **ocurrían por presión de los vecinos a los dirigentes** [María Amaro, ex dirigente Junta Vicinal Villa Atipiris].
>
> … la gente participa cuando hay necesidades básicas, buscando solucionar los problemas más urgentes… pero **[los dirigentes] no convocaban…. y la organización eran siempre los mismos, porque íbamos dejando que se queden años y años… no luchaban para exigir nuestros derechos, no hacían peticiones, no respetaban las bases** [Vicente Tarqui, ex comitê executivo FEJUVE].
>
> **[los dirigentes] estaban acomodados, no escuchaban, no hacían los tramites, no informaba los tramites, no gestionaban para cumplir las demandas, estaban nomás** […] Muchos dirigentes **nos han traicionado** [Oscar Osco, ex dirigente Junta Vicinal Villa Tunari].
>
> … hay juntas que no se preocupan con las bases… hay personas que han entrado y han manejado políticamente, y después una vez elegido se olvida de las bases, son malos dirigentes […] entonces **se quedan acomodados, ya no movilizan, no gestionan con las bases** [Simón Mansilla, Junta Vicinal Villa Ballivián].
>
> … los dirigentes convocaban en razón de pelea política […] **una junta se moviliza por una causa, por las necesidades básica de los vecinos, de la gente que sufre, pero había otro interese… no estábamos muy unidos ¿no ve? No decidíamos… si es que nos conviene o no conviene** [Luís, Junta Vicinal Villa Ingenio].
>
> … **salíamos a las marchas pero era muy distinto, muy fragmentado, no teníamos apoyo**… [Santiago Marques, comitê executivo FEJUVE].

Os relatos apontam no sentido de uma tendência dispersiva na dinâmica vicinal, expressa numa cisão acentuada entre dirigentes e bases vicinais, com movimentação vicinal centrada em cúpulas de dirigentes e reduzida interaçãocom os vizinhos de base, isto é, reduzido envolvimento coletivo, e, assim, reforço de práticas hierárquicas das instituições vicinais e concentração das atividades no setor dirigente, com fluxos de comunicação e informação entre atores vicinais reduzidos, filtrados ou obstruídos (práticas verticais), envolvendo a estruturação de mecanismo de não decisão, com descaracterização da centralidade da assembleia vicinal como autoridade vicinal máxima. Dirigentes teriam sido descuidados com as assembleias, que ocorriam em número reduzido e muitas vezes sobre pressão das bases, mesmo num momento de intensa precarização das condições de vida e de acúmulo de necessidades e demandas postergadas, o que é um indicativo da manipulação associada ao duplo engajamento. Em várias oportunidades atores vicinais fizeram notar que havia "descuido", por exemplo, em relação à convocatória local para as assembleias, que algumas vezes chegaram a ser realizadas apressadamente e de forma a dificultar a participação de alguns vizinhos que pudessem "trazer problemas". Diante de todos esses aspectos, evidencia-se também uma reduzida capacidade de convocatória e mobilização por parte das juntas vicinais (ante o descrédito que se disseminou).

A possibilidade de construção de estruturas mais informais de organização e de mobilização vinculadas à junta vicinal, como a criação de comissões específicas ou temáticas e a definição de chefes de ruas ou de "manzanos", segundo nos fizeram notar alguns atores vicinais, tendiam também a estar desenfatizada ou era instrumentalizada de acordo com interesses de partidos atuantes localmente. A movimentação vicinal nos bairros/vilas só se via aumentada em tempo de eleição.

Temos, então, um quadro no qual a ingerência de partidos políticos, o duplo engajamento de atores vicinais dirigentes, a instrumentalização de recursos e estruturas de organização e mobilização das juntas vicinais, de acordo com interesses prioritariamente externos, desabilitando o marco cívico-vicinal, restringindo e subordinando espaços decisórios próprios, são aspectos que denotam uma reduzida capacidade e disposição dos atores vicinais dirigentes de produzir vínculos orgânicos com os diferentes atores vicinais locais mediante os recursos e estruturas de organização e mobilização, expressando uma tendência dominante de dispersão na dinâmica vicinal, e a configuração de uma *prática vicinal debilmente articulada*.

Vai se projetando um tipo de sociabilidade política marcada pelo esvaziamento das articulações mais autônomas dos atores vicinais em relação aos governos de turno e aos partidos mais influentes; suas práticas articulatórias estiveram antes instrumentalizadas pelos interesses de influentes partidos políticos, considerando ainda os expedientes midiáticos particulares utilizados pelo CONDEPA.

6.3. Em busca de uma síntese interpretativa

6.3.1. Significações sobre fins e conformação do campo relacional de ação

Os significados atribuídos pelos atores vicinais (tanto dirigentes como de base) a sua situação e experiência cotidiana no espaço urbano-popular altenho, bem como o desdobramento, a partir dessas significações, de um processamento das insatisfações, de requerimentos, reivindicações e demandas vicinais urbano-populares, *tendencialmente*, não geraram,na prática articulatória vicinal, níveis mais significativos de controvérsia com instâncias e agentes de poder comumente enfrentados e/ou aos quais são destinadas, prevalentemente, as demandas e protestos vicinais, isto é, o Estado, os governos de turno (nas diferentes esferas de gestão) e os partidos políticos (especialmente os mais influentes). Estes permaneceram sendo elementos centrais na composição do campo relacional de ação, no quadro de relacionamentos externos qualificados, no entanto, nesse cenário, o encaminhamento das demandas, não obstante fosse atravessado por tensões latentes, parecia confluir positivamente no sentido da resolução de reivindicações através da ativação de trâmites dos governos, seus funcionários, partidos políticos, e outros agentes, podendo ser, a depender de uma relação de fidelização partidária eleitoral, acelerados, obstaculizados ou impedidos. Com o processo de implementação da LPP, e especialmente quando se revelam cada vez mais frustradas as mediações com partidos tradicionais, os trâmites passaram a ser referidos aos espaços e mecanismos da PP.

Assim, a identificação de agentes destinatários das demandas, *tendencialmente*, não passou, no momento mais consolidado do contexto de conflitividade em apreço, por uma definição clara de um status de oponente a ser enfrentado pelos atores vicinais, seja como adversário ou como inimigo. Na melhor das hipóteses, esses agentes destinatários foram tidos como agentes instrumentais para a resolução de demandas.

As formas definidas a partir das mudanças político-institucionais de caráter neoliberal (descentralização municipal e PP), através das quais as demandas deveriam ser processadas resolutivamente com a participação local de atores vicinais na planificação de decisões sobre as demandas, bem como através dos mecanismos de democracia representativa, *tendencialmente*, também não parecem ter sido pautadas, internamente, na dinâmica vicinal, como objeto de controvérsia amplamente disseminado. Nesse sentido, as práticas articulatórias dos atores vicinais não chegam a questionar aspectos mais estruturais relativos à relação entre Estado e sociedade civil nos termos neoliberais, isto teria ocorrido apenas parcialmente ou de maneira latente.

6.3.2. Marcos estratégicos de ação e contexto de conflitividade atenuado

Desse modo, com a finalidade de assegurar que os requerimentos e as demandas vicinais fossem processadas resolutivamente, considerando o campo relacional de ação e suas coordenadas (como ingerência de partidos políticos e duplo engajamento de dirigentes) restritivas de uma utilização mais autônoma das capacidades organizativas e de mobilização dos atores vicinais, vão se delineando, prioritariamente, os seguintes *marcos estratégicos de ação*: por um lado, a participação de atores vicinais em redes clientelistas revitalizadas nesse período; por outro, o envolvimento nos processos relativos ao espaço institucional de participação local, em conformidade com suas lógicas operativas e procedimentais e com sua linguagem técnica, o que foi ocorrer apenas no final do período em tela, quando começa a haver uma melhor apropriação, entre atores vicinais, de possibilidades abertas com a PP, em alguns casos, entendidas como promissoras. Atores vicinais vão, de uma forma ou de outra, investir esforço visando qualificar tanto o envolvimento nas redes clientelistas como a participação relativa à PP, o que passa pela busca de apropriação de uma linguagem técnico-burocrática que não dominavam. Para ambos os casos, foi favorecida a fixação de *interpretações localistas dos problemas vicinais*, demandas foram atomizadas e projetadas mais diretamente no nível municipal de governo, gerando um encolhimento da espacialidade da prática articulatória vicinal, isto é, uma atomização dos atores vicinais. As articulações internas ao "movimento vicinal" (tanto no âmbito distrital, como no âmbito municipal, compreendendo os processos conectivos entre juntas e FEJUVE), bem como as articulações que atores vicinais estabelecem com outras organizações ou setores, passam a ser avaliada, em grande medida, de maneira utilitária, de acordo com a possibilidade de "ganhos reais" no

processamento resolutivo das demandas vicinais locais, num cenário sempre marcado por recursos escassos. Dessa forma, o discurso modernizante neoliberal, que foi se tornando hegemônico em amplos setores sociais, ao incidir no "campo movimentalista", tendeu a conter, ou mesmo esvaziar, qualquer dimensão política instituinte e criativa e a reforçar uma perspectiva procedimental e burocrática de participação e democracia, valorada como mais realista ou possível por muitos dirigentes vicinais.

O *como* e o *em que direção agir* inscritos nos marcos estratégicos de ação que assinalamos, isto é, participar nos processos e espaços estabelecidos, buscando tirar o maior proveito dessa participação no sentido de resolução de requerimentos e demandas vicinais, sem lançar controvérsias com instâncias e agentes de poder que possam obstruir essa possibilidade, coloca em evidência uma *política de negociação* como prevalente, nesse período, dentro do "movimento vicinal" altenho. São marcos estratégicos que expressam conteúdos negociáveis (fidelidade eleitoral, celeridade em trâmites, recursos materiais etc.) pressupondo uma relação que respeita as "regras do jogo" estabelecidas, de modo que o repertório de ações vicinais tende a ser mais convencional.

Considerando que as configurações e significações das práticas articulatórias vicinais são definidas, sumamente, num fluxo potencialmente contencioso duplamente referenciado, o que implica um quadro relacional de forças estabelecido entre atores vicinais, como demandantes, e agentes e instâncias externos, como demandados, interpelados, enfrentados etc., sendo estes últimos, comumente, o Estado, os governos em seus diferentes níveis de gestão e partidos políticos. Considerando também que essas partes investem, nessa relação, suas capacidades de organização, mobilização e persuasão, em meio a oportunidades e restrições colocadas à ação, com vistas a fazer valer seus "argumentos" sobre a outra parte, de modo que em determinados contextos, um dos pólos pode se projetar dominantemente (de maneiras variadas, implicado coerção e persuasão) sobre o outro no que tange a aspectos centrais que estruturam a relação, de tal maneira que as capacidades do pólo dominado são afetadas e ficam restringidas nessa relação, atingindo frontalmente, por exemplo, sua capacidade de gerar espaços decisórios próprios, de definir uma prática mais interpelativa e confrontacional. Considerando esses aspectos, podemos dizer que o que ocorreu com o "movimento vicinal" no período de hegemonia do neoliberalismo foi um declínio acentuado das capacidades de organização, mobilização, convocatória e persuasão das práticas articulatórias vicinais, bem como de sua capacidade de produzir uma interpelação direta a agentes e instâncias de poder. O que vai conforma, finalmente, um contexto de conflitividade

atenuado, envolvendo, basicamente, de um lado, os atores vicinais como demandante, e de outros, o governo municipal, seus funcionários, os conselheiros municipais, partidos políticos influentes e outros agentes cuja característica comum é situarem-se, prevalentemente, no nível municipal. Isto não quer dizer que atores vicinais não tenham interpelado, dirigido demandas e protestos ao governo nacional, mas isso ocorreu com menor frequência e significação do que o primeiro caso. De tal maneira, o contexto de conflitividade apresentou uma intensidade atenuada e um alcance, prevalentemente, circunscrito à esfera municipal, citadina, da urbe altenha.

6.3.3. Dominância da lógica político-pragmática nas articulações da prática vicinal

A prevalência desses marcos estratégicos nos leva a crer que se disseminou na prática articulatória dos atores vicinais uma *lógica político-pragmática*, que, se por um lado, encontrou acolhida na trajetória mais estendida do "movimento vicinal", estando associada ao seu *pragmatismo estrutural*; por outro, foi, nesse contexto específico, alimentada e moldada pelas condições sociopolíticas e institucionais de reabertura democrática e implementação das políticas de ajuste estrutural, e de tal maneira, pela ação de promotores e operadores das políticas neoliberais, e de outros atores mais ou menos alinhados com o projeto neoliberal e versados na velha prática de clientelização política das relações vicinais.

Nesse contexto, o desenvolvimento de práticas e expectativas vicinais passa a atende a critérios instrumentais de retirar o máximo de proveito da relação com governos, funcionários da administração municipal e partidos políticos. Com a LPP, no melhor das hipóteses, atores vicinais passam a se alentar com alguns critérios de eficiência, cálculos de custo-benefício integrados à racionalidade procedimental dos espaços institucionais de participação. A lógica político-pragmática expressa, assim, uma versão subordinada e/ou pacificada da política, representa a supressão dos conteúdos da política popular autônoma, de suas expressões emancipatórias ligadas fortemente na Bolívia à matriz político-ideológica do nacionalismo revolucionário de caráter popular e à matriz indianista katarista.

Essa lógica político-pragmática foi *tendencialmente* dominante atuando, subjacentemente na configuração das práticas vicinais nesse período, que encarnou uma racionalidade instrumental, subordinando e (re)funcionalizando elementos político e culturais. Subordinação que implica, neste sentido, minimização/atenuação de seu potencial instituinte/criativo, na medida em que ela é projetada desde fora visando controle,

subordinação, domínio. Ela é orientadora de práticas voltadas à satisfação de necessidades prementes a partir da consideração de mecanismos clientelistas e de uma relação custo-benefício que concerne à racionalidade pragmática e procedimental dos espaços institucionais participativos de planificação do processamento resolutivos das demandas vicinais. Neste sentido, projetada internamente desde fora, a lógica político-pragmática atende ao imperativo neoliberal de repressão do político como possibilidade instituinte assentada em relações contenciosas com o poder. Ocorre uma subtração do político. A política é reduzida a sua dimensão consensual, pacificadora.

É dessa maneira que a reflexividade conflitiva vicinal, a capacidade dos atores vicinais de monitorar e refletir sobre sua situação e suas condutas, de fornecer critérios próprios para a decisão sobre formas possíveis e mais adequadas de articulação das capacidades organizativas e de mobilização das práticas vicinais; sua capacidade de produzir controvérsias, de interpelar relações e estruturas de poder, de individuar oponentes, de ativar espaços decisórios autônomos, de elaborar repertórios de ação mais disruptivos, se viu bastante reduzida.

Sendo assim, o processo de descentralização administrativa e de institucionalização de espaços de participação foi decisivo na conformação da tendência deredução da conflitividade entre atores vicinais e agentes destinatários de suas demandas. Criou-se um cenário político-ideológico favorável à projeção, desde setores institucionais dominantes (operadores diretos ou não da política neoliberal) de uma lógica político-pragmática sustentada por promessas de modernização e de cidadanização veiculadas pelo discurso neoliberal, para dentro do "movimento vicinal". De tal maneira, realça-se a subordinação de articulações políticas e culturais conflitivas dos atores vicinais a uma lógica pragmática alimentada desde fora, que objetiva esvaziar ou controlar a conflitividade, o potencial vicinal de criar controvérsia, gerando subordinação e condições de reprodução das elites políticas tradicionais e pretensamente modernizadas nos centros decisórios e de manejo dos recursos associados à institucionalidade do Estado em suas diferentes esferas.

6.3.4. O quadro de relacionamentos qualificados internos e as práticas vicinais debilmente articuladas

Nos momentos mais culminantes do período de hegemonia do projeto neoliberal, uma tendência de dispersão se tornou dominante internamente, o que teve expressão na disseminação de um quadro de apatia e de reduzido envolvimento dos vizinhos no funcionamento regular das atividades das juntas vicinais, nas instâncias de deliberação

coletiva, e em outras atividades de mobilização. Com efeito, uma das características mais expressivas nesse período é a debilidade do vínculo entre atores vicinais, com uma cisão acentuada entre dirigentes vicinais e vizinhos de base. Associado a isso, observa-se uma descaracterização das assembleias vicinais como espaço democrático de práticas participativas mais horizontais e como autoridade máxima de deliberação coletiva, em favor de práticas mais verticais, de processos de decisão centrados no corpo de dirigentes, bem como o desenvolvimento de práticas de caráter mais corporativo e particularista entre atores vicinais. Uma cisão maior entre dirigentes e bases, e o desincentivo à atividade mais voluntária e mobilizadora de vizinhos de base, conjugado a uma concentração de decisões e do manejo das atividades vicinais no corpo dirigente, foram aspecto requeridos para que as juntas fossem convertidas em instrumentos que favorecessem a construção de fidelidades eleitorais, mediante mecanismos de clientelização política, e a contenção da propensão conflitiva dos vizinhos de base ante um quadro de precarização crescente das condições de vida. As tendências de fragmentação vicinal e dispersão se sobrepuseram às tendências de confluência, o que aponta para a debilidade das articulações vicinais.

Nesse quadro, se fomentou uma dinâmica vicinal interna, associada aos processos de negociação, construção de consensos e exposição de divergências na definição de orientações para a ação, menos dirigida a enfrentar o poder, do que associada à necessidade sentida (e relativamente consentida) de criar vínculos com os partidos políticos tradicionais, o que fragmentou o potencial de organização, mobilização, convocatória próprio dos atores vicinais, e, assim, obstaculizou, por exemplo, suas iniciativas de construção de arranjos alternativos de poder, de sociabilidades políticas emergentes inovadoras.

Assiste-se, então, a um processo de declínio da atividade vicinal interna, de suas formas mais democráticas de sociabilidade política local, marcadas pela afirmação de espaços decisórios autônomos (combatendo ingerências externas) e pela participação ampliada e mais horizontal nas deliberações coletivas, uma vez que a capacidade de gerar vínculos organizativos e de mobilização entre os atores vicinais e entre eles e participantes potenciais da ação coletiva, mediante a articulação dos recursos organizativos (especialmente a própria estrutura funcional das juntas vicinais, mas também estruturas organizativas vicinais mais informais e estruturas de micro mobilização) e de repertórios de ação e mobilização (formas de comunicação popular e de protesto, por exemplo) disponíveis e emergentes no contexto, se mostra reduzida, e os existentes, debilitados, configurando-se antes como utilitários do que estruturantes de experiências democráticas com potencial instituinte e criativo.

A revitalização ampliada das redes clientelistas que se assistiu nesse período, não impediu, no entanto, que tenha perdurado em todo seu curso, de forma latente, uma relação bastante disseminada de desconfiança, dos vizinhos, em relação aos partidos políticos tradicionais. Essa desconfiança foi projetada também, muitas vezes, em relação aos seus dirigentes, por suas vinculações estreitas com políticos tradicionais e funcionários com prerrogativas decisórias na tramitação institucional das demandas, e, especialmente, pela identificação de ganhos individuais por parte de dirigentes em detrimento dos requerimentos coletivos vicinais, e pela evidenciação do uso de expedientes que obstaculizam a prática democrática local, a expressão do dissenso e da conflitividade interna, como, por exemplo, a negligência na difusão ampliada de convocatórias para assembleias, visando neutralizar "vozes dissonantes". No entanto, o cenário sociopolítico, a premência de encontrar soluções para as demandas e necessidades básicas, e a hegemonia do neoliberalismo, dificultaram que essa desconfiança gerasse uma alternativa de condução das organizações vicinais de bases com força suficiente para se consolidar. Será só no final desse período que essa desconfiança se acentuará e contribuirá para que a tensão entre dirigentes e bases vicinais se torne algo corriqueiro.

Podemos identificar vários elementos de conflitividade interna do "movimento vicinal" no período de hegemonia do neoliberalismo e sua relação com a configuração das práticas articulatórias vicinais. No plano do território de um bairro/vila, isto é, da jurisdição de uma junta vicinal, ou no nível do distrito municipal (envolvendo um conjunto de juntas vicinais), parte significativa da conflitividade resultava da atomização das demandas, levando os atores vicinais (especialmente dirigentes) a disputarem a atenção de partidos políticos e recursos restritos entre si, e a lançarem mão de vários expedientes para fazer prevalecer seus requerimentos sobre outros. Isso tem impactos na construção de vínculos e conexões internas do "movimento vicinal", na construção de sua identidade coletiva, e assim, na prevalência da tendência dispersiva dos vizinhos no que tange a ação vicinal organizada. Temos, nesse caso, uma conflitividade que incide, frontalmente, nas definições sobre problemas prementes que atingem a distintas ruas/avenidas, quadras, setores de bairros etc. A conflitividade interna do "movimento vicinal" atinge, da mesma forma, espacialidades mais abrangentes basicamente quando se apresentam relações contenciosas entre atores vicinais de bairros/vilas distintos situados no mesmo distrito municipal, também por recursos restritos disputados no nível do distrito ou da cidade. Os objetos em conflito são recursos restritos (econômico, técnicos, tempo etc.) disponíveis na cadeia de processamento das demandas vicinais. Essa

conflitividade, em suma, favorece uma prática vicinal debilmente articulada, com vínculos organizativos enfraquecidos.

O território, nesse contexto marcado pela montagem das redes de clientelismo político, vai se configurando, dominantemente, num consenso tácito entre atores vicinais (especialmente dirigentes) e partidos políticos, como espaço de negociação de fidelidades eleitorais e partidárias em troca de determinados apoios, celeridade na realização de obras etc. Não obstante tenha sido também lócus de uma conflitividade latente que projetava orientações críticas a essas formas dominantes de apropriação do território. Por outro, os espaços e mecanismos de participação abertos com a promulgação da LPP levam a um encolhimento da espacialidade das práticas movimentalistas vicinais no momento em que estas se veem restringidas às lógicas operativas e procedimentais desses espaços, o que passa pela especificação da junta vicinal como uma OTB, convertendo o território num espaço jurídico-procedimental.

O território deixa de ser um espaço propício para germinar práticas articulatórias vicinais com espacialidades múltiplas (não restringidas ao espaço territorial local), dando lugar ao desenvolvimento daquilo que indicamos como uma *interpretação localista dos problemas vicinais*, uma atomização do território e das demandas, dilatando, ao mesmo tempo, uma face excessivamente corporativa da prática associativa vicinal local.

A dominância de uma lógica político-pragmática percorrendo e estruturando a prática articulatória vicinal, em conformidade com princípios do projeto de modernização neoliberal na Bolívia, atua bloqueando a prática articulatória de recursos contenciosos da matriz do nacionalismo revolucionário, que propiciava marcos interpretativos articuladores de problemas locais com os problemas nacionais, gerando condições favoráveis ao desdobramento de uma espacialidade local numa espacialidade nacional, possibilitando processos convergentes com outros *atores em movimentos* e partidos políticos, por fornecer recursos interpretativos para a definição de parceiros, aliados, agentes potencialmente articuláveis na conformação de unidades populares constituídas nas lutas sociais, com base em critérios que sempre colocavam em relevo controvérsias com macro-estruturas de poder, de alcance nacional.

7. CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES DA PRÁTICA ARTICULATÓRIA VICINAL ALTENHA NO CICLO REBELDE (2000-2003)

Neste momento nos lançaremos no trabalho de análise de práticas vicinais locais altenhas dentro do chamado ciclo rebelde. Um conjunto de acontecimentos de caráter nacional, e outros, específicos, ocorridos na cidade de El Alto, foi delineando uma tendência de rearticulação da prática vicinal, algo que já se insinuava desde a segunda metade da década de 1990 e que foi intensificado a partir de 2000.

Buscamos verificar conexões entre os eventos conflitivos mais significativos desatados no país e uma conflitividade que se recrudescia na cidade de El Alto, no sentido de observar a difusão de recursos contenciosos entre diferentes atores em movimento que irrompiam na cena pública com bastante vigor naquele momento, um processo no qual El Alto se projetava cada vez mais nacionalmente. O ponto culminante será a denominada *guerra do gás*, quando aspráticas movimentalistas vicinais locais alcançam, de maneira mais evidente, uma conformação densamente articulada com uma série de significações específicas em termos de apropriação do território, construção de espaços de autonomia decisória e emergência de uma sociabilidade política local com características próprias.

Num primeiro momento, estaremos perseguindo o acirramento de uma conflitividade em El Alto que vai conformar, paulatinamente, condições para um reposicionar das práticas vicinais em relação ao período anterior, o que se revela ainda difusamente entre 2000 e 2001 e se consolida em 2003, com a *guerra do gás*.

Para uma apreensão mais detidas das práticas vicinais altenhas, na medida em que os atores vicinais da cidade desenvolveram um papel protagonista central em momentos decisivos do ciclo rebelde, torna-se indispensável observar o ciclo rebelde em sua dimensão nacional como expressão de um colapso do projeto de modernização neoliberal e da emergência de novas perspectivas articulatórias de recursos contenciosos.

É nesse sentido que buscamos observar como as práticas vicinais incorporam e desdobram, num processo de atualização, recursos simbólico-interpretativos e prático-organizativos e de mobilização associados à própria matriz básica do “movimento vicinal” e a outras matrizescomo ado nacionalismo revolucionários e a do indianismo katarista. Para tanto, recorremos a fontes diversas, especialmente, aos relatos fornecidos pelos atores em movimento entrevistados.

Com base no esquema analítico que propomos, visamos uma apreensão de quadros interpretativos elaborados com base em recursos contenciosos disponíveis e emergentes, sobre as definições dos atores vicinais em relação aos fins das suas ações, aos meios disponíveis, às questões relativas ao campo relacional de ação, com a definição *de quem* são agentes externos contendores, aos quais são dirigidas as demandas, as interpelações e os protestos, e *por que* o são. Esses três aspectos (no que tange as dimensões mais básicas e gerais) foram, em grande medida, definidos quando descrevemos a *forma vicinal urbano-popular*, de maneira que o que buscamos compreender foi, fundamentalmente, *como* se particularizam ou se modulam, nos diferentes contextos, as formas de articulação dos fins e dos meios, em relação a mudanças e redefinições relativas ao campo relacional de ação, que se projetam na definição demarcos estratégicos, de repertórios de açãoe, assim, docontexto de conflitividade, com um quadro específico de relacionamentos externos qualificados.

Por outro lado, buscamos, nos relatos fornecidos através das entrevistas, a descrição dos processos relativos ao quadro de relacionamentos qualificados internos, especialmente no momento mais agudo de conflitividade do ciclo rebelde, a *guerra do gás*. Com isso, observamos como, nesse momento, se configuraram as tendências de dispersão e confluência, e em que circunstâncias uma ou outra se colocou de maneira mais sobressalente, sempre em relação com o quadro de relacionamentos externos qualificados que caracteriza o contexto de conflitividade.

Salientamos, mediante os procedimentos acima destacados, a importância da dimensão do território nas significações e configurações que puderam ser apreendidas nas práticas movimentalistas vicinais. Ademais buscamos uma apreensão sobre como se comportou a questão da autonomia, como ela se projetou nas práticas vicinais e qual sua importância nas configurações assumidas. Associado a esses aspectos, buscamos apreender sentidos de democracia observados numa sociabilidade política emergente no nível local.

Passemos então à discussão sobre mudanças ocorridas nas práticas articulatórias vicinais altenhas ainda no final da década de 1990.

7.1. Dinâmica vicinal local e tendências emergentes: recrudescimento da conflitividade interna e a rearticulação de práticas movimentalistas vicinais

No capítulo anterior insistimos em assinalar a prática articulatória vicinal configurada com formas *tendencialmente* dominantes (como visto: debilmente articulada sob domínio de

lógicas político-pragmáticas), com isso, metodologicamente ressaltamos, ao mesmo tempo, seus traços mais evidentes num contexto de conflitividade específico, e a constatação de que na trajetória do "movimento vicinal" altenho, formas articulatórias prevalentes internamente, não chegam a ser exclusivas, e sim, convivem com outras perspectivas articulatórias minoritárias, residuais, latentes, estabelecendo com estas, relações mais ou menos contenciosas. Nesse sentido, podemos falar em conflitividade interna e em disputas pela hegemonia na condução do "movimento vicinal".

A partir dessa conflitividade interna nos foi possível identificar elementos emergentes que jogaram um papel central na "passagem" para o momento seguinte na trajetória do "movimento vicinal". São esses elementos emergentes que propiciarão a configuração, a partir de 2000, de um contexto de conflitividade crescentemente agudo, e de um processo de revitalização da prática movimentalista vicinal com a criação de uma renovada sociabilidade política emergente no nível local.

Se o período marcado pelos momentos culminantes da hegemonia neoliberal foi caracterizado como conformando uma baixa conflitividade, ou conflitividade atenuada entre atores vicinais e agentes destinatários de suas demandas e protestos, a partir da gestão de Hugo Banzer, em toda Bolívia e também em El Alto, a controvérsia com o poder político dominante, o desenvolvimento de uma política de confrontação direta, e uma renovação das práticas movimentalistas vicinais, crescentemente, passam a ocupar posição destacada, culminando com os momentos mais agudos de conflitividade vividos em El Alto entre 2000 e 2005, especialmente com a *guerra do gás*, em outubro de 2003. Começava a ocorrer em El Alto, o que alguns autores vão identificar como um "despertar da consciência política das bases", que passam a rechaçar, crescentemente, as práticas clientelistas, e dar contornos a "novas formas de fazer política desde baixo" (FLORES et al., 2007, p. 25).

Provavelmente, desde meados da década de 1990, já vinha ocorrendo um recrudescimento da conflitividade interna da dinâmica vicinal, com a passagem de uma atitude difusa de recriminação moral, por parte das bases vicinais, aos seus dirigentes capturados por redes clientelistas - o que resultava numa conflitividade interna atenuada-dissimulada -, a uma atitude radicalmente disruptiva dos vizinhos em relação à ingerência de partidos políticos nas juntas vicinais, agudizando a conflitividade interna, e pondo em suspensão, muitas vezes, a legitimidade de dirigentes na condução das juntas. Esse recrudescimento da conflitividade interna ocorreu de forma paulatina, mas longo ganharia

grande expressão, o que pode ser verificado em relatos de alguns dos atores vicinais entrevistados.

> **Los vecinos no estaban contentos como los partidos y gobiernos de turno manejaban la gente**, pero estaban calladitos porque… aquellos…. las cabezas [dirigentes] ¿no? estaban… les ofrecían recursos, plata, trámites, *pegas*…. Se los han regalado ¿no ve? Entonces… malos gobiernos han pasado… como ha habido siempre corrupción [Miguel Félix, vizinho de base Villa Santiago II].

> **Yo creo que las personas no tenía muy clarito quienes eran sus enemigos** ¡yo creo! De una parte el pueblo estaba verdaderamente hambriento… **Después se fue aclarando, aclarando y todo reventó… Muy rabioso estaba. Se fue aclarando quienes son los enemigos del pueblo, de la gente humilde de [El] Alto y de Bolivia… los políticos, los poderosos, los *vendepatria* mal paridos, la gente del exterior, las transnacionales**… [Manuel Laura, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

> **Los altenhos ya no soportaban más, la gente estaba emputada; la democracia que hablaban ha beneficiado más a los poderosos, los que tienen más plata… no llegaba a la gente humilde, para la gente pobres de las ciudades, para los indígenas, ¿no? […] lo demás la democracia era cosa del parlamento donde hacen lo que quieren, hacen y deshacen… pero el pueblo valeroso, la gente de El Alto se fu acordando ya… ¡basta! Ya en el gobierno de Banzer** [Cruz Alarcon, dirigente Junta Vicinal Villa Los Andes].

> **El gobierno incompetente estaba hecho para la gente burguesa, muy lejos a nuestra realidad […] se ha dado una democracia distorsionada […] Una clase se aprovecha de la democracia para beneficio propio ¿no es cierto? Para la gente obrera, campesina, no creo que ha habido una democracia… era una democracia de acuerdos de poderosos, de los neoliberales *vendepatria*... pero el pueblo no es tonto, empezó a reflexionar, volvió a la calle como nunca… entonces… los altenhos salieron a la lucha, la marginación nos ha obligado para que nos levantemos** [Santiago Chávez, comité executivo FEJUVE].

> **los dirigentes corruptos, apadrinados, muy enterados de la política… ya no se suportaba… ¡nadie suportaba! Era una grande vergüenza ¿no? nosotros somos cívicos… luego la situación ha cambiado un poco… [dirigentes] han sido perseguidos por los vecinos más exaltados** […]. aquí en la zona [Atpiris], no, pero he escuchado que en [el] sector norte ha habido persecuciones, graves. **Los vecinos han expulsado los dirigentes de los barrios mismos.** […] que puedo decir es que **la gente estaba emputada, muy rabiosa, con la situación, y los dirigentes estaban ausentes, brillaban por su ausencia** cuando se necesitaba […] **Antes los vecinos no querían ser dirigentes, apáticos estaban**, y los más enterados es… **después es que empezó a haber mucha concurrencia para ser dirigente…. ¿Por qué? porque los vecinos querían aportar para su comunidad ¿no?Ya no permitían que**sectores elitistas, de derecha, **manipulasen la comunidad**. **Ha sido una decisión por la junta** […] luego los partidos empezaron a desaparecer […] lamentablemente hay algunas pocas personas que siempre ha aprovechado de eso, gracias a los partidos ¿no?... La mayoría sufre, solamente algunos se aprovechan [Antonio Condori, ex dirigente Junta Vicinal Villa Atipiris].

> **Se va, poco a poco, percibiendo que las autoridades maleantes estaban utilizándonos**… cuando llegan al poder, cada uno busca su propio interese, en vez de la colectividad, porque debería ser el contrario ¿no? Los políticos no estaban trabajando para el pueblo, para que nosotros sintiéramos contentos con su trabajo, con las obras… piensan solamente con sus bolsillos, quieren siempre llenar más y más sus bolsillos… corruptos son […] eso era para todos; pero nunca se ha llegado para el pobre, para la gente trabajadora de El Alto… ellos se han enriquecido más, y

> había más pobreza también… estábamos… **cada vez más los alteños, la gente toda estaba emputada… Sabían que lo que más ha impedido mejoramiento de nuestro barrio son los político oportunistas y vecinos traidores… hemos quedado atrapados por ellos**, ¿no ve? **La gente estaba tomando conciencia de que tenemos derecho de vivir mejor, crear nuestros hijos… no pensemos que solamente la clase alta tenga toda clase de oportunidad y los demás… no tengamos acceso a esas oportunidades** [Tomás Mamani, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

As dinâmicas vicinais locais passaram a se configurar como lócus de uma insatisfação difusa e de um processo de significação conflitiva sobre a experiência urbano-popular altenha, projetando-se num recrudescimento da conflitividade interna entre dirigentes e bases vicinais, e entre atores vicinais e partidos políticos e governos interpretados comocorruptos e como incapazes de garantir respostas às demandas dos vizinhos.

Essa emergente e crescentemente disseminada atitude disruptiva das bases vicinais em relação a seus dirigentes, aparentemente esteve associada, num primeiro momento, mais a uma tensão resultante da exposição permanente de uma contradição ou descompasso entre ganhos individuais de lideranças imersas nas redes de clientelismo político, e os ganhos coletivos, da coletividade do bairro/vila, do que a um questionamento em relação aos aspectos mais estruturais do clientelismo político, como forma de "fazer política" ou mesmo a princípios centrais do projeto de modernização neoliberal em curso no país e seus impactos na capacidade *movimentalista* das juntas vicinais. Ocorreu que certa permissividade em relação às práticas de clientelização da política foi sendo debilitada na medida em que estas deixaram de ser naturalizadas como forma de aceder às demandas vicinais ("*solos ellos tenían privilégios, la gente humilde, quedaba aquicito luchando por su supervivencia*"); quando se percebe, por exemplo, que esse tipo de relação não estava repercutindo como se esperava ("*nos hacían caso, y nosotros más rabiosos estábamos*"), ou quando foi se explicitando um processo de concentração de poder nas cúpulas de dirigentes, incentivando faccionalismos internos (*"la gente misma estaba muy dividida"*).

Essa insatisfação tanto em relação aos dirigentes quanto em relação aos partidos políticos, se difundiu, em grande medida, por meio de processos muito localizados, mas também, ao mesmo tempo, muito disseminados por toda urbe altenha, ocorrendo em vários bairros/vila ao mesmo tempo, passando a favorecer relações contenciosas com as práticas dominantes no "movimento vicinal", que colocavam em xeque seu caráter cívico vicinal, tanto no nível local do bairro/vila como no nível citadino da urbe altenha, na relação dos vizinhos com sua organização matriz, a FEJUVE. De tal modo, a dinâmica vicinal foi se

constituindo como espaço privilegiado de construção e de disseminação de insatisfações e de consolidação de práticas vicinais que logo iriam ganhar grande significação, impondo derrotas a dirigentes cooptados e fornecendo novas lideranças ou lideranças renovadas, algumas delas rompendo com sua trajetória pregressa de envolvimento com partidos políticos.

Esse aumento da conflitividade interna da dinâmica vicinal implica o desenvolvimento de uma reflexividade conflitiva disseminada no nível do território de bairros/vilas, que vai assegurar, gradativamente, condições para a fixação de novos e renovados marcos interpretativos e processos de significação contenciosos com efeitos duplamente dirigidos e combinados, isto é: (a) dirigidos à estruturação da própria *conflitividade interna* assentada numa disputa pela condução mais adequada do "movimento vicinal"; e, ao mesmo tempo, (b) dirigidos à estruturação e acentuação de uma *conflitividade externa* que se tornará cada vez mais aguda, postando, de um lado, atores vicinais emergentes e realinhados e, de outro, partidos e políticos tradicionais, governo nacional e local, e empresas privada e transnacionais atuantes localmente. Por esse veio, passam a consolidar uma crítica, cada vez mais aguda, ao modelo de liderança vicinal cooptada, ao sistema político e os partidos tradicionais, e cada vez mais, às políticas econômicas neoliberais.

Essa acentuação da *conflitividade externa* terá expressão numa explosão de manifestações e protestos que encontra a urbe altenha como palco a partir de 2000. De tal modo, o caráter difuso da indignação que se dissemina, nesse momento, em El Alto, produz tanto uma guinada, ainda incipiente num primeiro momento, no sentido de "retomada" do controle sobre as juntas vicinais por parte de atores vicinais emergentes ou renovados, como também episódios explosivos, caóticos e desordenados de atos mais ou menos isolados de confrontação, muitas vezes, violentos e envolvendo não apenas atores vicinais, mas também outros atores altenhos. O cenário na urbe altenha é de uma profunda crise social, e com uma população cada vez mais inquieta, com base num sentimento de postergação da resolução de demandas urbano-populares que se acumulavam e de medidas que impactassem sua precária situação laboral.

Destacaremos alguns eventos e processos conflitivos ocorridos em El Alto entre 2000 e 2001, momento inicial do ciclo rebelde, e que tiveram importantes significações nas dinâmicas vicinais. Registros encontrados em outros estudos e fontes documentais dão conta de uma infinidade de episódios conflitivos que passaram a ocorre especialmente a partir de 2000, produzindo uma verdadeira escalada da conflitividade na cidade de El Alto. O início de

uma manifestação isolada poderia se desdobrar em ações inesperadas em pontos distintos da cidade, de maneira mais ou menos organizada ou "espontânea", como um rastilho de pólvora. Foi isso que aconteceu no episódio do saque e queima, em maio de 2000, do prédio da Prefeitura Municipal de El Alto. Uma multitudinária marcha tinha se concentrado em La Ceja, região comercial de El Alto, ponto de convergência de grande parte do transporte coletivo circulante na cidade, e também local onde se encontra a principal via de comunicação entre El Alto e La Paz, por tudo isso um lugar histórica e amplamente reconhecido como espaço de demonstração de força das mobilizações altenhas. Os manifestantes demandavam a criação de uma universidade pública em El Alto, pauta transcendente para muitas organizações altenhas. Finalizada a manifestação um grupo investiu para tomar a Prefeitura, saqueando e queimando o prédio onde estava instalada. Pablo Mamani (2005a) sugere que esse acontecimento pode ser tido como um ponto de inflexão para um novo quadro de mobilização e enfrentamentos na cidade de El Alto, porque foi a partir dele que teria se desatado uma série de mobilizações sociais mais radicalizadas que, com o passar do tempo, encontraria muito de sua sustentação nas dinâmicas vicinais locais.

Um representante de uma organização altenha que participou dos acontecimentos fez o seguinte comentário colhido por Pablo Mamani: "Creo que los alteños descargaron su furia. El alcalde no puede hacer nada a espalda de los trabajadores alteño" (MAMANI, 2005a, p.37).

O recrudescimento das mobilizações altenhas, a partir de então, trouxe também a projeção e difusão ampliada, por parte dos meios de comunicação tradicionais, de uma prática, cada vez mais reiterada a partir dali, de subestimação e desqualificação das ações da população altenha, que invariavelmente era considerada em seu conjunto, como um todo homogêneo, o que certamente favoreceu e fortaleceu nexos de identificação interna, ao mesmo tempo em que uma polarização com a cidade de La Paz.

A queima da prefeitura, depois apelidada de Alcaldía Quemada, foi um momento explosivo de vazão de uma carga de descontentamentos e de insatisfação que tinha chegado a um ponto limite, outras manifestações ocorriam diariamente por toda cidade, envolvendo setores específicos em função de demandas particulares, ou diferentes setores em torno de alguma pauta convergente. No registro das pautas comuns e sobressalentes nesse momento, com ampla capacidade de convocatória, esteve a demanda e luta em torno da criação de uma universidade pública para El Alto, que representou um importante marco para outras

mobilizações que seriam vividas na cidade (MAMANI, 2005a; KHOL; FAIRTHING, 2007; GÓMEZ, 2004).

Estudantes organizados e "pais de família[60]", juntamente com outros tantos atores sociais altenhos, demandavam ao governo Banzer a construção de uma universidade que atendesse as necessidades da população altenha. Nesse sentido, desenvolveram diversas ações coordenadas, como marchas, tanto dentro de El Alto, quanto em direção à cidade de La Paz (onde fica o Ministério da Educação), greves de fome, vários enfrentamentos com a polícia (alguns bastante violentos), dezenas de demonstrações, incluindo um processo autônomo de organização de um espaço próprio de formação superior, um protótipo da forma de gestão para a universidade almejada. Com isso, antes mesmo de criada legalmente, a universidade já contava com mais de 10.000 estudantes inscritos e mais 300 professores voluntários, além do Primeiro Conselho Universitário Provisório com delegados representantes dos estudantes - vinculados à Federación Universitaria Local (FUL) - e do quadro docente[61], o que demonstra o nível de mobilização da população altenha em torno da questão, e um aspecto sobressalente, o fato de a luta pela criação da universidade altenha ter sido indissociável da luta para assegurar que essa instituição de ensino garantisse condições de autonomia para a comunidade universitária.

Foi especificamente em setembro de 2000, depois de mais de trinta marchas com participação de distintos atores altenhos, incluindo atores vicinais, que o Congresso Nacional finalmente aprova a Lei 2.115, que cria a Universidad Pública de El Alto (UPEA). A elaboração da lei não contou, no entanto, com a participação dos representantes legitimamente constituídos pelos atores altenhos mobilizados, o que criou bastante insatisfação. Um ponto decisivo de desacordo refere-se ao fato de que a Lei 2.115 determinou que a autonomia da UPEA só seria assegurada dentro de 5 anos depois de iniciado seu funcionamento, ficando sua administração, ao longo desse período, a cargo do Conselho de Desenvolvimento Institucional com participação de representante do Ministério da Educação e de outros organismos governamentais. Ademais, o primeiro reitor nomeado por Banzer foi uma figura vinculada a ADN e que, segundo Khol e Fairthing (2007), era amplamente reconhecido como corrupto. Banzer ainda outorgaria postos a outras figuras centrais de seu partido e canalizaria fundos para dirigentes da FEJUVE e da COR, numa investida que visava contenção da conflitividade que se recrudescia em torno da pauta da universidade.

---

[60] *Padres de família* é uma categoria associativa na Bolívia, vinculada especialmente a temas educativos.

[61] Encontrado em Un poco de historia de la UPEA, disponível em: <http://www.elalto.galeon.com/upea.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

Diante desse quadro, os estudantes, cada vez mais ativos e organizados, mantiveram-se permanentemente em luta contra a corrupção na instituição de ensino e por autonomia universitária. Em 2001, mais uma vez vários setores se viram mobilizados em prol da UPEA, entre eles, estavam novamente os atores vicinais. As lutas lograram a destituição do então reitor, e depois do seu substituto, igualmente identificado como corrupto. Mas foi apenas em 2002 que os altenhos conseguiram compor a forma de gestão que propunham, através da constituição do Conselho Universitário.

O "movimento vicinal" altenho não foi imune à luta pela UPEA. Em muitas oportunidades, atores vicinais com os quais estivemos em contatos afirmaram que os *vizinhos* altenhos não apenas participaram diretamente de mobilizações como foram inspirados por elas. No mesmo sentido, Khol e Fairthing (2007) sugerem que os *vizinhos*, inspirados na luta pela universidade, alimentaram a determinação de que eles mesmos podiam destituir seus dirigentes vicinais corruptos. Já Pablo Mamani (2005a) sugere que foi exatamente a partir da luta pela universidade que as mobilizações altenhas foram se tornando cada vez mais radicais e intransigentes em suas pautas.

Se a luta pela UPEA era bastante destacada e tinha uma capacidade ampla de convocatória e mobilização, outras lutas e reivindicações se processavam a partir de questões particulares de determinados atores. O que ocorreu nesse cenário, como novidade, foi o fato de que as manifestações tenderem cada vez mais a convergirem entre si, na medida em que emitiam mensagens claras da insatisfação dos altenhos com relação à condução dos governos nacional e local, e aos partidos políticos tradicionais. O que certamente possibilitou uma maior difusão de recursos contenciosos entre diferentes atores, bem como um cenário de maior solidariedade entre diferentes reivindicações e lutas.

Denota o clima de acirramento dos conflitos em El Alto, e o envolvimento direto de atores vicinais, o fato de que ainda no primeiro dia de 2001, o então presidente da FEJUVE, Severo Mamani, manifesta, num jornal boliviano de ampla circulação, a preocupação com uma escalada de violência na repressão policial às manifestações que vinham ocorrendo cotidianamente na cidade. Nesse mesmo dia, a polícia tinha investido violentamente contra manifestantes. O tom do dirigente da FEJUVE é de insatisfação e ao mesmo tempo de confrontação: "se el presidente [Banzer] quiere guerra con El Alto, los pobladores se la daremos". O próprio Banzer vinha demonstrando profunda preocupação com as constantes e vigorosas mobilizações dos altenhos, chegando a afirmar, de acordo com Pablo Mamani, e alimentando uma rivalidade nunca equacionada entre La Paz e El Alto, que: "'los alteños

deben dejar vivir en paz a los paceños'". Na oportunidade disse ainda que despachava no Palácio Quemado, sede do poder executivo, tendo como música de fundo os protestos sociais dos altenhos (MAMANI, 2005a, p. 37).

Outro acontecimento bastante revelador do estado de tensão e enfrentamento que se vivia em El Alto foi a convocatória, por parte da FEJUVE, de um primeiro *paro cívico*[62] da urbe altenha com bloqueios de suas principais avenidas, marcado para 5 de março, dia em que se celebraria o 16º. Aniversário de criação da cidade. Esse tipo de mobilização disruptiva se faria presente outras vezes demarcando os momentos mais agudos de conflitividade envolvendo os atores vicinais. A convocatória da FEJUVE revelou uma mudança tática cheia de significação na organização de ações de mobilização e protesto dos *vizinhos* altenhos. Dessa vez, La Ceja não havia sido totalmente bloqueada, os manifestantes não convergiram exclusivamente para esse ponto. Os bloqueios foram descentralizados, com as ações sendo concentradas mais no nível propriamente dos bairros/vilas. Com base num critério de proximidade dos pontos de mobilização e bloqueio, os *vizinhos* tomaram diretamente as grandes e médias avenidas da cidade, que cortavam seus bairros/vilas ou que estavam próximas.

Ao mesmo tempo em que bloqueavam as vias, as mobilizações se converteram em espaços de encontro, de intercâmbio, de trocas entre *vizinhos* do mesmo bairro/vila, entre *vizinhos* de bairros/vilas distintos, mas do mesmo distrito municipal, e também de lugares mais distantes. Os bloqueios representaram espaços de compartilhamento de insatisfações e reivindicações, de enquadramentos interpretativos comuns, relativos à situação vivida, aos responsáveis por ela, projetando pautas e uma discursividade conflitiva convergente, e, com isso, favorecendo a construção e/ou consolidação de referências identitárias comuns, a revalorização de espaços decisórios próprios, com revitalização das práticas das assembleias vicinais etc. Segundo registro de Pablo Mamani:

> Participam ativamente neles [nos bloqueios] mulheres, homens jovens e mais velhos [vindos] dos diferentes bairros (...). As mulheres bloqueiam sentando na avenida, mascando [folha de] coca e conversando em aimará ou castelhano sobre o curso dos acontecimentos (...) o cruzamento de Villa Adela e a Avenida Juan Pablo II haviam sido convertidos em espaços para assembleias onde participavam inclusive crianças. [...] [nos bloqueios, o ato de sentar na avenida representava] uma predisposição plena de imobilizar a cidade pelo tempo necessário. A bicicleta havia se convertido

[62]O mesmo que paralisação ou "greve" cívica. Consiste numa forma de mobilização coletiva e protesto que visa paralisar atividades de amplos setores de uma cidade, ou mesmo toda cidade, bloqueando vias, impedindo o funcionamento de instituições públicas e privadas etc. Esse tipo de mobilização passa a ter importância capital nos momentos mais agudos de conflito envolvendo atores vicinais. Por opção, manteremos a grafia em espanhol, *paro cívico*.

> (...) em um fator de comunicação e mobilização social. (...) mediante esses meios de transporte muitos se deslocam pela cidade levando informação de um bairro a outro (MAMANI, 2005a, p. 39-40).

O *paro cívico*, com o bloqueio de ruas e das principais avenidas que cruzam o espaço urbano altenho, e da rodovia que faz conexão entre El Alto e La Paz, consiste numa vigorosa ação disruptiva na medida em que visa paralisar as atividades em El Alto, afetando também a cidade de La Paz, numa demonstração clara de força contra o governo local e nacional, e de acirramento da conflitividade.

Como já havia se tornado freqüente, diante do quadro de mobilização, figuras do primeiro escalão do governo nacional buscaram subestimar e minimizar, perante a opinião pública, a magnitude e os efeitos das manifestações altenhas. Ao constatar que não havia maiores movimentações em La Ceja, segundo registro de Mamani (2005a, p. 40), o ministro do trabalho sugere que a convocatória da FEJUVE não havia sido acatada. O mesmo se viu por parte de alguns meios de comunicação que divulgaram apressadamente a informações de que "el paro fue a medias". O que nem o governo, nem os meios de comunicação perceberam (ou quiseram perceber) é que havia algo muito significativo ocorrendo, um processo de rearticulação da prática articulatória vicinal a partir da dinâmica vicinal local. A leitura de Pablo Mamani (2005a, p. 40) fornece informações que corroboram essa afirmação, segundo ele "por trás do aparente descumprimento da paralisação", estava se gestando novas formas de organização *desde abajo*, no nível de cada bairro e das relações entre bairros.

Um registro importante sobre a pressão que vinha *desde abajo*, desatada a partir de um processo que entendemos como sendo de rearticulação da prática vicinal, é o de que a decisão da FEJUVE em convocar o *paro cívico* se deu, como registra Pablo Mamani (2005a), em um ampliado de presidentes com forte pressão das bases vicinais. Não foi uma decisão de cúpula, ou vertical, sem significação e poder de convocatória.

Outro episódio de conflitividade aguda bastante significativo, envolvendo diretamente atores vicinais, ocorreu em 5 de abril de 2001, em virtude de uma crescente insatisfação com a elevação dos preços dos serviços de água pela empresa Aguas de Illimani e de energia elétrica pela Electropaz, empresas que haviam sido privatizadas.

Em suma, ainda no final de 2001, o cenário movimentalista altenho e sua dinâmica vicinal estão profundamente modificados em relação ao período de hegemonia neoliberal e de vigência estendida das redes de clientelismo político, há um claro processo de revitalização das práticas articulatórias vicinais no nível dos bairros/vilas, pelo menos na grande maioria deles.

O recrudescimento da conflitividade em El Alto acompanhava as conformações de um novo quadro de conflitividade nacional, o chamado ciclo rebelde. Iremos agora buscar uma caracterização nacional de aspectos decisivos desse novo quadro de conflitividade, aberto entre 1999 e 2000, e que durará até 2005. Este expediente se faz necessário na medida em que os atores vicinais altenhos, no seu processo de rearticulação das práticas movimentalistas vicinais, vão receber bastante influência e incentivos das dinâmicas que constituem o ciclo rebelde, e, ao mesmo tempo, se converteram em atores com papel decisivo nos seus momentos mais agudos, como veremos quando analisarmos as configurações e significações das práticas articulatórias vicinais nas jornadas da *guerra do gás*.

7.2. O colapso do projeto de modernização neoliberal e a abertura do ciclo rebelde

7.2.1. Aguçamento da conflitividade

Já assinalamos aspectos combinados que contribuíram para conformar um cenário nacional de "tormenta econômica, política e social" que começou a se estabelecer no ano de 1999: incapacidade do governo de gerar empregos e crescimento econômico significativo; agressivo programa de erradicação da folha da coca que destruiu a economia regional; colapso da economia Argentina que "eliminava o maior mercado laboral externo da Bolívia e bloqueava a remessa dos emigrados", e diminuição dos rendimentos do Estado provocada pela privatização da empresa petroleira estatal (KOHL; FARTHING, 2007, p. 239).

A crise econômica e social galopante, estabelecida a partir de 1999, produziu um quadro nacional de comoção e agitação social que se ampliava exponencialmente. Esse quadro está na base do *fluxo movimentalista* que começava a se projetar na cena pública com bastante vigor, com pluralização de *atores em movimento*, emergência de novos e renovados processos organizativo e de mobilização, envolvendo povos indígenas de "terras baixas"[63], produtores de coca, indígenas campesinos de origem aimará e quéchua, organizações sindicais, como a organização sindical nacional de professores (que vinha se convertendo na coluna vertebral da COB, depois do declínio do setor mineiro), além de movimentos mais propriamente urbanos, especialmente nas principais cidades do país, movimentos de caráter estudantil e juvenis, bem como, a despeito da diversidade de demandas, reivindicações e perspectivas de construção de identidade desses atores diversos, processos de articulação, que

[63] Situadas na região mais oriental do país, em contraste com as terras altas, andinas.

confluíram na conformação de estruturas organizativas com participação de distintos atores em torno de pautas convergentes, chamadas comumente de *cordinadoras*, surgidas especialmente para defender o direito dos bolivianos à água e ao gás natural. Inclui-se também nesse cenário a presença dos recém criados partidos políticos Movimiento al Socialismo (MAS) e Movimiento Índio Pachakuti (MIP).

Assim, a despeito da diversidade e pluralização do campo movimentalista boliviano, sua conformação nesse momento assinala uma crescente acumulação de forças, envolvendo diversos atores sociais e políticos que compartilham o rechaço comum às políticas neoliberais, isto é, não obstante o "amplo espectro de visões políticas, plataformas organizativas e estratégias", logrou-se uma "capacidade de transcender diferenças e conformar coalizões nacionais" (KOHL; FARTHING, 2007, p. 240), ativando fluxos de difusão de recursos contenciosos entre si, tanto simbólico-interpretativos como prático-organizativos, de mobilização e ação. As possibilidades de articulação dessa diversidade de experiências organizativas e *movimentalistas* emergentes, com convergência em torno do rechaço às políticas neoliberais resultam, grandemente, da renovação/revitalização de elementos decisivos da matriz político-ideológica do nacionalismo revolucionário e do indianismo katarista.

Os *cocaleros*, tanto do Chapare como região dos Yungas do departamento de La Paz, e o "movimento indígena-campesino" formado por campesinos aimarás do altiplano norte também do departamento de La Paz, mantiveram, ao longo de todo o governo Banzer, uma pressão constante, dando projeção a questionamentos à política neoliberal, especialmente no que dizia respeito à privatização dos recursos naturais e dos serviços básicos, à erradicação da folha de coca e à demanda de maiores investimentos na área rural. Eles jogaram um papel crucial nos processos de *enquadramento interpretativo* e na difusão de recursos contenciosos para além de seus campos específicos e imediatos de ação, produzindo importante ressonância na cidade de El Alto. Essa difusão se deu por vários meios e permitiu "combinar livremente os discursos indígenas, nacionalistas e antineoliberal", pavimentando condições para a incorporação de demandas de diferentes atores, ampliando a base de apoio social em torno das pautas e aumentando sua legitimidade (KOHL; FARTHING, 2007, p. 246).

Dessa forma, pode-se dizer que as práticas articulatórias convergentes desenvolvidas entre *atores em movimento* diversos, atuantes nesse contexto, encontraram parte de suas condições de possibilidade, num processo de articulação de recursos contenciosos associados à matriz indianista katarista e à nacionalista revolucionária de caráter popular, favorecendo

que uma insatisfação mais difusa com as políticas neoliberais fosse conformando, finalmente, uma forte posição antineoliberal.

Essa emergência e pluralização de processos organizativos e de mobilização se deu num contexto marcado pelo arrefecimento da presença da COB, ante os impactos das políticas de caráter neoliberal, especialmente no setor mineiro. Tornando-se leitura comum entre analistas bolivianos que teria havido uma "substituição" do protagonismo da COB por outros atores. No entanto, mesmo debilitada, a COB foi capaz de mobilizar, ainda nesse período, considerável apoio nacional e regional, disseminando seu estilo de política de confrontação. Isto é: mesmo debilitada, a COB permanecia como uma referência e fonte de difusão de recursos contenciosos para boa parte dos movimentos sociais bolivianos, reforçando a definição de determinados marcos estratégicos de ação e de um repertório de ação de caráter mais disruptivo.

Ocorre que o debilitamento das organizações sindicais classistas e da COB, combinado à crise da esquerda político-partidária, que significou a frustrações de expectativas em relação ao governo da UDP, concomitante a um processo de hegemonização do "projeto neoliberal", criou um vazio de referências organizativas e também ideológicas que foi continuamente preenchido por outros atores sociais, entre eles organizações campesinas e indígenas, e os movimentos sociais urbanos.

Esses grupos foram assumindo, pouco a pouco, a "vanguarda da resistência social", mas cada um deles continuou com suas próprias prioridades, estratégias organizativas e justificativas para suas ações, de maneira que, para Kohl e Farthing (2007, p. 248), em alguns momentos esses atores movimentalistas se uniram no que pareciam coalizões pouco afins.

No entanto, absolutamente central nesse período foram as rearticulações do "movimento indígena-campesino" e a renovação do indianismo. Distante dos cocaleros, no altiplano do departamento de La Paz, e sob liderança do carismático e histórico líder indígena Felipe Quispe, conhecido com o Mallku (em aimará, ao mesmo tempo líder e condor), campesinos indígenas desencadeavam processos organizativos, de mobilização e de resistência fortemente assentados na construção da identidade étnica, e nos marcos do indianismo katarista.

Felipe Quispe tem uma importância nada desprezível na construção das condições para o acirramento da conflitividade nesse período. Frequentemente com aparições públicas extravagantes, Quispe foi figura de proa na articulação de recursos contenciosos da matriz do indianismo katarista com elementos seletivos do nacionalismo revolucionário, produzindo

enquadramentos interpretativos sobre a situação dos indígenas campesinos, sobre as consequências das medidas neoliberais, sobre os oponentes a serem enfrentados, entre outros aspectos decisivos que foram difundidos amplamente e conseguiram se converter em fortes justificativas para convocação, mobilização e resistência dos atores indígenas campesinos, e também para outros atores, especialmente urbanos. Como registram Khol e Fairthing (2007, p. 254-255) sob a liderança de Quispe, os indígenas campesinos se mobilizaram contra a Lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) de 1996, que pretendeu estabelecer um mercado de terras privado e permitiu a grandes latifundiários proteger suas terras com o pagamento de impostos anuais mínimos. Mobilizaram-se também contra a Lei de Águas, de 1999, elaborada sem a participação dos aimarás do altiplano, e contra a privatização da empresa de águas em Cochabamba, "ligando-a simbolicamente a todo mal que provinha das políticas neoliberais".

Segue um trecho relativamente longo do próprio Felipe Quispe, mas bastante significativo por expor os motivos que levaram a emergência do movimento indígena campesino no *ciclo rebelde* e o calibre das questões colocadas pelo indianismo katarista radicalizado, representado por Quispe:

> ¿Por qué hacemos movilizaciones? Es que ayer en el palacio de gobierno estaba un Bánzer, estaba un Sánchez de Lozada. Nosotros iniciamos en el 2000, pero nuestras movilizaciones no fueron espontáneas, no salieron como un milagro, sino que nosotros nos hemos tenido que preparar desde años atrás, desde los años setenta, cuando era prohibido manejar esa *wiphala*[64][…] poco a poco hemos estado jalando y, hoy por hoy, vemos wiphalas colgadas en muchos lugares. Eso lo hemos ganado con sangre, dolor, sufrimiento, inclusive con cárcel; así hemos avanzando poco a poco en nuestra lucha. […] Entonces, en las movilizaciones del año 2000 hemos tenido que reactivar células sembradas que teníamos a nivel nacional y todavía los hermanos están por ahí. […] Es que mucha gente pensará que la lucha es fácil, que vas a tocar un pututu o un pinquillo o cualquier otro instrumento y que la gente va a salir. La lucha más bien es ideológica, es por conseguir una nación, por eso es que hemos desarrollado la lucha desde 2000 hasta 2003. […] Porque nosotros habíamos sido dueños del suelo, el subsuelo y el sobresuelo, inclusive las estrellas, del sol, de la luna, que son nuestros dioses. Hoy día no somos dueños de nada, por eso luchamos, porque queremos ser dueños (QUISPE, 2006, p. 57-58).

A revitalização da identidade indígena na Bolívia repercutiu produzindo uma renovação da vida nos *ayllus*. Em 1997, *ayllus* da parte sul do departamento de La Paz, do departamento de Oruro e do norte do departamento de Potosí, criaram uma nova estrutura de coordenação, o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyo (CONAMAQ), com um enfoque dirigido prioritariamente a questão da terra e território. Os atores indígenas campesinos (ou *comunários*) organizados cotidianamente nos *ayllus* e também através da

[64] Bandeira multicolor formada por 49 quadros ordenados que representa o território e a luta indígenas.

CONAMAQ se converteram em importantes *atores em movimento* participantes no contexto de conflitividade que se acirrava. Foram particularmente ativos através de bloqueios de estrada e de marchas mobilizadas desde as comunidades locais até a cidade de La Paz.

De maneira geral, os *atores em movimento* indígenas campesinos emergentes, sejam os vinculados ao CONAMAQ, sejam os vinculados mais especificamente a CSUTCB, liderado por Quispe, desempenharam um papel decisivo no contexto de conflitividade em processo de intensificação a partir do final da década de 1990. Seus processos organizativos e de mobilização, como vimos, foram desencadeados através de um ressurgimento e repolitização da identidade étnica, dando passo à construção de estratégias de resistência às políticas neoliberais, com base num forte apelo à coesão étnico-cultural e política. Aspectos que não prescindiram de recursos contenciosos simbólico-interpretativos e práticos, organizativos e de mobilização, da matriz do indianismo katarista. Estes passaram a ser apropriados e desdobrados nas práticas articulatórias de diferentes *atores em movimento*.

Embora esse processo paulatino de revalorização da identidade étnica se dê, de maneira mais centrada, no âmbito das dinâmicas dos *atores em movimento* indígenas campesinos, ele vai ter também ressonância, com níveis distintos de apropriação, estabilidade e desdobramento, em diferentes setores da sociedade boliviana. Dados do Censo de 2001, do Instituto Nacional de Estadistica (INE) fornecem informações bastante ilustrativas desse processo. Segundo o Censo, 62% da população maior de 15 anos se auto-identificou como indígena; 78% da população rural e 53% da urbana se declararam portadoras de uma etnicidade indígena. A população indígena urbana estava concentrada em bairros periféricos e marginais e na cidade de El Alto (INE, 2004).

A matriz indianista katarista consistiu num "renascimento discursivo do índio através da reivindicação e reinvenção de sua história, de seu passado, de suas práticas culturais, de suas penúrias, de suas virtudes, que terão um efeito prático na formação de auto-identificações e formas organizativas". O ponto central na construção do discurso indianista é a reinvenção dos significados de ser indígena, isto é, consiste num discurso que produziu um deslocamento do indígena como inferioridade, como estigma, com inapto, para um discurso no qual o ser indígena aparece como "sujeito de emancipação, como desígnio histórico, como projeto político" (LINERA, 2008b, p. 380). Embora só tenha encontrado um nível mais avançado de sistematicidade prática e discursiva na década de 1970, o que chamamos de matriz indianista katarista, se assenta numa

> tradição oral que remonta a acontecimentos tão distantes como o levantamento do inca Tupac Amaru contra a conquista espanhola e a rebelião de 1781 dirigida por Tupac Katari e Bartolina Sisa. Essa narrativa de resistência, repleta de mártires e heróis, vitórias e derrotas, estabelece relações entre as lutas atuais com outras anteriores, infundindo um sentido de continuidade, de inevitabilidade da resistência e de legitimidade de suas lutas. O poder psicológico destas narrativas na psique dos bolivianos não pode ser subestimado (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 269).

O que os *atores em movimento* indígenas campesinos fazem nesse momento é, então, produzir uma rearticulação discursiva do indianismo, mostrando sua vitalidade na convocatória da maioria indígena que vinha cada vez mais enfrentando as agruras das consequência das medidas neoliberais. E, ao fazê-lo, vão encontrar, no desencadear dos conflitos, condições propícias para que, paulatinamente, o indianismo deixe de ser "uma ideologia que resiste nos resquícios da dominação", e se expanda "como uma concepção proto-hegemônica intentando disputar a capacidade de direção cultural e política da sociedade com a ideologia neoliberal que havia prevalecido durante os últimos anos" (LINERA, 2008b, p. 388). O que ocorreu, nesse momento, foi, então, não uma mera repetição do discurso indianista ativo em períodos anteriores, mas um indianismo que passa a se afigurar como uma estratégia de poder (RADA, 2007a, 2007b; LINERA, 2008b).

Com a implantação das políticas neoliberais, setores indígenas viram bloqueados os mecanismos de mobilidade social, internos e externos às suas comunidades, aspecto associado a uma migração acelerada às cidades, com precarização crescente das condições de vida, ampliação da informalidade do trabalho, privatização de serviços básicos e de recursos naturais etc. Pode-se dizer que um ponto agudo para que fossem pavimentadas condições de intensificação da conflitividade social, ainda no final da década de 1990, foi a ressonância dos impactos das reformas liberalizantes da economia nas "condições básicas de reprodução das estruturas comunitárias agrárias e semiurbanas", deteriorando-as crescentemente, o que deu passo a um processo paulatino de "fortalecimento dos laços comunitários como mecanismo de segurança primária e de reprodução coletiva". Foi em meios a essas condições, e "do vazio ideológico que esta ausência de porvir modernizante provoca, que foi possível expandir a ideologia indianista", capaz de fornecer uma narrativa para o "drama coletivo, precisamente a partir da articulação política das experiências cotidianas de exclusão social, discriminação étnica e memória social comunitária de camponeses índios deixados a sua própria sorte" (LINERA, 2008b, p.389).

7.2.2. Emergência de "instrumentos políticos"

A matriz indianista renovada ao longo da segunda metade da década de 1990, através de processos organizativos e de mobilização de atores indígenas campesinos, e também projetada enquanto estratégia de poder, apresentou duas vertentes principais expressas a partir de "instrumentos políticos" correspondentes. São elas:

a) Vertente indianista radical: representada pela organização político-partidária Movimiento Índio Pachakuti (MIP), criada em 2000, tendo como braço sindical a CSUTCB. Propôs um "projeto de indianização total das estruturas de poder político"; proposta que se assenta diretamente no núcleo duro do pensamento indianista de Fausto Reinaga[65]. Essa corrente se "consolidou apenas no mundo estritamente aimará, urbano e rural, de modo que pode ser considerada um tipo de indianismo nacional aimará" (LINERA, 2008b, p. 390).

b) Vertente indianista moderada: representada pela organização político-partidária Movimiento al Socialismo (MAS), criada em 1995, pelos cocaleros, e se assenta num "discurso campesino que foi adquirindo conotações mais étnicas". Reivindica

> um projeto de inclusão dos povos indígenas nas estruturas de poder e põe maior ênfase numa postura anti-imperialista; essa vertente pode ser definida como indianista de esquerda por sua capacidade de abarcar a memória nacional-popular, marxista, de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe permitiu uma maior recepção urbana, multi-setorial e pluri-regional de sua convocatória, fazendo dela a principal força política parlamentar de esquerda (LINERA, 2008b, p. 390).

O MAS vai se configurar, com o tempo, como um instrumento político que articula atores organizados de "nações originárias" com organizações políticas de esquerda. Representando

> um arquipélago de movimentos sociais e sindicais com ritmos, culturas políticas e objetivos nem sempre coincidentes nem fáceis de articular, e com fronteiras ideológicas mais amplas e pragmáticas que conservam referências nacionalistas revolucionárias, ao mesmo tempo em que incorporam um componente étnico-cultural quase inexistente na esquerda clássica (STEFANONI; DO ALTO apud GIRARDI, 2009, p. 41).

Em sua plataforma política propõe o controle estatal de setores chaves da economia, a nacionalização dos recursos estratégicos e a reestatização dos serviços públicos; bem como a

[65] Pioneiro na sistematização do indianismo boliviano, expoente da vertente mais radicalizada.

criação de um Estado multiétnico e pluricultural, numa clara articulação de recursos provenientes das matrizes do nacionalismo revolucionário com recursos da matriz indianista.

7.2.3. O ato inaugural do ciclo rebelde: a *guerra da água*

A *guerra da água* é o evento inaugural do *ciclo rebelde.* Ele marcará um ponto de inflexão nas demandas e na capacidade organizativa e de mobilização dos movimentos sociais bolivianos. Seu ponto de partida foi o rechaço a um aumento de aproximadamente 35% na tarifa do serviço de água na área urbana da região do vale cochabambino.

Resultou em práticas articulatórias coordenadas, de mobilização e de protestos, envolvendo a participação de atores sociais diversos, urbanos e rurais, em torno da chamada Cordenadora de Defensa del Agua y de la Vida (La Cordenadora).

As ações de mobilização e protesto demandaram ao governo de Hugo Bánzer o cancelamento de um contrato que concedeu, em setembro de 1999, a administração e a distribuição do serviço de água, que era operado pela empresa municipal da água de Cochabamba (SEMAPA), a um consórcio transnacional chamado Aguas de Tunari, e a anulação da Lei nº. 2029 de Serviços Básicos, Água Potável e Saneamento que mercantilizava a água em áreas urbanas, impactando o sistema de distribuição vicinal da água, e os usos tradicionais estruturados com base na construção de valas e regos por onde a água escoava abastecendo comunidades campesinas. A Lei nº. 2029 definia padrões e políticas nacionais para o sistema de água potável e saneamento, estabelecendo regras para a privatização do sistema de águas na Bolívia. Antes de 1999, a maior parte das

> empresas de água ou eram cooperativas ou serviços de propriedade pública, e os poços e sistemas de rego em mãos privadas coexistiam com os sistemas públicos grandes. Se considerava a água como um recurso público e um bem social mais do que como mercadoria. A Lei de Água revertia isso, pois outorgava às empresas direitos exclusivos dentro de uma área determinada e assim obrigava todos os usuários a realizar contratos com o concessionário (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 260).

O contrato em questão, negociado em segredo e assinado antes mesmo da promulgação da Lei de Água, outorgava ao consórcio Aguas de Tunari "o controle não só do sistema de água potável da cidade, mas também de todas as águas subterrâneas, incluindo o direito de cobrar pela água de poços preexistentes, sistemas de irrigação superficiais e ainda a captura da água das chuvas" (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 262).

Em novembro de 1999, integrantes do Comité para la Defensa del Agua y la Economia Familiar (CODAEC), conformado por organizações locais e regionais, muitos deles "regantes campesinos" e usuários de água independentes, bloquearam as vias de entrada a Cochabamba. Uma semana mais tarde era criada a Coordenadora de Defensa del Agua y de la Vida, unificando CODAEC numa coligação com uma ampla gama de grupos de *atores em movimento* locais.

Segundo Khol e Fairthing (2007, p. 263), a partir de um "começo informal surgiu um movimento social que unia campesinos, ambientalistas, grupos vicinais, operários e empregados até se converter em um dos símbolos mais poderosos do movimento anti-globalização no mundo". As fortes mobilizações conseguem fazem com que o governo Bánzer, finalmente, cancelasse o contrato com a transnacional e anulasse a Lei de Águas. No contexto de expansão do modelo neoliberal na América Latina, esse acontecimento não é, de fato, nada desprezível, representou a experiência de expulsão de uma transnacional por forças populares organizadas, demarcando um importante momento de inflexão na ofensiva neoliberal (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007).

Em 16 de fevereiro de 2000, a Coordinadora faz a seguinte declaração de imprensa:

> El otro gran logro de esta movilización es que perdimos el miedo. Salimos de nuestras casas y de nuestras comunidades para hablar entre nosotros, para conocernos, para aprender nuevamente a confiar unos a otros. Ocupamos las calles y los caminos porque somos los verdaderos dueños. Lo hicimos sobre la base de nuestra propia fuerza. Nadie nos pago, nadie nos dio ficha ni nos multo. Para nosotros, población trabajadora de la ciudad y del campo, este es el autentico significado de la democracia: Decidimos y hacemos, discutimos y ejecutamos (OLIVEIRA, 2008, p. 50).

A vitória teve importante ressonância psicológica entre atores sociais populares bolivianos. São muito os ingredientes presentes na guerra da água que serão sentidos, de uma forma ou outra, em outros *fluxos movimentalistas* intensificados que foram vividos na Bolívia a partir dali até pelo menos 2003, o que denota a existência de fluxos de difusão de recursos contenciosos entre as diferentes experiências movimentalistas que estavam em cursos. Elencamos alguns desses ingredientes:

1) Representou a projeção aguda de um conjunto de demandas que entrariam em pauta de maneira bastante disseminada no campo dos movimentos sociais bolivianos: assegurar necessidades elementares e a defesa contra a mercantilização de serviços básicos e de recursos naturais estratégicos.

2) Implicou um processo de organização, de emergência de novos atores e de renovação de outros, com base em micro-dinâmicas organizativas e de mobilização, no sentido definido por García Linera, para quem a capacidade de mobilização dos "movimentos sociais" bolivianos ao longo do ciclo rebelde foi assegurada e erigida com base em "pequenas estruturas organizativas locais de tipo territorial e não territorial baseadas no lugar de residência, no controle de bens como terra e água, na atividade laboral, gremial ou simplesmente de amizade", a partir das quais, foram sendo criadas "redes de mobilização coletiva que foram colocando de pé novos movimentos sociais, como o caso da Cordenadora de Defensa del Agua y de la Vida, (...) e a revitalização de antigos, como a CSUTCB, os produtores cocaleros, os vizinho etc." (LINERA 2008a, p. 15).

3) Expressou um esgotamento de formas tradicionais de fazer política, dando projeção a experiências políticas inovadoras criadas *desde abajo*, isto é, experiências deliberativas e de organização coletiva que implicam "um processo de ressignificação da política, para além do monopólio partidário do político". Consistiu, segundo Chávez e Mokrani (2007, p. 111): num "importante referente de politização dos espaços cotidianos, a partir da certeza vivida pela população de que é possível fazer política em momentos de ampla deliberação coletiva".

4) A construção de espaços de coordenação da prática articulatória de distintos atores em torno de demandas comuns deliberadas coletivamente e de forma horizontalizada, foi um ingrediente central. A Cordenadora de Defensa del Agua y de la Vida representou exatamente um espaço como essas características. Consistiu num instrumento criado por *atores em movimento* bastante diversos, com base em princípios de solidariedade e na consecução de objetivos claros e definidos coletivamente, incluindo mecanismos que visavam um fluxo de decisões e comunicação mais horizontalizado possível. Para Chávez e Mokrani (2007, p. 111), a Cordenadora de Defensa del Agua y de la Vida consistiu num inovador "instrumento de canalização de decisões coletivas, fato que é corroborado na incorporação [da figura] de porta-vozes em vez de dirigentes, com o que se ensaia um novo tipo de relação que rompe com a lógica de que a política só pode ser exercida através de mediadores". Esse tipo de dinâmica política movimentalista, "desde a multiplicidade de experiências", só foi possível com base em "um exercício de diálogo horizontal que revaloriza a capacidade cidadã de tomada de decisões, e se efetivou graças a uma série de mecanismos que permitiram uma ampla socialização da informação e transparência no processo de negociação com o governo".

7.2.4. Levantamentos indígenas campesinos de 2000 e 2001

Em abril de 2000, ainda durante as jornadas da *guerra da água* em Cochabamba, e endurecendo a resistência e pressão contra o governo Bánzer, ocorrem bloqueios massivos de estradas protagonizados por grupos campesinos do altiplano. Felipe Quispe, então secretário executivo da CSUTCB, convoca uma mobilização nacional com bloqueio de estradas, uma forma de ação que logo vai se converter em um marco comum dos protestos e mobilizações. Práticas articulatórias de distintos *atores em movimento* tornam-se cada vez mais convergentes. Atores campesinos de origem aimará e *cocaleros* do Chapare incorporam entre suas demandas a revisão da Lei de Águas. Vivia-se um momento de intensa conflitividade em diferentes rincões do país, envolvendo atores movimentalistas e também político-partidários.

Com os bloqueios, os manifestantes cercaram a área metropolitana da cidade de La Paz, sede do governo nacional, impedindo a provisão de produtos alimentícios para o abastecimento dos mercados locais, o que obrigou Banzer a negociar. Ao término da negociação, o acordo alcançado pela CSUTCB comprometia o governo a revisar as leis que dispunham sobre a) águas; b) recursos naturais; c) biodiversidade e uso da terra; d) reforma agrária (Lei INRA) e, e) direitos laborais. O governo tinha se comprometido ainda em socorrer afetados por desastres naturais, finalizar o estado de sitio e liberar pessoas presas durante os protestos (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 266). As demandas atingiam centralmente as medidas de caráter neoliberal que vinha sendo aplicadas. O não cumprimento de pontos acordados, logo desataria mais uma série de protestos.

Em setembro e outubro do mesmo ano ocorre mais uma série de mobilizações, sendo agora mais intensas e estendidas. O país vive mais um momento de intensa conflitividade. A Confederación de Maestro, que vinha se fortalecendo significativamente, organiza uma marcha entre as cidades de Oruro e La Paz. Na medida em que a marcha avançava, outros grupos se uniam a ela. Ao chegarem em La Paz, em 8 de setembro, os manifestantes declaram uma greve indefinida. No dia seguinte, Felipe Quispe encabeçou uma mobilização na localidade de Achacachi, "um dos centros históricos da resistência aimará no altiplano, localizado a 100 km da cidade de La Paz" (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 268). Atores indígenas campesinos vinculados a comunidades aimarás, do altiplano do departamento de La Paz, aderiram, uma vez mais, às convocatórias de Felipe Quispe, exigindo o cumprimento de uma série de acordos firmados com o governo. Por outro lado, cocaleros bloqueavam estradas na região do Chapare. Os bloqueios se disseminam por várias partes, o que terminou paralisando o país por mais de três semanas. Eles foram se generalizando na medida em que o

governo não apresentava respostas satisfatórias e, por outro lado, reprimia as mobilizações com violência. Diante de um quadro de intensificação e ampliação dos protestos, e do desabastecimento da cidade sede do governo nacional, a "aliança informal que encabeçou os protestos obrigou o governo a realizar concessões significativas". Animados pelos êxitos das mobilizações, cresce a disposição dos *atores em movimento* em permanecerem mobilizados, "os movimentos sociais do país ameaçaram com maiores tensões se o governo não cumprisse suas promessas" (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 268).

Em junho e julho de 2001 os bloqueios se disseminaram para outras regiões/departamentos do país cobrando também uma força inusitada.

Com o colapso da COB, sustentáculo mais proeminente do nacionalismo revolucionário de caráter classista e popular, o discurso indianista, em evidente processo de renovação e rearticulação, vai ganhando bastante projeção e difusão. Com ele se estabelecem novos quadros interpretativos da ação movimentalista, "um novo mapa político" que acompanha o processo de emergência de novos e renovados *atores movimentalistas*, especialmente indígenas campesinos de origem aimará (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007, p. 112).

Com variações significativas, os discursos indianistas rearticulados nesse contexto vão se entrelaçando com o discurso classista mais antigo que tinha como uma instância de difusão mais fundamental a própria COB.

Nesses eventos, o discurso indianista mais radicalizado, que alude à existência de "duas Bolívias", uma indígena e outra branca, sustentado por Felipe Quispe, ganha muita saliência e se difunde amplamente. Além disso, nesses momentos mais agudos de mobilização, os *atores em movimento* indígenas campesinos, que já vinha desencadeando um processo de revitalização de suas estruturas organizativas e de mobilização, e de seus repertórios de ação, especialmente daqueles mais interpelativos e disruptivos, evidenciam, em suas práticas articulatórias, a

> perda de validez da presença e força física do Estado e seus organismos, quando nem o exército nem a polícia conseguem retomar o controle das estradas e dos espaços territoriais tomados pelas forças indígenas, que são as que, através dos bloqueios, a vigília dos cerros e em posto de controle nas estradas, terminam pondo em descrédito a institucionalidade republicana e praticando seu próprio controle sobre o território que ocupam enquanto se mobilizam (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007, p. 112).

Enfim, tanto a *guerra da água* como o conjunto de mobilizações desatado pelos atores indígenas campesinos, eventos que abrem o *ciclo rebelde*, expressaram, de uma maneira mais

geral, uma recomposição organizativa e política de setores da sociedade que foram bastante afetados pelas medidas de ajuste estrutural, passando de um quadro de lutas de resistência difusas e muitas vezes localizadas e latentes, a mobilizações vigorosas que representaram uma fratura radical com o modelo neoliberal, entendido como causador da grave situação social e econômica do país, e a possibilidade de produção de mudanças *desde abajo* (GUEVARA; AGUILAR, 2006, p. 2).

7.2.5. O ano de 2002 e o crescimento eleitoral do MAS

O ano de 2002 foi muito significativo para El Alto, para os atores vicinais, e para os movimentos sociais bolivianos de uma maneira geral. Ocorrem eleições presidenciais e as campanhas eleitorais de Evo Morales, pelo MAS, e de Felipe Quispe, pelo MIP, convertem-se em um importante canal de politização de determinados temas sensíveis e com grande significação na dinâmica dos movimentos sociais. Por outro lado, a vitória de Sánchez de Lozada, o início de sua segunda gestão presidencial, em 2002, suas políticas antipopulares e seu perfil elitista e arrogante, pavimentaram condições para um recrudescimento ainda maior da conflitividade, culminando com os acontecimentos de outubro de 2003, a *guerra do gás*.

Ainda no início do ano de 2002, Evo Morales, sindicalista cocalero e então deputado nacional, liderava protestos contra o Decreto Supremo 26.415 que eliminava o restante do mercado legal da folha de coca para consumo tradicional. As confrontações estavam se tornando cada vez mais violentas. A ira desatada contra dois oficiais da polícia, golpeados até a morte por manifestantes cocaleros enquanto eram transportados em uma ambulância até um hospital foi um episódio de grande significação na conjuntura pré-eleitoral de 2002. No mesmo mês, cento e quatro deputados, de cinco partidos, se aliaram para cassar o mandato parlamentar de Morales sob acusação de ter sido ele "autor intelectual" dos atos que resultaram na morte dos oficiais (KHOL; FAIRTHING, 2007).

A partir de então a popularidade de Evo Morales cresce exponencialmente e seu discurso veemente anti-imperialista e antineoliberal ganha grande projeção. Sua expulsão do Congresso foi habilmente convertida em fator favorável para o início de sua campanha às eleições presidenciais pelo MAS, no mesmo ano. Ao mesmo tempo, como afirmam Khol e Fairthing (2007, p. 272): "Quispe estendia suas redes de apoio por todo altiplano", lançando-se também como candidato pelo recém criado MIP.

As eleições presidenciais de junho de 2002 marcaram um giro histórico na democracia boliviana. Foi rompido o domínio do tripé MRN-ADN-MIR, núcleo do sistema político boliviano que deu sustentação ao ciclo neoliberal que já durava mais de 15 anos, produzindo um reordenamento do espaço político. Os *atores em movimento* emergentes, indígenas, campesinos, urbano-populares, se projetaram na cena política com novas representações. Evo Morales conseguiu um surpreendente segundo lugar, com 20,94% dos votos, o que permitiu ao MAS ocupar 35 postos parlamentares. Perdeu para Sánchez de Lozada, do MNR, que voltava à presidência, com uma diferença mínima de 1,7% dos votos. Quispe, por sua vez, obteve expressivos 5% da votação nacional, ultrapassando a ADN do então falecido Banzer, e conseguindo fazer seis representantes no Congresso Nacional.

Um dado cheio de significação e que revela o declínio da hegemonia do projeto de modernização neoliberal foi o fato de que quase 70% dos votantes, nessa eleição, apoiaram candidatos de direita, de centro e de esquerda, que propuseram políticas claramente antineoliberais e, pela primeira vez, "a maioria indígena urbana e rural se mobilizou para apoiar seus próprios candidatos" (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 273). A preferência do eleitorado altenho, pelo MAS e pelo MIP, apontou nessa direção. As eleições revelaram uma profunda crise do sistema político boliviano e dos partidos políticos tradicionais, ao mesmo tempo em que evidenciaram a força política que passava a ser articulada em torno dos atores indígenas campesinos (KOMADINA; GEFFROY, 2007)

Diante do novo quadro político, o MAS se converte no principal partido da oposição, no entanto, com pouca capacidade de influir nas políticas nacionais, o que conduziu deputados e senadores *masistas*[66] a renovar o compromisso de lutar contra as políticas neoliberais tanto no parlamento como nas ruas (KHOL; FAIRTHING, 2007; KOMADINA; GEFFROY, 2007).

As campanhas eleitorais, tanto de Evo Morales como de Felipe Quispe, ajudaram a disseminar e fixar, entre diferentes *atores em movimento*, e certamente entre os atores vicinais altenhos, o discurso nacionalista antineoliberal e indianista, e, por essa via, favoreceram a construção de pautas, demandas e reivindicação convergentes.

[66]*Masista* é o mesmo que filiado ou partidário do MAS (Movimiento al Socialismo).

7.2.6. O segundo governo Sánchez de Lozada (2002-2003)

A aliança MNR-MIR, que sustentou o chamado Gobierno de Responsabilidad Nacional, encabeçado por Lozada, representou, de acordo com Khol e Fairthing

> o pior da democracia 'pactuada' explicitando a política do 'cuoteu' (partilha estatal de cotas de poder). O regime foi o mais frágil desde 1985, uma razão principal para sua posterior queda. Nasceu mutilada, ademais suas dificuldades se incrementaram quando NFR, MAS e MIP, que representavam juntos quase a metade da votação geral, anunciaram que realizariam uma oposição ativa (ainda que o primeiro tenha passado finalmente para a base do governo em agosto de 2003) (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 273).

Seus primeiros seis meses foram de intensos enfrentamentos e de crise constante. Lozada se via premido por todos os lados. Setores industriais e agroindustriais exigindo subsídios, créditos, medidas protecionistas etc. Com a descoberta de novas plantações de folha de coca, a embaixada dos EUA pressionou o governo a continuar com a política de erradicação forçada. O Banco Mundial se posiciona favorável à empresa Bechtel, exigindo do governo boliviano compensação de U$ 25 milhões de dólares pela rescisão do contrato de águas em Cochabamba (que foi objeto da *guerra da água*) e ameaça reter o apoio ao governo caso ele não assegurasse as condições de operação dos investidores internacionais no país. O FMI fazia também exigências ante o crescente déficit fiscal (KHOL; FAIRTHING, 2007).

Lozada, por sua vez, buscava recuperar a imagem e a direção das reformas estruturais de seu primeiro governo, duramente criticadas durante o governo de Banzer-Quiroga. No entanto, para Mesa Gisbert (2008, p. 618), o presidente não tinha feito uma leitura correta do cenário nacional: o "rechaço massivo à capitalização o identificou ante as grandes maiorias como responsável pela alienação do recurso natural mais importante do país, o gás".

A ação governamental básica foi a criação de um programa de frentes de trabalho temporário, o chamado Plan Nacional de Empleo (PLANE), abarcando obras de infra-estrutura a cargo do governo. Medida paliativa que não pôde enfrentar o problema do desemprego estrutural, que havia se agudizado com a recessão. A situação econômica era muito crítica. A recessão iniciada em 1999 encontrou o ano de 2003 bastante agravada.

É diante desse quadro de crise que vai se intensificar a conflitividade social. O tema da folha de coca era premente. Entre setembro e dezembro de 2002, Lozada se reúne cinco vezes com Evo Morales, tendo em pauta a questão da definição dos limites da erradicação das plantações de folha de coca; as possibilidades de compensação e do chamado "desenvolvimento alternativo"; a proposta de autorização do cultivo de coca por família, em

meio hectare de terra, visando consumo legal, entre outras. Pressionado pelos EUA, o governo tem, no entanto, reduzida sua margem de negociação, frustrando o diálogo e favorecendo uma escalada dos conflitos. Em janeiro de 2003, sob liderança de Evo Morales e com apoio de várias organizações de movimentos sociais do país (incluindo COR El Alto e estudantes da UPEA), cocaleros bloqueiam a principal rodovia do país no trecho entre as cidades de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Esse bloqueio se prolongou de 13 a 25 de janeiro, produziu grandes prejuízos econômicos e debilitou ainda mais o governo. Além disso, terminou com o trágico saldo de doze mortos (cinco cocaleros, quatro campesinos, um mineiro, um militar e um policial). Para Mesa Gisbert esse bloqueio

> acabou com o esforço de Sánchez de Lozada por recuperar o respaldo popular. A partir desse momento se rompeu toda relação entre mandatário e população. No final de janeiro, 71% dos bolivianos desaprovava a gestão que apenas chegava a cinco meses, [um] nível de repúdio que crescia dia a dia (GISBERT, 2008, p. 621).

Cabe reter que esse é um cenário marcado por práticas articulatórias convergentes, nesse sentido, ainda em janeiro, vários *atores em movimento* decidiram conformar a Coordinadora Nacional de Movilizaciones, para participar ativa e organicamente do início das jornadas de protesto com os bloqueios de rodovias programados para o dia 13 do mesmo mês[67]. Esses vários atores, mediante a Coordenadora, definem uma pauta comum, de caráter nacional e antineoliberal, que inclui: rechaço ao ingresso da Bolívia na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), rechaço à privatização do gás e rechaço ao ingresso de tropas estadunidenses no território boliviano (OSAL, 2003).

7.2.7. O tema do gás

Um ponto agudo de convergência entre diferentes *atores em movimento* emergentes nesse cenário, cada vez mais adverso para o governo de Sanchez de Lozada, foi o rechaço veemente contra seu projeto de exportação do gás boliviano para o México e para os EUA por meio de um porto chileno, e a revisão da privatização do gás e petróleo executada em 1997,

[67] Ao mesmo tempo em que os cocaleros bloqueavam em vários trechos a estrada que liga Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, outros tantos protestos ocorrem em diferentes lugares do país em apoio aos cocaleros. Em La Paz, milhares de pessoas convocadas pela COB e outras organizações marcham pela cidade em solidariedade a aposentados, também mobilizados por demandas específicas, e aos produtores de folha de coca do Chapare. Cocaleros da região dos Yungas do departamento de La Paz e colonizadores, nucleados na Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia, iniciam uma série de bloqueios dos acessos à sede do governo boliviano para repudiar a repressão, e expressar seu apoio aos cocaleros do Chapare e aos aposentados de todo país. Foram muitas as demonstrações de apoio em várias partes (OSAL, 2003).

em geral considerada como a origem dos recentes problemas econômicos do país. Foram muitos os eventos de protestos ao longo de 2003 que tiveram como pauta convergente o rechaço a esse projeto. Como bem notam Khol e Fairthing:

> A maior parte dos bolivianos crê que o auge da demanda de gás natural poderia resolver tanto a crise econômica imediata como as necessidades de desenvolvimento de longo prazo, ainda que a experiência histórica demonstrasse que os auges econômicos baseados em recursos naturais raras vezes constituem uma plataforma sólida para um desenvolvimento mais amplo. O povo também está consciente do grande negócio que fizeram as empresas petroleiras. Um relatório oficial de 2003 revelou que a BP da Inglaterra, a Amoco dos EUA e a Rapsol da Espanha tinham na Bolívia um custo de operação e exploração que se encontrava entre os mais baixos do mundo, em um país que tem o segundo lugar em reservas de GN [Gás Natural] na América do Sul. Reportagens da imprensa afirmavam também que as empresas petroleiras esperavam um rendimento de 10 para 1, o que enfureceu ainda mais a população (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 275-276).

A situação da Bolívia de escassez de capacidade financeira e técnica para explorar, desenvolver e comercializar seu gás natural levou a que

> a LNG, um consórcio conformado por British Gas, Amoco, Repsol, Elf e Exxon, propusesse construir uma rede de distribuição de gás natural boliviano até o México e a parte ocidental dos EUA. O plano compreendia a construção de uma empresa de liquefação de gás em um porto chileno ou peruano. Em termos econômicos, o Chile era a melhor opção já que a rota era muito mais curta e, por tanto, centenas de milhares de dólares mais econômica (...). No entanto, desde um ponto de vista político um gasoduto chileno simplesmente não era factível. A insatisfação de larga data [dos bolivianos] ante o Chile a partir da guerra de 1879, quando a Bolívia perdeu seu acesso ao Pacífico, ainda se reivindica regularmente em reuniões internacionais, e inclusive transcorridos 125 anos desde então, a perda do litoral é um sentimento vivo na população boliviana (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 276-277).

A convergência de *atores em movimento* em torno do tema do gás, contou com a criação da Coordinadora Nacional para la Defensa y Recuperación del Gas (CNDRG), com a finalidade de organizar mobilizações para "recuperar o gás para os bolivianos". Vinte e uma organizações compuseram a Coordinadora, que foi encabeçada por Evo Morales e Filemón Escobar, senador eleito pelo MAS.

Quando Sánchez Lozada retorna à presidência o tema do gás já estava bastante politizado. Havia forte apelo disseminado na população boliviana no sentido da nacionalização do gás. As mobilizações nesse sentido eram frequentes. No mês seguinte à posse de Lozada, setembro de 2002, a CNDRG convoca uma série de mobilizações em todo país. Nesse momento, certamente as reivindicações, e especialmente a rejeição à exportação do gás boliviano por um porto chileno, e a proposta de nacionalização do gás como fator de desenvolvimento nacional, trazem elementos simbólicos de muita significação que denotam

um processo de revitalização e rearticulação da matriz político-ideológica do nacionalismo revolucionário, com base na afirmação da soberania nacional sobre os recursos naturais do país.

7.3. Antecedentes mais imediatos da guerra do gás

Como já assinalamos, nossa discussão sobre as práticas articulatórias vicinais no período do ciclo rebelde estará muito focada no momento da *guerra do gás*, o *octubre negro*, por ser um momento culminante na realização e consolidação de tendências que começaram a se projetar na dinâmica vicinal altenha no final da década de 1990, e mais propriamente, no início da década de 2000. Antes de irmos para esse momento, faz-se necessário, no entanto, discutirmos alguns episódios conflitivos marcantes que antecederam à *guerra do gás*[68], destacando uma série de elementos presentes nesses episódios que estarão presentes também no *octubre negro*.

7.3.1. Febrero negro

Em 12 e 13 de fevereiro ocorrem graves e inesperados enfrentamentos entre policiais e militares em plena Plaza Murillo[69], em seus arredores, e no interior do próprio Palácio Quemado, além de outros enfrentamento envolvendo outros setores tanto em La Paz como na cidade de El Alto, o que ficou conhecido como *febrero negro*. O fator detonante para esses acontecimentos foi a apresentação de um proposta, pelo presidente Sanchez de Lozada, de incremento de 12,5% no imposto direto sobre os salários (qualificado pela população como *impuestazo*), e ainda a previsão de redução dos gastos públicos em 10%. Medidas que resultavam de forte pressão do FMI que exigia que o governo reduzisse o déficit nacional de 8,5% para 5,5% do PIB.

Policiais da polícia nacional, que já estavam mobilizados, amotinados em seus quartéis por uma série de reivindicações acumuladas, incluindo a demanda de um incremento salarial sobre seus vencimentos básicos, se lançaram contra a proposta do governo em protestos que

[68] As informações sobre os acontecimentos que serão descritos nos próximos itens, relativos aos antecedentes da *guerra do gás*, foram fornecidas, de maneira bastante convergente, por um vasto material bibliográfico consultado, que inclui: AJACOPA (2006); ALEJO (2006); CHOQUE (2006); CONDE; ALEJO (2006); GAMS (2004); LINERA (2004); PSOC (2004); PRADA (2003; 2004); VILLA; GARCÍA (2004); GÓMEZ (2004); ROMERO (2004) e OSAL (2003).

[69] Localizada no centro da cidade de La Paz. Ao seu redor se encontram o Palacio Quemado, sede do executivo, e a atual Assembleia Plurinacional, sede do legislativo.

chegaram às portas do Palácio Quemado. Ocasião em que empunham armas utilizadas em serviço. O quadro tornou-se bastante violento quando militares, visando dispersar o protesto e a defesa da sede do governo, dispararam contra os policiais em plena Plaza Murillo. O saldo dos enfrentamentos que ocorreram ali, e em outras partes da cidade de La Paz e em El Alto, foi de vinte e nove mortos e mais de uma centena de feridos.

As manifestações e enfrentamentos se disseminaram e produziram acontecimentos plenos de simbolismo para o momento: a queima e destruição das sedes dos partidos políticos tradicionais, MNR, MIR, e ADN, do prédio do Ministério do Trabalho e da Vice-Presidência. Isto é, destruição de símbolos do poder político enfrentado. Além disso, estudantes do Colégio Ayacucho apedrejaram o Palácio do Governo e fotos de presidentes da república foram queimadas; lojas comerciais também foram incendiadas e os prédios das empresas privatizadas, Aguas de Illimani e Electopaz, destruídos.

Em El Alto uma multidão toma, saqueia e destrói o prédio da prefeitura (pela segunda vez) e cerca as instalações da Coca Cola para saqueá-la e incendiá-la. O descontentamento dos altenhos não era apenas com o governo nacional, mas também com o governo municipal, que tinha a frente o prefeito José Luis Paredes, do MIR, eleito em 1999, depois do declínio do CONDEPA na cidade. Havia um importante acúmulo de mal estar social, que, embora parecesse, aos olhos de setores governantes e dos meios de comunicação dominantes, explodir em atos aleatórios de fúria incontida[70], fixou muito claramente seus alvos preferenciais: símbolos do poder político desacreditado e da presença de empreendimentos transnacionais na Bolívia. Nessa direção, Khol e Fairthing levantaram alguns significados importantes dos acontecimentos dos dias 12 e 13 de fevereiro:

> A confrontação foi significativa devido ao fato de que a resistência popular rechaçou, de modo muito claro, tanto as exigências do FMI como o neoliberalismo global. A predisposição do governo de utilizar a força para impor as determinações do FMI enviou uma clara mensagem sobre quem governava na Bolívia. Essa tomada de consciência permitiu aos grupos de oposição tecer um comum fio nacionalista e antineoliberal em torno do qual para os olhos externos não eram mais do que protestos dispersos. (...) A frágil hegemonia [neoliberal] começava a ser derrubada (KHOL; FAIRTHING, 2007, p. 275).

O que os autores chamam de um "fio nacionalista e antineoliberal" que estaria sendo tecido pelos "grupos de oposição", chamamos de *práticas movimentalistas* tecidas (articuladas) por diferentes *atores em movimento* e por amplos setores da população boliviana,

[70] Os protestos em El Alto foram qualificados, uma vez mais pelos meios de comunicação, como "vandalismo sem limites". Descrições comuns nesse momento dão conta de "um descontrole total em La Ceja de El Alto", e de que La Paz e El Alto estariam envoltas em chamas (MAMANI, 2005a, p. 42).

e que expõe orientações nacionalistas e antineoliberais com base em recursos contenciosos vinculados à matriz político-ideológica do nacionalismo revolucionário boliviano.

Momentos agudos de conflitividade, como esses, consistiram em oportunidades para que fosse se fixando, paulatinamente, uma cisão cada vez mais clara no campo político boliviano, entre o projeto neoliberal e seus promotores internos e externos, e as forças populares emergentes, com enquadramentos interpretativos confluentes, definição de demandas, reivindicações e de repertórios de ação compartilhados, e de referências identitárias convergentes. Aspectos todos que tiveram, como um dos pontos mais nevrálgicos, exatamente a cidade de El Alto e seus atores vicinais.

O *febrero negro* chegou a um nível muito crítico, que poderia ter sido ainda mais agravado, chegando a um ponto sem retorno para a manutenção do governo de Lozada, se o projeto não tivesse sido retirado do Congresso Nacional. O governo foi levado a deixar sem efeito o mencionado projeto, e a oposição passou a pedir a renúncia do presidente. Os acontecimentos representaram mais um momento de um processo de acúmulo de forças populares e indígenas campesinas emergentes, e de crescente descrédito do governo (MAMANI, 2005a; KHOL; FAIRTHING, 2007).

7.3.2. A luta contra os formulários Maya e Paya

Em setembro de 2003 se desenvolve, mais uma vez, um importante cenário de conflitividade em El Alto, implicando questões locais e nacionais. A partir de 1º de setembro, várias organizações altenhas, e destacadamente a FEJUVE e a COR, começaram a se mobilizar contra os chamados formulários cadastrais de propriedade imobiliária Maya e Paya, propostos pela gestão municipal, além de pautar outras reivindicações de caráter mais nacional, incluindo o rechaço ao projeto de venda do gás pelo Chile. Os atores vicinais, embora não estivessem alheios a outras questões prementes naquele momento, tinham como pauta principal a anulação dos referidos formulários cadastrais.

O rechaço à proposta dos formulários tinha se convertido num poderoso eixo de articulação dos *vizinhos*, pela insegurança em relação aos efeitos que poderiam produzir. O entendimento disseminado nos bairros/vilas era de que, através deles, seriam modificados os trâmites para a titulação da propriedade de terrenos e para aquisição, junto ao poder público municipal, de planos arquitetônicos para a construção de novas edificações e moradias.

Acreditava-se, ainda, que sua aplicação acarretaria um incremento de impostos relativos aos imóveis, produzindo impactos na mirrada economia popular da população altenha.

A COR e a FEJUVE coordenam, conjuntamente, uma marcha em 1º de setembro visando pressionar o governo municipal pela anulação do projeto dos formulários. Este, por sua vez, se mostrava em desacordo em modificar seu projeto e intransigente em sua posição. O argumento do governo municipal era de que através da medida se arrecadaria melhor os impostos e se organizaria de maneira mais racional os dados de tributação (MAMANI, 2005a).

Em 15 e 16 de setembro, El Alto é palco novamente de vigorosas mobilizações vicinais contra os formulários Maya e Paya. As condições foram dadas pela insatisfação coletiva e por uma forte disposição dos atores vicinais de base que pressionavam seus dirigentes para que tomassem medidas mais contundentes, num quadro de revitalização e rearticulação das práticas vicinais locais. Em 9 de setembro ocorre um ampliado da FEJUVE com participação significativa de presidentes de juntas vicinais de todos os distritos municipais. Nessa assembleia se decide por um *paro cívico* da cidade no dia 15, uma segunda-feira, por meio do bloqueio de ruas e avenidas, repetindo a estratégia utilizada em março de 2001, na ocasião dos festejos pelo aniversário da cidade. A diferença, nesse momento, é que a pauta consiste numa reivindicação mais premente e tangível, a anulação do projeto dos formulários.

Segundo Mamani (2005a), no dia 15, não houve atividade comercial, escolar, bancária, ou qualquer outra mais significativa. O setor de transporte coletivo suspendeu seus serviços com medo de represálias dos *vizinhos*. Em alguns setores ocorreram importantes enfrentamentos[71]. Os bloqueios foram realizados em pontos estratégicos, como as saídas da cidade para outras regiões do departamento de La Paz e do país.

Além da presença física dos *vizinhos* se observava também amontoados de ladrilhos, pedras, latas e outros materiais para assegurar os bloqueios e impedir a circulação de veículos. Os pontos bloqueados ficaram a cargo da organização por bairros/vilas, de tal maneira os *vizinhos* de determinada zona bloqueavam ruas e avenidas adjacentes. Nos bloqueios foram acesas fogueiras para dar visibilidade à ação de protesto. Ali estavam homens, mulheres, pessoas de todas as idades e inclusive crianças. Cada junta vicinal, bem como outras organizações representadas nos bloqueios, como é de costume em todos os atos, trazia seu

[71] Segundo informação de Mauricio Cori, então presidente da FEJUVE, apenas os bairros de Ciudad Satélite, Villa Dolores e 12 de Octubre não acataram a convocatória. Todos, bairros tidos como acomodados (MAMANI, 2005a).

estandarte[72] e outros símbolos de identificação que, para Mamani (2005a, p. 47) representam "símbolos de poder na mobilização social". Símbolos que representam também a expressão de apropriação coletiva de seus espaços territoriais comuns, os bairros, as avenidas, ruas e praças. O controle do território (em relação ao fluxo de pessoas, automóveis e de decisões) vai se tornando cada vez mais importante nas manifestações altenhas.

A organização não foi apenas interna a alguns bairros específicos e exemplares, esteve bastante disseminada e foi também uma articulação que se estendeu em grandes extensões territoriais como redes de ações coletivas, implicando "complexos sistemas de cooperação e solidariedade interbairro" (MAMANI, 2005a, p. 49).

Assegurar a realização de um *paro cívico* em uma cidade tão extensa e populosa como El Alto, implica uma intensa e coordenada mobilização com um grande envolvimento vicinal, isto é, um uso intensificado (ativo, energético) das capacidade de organização, mobilização, persuasão e convocatória dos atores vicinais, o que só se tornou possível mediante um processo de reversão do quadro característico das práticas articulatórias vicinais prevalente no período de hegemonia do neoliberalismo.

Finalmente, ante a contundente mobilização desatada no dia 16 de setembro, o prefeito José Luis Paredes anuncia a anulação dos formulários. Foi um importante triunfo das mobilizações altenhas e do repertório de ação adotado. Um momento conflitivo crucial nas relações de poder entre o governo municipal e as juntas de vizinhos, gerando ou fortalecendo a percepção de que com a força da mobilização vicinal seria possível dobrar o braço do poder municipal, e produzir também efeitos nacionais pela capacidade de colapsar, ao mesmo tempo, o funcionamento de El Alto e La Paz, mediante um *paro cívico*.

7.3.3. Manifestação contra a violenta investida das forças militares em Warisata e Sorata

Num quadro de intensificação crescente dos conflitos em El Alto, que vinha especialmente do mês anterior, foi convocado, para o dia 2 de outubro, um contundente *paro cívico* de 24 horas em repúdio ao que foi identificado amplamente, pelos *vizinhos* altenhos e pelos atores indígenas campesinos, como um *massacre* perpetrado em 20 de setembro, nas localidades de Warisata e Sorata. O governo de Sánchez de Lozada tinha usado força militar para desbloquear uma estrada obstruída por indígenas campesinos há vinte dias. "Presos" no

[72] Os estandartes das juntas vicinais altenhas são padronizados, eles trazem letreiros bordados em letras maiúsculas identificando a organização, com nomes do bairro/vila, data de fundação da junta e alguma outra informação, sobre uma base de tecido que faz alusão a bandeira tricolor boliviana, tendo ainda no centro do estandarte o brazão da Bolívia.

bloqueio, à altura de Sorata, estavam vários turistas estrangeiros, entre eles cidadãos estadunidenses e ingleses, o que levou suas embaixadas a pressionarem o governo por medidas mais enérgicas visando o desbloqueio das vias. Em 20 de setembro se realiza um operativo de desbloqueio e resgate das pessoas que estavam retidas. O operativo foi comandado por Carlos Sanchez Berzaín, então ministro da defesa. Forças militares e indígenas campesinos se enfrentam e nessa investida morreram cinco pessoas, quatro indígenas campesinos aimarás e um soldado. Dentre os mortos, uma criança, Marlene Rojas, que foi atingida por um projétil quando se aproximava da janela de sua casa para observar o que ocorria (VILLA; GARCÍA, 2004; GÓMEZ, 2004). Tal acontecimento teve repercussão nacional, gerando profunda indignação especialmente na cidade de El Alto e no departamento de La Paz. Esse foi um momento crucial de reafirmação de uma identidade étnica urbana entre os *vizinhos* altenho, que os conecta com uma comunidade mais abrangente, indígena campesina e especialmente aimará. Foi um momento em que se aguçou um *discurso da irmandade*, ao mesmo tempo em que se projetou um sentimento profundo de rejeição e ódio que selou uma posição antagônica em relação ao governo Sánchez de Lozada, exaustivamente realçado pelos atores em movimento, como antinacional, *vendepatria*, q'ara[73] etc.

De acordo com Pablo Mamani, nesse momento as diferenças entre o rural e o urbano são embotadas para se configurar

> um sentimento coletivo de pertencimento a uma mesma realidade social. As condições cotidianas das interrelações entre o urbano e o rural, dadas nas festas e na vida social cotidiana ou nos fins de semana, se convertem em referência coletiva e direta de pertencimento a uma mesma realidade histórica. E essa relação se faz fundamental porque tece sentidos de 'irmandade étnica' entre o rural e o urbano (MAMANI, 2005a, p. 50).

Na mesma direção, um de nossos entrevistados fornece o seguinte relato:

> El mismo pueblo alteño lo decía, en las calles, es… ellos lo tomaban como una e… actitud solidaria con el sufrimiento de los demás pueblos, **de manera muy concreta ellos fueron solidarios con la muerte de las personas, de los campesinos que murieron… las siete personas que murieron, la niña que murrio en Warisata** ¿no? Entonces, **los términos que usaban: 'son nuestros hermanos', 'de nuestra sangre'. De alguna manera es una solidaridad étnica, ¿no? la que va aglutinar en un… sentimientos comunes y que al final [El] Alto va a toma… a altura de 2003 va a ser asumido también por los ciudadanos, por los vecinos** [Wilson Soria, ex páraco e vizinho de Villa Ingenio]

[73] Expressão aimará que designa "os patrões, mas cuja conotação racial assinala especificamente aos brancos exploradores" (GUTIÉRREZ; ESCÁRZAGA, 2006, p. 54).

Uma maior convergência étnico-cultural e política entre campo e cidade se tornou mais notória nesse conjunto de acontecimentos. Para Pablo Mamani, esse teria sido "um dos primeiros momentos sérios de interrelação política entre a cidade e o campo". Evidenciou-se um forte sentimento de solidariedade entre morados de El Alto e de La Paz (especialmente os que vivem nas ladeiras) em relação aos indígenas campesinos que sofreram as violentas investidas militares no campo, mediante a articulação do que "as pessoas chamam de 'chamado de sangue'", de tal maneira que se realça um sentimento de que "o que une afinal a todos do campo e da cidade são os fatores de etnicidade. São [todos] indígenas aimarás e quéchuas. Uns são trabalhadores da terra, outros comerciantes, pedreiros, mineiros e profissionais" (MAMANI, 2005a, p. 51).

Os sentidos de "irmandade" étnica, de uma vinculação cultural e emotiva forte entre indígenas campesinos mobilizados e *vizinhos* altenhos, certamente vão consistir num fator importante estruturador das práticas articulatórias vicinais, de forma que se tornou bastante evidente a presença de lógicas político-culturais nas dinâmicas vicinais, baseadas na etnicidade, conferindo sentidos aos atores vicinais. Referimo-nos, por exemplo, à presença de símbolos étnico-culturais, à ativação de formas de ação muito relacionadas às tradições organizativas indígenas campesinas, aspectos que veremos com maior atenção mais a frente.

Cabe reter ainda que, paralelamente aos trágicos acontecimentos de Warisata e Sorata, ocorria a mais de duas semanas, no conhecido auditório da Rádio San Gabriel, localizada no bairro altenho de Villa Dolores, uma greve de fome realizada por dirigentes aimarás, e entre eles, Felipe Quispe, el Malku, então secretario executivo da CSUTCB. Medida de pressão para a liberação de uma autoridade comunal da província Los Andes, Edwin Huampu, que havia sido preso acusado de ter sido o principal instigador do linchamento de dois ladrões de gado na comunidade de Cota Cota, ação que se enquadra na chamada justiça comunitária. Os indígenas campesinos liderados por Quispe haviam chegado a El Alto, em marcha, desde a localidade de Huarina, ainda em 7 de setembro, junto a um outro grupo vindo da localidade de Caracollo, encabeçados por Roberto de la Cruz, dirigente da COR - El Alto.

A cidade de El Alto havia se tornado ponto de confluência e articulação de vários setores organizados, e assim se converteu em um espaço de difusão, desdobramento e articulação de recursos contenciosos variados. De acordo com Mamani (2005a, p. 51) "Cada um, ainda que separadamente, localiza a cidade de El Alto como um espaço estratégico para influir e ativar respostas às suas demandas".

Esse é o contexto no qual ocorre o *paro cívico* de 24 horas, e para tanto se utiliza o mesmo repertório de ação disruptivo utilizado nos dias 15 e 16 de setembro, isto é, se articula, uma vez mais, a estratégia de bloqueio das principais vias da cidade desde os bairros/vilas, visando paralisar a urbe altenha. Além disso, os altenhos se mobilizam na coleta de roupas e alimentos a serem enviados à Warisata.

Até aqui temos buscado evidenciar que desde o final da década de 1990, e mais intensamente a partir do ano 2000, vinha ocorrendo um processo de revitalização da dinâmica vicinal local, com projeção de um contexto de conflitividade correspondente, que foi se tornando cada vez mais intensificado na cidade de El Alto. Esses aspectos encontraram seu momento mais culminante certamente com a denominada *guerra do gás* ou *octubre negro*, de forma que nosso foco se voltará a partir de agora para a apreensão das configurações e significações assumidas por práticas articulatóriasvicinais nesse momento. Antes, no entanto, cabe uma síntese de aspectos gerais e decisivos na definição das condições que favoreceram um processo de rearticulação do "movimento vicinal" altenho e a configuração do contexto de conflitividade agudo em El Alto.

(a) Crise social resultante do recrudescimento da precarização das condições de vida da maioria da população, atingindo diferentes setores na cidade de El Alto em razão das políticas neoliberais (reduzida disponibilidade de empregos, recessão econômica, privatização de serviços básicos e recursos naturais, aumento de tarifas, impactos variados nas condições de produção e reprodução da vida);

(b) Crise do sistema político, dos governos nacional e local por incapacidade de produzir resposta à crise social instalada, de atender às demandas urgentes que se acumularam;

(c) Esgotamento da hegemonia neoliberal: a crise multidimensional vivida na Bolívia só se converteu em fator predisponente à mobilização, na medida em que encontrou, em algum nível, significações conflitivas na experiência nos próprios *vizinhos*, na conformação de suas práticas vicinais. De tal maneira, um item importante, e que se tornara cada vez mais significativo, foi a frustração, no seio dos setores urbanos populares altenhos, de expectativas que vinha sendo alimentadas, de uma maneira ou de outra, no que tange às reformas incluídas noprojeto modernizante neoliberal em curso no país, trazendo como conseqüência, um acelerado esgotamento da hegemonia

dos marcos ideológicos que lhe davam sustentação. Esse esgotamento resultou num "vazio ideológico" e criou um "cenário de disponibilidade política e cultural para que setores indígenas e populares fossem atraídos por perspectivas discursivas emitidas à margem das estruturas de poder em crise" (LINERA, 2008b, p. 15).

(d) Associado ao item anterior, além dos recursos mais propriamente identificáveis como constitutivos da *forma vicinal urbano-popular*, as configurações e significações particulares das práticas vicinais altenhas, no momento em tela, não prescindiram de memórias, tradições e de experiências de luta, isto é, de recursos simbólico-interpretativos, ideológicos, prático-organizativos e de ação, presentes, de maneira difusa, no nível das dinâmicas vicinal locais. Esses recursos estiveram, ora bastante evidentes, dando contornos políticos e culturais a muitas organizações altenhas, ora, presentes de maneira silenciosa, em processos de micromobilização, na expressividade sociocultural de redes que sustentam a vida cotidiana nos bairros/vilas. Com a intensificação da conflitividade social, essas tradições e experiências passam a ser revitalizadas e rearticuladas, repercutindo nas configurações e significações das *práticas vicinais*. Aspectos como a presença, mais ou menos difusa, de uma memória mineira das "lutas nacionais" associada à "defesa da consciência nacional"; bem como, a presença de mecanismos vitais que asseguram um fluxo constante entre o campo e a cidade de El Alto, e de lógicas e práticas indígenas campesinas na dinâmica da vida cotidiana na cidade, tornou os altenhos tanto mais sensíveis a pronunciamentos emitidos desde setores indígena-campesinos mobilizados, como também, favoreceu o protagonismo dos *atores vicinais* nos momentos mais conflitivos.

7.4. *Octubre negro*: os acontecimentos da *guerra do gás* como culminação de uma prática articulatória vicinal densamente articulada num contexto de conflitividade agudo

7.4.1. Convocatória para a paralisação indefinida, pautas, atores e condições de oportunidade

> La antorcha rebelde había cambiado apenas imperceptiblemente de mano, de aymara a aymara.
>
> Luiz Gómez

Depois do *paro cívico* de 24 horas do dia 2 outubro, no dia 6, uma segunda-feira, por meio de um ampliado de presidentes de juntas vicinais, que contou com uma ampla

participação de representantes de todos os distritos municipais, a FEJUVE, bastante pressionada *desde abajo*, pelas bases vicinais, convoca outro *paro cívico* com indicação de contundência, e dessa vez por tempo indefinido, a se iniciar no dia 8 de outubro[74]. O cumprimento da resolução do ampliado ficou a cargo dos comitês executivos das juntas vicinais. Cabe reter que havia um clima de forte mobilização entre os *vizinhos* de base e uma predisposição bastante disseminada a pressionarem seus dirigentes vicinais para que tomassem medidas mais enérgicas e contundentes contra o governo de Lozada. De acordo com Linera et al. (2008, p.605) a definição pelo *paro cívico* indefinido foi "imposta pelos próprios delegados vicinais a uma direção de FEJUVE bastante indecisa", assim a

> força real da organização proveio das próprias organizações de base vicinal que durante semanas estiveram apoiando os dirigentes indígenas campesinos que estavam em greve de fome, que haviam escutado como foi que o exército interveio em Warisata e que lentamente haviam interiorizado como parte de suas demandas a exigência de proibir a venda do gás pelo Chile.

Para assegurar a paralisação da cidade de El Alto e impedir a circulação de pessoas, automóveis e o transporte de alimentos e combustíveis, os *vizinhos* lançaram mão, uma vez mais, da ação de bloquear avenidas e ruas. Paralisar a urbe altenha, através dos bloqueios, seria bloquear atividades fundamentais, não apenas da própria cidade, mas também da sede do governo nacional, reforçando o desabastecimento que a cidade já sofriam em virtude dos bloqueios que vinham sendo realizados a vários dias no campo.

Como temos buscado evidenciar, ao longo dos últimos anos estava em curso um intenso e bastante difundido processo de reflexividade conflitiva no cotidiano dos bairros/vilas altenhos, que forneceu suporte à força interpeladora das bases vicinais em relação aos seus dirigentes, ao mesmo tempo em que forneceu elementos para que fosse se consolidando, parcialmente, uma discursividade crítica que encontrou pontos de expressão bastante acabados nas pautas de reivindicações que unificaram as mobilizações. Foram se fixando e ganhando cada vez mais legitimidade, demandas que convergiram na criação de uma agenda unificada, com base numa dicursividade crítica ao neoliberalismo e às medidas associadas a ele. As conclusões do ampliado de presidentes de juntas vicinais, que decide pelo *paro cívico* indefinido, são ilustrativas nesse sentido, e fornecem elementos para a delimitação de marcos estratégicos de ação, na medida em que fixam/consolidam posições em relação a

[74] Informações mais descritivas sobre os acontecimentos da guerra do gás foram fornecidas, de maneira bastante convergente, por um vasto material bibliográfico consultado, que inclui: AJACOPA (2006); ALEJO (2006); CHOQUE (2006); CONDE; ALEJO (2006); GAMS (2004); LINERA (2004); PSOC (2004); PRADA (2003; 2004); VILLA; GARCÍA (2004); GÓMEZ (2004); ROMERO (2004) e OSAL (2003).

como e *em que direção agir*. São elas: rechaço ao projeto de exportação do gás por um porto chileno para os EUA e para o México; rechaço ao ingresso da Bolívia na ALCA; recuperação do direito de propriedade dos recursos naturais em favor do Estado para benefício dos bolivianos, com criação de uma política de desenvolvimento nacionalista, implicando industrialização do gás na Bolívia e uma distribuição mais justa das riquezas. Nesse sentido, se evidencia uma forte politização em torno do tema dos recursos naturais, especialmente em relação ao gás, e o desdobramento de uma *posição nacional* e antineoliberal na dinâmica vicinal altenha.

Ao se mobilizarem contra a venda do gás pelo Chile e por sua industrialização, os atores vicinais puseram em tela uma articulação muito estreita de reivindicações nacionais com reivindicações de tipo local, de caráter urbano-popular; demandaram, por exemplo, mais desenvolvimento para a cidade de El Alto com instalação de gás domiciliar nos bairros/vilas. Muitos relatos apontam nesse sentido.

> **... la cuestión más importante ¿no ve?... nosotros somos cívicos… reivindicamos la industrialización, mejora de las zonas, más empleos para la población, servicios básicos** ¿no ve?... los alteños estaban consciente, los dirigentes estaban haciendo trabajo de formación en los barrios, sábado, domingo… un montón de gente estaba emputada ¿no? entonces se ha ido construyendo las condiciones para las movilizaciones [en octubre] [Tomás Mamani, ex dirigente da Junta Vicinal Villa Santiago II].

> **Cuando el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada quiso vende los recursos nacionales al extranjero, entonces, la gente se molestó y se hizo sentir, o sea, la forma de protesto que tiene, lo pedido de los recursos nacionales de Bolivia… Realmente, no pode vender porque primero la nación… donde hay recursos para primero poder atender los bolivianos antes de poder vender a otro país** [Freddy Mamani Pilco, comité executivo FEJUVE].

Comentava-se nas ruas: “ni siquiera tenemos nosotros gas para pensar en exportar” (MAMANI, 2005a, p. 63). O acesso ao gás domiciliar, que é uma demanda mais claramente vicinal e local, foi sendo politizada na medida em que foi interpretada como insatisfeita em virtude da maneira como se organiza o poder, o sistema político, pela subtração dos recursos naturais pelas transnacionais etc.

Ademais se manifestava em El Alto que “havia chegado a hora de se respeitar a cidade” contra a “corrupção estatal-municipal” (MAMANI, 2005a, p. 53). Vê-se então que estava em questão um conjunto de demandas tanto nacionais como locais que tiveram expressão no ampliado que convocou o *paro cívico* indefinido.

Então, demandas propriamente nacionais se combinaram e foram articuladas ao tipo de demanda dominante dos atores vicinais, que são antes de caráter local e reivindicativo.

Estrutura-se uma relação de condicionalidade entre um e outro tipo de demanda. O que expressa aspectos centrais relativos às orientações da prática movimentalista vicinal e às configurações que assume, por fixar e explicitar marcos estratégicos fundamentais para a ação vicinal.

Para assegurar o *paro cívico* se contou com algum nível de articulação entre FEJUVE, COR, Federación de Gremiales, estudantes da UPEA, e a organização dos professores rurais. Uma articulação pouco frequente, haja vista a visão corporativa e setorial que domina muitas dessas organizações, e as divisões internas estabelecidas entre suas cúpulas, especialmente considerando as três primeiras mencionadas, além de disputas entre uma e outra por destacar-se como protagonista das lutas sociais na cidade.

Estavam dadas condições de oportunidade ou muito propíciaspara que o *paro cívico* altenho ganhasse bastante significação política e social como um momento culminante do processo que já vinha se recrudescendo anos antes tanto na cidade do El Alto como em outras partes do país, e para que os *vizinhos* altenhos de alguma maneira se adiantassem numa posição mais aguda e decisiva, de maior radicalização, que outros atores não tinham conseguido imprimir.

(a) A conformação de um quadro intenso de difusão de recursos discursivos de caráter nacional entre diferentes *atores em movimento,* favorecendo a construção de enquadramentos interpretativos comuns, fortemente conflitivos e amplamente disseminados, que projetaram uma posição nacional e antineoliberal paulatinamente hegemonizada no campo dos movimentos sociais bolivianos e entre os *vizinhos* altenhos. Associado a isso, a definição e consolidação de pautas comuns de demandas e reivindicações, como o desacordo veemente com o projeto de exportação de gás aos EUA e ao México por um porto chileno, possivelmente o fator mais importante de convergência e articulação entre os diversos setores mobilizados naquele momento, por seu grande apelo emotivo vinculado à percepção de afronta à consciência nacional. A consciência nacional estaria sendo duplamente afrontada: pela perda do controle sobre o gás (recurso natural que despontava como o mais promissor para ativar um "desenvolvimento nacional soberano"), e por um aparente benefício ao "inimigo nacional histórico", exatamente através de parte do território perdido pela Bolívia para o Chile, na guerra do pacífico.

(b) Um processo de revitalização das práticas articulatórias vicinais, *desde abajo*, com demarcação de uma posição de rechaço à ingerência de partidos políticos na dinâmica vicinal, tendente a afirmação de espaços decisórios próprios.

(c) A produção de fortes apelos emotivos em relação à violenta repressão militar e policial contra indígenas campesinos mobilizados em províncias do altiplano pacenho e especialmente em relação ao ocorrido em Warisata e Sorata, acontecimentos que foram interpretados como uma afronta à consciência étnico-comunitária andina, historicamente vilipendiada pelas elites política bolivianas, brancas e mestiças. Segue um relato que expõe articulações que foram sendo estabelecidas nessa direção:

> Dentro de esos mismo albores de 2003, ahí aparecen varios bloqueos, marchas, está la misma huelga de hambre de Felipe Quispe en radio San Gabriel… Ahora, hay que ser… siendo muy honesto, muy fidedigno, ese movimiento de El Alto no ha sido estrictamente un movimiento político, más ha sido un movimiento de carácter étnico, cultural, de carácter social… ¿por qué? El MAS estaba empezando a organizarse y tiene que ser bien sincero que no ha sido el Movimiento al Socialismo que ha articulado, que ha organizado el movimiento de *octubre* de 2003 en El Alto. Evo Morales no ha sido protagonista... Tampoco ha sido los de la COB, los de la COB había coordinado recién un ampliado, un poco frustrante, y no se adelantaron en alguna toma de decisiones respecto la huelga general indefinida, e… la misma Central Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia que estaba un poco en contradicción con esa postura de la COB. El Movimiento Al Socialismo con su fuerza, de las seis Federaciones del Trópico Cochabambino, estaban preparando las asambleas justo para mediados de octubre, pero **cuando aquí la chispa saltó con ese sentido de solidaridad étnica con los compañeros indígenas muertos en Warisata… han sido las juntas de vecinos de El Alto las cuales se han ido organizando y, digamos, no de una manera científica, sino que ha sido una cosa de manera espontánea, pero también organizada, una organización más de carácter vecinal** [Wilson Soria, ex páraco e vizinho Villa Ingenio].

(d) Uma disseminada percepção, entre atores vicinais altenhos, muito favorável em relação às suas capacidades de organização e de mobilização em virtude do triunfo do *paro cívico* que enfrentou o governo municipal e conseguiu que fosse anulado o projeto dos formulários cadastrais Maya e Paya.

> Yo creo que ese hecho de saber cómo organizarse, de alguna manera ha sido por la experiencia que se tuvo en el mismo mes de septiembre a raíz de una ordenanza municipal del alcalde de entonces José Luis Paredes, que quería imponer un impuesto, el famoso Maya y Paya… impuesto a los bienes y… de la vivienda… que fue rechazado, pero la manera como fue rechazado fue interesante: primero, José Luis Paredes se consideraba como un alcalde que tenía mucho apoyo de la población, como un alcalde modelo, pero esa equivocación de la ordenanza municipal, hizo que el pueblo altenho reaccionara de una manera inesperada, porque se organizó un paro cívico, pero de carácter contundente, ejemplar, fueron dos días

> de paro cívico cuando no se movía absolutamente nadie… no es un paro cívico como ocurre en otros departamentos, que luego están andando los autos ¡no! ¡no! Era algo realmente que no se movía nadie, paralización absoluta, total, en la ciudad de El Alto. **Entonces ahí yo pienso que el alteño, los alteños… las juntas de vecinos quienes organizaron ese paro cívico, tuvieron esa experiencia: '¡podemos!'… obligaron doblegar el alcalde y anular esa ordenanza municipal**; cuando vino posteriormente el octubre, ante la prepotencia del gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada, el abuso del poder del ministro de gobierno, Sánchez Berzaín, cuando el alto… en octubre se declara paro cívico [Wilson Soria, ex páraco e vizinho Villa Ingenio].

(e) Por outro lado, estava em curso um crescente questionamento e debilitação do governo de Sanchez de Lozada, de sua legitimidade pública e de sua rede de apoio, o que, de alguma maneira, expunha certas fragilidades, ao mesmo tempo em que tornava mais crível que o governo poderia ser colocado em xeque, chegando inclusive a um ponto incontornável para sua sustentação. Naquele momento específico se desgastava ainda mais a imagem do governo com a forte rejeição à nomeação de Iván Zegada de la Fuente, vinculado ao MNR, como Defensor do Povo, importante cargo na mediação da conflitividade social na Bolívia[75]. São todos aspectos que favoreceram que as jornadas de outubro em El Alto se convertessem num ponto culminante do processo político boliviano contemporâneo.

Deve-se agregar ainda que em diferentes pontos do país outros atores estavam mobilizados. Na região dos yungas, do altiplano e dos vales ao norte do departamento de La Paz, há mais de três semanas indígenas campesinos aimarás realizavam bloqueios de caminhos e estradas, com paralisação total das atividades de abastecimento que dependessem dessas vias. Por outro lado, se aproximava ao setor sul da cidade de El Alto, a marcha de mineiros cooperativistas vindos de Huanuni, Oruro, que pretendia chegar à La Paz e se somar aos protestos programados. Comunidades indígenas campesinas situadas nas cercanias da zona de Ventilla, limites da zona urbana de El Alto, também estavam organizadas e se dirigiam em marcha até El Alto. Estes atores indígenas campesinos logo iriam se agregar aos mineiros vindos de Huanuni e aos *vizinhos* altenhos do setor sul da cidade.

[75] Anteriormente, a frente da Defensoria do Povo estava Ana María Campero que, segundo Gómez (2004, p. 68), era a "única figura política medianamente respeitada pelas organizações e movimentos sociais, que a consideravam um interlocutor válido, motivo pelo qual alguns haviam proposto sua reeleição".

7.4.2. Práticas articulatórias vicinais locais para assegurar o *paro cívico*

Em cumprimento à resolução do ampliado da FEJUVE, coube aos dirigentes vicinais locais a responsabilidade pela difusão da resolução nos bairros/vilas. A FEJUVE chegou a criar comissões encarregadas de levar informações e observar o cumprimento das medidas nos distritos, mas quem cumpriu mesmo o papel de difusão da resolução foram principalmente dirigentes vicinais através da realização de assembleias locais.

No primeiro dia de paralisação foram abertos, ainda, alguns negócios e circularam alguns poucos automóveis do transporte coletivo, mas logo a urbe altenha veria suas atividades ordinárias completamente paralisadas. O cenário era de "ruas, avenidas e praças ocupadas por gente que caminhava a pé ou [se deslocava] de bicicleta junto aos massivos grupos de bloqueadores" (MAMANI, 2005a, p. 55). Com um olhar agudo de cronista dos acontecimentos, Pablo Mamani descreve da seguinte maneira os primeiros momentos da paralisação:

> desde as primeiras horas da manhã [do dia 8 de outubro, quarta-feira], se observa uma importante mobilização desde os bairros distantes e próximos à La Ceja de El Alto para tomar as avenidas, praças, bairros e assim imobilizar a cidade. Durante esse dia não há atividade comercial, bancária, do transporte coletivo etc. São tecidos durante o dia, nos distintos espaços urbanos da vida social cotidiana, comentários sobre o que significa a nova paralisação cívica. Comenta-se e se exige a não venda do gás, nas ruas e nos lugares onde se realizam os massivos bloqueios. Além disso, se comenta que o governo de Sánchez de Lozada 'es um gobierno hambreador' que deve deixar o palácio. Assim, pouco a pouco se amplia e se reforça o tecido social baseado em corrosivos comentários sobre o governo; piadas e sorrisos tornam o levantamento mais sociável, que se manifesta como uma ação firme de paralisar a cidade por tempo indeterminado (MAMANI, 2004, p. 142).

O mesmo autor, noutro lugar, registra que:

> Centenas de homens e mulheres começam a controlar as ruas, avenidas e praças (...) a princípio aparentemente sem muita importância. Uma grande quantidade de reuniões é realizada nos bairros em distintas partes da cidade, que se converterão em espaços de multitudinárias decisões coletivas. Assim, em toda cidade se observa um conjunto de atos e a queima de pneus, paus e lixo. Ainda durante esse dia quem encheu as ruas foram os corpos mobilizados. Havia pouco uso de pedras, areia e ladrilhos como depois se observará (MAMANI, 2005a, p. 55).

A convocatória para o *paro cívico* e as instruções de que cada junta de vizinhos bloqueasse ruas e avenidas de suas próprias zonas, ou próximas a elas, foram seguidas com grande envolvimento de dirigentes vicinais (embora muitos relatos apontem que alguns se ausentaram desde o início ou no curso dos acontecimentos), vizinhos de base, atores vicinais

reconhecidos como lideranças, mas desvinculados do comitê executivo, grupos específicos de vizinhos atuantes localmente e reunidos em torno de determinada questão ou pauta como atividades desportistas, atividades culturais etc. Todos, mais ou menos impactados por uma postura de rechaço ao modelo de condução das organizações vicinais que antes tinha sido dominante, o modelo de dirigente com duplo engajamento (vicinal e partidário).

Os bloqueios começaram a ser organizados ainda no primeiro dia, a partir dos recursos organizativos e de mobilização disponíveis e emergentes ao longo das ações, incluindo organizações locais diversas. Juntas de vizinhos e as formas de organização mais ou menos vinculadas ao seu funcionamento ordinário, como os *chefes* ou *delegados* de ruas, de quadras ou "manzanos", e as comissões ou comitês específicos de mobilização[76] se converteram nas referências organizativas e de mobilização centrais para assegurar os bloqueios, isto é, a prática articulatória vicinal, mais ou menos formal, ou mais ou menos vinculada ou referenciada nas estruturas formais da junta (seu sistema de autoridade vicinal territorial, os procedimentos e instâncias coletivas decisórias instituídas etc.), ocupou, a despeito de outras organizações atuantes localmente (federação de mercados, "pais de família", ligas desportivas etc.) que confluíram para a mobilização, centralidade na articulação das ações. Assim, embora a participação de diferentes organizações locais tenha ocorrido ainda no primeiro dia de paralisação, e perdurasse de maneira mais ou menos significativa ao longo de todo período de mobilização, logo se verá que o peso central na mobilização será conferido pelos atores vicinais locais e suas estruturas de organização e de mobilização tanto formais como informais. O contexto territorializado das ações de bloqueio levou a que os outros setores, a partir de suas vinculações territoriais, fossem incluídos nas dinâmicas organizativas vicinaislocais. São muitos os autores (FLORES et al., 2007; LINERA et al., 2008; MAMANI, 2005a) que apontam esse aspecto que também foi fortemente referido em vários de nossos relatos. O argumento básico pode ser encontrado no seguinte entendimento:

> Nosotros representamos a la totalidad de los vecinos, se son trabajadores, estudiantes, profesionales, ministros, presidentes, lo que tú quieras, son vecinos, comerciantes, gremialistas, zapateros, vivanderos, son vecinos, viven en una vecindad… es territorial, todo el territorio ¿no? [Claudio Luna, comitê executivo FEJUVE].

[76] Certamente, as relações entre essas instâncias mais informais, e muitas vezes efêmeras, e os dirigentes vicinais que compõem o comitê executivo da junta vicinal podem ser as mais diversas na dinâmica vicinal cotidiana e, incluve, são instâncias que podem existir paralelamente e estabelecendo uma relação de oposição à diretiva da junta. De qualquer maneira, o que parece mais comum é mesmo uma relação de coordenação entre moradores representantes de vizinhos de determinada rua ou quadra e a executiva da junta.

A centralidade das organizações vicinais na organização do *paro cívico* está associada à própria experiência movimentalista vicinal em El Alto que, de uma maneira ou outra, a despeito dos momentos de desmobilização que o "movimento vicinal" experimentou, assegura às juntas vicinais e à FEJUVE, a prerrogativa de se constituírem como *autoridades vicinais legítimas* ou, o que é o mesmo: *autoridades territoriais legítimas*.

As assembleias vicinais ocorreram na forma de assembleias extraordinárias, sem o excesso de procedimentos a que nos referimos no capítulo cinco, mas mantendo-se como espaços legítimos de deliberação coletiva sobre as ações a serem desdobradas. Não menos importante foi a ativação de sistemas de controle e fiscalização próprios de juntas vicinais para assegurar a participação dos *vizinhos* e o cumprimento coletivo das resoluções emitidas nas assembleias. Não seria possível assegurar uma participação ativa nos bloqueios sem que houvesse a disponibilidade de participação de um número significativo de atores vicinais de base nas mobilizações, combinada a espaços legítimos de articulação que permitissem o mínimo necessário de coordenação das ações no nível do bairro/vila e entre diferentes bairros do mesmo distrito, algo que efetivamente ocorreu. Nesse sentido, asjuntas de vizinho, a despeito da crise de credibilidade que apresentou no período anterior, marcado pela hegemonia do projeto neoliberal, passam a ter suas práticas articulatórias e sua autoridade, enquanto estruturas organizativas e de mobilização territorial, revalorizadas, alcançando uma nova projeção.

No entanto, em virtude de um permanente sentimento de desconfiança dos atores vicinais de base em relação à grande parte de seus dirigentes, um sentimento difícil de debelar, ou mesmo a uma postura hesitante de dirigentes nos acontecimentos mais conflitivos, em numerosos casos houve uma maior dificuldade para que o comitê executivo da junta vicinal se expressasse como *autoridadeinstituída* articuladora das mobilizações. O que não é o mesmo que desconhecer que recursos e procedimentos organizativos e de mobilização, constitutivos do funcionamento de juntas vicinais, foram apropriados pelos *vizinhos* para levar a cabo as ações, resultando na construção de uma *autoridade vicinal instituinte*.

Assim, ainda no início das mobilizações, nos primeiros encaminhamentos para o cumprimento da resolução do ampliado, duas perspectivas relativas ao papel assumido pelo corpo de dirigentes de juntas vicinais (ou por alguns dirigentes que compunham a executiva) foram se evidenciando:

(1) Em alguns casos a "direção vicinal teve a virtude de se acoplar rapidamente a estas iniciativas autônomas das pessoas", e de tal maneira conseguiu estruturar "um sistema de

autoridade e de responsabilidades que conferiu, de melhor maneira, coesão ao impulso dos habitantes do bairro";

(2) Noutros casos, a junta de vizinhos foi invocada, basicamente, de maneira simbólica nos lugares de bloqueio e nas marchas, através do estandarte da junta, de bandeiras, cartazes e faixas que faziam alusão, ao mesmo tempo, à junta e ao bairro/vila. Mas seu corpo diretivo não teve maior participação na organização dos bloqueios, das marchas, das ações de vigília e nas rondas, na preparação de alimentos, ou em qualquer outra atividade. As ações que compuseram o leque de atividades compartidas entre atores vicinais ficaram, nesses casos,

> a cargo da iniciativa de flexíveis redes sociais territoriais que iam sendo criadas em cada zona no calor dos acontecimentos, com o perigo de morte (...) ou resultavam do engrossamento de solidariedades de rua que imediatamente se convertiam em estruturas de autoridade, deliberação e execução de decisões (LINERA et al., 2008, p. 606).

Nesse caso, atores vicinais identificados como base, e mesmo alguns dirigentes mais secundários, vinculados marginalmente ao comitê executivo da junta, e sem dúvida, com grande relevância, lideranças vicinais com ampla experiência organizativa, mas que estavam fora da executiva em gestão, tomaram a dianteira da iniciativa. O sentido de organização espontânea defendido em muitas análises sobre a emergência dos *vizinhos* na *guerra do gás* (LINERA et al., 2008; ZIBECHI, 2006; VILLA; GARCÍA, 2004) se assenta na percepção de que comitês executivos de numerosas juntas vicinais não estariam à altura da coordenação das ações deliberadas coletivamente em instâncias decisórias vicinais legítimas, simplesmente por terem se ausentado do processo, por terem uma liderança dúbia ou indecisa, ou por não serem confiáveis. Os *vizinhos* teriam saído, então, espontaneamente às ruas para se informar e discutir sobre o que estava acontecendo, escutar as proposta e participar das decisões coletivas sobre como encaminhar as medidas de bloqueio, o que consistiu numa ampla participação nos processos desencadeados mesmo sem uma participação central de dirigentes do comitê executivo da junta vicinal local.

Embora seja comum falar que em alguns casos ocorreu uma "organização espontânea", deve-se ter cautela ao buscar interpretar a questão da espontaneidade na prática movimentalista vicinal, uma vez que parte significativa dos *vizinhos*, pela própria lógica de funcionamento das juntas vicinais em El Alto, adquire um acúmulo de experiência organizativa muito significativo, e mesmo não participando diretamente na gestão da junta, atuam muitas vezes no sentido de *fazer vida orgânica* como base, isto é, participando assídua e ativamente nas assembleias, atendendo às convocatórias da junta, por exemplo, para

atividade de protesto, trabalho comunitário, preparo de festejos cívicos locais etc. Ademais, a diversidade e riqueza da cultura e do tecido associativo e movimentalista altenho, para além das juntas vicinais, também exige cautela na afirmação de que os *vizinhos* teriam se organizado espontaneamente.

Na mesma direção, fala-se em *autoconvocação*, o que nos parece um termo mais adequado. Como vimos no capítulo cinco, a ideia de *autoconvocação* tem a ver com práticas articulatórias de mobilização mais intensas, e muitas vezes abruptas, desdobradas por atores vicinais de base, sem que estas tenham sido deliberadas sob coordenação do comitê executivo da junta vicinal ("*cuando el humor de las bases pisa fuerte*"). No entanto, a *autoconvocação* representa uma prática articulatória vicinalde base que, ao se insurgir na cena pública, busca, exatamente, pressionar os dirigentes no sentido de um alinhamento da junta à posição defendida pelos *vizinhos* de base. O que é uma forma de massificar a posição e dar maior legitimidade a ela. Nesse sentido, os *vizinhos* não se organizaram tanto assim espontaneamente; ao insurgirem na cena pública recorreram, fartamente, aos recursos e às estruturas de organização e mobilização próprios das organizações vicinais, em relação às quais estão engajados (como atores vicinais de base) e tem familiaridade. De tal modo, não se insurgiram tanto à margem das juntas como "instituições legítimas", e sim, numerosas vezes, à margem de dirigentes cuja capacidade de representação está questionada. Se alguma autoridade vicinal foi questionada pelos *vizinhos*, foi aquela encarnada no comitê executivo, exatamente para, se apropriando de boa parte dos recursos das juntas vicinais, estabelecerem uma autoridade vicinal coletiva e instituinte, centrada menos na figura dos dirigentes, do que na "comunidade dos vizinhos em movimento".

Talvez apenas o setor dos estudantes universitários, secundaristas e outros grupos de jovens (muitos dos quais assumindo posições mais radicalizadas de enfrentamento) tenham tido uma participação mais "individualizada" ou desgarrada da autoridade vicinal. Em verdade, como vimos acima, de uma forma ou outra, todo morador de El Alto é identificado como um *vizinho*, esse status, que em muitas situações vem à tona apenas de maneira instrumental, formal ou compulsória, foi politizado e se tornou um referente fundamental de identidade política e cultural nesse contexto. Os *vizinhos* altenhos que estavam concretamente *em movimento*, mesmo que não tivessem um engajamento prévio mais ativo no "movimento vicinal", foram convertidos, na ação, em *atores vicinais*. A afirmação de Pablo Mamani, a seguir, é ilustrativa nesse sentido. Segundo esse autor, houve

> uma massiva participação de diversos setores, mas fundamentalmente pela ocupação dos territórios de bairro, desde os vizinhos, desde o interior dos mesmos. A palavra vizinho de pronto se torna ou conota um grau de aproximação e 'irmandade de bairro' pela relação mútua dada na experiência de resguardo de uns e outros ante a ação das forças repressivas do governo (MAMANI, 2005a, p. 54).

Essa dinâmica inclusiva de diferentes atores, convertidos, nos bloqueios, em atores vicinais, pôs em suspensão muitas diferenças internas aos bairros/vilas.

Como já assinalamos, a definição de que os bloqueios fossem realizados em ruas e avenidas a partir das estruturas de mobilização vicinais locais é algo que vinha se consolidando como repertório de ação em El Alto, implicando um tipo de organização e mobilização que difere das formas anteriormente prevalentes de organização de protestos convocados e coordenados pela FEJUVE, que invariavelmente confluíam e se concentravam em La Ceja. Essa mudança em relação ao método de ação é um indicativo da revitalização da *prática articulatória vicinal local*, porque exige um grande envolvimento e a canalização intensa das capacidades organizativas e de mobilização dos atores vicinais de base. Bloquear La Ceja, mesmo sendo um ponto nevrálgico de El Alto, exige certamente menos esforços e investimentos do que bloquear vários pontos da cidade ao mesmo tempo.

Os principais bloqueios, logo convertidos em lugares onde ocorreram os episódios mais violentos de repressão militar, foram montados em pontos estratégicos de grande circulação, como La Ceja; a Avenida 6 de Marzo, principal via de contato entre La Paz e outros departamentos como Oruro; a Avenida Juan Pablo II, via de acesso à Copacabana e Desaguadero (povoado na fronteira entre Bolívia e Peru), e em menor medida, a estrada que leva à localidade de Viacha, e o cruzamento de Villa Adela. Muitos bairros/vilas surgiram e se desenvolveram às margens dessas importantes vias e com elas tem uma relação cotidiana, por exemplo, no trânsito rumo à La Ceja e outros locais comerciais da cidade.

*

Um exemplo ilustrativo de um comitê executivo de junta vicinal que assumiu a dianteira, ou se converteu numa referência central na organização e mobilização em torno do *paro cívico*, foi o caso dos dirigentes da junta vicinal de Santiago II. Estes jogaram, desde o início, um papel decisivo na articulação das mobilizações e da resistência no bairro. Isso ocorreu, em parte, porque estava em curso, desde tempos atrás, um processo significativo de revitalização das práticas articulatórias vicinais em Santiago II. Por outro lado, algo absolutamente fundamental na importância dos atores vicinaisdo bairro ao longo da *guerra do gás*, está relacionado à presença da experiência organizativa e de mobilização de migrantes

ex-trabalhadores mineiros, conferindo particularidades à dinâmica vicinal local. Reconhecidamente a maioria dos vizinhos de Santiago II reivindica uma identidade mineira. A forma como essa particularidade se projetou na organização dos *vizinhos* para o *paro cívico*, na resistência contra a violenta repressão militar que se assistiria, e na preparação e realização de marchas foi, de uma maneira ou outra, bastante salientada nas entrevistas.

> Llegó el problema de la guerra del gas, ahí jugamos un papel importante Santiago II… como en las minas… **en muchas oportunidades habíamos intervenido en [contra de las] fuerzas armadas que manejaban las dictaduras de entonces… Teníamos ya experiencia en la lucha, cómo defendernos, cómo hacer nuestras comunicaciones, cómo sitiarnos en el lugar ¿no? Entonces hicimos lo mismo acá en Santiago II.** Nos hemos reunido la gente para pedir que el gas no se venta [por el] Chile… era el principal punto que reivindicamos [de] las juntas vecinales, las otras organizaciones también. Nos hemos organizado de tal manera que la gente obedecía las deliberaciones de la junta vecinal de Santiago II [José Montesinos, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

> … en ese país, recordando la historia, la fuerza más importante en el tiempo de neoliberalismo, que tanto hablamos ¿no? los gobiernos de derecha… han sido los mineros de Bolivia… […] los mineros siempre han sido un baluarte defensor del patrimonio, defensor de los intereses de los ciudadanos ¿no? [...] **muchos mineros que han salido de las minas**, de Colquiri, de todas las minas… **se han viniendo a vivir en El Alto, mineros que sabían de organización, sabían de lucha social, sabían de movilizaciones, sabían de estrategias…** ellos se han viniendo a vivir en El Alto, se han asentado en El Alto, otros se asentaron en Cochabamba, otros en Santa Cruz, y ahí se ha sumado el tema de los campesinos, o sea, de la migración del área rural o provincias… igual, ahora mucha gente del campo vive en la ciudad, tienen su casita, tienen minis [veículo utilizado no transporte coletivo]… esos dos se han convulsionado en 2003, o sea, los líderes de la FEJUVE, siempre han sido, entiendo yo, los hijos de los mineros o los mineros relocalizados que vinieron… **Ellos nos han enseñado a partir de su tradición a organizarse a los alteños** ¿no? o sea, esa es mi percepción ¿no? Yo donde voy en El Alto me encuentro con mis paisanos que son oriundos de mi pueblo, donde voy me saludan porque están orgullosos porque 'eres de Coquiri y eres vicepresidente de la FEJUVE', entonces **eso me hace pensar que hay un respaldo que ha sido construido a mucho tiempo atrás** ¿no? Goni **Sánchez de Lozada pensó haber desarticulado a la fuerza más importante que es los mineros de Bolivia, privatizándolo, pero ha criado una fuerza más poderosa, o sea, indirectamente ¿no? sin pensar… Toda esa gente se ha concentrado en la ciudad de El Alto, aguantado las cosas que estaba haciendo el Goni y en 2003 se han levantado, en 2003 se ha articulado porque básicamente ex mineros… todos aquí sabían manejar dinamitas y todo.**[Cláudio Luna, comitê executivo FEJUVE].

Ademais, aspecto já salientado no capítulo cinco, e que se revelou sobressalente em nossas entrevistas, foi a forma como os migrantes ex-mineiros parecem encarnar uma memória das lutas passadas e uma consciência nacional relacionada à soberania do Estado nacional em relação ao tema dos recursos naturais.

> **Las reivindicaciones de los mineros desde siempre han sido nacionales ¿no? y [al] llegar aquí nunca se ha perdido, entonces cuando El Alto se ha percibido**

> **que Goni Sánchez de Lozada estaba regalando los hidrocarburos a empresas transnacionales a cuesta de los bolivianos, todo eso, decidió levantarse,** porque nadie lo hacía… Gonzalo Sánchez de Lozada estaba destrozando ese país ¿no? Bueno, que es… [la defensa de los] recursos naturales renovables y no renovables… [qué] son los dos ¿no?… […] aquí se ha traducido en la ciudad… [Cláudio Luna, comitê executivo FEJUVE].

Logo depois do ampliado que convocou o *paro cívico*, a junta vicinal de Santiago II realiza uma assembleia geral de vizinhos com o objetivo de informar sobre as deliberações, estabelecer formas de coordenação e definir as primeiras ações visando à realização dos bloqueios. Nessa assembleia, e nas outras que viriam nos dias seguintes, participaram também representantes de outras organizações, como a associação que reúne os feirantes atuantes no bairro (Associación de la Feira Franca de Santiago II). Desde esse primeiro momento, e ao longo de todo o período da *guerra do gás*, é reconhecidamente destacada a capacidade de liderança do então presidente da junta vicinal de Santiago II, José Montesinos (ex-dirigente sindical mineiro).

Essa primeira assembleia foi bastante participativa e, como definido estatutariamente, exigiu a participação de pelo menos um representante por unidade domiciliar, o que foi estritamente monitorado através do sistema de controle com distribuição de fichas. A não participação nessa e em outras atividades convocadas pela junta de vizinhos implicaria no pagamento de multas (que variavam entre Bs 30,0 e 60,0). Segundo os vizinhos do lugar, no entanto, a cobrança dessas multas, nesse período mais conflitivo, nunca se realizou. Ela teria funcionado antes como uma "ameaça" ou "incentivo" para se assegurar a mobilização mais massiva. O que mais tarde, como reconhecem dirigentes dessa época, pareceu completamente desnecessário, tendo em vista a disposição dos vizinhos de participar ativamente das atividades.

O espaço das assembleias em Santiago II foi também, desde o início, importante na coordenação de ações com juntas vicinais de outros bairros/vilas do distrito II. É interessante tomar nota de que existe no cotidiano do "movimento vicinal" altenho um esforço de coordenação de ações, de comunicação e inclusive de conflito de interesses entre juntas vicinais de zonas vizinhas. As formas de comunicação e de conexão prévias facilitaram a coordenação das ações deliberadas em assembleias.

Ainda na primeira assembleia, os *vizinhos* deliberaram, coletivamente, bloquear a Avenida 6 de Marzo no cruzamento com a Avenida Bolivia, na altura da ponte Bolivia, passagem obrigatória dos veículos transportadores de gasolina e gás liquefeito das instalações da YPFB, localizada no setor de Senkata, extremo sul da urbe altenha, para a cidade de La

Paz. Ademais, se deliberou também que um grupo de *vizinhos* de Santiago II se deslocasse até Senkata para prestar solidariedade aos mineiros que haviam chegado de Huanuni, Oruro, para se somar aos protestos contra o governo de Sánchez de Lozada.

Acatando as deliberações da assembleia, o grupo dirigente da junta vicinal coordena as ações locais. No dia 9 de outubro, uma quinta-feira, iniciam-se os bloqueios das vias de acesso à Plaza El Minero e da Avenida 6 de Marzo (uma das mais importantes da cidade). A presença dos *vizinhos*, nesse momento, é massiva. Outra quantidade apreciável de *vizinhos* se dirige à Senkata para receber os mineiros que vinham de Huanuni[77].

Em Santiago II, a figura do *chefe de rua* jogou um papel muito destacado na organização dos bloqueios. Cada rua tinha um representante eleito por seus próprios moradores, e este representava os interesses de sua rua perante a junta vicinal, bem como tinha a responsabilidade que fazer chegar convocatórias, informes e qualquer tipo de comunicado, emitido pelo corpo diretivo da junta, aos vizinhos domiciliados na rua. No período das mobilizações de outubro coube aos *chefes de rua* organizar os bloqueios nas suas próprias ruas e nas avenidas adjacentes; assegurar que as convocatórias para as atividades programadas (marchas, por exemplo) chegassem a cada residência, e que os *vizinhos* estivessem plenamente informados sobre as decisões deliberadas em assembleia. Foram responsáveis também pela coleta gêneros alimentícios destinados aos mineiros de Huanuni que estavam alojados na região sul da cidade e fortemente assediados pela repressão militar. A incorporação dos *chefes de ruas* como um recurso organizativo e de mobilização vinculado ao funcionamento da junta vicinal, certamente favoreceu a configuração de *práticas vicinais* densamente articuladastal qual realizadas em Santiago II, bairro lembrado como um dos principais lócus de mobilização e resistência ao longo da *guerra do gás.*

No sentido de assegurar a manutenção e sustentação dos bloqueios, se decide em assembleia, numa clara apropriação e desdobramento de lógicas organizativas cooperativistas praticadas nos centros mineiros, e que guardam similaridade com as lógicas comunitárias andinas da reciprocidade e complementaridade, que as ações visando os bloqueios fossem coordenadas mediante o estabelecimento de um sistema de rotação a partir do qual a participação dos *vizinhos* era distribuída por turnos. Assim, todos os *vizinhos* poderiam estar envolvidos e os bloqueios seriam efetivados. Coube também aos *chefes de rua* assegurar o cumprimento desse sistema de turnos. Como a participação nas atividades era deliberada em

[77] **Cronología de los hechos ocurridos en la zona de Villa Santiago II durante la Guerra del Gas**. Documento elaborado por José Montesinos.

assembleias, ela assumiu um caráter obrigatório, e o seu não cumprimento implicava na ameaça de aplicação de multa.

Em Villa Ingenio (unidades vicinais 1 e 4), outro destacado lócus de resistência e mobilização, a participação do grupo dirigente da junta vicinal foi também significativa no primeiro momento. A junta convocou uma assembleia em caráter de urgência e os *vizinhos* participaram massivamente, acatando a deliberação do ampliado da FEJUVE. Entre as deliberações da assembleia foram acordadas as formas de participação nos bloqueios e a cobrança de multas diárias a quem não acatasse as deliberações. Para a realização dos bloqueios cogitaram interromper o fluxo de ruas e avenidas com materiais os mais variados, além da presença física dos próprios *vizinhos*.

Se Santiago II é um bairro marcado por uma forte presença do componente migratório constituído por ex-trabalhadores mineiros "relocalizados", Villa Ingenio se caracteriza pela presença marcante do componente migratório indígena campesino proveniente de regiões com fortes tradições de resistência e luta, como a província de Omasuyus, onde se situam as localidades de Warisata, Sorata e Achacachi. Segundo relato, se escutava nos meios de comunicação naqueles dias que Villa Ingenio representava uma espécie de "zona roja", que estavam formando "guerrilheiros", algo que os indígenas campesinos de Omasuyus representava no imaginário coletivo de população pacenha. Por outro lado, Villa Ingenio entrou para os registros da *guerra do gás* como uma das zonas mais afetadas pela violência da repressão militar e policial que se assistiria nos dias seguintes.

Diferentemente de Santiago II, em Villa Ingenio o funcionamento da junta de vizinhos não contava, em outubro de 2003, com um tipo de organização como a definição de *chefes de ruas*. No entanto, foram exatamente os acontecimentos da *guerra do gás* que levaram os *vizinhos* do lugar a decidirem pelo estabelecimento de um tipo de organização semelhante, estabelecendo *delegados de ruas*. Dessa forma, se por um lado a definição dos *delegados* não esteve subordinada ao funcionamento "normal" da junta vicinal local, por outro, eles passaram a assumir um papel muito significativo na coordenação das ações no nível mais localizado das ruas e quadras nos momentos mais conflitivos.

Embora dirigentes vicinais tenham cumprido um papel destacado e com maior visibilidade no início das atividades, logo se estabeleceu um *comitê de mobilização*, criado com finalidade de coordenar as ações, incluindo não apenas dirigentes, mas também vizinhos de base. O *comitê* atuou em relação estreita com os *delegados de ruas*. Num momento subsequente, com o acirramento da repressão militar e policial, as formas de organização se

tornaram mais descentradas, tendo a assembleia vicinal, e outras reuniões mais localizadas, o papel de definir as formas de conduzir os bloqueios e a resistência contra a investida das forças repressivas. Nesse momento os *delegados de rua* se tornaram ainda mais preponderantes. Também em Villa Ingenio se lançou mão do sistema de rotação de turnos para assegurar a sustentação das atividades, recorrendo às lógicas comunitárias andinas da reciprocidade e complementaridade.

7.4.3. A condução da situação por parte governo, repressão violenta, estigmatização, e a resposta movimentalista vicinal intensificada

Ainda durante o dia 8 de outubro ocorrem os primeiros enfrentamentos entre efetivos militares e grupos de *vizinhos* que bloqueavam ruas e avenidas em diferentes partes da cidade, especialmente em La Ceja, na Avenida Pablo II, na Avenida 6 de Marzo, no setor de Senkata (ao sul da cidade), na zona de 16 de Julio (setor central) e na chamada ex tranca de Río Seco (setor norte) (GÓMEZ, 2004). Nos primeiros enfrentamentos algumas pessoas foram feridas com bombas de gás, balas de borracha e inclusive armas de fogo. Mas seria mesmo nos dias seguintes, especialmente a partir de 11 de outubro, um sábado, que se assistiria às jornadas marcadas por violentas investidas militares e policiais que resultaram no que foi identificado como *matanza* ou *masacre* dos vizinhos altenhos.

Ao mesmo tempo em que o governo Sánchez de Lozada reprimia violentamente os manifestantes, lançava mão, sistematicamente, de expedientes de subestimação e estigmatização das capacidades de mobilização e interpelação dos atores vicinais, interpretando as manifestações como algo insignificante, desqualificando-as como ato de uma minoria radical, de grupos de vândalos, buscando com isso persuadir a opinião pública em seu favor. O governo parecia não prever que as manifestações poderiam adquirir a grande força de convocatória, mobilização e interpelação que logo apresentariam.

Ainda no dia 9 pela manhã, efetivos da polícia incursionavam, em uma camioneta, pela zona de Santiago II, no intuito de intimidar os *vizinhos* e desbloquear vias, detendo 3 manifestantes. Registro de José Montesinos dá conta de que um *vizinho* foi "brutalmente massacrado" nas instalações de um posto policial. Por outro lado, os *vizinhos* de Santiago II que se deslocaram para Senkata entraram em confronto com as forças repressivas ao longo de seu trajeto, num primeiro momento foram gasificados à altura da ponte da Avenida Bolivia, sem que isso tenha sido suficiente para deter o deslocamento. Mais a frente, no entanto, um

ônibus carregado de efetivos policiais intercepta a marcha, gerando um enfrentamento que produz a primeira morte. Um policial atira à queima-roupa, a uma distância de 3 metros, contra um dos manifestantes vinculado à Asociación de la Feira Franca de Santiago II, que tem morte imediata. Logo se constataria que havia vários feridos a bala[78]. As zonas de Senkata e Ventilla, no setor sul da cidade, são o cenário de uma violenta intervenção policial-militar contra a marcha dos mineiros vindos de Huanuni e o bloqueio da via que liga El Alto a Oruro. Segundo Pablo Mamani (2005a, p. 57) essas zonas se converteram "em verdadeiros campos de batalha, com pedras, gases e fuzis", resultando na morte de um mineiro nos confrontos[79].

Cria-se um clima de forte consternação e se dissemina rapidamente uma indignação coletiva com o ocorrido no setor sul de El Alto e também em outros pontos da cidade (embora sem a mesma repercussão). Em cada bairro/vila, nas assembleias, reuniões e espaços diversos se comenta sobre a violência exercida pelas forças repressivas. O Jornal El Alteño, de 9 de outubro, registrava:

> Los familiares, con lágrimas en los ojos e indignados por la forma en la que procedieron los efectivos, mostraron las prendas de vestir del joven baleado, totalmente ensangrentada y con un gran orificio, a la vez que demandaron 'justicia para los pobres', acusando el gobierno de 'asesino' (Encontrado em MAMANI, 2005a, p. 57).

No mesmo jornal um *vizinho*, participante nos confrontos, faz o seguinte registro:

> Parecía que estaban jugando tiro al blanco con nosotros, no habíamos ni siquiera empezado los bloqueos, cuando los militares nos rodearon y comenzaron a disparar (Encontrado em MAMANI, 2005a, p. 57).

Pablo Mamani registra que durante o dia 10 de outubro, uma sexta-feira,

> ante a notícia da morte do mineiro e do vizinho da cidade de El Alto, se produz um enfurecimento e uma mobilização gigantesca das zonas do setor sul da cidade de El Alto. A estrada a Oruro é praticamente tomada pelos vizinhos. A Avenida 6 de Marzo se converteu em outro cenário de guerra. Os militares e policiais, ante este

[78] **Cronología de los hechos ocurridos en la zona de Villa Santiago II durante la Guerra del Gas**. Documento elaborado por José Montesinos.

[79] O governo tenta se desvencilhar das duas morte ocorridas nos enfrentamentos de 9 de outubro entre Senkata e Ventilla, a do mineiro José Luis Atahuichi e do *vizinho* de Santiago II, Ramiro Vargas. Argumenta que o primeiro teria causado sua própria morte por manejo equivocado de dinamite. O segundo ao tentar roubar um armazém. Depois os próprios manifestantes buscaram aclarar os motivos das mortes, o primeiro teria sido vítima de granada de guerra lançada por militares, que destroçou parte do seu corpo; o segundo teria sido vítima de disparo de bala enquanto participava do protesto. Esse tipo de expediente por parte do governo só contribuiu para acirrar ainda mais a ira dos *vizinhos*.

> fato, tiveram que abrir caminho a balaços e bombas de gás lacrimogêneo. (...) no cruzamento da Avenida Bolivia se produz uma avalanche humana da zona de Santiago II (bairro mineiro) e outros bairros próximos para controlar a Avenida 6 de Marzo que liga La Paz a Oruro (MAMANI, 2004, p. 143).

Atores vicinais de Santiago II vão se convertendo em destacados protagonistas dos acontecimentos. Ante os enfrentamentos do dia anterior e a morte de um vizinho do bairro, em 10 de outubro ocorre uma assembleia bastante concorrida na Plaza El Minero, com participação massiva e coordenada pelo grupo dirigente da junta vicinal. Segundo os registros de Montesinos, os *vizinhos* decidem massificar os bloqueios, se delibera coletar gêneros alimentícios para os mineiros de Huanuni (algo que ocorre também em outros bairros/vilas do distrito II) e se nomeia uma *comissão de mobilização*. A paralisação é cumprida com contundência, todo tipo de negócio realizado no bairro é fechado. Pela noite, uma grande quantidade de manifestantes se concentra na Avenida 6 de Marzo. Os *vizinhos* bloqueiam a avenida com contêineres que tinham sido descartados numa área do bairro, empregando uma "descomunal força", como relata um dos participantes, no seu deslocamento até a avenida.

Ainda no segundo dia de bloqueios, já se configurava em todos os distritos de El Alto, uma tendência que se revelaria indeclinável a partir de então: ante a magnitude da repressão militar-policial que o governo exerceu contra a população altenha, para impor, desde o início, um cenário de intimidação e o controle sobre o território altenho, e especialmente com as notícias cada vez mais abundantes sobre os *vizinhos* feridos e mortos, mais do que deter a ação de protesto e debelar a disposição dos atores vicinais, como esperava o governo de Sánchez de Lozada, gerou-se um aumento exponencial da comoção social e da indignação, propiciando fermento para que a mobilização dos altenhos fosse intensificada, massificada, radicalizada, e cada vez mais enraizada nas dinâmicas vicinais locais. Segundo cálculos de Pablo Mamani (2005a), depois dos dias 10 e 11, das cerca de 600 bairros/vilas existente em El Alto em outubro de 2003, em aproximadamente 500 os vizinhos se articularam para assegurar o *paro cívico*.

Outro registro testemunhal de Pablo Mamani fornece uma imagem bastante aguda da resposta dos atores vicinais posteriormente à escalada da brutalidade da ação militar-policial, requerendo uma maior preocupação com a defesa dos bairros/vilas. Ampliava-se a

> tomada direta das ruas e avenidas da cidade de El Alto, desde os bairros mesmos. Há trincheiras construídas com adobe, pedras, latas e vidros. Se observar na paisagem da cidade sair fumaça negra dos distintos lugares e ruas como se tivesse ocorrido um bombardeio. Pneus velhos e lixo são queimados nas ruas. Em todos esses espaços, antes de domingo, dia 12, não havia nem policiais, nem nenhum outro poder do Estado. (...) Há uma auto-organização total, com ações coletivas autônomas. É

> interessante observar como mulheres, crianças e homens adultos mantinham o controle inclusive das pequenas ruas onde não há circulação de veículos. Com isso se quer demonstrar a tomada direta do território urbano que pertence aos altenhos. Além disso, pelas noites há muitos preparativos, como para fazer frente a um eventual ingresso das forças repressivas dentro desses territórios. Até altas horas da noite de sexta feira [10 de outubro] se manteve esse controle. (...) Há uma indignação generalizada que se manifesta em ações de tomada das ruas, avenidas e praças (MAMANI, 2004).

Ao mesmo tempo em que aumentava o envolvimento e a determinação dos atores vicinais na realização dos bloqueios, crescia a força da reivindicação em torno da renúncia de Sánchez de Lozada. Vários relatos apontam nessa direção:

> Una vez que logramos nuestra unidad, como ya estábamos en lucha… llegaron los primeros muertos. **Antes la situación es que… ya no se pide tan solo gas para Bolivia, sino se dice '¡la renuncia de Goni Sánchez de Lozada!'**, y comenzamos a organizarnos… Las fuerzas armadas querían sacar el gas, gasolina… **se paralizó todo El Alto y comenzamos a cava barricadas para que no pasé las movilidades, en cada calle, la gente obedecía, con su picota, con su pala empezó a hacer barricadas, a cavar y lo mismo en la carretera principal que va de La Paz a Oruro** [Avenida 6 de Marzo]… Por entonces había en ese lugar conteiners… La gente con su esfuerzo va deja los conteiners en toda carretera para que no pase movilidad [José Montesinos, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].
>
> …[en] **esas primeras reuniones antes de 12 de octubre lo que fue haciendo es que en un inicio era una protesta como justificativa por la no venta de gas a Chile o por la denuncia de las muertes de Warisata, se fue unificando en una sola voz que fue la renuncia de Sánchez de Lozada** ¿no?, las otras cosas fueron cosas tal vez más parciales que al final ninguna de esas iba al fundo… [Wilson Soria, ex páraco e vizinhos Villa Ingenio].

Outro relato no mesmo sentido é fornecido por um ex-dirigente vicinal de Villa Atipiris:

> La bronca de los vecinos cada vez era mayor… algunos vecinos que al principio no estaban de acuerdo con los bloqueos se sumaron ¿no?, salieron a la calles indignados… **La gente reaccionó con una indignación total. Se escuchaba en la calle: ¡No podemos quedarnos indiferentes!... por todo lado se gritaba frase en contra del gobierno carnicero**… y [se] llamaba a luchar en honor a los caídos… […] Tocábamos en las puertas de cada vecino, en cada casa, la mayoría ya estaba lista para salir ante la indignación… Algunos pocos se acobardaron ¿no? quedaron indiferentes [António Condori, ex dirigente Junta Vicinal Villa Atipiris].

O que vai se confirmando é que apesar das violentas investidas militares e policiais contra os *vizinhos* mobilizados, o *paro cívico* se revela bastante contundente, atingindo decisivamente, ainda nos primeiros dias, a cidade de La Paz, que passa, cada vez mais, a sofrer com o desabastecimento de combustíveis e produtos alimentícios. O que produziu bastante inquietação entre os morados de La Paz, que começaram, crescentemente, a

pressionar o presidente tanto no sentido de "dobrar" os *vizinhos* altenhos através da intensificação da repressão, como no sentido de atender parte de suas reivindicações ou abrir o diálogo.

É nesse cenário de conflitividade aguda que o governo declara, em 11 de outubro, estado de emergência nacional através do Decreto Supremo 27.209, o que representou a oficialização da militarização do território altenho, visando deter as mobilizações. O governo argumentou que com essa medida buscava proteger a população, velar pela ordem, preservar a democracia e resguardar o governo democraticamente instituído. De uma maneira mais exata, diante das dificuldades de garantir o abastecimento de combustíveis líquidos à La Paz, o governo autorizar o exército a utilizar toda sua força instalada para assegurar a distribuição de combustíveis. Cabia ao exército a responsabilidade do transporte dos caminhões tanques com combustível líquido e a proteção de instalações de armazenamento e distribuição, objetivando garantir o normal abastecimento de combustíveis à população de La Paz.

O governo parecia estar convencido de que com a militarização de El Alto poderia conter as manifestações. Segundo relatos de *vizinhos*, muitos tinham claro que com a decisão governamental se dava carta branca para os militares atacarem abertamente aos altenhos e levar a cabo um verdadeiro massacre. Essa autorização teve como efeito imediato um incremento da violência militar contra manifestantes e a população altenha em geral. O decreto foi cumprido imediatamente, ainda em 11 de outubro; e durante sua vigência, entre 60 e 70 pessoas perderam suas vidas, e aproximadamente 400 pessoas resultaram feridas.

De imediato, com a militarização, em meio a um profundo sentimento de indignação que se dissemina entre os altenhos, e ganha fôlego em vários pontos do país, se esvazia completamente qualquer sentido de legitimidade que o governo Sánchez de Lozada pudesse recuperar naqueles dias conflitivos. O governo se torna um interlocutor inválido, com o qual já não havia a possibilidade de negociação de qualquer ponto. Torna-se indeclinável a demanda da renúncia do presidente. Estabelece-se um forte antagonismo entre governo nacional e atores vicinais altenhos.

> En 11 de octubre se decide militarizar El Alto, **yo creo que fue el peor error del gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada… pretender con una militarización solucionar el problema de un paro cívico**, ¿cómo se puede obligar a una sociedad a levantar un paro cívico con una militarización? **Yo pensaba que el pueblo alteño tal vez se iba a asustar, sin embargo más bien eso se recrudeció. Me recuerdo que en una de las reuniones ellos llegaron a hacer un tipo de pacto de la comunidad, quiere decir: 'no, no vamos a nos rendir por nada'; 'estamos dispuestos a dar la vida'** [Wilson Soria, ex páraco e vizinho Villa Ingenio].

Em Santiago II, ainda nas primeiras horas da manhã do dia 11 de outubro, se constatou que as forças repressivas tinham conseguido furar o bloqueio montado na Avenida 6 de Marzo. Pela manhã cedo foi realizada uma nova assembleia para a realização de informes e análise da situação, nela se definiram alternativas de luta considerando a nova ofensiva militar. Ao fim da assembleia, os *vizinhos* se deslocaram, uma vez mais, para a Avenida 6 de Marzo para voltar a bloquear com os contêineres. Pela noite se organizaram num sistema de turnos para realizar vigílias na Avenida 6 de Marzo e na Plaza El Minero, com grande disposição de impedir a passagem de caminhões tanques custodiados pelos militares, no entanto, diante da desproporcional força militar, quando o comboio se aproximou, não conseguiram deter o trânsito. Os efetivos militares, depois de enfrentar alguma resistência, dispersaram os manifestantes disparando com armas de fogo, e assim furaram o bloqueio. Várias pessoas ficaram feridas nesse enfrentamento[80].

O que Linera et al. (2008, p. 607) chamaram de "assassinato massivo de vizinhos", desatou, como vimos, um novo estado de ânimo coletivo. "Não era [mais] apenas a luta para impedir a exportação do gás; era a essa altura uma mobilização em defesa ante o risco de morte que todos os altenhos interiorizaram como um princípio unificador que os compeliam a se envolver em crescentes ações coletivas".

Além de assegurar o *paro cívico*, dadas as novas condições, foi necessário um maior investimento na construção de estratégias territoriais de resistência e defesa contra as investidas das forças repressivas no interior dos próprios bairros/vilas, visando fundamentalmente resguardar os *vizinhos* do risco iminente de perda da vida em enfrentamentos. O que contou, em alguns casos, com métodos completamente inéditos de luta, como a criação de artefatos defensivos semelhantes a "catapultas" feitas com paus e cordas, "abertura de valas em torno a instalações policiais, formação de brigadas de jovens reservistas com armamento caseiro" (LINERA et al., 2008, p. 607-608), etc.

A decisão de abrir profundas valas e intensificar a construção de barricadas para impedir o fluxo de veículos (tanto caminhões transportadores de combustíveis como veículos militares, incluindo tanques de guerra), disseminada, especialmente depois do sábado, dia 11 de outubro, foi a principal forma encontrada pelos *vizinhos* para construir a resistência e a defensa de seus bairros/vilas contra a invasão de militares, o que já ocorria em alguns lugares da cidade. Grandes valas foram abertas em várias ruas e avenidas independentemente de

[80] **Cronología de los hechos ocurridos en la zona de Villa Santiago II durante la Guerra del Gas**. Documento elaborado por José Montesinos.

serem de terra, empedradas ou asfaltadas. Com grande esforço coletivo atores vicinais conseguiram romper a capa asfáltica de avenidas e abrir buracos com até 1 metro de profundidade.

As ações de bloqueio não contavam apenas com a abertura de valas, foram utilizados vidros quebrados para perfurar pneus de automóveis, bem como pedras, lixo metálico e outros objetos que pudessem ser amontoados nas ruas para impedir o fluxo. Todo tipo de escombro que pudesse ser mobilizado pelos atores vicinais era aproveitado. Os bloqueios contavam ainda com queima de pneus e outros materiais. As fogueiras sinalizavam os pontos de bloqueio pelas nuvens de fumaça que produziam e podiam ser vista de vários lugares da cidade, além de serem utilizadas para aquecer os manifestantes, especialmente pelas noites.

Assegurar os bloqueios e a resistência nos bairros/vilas exigiu dos atores vicinais uma grande capacidade de organização e de mobilização logística, isto é, de gestão coletiva de meios e materiais para obstruir vias, assegurar sua manutenção e proteger o território vicinal. Como vimos antes, desde os primeiros momentos foram distribuídas atribuições a diferentes atores vicinais, mediante a mobilização de recursos e estruturas organizativas e de mobilização disponíveis e emergentes na dinâmica vicinal, incluindo, destacadamente, a definição de *delegados* ou *chefes* de ruas ou quadras, e a formação de *comissões específicas*, bem como a atribuição de responsabilidades a *vizinhos* individuais em determinada ação. Com base num quadro de forte coesão social, com grande envolvimento emocional e organizativo, atores vicinais passaram a desenvolver ou intensificar sistemas próprios de ação coletiva, de coordenação e controle e de decisão autônoma.

Aspecto de relevo, já mencionado, diz respeito ao fato de que as formas de organização que foram estruturadas incorporaram como eixo articulador, lógicas andinas comunitárias de rotação de turnos de trabalho, e de complementaridade de funções e responsabilidades nas ações deliberadas, com base num apelo aos princípios de solidariedade e reciprocidade vicinal. Aspectos caros às formas organizativas indígenas campesinas, isto é, que tem vigência não apenas nas dinâmicas vicinais urbanas altenhas, estando incorporados, de uma maneira ou outra, na *forma vicinal* altenha, mas também numa cultura organizativa transcendente, indígena campesina andina.

Concretamente, os atores vicinais se revezaram por turnos na construção dos bloqueios e da defesa dos bairros/vilas, tanto colhendo, transportando e amontoando materiais propícios à construção de barricadas, como na permanência física nos bloqueios, em ações de vigília e

de resguardo contra a invasão do território por forças militares, ou mesmo nos enfrentamentos com as forças repressivas.

Além disso, dentro de uma lógica de complementaridade, os *vizinhos* desenvolveram outras atribuições de muito relevo para a estruturação e manutenção dos bloqueios e das condições de defesa dos bairros/vilas. Uns estiveram a cargo de atividades relativas ao fornecimento/abastecimento de alimento para os *bloqueadores*, incluindo coleta de gêneros alimentícios e água, o preparo, o acondicionamento e o transporte dos alimentos. Não raramente, tanto as áreas de bloqueio como os momentos de coordenação e deliberação coletiva foram cenários para a realização de "paneladas comuns" ou de *aptapi*, comida compartilhada coletivamente para a qual cada um aporta com alguma quantidade de alimento de acordo com suas possibilidades. Ainda dentro de lógica de complementaridade, outros atores vicinais assumiam atribuições de comunicação, muitas vezes percorrendo a pé ou de bicicleta distâncias variáveis, dentro do próprio bairro/vila ou entre distintas localidades do mesmo distrito ou da cidade, levando informações de um ponto a outro. Outros ainda se encarregaram de estruturar sistemas voltados a cuidados médicos, a assistência possível aos feridos, recolhendo medicamentos, contatando trabalhadores de saúde e práticos em saúde comunitária andina, residentes no bairro/vila. A distribuição de atribuições não raras vezes se deu no interior da mesma família, rua, quadra, e inclusive entre representantes de diferentes organizações atuantes localmente.

Algumas atribuições e responsabilidades eram ainda compartilhadas por todos os *vizinhos*, como, por exemplo, aquelas relativas ao sistema de alerta e convocatória que foi desenvolvido em muitos bairros/vilas, e que correspondia à emissão de sons por parte dos *vizinhos* de cada rua, alertando sobre alguma ameaça de invasão, ou para convocar alguma assembleia ou reunião. Geralmente se utilizava assobios e/ou pancadas na parte metálica de postes de iluminação pública com algum material capaz de emitir som audível ao longo da rua. Isso se repetia rua a rua e, de imediato, representava um chamado para que os *vizinhos* saíssem de suas casas para ver o que ocorria.

> Nosotros hemos participado activamente en la protesta por la defensa del gas. Bloqueamos casi todas las calles de Atipiris, estuve muy activo en el 'manzano b', donde vivo, además **realizamos vigilias…había una comisión encargada de preparar comida, refrescos… estábamos muy organizados** […] **otra comisión estaba encargada de la marcha rumbo a La Paz** [del día 16 de octubre]… También **preparábamos carteles con mensajes en defensa de los recursos nacionales**: '¡No a la venta del gas!', '¡Industrialización ya!', '¡Abrogación de la Lay de Hidrocarburos!' [Humberto Apaza, *chefe de calle* Villa Atipiris].

> […] **nosotros los dirigentes no nos acobardamos… los dirigentes de la zona han cumplido un rol en la organización… hemos movilizado los vecinos… en esta oportunidad no hubo necesidad de mucha presión… la gente se auto convocó. El 11 [de octubre], sábado, se organizaron grupos encabezados por personas respetables en cada cuadra. Formamos grupos de vigilia y unos grupos de dos, tres vecinos encargados de servir mate, café… muy frío estaba** [Simón Mansilla, dirigente Junta Vicinal Villa Ballivián].

As práticas vicinais desdobradas, as definições quanto a essas funções e atribuições na dinâmica de mobilização vicinal, envolveram, a todo momento, algum nível de decisão coletiva, ou legitimada coletivamente, seja nas assembleias gerais, autoridade máxima para deliberações vicinais, como em reuniões de caráter mais operativo envolvendo coletivos menores constituídos muitas vezes informalmente e no calor dos acontecimentos. De qualquer maneira, foram as assembleiasvicinais gerais que cumpriram o papel mais destacado de instância articuladora das orientações mais centrais das práticas movimentalistas vicinais nesse momento. As assembleias consistiram em espaços principais de intercâmbio, trocas, de comunicação e informação e de deliberação coletiva sobre o conjunto de ações requeridas para manter o *paro cívico* e defender o bairro/vila. E à medida que foram se fortalecendo os processos organizativos internos, inclusive de maneira bastante disciplinada, muitos bairros/vilas altenhos passaram a se configurar como verdadeiros territórios entrincheirados e sob controle dos *vizinhos*. A *autoridade vicinal* local, construída nesse processo, se impôs sobre qualquer outra forma de autoridade coletiva.

A premência da situação, com intensificação da mobilização, aumento da capacidade de ação e do envolvimento dos *vizinhos*, desabilitou, muitas vezes, uma separação mais formal entre dirigentes e bases vicinais, diluindo qualquer prerrogativa exclusivista de autoridade por parte do comitê executivo de juntas vicinais, com orientações mais verticais ou arbitrárias, mesmo naqueles casos em que dirigentes mantiveram-se na dianteira da organização e com grande legitimidade, como foi o caso da Santiago II. A tendência prevalente nesse momento foi de declínio das formas mais verticais de autoridade vicinal, que são alimentadas por uma cisão mais acentuada entre dirigentes e bases vicinais, dando lugar a uma ampliação da autoridade vicinal, que assumiu, de maneira mais pronunciada, sua feição e realização coletiva e mais horizontal. O que é percebido, por exemplo, no fato de as assembleias apresentarem, nesse momento mais agudo de conflitividade, um formato menos usual, inclusive em assembleias extraordinárias. Como já assinalamos, foram desabilitados muitos procedimentos formais que estruturam a condução das assembleias vicinais em períodos de maior "normalidade", tal como observamos quando discutimos a *forma vicinal* altenha, e que terminam por reforçar, exatamente, uma maior cisão entre dirigentes e *vizinhos*

de base. A premência da situação dificilmente permitiria o seguimento das mesmas etapas e procedimentos. No entanto, foi preservado, ou até intensificado, o sentido de autoridade deliberativa vicinal máxima. As assembleias ocorriam, com freqüência, mais de uma vez por dia, convertendo-se num evento cotidiano. Em Santiago II falava-se, inclusive, em *assembleia permanente*. Relatos dão conta de que nesse bairro, os *vizinhos*, rotineira e disciplinadamente, ainda muito cedo da manhã, buscavam se informar, nas ruas, sobre os últimos acontecimentos, tomavam contato com os outros *vizinhos* que estavam destacados para fazer vigília durante a noite, e logo se reuniam na praça para a realização da assembleia.

Em todos os casos que conhecemos, tanto em bairro que trabalhamos mais largamente (Santiago II, Atipiris e Villa Ingenio), como naqueles em que recolhemos informações com apenas um *vizinho*, a participação dos atores vicinais nas assembleias foi relatada como ampla e direta. Todos os *vizinhos* tinham direito de voz e voto. Participavam homens, mulheres, jovens de todas as idades, expressando suas opiniões. Em muitas ocasiões os *vizinhos* se expressaram em aimará. A participação das mulheres foi aumentada em relação a outros momentos. Diferentemente de "períodos de normalidade", quando as assembleias costumam ocorre em espaços específicos como salões de reuniões, ou auditórios, espaços físicos fechados, no período da *guerra do gás* elas passaram a ocorrer em praças públicas, invariavelmente na principal praça do bairros/vila, motivo pelo qual houve muito esforço no sentido de garantir a proteção das praças. As assembleias em praça pública tem um impacto simbólico importante, diluindo estruturas de hierarquização que separam dirigentes e vizinhos de base nos espaços físicos convencionais. Inclusive, essas assembleias não foram, necessariamente, conduzidas por dirigentes vicinais, mas por atores vicinais variados que passaram a ocupar uma posição de coordenação das ações (de liderança vicinal) no calor dos acontecimentos, sendo ou não previamente parte do corpo diretivo da junta vicinal. Diante desse quadro de práticas movimentalistas vicinais fortemente articuladas, podemos falar de uma renovada experiência da política vicinal, de uma sociabilidade política emergente no nível territorial da dinâmica vicinal, com características amplamente participativas.

Um registro importante, no entanto, é que, embora o envolvimento nas atividades de bloqueio e defesa dos bairros/vilas tenha ocorrido, prevalentemente, pelo menos nos bairros/vilas que tomamos contato diretamente, por meio de uma adesão voluntária e disciplinada dos *vizinhos* ("*la gente de por si salía a las calles, no era obligación*"), muitas vezes a responsabilização por determinadas atribuições deliberadas coletivamente, e legitimada pela autoridade vicinal, foi garantida por um sistema coercivo de controle da

participação, que se baseou na obrigatoriedade e envolveu a ameaça de punição através de multas. A ativação desses sistemas, como vimos, encontrou legitimidade ainda nas primeiras assembleias gerais, tendo sido uma das pautas prioritárias na definição das formas de organização das ações para assegurar o *paro cívico*. Basicamente, a obrigatoriedade recaia na participação de pelos menos um membro de cada unidade domiciliar, existente no território do bairro/vila, nas ações, o que não era, de nenhuma maneira, estranho aos atores vicinais, uma vez que era algo previsto normativamente nos regimentos das juntas vicinais altenhas, um verdadeiro recurso constitutivo da *forma vicinal* urbano popular altenha.

Ademais, essa obrigatoriedade tem uma significação que transcende a especificidade das organizações vicinais, e seu caráter urbano popular. Estando presente também, e de forma profundamente enraizada, nas organizações indígenas campesinas andinas, na cultura organizativa dos grupos migrantes de origem aimará que se acomodaram na urbe altenha, e vinha sendo revitalizada exatamente nesse momento que, como vimos, é também de politização da etnicidade. De qualquer maneira, a presença de práticas coercivas e os efeitos, nem sempre explicitados, que ela produziu nesses dias, não é algo que deva ser desprezado. Na verdade revela um ângulo importante do quadro de conflitividade interna da dinâmica vicinal.

7.4.4. As jornadas mais violentas e o ponto sem retorno, agenda movimentalista indeclinável

Foi o domingo, 12 de outubro, dia posterior à declaração de estado de emergência nacional e de militarização de El Alto, o dia mais trágico do *octubre negro*. Nesse dia ocorre um verdadeiro massacre de uma população armada apenas com paus e pedras, por um exército regular que manejava armas de guerra. Confrontos entre *vizinhos*, que tentavam bloquear a Avenida 6 de Marzo, e forças militares, que protegiam um comboio de caminhões tanques destinado a abastecer a cidade de La Paz, ocorreram em vários pontos do trajeto entre Senkata, onde estão localizados depósitos de combustíveis da YPFB, e a região de La Ceja. Os *vizinhos* tentaram como puderam deter o comboio. O saldo dos enfretamentos em Senkata foi, ainda pela manhã, a morte de três *vizinhos*. A rodovia que liga El Alto a La Paz, margeada por populosos bairros populares, também foi cenário de violenta repressão militar e policial. Pela tarde o mesmo se repetiria no setor norte da cidade, que viria a ser a região que mais sofreu ao longo desse dia, contando o maior número de mortos e feridos. Na Avenida Ballivián se produz também importantes enfrentamentos com violenta investida das forças da

ordem, resultando na morte de mais um *vizinho*. Seguem alguns relatos sobre os acontecimentos de 12 de outubro:

> **El domingo 12**, a las tres o tres y media de la tarde, **llegaron a ex tranca de Río Seco, tres camiones cargados de militares para despejar los bloqueos**… **hubo enfrentamientos, intentamos impedirlos con piedra**… **pero los militares nos respondieron con disparos ¿no?**… **algunos vecinos para poder defenderse tomaron calaminas**[81] **como escudos**… […] **fueron decenas de heridos** […].
>
> Recuerdo que el párroco de la Iglesia Cristo Redentor comenzó a pedir ayuda… pedía a la gente que llevaran gasas, algodón y agua hervida para los heridos por balines… **La gente empezó a salir para ayudar y**… **comenzamos a escuchar disparos, en el cielo apareció un helicóptero**… **Toda la gentes estaba desesperada, la plaza se quedó vacía** […] **a causa de esa desgracia lamentablemente murieron siete personas** [Luis, dirigente Junta Vicinal Villa Ingenio].
>
> **Escuchaba en la calle '¡Salgan, compañeros vecinos, los militares están llegando!'**… **Bajamos hacia la ex tranca**… **los militares estaban en el surtidor con dos camiones llenos de soldados** […] **seguíamos en el bloqueo, pero cuando se acercaron lanzando gas [lacrimógeno] lograron romperlo**… **Nadie, nadie podía impedirlos ¡Ya no se podía resistir! Después volvimos al [mismo punto del] bloqueo y los militares nos apuntaban con los fusiles**… **lo único que teníamos eran piedras. Tuvimos que escapar por todos los lados, había heridos por balas, otros lamentablemente perdieron sus vidas** [Yovana Blanca, vizinha de base Villa Ingenio e dirigente COR].
>
> Domingo… puedo decir, **12 de octubre ¿no? El Alto se convirtió en un infierno en la tierra** ¿Te ubicas? nosotros los vecinos de la zona [Ballivián] estamos muy cerca de la ciudad [de La Paz], tenemos un camino estratégico… rápido ¿no ve? de acceso a hoyada… […] **los militares estaban ciertos de nuestra ubicación ventajosa para bajar las marchas**… **por eso sufrimos tanto con la toma de la zona por los militares**… [Simón Mansilla, dirigente Junta Vicinal Villa Ballivián].

São muitos os relatos extremamente dramáticos dos dias 12 e 13 de outubro. O sociólogo aimará Pablo Mamani, que, como já dissemos, foi testemunha ocular dos acontecimentos, registra que:

> Dispararam indiscriminadamente contra a população que protestava tanto na Avenida 6 de Marzo como nos bairro próximos. [especialmente a repressão incidiu nos vizinhos de Rosa Pampa e Santiago II] Neste operativo morre um menino, Felix Mulliricona à altura de Rosa Pampa [de apenas 5 anos]. Além disso, há uma grande quantidade de feridos de distinta magnitude [que não conseguem atendimento imediato. As ambulâncias não chegavam a estes lugares. Nestas condições carros de mão e bicicletas convertem-se em ambulâncias improvisadas]. O hospital Corazón de Jesús de Kenko estava cheio de feridos. A Avenida 6 de Marzo e Santiago II são os lugares mais castigados pela violência militar [inclusive a energia elétrica da Avenida 6 de Marzo havia sido cortada]. [...] A violência estatal se tornou indescritível porque se começou a disparar indiscriminadamente contra a

[81] Fina lâmina de metal flexível utilizada para cobrir telhado de habitações modestas.

> humanidade dos manifestantes sem distinguir crianças, mulheres e idosos (MAMANI, 2005a, p. 63).

Em Santiago II, no dia 12 de outubro, depois de uma inspeção em toda zona, os *vizinhos* realizam uma massiva e tensa assembleia ("*había miedo, algunas señoras lloraban de rabia, pero estábamos listos*"), onde se avalia os acontecimentos e se delibera as ações a serem tomadas; se sente o aumento da indignação e da pressão em torno da renúncia de Sánchez de Lozada, e se toma coletivamente um decisão radical: não levantar os bloqueios até as últimas conseqüências "porque la sangre derramada no se negocia, la gasolina que llegaba a La Paz estaba manchada de sangre" (José Montesinos). Ao fim da assembleia, os contêineres, que já haviam sido utilizados nos bloqueios dos dias anteriores, foram preenchidos com pedras e areia para que os tanques do exército não pudessem movê-los.

> [los] conteiners por la noche [de 11 de octubre] fueron retirados por los militares, con sus tractores retiraron… y pasaron las movilidades… y decimos: '¡eso nos basta!'. Volvimos a poner los conteiners y los llenamos de piedra y tierra, y la gente, mujeres, niños, hombres agarrados de alguna cosa que les permita agarrar… llevaba tierra, algunas piedras y llenaban cuantos sean, era cinco, seis conteiners… y en la noche los militares no pudieron mover, tuvieron que buscar otros medios… la gente estaba lista [José Montesinos, ex dirigente Junta Vicinal Villa Santiago II].

Além disso, *vizinhos* de Santiago II, juntamente com *vizinhos* de bairros adjacentes e que margeiam a Avenida 6 de Marzo, especialmente nos pontos que já vinham sendo de maior repressão, passaram a cava profundas valas, retirando parte da capa asfáltica em ambos sentidos da avenida. Nesses momentos são construídas verdadeiras trincheiras para assegurar a obstrução do fluxo e para resguardar o bairro de investidas militares.

Nesse mesmo dia (12 de outubro) ocorre um fato bastante ilustrativo da disposição das forças militares e policiais em aplacar a resistência em bairros simbolicamente reconhecidos como referências de organização, mobilização e luta (como é Santiago II), utilizando expedientes os mais variados visando justificar uma investida violenta.

> A esposa de um policial denuncia por canais de televisão e rádio que seu esposo foi detido em nossa zona e que estava pendurado na Plaza El Minero, como consequência, às 18h00 nossa zona foi invadida pelo exército e a policia disparando bombas de gâs e balas de guerra e de borracha, causando pânico em nossa população. Caíram vários feridos na Praça, nos defendemos com pedras e paus, (...) depois desse episódio se fez o desmentido na imprensa. Como de costume a população realizou vigília em toda zona[82].

[82] Idem.

Toda cidade é tomada por um sentimento profundo de consternação e indignação. Dissemina-se uma raiva incontida que motiva e justifica a posição indeclinável de se manter nas ruas até que renuncie Gonzalo Sánchez de Lozada. Relatos dão conta que *vizinhos* gritavam nas ruas: "Goni asesino, Goni asesino..."; "cómo es posible que nos meta bala este gobierno". Gonzalo Sánchez de Lozada vai se tornando cada vez mais ilegítimo e detestável, à medida que o contexto de conflitividade se recrudesce cada vez mais.

Através de rádios emissoras e de alguns canais de televisão, a população altenha se informava sobre os acontecimentos nos diferentes bairros/vilas. Muitas rádios estavam transmitindo diretamente os acontecimentos. Segundo Pablo Mamani (2005a), o sistema de Radio Televisón Popular (RTP), a rede Erbol, e os canais de televisão 21 e 36, merecem destaque nesse sentido, além de algumas rádios emissoras clandestinas que operaram no mesmo sentido. Nas principais áreas de bloqueio se noticiava a existência

> de uma grande quantidade de feridos e angustiados pedidos de auxílio que não recebem atenção imediata. (...) As ruas e avenidas dessa cidade se tingem de sangue indígena-popular. Inclusive mataram crianças, que não eram parte das mobilizações. Houve uma arremetida militar indescritível, (...) [com] disparos às próprias casas. (...) As ruas, avenidas e praças se encheram de cadáveres e de uma dor humana coletiva que não é fácil expressar (MAMANI, 2004, p. 146).

Alguns relatos ressaltam a importância dos meios de comunicação nesse momento.

> Las radios emisoras difundían malas noticias… **los alteños estábamos indefensos escuchando como la policía asesinaba brutalmente, hombres, mujeres y niños, sin piedad** […] [Villa] Ballivián se convirtió en verdadero campo de batalla… […] Los vecinos estaban desesperados, gritos, llantos, piedras, gases… [Simón Mansilla, dirigente Junta Vicinal Villa Ballivián].
>
> **Las noticias solo informaban malas nuevas, imágenes de muertos y dolor profundo**… **que ha llenado de ira e impotencia a los vecinos, a la gente**… **las imágenes eran pavorosas** [Támara Ibáñez, comité executivo FEJUVE].

Intensificaram-se os chamados de solidariedade vicinal através de rádios difusoras locais, bem como, através dos próprios sistemas de comunicação que foram criados pelos atores vicinais dentro do mesmo bairro/vila e entre bairros/vilas do mesmo distrito, basicamente estruturado por meio da ação de "mensageiros" que a pé ou de bicicleta percorriam certas distância, muitas vezes em condições bastante arriscadas, para levar informações, e inclusive deliberações, de um lugar a outro.

As arremetidas militares dentro dos próprios bairros/vilas, além de buscar desmobilizar os bloqueios usando todo arsenal bélico disponível, objetivaram também

perseguir diretamente e capturar dirigentes, especialmente os presidentes de juntas vicinais. Em Villa Ingenio, dirigentes dão conta dessa perseguição que teria levado os *vizinhos* a criarem formas de protegê-los, ocultando-os, por exemplo, entre outros *vizinhos* de base nos espaços e atividades públicas. Além disso, criaram o chamado *comité de heulga* (comitê de greve), que teve como um dos objetivos, deslocar a atenção das forças repressivas em relação ao *comitê executivo* da junta. Havia muito receio de que uma possível punição aos *vizinhos* mobilizados, a depender do cenário que seria desdobrado depois dos momentos mais intensos de conflito, recaísse sobre os dirigentes por serem mais facilmente identificáveis.

> **Aquí en Villa Ingenio ya los militares empezaban a amenazar a las autoridades vecinales, de las juntas de vecinos**… **Entonces la gente para resguardar la integridad, la vida de las autoridades ¿no? decidieron nombrar autoridades o representantes, o responsables, de la 'huelga del paro cívico', y los de las juntas de vecinos pasaron a un segundo plano, poniéndose como entes invisibles, aunque se sabe que por debajo seguían trabajando, digamos, estaban un poco más escondidos, muy poco aparecían en las reuniones**… [Wilson Soria, ex páraco e vizinho Villa Ingenio].
>
> Aquí [en Villa Ingenio] no llegaron a capturar dirigentes, pero en la zona de Tahuantisuyu… se estaban en la zona de Tahuantisuyu **buscando a los dirigentes, saqueando las casas a patadas y golpes**... **algunos vecinos han sido capturados para que les indicaran las casas de los dirigentes** [José Nacho, dirigente Junta Vicinal Villa Ingenio].
>
> Es cierto, **los militares estaban buscando a todos los dirigentes** ¿no ve?… **y nosotros ya estábamos listos para que no entren en nuestras casas.** Había mucha gente en la calle, nuestros vecinos, creo que casi todos los vecinos de la zona… para defender la zona… zanjas, barricadas, fogatas y toda la gente… algunos petardos… Listos estábamos… [en] vigilia permanente… Algunas mujeres lloraban, rogaba a Dios que la matanza no continuara…. Se decía: '¡Ya no más de muertes y llanto!' ¡Ya basta! [Luis, dirigente Junta Vicinal Villa Ingenio].

Assim como em Santiago II, se buscou persuadir a opinião pública no sentido de justificar uma ação militar em Villa Ingenio, tentando atribuir aos *vizinhos* locais um papel destacado nos acontecimentos em virtude da marcante presença de migrantes da província de Omasuyus. O raciocínio era mais ou menos o seguinte: aplacar a resistência em Villa Ingenio poderia produzir, como efeito, a fragilização da resistência em outros lugares. Como registra um entrevistado:

> Previo a 12 de octubre, 10, 11, **ya se había escuchado en algunos medios de comunicación que se tildaba a Villa Ingenio como una especie de zona roja, decían que estábamos confabulando guerrilleros en contra del gobierno**, yo, en las reuniones que he participado, no había ningún arma de fuego, mucho menos que habían guerrilleros, no hubo ninguna fuerza externa aquí que tenia venido a

> comandar, establecer estrategias de lucha, no, no… fue la población en general que se movilizó [Wilson Soria, ex páraco e vizinho Villa Ingenio].

Villa Ingenio foi ainda um dos cenários mais sangrentos das investidas militares, resultando em um total de 27 mortos e 40 feridos. Segundo relatos, os militares entraram no bairro atirando indiscriminadamente com armas de fogo, atingindo várias casas cujas paredes e portas ficaram cravadas com marcas de balas. Algumas portas teriam sido completamente destroçadas. "Disparaban directamente a nosotros, no tenía piedad", relata um *vizinho*. A explosão de fúria e ódio, mesclada com o sentimento de dor, alimentava a disposição de muitos *vizinhos* a permanecer nas ruas mesmo diante do risco iminente de morte. "Todos sentían el dolor (…) [pero] si ellos estaban matando, nosotros nos íbamos enfrentar a ellos".

Os *vizinhos* buscaram resistir às investidas militares com tudo que tinham ao seu alcance, bloquearam as ruas (maiores e menores) no interior do bairro e permaneceram todo tempo em vigília. Quando os militares se aproximaram, tentaram se defender com paus, pedras, petardos, vidros, lixo metálico, com todo material ao alcance da mão. O ponto mais agudo de confrontação foi a Puente Río Seco, onde vários manifestantes foram feridos de morte.

Segundo dados de Mamami (2004), nesse dia, 25 manifestantes perderam a vida em confrontos em distintas partes da cidade de El Alto, e na região rural que fica nos vales mais ao sul da cidade de La Paz. Além disso, o centro de La Paz se converteu em um novo cenário de desmedida violência militar, ocorreram novos enfrentamentos resultando em outras tantas mortes.

Em 13 de outubro, depois das violentas investidas militares sofridas no dia anterior, atores vicinais altenhos se mobilizam para viabilizar uma marcha gigantesca em direção à cidade de La Paz, exigindo a renúncia imediata do presidente da república. Ao mesmo tempo, considera-se a necessidade de manter a vigilância e proteção dos bairros/vilas. Enquanto alguns vizinhos se preparavam para a marcha, outros permaneceram mobilizados no interior da cidade.

> La Federación de Juntas Vecinales citaba las marchas, la gente se reunía en la Plaza y comenzaba la marcha, nosotros de una parte, otros de Villa Adela, del sur, del norte, nos reunimos hasta llegar todos juntos hasta La Ceja y marchar hacia La Paz, que era una columna interminable, la cabeza estaba llegando a la Plaza San Francisco, abajo, y la cola seguía aquí en La Ceja de El Alto. Era terrible… Y la gente [que] tenía se concientizado con nosotros salía… había un calor terrible, salían con vasos de agua, para darnos agua, alguno refresco, alguna soda, nos refrescaban con agua… Y abajo corría la *baleadura*, estuve en una parte que en el techo los carabineros estaban empezando a balear y yo abajo pasando, y a mi gente decía que

> se repliegue porque era responsable por esa gente, así que tenemos que cuidar de nuestra gente, cuidar también que los militares no hagan lo que quieran ¿no? bajamos a la ciudad para poder lograr los objetivos de la renuncia de Gonzalo Sánchez de Lozada [José Montesinos, então presidente da Junta Vicinal Villa Santiago II].

Nesse mesmo dia, no final da manhã, ocorre uma forte investida militar em Santiago II. Segundo relatos, tanques do exército destroçaram uma barricada montada para defesa e entraram no bairro seguindo em direção à Plaza El Minero, disparando indiscriminadamente bombas de gás lacrimogêneo e "balas de guerra". Ao mesmo tempo, desde helicópteros que sobrevoavam a área foram realizados disparos em direção às residências, acertando janelas e portas sem nenhum tipo de reserva. Toda a Avenida 6 de Marzo foi tomada pelo exército, e assim os efetivos militares conseguiram assegurar que os caminhões tanques, com gasolina e gás liquefeito, tomassem passagem. Ao longo dos enfrentamentos, os *vizinhos* perambulavam de rua em rua buscando se defender como podiam, e vários resultaram feridos. Logo voltou uma aparente calma e o exército permaneceu ocupando a Avenida 6 de Marzo.

> Lo día que nos atacaron aquí a los mineros fue el día 13… en día 13 tenía una barricada en la Plaza más abajo con nuestra pancarta, decía: 'Junta de Vecinos nunca será vencida', ¿no? Y entraron los militares, nos reventaron y comenzaron… nos dispararon y yo tenía un secretario de conflictos, Tomás Mamani, llevo la bala, estaba mirado, y tuve que llevarlo inmediatamente al hospital, teníamos más o menos 8 heridos, es que nos han atacado de verdad los militares [José Montesinos, então presidente da Junta Vicinal Villa Santiago II].

É muito forte a comoção pública gerada com a constatação do crescente número de mortos e feridos. O que fortalece, ainda mais, sentidos de coesão entre os vários setores populares mobilizados em torno do rechaço contra o manejo desastroso do conflito por parte do governo, e pela renúncia de Lozada, bem como em torno das pautas nacionais convergentes, especialmente relacionadas ao tema do gás. Essa coesão é assistida no âmbito das práticas movimentalistas vicinais fazendo prevalece, amplamente, no nível dos territórios de bairros/vilas, uma tendência de confluência movimentalista por sobre qualquer tendência de dispersão e fragmentação dos atores vicinais.

Em âmbito altenho as práticas vicinais se mostram *densamente articuladas*, em parte, em função do fortalecimento de uma identidade aimará urbana no curso dos conflitos. Crescentemente, e de maneira cada vez mais intensificada com os acontecimentos de setembro em Warisata, ganha projeção pública e adquire importantes efeitos emotivos, e na capacidade de mobilização e convocatória dos atores vicinais altenhos, um discurso da

irmandade étnica, que se estendem para além de El Alto, abarcando, por exemplo, as ladeiras de La Paz.

Os conflitos vinham avivando sobremaneira uma clivagem que articula atributos étnico-raciais, classistas, sociais, políticos e territoriais. Em virtude da organização da marcha em direção à La Paz, segundo Pablo Mamani (2004, p.148), o dia 13 pôs em evidência "uma vez mais as relações de dominação étnica na Bolívia". Isto porque "zonas residenciais [abastadas da cidade de La Paz] se fizeram visíveis socialmente como arquipélagos físicos do poder dominante, sendo fortemente custodiadas por efetivos militares e policiais". Esse autor identifica o que chamou de "psicose social" por parte dos residentes nesses redutos, que se preparam tendo em vista um possível ingresso dos manifestantes. Na entrevista de uma moradora a um meio de comunicação de La Paz (jornal La Prensa, de 12 de outubro), citada por Mamani, se evidenciam as questões colocadas pelo autor:

> La zona no está acostumbrada a estas situaciones, nos están apuntando y no podemos permitir que las marchas lleguen a nuestra zona, preferimos pagar a ver el caos en este lugar, incluso La Florida y todo Obrajes hemos entregado dinero al Distrito Policial para que se resguarde eficientemente este sector. Sabemos que los campesinos de Río Abajo quieren ingresar por aquí a Calacoto y a la Zona Central.

Evidencia-se "um imaginário que separa o mundo indígena-popular do mundo social das elites branco-mestiças", com o recrudescimento de "fronteiras étnicas e territoriais no interior" da própria cidade de La Paz (MAMANI, 2004, p. 148).

Ainda no dia 13, ante os acontecimentos, o presidente se dirige à nação num discurso televisado, intitulado *En defensa de la democracia*, no qual manifesta: "Yo no voy renunciar", elevando o descontentamento popular com uma situação que se tornara cada vez mais insustentável. Havia no discurso "uma aberta confrontação contra a multidão que exige sua renúncia"; uma clara "declaração de guerra aberta e [uma] autorização pública para [continuar] o massacre"; em vez de "aliviar o conflito político, aprofunda-o, acirra-o ainda mais". Diante desse cenário, as mobilizações se estendem cada vez mais por outras cidades do país e a demanda pela renúncia do presidente se dissemina inclusive entre setores antes alinhados ao seu governo, o que debilita agudamente as condições de governabilidade de Lozada, "o governo começou a perder o controle político e social e somente tinha o controle do monopólio da violência física" (MAMANI, 2004, p. 148). O crescente debilitamento interno do governo, com uma evidente crise de alinhamento político entre alguns personagens mais destacados e do alto escalão, e o conseqüente isolamento do presidente, foram incentivos adicionais para as mobilizações. Carlos Mesa, vice-presidente da república, expressa

publicamente seu desacordo com as ações de Sánchez de Lozada, o que representa um duro golpe para o governo. Ocorrem também renúncias de ministros como o da economia.

Acuado, Lozada busca apoio internacional desqualificando as mobilizações como um complô contra a democracia. Chega a denunciar, internacionalmente, que na Bolívia havia um "movimento narco sedicioso que tinha a finalidade de atentar contra a institucionalidade democrática". Declarações que só recrudesceram ainda mais os ânimos (MAMANI, 2004, p. 154).

Entre os dias 14 e 15 de outubro se vive "uma tensa calma em El Alto". Os mortos são enterrados. Há uma mistura de indignação e dor que se estende por todas as regiões indígenas campesinas da Bolívia. Simbolizando os sentidos de pertencimento indígena popular em El Alto, "casas se encontram embandeiradas com a *whipala* indígena a meio pau e com uma fita negra em sinal de luto e indignação". El Alto se consolida como "um verdadeiro campo de redefinição e fortalecimento sociopolítico indígena popular". Nesses dias, ocorrem "chamamentos nas rádios emissoras no sentido de que os aimarás de todas as partes deveriam estar unidos para lutar juntos" (MAMANI, 2004, p. 150).

No sentido de apropriar-se dos recursos disponíveis no território para organizar a defesa e prevenir-se contra a possibilidade de outras investidas militares, o que foi o mesmo que preparar um cenário repleto de trincheiras de guerra, *vizinhos* altenhos conseguem, numa demonstração de força descomunal, derrubar três gigantescas passarelas de concreto que se encontravam por sobre a Avenida Juan Pablo II, as mesmas que foram utilizadas pelos militares como ponto de apoio e observação privilegiado para controlar os manifestantes. Relata-se que militares dispararam contra manifestantes desde esses pontos, de tal maneira a derrubada das passarelas tinha o intuito, não apenas de montar barricadas como também de prevenir-se de uma situação de maior vulnerabilidade.

Os dias 14 e 15 foram, então, de intenso preparo contra investidas militares, para assegurar o *paro cívico* e a construção de uma mobilização massiva capaz de tornar insustentável a permanência de Lozada como presidente da república (alguns setores pedem inclusive "la cabeza de Goni"). Os recursos e estruturas de organização e mobilização vicinais, disponíveis e emergentes ao longo das jornadas anteriores, foram articulados através da prática movimentalista vicinal, que incluía, uma vez mais, um forte envolvimento dos *atores vicinais* na abertura de valas, construção de barricadas e vigílias organizadas por turnos, zona por zona, quadra por quadra.

Pela intensidade que os conflitos tinham adquirido, com forte antagonismo das posições, já não havia espaço para negociação. A deposição de Lozada era uma posição irreclinável. Diante disso, e revelando o quão os processos articulatórios vicinais que sustentavam as mobilizações nesses dias vinham *desde abajo*, dirigentes executivos da COR El Alto, que tinha a frente àquela altura, Roberto de la Cruz, e o presidente da FEJUVE, então Mauricio Cori, bem como o representante da Federación de Gremiales, Bráulio Rocha, foram desautorizados por suas bases a estabelecer qualquer tipo de diálogo com o governo (MAMANI, 2004).

No dia 15, vários setores organizados vão confluindo para El Alto e La Paz conformando uma manifestação multitudinária pela renúncia de Lozada. Cocaleros provindos da região dos yungas, que vinham bloqueando estradas havia mais de duas semanas, marcham em direção ao bairro pacenho de Villa Fátima, e dali se deslocam para o centro de La Paz. Milhares de indígenas campesinos de origem aimará, da aguerrida província de Omasuyus, que bloqueavam havia aproximadamente um mês toda a região do altiplano e dos vales do norte do departamento de La Paz, deslocam-se também em marcha para a sede do governo. Uma coluna de mineiros cooperativistas se desloca desde Oruro, sendo duramente reprimida ao longo do percurso, resultando na morte de três mineiros. Também se anuncia a chegada de catorze mil indígenas do altiplano central, particularmente da província de Aroma. A cidade de La Paz se encontrar quase que completamente cercada e enfrentando grave desabastecimento. Também se assiste a manifestações em vários outros pontos do país. Na cidade de Cochabamba e na região do Chapare bloqueios de caminhos eram incrementados. Em Oruro e Potosí havia uma crescente inquietação e várias mobilizações.

Nesse mesmo dia, percebendo a magnitude da manifestação que se desenhava, e buscando apaziguar os ânimos, o governo, sustentado numa coalizão entre MNR-MIR-NFR em prol da governabilidade, emite um manifesto - o *Manifesto al Pueblo de Bolivia, Gobierno de Responsabilidad Nacional y Cambio* -, que se assenta em 4 pontos: a convocatória de um referendum consultivo por departamento sobre a exportação do gás, a revisão da Lei de Hidrocarbonetos, a preparação de uma Assembleia Constituinte e a preservação da democracia. O manifesto, embora incorporasse parte das reivindicações dos manifestantes, não produziu o efeito de atenuar o nível de insatisfação e de conflitividade. Na interpretação de muitos manifestantes já era muito tarde para acolher as propostas do governo. A decisão pela renúncia estava muito disseminada e fortemente enraizada entre os *atores em movimento*,

ademais, como argumenta Mamani (2004), quando os setores indígenas andinos tomam uma decisão coletiva, não se retrocede.

Em 16 de outubro ocorre, finalmente, uma nova e multitudinária mobilização que desce de El Alto a La Paz. A esta altura o *paro cívico* de El Alto já durava 9 dias, e La Paz também estava paralisada há 4 dias. Mamani (2004, p. 152) relata que desde as primeiras horas da manhã e desde os distintos bairros/vilas já se assistia uma agitada movimentação preparatória com elaboração de cartazes que traziam frases com seguinte teor: "Goni asesino", "el gas no se vende"; "renuncia de Goni", "Goni carnicero". A marcha é organizada em colunas que partem de todos os setores da cidade, e vão confluindo até os pontos a partir do quais entrariam na cidade de La Paz. Pablo Mamani descreve, da seguinte maneira, a forma como a marcha alcançou La Paz:

> As colunas dos marchantes partem das duas grandes regiões urbanas, a zona norte e a zona sul. Uns vem desde o cruzamento de Villa Adela e outros desde a altura do cruzamento de Kenko, e vão se aproximando colunas de marchantes, muitos deles agarrados a paus, *wiphalas* e bandeiras da Bolívia. Desde a região norte, Río Seco, Villa Ingenio e outras, de igual forma se aproximam muitas colunas, umas, para baixar pela Avenida Ballivián, outras por La Ceja de El Alto e as demais pelo Farol Murillo e Pasanqueri. Cada grupo que descia em direção a *hoyada* [La Paz] fazia, permanentemente, chamados aos vizinhos que ainda não tinham se somado à marcha. Dois helicópteros sobrevoavam os marchantes. Estes foram denunciados como portadores de franco-atiradores. [...].
>
> Ao descer pela ladeira oeste de La Paz nos foi possível observar um acolhimento jubiloso dos vizinhos [do lugar]. Uns jogavam água desde as janelas de suas casas para nos refrescar, em sinal de solidariedade e apoio a multitudinária marcha. Outros ofereciam refrescos em saquinhos de plástico e em copos, e uns e outros ofereciam bolacha ou outro tipo de comida. O bulício da multidão era impressionante. Observava-se colunas multitudinárias que pouco a pouco se aproximavam da *hoyada*. Já estando no centro da cidade de La Paz, na Plaza San Francisco, na Avenida 16 de Julio, no Prado e na Avenida Camacho se inicia, desde quatro esquinas, o cerco da Plaza Murillo, onde se encontra o Palácio do Governo. Os policiais na primeira linha das muralhas de segurança do Palácio e os militares na segunda e terceira linhas veem como muito nervosismo como a multidão gritava: 'Goni asesino', 'Goni ya no te queremos'. As manifestações durante este dia foram pacíficas. (...) A Plaza San Francisco ante a multidão politizada tornou-se pequena porque não havia espaço suficiente para tanta gente que marchava ao seu redor e nas ruas adjacentes. (...) O governo, ao que parece, não havia imaginado tal magnitude das ações de protesto social. E finalmente se vê obrigado a admitir, ante o poder da multidão, o seu rugido ensurdecedor (MAMANI, 2004, p. 153).

Esse é um momento culminante, no qual se aprofunda a debilidade do governo de Sánchez de Lozada, uma perda crescente de respaldo político e social, premido cada vez mais também por setores não diretamente vinculados aos protestos, mas que sentem fortemente a escassez de alimentos e o desabastecimento de combustíveis. Incluindo setores médios,

tradicionalmente favorecidos pela administração pública, e residentes nos bairros abastados da chamada zona sul.

Uma vez mais, o vice-presidente Carlos Mesa se pronuncia contra a administração de Sánchez de Lozada, afirmando que "no es partidário de matar la gente" (MAMANI, 2004, p. 153). Assim, pouco a pouco, o governo vai caindo. Ana María Campero, ex-Defensora do Povo, figura muito respeitada no país, ainda no dia 15 de outubro tinha iniciado uma greve de fome para pressionar o presidente a renunciar. A Igreja Católica pouco a pouco se encheu de pessoas que também entraram em greve de fome. A situação se torna cada vez mais insustentável para o governo. E os manifestantes definem um prazo para que, finalmente, Lozada renuncie.

Em 17 de outubro se anuncia a possível renúncia de Sánchez de Lozada. Há grande comoção entre os mobilizados. Vários nomes importantes do governo vão renunciando aos seus cargos pela manhã. Manfred Reyes Villa, líder do partido Nueva Fuerza Republicana (NFR), anuncia seu afastamento do governo. Três ministros do mesmo partido o seguem, renunciando aos seus cargos. O ex-presidente Jaime Paz Samora, do MIR, toma a mesma decisão. O governo carece cada vez mais de legitimidade e respaldo político, desmontando e contradizendo o manifesto da coalizão MNR-MIR-NFR do dia 15 de outubro, no qual sustentava que a coalizão estava unida e forte. Durante todo o dia 17 uma parte significativa da multidão ainda se mobilizava na Plaza San Francisco. Havia uma percepção de que se persistisse em se manter no governo, Sánchez de Lozada provocaria uma ação muito mais radicalizada do que a do dia anterior, com um custo humano bastante elevado. Pela noite, aproximadamente às 21h40, se lê, oficialmente, no parlamento, a carta de renúncia do presidente, onde Lozada volta a acusar as organizações sociais de ser parte "de la desintegración nacional, el autoritarismo corporativista y sindical y violência fratricida" (*Mensaje al H Congreso Nacional*, 17 de outubro de 2003). Na votação os parlamentares aceitaram a renúncia de Sánchez de Lozada por uma margem de 97 votos a favor da renúncia e 30 contra. Ante a oficialização da renúncia do presidente, a cidade de El Alto e parte da cidade de La Paz são tomadas por muita euforia. Muita gente estava concentrada em praças públicas, ruas e avenidas para grita '!Goni cayó!' (MAMANI, 2004).

O Congresso Nacional dá posse ao vice-presidente Carlos Mesa, como presidente constitucional da república. Em seu pronunciamento o novo presidente se compromete a realizar um referendo vinculante sobre a exportação do gás, dar uma atenção primordial às maiorias marginalizadas, lançar a convocatória para uma Assembleia Constituinte e revisar a

Lei de Hidrocarbonetos. Esse discurso, no entanto, não aclara sua posição frente à vigência do modelo neoliberal e em relação ao Decreto Supremo 21.060 que aprofundaram a pobreza da maioria da população. A condução do governo de Mesa logo se revelaria em descompasso com o ânimo dos *vizinhos* alteños, gerando novos incentivos a mobilizações vigorosas e assim para a manutenção da conflitividade aguda, que se estende até 2005, quando Mesa deixa o governo e ocorrem eleições presidenciais antecipadas, em dezembro desse ano.

7.5. Em busca de uma síntese interpretativa

7.5.1. Significação sobre fins e a conformação do campo relacional de ação

Como vimos, se o período marcado pelos momentos culminantes da hegemonia neoliberal foi caracterizado como conformando uma *conflitividade atenuada* entre os atores vicinais e os agentes destinatários de suas demandas e protestos, a partir do final da década de 1990, em El Alto, como também em vários outros pontos da Bolívia, crescentemente, a controvérsia com o poder político passa a ocupar centralidade, culminando com os momentos mais agudos de conflitividade, vividos em El Alto em outubro de 2003.

Os processos conflitivos desdobrados ao longo do todo ciclo rebelde passaram a ganhar expressão de maneira cada vez mais significativa na dinâmica vicinal altenha, e a favorecer a elaboração e compartilhamento de interpretações contenciosas, e crescentemente disseminadas, sobre aspectos como: as causas da situação de precarização social acentuada; os responsáveis pelo quadro de crise generalizada; os limites das políticas governamentais; os motivos da postergação de medidas que assegurassem melhorias requeridas nas condições de vida dos *vizinhos*, etc. Interpretações articuladas a um forte sentimento de injustiça e de indignação, que, em alguns momentos, alimentou uma fúria desenfreada dos altenhos, sendo paulatinamente, substituída, no curso dos acontecimentos, por formas mais organizadas e consequentes de ação.

Configura-se um cenário no qual, significados atribuídos pelos *vizinhos* a sua situação e experiência cotidiana no contexto urbano-popular altenho, bem como o desdobramento, a partir dessas significações, de insatisfações, de requerimentos, reivindicações e demandas vicinais, passaram a gerar, em contraste com o período anterior, níveis cada vez mais elevados de controvérsia com agentes de poder aos quais os atores vicinais dirigem, convencionalmente, suas demandas e protestos, como governos municipal e nacional.

Vimos que, num primeiro momento, esse processo de significação conflitiva deu contornos ao acirramento de um quadro de conflitividade especialmente entre bases e dirigentes vicinais. Mas ainda no final do período anterior, e especialmente nos momentos iniciais de configuração do contexto de conflitividade agudo, os *vizinhos* passaram a individuar oponentes a serem enfrentados, aos quais dirigiram seus protestos. Os mais destacados foram os "políticos tradicionais" (personificados na figura do corrupto comprador de votos), os partidos políticos tradicionais (MNR, ADN e MIR, incluindo também UCS e CONDEPA numa nova fase), o governo local e nacional, e, de maneira geral, o próprio sistema político (e seu mecanismo de *democracia pactuada* estruturado para assegurar governabilidade); todos, de uma maneira ou outra, interpretados como incapazes de produzir respostas às demandas vicinais e como responsáveispelas condições de precariedade social dos *vizinhos* e da maioria da população boliviana. Processo que denota uma dinâmica vicinal local emergente resultante do debilitamento de formas anteriormente vigentes de clientelização da política, e do adensamento das articulações internas, tendo como um dos aspectos centrais, a revitalização de um espaço de autonomia decisória.

Por outro lado, vimos também que uma série de eventos de mobilização e protesto ocorria de forma cada vez mais frequente, especialmente a partir de 2000, revelando um recrudescimento generalizado da conflitividade na cidade de El Alto, *pari passu* com o que ocorria em outros pontos do país. As mudanças que vinham ocorrendo na dinâmica vicinal local contribuíram para essa expressiva conflitividade, uma vez que estava em curso uma guinada conflitiva dos *atores vicinais*, especialmente *desde abajo*, e uma disposição cada vez maior destes em investir, de maneira organizada, nas mobilizações e protestos. Essas mesmas mudanças na dinâmica vicinal encontraram vários *incentivos externos*na ação de outros atores em movimento, tanto altenhos (por exemplo, estudantes em luta por uma universidade pública para El Alto) como entre aqueles que agiam desde pontos diferentes do país (como os atores mobilizados em torno da Coordinadora del Agua, em Cochabamba).

O quadro dinâmico de relacionamentos externos qualificados, isto é, o conjunto das relações que os atores vicinais estabeleceram com seus oponentes, e os elementos de correlação de força que se impuseram aí, também conferiram *incentivos* decisivos às práticas articulatórias vicinais

Por um lado, um incentivo veio da constatação coletiva de êxito em ações empregadas, como foi, por exemplo, o caso do *paro cívico* que conseguiu barrar os formulários Maya e Paya. Essa conquista animou os *vizinhos* quanto às suas capacidades de ação. E, nesse caso, o

repertório de ação utilizado para assegurar o *paro cívico* converteu-se numa referência para outras ocasiões. Por outro lado, as formas de condução e manejo das demandas produzidas e do conflito por parte dos agentes enfrentados, especialmente o governo nacional, também se converteram em incentivos às práticas articulatórias vicinais, isto porque:

(1) Gerou-se a percepção entre atores vicinais altenhos de que os governantes e a "classe política" não queriam ou não eram competentes para dar solução às demandas setoriais e nacionais. O governo Sánchez de Lozada não conseguiu estabelecer mecanismos e ações suficientes para aplacar as insatisfações vicinais, não produziu nenhuma resposta minimamente satisfatória às questões colocadas na cena pública, de maneira a favorecer a conformação de condições de governabilidade mais estáveis. Enquanto pôde, atuou burlando as demandas, boicotando negociações, buscando mitigar os poucos acordos estabelecidos com os manifestantes, postergando soluções mais efetivas.

(2) Por outro lado, optou pelo uso intensivo das forças repressivas do exército e da polícia, reprimindo as manifestações com bastante violência, gerando um número expressivo de mortos e feridos nas arremetidas militares e nos confrontos. O que, em vez de coibir novas ações, como pretendia o governo, gerou incentivos políticos e emocionais para que as ações de mobilização e protesto se tornassem cada vez mais numerosas, legítimas e enfáticas.

(3) Combinado a isso, o governo lançou mão, sistematicamente, de expedientes de desqualificação pública e estigmatização das pautas e demandas produzidas, dos líderes nacionais e locais, e das ações dos atores em movimento, desacreditando sua magnitude e seus efeitos. Ademais, atuou no sentido de reacender rivalidades entre El Alto e La Paz.

Com o desdobramento desse quadro de conflitividade, e dando significação a ele, foram sendo criados *marcos interpretativos* cada vez mais contenciosos, com base em recursos cognitivos, ideológicos, simbólicos e emotivos, com algum nível de vinculação às matrizes nacionalista boliviana (nacionalismo revolucionário) e indianista katarista. Processo que foi ocorrendo ao mesmo tempo em que iam sendo fixados, com nitidez cada vez maior, os oponentes a serem enfrentados, favorecendo, por sua vez, condições propícias de convergência entre distintos *atores em movimento* mobilizados na urbe altenha, e não apenas aí, em virtude do caráter regional ou nacional de grande parte desses recursos. Nesse sentido, pode-se falar em difusão, apropriação seletiva e desdobramento de recursos contenciosos e de repertórios de ação nos fluxos estabelecidos no interior do campo dos movimentos sociais bolivianos nesse momento. Esses significados, que deram corpo às práticas articulatórias vicinais, encontraram parte de suas condições de possibilidade num processo estendido de

difusão de determinadas interpretações através de meios de comunicação, de pronunciamentos de lideranças, da participação ativa de um mesmo ator em diferentes movimentos ou contextos movimentalistas [83] etc., o que possibilitou que elas fossem apropriadas e desdobradas seletivamente pelos atores vicinais altenhos, de acordo com seus recursos vicinais disponíveis e emergentes localmente nas dinâmicas vicinais.

Um ponto absolutamente importante, nessa direção, resulta do fato que de com a conformação de um novo cenário sociopolítico nacional, altamente conflitivo, os atores em movimento emergentes, em vários pontos do país, habilitaram e fixaram pautas de mobilização em torno do tema comum das necessidades e serviços básicos, e da defesa dos recursos naturais, projetando uma agenda de mobilização nacionalizada. As lutas urbanas, não só em El Alto, vinham convergindo em virtude dos efeitos da privatização de empresas públicas, especialmente pelo aumento e dolarização das tarifas de serviços básicos como água potável, fornecimento de energia elétrica e de combustíveis. No nível da urbe altenha, a crescente precarização da situação cotidiana comum, vivida nos bairros/vilas, contribuiu para que se estabelecesse uma maior coesão entre os *vizinhos* e se gerasse uma atitude convergente de interpelação ao sistema político e ao regime econômico vigentes. Não tardou para que se tornasse cada vez mais disseminada entre os atores vicinais, a interpretação de que a situação de precariedade social vivida no espaço urbano altenho se estendia por todo país.

Os Congressos Ordinários da FEJUVE de 1999 e 2001, já vinham expressando a contestação dos *vizinhos* em relação à atuação das empresas privatizadas em El Alto. Começava-se a demandar a revisão dos contratos de privatização das empresas públicas de serviços básicos, questionando diretamente a lógica de investimento externo como núcleo da economia, exigindo que o governo controlasse os preços das tarifas. Essas demandas se converteram em plataformas para o questionamento das políticas neoliberais e para a politização das demandas vicinais. O que teria favorecido a articulação de demandas do tipo reivindicativo vicinal com demandas de caráter nacional (LINERA et al., 2008). As demandas já não estavam circunscritas ao território do bairro/vila, do distrito municipal, ou mesmo à cidade, mas se projetavam nacionalmente. Impõe-se uma relação de condicionalidade na qual se afirmava que não haveria mudanças substantivas na realidade

[83] Um exemplo disso são os numerosos *vizinhos* altenhos que mantém um permanente vínculo com suas províncias de origem, com suas comunidades indígenas campesinas, muitas delas fortemente mobilizadas a partir do final da década de 1990. São certamente dois contextos movimentalistas, um marcado por organizações indígenas campesinas emergentes, e outro pela dinâmica vicinal altenha, atravessados por práticas articulatórias convergentes.

local, vicinal, sem que se mudasse a realidade política nacional e se reorientasse a política relativa aos recursos naturais que haviam sido privatizados.

Questões abrangentes relativas ao *desenvolvimento nacional* ganham, assim, destaque na dinâmica vicinal, e é nesse sentido que recursos contenciosos da matriz político-ideológica nacionalista boliviana são revitalizados e mobilizados para elaborar uma interpretação da situação nacional ("*La nación ahogada*", como se referiu um entrevistado; ou, para outro, "*los bolivianos y nosotros alteños estábamos completamente sin rumbo... se había privatizado el país*"), que se opõe e refuta os princípios de modernização neoliberal baseados em medidas privatistas do patrimônio nacional e na redução da presença do Estado, reascendendo a polarização nação *versus* antinação[84]. Passam a ganhar fôlego, entre os *vizinhos*, propostas que se assentam na defesa dos recursos nacionais, de maneira soberana, para que se possa desencadear um desenvolvimento nacional consoante com as "necessidades do povo". É assim que entra, com cada vez mais claridade nas articulações discursivas dos atores vicinais, uma posição antiprivatista e antineoliberal, imprimindo certa coerência discursiva aos atores em movimento atuante no ciclo rebelde, possibilitando articulações políticas com espacialidades abrangentes, nacionais; condição básica para, a despeito das diferenças, heterogeneidades e do corporativismo dos atores sociais bolivianos, a conformação de uma forte confluência entre *atores em movimento* nesse período.

Assim, o campo relacional de ação dos atores vicinais passa por uma expansão em relação ao período anterior, não apenas com uma revitalização e intensificação das relações internas do "movimento vicinal", especialmente no que tange às relações entre juntas do mesmo distrito e entre juntas vicinais e a FEJUVE, mas também entre organizações distintas atuantes no nível do território do bairro/vila, como, por exemplo, as associações locais de feirantes (todas as zonas que possuem feiras, mercados, possuem uma associação desse tipo), ligas desportivas locais, a organização "pais de família" ligada às unidades escolares locais etc. Bem como, com organizações de coordenação setorial como a COR, a Federación de Gremiales e as organizações de estudantes. Essa expansão, e o aumento das relações entre as diferentes organizações, se revelam mais significativa na medida em que vão se definindo pautas e oponentes unificados.

Processos articulatórios associados à conformação dessas convergências, que mobilizaram aspectos profundos do "sentimento nacional" boliviano, tem expressão, inequivocamente, em percepções como a de que a "pátria está sendo vendida", na rejeição

[84] Para uma discussão bastante consistente sobre o nacionalismo revolucionário como uma matriz ideológica fundada na polarização nação versus antinação ver o trabalho de Antezana (1983).

veemente à exportação do gás para os EUA e México através de um porto chileno e na designação, bastante comum, de que a Bolívia estava sendo conduzida por um "gobierno vendepatria".

Na medida em que foram se acrescentando elementos aos esquemas interpretativos dos atores vicinais, imprimindo uma significação nacional e antiprivatista às práticas vicinais, os oponentes prioritários também foram modificados, o eixo prioritário ao qual se dirigiam as interpelações dos *vizinhos* se deslocou do governo municipal e agentes políticos tradicionais atuantes no nível local, para o governo nacional, incluindo com maior evidência, a partir de então, os agentes transnacionais em operação no território boliviano.

Por outro lado, no curso dos conflitos, especialmente ao longo dos acontecimentos de setembro e outubro de 2003, na medida em que ocorreu a consolidação de uma focalização dos oponentes numa esfera nacional de atuação, ocorreu também, no mesmo processo, um agudo deslocamento do status desses oponentes: eles deixaram de ser entendidos como *adversários* com os quais se estabelece formas variadas de interlocução, negociação, coordenação, por haver algum tipo de legitimidade atribuída pelos *vizinhos* ao interlocutor; e passaram a ser identificados como *inimigos*, como oponentes antagônicos, havendo o rompimento de qualquer tipo de legitimidade dos oponentes como interlocutores válidos. Isto de fato não ocorreu com todos os agentes interpelados, ou com todos com a mesma intensidade, ou de uma maneira sempre a mesma ao longo de todo curso do conflito; como vimos, uma relação antagônica, especialmente em outubro, se estabeleceu mais com o governo nacional, caracterizando um momento mais culminante do contexto de conflitividade aguda, e antes de tudo (embora não apenas) com a figura do então presidente da república, Sánchez de Lozada, do que com outros atores. Exemplo disso é que com a queda de Lozada, o vice-presidente, logo depois de ungido como mandatário máximo do país pelo Congresso Nacional, se dirige ao mesmo território altenho que tanto interpelou o governo do qual fez parte. Sabia que a legitimação de seu governo passava pela anuência dos atores vicinais altenhos, e só foi conseguida mediante o compromisso (depois não firmado em sua inteireza e produzindo a manutenção da conflitividade) de atender as demandas da chamada agenda de octubre.

7.5.2. Marcos estratégicos de ação no contexto de conflitividade aguda

Todos os aspectos antes referidos redundam num processo de revitalização da prática articulatória movimentalista vicinal que expressa novos marcos estratégicos de ação. Quatro deles nos parecem mais importantes e evidentes:

(1) Rechaço e bloqueio das práticas clientelistas, da ingerência de partidos políticos tradicionais na dinâmica vicinal, e um maior investimento na construção do que é identificado pelos *vizinhos* como *vida orgânica*, com afirmação do caráter cívico da prática articulatória vicinal, e de um espaço de autonomia próprio para a definição sobre como investir as capacidades organizativas e de mobilização do "movimento vicinal".

O rechaço às práticas clientelistas deu lugar à emergência de novas lideranças e ao realinhamento de alguns dos antigos dirigentes, que passaram a disputar, internamente, a condução das juntas vicinais. E nesse sentido esforçaram-se para rearticular a *vida orgânica vicinal*, isto é, uma articulação ativa e sustentada entre dirigentes e bases vicinais, mediante as instâncias e estruturas de organização e mobilização das juntas vicinais, com distribuição de atribuições específicas entre os participantes, implicando responsabilização mútua, fluxo contínuo de informação e respeito às instâncias decisórias, entre outros aspectos. A construção da *vida orgânicavicinal*, nesse sentido, coincide com um esforço deliberado de construção do que chamamos de *prática movimentalista vicinal fortemente articulada*.

(2) Participação e negociação mais instrumental das demandas vicinais nos espaços institucionais abertos com a promulgação da LPP, buscando tirar o máximo de proveito dessa participação em prol de assegurar o desenvolvimento de ações governamentais (obras, basicamente) que gerassem melhorias nos bairros/vilas e na cidade, mesmo que se reconhecesse limites desses espaços e dos seus procedimentos.

Embora, nos momentos mais agudos de conflitividade, as possibilidades abertas pela LPP tenham ficado em suspensão, desde o final da década de 1990, esse marco estratégico afirmativo da participação no novo espaço institucional, já vinha sendo esboçado, tendo sido,

inclusive, pauta de bastante relevo no Congresso Ordinário de 2001, no qual se altera pontos do estatuto da FEJUVE, visando sua adequação a marcos da LPP[85].

(3) Investimento numa *política de confrontação aberta* interpeladora dos governos nacional e municipal, e de empresas transnacionais operando no país e especialmente em El Alto, com vasta utilização de repertórios de ação disruptivos, tendo como tema fundamental o rechaço ao aumento de tarifas de serviços básicos operados por empresas privatizadas, e o rechaço à política privatista dos recursos naturais (especialmente do gás).

O caminho para assegurar o cumprimento de demandas e reivindicações deixa de ser a negociação de fidelidades partidárias ou eleitorais, e passa a ser uma disposição permanente de acionar uma *política de confrontação* com o desdobramento cada vez mais intensivo de um repertório de ação de caráter disruptivo, incluindo: greves de fome, paralisações cívicas (*paros cívicos*), marchas de protesto, bloqueios de vias e avenidas, tomada e ocupação de prédio público e de instalações de empresas privadas fornecedoras de serviços de consumo coletivo, difusão de diferentes comunicados de imprensa, pronunciamentos de lideranças com ameaças de radicalização de medidas de protesto etc.

(4) Um maior investimento em esforços no desenvolvimento de práticas articulatórias com outros atores sociais em torno de pautas e demandas convergentes, contornando assim, pelo menos parcialmente, uma cultura fortemente corporativa e, algumas vezes, faccionalista, presente no tecido associativo altenho.

Esse investimento foi sendo desenvolvido paulatinamente, e corresponde a uma maior disponibilidade dos atores vicinais em desenvolver ações coordenadas com outros atores sociais locais e nacionais, bem como manifestações públicas mais freqüentes, por parte dos *vizinhos*, de apoio e solidariedade a determinados grupos e movimentos, muitas vezes, fortemente assediados e reprimidos por forças militares e policiais.

É a vigência desse conjunto de marcos estratégicos que denota uma orientação da ação vicinal no sentido da conformação de um contexto de conflitividade intensificado.

[85] Ver texto introdutório e a apresentação da publicação do Estatuto Orgánico da FEJUVE (2001).

7.5.3. Emergência e desdobramento de lógicas político-culturais nas articulações das práticas vicinais

Um eixo articulador de grande importância na conformação de destacados esquemas interpretativosprojetados nesse contexto de conflitividade, diz respeito à presença de recursos vinculados ao indianismo katarista. Especialmente no que tange ao contexto urbano popular atenho, a presença desses recursos propiciou dimensões emotivas que favoreceram a forte coesão social que se verificou em alguns bairros/vilas. E, ao mesmo tempo, favoreceu que se estabelecesse uma associação entre projeto neoliberal e o que podemos denominar, com Quijano (2005), de "colonialidade do poder". Ou, mais especificamente, a leitura da permanência ou intensificação da "colonialidade do poder" no período em que esteve em vigência o projeto de modernização neoliberal[86].

Na medida em que começava a se produzir, com grande visibilidade, a irrupção pública de fortes processos organizativos e de mobilização entre atores indígenas campesinos, especialmente aimarás e no departamento de La Paz, com pautas de reivindicações que incluíam, para vários casos, a questão da reconstituição do território ancestral, aspectos que envolvem uma politização da etnicidade acompanhada de uma radicalidade crescente nas mobilizações e protestos; e, somado a isso, o recrudescimento da repressão militar e policial, envolvendo inclusive um número significativo de mortes que condiz com um "massacre", tem-se condições para a disseminação de um sentimento de solidariedade entre os *vizinhos* altenhos com os indígenas campesinos mobilizados e enfrentando a repressão do governo, e um alinhamento relativo de alguns atores vicinais a posições indianistas mais radicais, especialmente encarnadas por Felipe Quispe, de modo que esquemas interpretativos indianistasproduzidos no calor desses acontecimentos vão ter ressonância na prática articulatória vicinal, projetando uma dimensão étnica na conflitividade altenha.

Podemos falar numa guinada étnica com liberação de lógicas político-culturais andinas na dinâmica vicinal de vários bairros/vilas, expressas, por exemplo, numa exposição orgulhosa e profusa de símbolos tipicamente indígenas campesinos tanto na cotidianidade, em situações de "normalidade", como nos momentos mais agudos de protestos e enfretamentos (quando muitos deles são convertidos, por exemplo, em símbolos de poder territorial). Uma revalorização da cultura aimará se estende amplamente, e, de tão disseminada, parece à primeira vista preencher cada rincão da cidade e ocupar cada ator vicinal, como alguns

[86] Para uma discussão sobre a permanência e mesmo aprofundamento de mecanismos associados à colonialidade do poder, ver, por exemplo, Patzi (2007) e Girardi (2009).

intelectuais aimarás querem sugerir. Algo que, no entanto, pode ser questionado, haja vista a heterogeneidade e diversidade do espaço urbano altenho.

Podemos dizer, em síntese, que no que tange às significações e configurações das práticas articulatórias vicinais, o que se assistiu em El Alto, em relação à guinada étnica, foi a liberação de lógicas político-culturais andinas em direções e com intensidades diversas. Pela complexidade dessas formas desdobradas, uma primeira aproximação com alguma segurança seria, grosso modo, discernir a presença de uma *posição indianista radical*, mais retórica e menos mobilizadora; e a presença de uma *posição indianista moderada*, mais disseminada e com maior capacidade de convocatória, por encontrar pontos de articulação mais evidentes com as pautas reivindicativas concretas elaboradas, comumente, por atores vicinais, e por apresentar uma maior capacidade de dialogar e se articular com as posições nacionais associadas ao nacionalismo revolucionário.

As características que conformam a *forma vicinal* altenha, com todos os imperativos urbano-populares, impuseram limites para que os atores vicinais, em sua condição específica de *vizinho*, pudessem emular, com maior desenvoltura e aderência, uma posição indianista radical, pondo, por exemplo, num plano secundário, a demanda caracteristicamente vicinal de *mais* desenvolvimento urbano para El Alto, em prol da reconstituição do território ancestral das comunidades tradicionais andinas. De tal maneira, a presença de kataristas radicais nos bairros/vilas de El Alto foi atenuada em suas posições mais radicalizadas e transcendentes pelas próprias características e premências da dinâmica vicinal. Essa atenuação vai fazer com que os efeitos da presença de uma posição indianista radical e os efeitos da presença de uma posição indianista mais moderada se tornem similares na prática articulatória vicinal. Vejamos, então, algumas formas como essa presença se realiza em situações concretas.

(1) Primeiro, como já mencionamos acima: através de exposição orgulhosa de símbolos andinos, não apenas na cotidianidade "normal" da cidade, mas especialmente nos momentos mais conflitivos, quando se convertem em símbolos de poder. São exemplos: presença de *whipalas* nos protestos convocados por juntas vicinais, dividindo espaço com os estandartes da organização e com bandeiras da Bolívia; e a utilização do idioma aimará com maior freqüência nas atividades das juntas vicinais. Alguns atores vicinais entrevistados relataram que antes de 2003 quando se falava em aimará nas assembleias vicinais, muitas vezes o *vizinho* era recriminado. A mudança de comportamento revela efeitos da guinada étnica.

(2) Através da emissão de sinais de solidariedade, de apoio, e de reconhecimento da legitimidade das demandas indígenas campesinas.

(3) Através da presença de um discurso amplamente disseminado que apela à "irmandade de sangue", bastante evidenciado com a violência da repressão militar desatada no campo. Esse discurso foi central para conformar um sentido de coesão em torno da população altenha (pelo menos de amplíssimos setores residentes na cidade), na medida em que a "irmandade de sangue" alimentou e se desdobrou numa "irmandade vicinal".

(4) Por fim, e provavelmente com maior significação para a dinâmica vicinal, tem-se a projeção reforçada e revitalizada, nas práticas articulatórias vicinais, de lógicas e práticas organizativas e de mobilização bastante enraizados nas comunidades indígenas campesinas (nos referimos, por exemplo, à rotação de turnos de trabalho, à lógica de complementaridade na distribuição de atribuições, aos bloqueios de caminhos, às práticas de resolução de conflitos etc.).

Essas lógicas e práticas certamente se fazem sentir, de uma maneira mais duradoura, na própria *forma vicinal urbano popular* altenha, como buscamos demonstrar no capítulo cinco. No entanto, consiste numa presença que ocorre de forma seletiva e, muitas vezes, latente, na conformação do perfil particular do "movimento vicinal" altenho. O que se assiste, nesse momento de conflitividade intensificada, é um concomitante processo de revitalização e intensificação das atividades vicinais, e de politização da etnicidade associada às lutas dos setores indígenas campesinos, convergindo na articulação de uma nova projeção das práticas vicinais, com uma realização mais acentuada de lógicas e práticas organizativas que ganham expressão dentro dos bairros/vilas altenhas, exatamente, com a presença de componentes migrantes de origem indígena campesina. Isto porque recursos socioculturais de componentes migratórios, disseminados nas dinâmicas vicinais cotidianas, passam também a ser *politizados* nesse contexto de conflitividade; adquirem um caráter público e conflitivo, na medida em que se tornam recursos inerentes às significações e configurações das práticas articulatórias movimentalistas vicinais e dos confrontos que elas realizam.

De qualquer maneira, mesmo reconhecendo o caráter decisivo dos recursos socioculturais indígenas campesinos, das lógicas, tradições, experiências desse componente migratório, o que se torna mais saliente na ativação e fortalecimento da tendência de confluência dos *vizinhos*, e que passa a prevalecer na dinâmica vicinal nesse momento, é um processo de construção de uma *identidade vicinal urbano-popular*, capaz de produzir grande

coesão cultural e política. Essa identidade, se por um lado não prescinde das referências étnicas, especialmente aimarás, por outro, também não pode ser resumida a estas referências.

7.5.4. Quadro de relacionamentos qualificados internos e sociabilidade política emergente

Internamente à *dinâmica vicinal*, isto é, no quadro de relacionamentos qualificados internos, com as tensões estabelecidas já no final do período anterior, com as bases vicinais buscando maior controle sobre seus dirigentes capturados ou não em redes clientelistas, já estava em curso, como temos visto, um processo de revitalização da *dinâmica vicinal local*, mediante o desatar de uma reflexividade crescentemente conflitiva, geradora ou favorecedora de *articulações movimentalistas* de recursos contenciosos, discursivos e práticos, disponíveis e emergentes. Essa reflexividade coletiva vai incidir sobre esses recursos propiciando determinados *enquadramentos interpretativos* sobre a situação vivida, projetando demandas e reivindicações, definições sobre oponentes e aliados, e sobre as formas de reorganização dos recursos práticos, organizativos e de mobilização disponíveis e emergentes, revitalizando as estruturas vicinais locais, a organização por zonas, ruas, quadras, bem como a definição de comitês específicos,dentro de um cenário onde se combina premência da situação de crise e manifestação disseminada de um sentimento de profunda indignação.

Nesse quadro, se evidencia, no discurso e nas práticas vicinais, o esforço de construção daquilo identificado pelos próprios *vizinhos*, como *vida orgânica*. O que corresponde, como vimos pouco atrás, à intensificação dos processos interativos entre atores vicinais (dirigentes e *vizinhos* de base), mediante recursos de organização e de mobilização próprios da *forma urbano-popular* altenha, estruturando uma relação de responsabilização mútua entre os envolvidos, com distribuição de atribuições, respeito a instâncias deliberativas, entre outros aspectos. Nesse sentido, os "vínculos orgânicos" entre os atores vicinais foram fortalecidos nesse processo, de modo que cresceu a margem das *práticas movimentalistas densamente articuladas*, e uma tendência de confluência que se sobrepôs às tendências de dispersão, de desagregação e de fragmentação dos atores vicinais.

A tendência dominante de confluência no nível da *dinâmica vicinal* local, envolvendo o compartilhamento de *esquemas interpretativos*, de demandas e reivindicações, de referências identitárias e de marcos estratégicos de ação, e dos mesmos agentes a serem enfrentados, entre outros aspectos, favoreceu que fosse mantido um nível intensificado de conflitividade, e a afirmação de espaços e instâncias, mais ou menos formais, de deliberação

coletiva com determinação de autonomia decisória em relação aos governos municipal e nacional, aos partidos e políticos tradicionais. Esses espaços de autonomia se mostraram preponderantes para o desempenho das capacidades organizativas e de mobilização dos *vizinhos* ao longo de todo o período mais conflitivo que caracteriza o ciclo rebelde.

Nesse registro, as assembleias vicinais ocuparam um lugar de destaque, como instâncias máximas deliberativas, recompondo e revitalizando a *autoridade vicinal coletiva*, tão combalida no período anterior. Podemos afirmar que a relevância analítica da *forma vicinal urbano-popular*, com seus recursos mais estruturais e instituídos, se revelou, inexoravelmente, com a revitalização das assembleias vicinais (um recurso vicinal central) nos momentos de conflitividade mais intensa, evidenciando tanto elementos de continuidade, como dimensões inovadoras no curso da trajetória estendida do "movimento vicinal" altenho. Nessa perspectiva, como argumentamos anteriormente, mais do que um processo que pôs em xeque a autoridade vicinal, a situação de autoconvocação dos *vizinhos* altenhos, apontou que o que foi questionado e combatido foi exatamente a distorção dessa autoridade, isto é, em algum nível, a "privatização" dessa autoridade por parte do comitê executivo ou de dirigentes que o compõe. Assim, a autoconvocação não foi outra coisa senão a realização da autoridade vicinal pela *comunidade dos vizinhos em movimento*, trazendo para o centro da *dinâmica vicinal*, práticas instituintes e criativas (muitas vezes sob forte assédio das forças da ordem) renovando e revalorizando sentidos de participação e democracia. Como observamos anteriormente, no âmbito dos processos de deliberação coletiva, instaurados mediante o recurso vicinal à assembleia, se diluiu a distância e qualquer prerrogativa decisória distintiva entre dirigentes e *vizinhos* de base. Relatos nos levam a crer que, especialmente nos momentos mais conflitivos, qualquer vestígio de verticalismo dirigente, de manobras e burlas, foi veementemente combatido, com exposição direta de queixas, deslegitimação e até expulsão de dirigentes. Aspectos, todos, que fazem valer o registro de outros pesquisadores de que ao longo do ciclo rebelde, não apenas em El Alto, mas em toda Bolívia, se configurou uma série de experiências políticas movimentalistas construídas *desde abajo*, dando novos significados às práticas democráticas.

Ademais, observa-se que, pela própria característica urbano-territorial da *forma vicinal urbano-popular*, esse processo de maior controle vicinal sobre o bairro/vila (que se revelou, em alguns episódios, como um espaço verdadeiramente entrincheirado por valas e entulhos de todo tipo), implicou uma reapropriação do território em rota de contraste com as maneiras como ele vinha sendo configurado no período anterior, isto é, como espaço de disputa por

fidelização partidária e eleitoral, e quando muito, como espaço instituído nos marcos jurídico-procedimentais da LPP.

No que tange a espacialização, cabe reter, ainda, que as práticas articulatórias, embora territorializadas, não corresponderam a práticas atomizadas; pelo contrario, no período do ciclo rebelde comportaram múltiplas espacialidades. Num primeiro nível, pelas articulações subjacentes às demandas produzidas (ao mesmo tempo, nacionais e locais) e aos agentes demandados e enfrentados (ao mesmo tempo, governo nacional, empresas transnacionais, e governo municipal), e, por outro lado, pelas múltiplas formas de convergência com outros atores também em movimento naquele momento de conflitividade intensificada (coordenação de ações, demonstrações públicas de solidariedade etc.).

A disposição coletiva de investir esforços na construção da *vida orgânica vicinal*, revelando a dominância de tendências de confluência no interior da *dinâmica vicinal*, associada à revalorização e construção de espaços decisórios autônomos, com domínio de práticas democráticas participativas e horizontalizadas, e centralidade das assembleias vicinais, juntamente com o desdobramento de formas inovadas de apropriação territorial, permitiu que fosse estruturada uma *sociabilidade política emergente* no nível de muitos bairros/vilas altenhos, o que representou, sumamente, uma realização da *autoridade vicinal coletiva* em sua forma mais "orgânica", participativa e horizontal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração desta tese partimos da constatação, muito presente na literatura recente sobre movimentos sociais, especialmente naquela gravitada em torno do CLACSO/OSAL, de que novas tendências teriam despontado nos movimentos sociais latino-americanos nas últimas duas décadas, essas tendências colocaram em tela, por sua vez, desafios analíticos na abordagem dos movimentos. A tendência de pluralização dos movimentos sociais, que já havia sido discutida na década de 1970 no campo de estudos sobre o tema na América Latina, é mais uma vez enfatizada, agora no novo contexto de conflitividade que ganha projeção destacada a partir do início da década de 2000, e com ela tornou-se mais persuasiva e disseminada a percepção de contingência dos processos sociopolíticos e culturais envolvidos nas práticas dos movimentos. Pluralização e contingência são dimensões combinadas que exigem a construção de instrumentos conceituais e analíticos que apreendam um movimento social como um *coletivo em movimento* que comporta elementos heterogêneos e diversos em sua dinâmica interna, mas que não se desfaz num pulverizado de práticas atomizadas.

Outra tendência destacada refere-se à "territorialidade dos movimentos", item que, juntamente com toda discussão que passa a ganhar fôlego na década de 1990 sobre as práticas do chamado "movimento antiglobalização" ou altermundista, reforça a necessidade de abordar as práticas dos movimentos sociais em termos espaciais, reconhecendo que essas práticas comportam múltiplas espacialidades, indo desde uma dimensão espacial de lugar que pode conferir, por exemplo, condições mais favoráveis de coesão social aos *atores em movimento* no nível territorial, até práticas articulatórias convergentes que podem conectar diferentes *atores em movimento* (de diferentes movimentos) em torno de determinadas reivindicações, demandas, projetos etc. Sendo essa convergência mais ou menos duradoura e estruturada, e projetada em níveis distintos de espacialidade (local, nacional, regional ou global).

Amplamente assinaladas, e também como novas tendências, foram constatações de que os movimentos sociais estariam dando corpo, de maneira renovada, à questão da autonomia e ao mesmo tempo produzindo uma revalorização e reinvenção da democracia, ao estruturar, por exemplo, experiências organizativas internas mais tendentes à horizontalidade da participação, em contraste com formas mais verticais de organização, e, ao mesmo tempo, por reivindicarem processos de democratização que interpelam os limites daquilo que

Bringel e Echart (2008) chamaram de “democracia realmente existente” na América Latina. Nesse registro, reconhecendo que os movimentos sociais estão permanentemente desafiando as fronteiras do político, o desafio analítico na abordagem de movimentos sociais tem sido apreender como suas significações e configurações expandem ou contraem a *política* (nas suas manifestações mais institucionalizadas) e o *político* (enquanto possibilidade de criação de sentidos contenciosos que enfrentam estruturas de poder sedimentadas e/ou produzem, no nível da própria prática dos movimentos, formas inovadas de organização do político). Esses aspectos implicam uma abordagem mais descentrada da política e do poder.

Por fim, a mesma literatura tem registrado a presença destacada de repertórios de ação de caráter mais disruptivo associados a uma conflitividade intensificada, assentada, de uma forma ou outra, no rechaço bastante generalizado às políticas neoliberais. Esses aspectos, mais do que qualquer coisa, sinalizam a importância de abordar os movimentos sociais considerando uma dimensão de contextualidade conflitiva, que coloque em tela, um quadro relacional específico - característico do próprio contexto - correspondente às relações estabelecidas entre os *atores sociais em movimento* e agentes/setores externos identificados como oponentes ou não.

Considerando todos esses aspectos, combinados, chegamos ao pressuposto de que o que torna o ator social visível na cena pública, com suas configurações e significações específicas, como uma unidade aparentemente homogênea, não é, exclusivamente, a existência de desigualdades sociais, de contradições, desequilíbrios ou oportunidades políticas estruturais, mas também, e especialmente, o processo particular de construção da própria ação, com toda sua significação, num quadro relacional na qual está situada, o que envolve a disponibilidade de recursos específicos (materiais e simbólicos), trajetórias específicas, capacidades de mobilização, construção de solidariedade e identidade coletiva etc.

Diante disso, só com uma leitura mais analítica dos movimentos sociais é possível reconhecer seu caráter complexo, heterogêneo, plural, contingente e as suas articulações internas que ganham suas significações e formas particulares no processo concreto de construção da ação coletiva, com os conflitos e confrontos que expressa, as estruturas e formas de poder que interpelam, as espacialidades que projetam, as alternativas que produzem e sua propensão ou não a produzir mudanças sociais significativas etc. Refuta-se assim, na esteira do trabalho de Melucci, a ideia de um movimento social como uma unidade homogênea presumível, resultante de dimensões estruturais determinantes. Os movimentos

correspondem a *unidades parciais articuladas*, comportando grande complexidade interna e vários níveis analíticos. De forma que o trabalho de decomposição analítica de um movimento obriga a reconhecer que os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação e orientações diversas.

Munidos desse conjunto de considerações, e recorrendo seletivamente a aportes decisivos das teorias dos movimentos sociais (especialmente a conceitos vinculados à teoria do processo político em suas versões recentes e a contribuições de um autor como Alberto Melucci), propomos, na tese, um arranjo analítico centrado em dois conceitos básicos: *prática articulatória* e *contexto de conflitividade*.

A noção de *articulação* e *prática articulatória* nos parece adequada por reter um sentido de pluralismo, dinamismo e contingência das configurações e significações que comporta um movimento social, ao mesmo tempo em que conferem aos *atores sociais em movimento* uma posição destacada e ativa consoante com o caráter reflexivo que passa despontar nas práticas sociais. Quando falamos em práticas articulatórias estamos pressupondo a existência de elementos articuláveis e que podem ser discernidos na análise, e ainda, que a prática articulatória confere forma e sentido a esses elementos na constituição de uma ação coletiva específica. A esses elementos articuláveis chamamos de recursos contenciosos, que podem ser do tipo simbólico-interpretativo e prático-organizativo, de mobilização e ação, estando ainda, mais ou menos vinculados ao que chamamos matrizes configurativas de movimentos sociais (que são repositórios de recursos contenciosos). Estas, embora forneçam elementos constitutivos às práticas articulatórias de um movimento social específico, como tentamos demonstrar, sempre transcende a particularidade da prática movimentalistas posta em análise. Esses recursos ganham sua significação exatamente na medida em que são articulados nos processos relacionais desencadeados pelos atores sociais, envolvendo uma dinâmica propriamente interna ao movimento e uma dinâmica externa, de relacionamentos qualificados.

Enquanto práticas sociais constitutivas das ações coletivas de um movimento social, entendidas, no sentido de Melucci, como processos que envolvem interações, decisões, negociações, conflitos etc. sobre fins, meios e campo de ação do movimento, as práticas articulatórias ao se constituírem incidindo sobre recursos contenciosos disponíveis e emergentes, revelam também, em sua conformação, várias dimensões de espacialidade. Um movimento social comporta, assim, enquanto *unidade parcial articulada,* dinâmicas articulatórias que tem o potencial de redefinir continuamente os limites espaciais dessa

unidade. Por outro lado, embora não tenha sido possível aprofundar as implicações de um enfoque assentado na distinção entre o *político* e a *política*, a proposta da abordagem de um movimento social como prática articulatória confere, a nosso ver, uma chave para uma abordagem mais descentrada de política e de poder consoante com as configurações e significações da questão da autonomia e com a revalorização das práticas democráticas nos movimentos sociais, tanto na sua dinâmica interna, como na relação com outros atores convergente em torno de pautas comuns. Em parte, porque ao se constituírem articulando recursos contenciosos diversos, disponíveis e emergentes, as significações do movimento, suas interpelações e enfrentamentos, podem dirigir-se, contingentemente, e de forma mais ou menos contenciosa, a diferentes agentes/setores externos, instituições, estruturas sociais, revelando uma dimensão de poder indelével, que se modifica no curso da ação, na relação entre dinâmica interna e dinâmica externa.

Um conceito bastante importante que incluímos no arranjo proposto foi o de marco estratégico de ação, que consistem nas definições dos *atores em movimento* relativas a*como e em que direção agir*. Em torno dos marcos se concentram as capacidades organizativas e de mobilização do movimento, considerando os meios disponíveis e as condições contextuais determinadas para lograr o êxito no alcance de seus fins. Esse conceito nos remete mais imediatamente ao segundo conceito básico no nosso esquema analítico, no mesmo grau de importância que *prática articulatória*, isto é, *contexto de conflitividade*. Vimos que a conformação da prática articulatória movimentalista envolve um contexto de conflitividade. As *práticas* e o *contexto* são conformados em relação. A conflitividade se realiza, propriamente, no fluxo contencioso duplamente referenciado a que nos referimos no capítulo três, envolvendo um quadro de relacionamentos qualificados internamente ao movimento, e um quadro de relacionamentos qualificados externamente.

Um contexto de conflitividade pode ser mais ou menos atenuado ou intensificado, e sua intensidade varia exatamente de acordo com o jogo de forças entre *atores em movimento* e agentes e instâncias interpeladas/enfrentadas, o que implica a capacidade apresentada pelos dois pólos de mobilizar capacidades de organização, de mobilização, de persuasão e também de coerção em torno de seus "argumentos".

Da parte do movimento, a intensidade do conflito se revela a partir dos marcos estratégicos e do repertório de ação desenvolvido. Vimos que a partir desses dois aspectos a *prática articulatória movimentalista* pode oscilar entre a predominância de uma *política de negociação*, e a predominância de uma *política de confrontação*. Outro quadro possível é

uma combinação específica, mais ou menos "equilibrada", das duas orientações. Um cenário mais ou menos duradouro marcado pela predominância de *práticas movimentalistas* orientadas por uma *política de negociação* revela um contexto de conflitividade de baixa intensidade ou atenuado. Em contraste, um cenário marcado pela predominância da *política de confrontação* revela um contexto de conflitividade intensificado, podendo levar a uma situação aguda limite, com a presença de pretensões de aniquilamento compartilhada entre as partes contendentes.

Ao esboçar nosso arranjo analítico, reconhecendo o caráter contingente das práticas articulatórias movimentalistas, argumentamos que na dinâmica interna de um movimento social pode-se observar uma dupla tendência com sinais opostos: *confluência* e *dispersão*.

Propomos que as práticas articulatórias existem, dessa forma, na tensão em torno a essas duas tendências, e a dominância de uma delas entre *atores em movimento*, espaço-temporalmente delimitados, tem efeitos na *qualidade* da ação coletiva no que diz respeito à *densidade* ou *debilidade* das práticas articulatórias. Estas qualidades correspondem, respectivamente, à dominância da confluência e à dominância da dispersão na dinâmica interna do movimento em determinado contexto de conflitividade.

A partir dessas considerações, e munidos do arranjo analítico proposto, buscamos finalmente nos deter no nosso objeto empírico de pesquisa, isto é, um estudo das significações e configurações assumidas por *práticas articulatórias vicinais locais* desenvolvidas na cidade de El Alto, e seus correspondentes *contextos de conflitividade*, no curso de uma trajetória que contempla dois momentos com características sociopolíticas sobressalentes e específicas: (a) o período de hegemonia do projeto de modernização neoliberal (entre 1985 e 1999, experimentando inflexões ao longo do seu desenvolvimento), e (b) o período do ciclo rebelde (especialmente o período compreendido entre 2000 e outubro de 2003, com as jornadas culminantes da *guerra do gás*).

Ao reconstruir, desde a perspectiva proposta, as práticas articulatórias vicinais nesses dois períodos, considerando que El Alto foi um dos epicentros não apenas do *ciclo rebelde*, mas também do ciclo de conflitividade latino-americano mais abrangente, buscamos assinalar, também, mudanças que foram sendo produzidas na forma como a questão da autonomia e das experiências democráticas estruturadas pelas práticas vicinais foram sendo colocadas em tela, além de mudanças nos marcos estratégicos, associadas à emergência de um novo repertório de ação. Nessa direção, ao colocar em perspectiva os dois períodos e as mudanças ocorridas no curso de um para o outro, buscamos demarcar aspectos de inovação

surgidos nas práticas articulatórias vicinais locais, alguns dos quais amplamente difundidos por outros estudiosos, como, por exemplo, a construção de verdadeiros "microgovernos de bairro" (MAMANI, 2005a, 2005b), o desenvolvimento de "espaços políticos contestatários" no nível local (ARBONA, 2006), a construção de "poderes não estatais", ou "contrapoderes desde *abajo*" (ZIBECHI, 2006; 2008; LEÓN, 2008), a conformação voluntária de uma vigorosa mobilização sem uma coordenação dada pelo setor dirigente das organizações mais importantes, isto é, coordenadas menos a partir de organizações formais (o que se supõe seria o mais esperado) do que em redes cotidianas formadas no nível dos bairros (LINERA et al., 2008).

Em suma, o que se viu, não sem motivos, foi a ênfase de vários analistas, na capacidade de mobilização e organização dos atores vicinais altenhos *desde abajo*. A nosso ver, muito imersos em seus enfoques político-normativos (como indianismo e autonomismo), e no afã de realçar as características inovadoras e rupturistas das práticas movimentalistas no período do ciclo rebelde, os analistas não atentaram, ou mesmo se esquivaram, de elementos de continuidade ou mais persistente ao longo da trajetória estendida no "movimento vicinal". Na tese, sem desconsiderar elementos de inovação que surgem no período do ciclo rebelde, buscamos, ao analisar as configurações e significações das práticas vicinais, evidenciar também elementos de continuidade, inclusive sem os quais não haveria inovação. Para tanto, nosso primeiro "passo" analítico foi delimitar a *forma vicinal urbano-popular* altenha, ou seja, uma matriz configurativa básica do "movimento vicinal" altenho. A preocupação específica foi, exatamente, delimitar aspectos mais estruturais, persistentes, das formas organizativas e de mobilização que constituem o "movimento vicinal" ao longo de sua trajetória, através da delimitação de recursos simbólicos, interpretativos, práticos, organizativos e de mobilização específicos. Evitando restringir o "movimento vicinal" aos seus episódios de maior conflitividade e mobilização, e de enxergar, nesses momentos, a emergência de "novidades" (não raras vezes, "requentadas"). Ao demarcar a *forma vicinal*, favorecemos uma apreensão da prática movimentalista vicinal comportando tanto elementos de continuidade como elementos de inovação, ou de especificação, que elas comportam em diferentes contextos de conflitividade.

Vimos que as juntas vicinais altenhas foram se consolidando ao longo de sua trajetória como *estruturas organizativas e de mobilização de caráter territorial urbano-popular*, estando assentadas no espaço territorial de bairros/vilas onde seus moradores se

implicam coletivamente para fazer frente a uma série de problemas tangíveis relativos mais diretamente ao característico processo de urbanização truncada experimentado no espaço territorial altenho, à precarização das condições de vida no espaço urbano, às necessidades de toda ordem enfrentadas pela população no que diz respeito ao acesso à infraestrutura e a serviços básicos. Ou seja, os problemas vividos coletivamente na dinâmica vicinal local, no espaço territorial de bairros/vilas, ganham projeção na dinâmica organizativa das juntas vicinais, buscando encontrar nelas legitimidade coletiva e formas acordadas de enfrentamento. As juntas consistem, assim, em espaços estruturados e preponderantes para a participação, debate, deliberação coletiva e definição de formas de enfrentamento de problemas detectados, prioritariamente, no nível local. De tal maneira, são espaços preponderantes para a construção coletiva de *marcos interpretativos*sobre a situação vivida e sobre o que e/ou quem deve ser enfrentado, implicando sempre alguma significação de injustiça, de negligência de direitos, de condução insatisfatória de ações por autoridades competentes, entre outras possibilidades. São também espaços decisivos para definições relativas ao campo de ação, como a definição de agentes e instâncias que possam ser responsabilizados, em alguma medida, pela situação enfrentada. Com efeito, consistem, igualmente, em espaços decisivos para a definição coletiva de objetivos, demandas e reivindicações, isto é, de fins para a ação coletiva; bem como para a definição de formas de ação e medidas adequadas para o enfrentamento/superação da situação, tomando em conta os meios disponíveis e emergentes e os limites e oportunidades que o contexto expõe, ou seja, para a definição de marcos estratégicos e de repertórios de ação.

Numa síntese, argumentamos que as juntas vicinais altenhas apresentam algumas facetas características, articuladas e persistentes, que podem ser encontradas com especificidade em cada caso: 1) consistem em estruturas organizativas e de mobilização com prerrogativas auto-organizativas, que incidem nas dinâmicas vicinais de bairros/vilas altenhas, conformando formas variadas de *autoridade vicinal*; 2) consistem em organizações de mediação entre interesses de atores vicinais locais e uma variedade de agentes externos, incluindo destacadamente as instituições estatais; e 3) consistem, ainda, em entes reivindicativos que expressam uma conflitividade de caráter urbano-popular.

Vimos que o caráter territorial urbano-popular expressa um quadro de contenciosidade associado mais diretamente ao processo de urbanização característico de El Alto, delimitando um tipo de demanda próprio que diz respeito às necessidades urbanas básicas tangíveis sentidas coletivamente e enfrentadas pela população altenha no cotidiano

de seus bairros/vilas, o que delimita, por sua vez, o alcance prioritário das organizações vicinais locais, como *ações coletivas reivindicativas com espacialidade territorial localizada.*

E, em virtude da contenciosidade urbano-popular encarnada no "movimento vicinal", ainda na década de 1950 ia se consolidar uma *forma de relação* que se tornaria prevalente, definindo coordenadas estruturais do campo relacional de ação do "movimento", isto é, uma *forma de relação* que posta, de um lado, os atores vicinais organizados como demandantes, e, de outro, o Estado e os governos de turno (agentes operadores da política institucional, das políticas públicas, das ações governamentais, partidos com poder decisório significativo dentro da estrutura estatal etc.) como demandados. Nessa relação foram abertos espaços institucionais de participação a partir dos quais requerimentos e demandas puderam ser negociados, tramitados e encontrar possíveis resoluções, ao mesmo tempo em que foi se convencionando, sendo requerido e admitido como legítimo, um repertório de ação específico que incluía formas de negociação de interesses vicinais e de participação coordenada, formas que, ao longo do tempo, se tornariam bastante comuns e disseminadas, revelando o que podemos denominar de uma *política reivindicativa de negociação*. Na mesma direção foi se consolidando o que chamamos de *pragmatismo estrutural* da ação vicinal. Esse pragmatismo, no entanto, logo se desdobrará e se qualificará na proposta bastante disseminada entre os atores vicinais, e decisiva na construção de sua identidade coletiva, de *civismo vicinal altenho*. Como vimos, ocupa centralidade no discurso cívico vicinal, o resguardo das organizações vicinais das práticas de subordinação a partidos políticos e a governos de turno, e a fixação do foco do "movimento" na necessidade de lutar para assegurar a concretização de direitos e a de resolução de demandas básicas de melhores condições de vida no bairro/vila e na cidade.

Vimos também que os recursos prático-organizativos do "movimento vicinal" são bastante formais, que as juntas vicinais passaram, ao longo do tempo, por um intenso processo de institucionalização, comportando uma série de cargos com atribuições específicas, distribuídos numa estrutura hierárquica semelhante a uma organização sindical. Comporta também algumas instâncias deliberativas formais, sendo a principal, a assembleia de vizinhos, instância máxima de autoridade vicinal. Além disso, frequentemente as ações organizativas e de mobilização das juntas incluem também a criação de comissões para tratar temas específicos, e a promoção de processos de organização e mobilização mais localizados, envolvendo os chamados *chefes* ou *delegados* de ruas e/ou de "manzanos".

Estes, no entanto, podem ser definidos à revelia da junta de vizinhos através de iniciativas locais.

Enfim, outro aspecto, talvez o mais decisivo para se entender a conformação particular do perfil organizativo e de mobilização das juntas vicinais altenhas, é a presença de componentes migratórios específicos na urbe altenha. Vimos que recursos socioculturais, políticos, organizativos e de mobilização dos componentes migratórios indígenas campesinos, especialmente de origem aimará, e do componente migratório constituído por ex-trabalhadores mineiros, trazidos à cidade e desdobrados nas estratégias de sobrevivência e inserção desses grupos migrantes no espaço urbano altenho, favoreceram trajetórias particulares de bairros/vilas, de suas juntas vicinais e de outras estruturas de organização e mobilização. Destacamos que a presença de migrantes indígenas campesinos aimarás em El Alto, em grande medida, corresponde à presença de elementos das experiências organizativas dos *ayllus* e dos sindicatos campesino, da memória das lutas de resistência contra as políticas e estruturas de dominação coloniais e neocoloniais desdobradas no processo de modernização boliviana, bem como da memória de suas rebeliões e de seus repertórios de luta. Por sua vez, a presença do componente formado por ex-trabalhadores mineiros corresponde à presença de elementos das experiências organizativas dos centros e sindicatos mineiros e de recursos discursivos e ideológicos preservados da matriz do nacional popular boliviano (do denominado nacionalismo revolucionário).

Foi só depois de realizarmos uma caracterização do que chamamos de *forma vicinal urbano-popular* altenha, que passamos a nos deter na análise das configurações e significações das práticas articulatórias vicinais nos dois períodos colocados em tela. No primeiro deles, marcado pela hegemonia do projeto neoliberal, observamos que as práticas articulatórias vicinais locais se apresentaram, de forma prevalente, como debilmente articuladas e como estando, tendencialmente, sob domínio de uma lógica político-pragmática consoante com os mecanismos de clientelização política desdobrados, e com as reformas político-institucionais inscritas no projeto de modernização neoliberal, projetando-se num contexto de conflitividade atenuado. Já no segundo período analisado, o período do ciclo rebelde, em contraste com o primeiro, as práticas vicinais locais se apresentaram como densamente articuladas e envolvidas na conformação de um contexto de conflitividade intensificada. Como se percebe desde logo, nossa abordagem do "movimento vicinal" altenho se assentou, sem esquivas, nos dois conceitos relacionais básicos que propomos no

arranjo analítico: prática articulatória e contexto de conflitividade. As configurações e significações da prática vicinal local se desdobraram *pari passu* com a conformação de um contexto de conflitividade correspondente. De tal maneira, apenas considerando à abordagem dessa relação (*prática - contexto*), tornou-se possível a apreensão, de maneira mais satisfatória e dinâmica, das práticas articulatórias vicinais em cada período. Isto porque, a definição de suas configurações e significações não prescindiu da conflitividade envolvida, que a cada momento, postou as partes contendentes num quadro relacional dinâmico e contingente.

Buscamos evidenciar como nessa relação entre prática articulatória (suas configurações e significações) e contexto de conflitividade, diversos elementos e níveis analíticos jogam um papel importante. De tal forma, nos pareceu imprescindível na aproximação do nosso objeto, demarcar, num primeiro passo, aspectos mais decisivos do cenário sociopolítico boliviano abrangente e também do cenário mais especificamente altenho, em ambos os períodos em análise, bem como mudanças assistidas no trânsito de um para o outro. Não há dúvidas de que essas marcações contextuais e abrangentes elucidam muitas das orientações que foram sendo desdobradas em cada momento na prática vicinal local, favorecendo incentivos, oportunidade e limites à ação coletiva dos *vizinhos*. Assim, para o primeiro período, coube considerar, por exemplo, que o debilitamento da esquerda boliviana, especialmente da esquerda sindical gravitada em torno da COB e do sindicalismo mineiro, não apenas produziu efeitos numa redução da capacidade de mobilização e convocatória do movimento sindical boliviano mais abrangente, e da força e centralidade de sua *política de confrontação*, mas também da capacidade de mobilização e convocatória de um conjunto mais amplo de atores que compõem o campo do movimento social boliviano, de caráter mais popular, incluindo ai, destacadamente, o "movimento vicinal" altenho. Em parte, isso ocorreu devido ao debilitamento da força mobilizadora do discurso nacional popular, e por outro lado, em virtude do processo de hegemonização do projeto de modernização neoliberal na sociedade boliviana mais abrangente. Na mesma direção, ocorrem mudanças políticas e institucionais de grande significação, como a instauração dos mecanismos do chamado *couteo* ou *democracia pactuada* (que "blindou" e concentrou o controle político nos três principais partidos tradicionais da Bolívia por dezoito anos), além da efetiva descentralização político-administrativa que alentou novas possibilidades políticas para setores alinhados ao projeto neoliberal, conservadores e neopopulistas. Nesse quadro, inclusive em contraste com o discurso institucional do projeto de modernização neoliberal,

foram reestruturadas e estendidas, redes de clientelização da política por todo país.

Esses aspectos nacionais encontraram formas de realização particulares no território altenho. Coube destacar que por sua situação geográfica singular em relação à cidade de La Paz, e por se configurar, historicamente, como um território habitado, em grande medida, por migrantes indígenas campesinos e ex-mineiros, El Alto consistiu num lugar para onde afluíram vigorosos contingentes populacionais degredados e convertidos em migrantes, ante a falta de alternativas de manutenção de condições de vida minimamente adequadas nos seus lugares de origem, em consequência das políticas neoliberais. De tal modo, assiste-se a um aumento demográfico abrupto. O novo quadro recrudesceu problemas já acumulados, relativos ao processo peculiar e truncado de urbanização de El Alto (falta de infra-estrutura e serviços básicos, debilitado mercado de trabalho etc.), agravando, profundamente, as condições de vida nos bairros/vilas. Nesse momento, alguns processos despontaram com bastante intensidade: ocorre um aumento e pluralização do tecido associativo e movimentalista altenho; intensifica-se a mobilização, que já ocorria desde anos atrás, em torno da autonomia administrativa de El Alto, favorecida pelas novas condições políticas; se estruturam e se desdobram redes de clientelização política açambarcando as principais organizações altenhas, entre elas a FEJUVE e muitas, senão a imensa maioria, das juntas vicinais. Entre outros aspectos certamente importantes.

Munidos dessas marcações, que nos permitiram, dentre outras coisas, uma delimitação de aspectos decisivos relativos ao comportamento dos agentes aos quais, prioritariamente, os atores vicinais dirigem suas demandas e protestos, isto é, governos nacional e local e partidos políticos influentes, nos voltamos, finalmente, para o plano da dinâmica vicinal local. O ponto de partida, dado tanto pela bibliografia consultada, como pelos relatos de atores vicinais, foi a ingerência de partidos políticos tradicionais e neopopulistas (como denominam Quispert e Mayorca) na dinâmica vicinal, capturando, através de mecanismos de clientelização política, dirigentes vicinais que passaram a desempenhar aquilo que chamamos *duplo engajamento* de dirigentes (vicinal e partidário, este último subordinando o primeiro). Nessa direção, o que se verificou foi: cisão acentuada entre dirigentes e bases vicinais; redução da participação dos *vizinhos* de base no funcionamento normal das juntas vicinais, desenfatizando a importância das juntas como instrumentos prioritários de enfrentamento coletivo de problemas vividos no nível do bairro/vila; no mesmo sentido, movimentação burocratizada e concentrada em cúpulas de dirigentes, alimentando um cenário propício ao reforço de práticas hierarquizadas e verticais,

envolvendo aspectos como redução ou obliteração de fluxos de comunicação e informação, e estruturação de mecanismos que impedem ou obstaculizam decisões coletivas e autônomas, com descaracterização das assembleias vicinais como autoridade vicinal máxima.

Ademais, com a hegemonia do projeto neoliberal (em substituição ao "nacionalismo revolucionário" boliviano que tinha grande relevo entre os atores sociais altenhos) e as reformas estruturais subjacentes a sua aplicação, se instaura em El Alto um quadro marcado, por um lado, pelo recrudescimento da precarização das condições de vida dos *vizinhos*, e por outro, pela falta de canais alternativos (aos instituídos no período: participação institucional e negociação de fidelidade partidária e eleitoral) para o encaminhamento resolutivo das demandas que se avolumavam e se tornavam cada vez mais graves. O que favoreceu que o "movimento vicinal" se tornasse vulnerável e, inclusive, permissivo à clientelização política como forma de acesso a medidas resolutivas das necessidades prementes. O que, por sua vez, fraturou completamente o discurso cívico vicinal comunitário, com a criação de condições de contenção das capacidades mais autônomas de organização e mobilização vicinal. Isto não ocorre, ainda, sem que se encontre bastante reduzida a capacidade dos atores vicinais de produzir controvérsias com o poder, de aguçar a conflitividade.

Nesse cenário foram se despontando dois *marcos estratégicos* principais visando o encaminhamento resolutivo de demandas prementes vividas pelos *vizinhos* no nível dos bairros/vilas. Ambos com baixíssimo conteúdo confrontativo. Um primeiro ganhou projeção ainda muito cedo, logo quando o cenário nacional começava a mudar no final do governo da UDP; o outro ganharia projeção apenas mais tarde, no momento em que o projeto neoliberal já mostrava indícios de debilitamento, e em certo sentido, esteve em contraste com o primeiro, embora mais do ponto de vista retórico do que prático. São eles: (1) participação de atores vicinais em redes clientelistas revitalizadas, e (2) o envolvimento em processos e espaços de participação locais institucionalizados, em conformidade com suas lógicas operativas e procedimentais e com sua linguagem técnica, o que foi ocorrer quando começou a haver uma melhor apropriação, entre atores vicinais, das possibilidades abertas com a PP, em alguns casos, entendidas como promissora na recomposição do relegado civismo vicinal. Esses marcos, delimitados numa dinâmica vicinal esvaziada da participação de *vizinhos* de base, assinalaram a proeminência de uma *política de negociação* dentro do "movimento vicinal". São marcos estratégicos que expressam conteúdos negociáveis (fidelidade eleitoral, celeridade de trâmites, recursos materiais etc.) pressupondo uma relação que respeita às "regras do jogo" estabelecidas, de modo que o repertório das ações vicinais se conformou

como menos confrontativo e mais convencional. Lançar controvérsias com instâncias e agentes de poder poderia obstruir possibilidades, já bastante limitadas de aceder a soluções para os problemas vicinais. De tal maneira, conforma-se um contexto de conflitividade atenuado, de baixa intensidade. A capacidade de ativar e desdobrar cenários mais conflitivos se vê reduzida por uma lógica político-pragmática que percorre e estrutura a prática articulatória vicinal.

Temos, enfim, que em meio a um quadro de instrumentalização de recursos organizativos e de mobilização próprios das juntas vicinais, de acordo com interesses prioritariamente externos, dasabilitando assim o marco *cívico vicinal comunitário*, com restrição e subordinação de espaços decisórios próprios, reduzida capacidade e/ou disposição dos atores vicinais dirigentes de produzir "*vida orgânica*", fortalecendo conexões entre dirigentes e *vizinhos* de base etc., se *evidencia uma tendência de dispersão das capacidades de organização e de mobilização dos atores vicinais, como base nos recursos disponíveis relativos à forma vicinal urbano popular altenha*. Nessa direção nos permitimos a conclusão de que as práticas vicinais locais estiveram, nesse período, debilmente articuladas e agindo na conformação de um contexto de conflitividade atenuado.

No entanto, coube ainda assinalar como, nesse quadro relacional constituído por práticas articulatórias debilmente articuladas e um contexto de conflitividade atenuado, as práticas vicinais se evidenciaram em relação aos temas da autonomia, da democracia e do território. Numa síntese, podemos dizer que com o debilitamento do discurso *cívico vicinal*, qualquer prerrogativa vicinal mais altiva em relação a esses temas se viu obliterada, ao mesmo tempo em que, pela importância capital da orientação cívico vicinal, a prática vicinal como um todo se viu também debilitada. As instâncias decisórias, especialmente as assembleias vicinais, lócus privilegiado de expressão da autoridade e da autonomia vicinal (como observamos ao descrevermos a *forma vicinal*)¸ foram desenfatizadas, relegadas a um segundo plano e reduzidas a um formalismo procedimental desestimulante da participação ampliada e dinâmica. A ingerência externa maculou completamente o tema da autonomia vicinal. Com efeito, evidencia-se também que as práticas democráticas internas foram restringidas. Cisão entre dirigentes e base, reforço de práticas verticalizadas, restrição à participação ampliada e mais efetiva de *vizinhos* por parte de dirigentes, entre outros aspectos, redundam numa participação democrática limitada, instrumental. Qualquer iniciativa de construção de arranjos alternativos de poder, de sociabilidades políticas emergentes, inovadoras, criativas, interpelativas, se viu, nesse período, tendencialmente

obstaculizada.

Em relação ao território, dimensão constitutiva da *forma vicinal urbano-popular* altenha, evidenciou-se que foram construídas algumas significações dominantes em consonância com os marcos estratégicos principais elaborados no período, isto é, o território converteu-se em um espaço de negociação de fidelidades eleitorais e partidárias em troca apoios, celeridade em obras etc.; e, na medida em que as juntas vicinais foram especificadas institucionalmente como OTBs, o território passou também a ser organizado como espaço jurídico-procedimental em consonância com os novos processos e instâncias de participação institucional. Para ambos os casos, ganha corpo uma interpretação mais localista e imediatista dos problemas vicinais, atomizando, ao mesmo tempo, o território e as reivindicações vicinais, favorecendo inclusive uma face mais particularista e corporativa dos atores vicinais.

Para tratarmos das práticas vicinais locais no período do ciclo rebelde, e das mudanças que elas comportaram, optamos, igualmente, em apreender aspectos decisivos das mudanças no cenário sociopolítico boliviano mais abrangente, associadas ao esgotamento da hegemonia do projeto neoliberal e à emergência de novos atores sociais e políticos. Antes, no entanto, perseguimos indícios de mudanças que já vinham se processando na dinâmica vicinal local ainda no período de hegemonia neoliberal. Essa definição analítica está em consonância com nosso ponto de vista metodológico de que um movimento é uma *unidade parcialmente articulada*. Assim, constatamos que na trajetória do "movimento vicinal", formas articulatórias prevalentes não chegam a ser exclusivas, elas convivem com orientações contrastantes, opositoras etc., dando contornos a uma conflitividade interna que pode também ser aguçada no sentido de disputa pelas principais orientações do movimento. Nesse registro, em síntese, observamos que vinha ocorrendo, paulatinamente a partir de meados da década de 1990, e como mais intensidade no final da década, um processo de acirramento de uma conflitividade interna com base nas relações entre dirigentes e *vizinhos* de base. Como argumentamos no início do capítulo sete estava em curso a mudança de um atitude difusa de recriminação moral, por parte dos *vizinhos* de base, em relação aos dirigentes vicinais capturados em rede de clientelização da política, para uma atitude radicalmente disruptiva dos *vizinhos* em relação à ingerência de partidos políticos na dinâmica vicinal e em relação ao duplo engajamento dos dirigentes. As dinâmicas vicinais locais converteram-se em lócus de uma profunda insatisfação que logo iria favorecer o

desdobramento de um processo de recomposição da prática articulatória vicinal, tendo como um ponto decisivo a rearticulação do civismo vicinal altenho. Nessa perspectiva, em meio a uma profunda crise social, com o agravamento das condições de vida da maioria da população boliviana, passa a se consolidar uma crítica, cada vez mais aguda, ao modelo de liderança dirigente cooptada, ao sistema político, aos partidos tradicionais e, cada vez mais, às políticas neoliberais.

A referida *conflitividade interna*, relativa aos embates entre *vizinhos* de base e dirigentes, se realiza e se aguça, *pari passu* com o recrudescimento da "conflitividade externa", que envolve não apenas os atores vicinais emergentes, mas um conjunto amplamente estendido de outros atores que despontam tanto em El Alto como em outras partes do país, conformando um novo quadro de conflitividade nacional, expressão do chamado ciclo rebelde.

Vigorosas mobilizações e protestos ocorriam em pontos diferentes do país, como a *guerra da água* em Cochabamba, e os bloqueios sustentados de estradas no departamento de La Paz, por parte dos indígenas campesinos, eventos que simbolizam exatamente a abertura do ciclo rebelde no ano 2000. Invariavelmente, embora pudessem também dirigir suas demandas e protestos a outros agentes (locais, municipais), foi o governo nacional o principal agente demandado e enfrentado nesses eventos, alcançando bastante impacto nacional, e, embora também pudessem ter uma ampla agenda de reivindicações, apresentaram, de maneira cada vez mais convergente, uma posição de rechaço às políticas neoliberais. O rechaço à privatização de empresas públicas, ao aumento da tarifa de serviços, à perda do controle sobre os recursos naturais estratégicos, especialmente o gás, foram aspectos que expressaram e alimentaram uma revitalização da matriz político-ideológica nacionalista boliviana, para a elaboração de uma interpretação sobre a situação nacional, que se opôs aos princípios do projeto de modernização neoliberal, assentado em medidas privatistas e na redução do Estado. De tal maneira, um discurso nacional popular e antineoliberal passou a despontar com cada vez mais força e se disseminar estendidamente no campo dos movimentos sociais bolivianos. Por outro lado, esse momento se caracterizou também por um processo de politização da etnicidade, com base numa revitalização da matriz indianista katarista, gerando e difundindo também recursos contenciosos de maneira estendida.

Eventos conflitivos nacionais passaram a se tornar cada vez mais significativos na dinâmica vicinal altenha, criando incentivos seletivos para a construção de novos quadros

interpretativos entre *vizinhos*, que incidiram nas definições que foram se tornando cada vez mais convergentes, sobre as causas da agravada situação social, sobre quem e o que era responsável por ela, sobre os limites das políticas governamentais e da condução do governo etc. Interpretações que estiveram conectadas a um profundo sentido de insatisfação, injustiça e indignação com a situação vivida. Nesse sentido, em contraste com o período anterior, os *vizinhos*, juntamente com tantos outros atores altenhos e nacionais, se lançam a produzir profundas controvérsias com os agentes de poder, acirrando, assim, o contexto de conflitividade. Os *vizinhos* passaram a individuar oponentes a serem enfrentados, com destaque para os "políticos tradicionais", os partidos políticos tradicionais, o governo local e nacional, e, de maneira geral, o próprio sistema político; todos, de uma maneira ou outra, interpretados como incapazes de produzir respostas às demandas vicinais e como responsáveispelas condições de precariedade social da maioria da população boliviana. Esse processo denota um debilitamento de formas anteriormente vigentes de clientelização da política e uma revitalização das *práticas movimentalistas vicinais locais*.

O que deve se colocado em tela, no esforço analítico de apreensão das práticas vicinais locais nesse período, é que suas significações específicas resultam de uma série de aspectos constitutivos (mais estruturais) e favorecedores (mais conjunturais) de sua conformação. Se, por um lado, há elementos de caráter mais endógenos associados à *forma vicinal*, que tanto oportunizam como limitam as configurações do "movimento vicinal", por outro, há uma série de incentivos e oportunidades que são conferidos por uma dinâmica externa mais abrangente. Nesse caso, possibilitada, em parte, tanto pela ação movimentalista e confrontativa de outros *atores em movimento*, pela correlação de forças que conseguem estruturar nacionalmente, como pela correlação de forças específica entre os atores vicinais e os agentes aos quais dirigem suas demandas e reivindicações, que incluem nesse período, como vimos, agentes municipais e nacionais.

De um ponto de vista mais endógeno, isto é, mais propriamente relacionado à dinâmica interna do "movimento vicinal", com a mobilização dos recursos da *forma vicinal urbano-popular*, assiste-se a uma revitalização da prática articulatória mediante: revalorização do civismo vicinal; retomada da capacidade de produzir controvérsias com o poder; retomada do interesse e do envolvimento dos *vizinhos* de base com a organização vicinal local; renovação de lideranças e dirigentes; revalorização e rearticulação de processos e espaços participativos tanto no nível do território do bairro/vila, como no nível do distrito municipal e da cidade; aspectos, todos, que levam a uma recomposição das prerrogativas da

autoridade coletiva vicinal.

Esse processo de revitalização, no entanto, não é imune nem aos efeitos que produz numa correlação de forças mais imediata, nem às dinâmicas de difusão de recursos contenciosos que outros *atores em movimento* e político-partidários (MAS e MIP, especialmente) fizeram circular na medida em que ganharam maior visibilidade e crescente legitimidade pública em torno de suas demandas, posições, pautas. É no sentido das convergências em torno de uma discursividade crítica antineoliberal, nacionalista e/ou indianista (radical ou moderada, sendo a segunda prevalente), combinadas a uma rearticulação - mais endógena, por assim dizer - de capacidades de organização, mobilização e interpelação da prática vicinal altenha, que, gradativamente, os atores vicinais vão se convertendo em atores com grande protagonismo nos momentos mais decisivos do ciclo rebelde, como foi o caso da *guerra do gás*. Foi assim que reivindicações mais caracteristicamente vicinais, ou relativas a problemas vividos no nível do bairro/vila, foram combinadas a demandas mais propriamente nacionais, explicitando um nexo de condicionalidade da resolução de problemas locais, a mudanças no plano nacional.

Nesse novo quadro, foram se desdobrando outros *marcos estratégicos* em contraste com os que se despontaram no período anterior. Como vimos, conseguimos discernir quatro deles como mais significativos: (1) rechaço e bloqueio das práticas clientelistas e maior investimento na construção da *vida orgânica vicinal*, com afirmação do *caráter cívico vicinal*; (2) participação instrumental nos espaços institucionais, em prol de assegurar ações governamentais efetivas na resolução de demandas vicinais; (3) ativação diligente de uma *política de confrontação* para assegurar o cumprimento de demandas, requerimentos e o alcance de objetivos, implicando a utilização de um repertório de ações mais disruptivo; (4) um maior investimento em práticas articulatórias com outros *atores em movimento* em torno de pautas, demandas, requerimentos comuns, no sentido de assegurar melhores condições de êxito.

Esses marcos, combinados, *evidenciam uma tendência de confluência das capacidades de organização e de mobilização dos atores vicinais, com base nos recursos contenciosos disponíveis e emergentes no curso dos conflitos*. Nessa direção, afirmamos que as práticas vicinais locais estiveram, no período do ciclo rebelde, densamente articuladas e agindo na conformação de um contexto de conflitividade intensificado, agudo.

Ao longo desse período, no entanto, se evidenciou que as características de confluência das práticas articulatórias vicinais (maior envolvimento do conjunto dos

vizinhos, participação intensa na dinâmica vicinal, diluição de uma cisão mais acentuada entre dirigentes e bases vicinais, aumento da capacidade de convocatória dos dirigentes etc.) se tornaram mais significativas na medida em que o contexto de conflitividade se recrudescia, culminando com as jornadas da *guerra do gás*, que levou a um ponto agudo limite, sem retorno: a renúncia do presidente da república. Noutros termos: embora a tendência de confluência já estivesse em curso na prática vicinal local desde meados da década de 1990, e tenha competido fortemente com a tendência de fragmentação interna especialmente a partir de 2000, se sobrepondo a esta no período do ciclo rebelde, ela se realizou de maneira mais intensa exatamente nos momentos mais agudos de conflitividade, quando o agente enfrentado (o governo de Sánchez de Lozada, sustentado pela coalizão formada por MNR-MIR-NFR) foi sendo identificado, cada vez mais, como ilegítimo, detestável, deplorável, pelos atores vicinais, num claro processo de antagonização.

São muitos os aspectos envolvidos nesse processo de recrudescimento do contexto de conflitividade e que poderíamos elencar. Entre eles: crescente desprezo aos governantes e partidos políticos alinhados que passaram a ser identificados como responsáveis pela situação de crise social do país; não cumprimento de acordos estabelecidos pelo governo nacional nas negociações com *atores em movimento* (especialmente no campo); constatação da *força movimentalista vicinal* articulada em torna a determinados requerimentos quando da utilização de repertórios de ação mais vigorosos e disruptivos, como os *paros cívicos* (um exemplo de muita significação foi a utilização do *paro cívico* na anulação do projeto dos formulários de cadastro imobiliário chamados Maya e Paya, por parte do governo municipal); a condução do conflito por parte do governo nacional, com uso intensivo das forças repressivas do exército e da policia, envolvendo bastante violência e um número expressivo de pessoas feridas e que perderam suas vidas, o que em vez de coibir o impulso movimentalista vicinal, gerou mais incentivos ao desenvolvimento de ações vigorosas, fortalecendo ainda a solidariedade interna; além disso, o governo lançou mão de expedientes de desqualificação e estigmatização dos atores vicinais, o que não fez outra coisa senão fornecer mais incentivos à mobilização; por outro lado, se constatou, ao longo dos enfrentamentos, o desenvolvimento de um quadro de fragilidades do governo nacional, combinado à percepção da força de convergência das mobilizações e das pautas de diferentes *atores em movimento*, bem como à percepção da capacidade de persuasão da opinião pública em torno das pautas principais que ganharam a cena pública nos momentos mais agudos, como a não exportação do gás boliviano aos EUA e México por um porto chileno, a revisão

da Lei de Hidrocarbonetos, entre outras.

Enfim, mesmo sob condições de forte repressão, os atores vicinais encontraram incentivos para reforçarem a tendência de confluência movimentalista, mostrando capacidade de organização, de mobilização, de interpelação e persuasão em torno de suas reivindicações, com base num grande envolvimento dos *vizinhos*.

Ante esse quadro relacional, marcado por práticas vicinais fortemente articuladas e por um contexto de conflitividade intensificado, as práticas vicinais evidenciaram orientações para os temas da autonomia, da democracia e do território completamente contrastantes com as orientações prevalentes, para esses mesmos temas, no período de hegemonia neoliberal. A tendência de confluência se sobrepôs à tendência de fragmentação na dinâmica vicinal, o que tem expressão básica na revalorização do caráter cívico-vicinal comunitário e na aposta naquilo identificado, pelos próprios *vizinhos*, como construção da *vida orgânica vicinal*. Vimos que a posição cívico-vicinal se assenta numa afirmação da necessidade de se resguardar as organizações vicinais das práticas de subordinação a partidos políticos e governos de turno, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade imperiosa de não esquivar o foco das ações vicinais dos objetivos de concretização de direitos e da resolução de demandas de melhores condições de vida nos bairros/vilas. Vimos também que a afirmação da construção da *vida orgânica* assinala a necessidade de manter intensificados os processos interativos entre atores vicinais (dirigentes e *vizinhos* de base), mediante recursos de organização e de mobilização próprios da *forma urbano-popular* altenha, estruturando uma relação de responsabilização mútua entre os envolvidos, com distribuição de atribuições, respeito a instâncias deliberativas, entre outros aspectos. Por esse veio, se evidencia a dominância de uma tendência de confluência estruturando as práticas articulatórias vicinais, e torna-se possível uma apreensão da forma como os temas da autonomia, da democracia e do território se realizaram nessas práticas.

Vimos que a reativação da capacidade dos atores vicinais em produzir controvérsias com instâncias e agentes de poder (demandados e/ou enfrentados) ocorreu, concomitantemente, com a expansão de espaços de autonomia decisória na dinâmica vicinal. Ao enfrentarem a ingerência de partidos políticos e os governos municipal e nacional, os *vizinhos* se viram na contingência de rearticular as práticas vicinais (mediante os recursos organizativos e de mobilização da *forma vicinal*) mantendo o controle sobre esse processo de rearticulação e sobre suas orientações mais importantes. Assim puderam recompor e tornar mais crível suas capacidades de organização, de mobilização e de interpelação em cenários

mais conflitivos.

Cabe assinalar que embora o contexto de conflitividade tenha se acirrado bastante com uma orientação mais confrontativa dos atores vicinais, a reposição da questão da autonomia não traz em si uma posição antiestatal radical. A autonomia vicinal se manifesta tanto na direção de uma *política de confrontação* como na direção de uma *política de negociação*. De forma mais duradoura, essas duas orientações foram combinadas de diferentes maneiras, com práticas de *negociação* assumindo um caráter mais instrumental, compatível com o desafio dos *vizinhos* de preservar sua autonomia. De forma que mesmo nesse contexto de conflitividade intensificado, a *forma de relação* prevalente na caracterização do campo relacional de ação do "movimento vicinal" (vizinhos como demandantes; Estado e governos de turno, como demandados, tal como tentamos explicitar na descrição da *forma vicinal*), perdura na conformação das *práticas movimentalista vicinais densamente articuladas*. Diante disso, análises que assinalaram que os *vizinhos* altenhos teriam desenvolvido uma vigorosa posição antiestatal desdobrada como orientação estratégica, parecem pouco sustentável. Desde a perspectiva vicinal, o Estado não saiu do horizonte; não se elaborou uma alternativa autonomista abrangente que refutasse a presença do Estado como interlocutor básico.

Esse revigoramento da autonomia vicinal (associada à reposição do civismo vicinal) foi acompanhado de uma revalorização das práticas democráticas internas, processo no qual as assembleias vicinais ocuparam uma posição absolutamente central. Se antes elas tinham sido relegadas, passam agora a um primeiro plano dentro de uma dinâmica de reconstrução da *autoridade vicinal coletiva*. Nessa perspectiva, a tendência foi de atenuação da distância entre dirigentes e *vizinhos* de base, e, especialmente nos momentos mais conflitivos, de qualquer prerrogativa decisória distinta conferida pela hierarquia. Os atos de verticalismo dirigente foram veementemente combatidos em várias ocasiões. A participação ampliada dos *vizinhos* de base nos processos decisórios foi requerida, assegurada e incentivada, em alguns casos, relativizando, e em outros, suspendendo (como em casos de assembleias extraordinário que se tornaram bastante frequentes), o excesso de procedimentos no desenvolvimento das assembleias. Os fluxos de informação são também intensificados internamente. É nessa direção que se conforma uma tendência de realização da autoridade vicinal não mais concentrada no comitê executivo, como queriam dirigentes vicinais, no período anterior, em meio ao duplo engajamento em que estavam envolvidos. A tendência passa a ser de que a autoridade vicinal se realize com um envolvimento intenso e ampliado

da *comunidade dos vizinhos em movimento*, especialmente nos momentos mais conflitivos e que requereram um engajamento maior em atividade de mobilização e protesto. É nesse sentido que se evidencia, nesse período, a construção de sociabilidades políticas emergentes, inovadoras, criativas.

Essas dinâmicas são também marcadas por uma reapropriação do território, com diferentes níveis de intensidade e extensão, numa escala que vai do bairro/vila ao espaço territorial da própria cidade de El Alto, como "território insurgente". Isto ocorre exatamente quando se ampliam as prerrogativas decisórias dos próprios *vizinhos* sobre o que acontece ou deve acontecer no e desde os territórios de seus bairros/vilas, e quando esses territórios se convertem em espaços favorecedores da tendência de confluência entre os *vizinhos*.

Finalmente, esperamos que com essa breve retomada das principais argumentações propostas na tese, tenha sido possível evidenciar nexos entre suas diferentes partes, demonstrar como os conceitos relacionais de *prática articulatória* e *contexto de conflitividade*, juntamente com os outros conceitos associados, podem ser produtivos na análise de movimentos sociais, e como o "movimento vicinal" altenho se estruturou e se modificou, apresentando continuidades e inovações, no período que abarca o momento que definimos como sendo de hegemonia neoliberal, e o momento do ciclo rebelde. Estamos cientes de que a perspectiva analítica proposta pode tornar-se mais consistente e rigorosa na medida em que seus termos principais e as relações entre eles sejam melhor precisados, mediante um aprofundamento do debate teórico e conceitual com outras perspectivas de abordagem dos movimentos sociais, e com o desenvolvimento de outras análises de casos concretos a partir do arranjo proposto. Desafios que estaremos perseguindo. E nessa direção, cabe ainda considerar que entre outubro de 2003, quando ocorreu a *guerra do gás*, e final de 2013, quando finalizamos o texto desta tese, o "movimento vicinal" altenho comportou importantes inflexões em suas práticas articulatórias. Nosso objeto de estudos contava, inicialmente, com um terceiro período, o *pós-ciclo rebelde*, o período que se abre com o triunfo eleitoral de Evo Morales, em dezembro de 2005. Inclusive recolhemos vasta informação sobre esse período ao longo do trabalho de campo, no entanto, diante dos desafios de análise dos períodos que efetivamente abordamos, e de um volumoso material que se tornou disponível, para tornar a tese mais operacionalizável, optamos em abrir mão da análise desse terceiro período, que será oportunamente retomado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJACOPA, Teófilo L. Comprendiendo la rebelión en El Alto. In: ALEJO, Esteban T. (Comp.) **El *Pachakuti* ha empezado**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2006.

ALIAGA, Cecilia E. Presentación. In: CONDE, Julio Mamani; ARCHONDO, Rafael. **La acción colectiva en El Alto**. Hacia una etnografía de las organizaciones sociales. El Alto: Centro Gregoria Apaza, 2010.

ALEJO, Esteban Ticona. **Saberes, conocimientos y prácticas anticoloniales del pueblo aymara-quechua en Bolivia**. La Paz: Plural Editores; Cochabamba: AGRUCO, 2010.

_____. La rebelión aimara y popular de octubre de 2003: una aproximación desde algunos barrios de La Paz. In: ALEJO, Esteban T. (Comp.) **El *Pachakuti* ha empezado**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2006.

_____. El *thakki* entre los aimara y los quéchua o la democracia en los gobiernos comunales. In: ALEJO, Esteban T. (Comp.) **Los Andes desde los Andes**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2003.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 46-86, 2009.

ALVAREZ, Sônia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos (Introdução). In: ALVAREZ, Sônia E, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**:novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANTEZANA, Luis. Sistemas y procesos ideológicos en Bolivia (1935-1979). In: ZAVALETA, René (Comp.). **Bolivia Hoy**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1983.

ARBONA, Juan Manuel. Fracasos y rupturas neo-liberales. In: ROBINS, N. A. (Ed.*)* **Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolivia**. La Paz: Plural Editores, 2006.

BLANCO, Marisa Revilla. Ciudadanía y acción colectiva en América Latina: tendencias recientes. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 27, p.29-41, jul./dic., 2005.

BOUTIER, Omar Guzmán. **Lo nacional popular en movimiento**: asonada popular y nuevas hegemonías. La Paz: Carrera de sociología - UMSA y edición del autor, 2004.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre política institucional e política não institucional. **BIB**, São Paulo, n. 71, p.123-143, 1° sem., 2011.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 10, n. 18, p. 51-73, 2011.

_____. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n.1, p. 185-215, jan./jun., 2010.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p. 457-475, set./dez., 2008.

BRINGEL, Breno; ESPIÑEIRA, Maria Victória. 2008. Movimentos sociais e política: leituras contemporâneas (Introdução). **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p. 419-422, set./dez., 2008.

BURITY, Joanildo A. Caminhos sem fim – caminhos do fim? Movimentos sociais e democracia. In: FONTES, Breno A. Souto-Maior (org.). **Movimentos Sociais**: produção e reprodução do sentido. Recife: Editora universitária da UFPE, 1999.

CABEZAS, Marta. Caracterización del "ciclo rebelde" 2000-2005. In: LÓPEZ, Jesús E.; TURRIÓN, Pablo I. (Coord.) **Bolivia en movimiento**: acción colectiva y poder político. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

CÁCERES, Florival. **História da América**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CALDERÓN, Fernando; SZMUKLER, Alicia. **La política de las calles**: política, urbanización y desarrollo. La Paz: CERES; UASB; Plural editores, 2000.

_____. (Ed.). **Ahora si que sí y si no por qué**: gobernabilidad, competitividad e integración social en Bolivia. La Paz: CEDLA-CERES, 1995

CHÁVEZ, Patricia; MOKRANI, Dunia. Los movimientos sociales en la asamblea constituyente: hacia la reconfiguración de la política. **Revista OSAL**, Buenos Aires, año VIII, n. 22, p.107-117, sept., 2007.

CHOQUE, Vitalino Soria. Octubre de la dignidad: en defensa de la *pachamama* y contra la democracia rapaz. In: ALEJO, Esteban T. (Comp.) **El *Pachakuti* ha empezado**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2006.

CLAURE, Oscar Zegada. Del neoliberalismo al neoestatismo: veinticinco años de cambios en Bolivia. **Cuarto Intermedio**, Cochabamba, n. 99-100, p. 138-153, nov., 2011.

CLOTTE, Patricia; RUIZ, Carmen B. La violenta vida urbana. In: ALBÓ, Xavier; BARRIOS, Raúl (coord.). **Violencias encubiertas en Bolivia**. Volumen 2. La Paz: Aruwiyiri; CIPCA, 1993.

CONDE, Julio Mamani; ARCHONDO, Rafael. **La acción colectiva en El Alto**: hacia una etnografía de las organizaciones sociales. El Alto: Centro Gregoria Apaza, 2010.

CONDE, Reinaldo; ALEJO, Esteban Ticona. El genocidio y la carnicería democrática ha empezado en Bolivia. In: ALEJO, Esteban T. (Comp.) **El *Pachakuti* ha empezado**. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2006.

CRABTREE, John. **Perfiles de la protesta**: política y movimientos sociales en Bolivia. 2. ed. La Paz: Fundación UNIR; Fundación PIEB, 2005.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Oprimidos pero no vencidos**: luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980. 4. ed. La Paz: La mirada salvaje, [1984] 2010.

DAYRELL, Juarez. Introdução. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

DE LA VEGA, Magdalena Cajías. El movimiento obrero boliviano: de actor de "vanguardia" a la invisibilización de su aporte actual. **Cuarto Intermedio**, Cochabamba, n. 99-100, p. 108-121, nov., 2011.

_____. El poder de la memoria: los mineros en las jornadas de octubre de 2003. In: ROBINS, N. A. (Ed.*)* **Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolivia**. La Paz: Plural Editores, 2006.

DO ALTO, Hervé. "Cuando el nacionalismo se pone poncho": una mirada retrospectiva a la etnicidade y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Comp.). **Bolivia**: memoria, insurgencia y movimientos sociales. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2007.

DOIMO, Ana Maria. **A vez a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Anpocs, 1995.

DOMINGUES, José Maurício et al. (Org.). **A Bolívia no espelho do mundo**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

_____. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 2, p.20-37, fev., 2007.

FALERO, Alfredo. Desafíos teórico-metodológicos para el estudio de los movimientos sociales en América Latina. In: CAIRO, Heriberto; de SIERRA, Gerónimo (Comp.). **América Latina, una y diversa**: teoría y métodos para su análisis. San José: Editorial Alma Mater; Unión Europea, 2008.

FERREE, Myra M. El contexto político de la racionalidad: las teorías de la elección racional y la movilización de recursos. In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph (Ed.). **Los nuevos movimientos sociales**. De la ideología a la identidad. 1. reimp. Madrid: Centro de Investigación Sociológica (CIS), 2001.

FLORES, Jesús et al. **Mujeres y movimientos sociales en El Alto**: fronteras entre participación política y vida cotidiana. La Paz: Fundación PIEB; UPEA, 2007.

GAMS (Grupo de Apoyo a los Movimientos Sociales). Crisis del estado neoliberal y emergencia de lo nacional popular en Bolivia. **Artículo Primero**, Santa Cruz de la Sierra, año VIII, n. 16, p.117-136, abril, 2004.

GARRETÓN, Manuel. La transformación de la acción colectiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**, n. 76, p.7-24, abril, 2002.

_____. Movimientos sociales y procesos de democratización. **Excerpta**, n. 2, abril, 1996.

GEDEA, Carlos. Apresentação (dossiê: Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p.1, jan./abr.,

2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARDI, Enzo. **El ejemplo aymara en Bolivia**: saberes ancestrales y globalización. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. revista. São Paulo, Cortez, 2005.

GÓMEZ, Luis A. **El Alto de pie**: una insurrección aymara en Bolivia. La Paz: textos rebeldes, 2004.

GUEVARA, Carla E.; AGUILAR, Walter A. **Movimientos sociales urbanos-populares en Bolivia**: una lucha contra la exclusión social, económica y política. La Paz: UNITAS, 2006.

GUIMARÃES, Cesar et al. Bolívia: a história sem fim. In: DOMINGUES, José Maurício et al. (Org.). **A Bolívia no espelho do mundo**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

GUTIÉRREZ, Raquel; ESCÁRZAGA, Fabiola (Coord.). **Movimiento Indígena en América Latina**: resistencia y proyecto alternativo. Vol. II. La Paz: Textos rebeldes y otros, 2006.

GUZMÁN, Álvaro Balderrama. Contexto geográfico e histórico. In: PAR EL ALTO (Proyecto de Apoyo a la Reforma Educativa - El Alto). **El Alto**: nueve aspectos que configuran la ciudad. El Alto: Unión Europea; Gobierno Municipal de El Alto, 2005.

_____. Conformación del espacio urbano. In: PAR EL ALTO (Proyecto de Apoyo a la Reforma Educativa - El Alto). **El Alto**: nueve aspectos que configuran la ciudad. El Alto: Unión Europea; Gobierno Municipal de El Alto, 2005.

GUZMÁN, Maria Gisbert; PRADO, Mary Quintón. La economia alteña: uma realidad de esperanza, iniciativas y creatividad. In: PAR EL ALTO (Proyecto de Apoyo a la Reforma Educativa - El Alto). **El Alto**: nueve aspectos que configuran la ciudad. El Alto: Unión Europea; Gobierno Municipal de El Alto, 2005.

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível**: a esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HINDESS, Barry. Teoria da escolha racional (verbete). In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HOUTART, François. De la resistencia a la ofensiva en América Latina: cuales son los

desafíos para el análisis social. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**. BuenosAires, n. 26, ene., 2010

HUNT, Scott; BENFORD, Robert; SNOW, David. Marcos de acción colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos. In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph (Ed.). **Los nuevos movimientos sociales**: de la ideología a la identidad. 1ª reimp. Madrid: Centro de Investigación Sociológica (CIS), 2001.

IBAÑEZ, Mario R. Interculturalidad en la ciudad de El Alto: ese aguayo multicolor con pampa aymara. In: PAR EL ALTO (Proyecto de Apoyo a la Reforma Educativa - El Alto). **El Alto**: nueve aspectos que configuran la ciudad. El Alto: Unión Europea; Gobierno Municipal de El Alto, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Estadísticas socioeconómicas del município de El Alto**. Nota de presa n°. 24, 2004. INE. Disponível em: <www.ine.gov.bo.>

KHOL, Benjamin; FAIRTHING, Linda. **El Bumerán boliviano**. Hegemonía neoliberal y resistencia social. La Paz: Plural Editores, 2007.

KOMADINA, Jorge; GEFFROY, Céline. **El poder del movimiento político**: estrategia, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba (1999-2005). La Paz: CESU; DICYT-UMSS; PIEB, 2007.

LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.2, p. 41-47, out., 1986.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LINERA, Álvaro García; LEÓN, Marxa C.; MONJE, Patricia C. Federación de Juntas Vecinales - El Alto. In: LINERA, Álvaro Garcia (Coord.) **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia**: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. 3 ed. La Paz: Plural editores, 2008.

_____. Introducción. In: LINERA, Álvaro G (Coord.); LEÓN, Marxa C.; MONJE, Patricia C. **Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia**: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. La Paz: Plural Editores, 2008a.

_____. **La potencia plebeya**: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008b.

_____. La sublevación indigeno-popular en Bolivia. **Artículo Primero**, Santa Cruz de la Sierra, año VIII, n. 16, p.71-88, abril, 2004.

MAMANI, Pablo. **El Rugir de las multitudes**: la fuerza de los levantamientos indígenas en Bolivia/Qullasuyu. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2004.

_____. **Microgobiernos barriales**. Levantamiento de la Ciudad de El Alto (Octubre 2003). El Alto: CADES; IDIS-UMSA, 2005a.

_____. Microgobiernos barriales en El Alto: territorialización y acción colectiva en octubre de 2003. In: MAMANI, Pablo. **Geopolíticas indígenas**. El Alto: CADES, 2005b. p. 73-78.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MAYA, Margarita López (Coord.).**Protesta y cultura en Venezuela**: los marcos de acción colectiva en 1999. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MAYORGA, René A. **¿De la anomía política al orden democrático?** La Paz: CEBEM, 1991

_____. **Antipolítica y neopopulismo**. La Paz: CEBEM, 1995.

McADAM, Doug. Cultura y movimientos sociales. In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph (Ed.). **Los nuevos movimientos sociales**. De la ideología a la identidad. 1ª reimp. Madri: Centro de Investigación Sociológica (CIS), 2001.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Oportunidades, estructuras de movilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

McCARTHY, John D. Adoptar, adaptar e inventar límites y oportunidades. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A Invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Ciudad de México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

_____. La acción colectiva como construcción social (Nota crítica). **Estudios Sociológicos**, Ciudad de México, v. IX, n. 26, p. 357-368, mar./ago., 1991.

_____. Um Objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, pp. 49-66, jun., 1989.

MESA GISBERT, Carlos et al. **História de Bolivia**. 7. ed. revisada y aumentada. La Paz: Editorial Gisbert, 2008.

MIRZA, Christian A. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina**: la construcción de nuevas democracias. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MOLLERICONA, Juan Yhonny. **La seguridad ciudadana en la ciudad de El Alto**: fronteras entre el miedo y la acción vecinal. La Paz: PIEB; UPEA; CEBIAE y otros, 2007.

MUTZENBERG, Remo. Identidades e movimentos sociais numa sociedade indomável. **Política e Trabalho**, João Pessoa, ano 19, n. 19, p. 39-58, 2003.

_____. Construção de sentidos pelos movimentos sociais. In: FONTES, Breno A. Souto-Maior (Org.). **Movimentos Sociais**: produção e reprodução do sentido**.** Recife: Editora universitária da UFPE, 1999.

_____. Movimentos Sociais: entre aderência, conflitos e antagonismos. **Sinais** (revista eletrônica de ciências sociais), Vitória, vol. 1, n. 9, p. 127-143, jun., 2011.

NEGRI, Antonio. **5 Lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Oscar. **Nosotros somos la Coordinadora**. La Paz: Fund. Abril; Textos rebeldes, 2008.

OBSERVATORIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA. Bolivia: cronología del conflicto social, septiembre-diciembre, 2003. CLACSO-OSAL. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/institucional/1h.php?idioma=>. Acesso em: 23 mar. 2012.

PARRA, Marcela A. Características actuales de la movilización social en América Latina. **Revista OSAL**, Buenos Aires, año XII, n. 30, p. 43-64, nov., 2011.

PATZI, Félix. **Insurgencia y sumisión**: movimientos sociales e indígenas. 2. ed. La Paz: Ediciones Yachaywasi, 2007.

PENSANDO el mundo desde Bolivia [I Ciclo de Seminarios Internacionales]. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2011.

PÉREZ, Mamberto. La Ley de Participación Popular en una perspectiva indígena. In: GRAMMONT, Hubert C. de (Comp.). **La construcción de la democracia en el campo latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PEREIRA, Victor Vacaflores. **Migración interna en Bolivia**. La Paz: Plural Editores, 2004.

POLTIER, Hugues. **Claude Lefort**: el descubrimiento de lo político. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

PSOC (Pastoral Social Cáritas). Los conflictos sociales en Bolivia: una nueva irrupción de los movimientos sociales en el siglo XXI. **Artículo Primero**, Santa Cruz de la Sierra, año VIII, n. 16, p.137-148, abril, 2004.

PRADA, Raúl. Sociología y demografía de la ciudad de El Alto. In: PAR EL ALTO (Proyecto de Apoyo a la Reforma Educativa - El Alto). **El Alto**: nueve aspectos que configuran la ciudad. El Alto: Unión Europea; Gobierno Municipal de El Alto, 2005.

_____. Las memorias de la rebelión social. **Artículo Primero**, Santa Cruz de la Sierra, año

VIII, n. 16, p.89-114, abril, 2004.

_____. Perfiles del movimiento social contemporáneo, el conflicto social y político en Bolivia: las jornadas de septiembre-octubre de 2003. **Revista OSAL**, Buenos Aires, año IV, n.12, p.35-46, sep./dic., 2003

PUENTE, Florencia; LONGA, Francisco. El Alto: los dilemas del indigenismo urbano. Entre la insurrección y el clientelismo. In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Comp.). **Bolivia**: memoria, insurgencia y movimientos sociales. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas comparadas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

_____. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? **Revista OSAL**, Buenos Aires, año V, n. 13, p.15-30, ene./abr., 2004.

QUISBERT, Máximo. **FEJUVE El Alto 1990-1998**: dilemas del clientelismo colectivo en un mercado político en expansión. La Paz: Ediciones Aruwiyiri, 2003.

QUISPE, Felipe. Dos repúblicas en Bolivia. In: GUTIÉRREZ, Raquel; ESCÁRZAGA, Fabiola (Coord.). **Movimiento Indígena en América Latina**: resistencia y proyecto alternativo. Vol. II. La Paz: Textos rebeldes y otros, 2006.

RADA, Eduardo Paz. Indecisiones tácticas y debilidades estratégicas. **Revista Crítica de Nuestro Tiempo**, Buenos Aires, año XVI, n. 35, p. 35-48, may./sep., 2007a.

_____. Los horizontes del triunfo del pueblo boliviano: resistencia indígena y movimientos sociales en Bolivia. In: **caderno de textos Voces de nuestra América**, 2007b.

RENON, Karin D. Movimento social (verbete). In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RETAMOZO, Martín. Resenha de Oliver Marchart, El pensamiento político postfundacional. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009. **Revista de Filosofía y Teoría Política**, La Plata, n. 40, p. 165-169, 2009.

ROCHA, Mauricio S. A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006). In: **Bolívia**: de 1952 ao século XXI. Brasília: Fund. Alexandre de Gusmão; Inst. de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

ROJAS, Carlos (intervención). In: Encuentro: Movimientos sociales urbanos en América Latina y Bolivia. **Memoria**. La Paz: CEDIB, 2007.

ROJAS, Johnny Fernández. **En las manos**: la ciudad de El Alto. El Alto: centro de reporteros populares, s/d.

ROMERO, Carlos. Las jornadas de octubre: levantamiento popular en Bolivia. **Artículo Primero**, Santa Cruz de la Sierra, año VIII, n. 16, p.13-38, abril, 2004.

SADER, Emir. Reflexões sobre a luta antineoliberal. **Revista OSAL**, Buenos Aires, año V, n. 15, p.57-64, sept./dic., 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALDÍAS, Elisa. Democracia barrial. In: **Boliva**: democracia y participación popular (1952-1985). La Paz: FLACSO - Programa Bolivia, 1985.

SANDOVAL, Godofredo; SOSTRES, Fernanda. **La Ciudad Prometida**: pobladores y organizaciones sociales en El Alto. La Paz: Systema; Ildis, 1989.

SANDOVAL, Godofredo. **Las mil caras del movimiento social boliviano**: de las jornadas de marzo a las jornadas de septiembre 1985. La Paz: Librería e Impr. Offset Panamericana, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Política e Trabalho**, ano 19, n. 19, p. 29-38, 2003.

_____. **Redes de movimentos sociais**.2.ed., São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: editora UFSC, 1987.

SCRIBANO, Adrián O. **La investigación social cualitativa**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

_____. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de la protesta social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 64-104, jan./jun., 2003.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n.1, p.2-9, jan./abr., 2010.

SLATER, David. Repensando as especialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**:novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 2000.

SOEANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORÓN, Atilio; LECHINI, Gladys (Org.). **Política y movimientos sociales en el mundo hegemónico**: lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SOSTRES, Fernanda. **Poder contra poder y sobrevivencia**. La Paz: CIDEM, 1995.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Renovar la teoría crítica y reinventar la**

emancipación social: encuentros de Buenos Aires. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SPINELLI JR, Vamberto F. **De redes e campos**: configurações movimentalistas em saúde. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2006.

_____. Politização da cultura e o desafio da descolonização do poder na Bolívia contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 1, p. 249-268, jan./jun., 2010.

_____. Componentes migratórios e ações coletivas de movimentos sociais em El Alto, Bolívia. In:CONGRESO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 28. Recife, 2011. **Anais**... Recife: UFPE, 2011. p. 1-10.

_____. A perspectiva indianista e a reconfiguração do político na Bolívia contemporânea: anotações para um debate. In: VIEIRA, Luis Vicente (Org.). **Crise do estado liberal na América Latina**: movimentos sociais e transformações do político. Recife: Editora UFPE, 2010.

_____. Uma Aproximação Preliminar do Movimento Indígena-Popular Boliviano. In:CONGRESO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27. Bueno Aires, 2009. **Memorias**... Buenos Aires: UBA, 2009. p. 1-7.

SVAMPA, Maristella. **Cambio de época**: movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2008.

_____. Introducción. In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Comp.). **Bolivia**: memoria, insurgencia y movimientos sociales. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2007.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAPÍA, Luis. **Política salvaje**. La Paz: Muela del Diablo Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2008.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

UN POCO de historia de la UPEA. In: **Blog El Alto**. Disponível em: <http://www.elalto.galeon.com/upea.htm>. Acesso em: 2 mar. 2011.

URQUIDI, Vivian. **Movimento Cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.

VÁZQUEZ, Mónica I. Teoría en movimiento: más de una década de pensamiento crítico.**Revista OSAL**, Buenos Aires, año XII, n. 30, p. 25-42, nov., 2011.

VILLA, Beimar J. Montoya; GARCÍA, Rosa Rojas. **El despertar de un pueblo oprimido**. La Paz: CUSO; CISTEM; MUSUX WAYRA, 2004.

WAHREN, Juan. **Movimientos sociales y disputas por el territorio y los recursos naturales**: la Unión de Trabajadores Desocupados de Gral. Mosconi en Argentina y la

Asamblea del Pueblo Guaraní de Tarija en Bolivia. Tese (Doctorado), Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, 2011.

ZALD, Mayer. Cultura, ideología y creación de marcos estratégicos. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

ZEGADA, María Teresa. Las transformaciones en el campo político boliviano. **Cuarto Intermedio**, Cochabamba, n. 99-100, p. 46-57, nov., 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**: cartografías políticas de las periferias urbanas latinoamericanas. La Paz: Texto Rebelde, 2009.

_____. **Dispersar el poder**: los movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

_____. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANEXO I. LISTAGEM DE ENTREVISTAS REALIZADAS

NOME		ZONA, DISTRITO	FUNÇÃO ATUAL	DATA
1	Jaime Mamani (duas entrevistas)	Villa Atipiris, Dto 8	Secretário executivo	Out. 2010
2	Maria Amaro	Villa Atipiris, Dto 8	Vizinha de base, ex-dirigente	Fev. 2011
3	Sofía Pacheco	Villa Atipiris, Dto 8	Dirigente, secretario de finanças	Fev. 2011
4	Santiago Mamani	Villa Atipiris, Dto 8	Presidente	Fev. 2011
5	Macário Tola	Villa Atipiris, Dto 8	Fiscal geral, ex-presidente, ex-FEJUVE	Fev. 2011
6	Guido Vargas	Villa Atipiris, Dto 8	Dirigente	Fev. 2011
7	Humberto Apaza	Villa Atipiris, Dto 8	Chefe de calle	Fev. 2011
8	Juan Antonio Condori	Villa Atipiris, Dto 8	Vizinho de base, ex-presidente	Fev. 2012
9	Francisco Paco	Villa Santiago II, Dto 2	Presidente	Dez. 2010
10	Manuel Laura	Villa Santiago II, Dto 2	Vizinho de base, ex-presidente	Dez. 2010
11	Miguel Félix	Villa Santiago II, Dto 2	Vizinho de base	Dez. 2010
12	José Montesinos	Villa Santiago II, Dto 2	Vizinho de base, ex-presidente, ex-FEJUVE	Fev. 2011
13	Juan Aires	Villa Santiago II, Dto 2	Dirigente, ex-presidente	Fev. 2011
14	Tomás Mamani	Villa Santiago II, Dto 2	Vizinhos de base, ex-dirigente	Mar. 2011
15	Richard Tito	Villa Santiago II, Dto 2	Secretaria de seguridad ciudadana	Mar. 2011
16	Freddy	Villa Santiago II, Dto 2	Dirigente	Mar. 2011
17	Norma Solís	Villa Santiago II, Dto 2	Vizinha de base, ex-presidente	Abr. 2011
18	Wilson Soria Paz	Villa Ingenio, Dto 5	Ex-páraco local	Fev. 2012
19	José Nacho (duas entrevistas)	Villa Ingenio, Dto 5	Dirigente, ex-presidente	Fev. 2011
20	Luis	Villa Ingenio, Dto 5	Dirigente, vice-presidente	Fev. 2012
21	Daniel	Villa Ingenio, Dto 5	Presidente	Fev. 2012
22	Oscar Osco	Villa Tunari, Dto 4	Vizinho de base, ex-dirigente	Nov. 2010
23	Vicente	Villa Los Andes, Dto 6	Presidente	Fev. 2011
24	Cruz Alarcon	Villa Los Andes, Dto 6	Dirigente	Fev. 2011
25	Raul Choque	Villa Los Andes, Dto 6	Dirigente	Fev. 2011
26	Luciano Uisa	Villa Los Andes, Dto 6	Dirigente	Fev. 2011

27	Petronila Ponche	Villa Los Andes, Dto 6	Dirigente	Fev. 2011
28	Simón Mansilla	Villa Ballivián, Dto 6	Presidente	Fev. 2011
29	Teodósia Tiquisara	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE	Abr. 2011
30	Santiago Marquez	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE	Abr. 2011
31	Cláudio Luna	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE, Vice-presidente	Mar. 2011
32	Maribel Mita	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE	Mar. 2011
33	Hermógene Chambi	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE	Mar. 2011
34	Fred Mamani Pilco	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE, secretario IDH	Mar. 2011
35	Santiago Chávez	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE, Vocal	Mar. 2011
36	Tamara Ibañez	Sem referência	Comitê executivo FEJUVE	Mar. 2011
37	Vicente Tarqui	Sem referência	Ex-dirigente FEJUVE	Mar. 2011
38	Abel Mamani	Sem referência	Ex-presidente FEJUVE	Fev. 2012
39	Alejandro Amaro	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
40	Hilário Quispe	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
41	Yovana Blanca	Villa Ingenio, Dto 5	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
42	Juan Rojas	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
43	Remigio Condori	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
44	Germán Alvarez	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
45	Nely Apaza	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
46	Sebastián Condori	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Abr. 2011
47	Franklin Troche	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Mar. 2011
48	Amadeo Ajata	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Mar. 2011
49	Javier Sandoval	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Mar. 2011
50	Juan Marca	Sem referência	Comitê executivo, COR El Alto	Mar. 2011

ANEXO II. QUADRO DE VISITAS DESTACADAS E ATIVIDADES OBSERVADAS EM VILAS/BAIRROS

BAIRRO/VILA (n°. de visitas)	**BREVE DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES OBSERVADAS**
Villa Atipiris (14 visitas)	(1.) Breve reunião operativa de parte do grupo dirigente da junta vicinal tendo como pauta: obras em andamento do bairro; (2.) Inspeção da construção de um posto policial na praça principal. Nessa inspeção verificou-se a utilização de materiais de baixa qualidade, o que levou a um encontro com o presidente da junta para comunicar o fato e encaminhar providências; (3.) Elaboração, por parte de um grupo de dirigentes encarregados, de uma placa com indicação do local do posto de saúde; (4.) Realização de um "percorrido" pelo bairro (uma caminhada), com a intenção de me apresentar a organização territorial da zona, seus equipamentos sociais disponíveis (escola, posto de saúde, campo de futebol, sede social) e averiguar qualquer "anormalidade"; (5.) Assembleia vicinal de 6 de fevereiro de 2011; (6.) Breve reunião operativa entre dois dirigentes para encaminhar documentação necessária à viabilização de uma reunião ampliada com dirigentes de outras juntas de bairros vizinhos sobre o transporte coletivo que as atende; (7.) Finais do campeonato de futebol envolvendo equipes de diferentes bairros do distrito municipal 8, com participação efetiva de dirigentes da junta vicinal na abertura da atividade, entrega de medalhas, distribuição de prêmios e encerramento do campeonato (janeiro de 2012); (8.) Distribuição da convocatória (*citación*) para a participação em uma assembleia vicinal. A distribuição ocorreu em algumas ruas do bairro; (9.) Assembleia vicinal de 5 de fevereiro de 2012 (1 ano após a primeira assembleia).
V. Santiago II (16 visitas)	(1.) Reunião aberta entre dirigentes vicinais e vizinhos numa quadra poliesportiva sobre o tema da segurança nas ruas daquela zona do bairro, além da insatisfação dos vizinhos em relação à junta, que estaria sendo "omissa" em relação as obras acordadas com o governo municipal e que não estariam sendo cumprida. Exigiu-se uma posição mais enérgica da junta. A reunião ocorreu em 19 de dezembro de 2010. (2.) Fluxo normal de funcionamento da junta de vizinhos com permanência na sede social em várias ocasiões. Compreendemos "fluxo normal" como o atendimento diário da secretária da junta (uma vizinha "contratada") e de dirigentes na sede da junta, às mais variadas reivindicações e solicitações que os vizinhos trazem à junta. (3.) Cotidiano dos encontros ocorridos entre vizinhos do lugar na Plaza El Minero, nos finais de tarde. Entre os vizinhos que participam desses encontros a maioria é formada por ex-trabalhadores mineiros aposentados, alguns ex-dirigentes mineiros e ex-dirigentes vicinais. Entre muita descontração e jogos para passar o tempo, uma atenção é sempre dispensada à memória mineira, à conjuntura política e ao funcionamento da junta de vizinhos. (4.) Reunião espontânea (isto é, sem que estivesse marcada previamente, e, invariavelmente, motivada pela presença de dirigentes circulando normalmente pelo bairro) entre alguns dirigentes vicinais e vizinhos de base insatisfeitos com a condução da então gestão da junta vicinal. (5.) Assembleia vicinal ocorrida em 29 de janeiro de 2012. (6.) Participação na Challa, por convite, na sede da junta vicinal, em 17 de fevereiro de 2012. A Challa é uma cerimônia andina muito comum, tanto no campo como na cidade, de oferendas à Pachamama em busca de proteção. A Challa da junta vicinal, realizada em muitas outras organizações em toda região andina no mesmo dia, pede proteção ao corpo de dirigentes e à própria organização.
Villa Ingenio (12 visitas)	(1.) "Percorrido" por parte do bairro com dirigente vicinal para me mostrar algumas das principais ruas e averiguar alguma "anormalidade". (2.) Breve reunião espontânea com dirigentes vicinais e alguns vizinhos na praça principal do bairro na qual entre outros assuntos se pautou: o problema da segurança no bairro, e o descontentamento com o serviço de transporte coletivo por parte de um "sindicato" (espécie de cooperativa de proprietários operadora de parte do transporte coletivo da cidade através de vans, com reconhecimento da administração municipal). (3.) Reunião espontânea de alguns dirigentes e vizinhos para discutir questões relativas às comemorações de aniversário do bairro. (4.) Comemoração do aniversário de 25 anos do Villa Ingenio (19-02-2012), com descarga de fogos de artifício, ainda muito cedo da manhã, desfile cívico dos vizinhos pelas avenidas e em torno da principal praça do bairro, pronunciamento de autoridade vicinais (locais, distritais e da FEJUVE), bem como de representante do governo municipal; seguido de *aptapi*, momento de compartilhamento coletivo de alimentos variados trazidos pelos vizinhos à celebração de acordo com suas possibilidades, e logo de confraternização com bebidas alcoólicas, notadamente cervejas. (5.) Participação na cerimônia fúnebre de um jovem vizinho morto por afogamento. Cerimônia na qual dirigentes vicinais tiveram posição destacada na condução.

Villa Tunari (2 visitas)	----
Villa Los Andes (3 visitas)	(1.) Fluxo normal de funcionamento da junta de vizinhos com permanência na sede social ao longo de toda uma tarde, com conversas com vizinhos e dirigente.
Villa Ballivián (1 visita)	----